



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

EDINÉA ALCÂNTARA DE BARROS E SILVA
ORIENTADOR: PROF. DR. CIRCE MARIA GAMA MONTEIRO

SOLIDARIEDADE EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS COTIDIANAS E DA RELAÇÃO COM O LUGAR A PARTIR DO SISTEMA DA DÁDIVA

Recife, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

EDINÉA ALCÂNTARA DE BARROS E SILVA
ORIENTADOR: PROF. DR. CIRCE MARIA GAMA MONTEIRO

SOLIDARIEDADE EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS COTIDIANAS E DA RELAÇÃO COM O LUGAR A PARTIR DO SISTEMA DA DÁDIVA

Tese apresentada à banca examinadora de defesa no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de doutor.

Recife, 2011.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662

- S243v Silva, Edinéa Alcântara de Barros e.
 Solidariedade em comunidades de baixa renda: análise das práticas cotidianas e da relação com o lugar a partir do sistema da dádiva / Edinéa Alcântara de Barros e Silva. – Recife: O autor, 2011.
 382 p. : il.
- Orientador: Circe Maria Gama Monteiro.
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Arquitetura, 2011.
 Inclui bibliografia, apêndices e anexos.
1. Desenvolvimento urbano. 2. Solidariedade. 3. Espaço, Sociedade e Meio ambiente. 4. Política habitacional . 5. Mutirão habitacional. I. Monteiro, Circe Maria Gama. (Orientador). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2011-52)

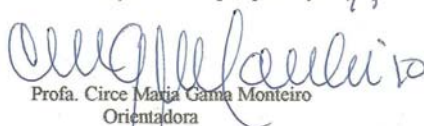


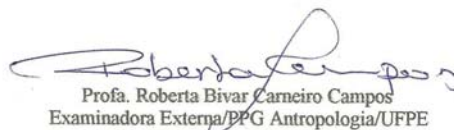
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

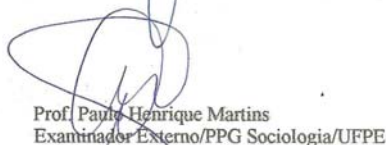
Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda EDINÉA ALCÂNTARA DE BARROS E SILVA.

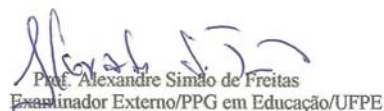
Às 10.00 horas do dia 1º de Abril de 2011 reuniu-se na Sala de Aula do MDU, do Centro de Arte e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Circe Maria Gama Monteiro (orientadora), Roberta Bivar Carneiro Campos (examinadora externa), Paulo Henrique Martins (examinador externo), Alexandre Simão de Freitas (examinador externo) e Norma Lacerda Gonçalves (examinadora interna), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "Solidariedade em Comunidades de Baixa Renda: análise das práticas cotidianas e da relação com o lugar a partir do sistema da dádiva", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Circe Maria Gama Monteiro, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 1º de abril de 2011.

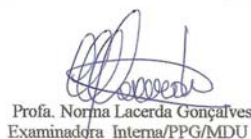
- Indicação da Banca para publicação ☒


Profa. Circe Maria Gama Monteiro
Orientadora


Profa. Roberta Bivar Carneiro Campos
Examinadora Externa/PPG Antropologia/UFPE


Prof. Paulo Henrique Martins
Examinador Externo/PPG Sociologia/UFPE


Prof. Alexandre Simão de Freitas
Examinador Externo/PPG em Educação/UFPE


Profa. Norma Lacerda Gonçalves
Examinadora Interna/PPG/MDU


Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa


Edinéa Alcântara de Barros e Silva
Candidata

A Luana, minha filha, para que ela aprenda a projetar casas que sejam lares, nos quais as pessoas possam sentir-se felizes.

Eu só tenho um pão, num tá vendo que eu não vou dividir com aquele pessoal que tem ali naquela casa: dez pessoas que tá morrendo de fome. Pode sim! Você fica sem, e pega aquele pão assim ó... parte cinco pedaços e dá. Eu te juro fia, que vai matar a fome daquela pessoa e você que ficou sem, você num fica com fome [...] em todo lugar, sempre tem uma pessoa com mais condições do que as outras. Por que ele não divide? [...] Você acha que isso aqui seria assim? Você acha que o Brasil seria assim? Não, era não. (Vitória, AB)

Ajuda eu acho que não é um prato de comida. Uma ajuda é alguém dizer: '[...] lá onde tu trabalha tem alguma pessoa que precisa de alguma coisa?' Aí eu sei que tem e digo pra ela para ela fazer aquela faxina [...] Isso aí ela vai me pagar mais tarde? Não, ela vai fazer o mesmo que eu fiz, com outra pessoa. Ela não vai chegar pra mim, receber o primeiro salário dela: 'olha, tu fez isso pra mim, toma tanto.' Não, não é isso. O que eu fiz pra ela hoje ela vai fazer pra outra pessoa mais tarde. (FM, AB)

[...] Quer dizer, é toda uma engrenagem: sendo ajudado e ajudando. Não há outro caminho, eu acredito nisso e é assim que eu tenho vencido. E o resultado tá aqui, eu acordo às vezes e fico olhando "minha casa!" (D. Eloísa, DH)

AGRADECIMENTOS,

A Circe Monteiro, minha orientadora, que me acolheu, como orientanda, de forma generosa, estabelecendo uma relação de companheirismo, surpreendente para a relação orientador-orientanda. Sou-lhe eternamente grata.

A Luis de la Mora, meu primeiro orientador, por quem tenho tanto carinho, e que muitas vezes fez mais do que qualquer orientador faria. No entanto, as nossas divergências teórico-metodológicas fizeram-me buscar meus próprios caminhos. Sou-lhe extremamente grata por sua dedicação.

A Paulo Henrique Martins, por ter-me apresentado a dádiva e ajudado tanto na compreensão desse fenômeno. Agradeço sua paciência e dedicação nas discussões e orientações para investigar a dádiva entre os moradores de baixa renda.

A Suely Leal, que em uma caminhada em Boa Viagem me estimulou a preparar um projeto para apresentar ao MDU.

A Fátima Furtado, pela solidariedade nos momentos difíceis e pelo prazer de ter podido compartilhar pesquisas e produções intelectuais.

A Roberta Campos pela prontidão em ajudar sempre que solicitei.

A Lúcia Leitão, Remo Mutzemberg, Breno Fontes e Danielle Pitta pelas contribuições nas bancas de qualificação e de projeto.

A Antônio Jucá pelas excelentes indicações bibliográficas e crítica à tese.

A todos os professores do MDU que contribuíram, cada um de forma diferente, para essa caminhada.

Aos funcionários Rebeca, Jonas, José, Catarina, Renata e Élide, pelo suporte administrativo.

Aos meus queridos colegas e amigos doutorandos, em especial a Onilda, grande amiga e companheira de todas as horas e a Tinoco, pelo companheirismo. Aos colegas e amigos do mestrado, em especial a Lívia Melo.

Aos amigos e colegas da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura do Recife, em especial a Roberto Arrais, Ademir, Durázio, Aucilene, José Roberto, Roberto Luís, Walber, Karina,

Márcio, Renata e Thiago, pela compreensão e solidariedade e a Carol Schuler pelo trabalho de cartografia para localização e situação das áreas estudadas.

Aos colegas da Prefeitura do Recife que colaboraram com informações e entrevistas, em especial a Nina Celeste que sugeriu o Córrego da Josélia para uma pesquisa exploratória e a Zilma Carnaúba e Andréa, por me facilitarem o acesso às informações.

Aos colegas e amigos da Prefeitura de Olinda, em especial a Hilda Gomes e Ana Carolina, que me apresentaram o mutirão do CSU de Rio Doce como pesquisa exploratória.

A todos os entrevistados do Córrego da Josélia, Mutirão CSU Rio Doce, Ocupação Mulheres de Tejucupapo, Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, Projeto Dom Helder Câmara, Vila Independência e aos Pedreiros Solidários. Sem a sinceridade, a solidariedade e a vontade de participar, a pesquisa empírica não teria sido possível.

Aos meus irmãos, por terem compreendido a minha ausência nesses longos anos.

À minha mãe, por ter compreendido, mesmo com muita reclamação, os tantos chamados não atendidos para estar com ela.

A minha querida filha Luana, pelas tantas e imperdoáveis ausências, por ter aguentado minha impaciência, pelas transcrições tão cuidadosas, por sua leveza, lindeza e por ser a filha maravilhosa que é.

A meu marido, Tim, pelas discussões e orientações quase diárias, por contribuir para arrumar minha ideias, clarear dúvidas e suportar minha ansiedade e impaciência. Eu também tenho que agradecer as “infinitas” traduções de “última hora”. Com certeza, eu não teria tido tantos trabalhos aprovados se não fosse a sua tradução.

E finalmente a Poppy e Mel, cachorras tão queridas, e aos nossos maravilhosos felinos, que tantas vezes foram verdadeiros bálsamos para aplacar a angústia, a ansiedade e me dar inspiração.

Sem a solidariedade e a dádiva de todos vocês esta tese não teria sido possível. Sinto-me em eterna dívida, mas uma dívida que jamais será paga, pois é a sua existência que faz com que os nossos laços sejam mais fortes. A todos vocês, muito obrigada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Contexto e condicionantes da solidariedade.....	94
Figura 2 Mapas de localização geral das áreas	100
Figura 3 Mapa do Recife com as localidades	101
Figura 4 Vista aérea: Conjunto Abençoada por Deus e Conjunto Residencial Dom Helder Câmara ..	102
Figura 5 Vista aérea: Conjunto Abençoada por Deus, Conjunto Residencial Dom Helder Câmara e Ocupação Mulheres de Tejucupapo	102
Figura 6 Vista aérea de Vila Independência	103
Figura 7 Fotos de Vila Independência	105
Figura 8 Projeto de Duplex em Construção	106
Figura 9 Tipologia das edificações, Vila Independência	107
Figura 10 Corte e fachadas, Vila Independência	108
Figura 11 A Comunidade de Abençoada por Deus.....	110
Figura 12 Projeto urbanístico do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus.....	111
Figura 13 Planta baixa e de coberta, Conjunto Habitacional Abençoada por Deus	112
Figura 14 Fotos do Conjunto Abençoada por Deus.....	117
Figura 15 Atividades socioeconômicas e a relação com o lugar	118
Figura 16 Projeto urbanístico e situação, Conjunto Residencial Dom Helder Câmara	121
Figura 17 Planta baixa, corte e fachada, Conjunto Residencial Dom Helder Câmara	122
Figura 18 Construindo as bases do Projeto Dom Helder Câmara.....	123
Figura 19 Construindo a comunidade	124
Figura 20 O trabalho dos Pedreiros Solidários	126
Figura 21 Estrutura lógica da pesquisa	129
Figura 22 Situações (potenciais) de (não) circulação de dádivas	154
Figura 23 Situações (potenciais) de circulação de dádivas.....	155
Figura 24 Apropriação e uso do espaço, Abençoada por Deus	195
Figura 25 A relação com o lugar, Conjunto Habitacional Abençoada por Deus.....	282
Figura 26 Construindo as casas em mutirão	300
Figura 27 Sorteio e mutirões para conclusão das casas	301
Figura 28 Fase de acabamento e cuidado com a casa	315
Figura 29 Sinais de laços com o lugar	316
Figura 30 Apropriação do lugar pós-ocupação	317

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Resumo dos entrevistados por categoria e localidade.....	138
Quadro 2 - Síntese dos grupos focais realizados.....	145
Quadro 3 Situações sociais em que a dádiva deixa de circular.....	156
Quadro 4 Situações sociais em que a dádiva circula com expectativa de retribuição	158
Quadro 5 Situações sociais em que a dádiva circula	159
Quadro 6 Situações sociais em que a dádiva circula na relação com o lugar	161
Quadro 7 Manifestações de dádiva encontradas	196
Quadro 8 Movimentação geral de horas no mutirão de 26/03/07 a 15/11/08.....	308
Quadro 9 Resumo da caracterização da participação na construção das casas.....	310
Quadro 10 Caracterização da participação dos mutirantes na obra	311

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHPNE – Associação de Habitação Popular do Nordeste
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano
BDI – Bonificações e Despesas Indiretas
CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança
CAO – Comissão de Acompanhamento de Obras
CCSA – Centro de Ciências Sociais aplicada
CEHAB – Companhia de Habitação de Pernambuco
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
CMP – Central dos Movimentos Populares
CODECIR – Coordenadoria de Defesa Civil do Recife
COMPESA – Companhia de Saneamento de Pernambuco
COP – Conferência das Partes
CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente
CRE – Comissão de Representantes
CSU – Centro Social Urbano
DCE – Diretório Central dos Estudantes
EMLURB – Empresa de Limpeza Urbana do Recife
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IVH – Índice de Valor Humano
MARES – Metodologia de Análise de Redes do Cotidiano
M.A.U.S.S. – *Mouvement Anti-utilitariste dans les Sciences Sociales*
MDU – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
MLB – Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas
MIST – Movimento Independente dos Sem-Teto
NITS – Núcleo Interdisciplinar de Tecnologia Social para o Desenvolvimento Organizacional e Local
NUDECs – Núcleos Comunitários de Defesa Civil
OP – Orçamento Participativo
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMR – Região Metropolitana do Recife
RPA – Região Político-Administrativa
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
TR – Taxa de retorno
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
RESUMO	14
ABSTRACT	15
APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	18
PARTE I – A ABORDAGEM TEÓRICA ADOTADA	30
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS E SEUS REFLEXOS.....	30
1.1 POR UMA REVISÃO DE MODELOS	30
1.2 A VIDA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	33
CAPÍTULO 2 – SOLIDARIEDADE COMO VALOR PARA INDIVÍDUO, COMUNIDADE E SOCIEDADE.....	38
2.1. A SOLIDARIEDADE COMO UM VALOR A SER (RE)VISITADO.....	38
2.2 A SOLIDARIEDADE SEGUNDO DURKHEIM.....	41
2.3 ABORDAGENS DA SOLIDARIEDADE	46
2.3.1 A SOLIDARIEDADE ENTRE OS POBRES EXCLUÍDOS MORADORES DE FAVELAS	50
2.4 SOCIEDADE, COMUNIDADE E INDIVÍDUO.....	52
2.4.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE	54
CAPÍTULO 3 – DÁDIVA E RECONHECIMENTO: ABORDAGENS PARA ENTENDER O COTIDIANO.....	58
3.1 A TRILOGIA DE MAUSS	58
3.2 A DÁDIVA ENTRE OS MODERNOS.....	65
3.3 A DÁDIVA ESTUDADA.....	76
3.4 A TEORIA DO RECONHECIMENTO	80
3.5 COMO A DÁDIVA E O RECONHECIMENTO SE COMPLEMENTAM PARA A COMPREENSÃO DAS ASSOCIAÇÕES	85
PARTE II – O OBJETO E A METODOLOGIA	88
CAPÍTULO 4 – O OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTO, PROBLEMA E GRUPOS SOCIAIS	88
4.1 O CONTEXTO DO PROBLEMA.....	88
4.1.1 A SOLUÇÃO HABITACIONAL PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	90
4.1.1.1 As INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL.....	91
4.2 O PORQUÊ DA PESQUISA.....	93
4.3 COMUNIDADES URBANAS DE BAIXA RENDA: SEUS VALORES CULTURAIS E PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS NO ESPAÇO DE MORADIA	95
4.3.2 Os ESTUDOS DE CASO ESCOLHIDOS.....	99
4.3.2.1 A OCUPAÇÃO VILA INDEPENDÊNCIA.....	99
.....	107
4.3.2.2 O CONJUNTO HABITACIONAL ABENÇOADA POR DEUS: UM PROJETO PROMOVIDO PELO PODER PÚBLICO	109
4.3.2.3 O MUTIRÃO DOM HELDER CÂMARA: UM PROJETO FACILITADOR DE SOLIDARIEDADE ..	116
4.3.2.4 Os PEDREIROS SOLIDÁRIOS.....	120
CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	128
5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	128
5.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	130
5.2.1 O MUTIRÃO DO CSU DE RIO DOCE	131
5.2.2 A EXPERIÊNCIA DO CÓRREGO DA JOSÉLIA	132
5.2.3 OCUPAÇÃO MULHERES DE TEJUCUPAPO	132
5.3 LIÇÕES APRENDIDAS.....	134
5.4 O ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	135

5.5 O CAMINHO DA COLETA	137
5.5.1 A OBSERVAÇÃO DIRETA	139
5.5.2 AS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS: EXPLORATÓRIAS E FOCADAS.....	139
5.5.3 O RELATO DE HISTÓRIA DE VIDA.....	140
5.5.4 O GRUPO FOCAL E A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES DO COTIDIANO (MARES).....	142
5.5.4.1 OS GRUPOS FOCAIS APLICADOS: PROPOSTA INICIAL E ADAPTAÇÕES REALIZADAS	145
5.6 O CAMINHO DA ANÁLISE	147
PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	150
CAPÍTULO 6 – DÁDIVA E SOLIDARIEDADE EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA: CATEGORIAS DE FATORES MOTIVADORES E INIBIDORES ANALISADOS	150
6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	150
6.2 CATEGORIAS DE SITUAÇÕES (POTENCIAIS) DE (NÃO) CIRCULAÇÃO DE DÁDIVAS.....	152
CAPÍTULO 7 – QUANDO A DÁDIVA É INIBIDA: SITUAÇÕES E CONDICIONANTES ANALISADOS	163
7.1 SITUAÇÕES DE INEFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	163
7.2 SITUAÇÕES ASSOCIADAS AO CONTEXTO PESSOAL	167
7.3 SITUAÇÕES ASSOCIADAS AO CONTEXTO DO OUTRO	172
7.3.1 SITUAÇÕES DE DIFICULDADE NA RELAÇÃO COM O OUTRO	173
7.3.2 SITUAÇÕES DE DESAGREGAÇÃO SOCIAL	178
7.4 AS SITUAÇÕES ASSOCIADAS AO CONTEXTO ESPACIAL	184
7.4.1 A S CRÍTICAS QUANTO À SOLUÇÃO TÉCNICA	185
CAPÍTULO 8 – QUANDO A DÁDIVA PODE OCORRER: SITUAÇÕES E CONDICIONANTES ANALISADOS.....	190
8.1 SITUAÇÕES DE EXPECTATIVA DE RETRIBUIÇÃO	190
8.1.1 SITUAÇÕES DE EXPECTATIVA DE RETRIBUIÇÃO EM CURTO PRAZO	191
8.1.2 COM EXPECTATIVA DE RETRIBUIÇÃO SEM PRAZO DEFINIDO	199
8.1.2.1 A RETRIBUIÇÃO POLÍTICA: A DÁDIVA DE LÍDERES COMUNITÁRIOS	200
8.2 FATORES MOTIVADORES RELATIVOS AO CONTEXTO PESSOAL	206
8.2.1 OS VALORES MORAIS E O SENTIMENTO DE DEVER: A RELIGIOSIDADE COMO MOTIVAÇÃO	207
8.2.2 A VONTADE DE RETRIBUIR POR ALGO RECEBIDO: O SENTIMENTO DE DÍVIDA COM O OUTRO	216
8.3 FATORES MOTIVADORES ASSOCIADOS À CONDIÇÃO DO OUTRO.....	219
8.3.1 A RELAÇÃO COM O OUTRO DE PROXIMIDADE	220
8.3.2 A DÁDIVA A (DES)CONHECIDOS E O COMPROMETIMENTO COM O COLETIVO: AS SITUAÇÕES DE LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVOS DIREITOS NA LUTA POR MORADIA	229
8.3.3 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: DIFICULDADES E NECESSIDADES DO OUTRO.....	240
8.3.3.1 GRAVIDADE E URGÊNCIA DA SITUAÇÃO: ACIDENTES, DOENÇA, RISCO DE VIDA, DROGAS, MACHISMO E VIOLÊNCIA	241
8.3.3.2 NECESSIDADE (I)MATERIAL.....	244
CAPÍTULO 9 – DÁDIVA E SOLIDARIEDADE NA RELAÇÃO COM O LUGAR.....	253
9.1 UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR.....	253
9.2 A INFRAESTRUTURA E A TIPOLOGIA DA CASA COMO CONDICIONANTES DA RELAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO LUGAR.....	258
9.2.1 AS CRÍTICAS QUANTO À SOLUÇÃO TÉCNICA DO PROJETO.....	258
9.3 A RELAÇÃO DE (FALTA DE) PERTENCIMENTO COMO CONDICIONANTE DA (NÃO) CONSERVAÇÃO DO LUGAR	267
9.3.1 SITUAÇÕES DE FALTA DE PERTENCIMENTO AO LUGAR	269
9.3.1.1 MEDO E INSEGURANÇA LOCAL	271
9.3.1.2 INSATISFAÇÃO, REJEIÇÃO E DEPREDACÃO.....	274
9.3.2 SITUAÇÕES DE PERTENCIMENTO: IDENTIDADE, CUIDADO E VALORIZAÇÃO DO LUGAR	275
9.4 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR: DÁDIVA E SOLIDARIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POR AJUDA MÚTUA	289

9.4.2 A INICIATIVA DOS PEDREIROS SOLIDÁRIOS	293
9.4.3 O MUTIRÃO DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA.....	296
9.4.3.1 A GESTÃO DO PROJETO: PARCERIAS, APOIOS, DIFICULDADES E LIÇÕES APRENDIDAS ..	297
9.4.3.2 DÁDIVA E SOLIDARIEDADE DURANTE A CONSTRUÇÃO DAS CASAS: A CIRCULAÇÃO DE HORAS NO MUTIRÃO COMO MANIFESTAÇÃO DE DÁDIVA	302
9.5 A EFICÁCIA DA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL	318
9.5.1 CONJUNTO HABITACIONAL ABENÇOADA POR DEUS: A NEGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR E DA MORADIA	325
CONCLUSÕES	331
REBATIMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA HABITACIONAL	342
REFERÊNCIAS	345
APÊNDICES.....	355
APÊNDICE A – SÍNTESE DAS TÉCNICAS APLICADAS POR CATEGORIA DE ENTREVISTADO	356
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL	359
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA	361
APÊNDICE D – RELATÓRIO DESCRITIVO SOBRE OS GRUPOS FOCAIS REALIZADOS	362
APÊNDICE E – PLANEJAMENTO DO GRUPO FOCAL	363
APÊNDICE F – CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DE UM GRUPO FOCAL (ENCONTRO DE GRUPO)	365
APÊNDICE G – TERMO DE CONCORDÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO FOCAL	366
APÊNDICE H – SÍNTESE DA PESQUISA REALIZADA PELO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES	367
ANEXOS.....	369
ANEXO A – TOTAL DE HORAS TRABALHADAS POR FAMÍLIA EM ABRIL DE 2007 (26/03 A 06/05).....	370
ANEXO B – TOTAL DE HORAS MENSAL DE CADA FAMÍLIA – MÓDULO I.....	371
ANEXO B – TOTAL DE HORAS MENSAL DE CADA FAMÍLIA – MÓDULO II	374
ANEXO C – CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA O PRIMEIRO SORTEIO EM OUTUBRO DE 2008	377
ANEXO D – TOTAL DE HORAS TRABALHADAS POR CADA FAMÍLIA DE 26/03/07 ATÉ 31/08/07.....	380
ANEXO E – TOTAL DE HORAS TRABALHADAS POR FAMÍLIA DE 26/03/07 ATÉ 15/11/08.....	381
ANEXO F – TOTAL DE HORAS DE CADA FAMÍLIA EM OUTUBRO DE 2008 DE 01/10 A 31/10	382

RESUMO

Momentos de crise econômica e ambiental parecem favorecer o resgate da solidariedade e da dádiva para promover o fortalecimento de pequenas comunidades. Esta tese discute como a população de baixa renda enfrenta os problemas e dificuldades do cotidiano, encontrando na solidariedade e na dádiva recursos para lidar com amplas necessidades em face da insuficiência e da ineficácia das políticas públicas. Foram escutadas 95 pessoas – líderes comunitários, moradores, parentes, conhecidos, técnicos, gestores e pedreiros – de áreas pobres, por meio de entrevistas, grupos focais e relatos de história de vida. Foram investigadas também situações na produção informal de habitações em comunidades de baixa renda. A dádiva surge na vida das pessoas como um recurso real e potencial para lidar com a escassez, problemas e dificuldades cotidianas na vida nessas localidades. Essas práticas estão estruturadas na obrigação tripartite de dar-receber-retribuir, em que se fundamenta o sistema da dádiva. Os resultados revelam que manifestações de solidariedade e dádiva ocorrem de distintas formas. As motivações encontradas para ajudar ao outro podem estar associadas: i) ao contexto pessoal, aos valores morais individuais, fundados na religiosidade ou educação familiar, e à retribuição; ii) ao contexto do outro, pela relação com o outro, de parentesco, de amizade, (des)conhecidos e de compromisso com o coletivo, ou ao contexto socioeconômico do outro, por urgência e necessidades; e iii) ao contexto espacial, na provisão da casa, ou na relação de identidade e pertencimento ao lugar. No entanto, esse recurso poderoso pode ser enfraquecido e até destruído por políticas públicas inadequadas. Conhecer o fenômeno, assim como seus fatores de indução e restrição pode ajudar a fortalecer os processos orgânicos e sustentáveis, imprescindíveis para a superação das dificuldades enfrentadas pelas populações pobres para conquistar um espaço na cidade.

Palavras-chave: solidariedade, dádiva, cotidiano, lugar, mutirão, comunidades de baixa renda, conjunto habitacional e política habitacional.

ABSTRACT

Moments of economic and environmental crisis seem to be promoting the resurgence of solidarity and of the gift to strengthen small communities. This thesis discusses how the low-income population deals with everyday problems and difficulties, using solidarity and the gift as resources to cope with extensive needs given the insufficiency and ineffectiveness of public policy. The voices of 95 people were heard – community leaders, residents, relatives, acquaintances, technicians, managers and bricklayers – from poor areas, in the form of interviews, focus groups, and life histories. Situations were also investigated where dwellings were produced informally in low-income communities. The gift arises in people's lives as an actual and potential resource to cope with scarcity and the problems and difficulties of everyday life in such locations. These practices are structured according to the tripartite obligation to give, receive and reciprocate, on which the system of the gift is based. The results show that solidarity and the gift are manifested in various forms. The motivations encountered for giving to others may be associated with: i) the personal context, individual moral values, based on religiosity or upbringing, and the desire to reciprocate; ii) the context of the other, through the relationship with the other, whether family, friendship, acquaintance, with strangers, or commitment to the collective, or the socio-economic context of the other, in situations of urgent need; and iii) the spatial context, the provision of the home, or the relationship of identity and belonging to a place. However, this powerful resource may be weakened or even destroyed by inappropriate public policies. A knowledge of the phenomenon of the gift and the factors inducing and inhibiting it can help strengthen the organic and sustainable processes that are a prerequisite for overcoming the difficulties faced by poor populations when conquering a space within the city.

Key words: solidarity, gift, the everyday, the place, low-income communities, housing development, housing policy.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho desenvolve o tema da solidariedade em comunidades de baixa renda utilizando-se da dádiva como base teórica de análise. A dádiva tem sido objeto de grande debate na teoria social que tem como referência Marcel Mauss, um dos fundadores da sociologia e da antropologia francesa, daí o interesse em entender com maior profundidade a ocorrência desse fenômeno em comunidades pobres.

Os conhecimentos teóricos e empíricos foram estruturados em nove capítulos buscando fundamentar a tese sobre a “Solidariedade em Comunidades de Baixa Renda: análise das práticas cotidianas e da relação com o lugar a partir do sistema da dádiva”, de Edinéa Alcântara de Barros e Silva, sob a orientação da Professora Dr. Circe Maria Gama Monteiro, para obtenção do título de doutor, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco.

No capítulo 1 discute-se o modelo de desenvolvimento e os reflexos nas cidades contemporâneas, bem como aponta-se a necessidade de revisão de modelos face à insustentabilidade dos padrões até então adotados.

No capítulo 2 busca-se aprofundar teoricamente a compreensão sobre a solidariedade para subsidiar a investigação da sua ocorrência e identificação nos assentamentos de baixa renda.

No capítulo 3 aprofunda-se o conhecimento sobre a dádiva a partir de Marcel Mauss e de autores contemporâneos buscando definir as modalidades que podem ocorrer nas sociedades modernas. Discute-se também a teoria do reconhecimento de Axel Honneth buscando encontrar as interfaces entre reconhecimento e dádiva.

No capítulo 4 apresenta-se o objeto de estudo, as comunidades de baixa renda pesquisadas, no capítulo 5 descreve-se as bases metodológicas para a construção da pesquisa e no capítulo 6 apresenta-se o arcabouço das categorias de análise.

No capítulo 7 identificam-se as categorias de situações em que a dádiva não ocorre ou tem sua ocorrência dificultada. No capítulo 8, apresentam-se as situações e contextos que motivam a circulação de dádiva e no capítulo 9 descrevem-se situações em que buscam entender a relação de dádiva com o lugar de moradia. E finalmente as conclusões e recomendações.



INTRODUÇÃO

Os impasses econômicos e ambientais enfrentados por nossa civilização favorecem o questionamento dos princípios éticos que vêm conduzindo o modelo de “desenvolvimento” das cidades. A crise ambiental – mais visível nas mudanças climáticas que ameaçam os sistemas ecológicos, causando secas e inundações que devastam plantações, provocam falta de alimentos e ameaçam a subsistência de populações em cidades e áreas rurais em todo o mundo – deveria impulsionar a reflexão sobre os padrões de crescimento adotados pelas nações. A ameaça atinge a humanidade inteira, mesmo que os impactos locais sejam diferenciados no tempo e no espaço.

Por sua complexidade e importância, a questão ambiental assume centralidade na revisão de modelos e de referenciais como bases do desenvolvimento e potencializa o resgate de valores que possam propiciar uma melhor convivência entre os seres humanos e entre esses e o ambiente em que vivem. Dentre esses valores, a solidariedade pode ser apontada como um valor a ser recuperado para a sobrevivência das gerações futuras em padrões mais sustentáveis. A Agenda 21 brasileira aponta como seu 21º objetivo a pedagogia da sustentabilidade e salienta a ética e a solidariedade como pilares estruturadores dessa pedagogia. (MMA, 2004, p. 84).

Enquanto as sociedades contemporâneas depositarem no consumo um dos valores que ditam as condutas de quem “pode consumir”, será multiplicada a crença de que a felicidade e o sucesso podem ser comprados, adquiridos. Partindo dessas premissas, as relações passam a ser guiadas pelo interesse. Essas relações tendem a tornar homogêneas as relações sociais, o que passa a ocorrer com mais frequência dentro de um mesmo grupo social, seja no trabalho, no clube, seja nas associações de lazer, mas principalmente na cidade. Noções de vizinhança passam a ser de proximidade mais do que de socialização, e os problemas e conflitos decorrentes da vida em comum passam a ser delegados a um terceiro seja esse polícia, Estado, prefeitura. Isto tem paulatinamente retirado o cidadão da decisão do seu destino na sociedade e na cidade. Nessa delegação social de poder, os valores a serem respeitados se referem mais ao que a pessoa possui do que ao que ela é, a seus valores humanos.

A adoção do “modelo de desenvolvimento” em que o padrão de consumo de uma sociedade se baseia na abundância, em que os recursos naturais valem por seu valor de troca, foi um dos fatores que agravaram essa situação.

No contexto urbano, isso levou ao crescimento acelerado das cidades sem a provisão da infraestrutura necessária. A migração campo-cidade também foi outro fator que acelerou o crescimento de ocupações espontâneas em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura, o que produz impactos diretos na qualidade de moradia nesses assentamentos.

Diante da insuficiência das políticas públicas e mais particularmente a política habitacional para prover soluções eficazes que busquem reduzir o *deficit* habitacional e produzir uma moradia adequada, os moradores criam estratégias para lidarem com essa situação. Paradoxalmente, essa mesma economia que cria os excluídos em massa também confia à sociedade a tarefa de reincluí-los na sociedade (GODELIER, 2001, p. 9), no caso a eles próprios.

O Estado é que deveria desempenhar o papel de recompor a sociedade, mas o Estado não é suficiente para tal tarefa. É nesse contexto que se apela para o dom, para a solidariedade. Surgem inúmeras organizações “caritativas” que coletam doações para, de forma caridosa, dar e partilhar com mendigos e pedintes (*ibidem*).

Nesse espírito, aparecem as campanhas de apelo à solidariedade diante das catástrofes mundiais – Furacão Katrina, terremoto no Haiti, dentre outros – e, mais recentemente, das nacionais: as enchentes no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. A Revista Época de 24 de janeiro de 2011 tem como matéria de capa “A força da solidariedade: de onde vem esse sentimento nobre e profundo que nos leva a fazer sacrifício para ajudar as vítimas de tragédias como as enchentes”. A matéria aponta percentuais altos de solidariedade ao demonstrar que, nos 153 países pesquisados, 20% da população global doa tempo, 30% doa dinheiro e 45% ajuda estranhos. O Brasil ocupa a 76ª posição entre os países pesquisados.

Compreender a solidariedade de forma mais aprofundada pode fazer emergir soluções, práticas, padrões de comportamento e atitudes e, sobretudo, valores que permitem contribuir para a compreensão das relações humanas sob outra ótica, além de propiciar a reflexão sobre como a solidariedade pode ser multiplicada.

Entender o que provoca e como se estabelece a ação social tem sido o objeto das ciências sociais. Diversos autores, liberais ou marxistas, buscaram explicar as bases da ação social sob diversas abordagens. Alguns optaram por entender os fenômenos sociais associados aos indivíduos, por julgarem que só esses podem ser sujeitos. Enquadram-se no que denominam o paradigma do individualismo (CAILLÉ, 2002, p. 14; PORTUGAL; MARTINS, 2011, p. 8), ao se referirem aos autores que seguem as correntes do individualismo metodológico, da

teoria da escolha racional,¹ da teoria dos jogos,² o utilitarismo,³ dentre outros. O referencial teórico de que o principal agente é o indivíduo tem sido largamente aceito para explicar o comportamento dos indivíduos nas sociedades capitalistas. No entanto, autores, como Elster (2007), inicialmente defenderam a escolha racional para explicar o comportamento das pessoas e posteriormente admitiram que, em inúmeras situações, não é o cálculo que determina a conduta, não sendo, pois, a escolha racional e o autointeresse os únicos fatores explicativos. Ocorrem outras motivações associadas às atitudes e às decisões que pautam a relação entre as pessoas.

Entre os autores liberais contemporâneos, Amartya Sen pode ser apontado como um referencial de pensamento dessa corrente. Ao analisar a racionalidade e as motivações para a solidariedade com o outro, Sen (2000, pp. 306-307) mostra dois caminhos para a aproximação do outro: a “simpatia” e o “comprometimento”, ambos com base no autointeresse. Ele enquadra a simpatia como parte do bem-estar do próprio indivíduo ao associar ao autointeresse a promoção do interesse das pessoas com quem simpatiza. Argumenta que, quando alguém está disposto a fazer sacrifícios para promover outros valores, como a justiça social ou o bem-estar da comunidade, se trata de comprometimento. Caso alguém ajude um miserável, porque se sentiu infeliz, essa ação teve como base a simpatia. Se alguém pretende mudar o sistema que gerou essa condição miserável para o outro, essa atitude baseou-se no comprometimento.

Em ambas as modalidades de sensibilização com a condição do outro o autointeresse está presente e é ele que define a ação, não o interesse pelo outro. Pela simpatia, busca-se a sensação de bem-estar para si próprio. Mesmo ao se buscar a justiça social, nos casos de comprometimento, também há um componente do “eu”, uma vez que é o comprometimento da própria pessoa.

¹ Assume que os indivíduos escolhem a melhor ação que corresponde a funções preferenciais estáveis e aos limites que enfrentam (Coleman, 1973; Cook, 1977 *apud* Scott, 2000).

² A teoria dos jogos fundamenta vários ramos da ciência – matemática, ciência política, ética, economia, filosofia, biologia, dentre outras – e tem como simulação uma situação em que jogadores escolhem diferentes ações estratégicas na tentativa de melhorar seu retorno individual.

³ Esses autores associam o cálculo e a eficácia instrumental ao utilitarismo, como defende Martins (2009), como sendo a doutrina na qual os sujeitos humanos são regidos por o cálculo permanente dos prazeres e sofrimentos, ou ganhos e perdas. Para Caillé (1989, p. *apud* MARTINS, 2009) o utilitarismo não é mais um sistema filosófico particular ou um componente do imaginário dominante das sociedades modernas, mas o próprio imaginário moderno. “De tal modo, que para os modernos, em geral, o que não seja traduzível em termos de utilidade e eficácia instrumental não tem sentido” (CAILLÉ, 1989, p. 9 *apud ibidem*). O utilitarismo defende que as escolhas e as ações das pessoas devem buscar maximizar os ganhos de todos os envolvidos, e tem nos pensadores ingleses Jeremy Bentham, no século XVIII, e John Stuart Mill, no século XIX, seus principais defensores.

Os limites das explicações de Sen residem em não incluir a condição do outro como um motivador da ação e restringi-la ao autointeresse, desconsiderando a possibilidade de existir o interesse pelo outro. Torna-se difícil explicar as ações entre duas pessoas sem considerar a contribuição de ambas para a ocorrência da ação. Para os pensadores que adotam a racionalidade para explicar a ação social, as motivações são autointeressadas, mesmo nas circunstâncias de solidariedade para com o outro. A pesquisadora discorda dessa abordagem, por entender que existem muitas ações em que o outro tem um papel ativo na sua deflagração, como as ações que envolvem emoções, sentimentos de afeto para com o outro e fenômenos de natureza simbólica, que a racionalidade não consegue explicar. Mesmo o comprometimento ou a simpatia não acontecem sem o outro, é ele quem deflagra esse comprometimento, essa simpatia. Como explicar que alguém tenha comprometimento ou simpatia com uma pessoa e não com outra? Se a escolha fosse apenas racional e autorreferenciada, o comprometimento e a simpatia ocorreriam sempre, independentemente de quem é o outro, da causa do outro, da condição do outro.

No entanto, mesmo por um caminho diferente, fundamentado no autointeresse, Sen admite que o ser humano se movimenta na direção de ajudar o outro. Não se pretende aprofundar o estudo dos autores que defendem essa corrente de pensamento, apenas sinalizar que existem outras motivações associadas a atitudes e decisões das pessoas na sua relação com os outros e com o ambiente, as quais não se pautam somente no cálculo, em escolhas racionais ou no autointeresse.

A outra forma de buscar explicar a ação social é o paradigma holista, que nas distintas versões – funcionalismo, culturalismo, estruturalismo – defende que as ações, individuais ou coletivas, são manifestações de dominação, que a totalidade social preexistente exerce sobre os indivíduos e que se configura a única realidade (CAILLÉ, 2002, p. 14; PORTUGAL; MARTINS, 2011, p. 8).

Diante dessas visões com distintas abordagens, torna-se imperativo aprofundar a discussão sobre as bases e as motivações da ação social e, em particular, como se desenvolve a solidariedade. Optou-se por considerar a teoria da dádiva uma abordagem teórica, a qual pode trazer outras pistas para a compreensão desse fenômeno, por entender que a solidariedade entre as pessoas não pode estar restrita ao interesse, como no primeiro paradigma, ou à obrigação, como no segundo. Qualifica-se como “dádiva qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais

entre as pessoas”. E que “[...] assim caracterizada como forma de circulação de bens a serviço dos vínculos sociais, constitui um elemento essencial a toda a sociedade” (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 29).

Procurou-se aprofundar a compreensão da solidariedade ao investigar sua ocorrência nos assentamentos de baixa renda, bem como a compreensão do dom como operador privilegiado das relações sociais nesse universo. A teoria da dádiva não se limita ao momento da individualidade, nem ao da totalidade, mas parte da inter-relação generalizada das pessoas, e busca entender de forma dialética como se estabelece, sem negar o interesse nem a obrigação (PORTUGAL; MARTINS, 2011, p. 8).

O caráter contraditório e dinâmico da realidade nos assentamentos de baixa renda faz com que as carências socioeconômicas e ambientais possam ao mesmo tempo potencializar e dificultar as atitudes solidárias na relação entre os moradores e de cuidado com o ambiente. A realidade desses assentamentos tem atraído pesquisadores a desenvolverem trabalhos com distintos enfoques. No entanto, constata-se uma lacuna de trabalhos que enfoquem a solidariedade existente no cotidiano das relações entre os moradores dessas localidades como um recurso para enfrentar seus limites das condições de vida e de moradia.

Parece oportuno, portanto, discutir o cotidiano de moradia nesses assentamentos, o que envolve a questão habitacional, os modelos de desenvolvimento urbano para essas localidades, buscando a colaboração de diversos modos de conhecimento e de como entender fenômenos da sociedade, proporcionados pela sociologia, psicologia, antropologia e até pela filosofia. Essa busca de um olhar interdisciplinar justifica-se pela necessidade de os estudos que tratam a questão habitacional e o "desenvolvimento urbano" enfocarem novas teorias e ideias para poderem explicar de modo mais amplo essa temática – articulando o saber acadêmico e o saber comum.

As soluções de moradia que a população da baixa renda tem encontrado pode variar do assentamento espontâneo, cujas casas foram construídas por eles, com a ajuda uns dos outros, até o conjunto habitacional construído pelo poder público, e que usualmente são soluções verticalizadas de habitações multifamiliares, na grande maioria rejeitadas pelos moradores. Muito provavelmente, as tipologias habitacionais interferem na ocorrência de práticas solidárias. A participação na construção do lugar também tende a consolidar os laços de solidariedade entre os moradores e a relação de pertencimento ao lugar. Ao buscar responder à questão *como a solidariedade emerge, se concretiza e se estabelece no cotidiano dos*

moradores de comunidades de baixa renda? foram identificadas as situações que facilitam e inibem as atitudes solidárias entre os moradores e de cuidado com o lugar em três localidades: o Assentamento Espontâneo Vila Independência, o Conjunto Habitacional de Apartamentos Abençoada por Deus e o Projeto de mutirão autogestionado do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, no Recife e uma iniciativa de ajuda mútua na construção de casas, os Pedreiros Solidários, em São Lourenço da Mata.

Seria preciso, primeiramente esclarecer por que escolher a teoria do dom – desenvolvida, no início do século XX, por Marcel Mauss, sobrinho de Émile Durkheim – para verificar sua validade no contexto de comunidades urbanas de baixa renda no Recife.

Mauss (1983), ao observar os fenômenos sociais, particularmente os rituais coletivos de troca que ocorriam em sociedades “primitivas”, concluiu que as relações sociais estavam estruturadas na obrigação tripartite de dar-receber-retribuir.

Dar-receber-retribuir não pode estar restrito à troca, como foi a interpretação de Lévi-Strauss (1950) da obra de Mauss. A posição da pesquisadora comunga com a dos autores do M.A.U.S.S. *Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales*,⁴ que entendem a magnitude do pensamento de Mauss e da teoria da dádiva como uma teoria que busca explicar os meandros da ação social e da formação dos vínculos sociais (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 244).

[...] na dádiva a um terceiro, ou a alguém que já nos deu, a um amigo ou mesmo a um estranho, dá-se porque se recebeu; assim, está-se sempre retribuindo; mas recebe-se sempre mais do que se dá [...]. O instinto de retribuir se fundamenta no fato evidente de que nossa própria existência vem de uma dádiva, a do nosso nascimento, que nos instala no estado de dívida (GODBOUT; CAILLÉ, *ibid.*, p. 243).

Dádiva, portanto, não pode ser troca no sentido de uma simples operação econômica, mercantil ou contábil. A dádiva opera no estabelecimento de vínculos sociais entre as pessoas. As dívidas geradas a partir da dádiva não são quantificáveis:

A troca de mercadorias é uma troca de objetos alienáveis entre pessoas que se encontram num estado de independência recíproca, traduzindo-se pelo estabelecimento de uma relação quantitativa entre os objetos trocados [...]

⁴ Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, fundado na França, em 1981, por intelectuais franceses simpatizantes do pensamento de Mauss. Esse movimento busca resgatar o debate sobre a crítica ao utilitarismo como um caminho para discutir a realidade. Alain Caillé é um dos seus principais líderes, mas há colaboradores como Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Chantal Mouffe, Mary Douglas, Robert Castel, Jacques Godbout, dentre outros. No Brasil, as ideias do M.A.U.S.S. foram primeiramente divulgadas por Paulo Henrique Martins, Brasilmar Nunes e Roberta Campos, dentre outros. Ver mais detalhes em www.revuedumauss.com.fr, www.journaldumauss.net e <http://www.jornaldomauss.org/periodico/>.

Inversamente, a troca por dádiva consiste numa troca de objetos inalienáveis entre pessoas que se encontram num estado de dependência recíproca, traduzindo-se pelo estabelecimento de uma relação qualitativa entre os protagonistas. (GREGORY, 1983, p.100 apud GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 161)

É essa a modalidade de “troca” a ser investigada e buscou-se nas comunidades de baixa renda o universo de pesquisa para investigar a circulação de dádivas entre esses moradores.

A experiência profissional de mais de 20 anos de trabalho da pesquisadora com melhoria habitacional e urbana de assentamentos espontâneos de baixa renda em municípios de Pernambuco, no setor público e no terceiro setor, permitiu observar distintas manifestações de ajuda mútua entre os moradores para enfrentar as dificuldades impostas pelo cotidiano. Após conhecer a teoria da dádiva e perceber semelhanças entre os fenômenos observados por Mauss e os que ocorriam nos assentamentos de baixa renda, procurou-se compreender como a dádiva ocorre nesses assentamentos.

Diversos trabalhos abordam esses assentamentos sob enfoques distintos. Barbosa (2007) investiga a solidariedade tendo a religiosidade como fator motivador de práticas solidárias em dois grupos voluntários de mulheres. Lomnitz (1994) demonstra que a troca e a reciprocidade nas “barriadas”, do México, possuem efetividade em relação à falta de segurança econômica e se baseiam na confiança, na igualdade de carências e na proximidade física das residências. Boaventura de Souza Santos compara as redes de reconhecimento mútuo e de entreajuda existentes nos laços de parentesco em Portugal à lógica de reciprocidade existente no dom (SANTOS B., 1993 *apud* PORTUGAL 2008). No entanto, poucos estudos buscam entender em profundidade os condicionantes em que se desenvolvem as práticas de solidariedade a partir da teoria da dádiva. Portanto, a carência de estudos sobre a solidariedade que adotem a dádiva como explicação desses fenômenos no cotidiano e na construção de habitações em assentamentos de baixa renda são justificativas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Outro aspecto a ser esclarecido é a posição da pesquisadora em relação ao extensivo debate sobre a existência do interesse nas relações de dádiva. A modernidade⁵ recusa-se a crer na existência de dádiva por representá-la como a imagem invertida do interesse material e egoísta. Para muitos que defendem essa posição, “a ‘verdadeira’ dádiva só poderia ser

⁵ Martucceli (1999, p. 9 *apud* Ivo, 2008, p. 37) afirma que a noção de modernidade não tem limites muito precisos nas ciências humanas, mas refere-se ao tempo contemporâneo de constante inquietude. Giddens (1994, *apud ibidem*) designa modernidade como um modo de vida ou organização social surgido na Europa no século XVIII que influenciou o planeta. Há uma dimensão de valor moral, estilo de vida marcado pelo consumo, progresso técnico e material e uma mudança social em decorrência da urbanização e da indústria, levando a uma maior racionalidade para controlar o mundo.

gratuita. Como a gratuidade é impossível (“*There is no such thing as a free lunch*”), [...] ao negar a gratuidade de suas motivações, eles atestam a realidade da sua dádiva.” (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 15). O próprio Mauss menciona o interesse contido na dádiva: “[...] o carácter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e todavia forçado e *interessado* por essas prestações” [grifos nossos] (MAUSS, 1950, *op. cit.*, p. 52). Não se acredita que a gratuidade seja impossível, mas trabalha-se com a possibilidade de haver interesse ou não na dádiva.

A teoria da dádiva vem sendo cada vez mais usada por diversos autores contemporâneos associados ao M.A.U.S.S. como instrumento de compreensão de diversas realidades modernas. Existem trabalhos desenvolvidos com base nessa teoria aplicados à saúde, à antropologia, à sociologia, à economia solidária, mas poucos para subsidiar a análise do *habitat* de assentamentos de baixa renda. Foi escolhida a teoria da dádiva como um meio de interpretação teórica e de análise das situações em que ocorre solidariedade entre os moradores de baixa renda, porque foram constatados que os princípios de dar-receber-retribuir estabelecem um elo social entre eles.

Buscou-se em Émile Durkheim, sociólogo do século XIX e pai da sociologia francesa, o conceito de solidariedade orgânica, que está associada à divisão social do trabalho, segundo a qual numa sociedade cada indivíduo tem uma esfera própria de ação, uma personalidade, e em que cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido é o trabalho. Mas ele não reconhece no “individualismo” uma força integradora. A abordagem desta tese associa a “individualismo” o que pode impedir que a solidariedade ocorra, ou as ações relacionadas *apenas* ao próprio indivíduo e que, conseqüentemente, possam vir a prejudicar o(s) outro(s) ou o ambiente, sem ter havido o compromisso ou a concessão ao outro. A abordagem desta tese, em que individualidades fortes contribuem para uma maior solidariedade, não nega nem contradiz o conceito de solidariedade orgânica. Pois, quanto mais fortalecida é a consciência individual, mais forte é a coesão resultante dessa solidariedade: “[...] a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios” (DURKHEIM, 1999, p. 108).

Durkheim também conceitua a solidariedade mecânica como própria das sociedades mais primitivas, em que o individual se confunde com o coletivo. Nessa modalidade de solidariedade, os membros da sociedade são fortemente identificados com o coletivo e por

isso estão prontos a colaborar com o todo, com o “ser coletivo”. Mesmo sendo característica das sociedades tradicionais, pode-se encontrar manifestações dessa modalidade nas sociedades complexas.

Como valor e sentimentos humanos, a solidariedade manifesta-se em qualquer estrato social, mas o foco da tese é a observação dessas manifestações nos estratos sociais mais pobres. As dificuldades socioeconômicas, as especificidades culturais e a configuração espacial dos assentamentos podem contribuir com condicionantes específicos para que a solidariedade se transforme em um recurso para enfrentar o cotidiano.

Acredita-se que “O ser humano nasce e se desenvolve como um ser carente de solidariedade” (ASSMAN & SUNG, 2000, p. 316), portanto, buscou-se entender como se originam as relações de solidariedade, as interfaces com a dádiva e os fatores motivadores.

Desde sempre o homem dá-se a si mesmo, cria obrigações para si mesmo para obter um mínimo de serenidade diante daquilo que o ultrapassa. Eis a origem da relação de dádiva: uma criação contínua de obrigações que estão em toda parte nos interstícios da modernidade, que se modificam à medida que os progressos da modernidade permitem livrar-se delas, mas que nos livram da angústia (GODBOUT; CAILLÉ, *ibid.*, p.251).

Os pobres encontraram na ajuda mútua um recurso de sobrevivência em um sistema que os exclui, a fim de criarem e fortalecerem os vínculos sociais entre si. As ligações de proximidade expressas nos atos solidários de olhar o filho do vizinho, doar alimento ou dinheiro, ajudar na ampliação de uma casa, fazer cota para ajudar alguém, prestar um socorro em situação de doenças e acidentes, são manifestações dessa ajuda mútua e solidariedade. Trata-se de uma forma de fortalecimento dos laços e vínculos das relações sociais, a qual perdura e se expressa nos pequenos gestos de solidariedade que recheiam o cotidiano das comunidades de baixa renda. Mas ajuda mútua é dádiva? Quando um morador ajuda a construir a casa de um amigo ou conhecido e esse se sente em dívida para ajudar quando aquele precisar, esse sentimento de dívida, de gratidão e de obrigatoriedade de retribuição são pressupostos do sistema de dádiva. Para caracterizar e entender essas prestações, foram formuladas quatro hipóteses. As duas primeiras foram comprovadas em todos os casos e as duas últimas nos casos em que se aplicavam:

- a) A motivação para a solidariedade é condicionada: i) por fatores pessoais – valores morais individuais e em retribuição a alguém; ii) pelo outro – relação com o outro e com contexto socioeconômico do outro; e iii) por relação de identidade e pertencimento ao lugar;

- b) A solidariedade existente no cotidiano de moradores de comunidades de baixa renda e na ajuda mútua para a construção de casas pode ser explicada pelas possibilidades de se fazerem alianças com apoio na dádiva;
- c) As ações dos agentes externos e internos podem inibir ou facilitar manifestações de solidariedade;
- d) Maior união e solidariedade coletiva manifestadas no envolvimento, participação e luta por moradia e na construção do lugar em que moram fortalecem as relações de pertencimento e de cuidado com o lugar.

Foram analisadas as manifestações de dádiva e de solidariedade ocorridas na ocupação, organização comunitária, construção das casas e no cotidiano de moradia pós-ocupação. Várias localidades foram estudadas, mas estudos de casos foram feitos em quatro: o Projeto de Mutirão Dom Helder Câmara, o Assentamento Espontâneo Vila Independência, a iniciativa dos Pedreiros Solidários e o Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, por apresentarem características de comunidade e soluções habitacionais representativas.

As características de cada caso são distintas quanto ao protagonismo dos participantes na participação da construção do *habitat* de moradia e, portanto, oferecem uma diversidade de contextos e cenários de análise que enriquecem o estudo comparativo, mas, ao mesmo tempo, resultam de processos de luta pela moradia.

Ao analisar os quatro casos à luz da teoria da dádiva, há o objetivo geral de *verificar como a solidariedade emerge, se concretiza e se estabelece no cotidiano dos moradores de assentamentos de baixa renda*, e como objetivos específicos:

- i) Caracterizar os condicionantes – motivações, necessidades, possibilidades, fatores (potencialmente) inibidores/facilitadores – que influem ou não no surgimento de práticas solidárias;
- ii) Caracterizar as formas de manifestação e de reprodução de práticas solidárias no cotidiano do bairro, no *habitat* de moradia e com a vizinhança, identificando as modalidades de doação e de recebimento de algum tipo de ajuda, bem como as situações e os fatores inibidores;
- iii) Caracterizar as formas de manifestação e de reprodução de práticas solidárias na construção de casas, identificando as modalidades de ajuda mútua;

- iv) Caracterizar os desdobramentos na relação entre os envolvidos em consequência da dádiva (doação, recepção ou retribuição);
- v) Caracterizar a relação com o espaço comum: de cuidado ou de rejeição.

O método adotado foi o hipotético-indutivo, com a utilização de técnicas de levantamento de dados, tais como análise documental, visitas de observação, participação em reuniões. Os instrumentos de coleta utilizados foram entrevistas exploratórias, com roteiro, relatos de história de vida e grupos focais.

A análise está estruturada em três eixos principais: i) nas situações sociais em que a circulação de dádivas não ocorre ou é dificultada; ii) nas situações sociais (potenciais) em que a dádiva circula; e iii) os rebatimentos na relação com o lugar em que moram.

É a análise das atitudes, dialeticamente conflituosas e harmoniosas, as quais permeiam as relações entre moradores, amigos, parentes e vizinhos de comunidades de baixa renda, entre o particular e o público, entre a casa e a rua, que se quer aprofundar. Os princípios que orientam a teoria do dom ocorrem nessas localidades? De que forma se manifesta entre os moradores?

Não existe a ilusão de que alguma política urbana possa eliminar a pobreza, até porque são políticas compensatórias, que agem na esfera da reprodução e não da produção, mas que possuem uma grande capacidade de mobilizar forças sociais que podem vir a constituir-se em políticas transformadoras. Nesse sentido, Santos (2004) afirma “é inútil imaginar que a pobreza poderá ser eliminada sem a eliminação da atual estrutura de produção, dos investimentos e do consumo”. No entanto, sabe-se da importância para os moradores de baixa renda de estabelecerem uma relação de satisfação e de pertencimento ao lugar em que moram, pois dele dependem para construir sua felicidade (MONTEIRO, 1989). Buscou-se também contribuir para a discussão da circulação de dádiva associada às políticas públicas, particularmente a habitacional, para que os espaços de moradia possam trazer mais conforto e satisfação aos moradores.

PARTE I
A ABORDAGEM TEÓRICA ADOTADA

CAPÍTULO 1
O DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS E SEUS REFLEXOS

PARTE I – A ABORDAGEM TEÓRICA ADOTADA

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS E SEUS REFLEXOS

Esse primeiro capítulo discorre brevemente sobre o modelo de desenvolvimento e seus reflexos na qualidade de vida e nas cidades contemporâneas. O medo e a busca de segurança que acometem os moradores das grandes cidades reflete a fragilidade das instituições no oferecimento da segurança esperada. Que alternativas se apresentam a esse cenário?

1.1 POR UMA REVISÃO DE MODELOS

O meio acadêmico assiste ao debate sobre a necessidade de serem revistos os modelos de desenvolvimento em que se pautou a humanidade. Os padrões de desenvolvimento adotados pelos países capitalistas têm levado à exploração e à utilização dos recursos naturais finitos como se fossem renováveis e infinitos. O esgotamento dos recursos naturais e a crítica a essa condução têm levado a reflexões e mudanças na busca de outros paradigmas de consumo, desenvolvimento, valores e formas de relacionamento entre os seres humanos, para que a passagem dos seres humanos pela terra possa alcançar maior sustentabilidade.

A Carta da Terra aponta no seu 4º princípio: “Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações” e no 16º princípio: “Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz”, no qual propõe “Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações”. (MMA, 1992, p. 3, 6)

A Agenda 21 brasileira reconhece que a prosperidade ocorreu às custas de um enorme vazio moral, e diante da crise ecológica e da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, propõe a pedagogia da sustentabilidade para modelar a conduta ética do século XXI. Salienta a ética e a solidariedade como pilares dessa pedagogia de sustentabilidade a partir da

[...] idéia-força de uma civilização planetária, ligada a uma sociedade mundial que comungue dos mesmos ideais de celebração da vida, da solidariedade, da justiça e em torno de temas que afetam todos os seres humanos: a alimentação, a água, o ar, a saúde, a moradia, a educação, a segurança, a comunicação. Essa dependência comum das fontes naturais e sociais da existência exige uma nova ética do cuidado, proposta por Leonardo Boff, um dos redatores da Carta da Terra, junto com o sentido budista da compaixão. É a ‘modernidade ética’ contrapondo-se à ‘modernidade técnica’ que predominou no século XX. (MMA, 2004, p. 84)

Portanto, a questão ambiental conclama todos à ética do cuidado, o que implica uma revisão de modelos e de valores, devendo, necessariamente, contemplar a solidariedade.

O sistema capitalista tem sido questionado por explorar e destruir sistematicamente a natureza e não ter produzido sociedades minimamente igualitárias (DEMO, 2002, p. 9). De fato, a distribuição geográfica de pessoas e de renda não seguiu uma lógica igualitária; ao contrário, revela grande concentração na mão de poucos:

No planeta Terra, onde vivem quase seis bilhões de seres humanos, 20% da população dispõem de 82,7% da renda total, enquanto que outros 20% usufruem somente de 1,4%. Insistimos sempre em dividir o mundo segundo as culturas, os países e as ideologias, quando a maior divisão é a que existe entre a *riqueza e pobreza*. Para designar essas diferenças, são empregadas distintas denominações; aqui optaremos pela divisão do planeta Terra em *Norte e Sul*. Essa divisão não é geográfica, mas fundamentalmente econômica, política e social. Por *Norte*, podemos entender duas coisas: a minoria rica do planeta, apenas 20% da população mundial presente em todos os países. Por outro lado, também podemos entender por *Norte* os 25 países mais ricos [...] com grande desenvolvimento industrial e que detém o poder político. O *Sul* representa 80% da população – dependente, pobre marginalizado. Também é chamado de *Terceiro Mundo* e hoje agrupa mais de 150 países, e o *Quarto Mundo* ou o conjunto dos marginalizados inseridos nos países ricos. As decisões importantes são tomadas pelos países ricos, e os países do *Sul* decidem cada vez menos seu futuro. Um terço da população mundial (mais de 1,7 bilhões de pessoas) vive em um estado de extrema pobreza. Dois quintos (2 bilhões) são pobres e suas rendas não permitem que suas necessidades mínimas de moradia, vestuário, alimentação, educação e saúde sejam atendidas (SEQUEIROS, 2000, p. 22 *apud* DEMO 2002, pp. 9-10)⁶

Esses dados fazem parte da pauta das agendas de encontros internacionais – como Davos e Porto Alegre –, mesmo defendendo interesses distintos. O primeiro procura salvar a “obsoleta ordem mundial capitalista”, e o segundo busca alternativas (*ibid.*, p. 10)

Os poucos avanços conseguidos na Conferência de Copenhague, COP 15, atestam que os países que detêm maior riqueza consomem maior quantidade dos recursos e são os maiores poluidores. Alguns não sinalizam para uma revisão dos atuais padrões de consumo e de desenvolvimento. No entanto dados do Relatório do IPCC revelam que, caso não haja uma mudança nos padrões de consumo e de poluição, muitos ecossistemas serão destruídos e cidades estarão submersas em apenas algumas décadas.

Esse cenário mundial de comprometimento da sobrevivência da própria espécie humana exige mudanças de comportamento e de postura dos seres humanos nos níveis individual e coletivo e nos padrões de desenvolvimento e de exploração dos recursos naturais. Apesar dos

⁶ O mesmo pode ser constatado em relação ao consumo de recursos: “Com somente 18% da população mundial, os países industrializados consomem 80% da energia, 79% do aço, 85% do papel, 86% dos metais de ferro, 90% da madeira e 60% dos alimentos do planeta” (SEQUEIROS, 2000, p. 59 *apud* DEMO, *ibid.*, p. 10).

pequenos avanços conseguidos em Copenhagen, é urgente a revisão de modelos e posturas quanto aos padrões de consumo e de desenvolvimento adotados.

A agenda 21 brasileira argumenta que “O individualismo predatório mina as bases mais sólidas da vida em sociedade, a solidariedade grupal, os laços de família e de vizinhança. Esse processo corrosivo provoca sérios danos morais e materiais à comunidade humana” (MMA, 2004, p. 84).

Essa revisão de modelos e valores traz rebatimentos nos valores que guiam as relações das pessoas. E é nesse campo que se insere esta tese, pois defende que esse momento de esgotamento de modelos de desenvolvimento favorece o resgate da solidariedade como um valor para a sobrevivência das gerações futuras em padrões mais sustentáveis.

Mesmo que a visão do ser humano como essencialmente egoísta, compartilhada por alguns autores (BOUDON, *apud* MARTINS, 2009), dê sustentação teórica às bases do capitalismo, pode-se argumentar que tal visão não pode ser aplicada às relações entre as pessoas. A supremacia do *homo oeconomicus*,⁷ que guiou por muito tempo a civilização, precisa ser revista. Foi essa visão que dominou por muito tempo as ciências humanas. Deseja-se levantar a discussão sobre o *homo donator*⁸ (GODBOUT, 2002) em contraposição ao *homo oeconomicus*. É esse *homo donator* que conduz as práticas solidárias e que pensa no outro. É esse *homo donator* dentro de cada um que tem de ser resgatado para que possa sair de si, enxergar o outro, estar atento ao sofrimento do outro, estar preocupado com a destruição da natureza. É a parte *homo donator* existente em cada um que pode vislumbrar saídas para a atual crise de civilização. É esse *homo donator* que pode encampar a solidariedade como um valor que necessariamente precisa ser revivido para se viver de forma mais justa, menos desigual e em mais harmonia com os recursos naturais.

Com esse recorte, não se nega o lado egoísta e que age por interesse dos seres humanos, o qual guiou o *homo oeconomicus* por muito tempo. Muito já se estudou sobre ele. É a capacidade real e potencial de *homo donator* que precisa ser conhecida com maior profundidade, para poder ser fortalecida. Para isso é necessário conhecer em que circunstâncias o lado *donator* se manifesta.

⁷ Busca analisar o comportamento do homem sob o ponto de vista econômico, o homem como um ser que produz e consome, e suas ações são conduzidas pela racionalidade e pelo interesse pessoal.

⁸ Denomina-se aqui *homo donator* a parte do ser humano que se motiva para a aproximação do outro, para a doação, que se sensibiliza com a condição do outro e o ajuda.

1.2 A VIDA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

É nas cidades onde se aglomeram pessoas supostamente em busca de melhores condições de vida e de acesso a trabalho, mas devido à insuficiência de infraestrutura para garantir uma condição digna de vida a seus habitantes, nelas também se concentram grandes problemas e os sinais de pobreza e desigualdade são mais evidentes.

O modelo de desenvolvimento econômico, social e urbano ao longo da história do Brasil gerou situações de concentração de riqueza e de poder em algumas classes sociais e regiões do país, com diversos graus de manifestações de exclusão social e de segregação espacial.

O processo de crescimento das cidades brasileiras resultou no crescente adensamento vertical de áreas de alto valor imobiliário e na ocupação e adensamento de áreas com inexistentes ou precárias condições de infraestrutura urbana para propiciar dignas condições de vida para a grande maioria da população de baixa renda. Como consequência, a proliferação e o crescimento de ocupações espontâneas – onde vive um contingente cada vez maior de famílias em precárias condições de habitabilidade⁹ –, que, somados às dificuldades de acesso a um trabalho digno que ofereça as condições mínimas para a superação desses problemas, agravam a pobreza.

Por sua vez, as políticas públicas urbanas não tiveram a eficácia necessária para combater a desigualdade e a pobreza urbana, cujas causas possuem grande complexidade. Santos (1978, p.1) já salientava a importância que o fenômeno da pobreza adquire, por atingir todos os países, porém mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também chamava a atenção para a vinculação da expansão da pobreza em ritmo igual à urbanização galopante que atinge os países subdesenvolvidos.¹⁰

Além de a cidade supostamente oferecer como atrativo o acesso ao “desenvolvimento” e a melhores condições de vida, também possibilita, em princípio, o acesso a serviços, a liberdade de circular de forma anônima, livre, sem ser identificado. Possibilita relações de aproximação e de afastamento do outro (SIMMEL, 1950; MORAES FILHO, 1983).

⁹ Halfeld & Rossi (2002 *apud* LIMA, 2008, p.36) afirmam que “O conceito de condições satisfatórias de habitabilidade envolve os seguintes fatores: condições ambientais apropriadas, espaços suficientes, privacidade, segurança, durabilidade, condições de iluminação e ventilação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e adequada localização em relação ao emprego e aos equipamentos e serviço urbanos.” Acrescenta-se, além dos aspectos citados, aspectos subjetivos e culturais que estão associados ao sentimento de pertencer ao lugar, de se sentir satisfeito com a moradia naquele lugar.

¹⁰ Mesmo que os conceitos de necessidades, recursos, pobreza e escassez mudem conforme o contexto social, tempo e lugar, não sendo estáticos nem válidos em toda parte.

No entanto, essa mesma cidade que tanto atrai devido às potenciais oportunidades, também tem gerado medo e insegurança em seus moradores. Bauman (2009, p. 13) inicia o livro “Confiança e Medo na Cidade” alertando para a forte tendência, nos últimos anos, do sentimento do medo e da obsessão por segurança que tomaram conta das pessoas, sobretudo na Europa. No Brasil não é diferente, ao contrário, pois, devido aos indicadores nesse campo serem mais alarmantes, essa fobópole¹¹ é possivelmente bem maior. Bauman (*ibid.*, p. 15) interpreta a origem desse medo como sendo devida à proteção disponível e às vantagens desfrutadas que não estão à altura das expectativas das pessoas. Isso se refere também às relações que são desenvolvidas uns com os outros. As regras não são como deveriam ser. Tudo isso leva a imaginar maquinações hostis, culpados ou alguma intenção criminosa.

Robert Castel também analisa as angústias advindas da insegurança. Mesmo diante da “evidência objetiva” de serem as sociedades europeias as mais seguras que existiram, todavia a insegurança, a ameaça, aproximando-se do pânico, ocorre na maior parte das sociedades conhecidas (CASTEL, 2005, *apud ibid.*, p. 13).

A insegurança moderna caracteriza-se pelo medo dos crimes e dos criminosos. “Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana” (BAUMAN, 2009, p. 16). Seria essa desconfiança o resultado do individualismo moderno? Castel defende essa posição. Para ele, a sociedade moderna, ao substituir as comunidades solidamente unidas e as corporações (que antes definiam e controlavam as regras) pelo dever individual de cuidar de si próprio, contribuiu para que se disseminasse a ideia de que o perigo e a insegurança estão em toda parte (CASTEL, 2005, *apud ibidem*).

Bauman (*ibid.*, pp 16-17) aponta duas grandes mudanças ocorridas na Europa, as quais se disseminaram em outros países: a primeira, usando-se a terminologia de Castel, consiste na supervalorização do indivíduo, livre das restrições pertinentes às redes de vínculos sociais; e a segunda, na fragilidade e vulnerabilidade desse indivíduo desprotegido dos antigos vínculos. Se a primeira abriu espaços para a construção e o aprimoramento de si mesmo, a segunda demonstrou ser inacessível para a maioria.

Para os desprovidos de recursos econômicos, sociais ou culturais, “a proteção só pode ser coletiva” (CASTEL, 2005, p. 46 *apud ibid.*, p. 17). Como esta proteção estatal não se

¹¹ Esse termo é usado por Marcelo Lopes de Souza no livro Fobópole.

consolidou, como no caso do Brasil, restou aos indivíduos criarem a sua própria rede de proteção, e ela pode expressar-se pela solidariedade.

Quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados. A corrosão e a dissolução dos laços comunitários nos transformaram, sem pedir nossa aprovação, em indivíduos *de jure* (de direito); mas circunstâncias opressivas e persistentes dificultam que alcancemos o status implícito de indivíduos *de facto* (de fato) (BAUMAN, 2009, p. 21).

O autor aponta o crescente medo em relação aos indivíduos “criminosos” ou antisociais, não mais encarados como passíveis de “reeducação”, “reabilitação” e “restituição à comunidade”, mas de serem afastados, postos à margem, não aptos a serem “socialmente reciclados”, pois são “indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa de leis” (*ibid.*, pp. 24-25). É nessa concepção que são construídos os conjuntos habitacionais em bairros e periferias ou em enclaves urbanos, onde convivem pessoas do mesmo grupo social.

[...] quanto mais nos separamos de nossas vizinhanças imediatas, mais confiança depositamos na vigilância do ambiente. ... Existem, em muitas áreas urbanas, um pouco do mundo todo, casas construídas para proteger habitantes, e não para integrá-los nas comunidades às quais pertencem (GUMPERT; DUCKERT, 1998 *apud ibid.* 25).

É nesse contexto que surgem e se multiplicam cada vez mais os condomínios de luxo, fechados, da classe média alta, os quais buscam vender uma ideia de segurança e resgatar o sentimento de fazer parte de uma comunidade.

Os cidadãos que vivem nos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), que Bauman (*ibid.* p. 26) denomina cidadãos de “primeira fila”, estão ligados às comunidades globais e à rede de trocas, que incluem o mundo. Entre os cidadãos de “última fila”, encontram-se “as redes sociais fragmentárias, muitas vezes de base étnica, que depositam sua confiança na própria identidade como recurso mais precioso para a defesa de seus interesses e, conseqüentemente, de sua própria vida”. Dos pobres, espera-se que sua atenção seja focalizada nas “questões locais”. “Condenados a permanecer no lugar”, é na cidade que se trava a sua luta – vencida ou perdida – para conquistar seu lugar no mundo (*ibid.* p. 28). Bauman critica o reducionismo da política associada aos problemas locais, mas percebe os limites de uma percepção e atuação mais globalizada, principalmente por parte dos mais desfavorecidos.

[...] as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em

resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais (*ibid.* p. 32).

No entanto, afirma que a experiência humana se forma e é compartilhada nos lugares. É lá onde os desejos se desenvolvem, ganham forma e são alimentados pela esperança ou podem ser frustrados. É, portanto, nas cidades, que as identidades se encontram e é possível estabelecer modos de convivência, que podem manifestar-se como uma paz duradoura ou, muitas vezes, um armistício, uma trégua para se recuperar e reabastecer (*ibid.* 35). É o contato com o outro que propicia esse encontro. A ideia central dos condomínios fechados é justamente o contrário: isolamento, distância da cidade, do contato com o outro – o que é socialmente inferior. Sob a justificativa da segurança, reproduz-se em escala uma tipologia segregacionista para separar cada vez mais os pobres dos ricos. E esse modelo se reproduz tendo como base o medo. Mas o medo não acomete apenas os grupos sociais mais abastados. Entre os pobres também está presente e se dissemina, principalmente, quando mudam de local. No Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, os moradores sentem muito medo, devido aos diversos crimes e às inspeções policiais havidas no local. O medo não está associado ao fato de ter ocorrido algum assalto, violência ou outro tipo de crime diretamente com a pessoa. O fato de se conhecer alguém com quem ocorreu é suficiente para que o medo se dissemine. Essa é uma das particularidades do medo: basta ocorrer uma vez, com alguém, que ele se instala e faz com que as pessoas pensem que podem ser a “próxima vítima”.

Esse medo tem origem na descrença das pessoas nas instituições reguladoras da ordem e das normas. Instituições como a escola, a igreja, a polícia, não possuem a credibilidade e confiança que outrora possuíam para regular a vida coletiva nas cidades. Com esse cenário de desamparo e descrença nas instituições, é possível à população acreditar que lhe possa ser oferecida a tão almejada segurança?

Há algumas décadas, era possível conhecer a maioria dos vizinhos, estabelecer laços afetivos e de sociabilidade em diversos bairros do Recife. Isso ocorria mais comumente em bairros menos densos, de casas térreas, em que as habitações unifamiliares eram uma maioria expressiva. Esse contato entre os vizinhos propiciava o conhecimento e a familiaridade, de modo semelhante ao que ocorria no interior. Havia formas imateriais de regulação, valores aceitos e “controlados” pela coletividade, pelas comunidades. À medida que os bairros cresceram e a densidade populacional aumentou, as habitações unifamiliares foram substituídas por habitações multifamiliares, o contato mais individualizado foi substituído pelo distanciamento, pelo anonimato, pela superficialidade das relações de vizinhança.



CAPÍTULO 2

SOLIDARIEDADE COMO VALOR PARA INDIVÍDUO, COMUNIDADE E SOCIEDADE

CAPÍTULO 2 – SOLIDARIEDADE COMO VALOR PARA INDIVÍDUO, COMUNIDADE E SOCIEDADE

Nesse capítulo serão abordados os conceitos de solidariedade desde a origem da palavra, passando por Durkheim até autores contemporâneos. Argumenta-se sobre como a solidariedade vem sendo conclamada em momentos de crise e catástrofes e sobre a importância de resgatá-la como valor para a sustentabilidade das relações entre as pessoas e com o planeta. Busca-se também compreender as diferenças entre sociedade e comunidade e suas particularidades que podem estar associadas à solidariedade.

2.1. A SOLIDARIEDADE COMO UM VALOR¹² A SER (RE)VISITADO

Em momentos de esgotamento de modelos, busca-se revisar valores e referenciais para corrigir os insucessos e os prejuízos alcançados pela forma que o ser humano convencionou chamar de “desenvolvimento”, como foi argumentado no capítulo 1. Nessa revisão, costuma-se fazer um balanço da trajetória seguida, dos objetivos alcançados, dos impactos e dos resultados positivos e negativos. Já se argumentou que esse momento também favorece a discussão de um tema que pode parecer esquecido, mas já há um tempo que começa a voltar ao centro da agenda de discussão para buscar sustentabilidade para as cidades e para uma maior qualidade de vida: a solidariedade. Defende-se que esse conceito precisa tomar a centralidade de um valor a ser recuperado, como condição da própria sobrevivência das gerações futuras em padrões mais sustentáveis.

A literatura sobre a solidariedade vem crescendo (ASSMAN & SUNG, 2000; ARRUDA & BOFF, 2000; SILVA, 2001; NAIR & MORIN, 1997; MORIN & PRIGOGINE, 1998; SANTOS, 2002a; 2002b *apud* DEMO, 2002, p. 9). No entanto, Demo (*ibidem*) alerta que “o apelo à solidariedade pode esconder, à revelia, efeitos de poder, sobretudo quando provêm do centro do sistema capitalista ou das elites em cada país”, e defende a necessidade de se desconfiar da solidariedade de programas governamentais,¹³ da solidariedade europeia e americana, como centro do sistema capitalista avançado, quando repentinamente começam a pregar a solidariedade quando jamais tiveram tal postura em relação a outras culturas

¹² Valor significa algo que tem importância para a pessoa e pode ter atributos materiais e imateriais, podendo esses ser de natureza moral, cultural, e influenciar comportamentos e atitudes.

¹³ A exemplo do Programa Comunidade Solidária, conduzido pela primeira dama Ruth Cardoso, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

(*ibidem*)¹⁴. Apesar da relevância das reflexões de Demo (2002), elas se referem a um contexto bastante distinto do universo de observação da solidariedade analisado.

Um dos objetivos do autor é também “entender até que ponto a solidariedade pode ser ancorada na história concreta, e até que ponto é apenas truque de domesticação”. Ao analisar a contradição do discurso da solidariedade na trama de poder, aponta o risco de “subalternidades imperceptíveis” e pouco eficazes, bem como o absurdo de “esperar que o excluído seja solidário com os agentes de exclusão” (*ibid.*, p. 12), ou que o oprimido vá esperar do opressor sua libertação (FREIRE, 1993, 1997). O autor defende a necessidade de elaboração e prática da noção de confronto para o excluído. Ele pretende “[...] que se proponha aquela solidariedade que faculta cada vez mais aos marginalizados confrontarem-se com a marginalização, de sorte que a sociedade se torne mais justa.” Combate a solidariedade assistencialista com teorias dialéticas de dominação e quer manter uma discussão para que “a solidariedade possa tornar-se referência histórica concreta” (DEMO, 2002). É essa modalidade da solidariedade, construída no cotidiano, que está sendo investigada.

Frantz (2007, p. 10) faz referência a Edgar Morin, quando esse defende que os seres humanos estão unidos em uma mesma comunidade de destino planetário, devido à interdependência cada vez maior dos espaços naturais e sociais de vida. Frantz (*ibidem*) argumenta que, diante desse cenário de finitude geográfica e da própria vida do planeta, “a solidariedade e a cooperação se impõem mais como necessidades que como meras opções”. E desafia a humanidade “a encontrar caminhos mais solidários para a convivência dos seres humanos entre si e com a natureza.”

É essa ótica de análise da solidariedade que ancora o presente estudo. A solidariedade estudada é a solidariedade que se manifesta no cotidiano de moradores de comunidades pobres; a solidariedade que aproxima as pessoas para ajudar uns aos outros a enfrentar as dificuldades diárias, e que, por isso, se transforma em um recurso encontrado para mitigar, em curto prazo, o cenário de má distribuição de recursos de que são vítimas.

Nas sociedades capitalistas e complexas, em que o culto ao “individualismo” tende a dominar o cenário e pode induzir a pensar a solidariedade como um valor em extinção, em que as pessoas estão cada vez mais pensando em si e agem de forma egoísta e calculada para atender a seus interesses, é possível encontrar solidariedade? Em que situações ela se manifesta?

¹⁴ Como os Estados Unidos, após os ataques de setembro de 2001, ao buscar a solidariedade mundial contra os terroristas na “luta entre o bem e o mal” (*ibid.*, pp. 11-12).

Mesmo a teoria evolucionista sugere que, quando um grupo se sente ameaçado, os integrantes se unem para cooperar uns com os outros em maior escala do que fariam usualmente. Uma evidência disso tem sido a mobilização de pessoas em situações de catástrofe de diversas naturezas nos níveis nacional e mundial.

Apesar da escolha racional e do utilitarismo¹⁵ serem referenciais teóricos adotados para explicar o comportamento dos indivíduos, assume-se que, no âmbito da família, das relações de parentesco, amizade e vizinhança, o comportamento de maximização de ganhos não é a principal motivação que regula tais relações.

Ao focalizar o estudo na análise das manifestações de solidariedade, não se pretende excluir a existência do individualismo egoísta como parte da complexidade da natureza do ser humano. As pessoas tanto são capazes de atitudes solidárias como individualistas,¹⁶ dependendo do contexto e da natureza da sua relação com o outro. Mesmo ao concordar que manifestações individualistas e egoístas ocorrem, o foco desse estudo não está nessas manifestações, mas em prosseguir na discussão da solidariedade como um valor e um recurso para o fortalecimento de comunidades mais sustentáveis para quem vive à margem da cidade formal.

O Fórum Internacional Ambiental, mesmo de forma generalista, sinaliza a importância de promover valores, ou o que denomina de princípios espirituais, como condição para se atingir o “desenvolvimento sustentável”, por ser necessário o envolvimento e a motivação das pessoas para a implementação em suas vidas:

Values, or the application of spiritual principles, have been the missing ingredient in most past approaches to sustainable development. Grand declarations and detailed action plans, even when approved by all the governments, do not go far if people are not motivated to implement them in their own lives, and if institutions are not made responsible to carry them out. The exciting thing about addressing sustainability at the level of values is the potential to create self-generating human systems building a more

¹⁵ O M.A.U.S.S. assume a crítica ao utilitarismo em dois momentos importantes: a crítica difusa, nos anos 1980, e a crítica propositiva, que busca no dom um paradigma antiutilitarista alternativo nas ciências sociais com simpatizantes em diversos países (*ibidem*). Ver mais detalhes em www.revuedumauss.com.fr e www.journaldumauss.net.

¹⁶ O individualismo aqui não está sendo tratado como antítese da solidariedade, mas como expressão de comportamentos egoístas, autocentrados, que guia o comportamento de quem procura primeiramente atender e maximizar os seus interesses pouco se preocupando com o interesse do outro ou da coletividade, e até agindo contra essas pessoas. As necessidades, os desejos, o prazer próprio vêm sempre em primeiro lugar, mesmo que a natureza da necessidade do outro tenha um nível de urgência que pode proporcionar perdas e prejuízos materiais e não materiais.

sustainable and thus ever-advancing civilization (INTERNATIONAL ENVIRONMENT FORUM, 2001).¹⁷

Esses valores são a base do comportamento humano, e o “desenvolvimento sustentável” só será possível com uma larga aceitação de uma série de valores universais apropriados como suporte. Uma vez que esses valores universais tenham sido aceitos, eles deveriam ser promovidos em todas as arenas (*ibidem*).

Mesmo com uma abordagem distinta da de Mauss e Durkheim, Schwartz (2006) inclui no seu modelo teórico de categorização de valores universais a dimensão da *autotranscendência*, e nela os valores *universalismo* e *benevolência*. Por universalismo, ele define “compreensão, apreço, tolerância e atenção com o bem-estar de todas as pessoas e da natureza”, e por benevolência, “preservação ou intensificação do bem-estar das pessoas com as quais se está em contato pessoal frequente ” (*ibid.*, p. 59).

Mesmo quando há distinção entre os conceitos de solidariedade e dádiva e os conceitos de universalismo e benevolência, há uma evidente aproximação entre os dois valores propostos por Schwartz e a solidariedade e a dádiva.

São muitos os condicionantes e as recomendações a serem seguidos para haver cidades sustentáveis e saudáveis. Devido à complexidade e a abrangência do tema, não é o foco desta pesquisa discutir os modelos de desenvolvimento ou os padrões de consumo em que se pautaram os países desenvolvidos ou em desenvolvimento e que contribuíram para a atual crise, mas focalizar nas relações entre moradores e vizinhos de assentamentos de baixa renda na prática da solidariedade.

2.2 A SOLIDARIEDADE SEGUNDO DURKHEIM

Um dos primeiros autores a trabalhar o tema da solidariedade foi Émile Durkheim, no final do século XIX, quando defendeu sua tese de doutorado “A Divisão do Trabalho Social” a qual tratava como os indivíduos se agrupam e estabelecem consensos e normas para viver em sociedade (DURKHEIM, 1999).

¹⁷ Valores, ou a aplicação de princípios espirituais, têm sido o ingrediente que falta na abordagem do desenvolvimento sustentável. Grandes declarações e detalhados planos de ação, mesmo quando aprovados por todos os governantes, não vão longe se as pessoas não são motivadas para implementá-los em suas vidas e se as instituições não são responsabilizadas por sua execução. O aspecto excitante de abordar a sustentabilidade no nível dos valores é o potencial para criar sistemas humanos autogerados, construindo uma civilização mais sustentável e que, por isso, sempre continue avançando (INTERNATIONAL ENVIRONMENT FORUM, 2001) (Tradução de Edinéa Alcântara e Tim Beech).

Em “O Suicídio”, Durkheim (1973) aprofundou a discussão sobre as possíveis consequências ligadas ao afastamento e isolamento entre as pessoas. O autor associa o suicídio, um ato absolutamente individual, a sensações de isolamento e falta de integração social.

Para Durkheim (1999, p. 50), “O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de *consciência coletiva ou comum*.” Essa consciência comum está difundida em toda a sociedade e independe das condições particulares de cada indivíduo. O autor esclarece que “Como os termos coletivo e social muitas vezes são empregados um pelo outro, é-se induzido a crer que a consciência coletiva é toda a consciência social, isto é, se estende tão longe quanto a vida psíquica da sociedade, ao passo que, sobretudo nas sociedades superiores, não é senão uma parte muito restrita desta” (*ibidem*).

O autor esclarece ainda que a variação da consciência individual em relação à consciência coletiva vai depender se o sentido do termo representar o de similitudes sociais. Nesse caso, a variação é inversa: quanto maior a consciência coletiva, menor a consciência individual, e vice-versa. Ele usa o termo consciência coletiva ou comum, mas ressalta o sentido restrito em que a emprega. Ao tratar da coesão social, discorre sobre as condições em que ocorre

[...] não só todos os membros do grupo são individualmente atraídos uns pelos outros, por se assemelharem, mas também são apegados ao que é a condição de existência desse tipo coletivo, isto é, a sociedade que formam mediante sua reunião. [...] Há em nós duas consciências: uma contém apenas estados que são pessoais a cada um de nós e nos caracterizam, ao passo que os estados que a outra compreende são comuns a toda a sociedade. A primeira representa apenas nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o coletivo e, por conseguinte, a sociedade sem a qual ele não existiria (*ibid.*, p.78-79).

O autor defende que, quando é um dos elementos da consciência coletiva que determina a conduta, cada pessoa não age segundo seu interesse pessoal, mas busca os fins coletivos. Mesmo que sejam distintas, ambas as consciências estão ligadas uma à outra por formarem uma só consciência, havendo apenas um substrato orgânico que as faz solidárias.

Quando trata da solidariedade “positiva”, Durkheim apresenta dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica, que nasce das semelhanças e liga o indivíduo à sociedade de forma direta, sem intermediações. Esse tipo de solidariedade não é apenas uma ligação geral e indeterminada do indivíduo com o grupo, mas harmoniza essa conexão (DURKHEIM, 1999, p. 106). Na solidariedade orgânica, associada à divisão social do trabalho e a uma estrutura organizada de sociedade, cada um tem uma responsabilidade e um papel importante para que

o todo funcione. Ela supõe que os indivíduos difiram uns dos outros, o que só é possível se cada um tem uma esfera própria de ação, uma personalidade. É necessário que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual. Durkheim associa tal tipo de solidariedade ao trabalho, em que cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido é o trabalho (*ibid.*, p. 108). Nessa forma de solidariedade, quando a individualidade das partes aumenta, ocorre o mesmo com a individualidade do todo e a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, se os elementos possuem mais movimentos próprios (*ibidem*). A relação orgânica, segundo Durkheim, acontece entre indivíduos ou grupos portadores de características diferentes. A sociedade não é vista da mesma forma nos dois tipos. No primeiro caso, o que se designa como sociedade é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o tipo coletivo. No segundo caso, a sociedade à qual cada um é solidário é um sistema de funções diferentes e especiais que unem relações definidas. As duas sociedades são apenas uma, duas faces de uma única e mesma realidade, mas que necessitam ser distinguidas (*ibid.*, p. 106).

A primeira se fortalece na medida em que as ideias e tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em número e intensidade as de cada membro. Tal solidariedade apenas pode crescer na razão inversa da personalidade. A consciência coletiva cresce à medida que a individualidade diminui. Se cada pessoa tem uma tendência a pensar e a agir por si mesma, não pode estar fortemente inclinada a pensar e a agir como os outros. No momento em que a solidariedade exerce a sua ação, a personalidade individual se esvai, pois cada pessoa não é mais ela mesma, mas o ser coletivo. Durkheim chama essa solidariedade de mecânica pela analogia com a coesão que une entre si os corpos brutos, em oposição àquela que une os corpos vivos. O elo que une o indivíduo à sociedade é análogo àquele que liga a coisa à pessoa. A consciência individual, sob esse aspecto, é uma simples dependência do coletivo. Nas sociedades em que essa solidariedade é muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence (*ibid.*, p. 106-107).

O autor salienta que é essa modalidade de solidariedade que o direito repressivo exprime. A repressão a atos que rompem com as similitudes sociais essenciais visa manter a coesão social. O direito penal tenta protegê-la “exigindo que ao mesmo tempo de cada um de nós um mínimo de semelhanças sem as quais o indivíduo seria uma ameaça para a unidade do corpo social, e impondo-nos o respeito ao símbolo que exprime e resume essas semelhanças, ao mesmo tempo que lhes garante” (DURKHEIM, 1999, p. 80).

Essas noções são importantes, mas as teorias e os conceitos necessitam ser apropriados às sociedades contemporâneas, uma vez que muitos deles foram fruto da observação de sociedades “tradicionais”, “arcaicas” ou “primitivas”.¹⁸ Nas sociedades tradicionais, os indivíduos não são vistos como tal, mas representam pensamentos, hábitos, crenças, valores e culturas de toda uma comunidade, o que se poderia chamar de “pessoa comunitária”.¹⁹

Na sociedade contemporânea, após a instituição dos direitos individuais, em muitos países verdadeiramente assegurados pelas constituições e demais leis, as relações entre as pessoas passam a ter um caráter individualizado, de pessoa para pessoa. As expressões de solidariedade se manifestam de forma diferenciada daquelas das sociedades tradicionais. Um exemplo de manifestações mais coletivas de solidariedade são as mobilizações e lutas coletivas políticas, sociais, culturais, ou por direitos.

Zoll (2007., p. 35) argumenta que a solidariedade orgânica tem como base uma mistura entre diferença e igualdade, sendo a igualdade inerente à qualidade humana e aos integrantes de uma comunidade. Ele faz uma analogia simplificada, em que a solidariedade mecânica se refere aos integrantes de uma determinada comunidade, e a solidariedade orgânica às pessoas de fora da comunidade.

Asssman e Sung (2000, p. 48) analisam como Durkheim “via o conjunto da sociedade e cada um dos seus setores praticamente autônomos (a economia, a política e a cultura) como vetores convergentes de solidariedade”, e criou o conceito de solidariedade mecânica para descrever e criticar a excessiva autonomização social e a solidariedade orgânica para exaltar a dinâmica de convergência no todo. No entanto, ao analisarem os conceitos de solidariedade durkheimianos, apontam seus limites:

Essa concepção tem, evidentemente, a marca de um organicismo quase mecanicista, e até de darwinismo social. Por outro lado, porém, o pensamento de Durkheim teve a virtude de antecipar reflexões, que rebrotam no esforço atual de chegar a uma visão integrada de todas as ciências da vida – as biológicas e as humanas e sociais (ASSSMAN; SUNG, 2000, p. 48).

A classificação de Durkheim apresenta certos limites, como bem assinalaram os autores citados, principalmente porque intentam associar as duas formas distintas de sociedade, as

¹⁸ Será adotada a expressão sociedades tradicionais na referência a sociedades primitivas, arcaicas, ou não complexas, muitas vezes tribos com forma de vida distinta, em que os valores e costumes da comunidade e do coletivo predominam sobre os interesses individuais.

¹⁹ Termo usado por Paulo Henrique Martins em sala de aula na disciplina Recepção do Dom no Brasil, para designar toda a representação e simbolismo associado a uma pessoa nas sociedades tradicionais, uma vez que não era visto como ser individualizado, mas representando as tradições, crenças e cultura de uma comunidade.

tradicionais e as complexas, em que é mais comum encontrar a solidariedade mecânica e a orgânica, respectivamente. O foco da análise desta tese está na ocorrência de solidariedade nas sociedades complexas, então cabem ajustes ao serem usados os conceitos durkheimianos.

Assman e Sung (*ibid.*, p. 234) salientam que, quando Durkheim criou o conceito de solidariedade mecânica, a solidariedade entre os semelhantes, foi para mostrar que ela não basta e pode ser até socialmente nociva, a exemplo do corporativismo, ou quando se contrapõe a uma coesão mais ampla da sociedade. Os autores a denominam e associam à autopreservação familiar, tribal, grupal e corporativista (*ibidem*). Nos casos de extrema miséria e de luta pela sobrevivência, nem essa solidariedade de autopreservação tem possibilidade de existir.²⁰

Não se identificaram situações de extrema miséria, mas foram escutados relatos de manifestações de solidariedade relacionadas com a urgência da necessidade do outro na luta diária pela sobrevivência. No momento de salvar a vida de uma criança ou de socorrer uma pessoa doente, é essa modalidade de solidariedade que se manifesta.

Para efeito desse estudo, foi associado à solidariedade mecânica, aquela que faz agir solidariamente pela identidade com o outro, enquanto a solidariedade orgânica se verifica quando há uma clara divisão de papéis e de funções para compor um todo coletivo mais amplo: o mutirão, o condomínio, a comunidade, o que guarda semelhanças com a divisão social do trabalho.

Foram encontradas, portanto, manifestações de solidariedade associadas às duas modalidades durkheimianas. Há situações em que se torna difícil distinguir uma da outra, e até ocorrem as duas simultaneamente. No caso de técnicos, gestores, trabalhadores, mutirantes e líderes comunitários, prevalece a solidariedade orgânica, pois eles desempenham uma função e têm um papel a cumprir como parte de um organismo maior: o mutirão, as reivindicações da comunidade, etc. No mutirão, quando alguém está desenvolvendo uma atividade específica relativa a uma divisão de tarefa, aproxima-se da solidariedade orgânica, porque está ligada à divisão do trabalho.²¹

²⁰ Relatam um noticiário da TV Globo de 30/06/2000 que uma mulher vendeu uma filha ainda bebê por dois quilos de comida. Os vizinhos a denunciaram. Ela teve 20 filhos de três homens diferentes e com 43 anos parecia uma anciã. Ao mostrar o extremo desse exemplo, os autores salientam a ruptura dos vínculos elementares de solidariedade (*ibidem*).

²¹ No canteiro de obras, um prepara a argamassa, outro transporta o material, outro coloca a coberta, outro executa a alvenaria, outro prepara a ferragem. São divisões e etapas necessárias para a construção das casas e do conjunto habitacional como um todo.

Mesmo que na contemporaneidade seja difícil encontrar sociedades do tipo coletivo, como as sociedades tradicionais, podem-se identificar, em pequenas comunidades, sinais de comportamentos semelhantes aos das sociedades do tipo coletivo, nas quais Durkheim defendeu existir a solidariedade mecânica, mesmo que não guardem as mesmas características das sociedades tradicionais. Essa modalidade de solidariedade ocorreu quando um ajudou o outro, sem estar vinculado a uma responsabilidade atribuída a uma função, a um papel. Ocorreu entre vizinhos, amigos, parentes, associada às dificuldades do cotidiano, e na doação de horas no mutirão.

2.3 ABORDAGENS DA SOLIDARIEDADE

A ajuda mútua em grupos teve sua origem entre os hominídeos, que passaram 95,5% da sua história como caçadores. Naquele contexto, era esperado que um caçador dividisse sua caça, pois, após se satisfazerem de um animal abatido, haveria restos que se deteriorariam (VOLAND, 1998, p. 306 *apud* ZOLL, 2007, p. 101). “Assim, em termos teórico-evolucionistas, é absolutamente compreensível que um índio ianomâmi [...] provavelmente sequer tenha a ideia de querer consumir o pecari de 17 quilos apenas entre sua família” (*ibidem*). Voland e outros, ao considerarem o povo ianomâmi uma comunidade solidária, também reconhecem que essa solidariedade altruísta pode maximizar, no longo prazo, a vantagem de cada integrante.

Zoll (*ibid* p. 102) prefere a expressão ajuda mútua para denominar a solidariedade nas sociedades de caçadores, por se tratar de um conceito e prática da modernidade. Mas salienta a tradição de denominar solidariedade de ajuda mútua, como termo precursor.

Voland (*ibid apud ibid* p. 102) resume as condições em que o altruísmo recíproco vai ocorrer com maior probabilidade, quanto mais frequente e regularmente os parceiros interagirem entre si, quanto maior for o período médio de vida e quanto menos migrações houver nas comunidades.

A familiaridade e o tempo de convivência são relevantes. Trazer esse altruísmo para a sociedade significa preservar os laços comunitários, buscando evitar a separação entre os vizinhos e as migrações. Voland argumenta que o potencial da solidariedade não está restrito ao parentesco: “Saber ceder aos necessitados, ainda sem parentesco com eles nem podendo

contar com a menor chance de reciprocidade, é capacidade da consciência humana” (*ibid* p. 310, *apud ibid.*, p. 103)

Zoll (2007, p. 26) afirma que a solidariedade é mútua e faz referência a Leroux (1985, p. 157, 160ss e 171 *apud ibid.*, pp. 26-27) ao condicionar o “ego humano” a integrar-se à “própria fórmula da compaixão”, o que identifica com a “solidariedade mútua das pessoas”. E tenta substituir a compaixão cristã pela solidariedade humana.

Kaufman (1984, p. 173 *apud ibidem*, p. 103), ao enfatizar Adam Smith e a Teoria dos Sentimentos Morais (1994, 1759) no seu ensaio sobre solidariedade, afirma: “Em condições sociais diferenciadas, a efetividade da solidariedade como mecanismo de condução baseia-se na capacidade das pessoas à simpatia e não tanto a uma integração normativa do contexto social, como presume a Sociologia estrutural-funcionalista” de Parson. Smith supõe ser a confiança e simpatia mais valorizados pelo homem do que bens materiais: O homem “não deseja ser grande e prestigiado, mas amado”. As pessoas que possuem esse desejo “Não de riquezas usufruirão autenticidade e justiça, mas de suscitarem confiança e fé, compensações que essas virtudes quase sempre causarão” (*ibidem*, p. 251ss *apud ibid.*, p. 105).

Almeida (2005 *apud* Barbosa, 2007, p. 222) argumenta que a origem da palavra solidariedade remonta ao século XIX, na França, quando o termo “*solidum*”, usado no campo do direito, foi incorporado ao campo filosófico, posteriormente conhecido como ‘solidarismo’. Intelectuais da época contribuíram para a semântica do termo, “passando a ‘solidarité’, de um fato jurídico, para um ‘valor’ humano ou até mesmo um ‘dever’. Nessa acepção, o termo se torna ‘um substituto secular para a caridade cristã’, e até possivelmente uma base para toda a moral (*ibid.*, p. 142).

Andreas Wildt aplica uma interpretação grupal ao definir que a solidariedade vive “da cooperação e do reconhecimento mútuo dos integrantes de um grupo enquanto agentes comuns ou afetados comuns” (WILDT, 1996, p. 372 *apud* ZOLL, 2007, p. 17). Esse caráter grupal também está presente no Dicionario di Sociologia “Termo que designa a capacidade dos membros de um coletivo de agir enquanto sujeito unitário, em relação a outros” (GALLINO, 1978 *apud ibidem*).

No dicionário Wörterbuch der Soziologia, Alfred Vierkandt também salienta o enfoque de grupo:

1. Solidariedade significa sempre estado em que uma pluralidade se comporta como uma unidade. 2. Esse comportamento tem seu sentido

prático; sempre é provocado por perturbadoras interferências do mundo externo. [...] 4. Fundamento do comportamento solidário [...] é um espírito comunitário. Nisso, comunidade não significa associação para finalidade prática, nenhum grupo de interesses, senão [...] estado de união íntima (VIERKANDT, 1972, p. 704 *apud ibidem*).

Irene von Reizenstein (1961, p. 11 *apud ibidem*) salienta a unidade de ação, mas não lhe associa o conceito de comunidade: “Solidariedade deve aqui significar ação social conjunta, em que uma multiplicidade de pessoas empenha-se mutuamente, diante de uma ‘contraparte social’, a partir de uma situação de vida igual e conjunta e em função de objetivos comuns e iguais.” Essa definição de solidariedade aproxima-se do movimento sindical, à qual está associada a igualdade da situação social, a coletividade da atuação sob aspectos variados.

Robert Michels atribui, em 1914, o surgimento da solidariedade à união contra algum opositor: “Para a formação de um círculo solidário, *a priori*, é necessária a existência de fortes contradições; é-se solidário o suficiente apenas *contra* alguém” (MICHELS, p. 55 *apud ibid*, p. 18) No entanto, autores como Léon Bourgeois (1896, p. 15 *apud ibidem*) não fazem referência opositiva à solidariedade: “Existe, entre cada um dos indivíduos e entre todos os demais, necessário laço de solidariedade”. Charles Gide (1920, p. 697 *apud ibidem*) afirma: “Se depreendermos solidariedade como dependência recíproca de todas as partes de um mesmo corpo, então ela é característica da vida”.

No entanto, em afinidade com Bourgeois e Gide, é Auguste Comte quem caracteriza a solidariedade como laço social, coesão social, integração social, um dos empregos mais primordiais da solidariedade em uma de suas acepções modernas:

A totalidade da nova Filosofia pretenderá – tanto na vida ativa quanto na especulativa – sempre destacar o vínculo de cada indivíduo com todos os demais, a saber, considerando uma série de aspectos os mais distintos; com isso, a sensação íntima da solidariedade social, estendida a todos os tempos e todos os lugares, torna-se involuntariamente familiar (COMTE, 1985, p. 80 *apud ibid*, p. 19).

Trabalha-se aqui essa nuance mais coletiva, porém principalmente com a versão de solidariedade mais individualizada. Nesse sentido, Almeida faz uma revisão semântica e histórica do termo e aborda dentre outros, três significados da palavra: o *nível emocional*, associado ao sentimento de compaixão e de simpatia pelo outro, principalmente os que sofrem, abordagem semelhante à que Sen (2000) associa à simpatia; o *nível moral*, quando se procura transformar esse sentimento em atitude, que pode expressar-se em responsabilidade, unidade, comunhão, e o *nível metafísico*, quando a solidariedade ultrapassa o nível moral,

com base em que a existência humana depende da relacionalidade (ALMEIDA, 2005, pp. 138-142 *apud* BARBOSA, 2007, p. 225)

Assman e Sung (2003) apontam a influência do pensamento habermasiano em relação ao binômio “justiça e solidariedade”. Para Habermas, “no cerne desse binômio deve ser colocado um dos seus temas mais fortes, que é antropológico e ético e não apenas normativo-jurídico: a inclusão do outro” (ASSMAN e SUNG, 2000, p. 41).

Barbosa (2007, p. 227) chama a atenção para a possibilidade de se construir a solidariedade ao longo da história dos grupos, comunidades e sociedades por normas e valores consensuais, e reforça seu argumento da influência das convicções ético-religiosas nas práticas sociais dos grupos estudados.

Assman e Sung (2003) sinalizam dois apelos à solidariedade: i) em situações emergenciais transitórias, e ii) nas questões da solidariedade ético-política, soluções estruturais e sustentáveis para problemas permanentes. Os autores salientam que a solidariedade deve ser entendida como um fato e uma necessidade de interdependência na vida social e está associada à coesão social. “Esses dois sentidos estão interligados na medida em que a solidariedade como atitude, ou a solidariedade como uma questão ética, nasce do reconhecimento de que a solidariedade/interdependência é um fato, uma necessidade para a vida da e na sociedade” (*ibid.*, p. 75). Os autores consideram que a solidariedade está relacionada com o modo de ver o mundo: a “solidariedade é uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do/a outro/a na diferença e singularidade, atributos da alteridade” (*ibid.*, p. 97).

Ao citar M. Pensky, Assman e Sung (*ibid.*, p.99) afirmam que a solidariedade “exige uma preocupação por outros/as, uma habilidade de assumir o papel do outro e de ver os interesses e bem-estar de outros como intimamente conectados com os seus próprios interesses e bem-estar.” No entanto, apenas a sensibilidade solidária não provoca a ação, pode-se ser sensível ao sofrimento do outro, mas não se motivar para ajudar (BARBOSA, 2007, p. 231).

O entendimento de solidariedade na tese está associado a uma manifestação da dádiva partilha, da dádiva cooperação, uma ação de ajudar o outro, morador, vizinho, na solução dos problemas do cotidiano. Por vezes também pode envolver interesses políticos, no caso dos líderes comunitários.

Chanial (2004, pp. 64-65) afirma que o ideal de uma sociedade livre da dominação deve estar inseparável de uma exigência de solidariedade e reciprocidade, ao que chama de solidariedade recíproca, que complementa a exigência de autonomia. E pergunta se não cabe aos cidadãos a função de desempenhar o papel de assegurar a força de regulação social que constitui a solidariedade. O autor faz uma interessante relação entre solidariedade recíproca e autolimitação:

Esta exigência de solidariedade recíproca, condição da autonomia real para cada um de nós, é, por conseguinte, inseparável de uma lógica de autolimitação. Nesta perspectiva, os direitos sociais não constituem apenas direitos, são também obrigações que impomos a nós mesmos para que a realização de nossa autonomia não se opere em detrimento do outro. Esta capacidade de autolimitação e de auto-obrigação supõe, assim, uma capacidade de empatia solidária de cada um para com todos. Ora, esta última exige, por sua vez, um sentido de comunidade, a co-pertença que, em certa medida, corrige as tendências dissociativas próprias ao ideal de autonomia privada, da autonomia para si (*ibid.*, p. 66).

E finalmente salientam-se algumas das teses de Zoll (*ibid.*, pp.13-14), relevantes para esse trabalho:

1. A solidariedade está em crise. Mas a crise é vista como um momento de revisão do conceitos, em que “novas” solidariedades podem substituir “velhas” solidariedades”;
2. A “velha” solidariedade costuma ser uma relação entre iguais e elo social em uma comunidade;
3. É mais fácil ser solidário com alguém semelhante ou que integra o mesmo grupo social;
4. É mais difícil ser solidário com alguém diferente, que não provenha do mesmo grupo ou comunidade;
5. Faz-se necessária a solidariedade entre os diferentes, para além dos limites do grupo ou da comunidade.

2.3.1 A SOLIDARIEDADE ENTRE OS POBRES EXCLUÍDOS MORADORES DE FAVELAS

O *deficit* de infraestrutura e habitação associado à pobreza e à ineficácia das políticas públicas para equacionar essas questões impulsiona os moradores a encontrarem soluções próprias para lidar com esse cenário. Seja na provisão de habitação e de infraestrutura urbana, seja na criação de mecanismos de ajuda mútua, os pobres agem de forma solidária uns com os outros para enfrentar as dificuldades do cotidiano. É nesse contexto que se começa a constituir uma

cultura de solidariedade mais individualizada ou em pequenos grupos, estruturada nas necessidades, dificuldades e precariedade de moradia nesses locais. A proximidade das residências também é outro facilitador de ocorrência dessas manifestações com mais frequência.

Autores contemporâneos como Lomnitz (1994), defendem que as redes de troca e reciprocidade existentes entre os moradores das “barriadas”, no México, são mecanismos efetivos para suprir a falta de segurança econômica e estão baseados na confiança, na igualdade de carências e na proximidade física das residências. O indivíduo excluído dos sistemas de redistribuição pública ou privada, para atender a suas necessidades mínimas tem de criar um sistema de troca completamente diferente das regras de mercado – baseado nas relações de parentesco e de amizade. Destaca três componentes da relação de reciprocidade nas “barriadas”: a confiança,²² a igualdade de carências ou a falta de recursos, e a proximidade física das residências (*ibidem*).

Por sua vez, Boaventura de Souza Santos, ao analisar o caso português, denomina sociedade providência as redes “de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não-mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação do dom estudada por Marcel Mauss” (*ibidem*). O autor reconhece na ajuda mútua que ocorre nos pequenos grupos sociais, com base nos laços de parentesco e vizinhança, uma lógica de reciprocidade encontrada nas relações de dádiva, e essas relações não são pautadas pelas leis que regulam o mercado, nem obedecem ao cálculo utilitarista.

De que forma as relações solidárias podem afetar a vida de moradores de bairros populares? Qual o efeito e o impacto das entre ajudas? Sob que modalidades essa solidariedade se expressa?

Como recurso analítico para facilitar a compreensão das diferenças e semelhanças, as modalidades de solidariedade foram classificadas em: i) solidariedade individualizada e ii) solidariedade coletiva. A primeira diz respeito às manifestações de solidariedade entre duas pessoas ou em um grupo pequeno delas. A segunda está associada às lutas coletivas por direitos, por políticas públicas e ocorre com mais frequência com os líderes comunitários.

²² Lomnitz (*ibidem*) define a confiança como uma medida de distância social definida etnograficamente.

Nas pesquisas exploratórias nas localidades de morros, descobriu-se que os moradores frequentemente se ajudam em caso de queda de barreira ou outro tipo de acidente, fazem cota para a cesta básica, acolhem os desabrigados em suas casas, principalmente parentes e amigos. Ocorrem também outras expressões de solidariedade associadas à construção de casas uns dos outros, por ajuda mútua, além de iniciativas localizadas que buscam lidar com as dificuldades do cotidiano. É o ato de tomar conta dos filhos, de olhar a casa, de doar comida e, de forma mais esporádica, a solidariedade motivada por um acidente ou socorro que, em algumas situações, pode salvar uma vida.

2.4 SOCIEDADE, COMUNIDADE E INDIVÍDUO

Para entender com maior profundidade como ocorrem as manifestações de solidariedade, é necessário aprofundar a discussão sobre os conceitos de sociedade, comunidade e indivíduo.

Ferdinand Tönnies, no clássico “*Gemeinschaft und Gesellschaft*”, afirma: “As vontades humanas se manifestam entre si em múltiplas relações; cada uma delas é uma ação recíproca, que, enquanto feita ou dada por um lado, é sofrida ou recebida por os demais.” Essas ações tendem à conservação e à destruição de outra vontade e sua teoria vai tratar das relações de *afirmação recíproca*, as relações positivas. São assistências, facilidades e prestações que vão e vêm e são consideradas como a vontade de suas forças (TÖNNIES, 1947, p. 19).

Essas relações recíprocas de afirmação aproximam-se do dar-receber-retribuir do sistema da dádiva? Mauss emprega inúmeras vezes o termo prestação para nomear as manifestações da dádiva. Pode-se argumentar que essas prestações ocorrem com mais frequência em comunidades, e de forma mais coletiva quando ocorre a “união” (*Verbindung*), como Tönnies denomina a relação positiva que tende a ocorrer nesse tipo de grupo, concebido como coisa ou ente que atua de modo unitário para dentro e para fora. A relação positiva, a união, bem como a vida real e orgânica, são a essência de uma comunidade (*Gemeinschaft*), porém a sociedade (*Gesellschaft*) é uma formação ideal e mecânica (*ibidem*). A vida em comunidade é entendida como vida em conjunto, em comum, íntima, interior, duradoura e exclusiva, como um organismo vivo. Sua essência são os laços primordiais emocionais e afetivos que emanam das relações que se denominam vontade natural ou essencial. A sociedade é o público, o mundo, uma vida em comum passageira e aparente, agregado e artefato mecânico, baseada na vontade arbitrária ou racional que caracteriza suas relações (*ibid.*, pp. 19-21).

Nos assentamentos estudados, foram identificadas características tanto de sociedade como de comunidade, e estão condicionadas às especificidades de cada local e à temporalidade.

Guareschi (1994; 2005) associa ao termo indivíduo o sujeito impregnado pelo “individualismo”, ao passo que a pessoa se define como o sujeito em relação com os outros, portanto solidário. O indivíduo é egoísta, pensa no “eu”; a pessoa é solidária, pensa no “nós”. O indivíduo é movido por interesses individuais; a pessoa por interesses coletivos, nos quais ela também se insere.

Durkheim (1999, p. 95) afirma que “os direitos dos indivíduos, tanto sobre si mesmos como sobre as coisas, só podem ser determinados graças a compromissos e a concessões mútuas; pois tudo o que é concedido a uns é necessariamente abandonado pelos outros”. Em decorrência, o conceito de “individualismo” está relacionado ao que impede que a solidariedade ocorra ou em relação às ações relacionadas que possam vir a prejudicar o(s) outro(s) ou o ambiente, sem ter havido o compromisso ou a concessão ao outro.

Portanto, a crítica ao individualismo está referenciada no conceito de individualismo, associado à “abordagem utilitarista e egoísta do indivíduo” (MARTINS, 2004, p. 33). O autor (*ibidem*) argumenta que Durkheim (1999) elaborou o conceito moral de indivíduo – o individualismo simpático – com o objetivo de estabelecer uma leitura crítica do individualismo utilitarista. Esse individualismo utilitarista pode gerar uma desregulação social e impedir a solidariedade orgânica.²³ O conceito de individualismo a que se alude está relacionado com as práticas egoístas do indivíduo, em que os abusos devem ser combatidos por regras sociais.

Durkheim faz a síntese que se quer estabelecer para fugir das dicotomias tradicionais entre regra e liberdade que constitui as regulamentações para a convivência coletiva:

Nada mais falso que esse antagonismo que se quis estabelecer com excessiva frequência entre a autoridade da regra e a liberdade do indivíduo. Muito ao contrário, a liberdade (entendemos a liberdade justa, aquela que a sociedade tem o dever de fazer respeitar) é, ela própria, produto de uma regulamentação. Só posso ser livre na medida em que outrem é impedido de tirar proveito da superioridade física, e apenas a regra do social pode erguer um obstáculo a esses abusos de poder (DURKHEIM, 1999 *apud* MARTINS, 2004, p. 34).

²³ Para Velho (1987) e Dumont (1985), o individualismo está associado às trajetórias e à biografia de cada um e associado a uma ideologia que enfatiza o indivíduo enquanto valor, sujeito moral e unidade significativa (DUMONT, 1985 *apud* VELHO, 1987, p. 51).

Procurou-se identificar as circunstâncias que mobilizaram o indivíduo a contribuir para o coletivo, para o bem-estar do outro, da sociedade²⁴ ou do grupo social a que pertence.

2.4.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE

A construção de uma comunidade por vezes está associada a movimentos sociais de luta por moradia. Touraine (1969) argumenta que os movimentos sociais emergem pela ação conjugada de 3 princípios: i) princípio de oposição – em que o grupo percebe um perigo, uma ameaça; ii) princípio de identidade – desenvolvido a partir da constatação pelo indivíduo de que o outro é portador de atributos similares aos dele, o que gera simpatia, aceitação e aliança para conquistar ou preservar valores comuns a ambos –, e esse princípio é fonte de solidariedade; e iii) princípio de totalidade – por meio do qual eles percebem que uma ação coletiva pode evitar ou minimizar uma ameaça.

Diversas são as formas de construção de uma comunidade, mas, mesmo com históricos diferenciados, algumas características parecem ser-lhes comuns e podem estar associadas aos princípios de Touraine. As lutas para a ocupação da área, para permanecer no chão, a busca de melhorias habitacionais e de infraestrutura urbana os une em torno de objetivos comuns e fortalece e consolida os primeiros laços para a formação dessa comunidade. A luta e a resistência contra um adversário comum caracterizam o princípio de oposição de Touraine. As dificuldades e as batalhas diárias semelhantes, que vão sendo superadas de forma solidária ou coletivamente, vão consolidando e dando coesão ao grupo de famílias que ocupou a área, enquanto os objetivos comuns fortalecem a identidade do grupo.

Nesse primeiro momento, o sentimento de fazer parte de uma comunidade normalmente é grande. A união e a solidariedade são potencializadas pela necessidade. Mas, depois que os direitos básicos foram conquistados, as mobilizações coletivas e a luta diminuem. As associações tornam-se mais restritas, em pequenos grupos, por afinidades, por empatia e também por necessidades mais individualizadas e pessoais. Desenvolve-se uma forma mais orgânica e localizada de fortalecimento dos laços e dos vínculos das relações sociais que perdura e que se expressa em pequenos gestos de solidariedade e de ajuda mútua que recheiam o cotidiano dos moradores dos assentamentos de baixa renda. São ligações de

²⁴ A sociedade aqui está representada pela instituição com regras a serem respeitadas, cumpridas, sob pena de se sofrerem sanções. Encontra-se a aplicação desse conceito de sociedade quando no mutirão de Dom Helder Câmara, as regras estabelecidas tiveram de ser cumpridas, sob pena de desligamento do projeto e perda da casa.

proximidade expressas em atos solidários, mas são também relações de afastamento (MARTINS, 2000) e “estranhamento”, devido aos conflitos e disputas do cotidiano e às condições de escassez e precariedade da infraestrutura.²⁵ Eventualmente, outras lutas podem surgir e os levam a se unir novamente, de forma mais coletiva.

Esse maior ou menor sentimento de comunidade foi observado no Conjunto Residencial Dom Helder Câmara e no Conjunto Abençoada por Deus. Monteiro (1989) denomina o sentimento de “comunidade virtual”. Ela existe potencialmente, mas só se manifesta quando necessário. Possivelmente, ao se perguntar a um morador de favela se é uma comunidade, pode ele dizer que “é cada um por si e Deus por todos”, mas, na presença de uma necessidade ou ameaça, o sentimento de comunidade é reacendido e passam a agir coletivamente.²⁶ Portanto, a temporalidade e o momento histórico da comunidade têm relação direta com as modalidades de manifestações de dádiva e solidariedade, assim como sua espacialidade.

No entanto, para compreender melhor a realidade dos assentamentos de baixa renda, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre a figura do líder comunitário, que tem importância fundamental na organização comunitária. Sua atividade política se caracteriza como representantes e mediadores dos pleitos dos moradores para a consecução de melhorias para o local, ou como facilitadores e promotores de ações de solidariedade no cotidiano e em situações emergenciais. Como consequência, são frequentemente solicitados, a qualquer hora, para resolver problemas, prestar socorro, ajudar a resolver conflitos entre os moradores ou problemas da localidade. A proximidade das dificuldades e carências, a disponibilidade e a capacidade para encontrar soluções para os problemas do bairro e das pessoas são a base e a legitimidade da liderança.

A natureza das demandas provocada por carências e necessidades não atendidas requer um nível de envolvimento por vezes muito grande que faz o líder abdicar, em certos momentos, da sua vida pessoal. Quanto mais conquistas e melhorias capitanear para o bairro, maior o poder político, mais respeitado e legitimado se tornam. É uma micro esfera de poder

²⁵ Uma entrevistada de Tejucupapo contou que tinha uma relação recíproca de empréstimo de objetos e comidas com um vizinha, mas que se desentendeu porque ela veio cobrar um objeto emprestado que já havia devolvido.

²⁶ Um morador que antes vivia sob a Ponte Limoeiro, onde todos eram chamados de morcegos, declarou que se sentia mais comunidade quando vivia embaixo da ponte. Quando eles receberam a casa, afastaram-se mais uns dos outros, como se a proximidade, o sofrimento e a dor potencializasse a união de todos: “Quando um levava uma topada, o outro sentia a dor”. O que parece evidenciar que crises e situações extremas também têm o potencial de deflagrar solidariedade e união.

disputada e, na maioria das vezes, existe um político ou um partido para dar sustentação à sua atuação.

O estilo da liderança tem influência na mobilização e na organização da comunidade. Por vezes, é estimulada a agregação e a unidade na comunidade para lutar por objetivos comuns; outras vezes, fortalece-se a disputa pelo poder, o que acirra os conflitos, podendo ocasionar a fragmentação e a desagregação da comunidade.

No entanto, mesmo as disputas entre os líderes também pode potencializar a construção de identidades e a formação de grupos no interior de uma comunidade. A dádiva agonística pode ter caráter desagregador, mas, ao mesmo tempo, ser um fator de agregação, de solidariedade e de fortalecimento dos grupos. Tais solidariedades ocorrem entre aqueles com quem se identificam. Simmel (1955; 1950) argumenta que o conflito pode produzir ou modificar grupos de interesse.

Então, o papel do líder comunitário, em uma localidade e mais ainda em uma comunidade, assume fundamental importância para a coesão dessa comunidade. O mesmo líder pode estimular atitudes bastante distintas: de solidariedade e cooperação, de disputa, podendo levar à desagregação ou ao rearranjo de grupos.

Coincidentemente, os líderes, gestores e moradores entrevistados ressaltaram os exemplos positivos em que o líder atuou como exemplo e como multiplicador de práticas solidárias. No entanto, nos três estudos de caso houve disputas internas entre os líderes com opções político-partidárias distintas, o que gerou conflitos e disputas, mas também a agregação nos distintos grupos.

Neste capítulo discutiu-se os conceitos e a importância do resgate da solidariedade como valor para se repensar as relações entre as pessoas na busca comunidades e sociedades em que o ser humano seja sensível à condição do outro.



CAPÍTULO 3

DÁDIVA E RECONHECIMENTO: ABORDAGENS PARA ENTENDER O COTIDIANO

CAPÍTULO 3 – DÁDIVA E RECONHECIMENTO: ABORDAGENS PARA ENTENDER O COTIDIANO

Nesse capítulo, vai ser discutida a teoria do dom ou da dádiva, que tem como precursor e maior expoente Marcel Mauss,²⁷ que fundamenta teoricamente a solidariedade. Discorrer-se-á sobre o contexto do seu surgimento, como vem sendo entendida e aplicada nas sociedades complexas, proceder a uma revisão da produção sobre essa teoria e sua contextualização nos dias atuais, como base para a compreensão, no nível microssocial, da sua ocorrência. Também será discutida a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth (2003), na busca de construir ligações com a teoria da dádiva.

3.1 A TRILOGIA DE MAUSS

Marcel Mauss, no célebre “Essai sur le Don” (1923-1924), ao observar os fenômenos sociais e os rituais coletivos de troca que ocorriam em sociedades tradicionais, concluiu que grande parte das relações sociais estavam estruturadas na obrigação tripartite de dar-receber-retribuir: “Na civilização escandinava e em bom número de outras, as trocas e os contratos fazem-se sob forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos” (MAUSS, 1950, p. 51). A dádiva tem o caráter de obrigação, mesmo que para o doador não haja uma garantia de retribuição.

Para contextualizar as reflexões do autor, é importante salientar que Mauss escreveu o Ensaio com base na análise de estudos etnográficos realizados por outros estudiosos sobre rituais de trocas em sociedades tradicionais. Eram dádivas de uma coletividade, de uma tribo inteira. Era uma tribo que doava à outra tribo. Essa perspectiva de “prestações” entre e dentro de coletividades não é o que se observa comumente nas sociedades complexas. Portanto, para entender e fazer uma releitura da teoria da dádiva nas sociedades modernas, há que se fazerem as devidas adaptações e contextualizações. Nas sociedades complexas, o indivíduo assume a centralidade da circulação das dádivas e ele não representa a coletividade, o comunitário, como nas sociedades tradicionais, nas quais a pessoa do chefe representava o grupo.²⁸ Mauss explica essas diferenças em relação às sociedades complexas:

²⁷ Marcel Mauss desenvolveu vários trabalhos junto com Durkheim e, após a morte do tio, assumiu a coordenação da revista “*Année Sociologique*”, um dos jornais científicos de maior importância na França, na época, bem como a divulgação dos trabalhos de Durkheim.

²⁸ A pessoa era comunitária e vista como instituição social – que zelava pelas regras, procedimentos, crenças sancionados pela sociedade e tinha a função de manter a coesão do grupo. Nas sociedades complexas, essas instituições são a família, a escola, a religião, que agem para defender a ordem social, os interesses e regular os

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não se observam nunca, por assim dizer, simples troca de bens, de riquezas e de produtos do decurso de um mercado passado entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não se trata de indivíduos, trata-se de coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se atacam e se opõem, quer em grupos desafiando-se directamente, quer por intermédio dos seus chefes, quer de ambas estas duas maneiras simultaneamente. Além disso, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de mais, amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras cujo mercado não é senão um dos seus momentos e em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. Enfim, estas prestações e contraprestações embrenham-se sob uma forma preferencialmente voluntária, através de presentes, de prendas, se bem que sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar a tudo isto o *sistema das prestações totais* (MAUSS, 1950, pp. 55-56).

Mauss referiu-se a esse sistema de prestações totais por envolver ele praticamente todo o clã das tribos estudadas e estar presente em vários campos: na economia, no direito, na religião dessas sociedades. Também denominou esses fenômenos “fatos sociais totais”.

Os fatos que estudamos são todos, permitam-nos a expressão, fatos sociais *totais* ou, se quiserem – mas gostamos menos da palavra – gerais: isto é, eles põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlatch²⁹, clãs que se enfrentam, tribos que se visitam etc.) e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito sobretudo ao indivíduo.

Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc. São jurídicos de direito privado e público, de moralidade organizada e difusa, estritamente obrigatórios ou simplesmente aprovados e reprovados, políticos e domésticos simultaneamente, interessando tanto as classes sociais quanto os clãs e as famílias. São religiosos: de religião estrita, de magia, de animismo, de mentalidade religiosa difusa. São econômicos: pois as ideias do valor útil, do ganho, do luxo, da riqueza, da aquisição, da acumulação e, de outro lado, a do consumo, mesmo [...] puramente suntuário, estão presentes em toda parte, embora sejam entendidas diferentemente de como entendemos hoje. Por outro lado, essas instituições têm um aspecto estético importante [...] as danças que se sucedem, os cantos e os desfiles de todo tipo, as representações dramáticas que se oferecem de acampamento a acampamento e de associado a associado, os objetos mais diversos que se fabricam, usam, enfeitam, pulem, recolhem e transmitem com amor, tudo que se recebe com

conflitos. Nas sociedades tradicionais, eram os indivíduos que possuíam tal papel, pois a “pessoa individual” se confundia com a “pessoa coletiva”.

²⁹ Ritual desenvolvido entre as tribos do Noroeste americano, parte do Norte americano, Melanésia e Papuásia. Nesses rituais, havia a destruição de riquezas em que os contratantes rivalizavam com presentes para mostrarem maior desapego e conseqüentemente, maior poder em relação ao outro. A rivalidade e o antagonismo dominavam esses rituais. Neles se destroem bens e fortunas. Potlatch quer dizer ‘alimentar’, ‘consumir’ (MAUSS, 1950, pp. 56-58).

alegria e se apresenta com sucesso, os próprios festins de que todos participam, tudo, alimentos, objetos e serviços, mesmo o “respeito”, como dizem os Tlingit, tudo é causa de emoção estética e não apenas de emoções da ordem da moral ou do interesse (MAUSS, 2003, pp. 309-310).³⁰

Ao envolver o clã inteiro e em diversos campos – era a essência da cultura das tribos que assumia ampla proporção. Tratava-se realmente de um fato social total. No caso das sociedades complexas, como não é comum agir coletivamente, nem se pode falar da existência de uma “cultura de troca ou de dádiva”, não se pode falar de um fato social total. As manifestações mais coletivas na nossa sociedade estão associadas a lutas políticas e sociais por direitos, mas possuem natureza diferenciada. O que se observam são demonstrações localizadas de dádiva e de solidariedade, quer individualizada, quer em pequenos grupos. No entanto, em algumas épocas do ano, como no Natal, esses fenômenos envolvem um grande número de pessoas que distribuem presentes de forma ritualística, assemelhando-se ao que ocorria nas sociedades tradicionais.

Ao analisar os fenômenos na Polinésia e fora dela, Mauss tenta mostrar o “vínculo jurídico criado pela transmissão de uma coisa” (MAUSS, 2003, p. 200), e de que maneira pode contribuir para uma teoria geral da obrigação. No direito maori, “o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma.” Daí que, apresentar alguma coisa a alguém, é apresentar algo de si (*ibidem*). Pois,

[...] aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas fisicamente e espiritualmente, essa essência, esse alimento, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões, têm poder mágico e religioso sobre nós (*ibidem*).³¹

Com relação ao método que adotou, Mauss salienta que suas observações e conclusões tomaram por base a observação da sociedade como um todo, não elementos de instituições, daí afirmar tratar-se de um fato social total.

São “todos”, de sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. [...] Foi considerando o conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugaz em que a sociedade toma, em que os homens tomam consciência sentimental de si

³⁰ Ver o ‘ritual de Beleza’ no ‘kula’ dos Trobriandeses (MALINOVSKY, p. 334 *apud ibid*, 310)

³¹ Mauss está falando do *hau*, o espírito das coisas, que tem grande importância para os maoris. É em uma explicação de um informante maori Tamati Ranaipiri que Mauss encontra a explicação para uma das suas questões iniciais do Ensaio: “Que força existe na coisa que se dá que faz com que o donatário a retribua?” (MAUSS, 1950, p. 52). O *hau* da propriedade pessoal, o *hau* da floresta. Conclui que “a coisa recebida não é inerte”. Por ela, o doador tem poder sobre o beneficiário.

mesmos e de sua situação frente a outrem. Há, nessa observação concreta da vida social, o meio de descobrir fatos novos que apenas começamos a entrever. [...] esses fatos de funcionamento geral têm chances de ser mais universais que as diversas instituições ou que os diversos temas dessas instituições, sempre mais ou menos acidentalmente tingidos de uma cor local. Mas, sobretudo, ele tem uma vantagem de realidade. Consegue-se assim ver as próprias coisas sociais, no concreto, como o são. Nas sociedades apreendemos mais que ideias ou regras, apreendemos homens, grupos e seus comportamentos. [...] Percebemos quantidades de homens, forças móveis, que flutuam em seu ambiente e em seus sentimentos (MAUSS, 2003, pp. 310-311).

Mauss faz uma crítica aos sociólogos por se terem abstraído demais e separado os diversos elementos da sociedade, o que levou à fragmentação em detrimento da análise da totalidade.

Depois de terem necessariamente dividido e abstraído um pouco em excesso, é preciso que os sociólogos se esforcem para recompor o todo. Assim encontrarão dados fecundos. [...] Todos estudam ou deveriam observar o comportamento de seres totais e não divididos em faculdades (*ibidem*).³²

As observações e conclusões de Mauss tomaram como base a dádiva agonística, de rivalidades, disputa, antagonismo. O dom está associado a poder, honra, prestígio:

Mas o que é notável nessas tribos é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Chega-se até a batalha, à morte dos chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, chega-se até à destruição suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival que é ao mesmo tempo associado (geralmente avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é claramente o clã inteiro que contrata por todos, por tudo o que ele possui e por tudo o que ele faz, mediante seu chefe. Mas essa prestação adquire, da parte do chefe, um caráter agonístico muito marcado. Ela é essencialmente usurária e suntuária, e assiste-se antes de tudo a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que ulteriormente beneficiará o seu clã (*ibid*, p. 192).

Em muitos rituais de dádiva agonística, dava-se ou retribuía-se para humilhar o outro, para deixar o outro sem possibilidade de pagar. Dessa forma, o doador se legitimava como o mais forte, o que tinha mais poder, e assim a sua tribo. “Retribui-se com usura, mas para humilhar o primeiro doador e não apenas para recompensá-lo da perda que um ‘consumo adiado’ lhe causa” (*ibid.*, p. 306). Esses aspectos são importantes para desmistificar a visão de dádiva associada à religião, à caridade cristã, à ausência de conflito e de disputa. Nesse sentido, Martins compõe um panorama da resistência no Brasil contra a difusão do dom no pensamento crítico, e atribui as razões a três focos de resistência:

³² No estudo empírico, procurou-se observar os casos estudados na sua totalidade, mesmo grupos ou partes dos grupos, mas interagindo coletivamente, nas reuniões, assembleias, oficinas de treinamento. Mesmo nas entrevistas individuais, buscou-se estabelecer uma conexão com o todo.

[...] uma tem a ver com a representação religiosa do termo dom, outra, com a reação utilitarista e neoliberal contra o pensamento humanista e associativo e, em terceiro lugar, no interior do campo acadêmico, a reação dos simpatizantes da antropologia estrutural contra releituras da obra de Mauss a partir de um enfoque sociológico e político. É de se ressaltar que, em conjunto, tais resistências inibem o avanço do debate, exigindo certo esforço para desfazer os nós criados em torno desse tema (MARTINS, 2008, p. 107).

Ao trazer o componente da rivalidade, do antagonismo, a dádiva agonística agrega uma compreensão além do significado que a palavra “dádiva” tem na língua portuguesa, associado à religião, restrito à dádiva partilha.

Diferentemente dos rituais estudados por Mauss, foram identificadas semelhanças da dádiva agonística quando são exercidas para legitimar o poder político de um líder comunitário. As disputas e as rivalidades entre os diversos grupos em uma localidade evidenciaram manifestações de dádiva agonística para firmar o poder e o espaço político do líder.³³

Mauss também associa à dádiva uma hierarquia entre vassalos e servidores. “Dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado, *magister*, aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo (*minister*)” (*ibid.*, p. 305). Tais constatações foram confirmadas principalmente com os líderes comunitários, quando muitos se distanciam de sua base, assumindo posição superior e frequentemente cooptando com poderes extremos. Por sua vez, alguns moradores delegam ao líder o poder de resolver muitos problemas da comunidade e até pessoais, numa clara posição de sujeição.

Marcel Mauss faz referência ao prestígio presente na dádiva dos chefes dos clãs:

Ser o primeiro, o mais belo, o mais afortunado, o mais forte e o mais rico, eis o que se busca e como se obtém. Mais tarde, o chefe confirma seu *maná* redistribuindo a seus vassalos e parentes o que acaba de receber; ele mantém sua posição entre os chefes retribuindo braceletes por colares, hospitalidade troca de visitas, e assim por diante... Nesse caso, a riqueza é, sob todos os pontos de vista, tanto um meio de prestígio quanto um objeto de utilidade. Mas é certo que isso seja diferente entre nós, e que para nós a riqueza não seja antes de tudo o meio de comandar os homens? (MAUSS, 2003, p. 306).

Com essas reflexões o autor faz uma comparação com o que ocorre nas sociedades complexas em relação ao poder e ao prestígio que a riqueza também representa na sociedade. Não se atribui prestígio e poder às pessoas ricas? Os líderes comunitários e os políticos não adquirem mais prestígio porque doam mais? O que ocorre nas sociedades tradicionais é diferente do que ocorre na sociedade complexa?

³³ De maneira geral, os momentos coletivos foram marcados por disputas e rivalidades, principalmente no Condomínio Dom Helder. Ficou evidente a rivalidade nas declarações dos líderes, que tentam firmar-se como tendo maior legitimidade, quem “fez mais pela comunidade”, quem “doou mais”.

No final do Ensaio, Mauss conclui ser possível ampliar suas observações para a análise das sociedades complexas:

Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além do seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. Restam ainda pessoas e classes que mantêm ainda os costumes de outrora e quase todos nos curvamos a eles, ao menos em certas épocas do ano ou em certas ocasiões.

A dádiva não retribuída ainda torna inferior a quem aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade (*ibid.*, p. 294).

Mauss salienta que em muitas situações da vida moderna se gasta muito como nas festas e com presentes no final de ano. “O convite deve ser feito e deve ser aceito. Temos ainda esse costume, mesmo em nossas corporações liberais” (*ibid.*, p. 295). E cita o exemplo da previdência social e de outros fundos privados de proteção ao trabalhador como uma manifestação de dádiva das nossas sociedades.

A sociedade quer reencontrar a célula social. Ela procura, cerca o indivíduo, num curioso estado de espírito, no qual se misturam os sentimentos dos direitos que ele possui e outros sentimentos mais puros – de caridade, de “serviço social”, de solidariedade. Os temas da dádiva, da liberdade e da obrigação na dádiva, da liberdade e do interesse que há em dar, reaparecem entre nós, como um motivo dominante há muito esquecido (*ibid.*, p. 294).

Mauss (*ibid.*, p. 298) provoca as pessoas no sentido de reverem seus valores morais e construir uma nova moral em que a usura seja controlada, assim como a doação em excesso. Que a generosidade, a boa fé, a sensibilidade guiem o estabelecimento de contratos em geral para limitar a especulação. Apresenta o exemplo das prestações totais das sociedades tradicionais como experiências que deveriam ser redescobertas. E convida a “Que adotemos então como princípio de nossa vida o que sempre foi um princípio e sempre o será: sair de si, dar, de maneira livre e obrigatória; não há risco de nos enganarmos” (*ibid.*, p. 301). Compara as sociedades tradicionais com as atuais, exaltando os avanços conseguidos em termos de terem sido descobertas formas de “viverem melhor”:

Todas essas sociedades estão, ou estavam, longe de nossa unificação e da unidade que uma história insuficiente lhes atribuiu. Por outro lado, no interior desses grupos, os indivíduos, mesmo fortemente marcados, eram menos tristes, menos sérios, menos avaros e menos pessoais do que somos; exteriormente, pelo menos, eles eram ou são mais generosos, mais dadivosos que nós. [...] durante um tempo considerável e num número considerável de sociedades, os homens se abordaram num curioso estado de espírito, de temor e de hostilidade exagerados e de generosidade igualmente exagerada, mas que são desarmados apenas aos nossos olhos. Em todas as

sociedades que nos precederam imediatamente e ainda nos cercam, e mesmo em numerosos costumes de nossa moralidade popular, não há meio-termo: é confiar inteiramente ou desconfiar inteiramente; é depor armas e renunciar a própria magia, ou dar tudo, desde a hospitalidade fugaz até as filhas e os bens. É em estados desse tipo que os homens renunciaram a sua autonomia e souberam dispor-se a dar e a retribuir (*ibid.*, p. 312).

Foi opondo a razão e o sentimento, foi estabelecendo a vontade de paz contra loucuras bruscas desse gênero, que os povos conseguiram substituir a guerra, o isolamento e a estagnação pela aliança, a dádiva e o comércio (*ibid.*, p. 313).

E aponta os caminhos trilhados pelas sociedades tradicionais como referência:

As sociedades progrediram na medida em que elas próprias, os seus subgrupos e, enfim, os seus indivíduos, souberam estabilizar as suas relações, dar, receber e, finalmente retribuir. [...] Foi então que teve êxito a troca dos bens e das pessoas, não apenas de clãs para clãs, mas de tribos e de nações, sobretudo de indivíduos para indivíduos. Foi só depois que as pessoas souberam criar para si, satisfazer interesses mútuos e, enfim, defendê-los sem terem que recorrer às armas. Assim, o clã, a tribo, os povos souberam – e é assim que amanhã, no nosso mundo dito civilizado, as classes, as nações e também os indivíduos devem saber – opor-se sem se massacrarem e dar-se sem se sacrificarem uns aos outros. Aí está um dos segredos permanentes da sua sabedoria e solidariedade (MAUSS, 1950, p. 196).

Mauss finaliza o Ensaio descrevendo as Crônicas de Artur, em que os bretões contam como o rei Artur, com a ajuda de um carpinteiro, inventou a milagrosa “Távola Redonda”:

[...] em torno da qual os cavaleiros não mais se debateram. Antes, por “sórdida inveja”, em escaramuças estúpidas, duelos e homicídios ensangüentavam os mais belos festins. O carpinteiro disse a Artur: “Farei uma mesa muito bela, junto à qual poderão sentar-se mil e seiscentos ou mais, e dispor-se em volta sem que ninguém seja excluído. Nenhum cavaleiro poderá travar combate, pois ali o mais graduado estará no mesmo nível que o menos graduado”. [...] É assim que hoje ainda se fazem as nações, fortes e ricas, felizes e boas. Os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas só serão felizes quando souberem sentar-se como cavaleiros, em torno da riqueza comum. Inútil buscar muito longe qual é o bem e a felicidade. Eles estão aí, na paz imposta, no trabalho bem ritmado alternadamente em comum e solitário, na riqueza acumulada e depois redistribuída, no respeito mútuo e na generosidade recíproca que a boa educação ensina” (MAUSS, 2003, p. 314).

O autor lança o referencial moral, econômico e social a ser seguido, caso se queiram construir sociedades mais felizes. Tem de haver redistribuição da riqueza, não podem existir excluídos. Todos são iguais, independentemente do nível sócioeconômico ou da educação. Deve haver respeito e generosidade para com o outro.

O pensamento de Mauss em relação aos valores de referência para a humanidade são bastante atuais. No entanto, o aspecto mais importante e revolucionário de suas descobertas é que os

vínculos sociais não são estabelecidos com base na economia e no cálculo, mas na troca/dádiva. Ao defender a economia da troca/dádiva, Mauss faz a crítica ao utilitarismo, retomada por seus seguidores do M.A.U.S.S.

Em diversos momentos, viu-se o quanto a economia da troca-dádiva estava longe de inserir-se nos quadros da economia supostamente natural, do utilitarismo. Esses fenômenos consideráveis da vida econômica de todos os povos [...] e as sobrevivências consideráveis dessas tradições, nas sociedades próximas de nós ou nos costumes das nossas, escapam aos esquemas geralmente apresentados pelos raros economistas que quiseram comparar as diversas economias conhecidas (*ibid.*, p. 301).

Um outro aspecto central dos desdobramentos da dádiva é o potencial de deflagrar a união e a coesão social dos grupos estudados, de grande relevância para esta tese.

3.2 A DÁDIVA ENTRE OS MODERNOS³⁴

A dádiva continua a existir nos tempos modernos e em sociedades complexas e pode deflagrar uma nova ordem social e outras formas de solidariedade, em particular. São algumas das conclusões de Mauss no final do Ensaio, e que são defendidas por diversos autores contemporâneos ligados ao M.A.U.S.S, o qual se apoia nas ideias de Mauss para construir uma crítica antiutilitarista.

Ao buscar construir uma argumentação de combate ao utilitarismo, Caillé (2002, pp. 14; 16; 1998) aponta o paradigma do dom como alternativa aos paradigmas que defendem o individualismo e o holismo e critica as limitações desses dois paradigmas para a análise da sociedade. Martins (2008, pp. 108-109) enfatiza o caráter universal do dom, base para uma ciência moral, por ser aberto à diversidade, à liberdade do sujeito social de desfazer as alianças conforme suas motivações e por permitir articular o dom com a solidariedade e a democracia.

Entre os primeiros, os quais Caillé (2002) denomina utilitaristas, contratualistas, instrumentalistas, enquadra os autores que, nas Ciências Sociais, inspiram o individualismo metodológico, a teoria da ação racional, a teoria dos jogos, a teoria da escolha pública, etc. Esses defendem que os fenômenos sociais estão associados aos indivíduos, pois só eles podem ser sujeitos. E explicam a ocorrência da ação individual como egoísta, interessada, e/ou racional. Caillé (*ibid.* p. 16) critica as fragilidades das doutrinas individualistas e

³⁴ Mesmo nome do livro *A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social* (MARTINS, 2002).

utilitaristas por se estruturarem em bases hipotéticas e especulativas. No entanto, Caillé (2002, p.15) não exclui a existência do cálculo e do interesse (i)material na ação social, mas defende que há também espontaneidade, amizade, solidariedade.

De forma oposta ao paradigma individualista, Caillé (*ibid.*, p. 16) enquadra no paradigma holista as correntes que buscam explicar as ações individuais ou coletivas como forma de manifestações que a totalidade social exerce sobre os indivíduos. É a totalidade social que preexiste aos indivíduos. Nesse grupo ele enquadra o funcionalismo, o culturalismo, o institucionalismo, o estruturalismo.

O paradigma do dom não se situa em nenhum desses dois extremos. A totalidade social não preexiste aos indivíduos, nem o inverso. Ocorre pelas inter-relações e interdependências que os unem (*ibid.*, p. 18). Defende que uma sociedade que fosse regida a partir de cima e do passado e pela regra e pela obrigação, seria formal e estéril. Também não poderia estruturar-se sobre a simetria mecânica dos interesses individuais, em substituição às regras. E reitera que não é sob o despotismo da Lei, nem se escondendo no “cada um por si” e na trapaça que os seres humanos encontrarão paz, segurança ou felicidade. Mas, devem aprender a se associar e a se ajudar mutuamente na base da confiança (*ibid.*, p. 18). Essa é a base do movimento antiutilitarista apregoado pelo M.A.U.S.S.

Mas, se não é a Lei, a regra, nem o individualismo egoísta que estruturam os laços entre as pessoas, o que mobiliza as pessoas a se associarem? O que motiva uma ação de dádiva?

A ação individual ou coletiva desenvolve-se em quatro móveis, teoricamente irreduzíveis um ao outro mas ligados na prática, os quais podem ser organizados em dois pares opostos: a obrigação e a liberdade/espontaneidade de um lado, e o interesse (em, por) e o desinteresse de outro (CAILLÉ, 2002, p. 74; CAILLÉ, 2006, p. 58). Os significados de cada um desses termos variam bastante, em função do costume e do contexto em que estão sendo analisados.

Ao analisar o par interesse/desinteresse, Caillé (*ibidem*) aponta a ambiguidade da palavra desinteresse, que em muitas situações pode ser entendida como ausência de motivação, como falta ou ausência de interesse. E argumenta que se poderia tentar opor um interesse preponderante por si a um interesse para com o outro, o que vem coincidir com o que se denomina interesse instrumental (em fazer alguma coisa) e interesses finais (interesse para), estes últimos associados à paixão; ou interesse em ter (o bem) e interesse na apresentação (honra, glória). Para representar o interesse pelo outro, podem ser adotados os termos amor,

amizade, simpatia, empatia, compaixão, solidariedade, dentre outros. Caillé propõe o neologismo *amância* (de amar).

Em relação à obrigação, pode-se associar a regra, a coerção, a Lei, a Lei moral. À liberdade, seu oposto, pode-se associar a espontaneidade, o lúdico, a criatividade, a invenção, a práxis, o prazer, a doação (*ibidem*). E tomando de empréstimo a Elie Halévy (1903 *apud ibid.*, p. 75), historiador utilitarista, a tipologia de harmonização dos interesses, faz uma analogia:

a lógica do interesse produz *harmonização natural* (pelo contrato, individual ou social, pelo mercado), a da obrigação uma *harmonização artificial* (pela lei, pela coerção ou pressão, pela manipulação), a da amância uma *harmonização espontânea* e a da liberdade aquilo que talvez pudesse chamar de *harmonização pelo entusiasmo* (ou ainda *harmonização passional*) (CAILLÉ, 2002, p. 75).

Caillé (*ibidem*) reitera que a base da teoria maussiana da ação se estrutura na oposição entre amância e interesse e na liberdade e espontaneidade em relação à obrigação e à Lei. Ele cria toda uma argumentação de alternância entre os dois polos de cada um desses pares, como os propulsores da ação e associação entre as pessoas.

Há uma vasta produção intelectual que busca atualizar o pensamento de Mauss e encontrar afinidades com pensadores de outras épocas e contemporâneos, ligados a distintas correntes de pensamento. Algumas releituras da dádiva na sociedade contemporânea atribuem sua ocorrência na socialidade primária (família, vizinhança, amizades, associações, dentre outros), em que a regra social essencial é sempre dar-receber-devolver (CAILLÉ, 2008). Mesmo ocorrendo em maior intensidade no universo da “socialidade primária”, a dádiva também se manifesta em outras esferas.

Ao colocar o dom como base de uma ciência moral e humanista, Caillé (2002) e Martins (2008) defendem a dádiva para explicar a realidade a partir de um sistema informal de trocas diretas entre indivíduos e grupos no cotidiano. Essa leitura ultrapassa o plano microssociológico, pois demonstra que as regras que delimitam as trocas ocorridas no cotidiano também se reproduzem na esfera macrosociológica dos sistemas formais, representados pela confiança que valida os contratos jurídicos e administrativos.³⁵

Simmel, mesmo de passagem, acaba sendo destaque como um dos precursores de um movimento de recusa do paradigma da troca em favor do paradigma do dom. Cohn (1998, p. 54) associa Mauss a autores interacionistas como Simmel, os quais valorizam as “relações

³⁵ Admite-se que a dádiva ocorre no nível macrosocial, mas esse não será o objeto de estudo deste trabalho.

recíprocas sempre renovadas para além do seu impulso inicial”. Martins (*ibid*, p. 106) adiciona também autores de referência nos estudos interacionistas como Mead, Cooley e Goffman, Blumer e Garfinkel dentre outros, ao defender o diálogo dos estudos sobre o dom com o interacionismo e o estruturalismo.

Caillé (2002) entende a teoria do dom inserida na tradição teórica compreensiva e fenomenológica, que dialoga de diferentes formas com Simmel, Weber, Schutz e o interacionismo simbólico, principalmente de Goffman:

O indivíduo tende a tratar os outros presentes com base na impressão que dão agora a respeito do passado e do futuro. É aqui onde os atos comunicativos se traduzem em atos morais. As impressões que os outros dão tendem a ser tratadas como reivindicações e promessas que implicitamente fizeram e estas tendem a adquirir um caráter moral (GOFFMAN, 1985, p. 228).

Papilloud também defende que Mauss e Simmel são os precursores de uma nova abordagem das relações humanas, o *interacionismo crítico* (PAPILLOUD, 2004 *apud* MARTINS, 2008, p. 121). Caillé (1998), no entanto, salienta a diferença entre as abordagens interacionistas ao tratar o interacionismo de Simmel e de Norbert Elias, de inspiração maussiana, diferentemente dos interacionistas norte-americanos, pela ênfase excessiva que esses dão ao plano microsociológico e ao “face a face”. O interacionismo em Mauss “não somente é o conjunto das interações entre as pessoas que ele tende a considerar, na escala da sociedade no seu todo, mas também as relações das pessoas com os objetos, com as coerções materiais, em suma, com a morfologia social” (CAILLÉ, 2002, p. 247). E conclui com o que denomina “interacionismo generalizado”, incluindo as “interações a distância”, que têm mais relação com a sociologia comparativa weberiana e com o marxismo do que com a psicologia social, base do interacionismo norte-americano.

Lévis-Strauss argumenta, na introdução à obra de Mauss, que poucas pessoas puderam ler o Ensaio sem “[...] sentir o coração a bater, a cabeça ardendo e o espírito invadido por uma certeza ainda indefinível, mas imperiosa, de assistir a um acontecimento decisivo da evolução científica.” Sua importância reside em que “Pela primeira vez, o social [...] transforma-se num sistema, entre cujas partes podemos pois descobrir conexões, equivalências e solidariedades” (LÉVIS-STRAUSS, 1950, p. 30). Apesar do reconhecimento da importância da obra de Mauss, Lévis-Strauss entende a dádiva como um fenômeno de troca e argumenta que a observação empírica de Mauss não lhe fornece a troca, mas apenas as três obrigações: dar-receber-retribuir. “[...] é a troca que constitui o fenômeno primitivo, e não as operações

discretas nas quais a vida social a decompõe” (LÉVIS-STRAUSS, 1950, p. 34). Ao reduzir a dádiva à troca, Lévis-Strauss parece não ter compreendido sua natureza e complexidade.

Para resgatar os estudos sobre o dom, de uma perspectiva não-estruturalista, deve-se também, no entanto, fazer uma aproximação de teóricos da fenomenologia para os quais a realidade objetiva é uma projeção do pensamento e a apreensão objetivada escapa dos métodos aplicados devido à dependência mútua entre sujeito e objeto. O método está condicionado à experiência vivida pelo sujeito social (MARTINS, 2008, p. 109). Ao analisar o artigo de Merleau-Ponty “De Mauss à Claude Lévis-Strauss”, Martins (*ibidem*) argumenta que Merleau-Ponty defende uma conotação particular para os lugares do sujeito e objeto, como um corpo fenomenal, quando são pensadas as relações entre os seres humanos em um mundo compartilhado.³⁶

Mas onde se poderia encontrar a dádiva entre os modernos? O próprio Mauss apontou o aparato em torno da previdência social, em que o Estado medeia a relação pública como uma expressão da dádiva na sociedade moderna. Esse exemplo ocorre quando a ação do Estado visa garantir os direitos do trabalhadores, que deram suas vidas e seu trabalho à coletividade e aos patrões, e também o direito dos desempregados (MAUSS, 2003, pp. 296-297), e que precisam de um aparato legal para se proteger quando não mais puderem trabalhar. No entanto, há controvérsias se esse exemplo pode ser considerado realmente como dádiva.

Titmuss (*apud* Godbout e Caillé, 1999, pp. 65-67) analisa a doação de sangue em vários países e defende que a intervenção estatal propicia que relações sociais altruístas ocorram, pois nessa modalidade de dádiva ocorre a solidariedade entre desconhecidos, forma superior de dom que não existia nas sociedades tradicionais. Não cabe aprofundar as divergências de opinião, se quando há intervenção estatal ocorre o dom, por não ser a modalidade de dádiva analisada.³⁷

Outros exemplos de dádiva entre estranhos são os Alcoólicos Anônimos, a beneficência e a doação de órgãos (GODBOUT; CAILLÉ, 1999), mas tais modalidades de dádiva também estão fora do foco da análise, servindo como ilustração da dádiva entre os modernos.

³⁶ Optou-se aqui por privilegiar a relação de interação entre sujeito e objeto. Houve momentos em que o objeto parecia guiar as reflexões da autora. As descobertas (re)conduziram a pesquisa para novas direções apontadas pelos entrevistados, objeto da pesquisa empírica.

³⁷ Godbout & Caillé (1999) discordam de Titmuss (*apud ibidem*), pois argumentam que a dádiva se alimenta de generosidade, liberdade e voluntariedade, enquanto a providência se alimenta de constrangimento e de imposição, pois se trata de um imposto. Nos sistemas de doação de sangue, o questionamento da existência de dádiva se refere ao ato de dar, que pode perder-se na burocracia e comprometer o ato de receber.

Damo (2008, p. 147) analisou o dom talento no futebol e concluiu que um dos aspectos que comovem os torcedores, é “a demonstração de entrega irrestrita por parte dos atletas, ou seja, o dom que significa dádiva.” Ganhando ou perdendo, fica claro “que os atletas abdicaram de si mesmos para doar-se à equipe e, por extensão, à comunidade afetiva que deposita nele sua confiança.” Esses “momentos de entrega total”, são “considerados sagrados, inesquecíveis para atletas e torcedores” (*ibidem*). É relevante salientar esse aspecto na relação atleta-torcida pelas semelhanças na relação líder comunitário-comunidade. Quanto mais o jogador se doa ao time, “por amor à camisa”, mais é admirado e querido. Quanto mais o líder se doa e trabalha em prol da comunidade, mais é respeitado e sua liderança legitimada.

As expressões de dádivas entre os modernos estão associadas à ação de indivíduos em relação a outros indivíduos ou sobre a coletividade. Não quer dizer que não haja influência do coletivo, da sociedade, da comunidade, mas o usual é a não representação de uma coletividade, como ocorria nas sociedades tradicionais. Os movimentos sociais e os partidos políticos de “esquerda” podem agir por uma coletividade, por uma causa coletiva, de forma diferente dessas sociedades.³⁸

A dádiva opera para estabelecer vínculos entre as pessoas. Godbout descreve seu percurso:

No início, não existe nada além de indivíduos separados que, como tais, só seguem seus próprios interesses. Depois aparece a dádiva, quase bela demais, [...] Mas que cria um sentimento de obrigação. Assim, ou a obrigação de retribuir é assumida então se estabelece um círculo de relações de pessoa a pessoa, dentro do qual os bens alimentam a ligação, ou ela é recusada através de uma contradádiva monetária imediata e nós nos encontramos no ponto de partida. Com a diferença de que o estado inicial de separação dos indivíduos egoístas e calculistas, que parecia tão natural e primário, se mostra como aquilo que de fato é: o resultado de uma recusa de relações, tanto fim quanto origem, consequência e efeito, e também causa primeira (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 19).

Godbout explica que a dádiva traz desconfiança e como acentuou Mauss, nas línguas germânicas a palavra *gift* designa dádiva e veneno (*ibid.*, p. 16). Em português, a palavra “obrigado(a)” implica que quem recebe um presente se obriga a retribuí-lo, ou a se colocar à mercê de quem o oferece. Mesmo havendo uma evolução histórica na semântica da palavra, até a atual polidez e aparente superficialidade, não perde a sua força, o que ilustra que “o presente é um bem a serviço dos vínculos sociais” (*ibid.*, p. 17). Quanto mais personalizado, de melhor qualidade e trazendo algo do doador, mais está a serviço do vínculo.

³⁸ No caso dos militantes do MLB e PCR é possível enxergar semelhanças com as sociedades tradicionais no que se refere ao pensamento e à ação respaldados por uma coletividade, no caso um partido. No entanto, mesmo os líderes comunitários por vezes falam de forma pessoal, sem representar um partido ou um movimento.

[...] Aliás é porque elas (as geléias) são deliciosas e feitas pela própria oferecedora, cristalizando alguma coisa da sua pessoa, e portanto porque é de ótima qualidade que o bem pode dessa forma colocar-se a serviço do vínculo. É assim, com efeito, que ele contém necessariamente o vínculo, que ele o encerra em si e se torna perigoso para o recebedor, de quem ele “tocou o ponto fraco”. Daí a dificuldade de dizer “obrigado” (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 17).

Em determinadas situações pode-se recusar a dádiva ou não reconhecê-la como tal. Godbout & Caillé (*ibidem*) apontam exemplos em que a dádiva “não foi reconhecida como dádiva, porque aceitá-la seria reconhecer o estabelecimento de uma relação pessoal que justamente não é desejada ou não se quer mais”.

Ao analisar a ocorrência da dádiva em diversos lugares da sociedade moderna, Godbout e Caillé (*ibid*, pp. 117-118) apresentam uma síntese das características comuns encontradas:

- i. *O estranho* – a dádiva entre estranhos e desconhecidos é uma característica da sociedade moderna;
- ii. *A liberdade* – o caráter de obrigação parece ter desaparecido na dádiva moderna;
- iii. *A gratuidade* – mesmo que não exista dádiva gratuita, existe gratuidade na dádiva;
- iv. O caráter *espontâneo* – a dádiva não obedece a nenhuma imposição, nem de autoridade, de ordem legal, racional ou com função de cálculo;
- v. *A dívida* é onipresente – mas diferente da dívida mercantil;
- vi. Existe *retorno* de vários tipos – o que torna inadequada a noção de reciprocidade contida na dádiva, pois se confunde o que se passa entre as coisas que circulam e o que se passa entre as pessoas.

Godbout & Caillé (1999, p. 119) sintetizaram a dialética da dádiva, e, por isso, a dificuldade de ser entendida:

Encontramos essa ideia em todo o universo da dádiva. Perder para ganhar. Não se dá para receber, mas talvez para que o outro dê. Existe aí algo incompreensível para o espírito moderno. Como é que se pode ao mesmo tempo querer um fim (receber) e usar normalmente de um meio para atingir o fim (dar), e ao mesmo tempo não considerar que se trata de um meio, sendo esta a condição para alcançar o fim! [...] A dádiva parece que não se aplica a relação fim-meios, ou seja, certo tipo de vínculo entre uma ação presente e uma ação futura, vínculo linear que está na base da antecipação, do cálculo, de todas as teorias da ação, da própria noção de intencionalidade. Alguma coisa nos escapa na dádiva e isso provoca vertigens na razão moderna.

Um aspecto importante apontado, pois será uma das categorias das motivações analisadas, é “se o que é dado para selar aliança tem um valor intrínseco, se o bem ofertado dá prazer ao doador além da intenção pacífica e amigável que ele manifesta” (CAILLÉ, 2008, p. 159). As pesquisas realizadas atestaram que sim. Vários respondentes declararam que sentiram grande prazer em doar, em ver o outro feliz. E pode-se classificar essa motivação como uma categoria associada ao prazer individual e do outro.

Godbout e Caillé (1999, pp. 38-39), ao descreverem uma experiência, na França, em que Florence Weber (1989, cap. 2) opõe o sistema de cooperação informal, e o trabalho formal aponta dentre as conclusões: i) há reciprocidade em tempos distintos; ii) tem grande importância que a espontaneidade e a generosidade se manifestem; iii) o que circula está a serviço dos vínculos; iv) a sequência não é fechada, ocorre o que a autora denomina de “espiral de generosidade”, tende-se a retribuir mais do que se recebeu; v) não ocorre apenas entre dois indivíduos, mas duas famílias, os indivíduos se encontram em uma rede de vínculos, diferente de uma transação comercial, e vi) há prazer na dádiva.

Caillé (2008, p. 159) distingue duas grandes modalidades de dádiva. A dádiva analisada por Mauss: “o benefício dos presentes, ao mesmo tempo livre e obrigado, interessado e desinteressado, que sela a aliança entre os sujeitos, transformando os inimigos em amigos. A oferta de bens e de bondades.” O autor chama esse tipo de *dom da aliança* ou *dom da generosidade*, e esclarece que a caridade é apenas uma modalidade particular, assim como a dádiva agonística, pois tal tipo de dádiva busca transformar os inimigos em amigos.

E a outra modalidade é o *dom doação*. Caillé (*ibid.*, p. 159) aponta a dimensão da dádiva que é a “criatividade do artista, a beleza ou a graça da criança ou da jovem mulher, o carisma do sujeito que supostamente sabe ou pode”, e defende que esses atributos inerentes ao sujeito têm relação com o dom, um dom que não está associado ao que esse “sujeito dotado ou gracioso fez ou poderia fazer [...], mas da dádiva que ele recebeu de um doador anônimo ou invisível, o dom dos deuses, das musas, da natureza, o dom da vida, o dom do que é assim. O dom que faz com que haja algo mais do que nada.”(*ibidem*) O autor sugere seguir a tradição fenomenológica que denomina doação e chama essa modalidade de *dom doação*, mas é preferível a terminologia dádiva dom, ou dádiva talento. De fato, essa modalidade de dádiva é o que se denomina de dom na língua portuguesa, os talentos da pessoa, e foi importante para entender a relação de contemplação com o lugar e com a natureza.

Antes de classificar as modalidades de dádiva, é preciso salientar que algumas dessas modalidades podem ocorrer simultaneamente em uma mesma manifestação de dádiva.

Godelier (2001, p. 23) aproxima a dádiva da solidariedade, mas ao mesmo tempo explicita a hierarquia e a dialética existente no dom:

Dar parece instituir simultaneamente uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quicá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado (GODELIER, 2001, p. 23).

Dar pode instaurar “uma diferença e uma desigualdade de *status* entre doador e donatário, desigualdade que em certas circunstâncias pode se transformar em hierarquia: se esta já existisse entre eles antes do dom, ele viria expressá-la e legitimá-la ao mesmo tempo” (*ibidem*). É assim que em um único ato poderiam ocorrer dois movimentos opostos.

O dom *aproxima* os protagonistas porque é partilha e os *afasta* socialmente porque transforma um deles em devedor do outro. Pode-se divisar o formidável campo de manobras e de estratégias possíveis contido virtualmente na prática do dom e a gama de interesses opostos que ele pode servir. O dom é, em sua própria essência, uma prática ambivalente que une ou pode unir paixões e forças contrárias. Ele pode ser ao mesmo tempo ou sucessivamente, ato de generosidade ou ato de violência, mas nesse caso de uma violência disfarçada de gesto desinteressado, pois se exerce por meio e sob a forma de uma partilha (GODELIER, 2001, p. 23).

O dom tanto pode se opor à violência direta, à subordinação física, material, social, como substituí-la. São muitos os exemplos de pessoas se colocarem como escravas na impossibilidade de honrarem suas dívidas. E salienta que, devido às características competitivas da sociedade para acesso à riqueza, ao poder, aos saberes, aos ritos, é a dívida, ao invés da partilha, que pode ter mais efeitos na vida social (*ibid.* p. 24). Salienta igualmente que a dualidade e a ambivalência do dom também encontra condições ideais para seu desenvolvimento em sociedades baseadas em relações pessoais entre os indivíduos e entre os grupos que a compõem, de parentesco, de produção, de poder, etc. (*ibidem*)

É relevante abordar o ponto de vista de Godelier para explicitar as relações de hierarquia, opressão e dominação que podem estar contidas no dom.

O que se quer com essa classificação analítica é entender a complexidade e o caráter dialético das manifestações de dádiva na atual sociedade e os fatos geradores que as acompanham. Primeiramente, classificam-se as modalidades de dádiva quanto à hierarquia entre os atores

em: i) situações em que existe a presença de sinais do sistema comunitário tradicional de dádivas, e ii) situações em que a dádiva é igualitária e recíproca.

- i) Situações de presença de sistema comunitário tradicional de dádivas – as modalidades de dádivas são mais hierarquizadas e marcadas por um doador que aparece com mais força na organização do vínculo: Deus, o pai, o avô, a avó, o político, etc. No caso da dádiva divina, essas situações estão associadas a uma forte religiosidade. Também foram encontradas associações a “políticos provedores”, que praticavam uma política assistencialista, por vezes de forma agonística e com expectativa de retorno.
- ii) Situações de dádiva igualitária e recíproca – são as dádivas confluentes, mutuamente recíprocas, democráticas ou mais horizontalizadas, em que os atores se posicionam de forma mais igualitária. Situações encontradas com mais frequência.

A classificação a seguir é o resultado das observações empíricas e tem como objetivo facilitar a análise.

- i. Dádiva de aliança ou dádiva de generosidade – ocorre quando há uma ação de dádiva que visa selar a aliança entre os sujeitos, transformando os inimigos em amigos. Esse dom se subdivide em:
 - a. Dádiva partilha ou de ajuda mútua – a essa modalidade são associadas atitudes de colaboração, de solidariedade ativa, de partilhar com o outro uma ajuda ou a doação de algo. É diferente da caridade, pois nessa o outro não está numa posição de igualdade, de possibilidade real de retribuir.
 - b. Dádiva caridade – associada com frequência à religiosidade, alguns consideram uma modalidade de dádiva inferior, porque o outro se encontra numa posição de inferioridade em relação ao doador, já que, algumas vezes, o outro não tem condições de retribuir. No entanto, Campos (2003) aponta uma realidade bem distinta e discorda dessa posição, quando apresenta a caridade da comunidade de penitentes “Ave de Jesus”, em Juazeiro do Norte, CE. Para Campos (*ibid*) a sociabilidade dos Ave de Jesus está fundada na generosidade, no compartilhamento e na caridade. Ao pedirem esmola o principal objetivo deles é despertar a generosidade e a fraternidade em quem doa, portanto, não há inferioridade, ao contrário, através da esmola que eles recebem, permitem que quem deu tenha a oportunidade de praticar a fraternidade.

- c. Dádiva religiosa – essa modalidade também pode se enquadrar em uma das outras. A motivação dessa dádiva é a religiosidade, a fé. Pratica-se a dádiva para seguir os mandamentos de Deus, para amar o próximo, portanto, contém também a solidariedade. Pode ou não estar associada à caridade.
- d. Dádiva de necessidade – enquadra-se nessa modalidade a dádiva gerada pela necessidade e carência do outro (i)material, no cotidiano ou esporadicamente. Pode ser demandada pelo donatário ou percebida a carência e necessidade pelo doador. É alguém que precisa ser socorrido, está passando mal, foi acidentado, uma casa que está incendiando. Nessa modalidade se doa em função da urgência, da necessidade do outro e da gravidade da situação. Tal modalidade é bastante comum em assentamentos e comunidades de baixa renda e no contexto das sociedades complexas, e é propulsora da solidariedade cotidiana, que mobiliza quase todos, quando demandados. Quando essa dádiva ocorre, normalmente é uma dádiva partilha, mas nem toda dádiva partilha ocorre devido a uma demanda do donatário, ou a uma necessidade desse.
- e. Dádiva de aproximação – classifica-se nessa modalidade as iniciativas de aproximação, de sociabilidade, de busca de aliança, gentileza, de querer se aproximar/conquistar o outro. É a camaradagem entre moradores, vizinhos e pessoas que desejam aproximar-se e oferecem uma comida que fizeram, emprestam um objeto, doam um alimento, convidam para um almoço, doam um presente. Tal modalidade tem implícita uma expectativa de retribuição. A solidariedade também pode ser enquadrada nessa modalidade, mas não tem a mesma importância para o doador do que o dom partilha.
- f. Dádiva de amizade ou parentesco – essa modalidade de dádiva está fundada na relação de proximidade entre doador e receptor e pode estar associada praticamente a todas as modalidades anteriores. A natureza da relação doador-donatário é que define sua ocorrência. Alguns são generosos principalmente quando há um vínculo de amizade ou parentesco.
- g. Dádiva agonística – é a dádiva de rivalidade, de antagonismo, de disputa, dá-se para ter mais poder e prestígio em relação ao donatário. Essa modalidade foi muito praticada nas sociedades tradicionais analisadas por Mauss. Ela também poderia conter a solidariedade, no caso dos políticos e dos líderes

comunitários, mas em situações específicas, pois ao se tratar de vingança não ocorre solidariedade. Há uma disputa para ver quem consegue trazer mais melhorias, promover mais dádivas. Tal modalidade tem uma expectativa implícita de retribuição por meio de reconhecimento, prestígio e poder.

- ii. Dádiva-dom ou dádiva-talento – dádiva relacionada com as qualidades e atributos do sujeito, e está associada à criatividade do artista, ao belo, ao sedutor, ao carisma. São os talentos e, acrescenta-se os bens que todos recebem da vida. Nessa modalidade, não é preciso ocorrer uma ação de dádiva. O dom existe e é intrínseco ao sujeito e adiciona-se que também pode ser intrínseco ao objeto. Nesta última modalidade, associa-se a dádiva na relação com a natureza, por isso relacionou-se à dádiva de contemplação, quando admira-se algo de belo, o qual encanta por suas qualidades e dá prazer. Associou-se, portanto, à relação com o ambiente, natural ou construído.
- iii. Dádiva a desconhecidos – nessa modalidade a retribuição não vem do outro, vem de algum sentimento pessoal, de prazer, de realização política. A solidariedade é a essência dessa dádiva, vez que não se mantém relação com o outro.
- iv. Dádiva política – nessa modalidade foram incluídas as dádivas associadas às lutas políticas por direitos, por políticas públicas, por moradia, às mobilizações sociais, culturais e políticas. Pode ser também uma dádiva a desconhecido e pode, eventualmente, enquadrar-se como dádiva agonística, mas pode também ocorrer a solidariedade com o coletivo, quando há o comprometimento com um mundo melhor e mais justo.

3.3 A DÁDIVA ESTUDADA

Optou-se por não adotar definições complexas e abstratas, pois o próprio Mauss, como foi observado por diversos críticos, em nenhum momento tentou propor uma definição do dom. Adotou-se a definição restrita de dom feita por Alain Caillé e Jacques Godbout: “Qualifiquemos de dádiva qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas”. E que “[...] assim caracterizada como forma de circulação de bens a serviço dos vínculos sociais, constitui um elemento essencial a toda a sociedade” (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 29). Essa definição

tem a vantagem de permitir isolar um modo de circulação de bens e serviços claramente distinto daquele que assegura a troca monetária, como o que instaura mecanismos de redistribuição estatal. Aponta uma definição de valor dos bens ignorada pelos economistas. Os economistas clássicos, inclusive Marx, passaram a afirmar que os bens (e os serviços) valem por satisfazer as necessidades, seu valor de uso; e valem em função da quantidade de dinheiro que permitem adquirir, seu valor de troca. Tal definição permite mostrar que os bens e serviços valem em função de sua capacidade de criar e reproduzir relações sociais (CAILLÉ, 2006, p. 30).

Derrida tenta desconstruir o dom em uma abordagem bastante distinta daquela seguida na tese: “[...] para que haja dom é preciso que não haja reciprocidade, retorno, troca, contra-dom nem dívida” e ainda “o dom como dom não deveria parecer como dom: nem ao donatário nem ao doador”, e conclui que “se não há dom, não há dom, mas se há dom, visto ou reconhecido como dom pelo outro, não há dom tampouco”, e concebe que o dom seja “não impossível, mas o impossível. A própria figura do impossível” (DERRIDA, 1991 *apud* CAILLÉ, 2006, pp. 46-47). Essa compreensão do dom de Derrida coloca a dádiva em um nível abstrato, de (quase) impossibilidade de existir no cotidiano do mundo. Dessa forma, o dom está próximo do ágape³⁹ e deve ser gratuito.

No entanto, Godbout salienta que se alguém se recusa a acreditar na existência da dádiva é porque a está representando como o oposto do interesse material egoísta. Para os que pensam dessa forma, a “verdadeira” dádiva é gratuita. E, como a gratuidade é impossível (“*There is no such thing as a free lunch*”⁴⁰), a verdadeira dádiva é impossível (GODBOUT; CAILLÉ, 1999, p. 15).

Mary Douglas (1989, *apud ibid.*, pp. 15-16) afirma que a dádiva gratuita não existe realmente, pois a dádiva serve para estabelecer relações e não existem relações sem esperança de retorno, de sentido único, o que não seria uma relação. “Daí, ao contrário, a insistência dos que se dedicam efetivamente a afirmar que eles também tiram proveito da dádiva. De um lado, como já dissemos, isto lhes permite sujeitar-se ao moralismo egoísta da época. Porém, no fundo, ao negar a gratuidade de suas motivações, eles atestam a realidade da sua dádiva” (*ibidem*).

³⁹ Palavra grega que significa amor, mas que, com o passar do tempo, adquiriu uma conotação de amor sublime, associado à caridade, à religião.

⁴⁰ Refeição gratuita é algo que não existe.

Pierre Bourdieu, por sua vez, afirma que “é um privilégio de rico ser desinteressado”. Ao tratar o capital simbólico partindo do capital econômico, defende que só se acumula e se reproduz quando se transforma em capital social (conjunto de relações), em capital cultural, linguístico e escolar, e finalmente no capital simbólico, em que esse prestígio surge do “desinteressamento”⁴¹ reconhecido. Mas, para poder acumular essa forma particular de capital, para efetivamente ser desinteressado a seus próprios olhos, é necessário que o sujeito social tenha consciência da sua legitimidade social e seja proveniente de uma linhagem familiar que possui ou possuiu em quantidade suficiente as outras formas de capital (BOURDIEU, 1979 *apud* CAILLÉ, 2006, pp. 36; 41). Certamente, essas afirmações condenam os pobres, dada a insuficiência dos outros capitais a serem “eternamente interessados”, ou a agirem de forma instrumental.

De qualquer forma, pode existir interesse no dom. A dualidade interesse/desinteresse faz parte do sistema do dom. Eliminar o interesse do contexto da análise como excludente da existência do dom seria inadequado, devido ao nível de carências e necessidades do grupo social e das localidades analisadas, o que impõe considerar o interesse no sistema do dom.

O dom analisado na tese não possui caráter abstrato, de dom puro, absoluto, identificado com o ágape e o amor puro. Essas modalidades de dom existem, mas em situações muito específicas e normalmente associadas a uma forte religiosidade e espiritualidade. O dom que é o foco desse trabalho é o dom manifestado no cotidiano, nas corriqueiras atitudes de troca de gentilezas, generosidades diárias, cooperação e solidariedade para enfrentar os problemas cotidianos. É um dom “humano”, com interesse, com necessidade de reconhecimento e com ressentimento quando não houve reconhecimento, retribuição; é um dom “possível”.

Ao adotar a teoria do dom como referencial de análise, não se quer simplesmente verificar sua aplicabilidade em situações ideais e descontextualizadas da realidade, mas entender como ocorre no contexto das favelas, em que a situação de pobreza permite que o dom se transforme em um recurso a que os moradores de baixa renda recorrem para enfrentar as carências e dificuldades do cotidiano, potencializando suas manifestações de solidariedade. Como eles não têm muito com quem contar, terminam por criar mecanismos de ajuda mútua.

⁴¹ A palavra *désintéressement* significa, em francês, desprendimento de todo interesse pessoal. Os sinônimos mais próximos são altruísmo, generosidade e desprendimento. Desinteresse é uma palavra ambígua; significa desprendimento, generosidade, mas também falta de interesse. Ao traduzir por desprendimento, perder-se-ia o sentido de interesse por (outro) reforçado por Caillé. Foi empregado o neologismo desinteressamento para preservar o sentido original (MARTINS & CAMPOS, 2006, p. 25).

A escassez fortalece a cooperação e as manifestações em pequenos atos solidários de ajuda, em situações de emergência, a parentes, amigos e vizinhos.

Os laços de vizinhança, além da amizade e da família, são apontados como um dos espaços em que as manifestações de dádiva podem ocorrer com maior diversidade e intensidade nas sociedades complexas, devido à proximidade física e aos laços sociais e afetivos. Daí o interesse em conhecer como a dádiva se manifesta nos espaços das comunidades de baixa renda. Ao estudar a ocorrência do dom em comunidades pobres não estamos negando sua existência em grupos de maior renda. O que queremos é identificar as modalidades, motivações e contextos no grupo específico estudado.

Na perspectiva deste trabalho, a solidariedade pode ocorrer em algumas das modalidades de dádiva, como uma expressão, uma materialização dessa. Na maioria das manifestações de solidariedade, foi verificada a existência de dádiva, porém há modalidades específicas de dádiva que não podem expressar solidariedade, a exemplo da vingança, na dádiva agonística. De maneira geral, é na dádiva agonística que menos se pode encontrar manifestações de solidariedade; no entanto, pode ocorrer de um líder praticar atos de solidariedade para disputar politicamente o poder político de uma localidade com outro líder.

Em várias situações observou-se que a manifestação de solidariedade ocorreu porque se procurou retribuir uma dádiva recebida, mesmo que necessariamente não tenha sido recebida de quem se retribuiu. Retribuiu-se porque se recebeu muito da vida e também para receber mais. São Francisco de Assis fala que “é dando que se recebe”. Muitos pensam dessa forma: depositam em um terceiro, no caso Deus, a esperança de receber uma retribuição pela solidariedade que manifestam. Outros pensam que poderia ser ele ou algum parente próximo que poderiam precisar de ajuda, então são solidários porque têm uma crença de que outros farão por eles também, quando precisarem.

Ao comparar os pensamentos de Durkheim e de Mauss, em que os dois autores desenvolveram reflexões mais aprofundadas, o primeiro em relação à solidariedade e o segundo em relação à dádiva, distinguem-se, no entanto, algumas diferenças. Sennet (2004, p. 247) afirma que Mauss aprendeu com Durkheim que a troca recíproca une as pessoas em grupos. E Mauss avançou mais ainda ao salientar a importância da dádiva para estabelecer o elo e as relações sociais entre as pessoas.

O pensamento de Durkheim está estruturado em instituições, por isso a solidariedade orgânica está associada a uma estrutura organizada na sociedade, em que cada um tem uma

responsabilidade e um papel importante, que deve ser desempenhado para que o todo funcione.

Para Mauss, as relações de dádiva são mais livres e estão associadas aos indivíduos, de forma independente das instituições. De forma simplificada, poder-se-ia dizer que, segundo o pensamento de Durkheim, a solidariedade busca fortalecer as instituições, enquanto no pensamento de Mauss a solidariedade fortalece as relações entre os seres humanos.

As pesquisas e reflexões sinalizam para uma confluência no pensamento dos dois autores. Para este trabalho, a solidariedade tem o potencial de fortalecer as instituições – as instituições comunitárias, os movimentos sociais, a organização social – assim como a relação entre as pessoas.

3.4 A TEORIA DO RECONHECIMENTO

Caillé (2008, p. 158) defende que “Reconhecer uma pessoa é admitir seu valor social e lhe oferecer qualquer coisa em retorno”. E cita Claude Pairault, em uma monografia dedicada à aldeia de Iro, no Chade: “O prestígio de um chefe consiste notavelmente, para esse homem e para os seus, não naquilo que ele possui em quantidade, mas no fato de que ele pode e sabe dar com liberalidade [...] É realmente através da capacidade de dar que se mede o valor de um indivíduo” (*ibidem*).

Ao discutir o sucesso contemporâneo das teorias do reconhecimento e da luta por reconhecimento como uma teoria geral, Caillé (2008, p. 152) salienta que uma das razões é ter como hipótese de partida que os atores sociais estão em luta *de* ou *para* o reconhecimento. Dessa forma, faz-se justiça ao mesmo tempo ao momento da ação e ao momento da socialidade, uma vez que ser reconhecido é necessariamente ser reconhecido pelo(s) outro(s).

Caillé (*ibid.*, p. 159) defende que “o valor dos sujeitos sociais é medido por meio de sua capacidade de dar, o que, aliás, implica em reciprocidade”. De forma sucinta, Caillé analisa o pensamento de vários autores – Tocqueville, Marx, Durkheim, Weber, Pierre Bourdieu, o pragmatismo americano e os interacionismo simbólico de Goffman e Garfinkel – e defende que no pensamento deles é central a questão do reconhecimento.

Inicialmente estudada por Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser, o sucesso da teoria da luta pelo reconhecimento está em consonância com os novos tempos e parece sinalizar o caminho para fugir da oposição entre individualismo e holismo (CAILLÉ, 2008, p. 152).

Honneth (2003, *apud* Caillé, 2008, p. 157; Nobre, 2003, p. 18) argumenta que a formação da identidade prática do indivíduo ocorre em um contexto de relações de reconhecimento. Propõe a estruturação da teoria do reconhecimento em três dimensões distintas, mas interligadas: i) a autoconfiança – que se busca na esfera do amor e da emoção e que permite a autorrealização pessoal; ii) o autorrespeito – que se busca na esfera político-jurídica, em que a pessoa é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, e iii) a estima social – que se pretende acessar na contribuição à divisão social do trabalho e no reconhecimento solidário. Nessas duas últimas dimensões, Honneth argumenta sobre a possibilidade de a luta caracterizar-se como conflito social. Nobre (2003, p. 18) esclarece que os conflitos sociais a que Honneth se refere são os que podem originar-se de experiências de desrespeito social, de ataque à identidade pessoal ou coletiva. Não inclui as lutas associadas à autoconservação ou à manutenção de poder, modalidade essa, de conflito predominante na filosofia política moderna e na sociologia, a qual tende a eliminar o momento normativo da luta social.

Honneth (2003, pp. 29-30) vai buscar em Hegel a base para sua teoria do reconhecimento e argumenta que Hegel chegou ao caminho de perceber a luta social oriunda de impulsos morais associados a uma lesão nas relações sociais de reconhecimento, porque se afastou das justificativas de autoconservação, do modelo de “luta social” introduzido por Maquiavel e Hobbes.

Sobre a estrutura da relação de reconhecimento recíproco de Hegel, Honneth (*ibid.*, p. 47) argumenta que o vínculo entre os sujeitos que se contrapõem é assegurado por um movimento de reconhecimento. E explica:

na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular.

Honneth (*ibid.*, p.64) também vai buscar em Hegel a função social da luta na formação ética:

como no *Sistema da eticidade*, o conflito representa uma espécie de mecanismo de comunitarização social, que força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente no respectivo outro, de modo que por fim sua consciência individual da totalidade acaba se cruzando com a de todos os outros, formando uma consciência “universal”. Essa consciência que veio a ser “absoluta” fornece finalmente para Hegel, [...] a base intelectual para uma coletividade futura e ideal: proveniente do reconhecimento recíproco como um *médium* da universalização social, ela constitui o “espírito do povo” e, nesse sentido, também “a substância viva” de seus costumes.

A luta por reconhecimento é entendida como um processo social que leva a um aumento de comunitarização, com um descentramento das formas individuais de consciência. No entanto, é no *Sistema de eticidade* que se atribui à mesma luta um *médium* de crescimento das capacidades do eu (*ibidem*). Mas, mesmo assim,

a emancipação dos sujeitos individuais e a comunitarização crescente entre eles, seriam desencadeadas e impelidas precisamente por aquela luta por reconhecimento que permite desenvolver nos indivíduos um sentimento racional de suas comunidades intersubjetivas, na mesma medida em que ela progressivamente chama a atenção deles para suas pretensões subjetivas (*ibid.* p. 65).

Com isso, argumenta Honneth (*ibidem*), Hegel embasa sua filosofia política com uma teoria da consciência, em que o fundamento de sua análise não mais se compõe de formas de interação social, de “relações éticas”, mas de etapas de automediação da consciência individual.

Honneth (*ibid.*, p.119-122) aponta três tarefas fundamentais, caso se queira construir uma teoria social de teor normativo:

- 1) O modelo de Hegel parte da tese especulativa. A formação do Eu prático pressupõe o reconhecimento recíproco de dois sujeitos, mas sua reflexão continua ligada à metafísica, pois não considera a relação intersubjetiva de forma empírica no mundo social. E defende, que para contrapor o teor especulativo, é necessário reconstruir sua tese à luz da psicologia social com sustentação empírica.
- 2) Partindo das premissas da intersubjetividade, Hegel mostra formas diversas de reconhecimento recíproco: o “amor”, o “direito” e a “eticidade”, três modalidades de relação de reconhecimento em que os indivíduos se confirmam como pessoas autônomas e individuadas. No entanto, Honneth também destaca os pressupostos metafísicos e a necessidade de testar empiricamente essa base conceitual. Para isso ele aponta uma fenomenologia controlada para testar e corrigir, se for o caso, os pressupostos de Hegel.
- 3) Por fim, o modelo conceitual hegeliano evidencia três formas de reconhecimento como etapas de uma luta moral: na formação da identidade e nas etapas de comunitarização, elas entram em um conflito intersubjetivo em que o resultado é o reconhecimento da autonomia. Para ocorrer um desenvolvimento bem-sucedido do Eu, faz-se necessário um reconhecimento recíproco e, quando não ocorre o reconhecimento mas um desrespeito, são impulsionados a uma “luta por reconhecimento”. No entanto, Honneth também aponta a necessidade de testar empiricamente as hipóteses de Hegel. Para tanto, vai buscar em George Herbert Mead a

fundamentação para que a identidade dos seres humanos tenha como fundamento um reconhecimento intersubjetivo.

Mead (HONNETH, 2003, p. 131) chega a uma concepção intersubjetiva da autoconsciência humana quando argumenta que um sujeito só adquire consciência de si mesmo quando aprende a perceber sua própria ação sob a ótica, simbolicamente representada, do outro. Honneth (*ibidem*) argumenta que essa tese

[...] pode indicar o mecanismo psíquico que torna o desenvolvimento da autoconsciência dependente da existência de um segundo sujeito: sem a experiência de um parceiro de interação que lhe reagisse, um indivíduo não estaria em condições de influir sobre si mesmo com base em manifestações autoperceptíveis, de modo que aprendesse a entender aí suas reações como produções da própria pessoa (*ibidem*).

“Direitos” representam uma base sólida para o “autorrespeito”. Por “direito” entende-se como “[...] algo por meio do qual cada ser humano pode saber-se reconhecido em propriedades que todos os outros membros de sua coletividade partilham necessariamente com ele”. A “dignidade” de ser membro da comunidade é conseguida quando o indivíduo, dotado de direitos, se vê reconhecido como um membro da sociedade (*ibid.*, pp. 137-138). “Viver sem direitos individuais significa para o membro individual da sociedade não possuir chance alguma de constituir um auto-respeito” (*ibid.*, p. 196). Portanto, argumenta que é nas relações jurídicas modernas que pode suceder uma luta por reconhecimento.

Na estima social, trata-se de propriedades particulares que o caracterizam diferentemente de outras pessoas. A forma de reconhecimento da estima é organizada fundamentalmente na distinção social e está associada à identidade coletiva do próprio grupo. O indivíduo sente-se membro de um grupo social em condições de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido pelos demais membros. Nas relações internas desses grupos, as interações têm o caráter de relações solidárias, pois todo membro se sente estimado pelos outros. Solidariedade, nesse caso, é uma relação interativa em que os sujeitos têm interesse pelo modo distinto da vida do outro, já que se estimam de maneira simétrica. São demonstrações de favor recíproco que estabelecem as relações de solidariedade (*ibid.*, p. 209), como observado na pesquisa empírica.

Junto com a estima social, desenvolve-se uma confiança emotiva nas realizações ou nas capacidades reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade, o que Honneth (*ibid.*, p. 210) denomina autorrealização prática, “sentimento do próprio valor”, “autoestima”, “autoconfiança”, “autorrespeito”. Essas relações são chamadas de solidárias

porque despertam a tolerância para com a particularidade individual do outro e também o interesse afetivo por essa particularidade (*ibid.*, p. 211).

A teoria de Axel Honneth foi usada na discussão do reconhecimento:

- i) como expectativa de retribuição no nível afetivo da solidariedade primária (entre parentes, amigos, vizinhos);
- ii) no consequente empoderamento obtido pelas mulheres que se envolvem em lutas coletivas e na luta pela moradia;⁴²
- iii) que os líderes comunitários de maneira geral buscam ao se envolverem em lutas coletivas no bairro. O reconhecimento trará prestígio e apoio aos seus projetos e à sua causa.

Quando a retribuição não acontece, ocorrem os conflitos e os rompimentos, que estão associados a: i) falta de reconhecimento, e ii) expectativa de gratidão (material/afetiva) não atendida.

A falta de reconhecimento no nível afetivo, na família ou entre os amigos, geralmente gera ressentimentos e falta de confiança, que podem refletir-se em comportamentos inadequados. Também a busca do respeito e da estima social pode conduzir a associações com outros parceiros que também se sentem desrespeitados e pouco estimados socialmente.

A teoria do reconhecimento também lança pistas sobre a compreensão da violência e da criminalidade. Honneth (*ibid.*, pp-52-53) argumenta que se supõe que “Hegel atribui a origem de um crime ao fato de um reconhecimento ter sido incompleto: nesse caso, o motivo interno do criminoso é constituído pela experiência de não se ver reconhecido de uma maneira satisfatória na etapa estabelecida de reconhecimento mútuo.” E sugere que é possível atribuir o crime a formas imperfeitas de reconhecimento no nível afetivo, na família ou entre amigos pode gerar ressentimentos e falta de confiança, que podem refletir-se em comportamentos inadequados. Esta sutil conexão foi percebida em depoimentos no grupo focal de jovens.

A abordagem de Honneth sobre o reconhecimento nas três esferas vem iluminar o entendimento das razões para a ocorrência de diversos conflitos e violência de minorias étnicas, raciais, sexuais, dentre outras, e na própria escola. Possivelmente, muitos casos de violência, revoltas e conflitos seriam lutas por reconhecimento. Muito comportamento

⁴² Mesmo entendendo a luta pela moradia como uma luta de direitos para conseguir os meios para a reprodução, mas de forma secundária, há o ganho indireto de empoderamento das mulheres.

inadequado de adolescentes, nas escolas, ao propagar brigas e conflitos, pode ser sinal da falta de reconhecimento na família ou no grupo. Da mesma forma, o envolvimento com grupos de narcotráfico nas favelas e nas facções dos presídios pode ter como fator contribuinte a busca de reconhecimento e de estima social (ALCÂNTARA; FURTADO, 2009). Dessa forma, o reconhecimento pode aproximar as pessoas, mas a falta dele pode vir a gerar ressentimentos e até estar associado à criminalidade e violência.

3.5 COMO A DÁDIVA E O RECONHECIMENTO SE COMPLEMENTAM PARA A COMPREENSÃO DAS ASSOCIAÇÕES

A dádiva e o reconhecimento podem gerar aproximações, mas podem gerar rupturas, dominação, no caso de dádiva hierárquicas; no caso do não reconhecimento, podem vir a gerar criminalidade, ou lutas sociais por reconhecimento, podendo estar associados a organizações criminosas. A complexidade e a dinâmica da dádiva quanto ao reconhecimento podem oscilar de um extremo a outro.

Argumenta-se neste tópico que o desejo de reconhecimento também pode suscitar manifestações de dádivas. Nesse sentido, Erving Goffman associa a representação da imagem ao reconhecimento, quando afirma: “Usando uma imagem diferente, a própria obrigação e a vantagem de aparecer sempre sob um prisma moral constante, de ser um personagem socializado, forçam o indivíduo a ser a espécie de pessoa que é representada no palco” (GOFFMAN, 1985, p. 230). Sob o pretexto de alguém parecer solidário e reconhecido por generosidades, muitos atos de dádiva e de solidariedade podem ocorrer.

“Se coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem “respeitos” – pode-se dizer igualmente ‘cortesias’. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e se as pessoas *se* dão, é porque *se* “devem” – elas e seus bens – aos outros” (MAUSS, 2003, p. 263). Nessa passagem do Ensaio, Mauss sinaliza que o respeito é um bem subjacente na circulação dos bens materiais ou imateriais que constituem a dádiva em si mesma. E enfatiza que, ao se doarem, as pessoas também doam algo de si mesmas, porque elas próprias estão em dívida.

Possivelmente o respeito está associado à capacidade de retribuir. Quem fez a doação passa a respeitar aquele que lhe retribuiu. Sennet (2004, p. 82) afirma que uma das maneiras “de ganhar respeito é retribuir aos outros” e que “a troca é o princípio social que anima o caráter

de quem retribui à comunidade.” O respeito está associado às pessoas que doam e a reciprocidade é o fundamento do respeito mútuo (*ibid.*, p. 249).

Sabourin (2008, p.133) enfatiza que a dádiva, para Mauss, vem acompanhada de um crescimento da consciência de ser, associado a um incremento de autoridade e fama para o doador. O prestígio nasce com a dádiva e relaciona-se com o doador para constituir seu próprio nome, sua fama, sua honra.

Observa-se igualmente que a gratidão é um sentimento que aproxima e pode impulsionar a dádiva. O fato de se sentir grato ao outro, por algo que esse proporcionou, pode-se refletir na vontade de retribuir. Simmel aborda a gratidão para “tecer um laço de reciprocidade, um balanço do receber e do dar entre os homens”. Na vida social, dar e receber não podem estar reduzidos simplesmente a uma troca, por não atenderem a todas as dimensões da reciprocidade entre os homens (SIMMEL, 1983, p. 211 *apud* COHN, 1998). Para Simmel a troca é a “conversão em objeto da capacidade de reciprocidade dos homens” (*idem*, p. 210). A gratidão, ao inverter o sentido desse movimento, volta-se para o interior dos homens como “resíduo subjetivo” do ato de receber e dar, o que Simmel (1983, p. 211, *apud* Cohn 1998) vê como uma “memória moral da humanidade, uma ponte que a alma sempre encontra para aproximar-se do outro ao mais leve estímulo, insuficiente talvez para gerar por si só uma nova ponte”. Dessa forma, “a gratidão propicia aquilo que importa na constituição e permanência da vida social: a persistência de relações para além do momento da sua criação” (COHN, *op. cit.*). Os vínculos sociais surgidos como desdobramento do sentimento de gratidão perdurarão por muito mais tempo e poderão prolongar-se em fortes relações de amizade e consideração.

A partir dessa compreensão, é possível argumentar que o estímulo ao reconhecimento, nas três dimensões abordadas por Honneth, nos projetos e políticas públicas, buscando sua internalização por decisores, gestores, educadores e na família, poderá contribuir como viés estruturador para a formação e o desenvolvimento de valores morais nos indivíduos. A solidariedade e a dádiva ocorrerão com muito maior profusão. A solidariedade observada entre os excluídos, muitas vezes deflagrada pela dificuldade de sobrevivência, poderá ocorrer em uma escala e em contextos bem mais ampliados, porque se trata de indivíduos que têm confiança em si mesmos, têm autorrespeito têm autoestima elevada e, conseqüentemente, enxergam o outro como ser passível de confiança, respeito e estima. Por sua vez, práticas de solidariedade e de dádiva também poderão fortalecer o reconhecimento e os laços sociais entre os envolvidos, possivelmente para formas mais sustentáveis de convivência e de enfrentamento das dificuldades e problemas cotidianos.

PARTE II
O OBJETO E A METODOLOGIA

CAPÍTULO 4

O OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTO, PROBLEMA E GRUPOS SOCIAIS

PARTE II – O OBJETO E A METODOLOGIA

CAPÍTULO 4 – O OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTO, PROBLEMA E GRUPOS SOCIAIS

Nesse capítulo, discorrer-se-á sobre o problema de pesquisa e seu contexto, bem como a solução habitacional usualmente implementada e os problemas associados. Será caracterizado o grupo social investigado – as comunidades urbanas, em construção ou consolidadas, de baixa renda, seus hábitos e costumes, assim como um breve diagnóstico dos estudos de caso.

4.1 O CONTEXTO DO PROBLEMA

No Recife, o processo de ocupação da periferia acelerou-se no final da década de 1930 e início da década de 1940. Expulso das áreas do centro, um grande contingente populacional iniciou a ocupação de morros e alagados durante a campanha de higienização deflagrada, na época, pelo interventor federal Agamenon Magalhães.

Esse movimento de “limpeza”, que visava erradicar os mocambos, tinha uma origem sanitária e higienista que começara no início do século passado.⁴³ No entanto, uma política de habitação popular só começou em 1938, com a Campanha Contra o Mocambo. Melo (1985, p. 54) assinala que o processo de criação da Campanha foi complexo e, naquela época, o quadro de lutas de classes mobilizava significativamente a classe trabalhadora, traduzindo-se num forte bloco de esquerda majoritário no Recife.

A transferência de grande contingente populacional que habitava os mangues forçou cerca de 20.000 pessoas a emigrarem do Recife. Os que permaneceram na cidade dirigiram-se “[...] para os morros da Zona Norte – os morros de Casa Amarela – que, daí em diante, passaram a ser gradativamente ocupados até se constituírem na maior concentração de população pobre da cidade, com mais de 200.000 pessoas” (FALCÃO NETO; SOUZA, 1985, p. 76).

Sem condições de acesso aos programas habitacionais governamentais e sem poder construir a própria casa em terrenos devolutos numa conjuntura política que reprimia outras formas de reivindicação, à população pobre do Recife só restou a opção das invasões. “Escolhido o

⁴³ Melo cita um trecho de um relatório de 1907: “Constituem infelizmente um dos maiores defeitos dessa cidade as habitações da população proletária. Os mocambos e cortiços são uma ameaça à saúde pública. Sem conforto e sem a mínima observância dos preceitos higiênicos, a pobre gente que os habita, concorre com avultadíssimo contingente para o aumento da mortalidade e as suas condições de vida constituem um perigo sério para a parte da população mais favorecida da fortuna” (FREITAS, 1979 *apud* MELO, 1985, p. 46-47).

local, centenas de mocambos eram construídos numa noite. Poucas horas bastavam para o surgimento de nova favela”. Em 1960, o número de mocambos chegou a 90.000, o que representava 60% das habitações existentes na cidade. Entre 1978 e 1983, mais de 80 invasões coletivas e organizadas, envolvendo cerca de 150.000 pessoas, incorporaram-se ao cotidiano da cidade. Os autores reiteram que “[...] as ocupações ilegais dos mangues e dos morros fazem parte da própria história do Grande Recife.” (*ibid.*, p. 77)

Os pioneiros na ocupação dos espaços antes inabitados construíram suas habitações e investiram muito na consolidação desses espaços. Foram verdadeiros “bandeirantes”, movidos pela necessidade premente de prover um abrigo para suas famílias, à custa de muita economia, privação, horas de trabalho e lutas com os pretensos proprietários dos terrenos até então desabitados. Portanto, a ocupação dos assentamentos de baixa renda no Recife aconteceu sob a responsabilidade da população: era a solução de seu problema de moradia. (ALCÂNTARA, 2001) Devido aos escassos recursos de que dispunham, construíam as habitações com os materiais que conseguiam obter (sucata de construções) ou comprar, reduzindo outras despesas no orçamento familiar. Como as economias eram insuficientes para provisionar material e mão de obra, eles se ajudavam uns aos outros a construir as casas.

Mas as práticas de ajuda mútua e solidariedade não se restringem à provisão da moradia. Manifestam-se também no cotidiano para enfrentar as dificuldades de moradia, as limitações de renda e de infraestrutura de que dispõem, bem como em situações eventuais de necessidade, socorro ou assistência a vizinhos e moradores.

Em termos absolutos, a prefeitura estimava o *deficit* habitacional do Recife, em 2008, em 80 mil unidades. A política habitacional das duas gestões administrativas de 2001 a 2008, com o Programa Recife Nossa Casa visava à redução do referido deficit e à garantia do acesso dos cidadãos ao direito de moradia. Essa política habitacional priorizou a população em situação de pobreza crítica, com renda familiar de 0 a 3 salários-mínimos, residente em áreas de risco (morros e alagados) e de conflito (ocupação) (PREFEITURA CIDADE DO RECIFE, 2004).

Não é o foco desta tese avaliar a política habitacional municipal, mas mediante o estudo comparativo das quatro localidades analisadas – em que um dos casos estudados é um conjunto habitacional construído pela prefeitura –, fornecer subsídios e diretrizes para que as práticas solidárias dos moradores possam ser consideradas e fortalecidas nos programas habitacionais governamentais.

4.1.1 A SOLUÇÃO HABITACIONAL PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

A provisão de moradias para a população de baixa renda ainda é um tema que, por mais que tenha sido estudado e debatido, muito há por ser feito como política pública. A tipologia habitacional verticalizada tem sido a solução adotada para os grupos sociais de alta, média e baixa renda, devido à pouca disponibilidade de terrenos livres em locais com infraestrutura urbana. No entanto, têm-se observado maiores impactos da tipologia verticalizada entre os moradores de baixa renda: na aceitação da solução habitacional, na relação entre os moradores, na relação com o ambiente construído e nos hábitos da vida cotidiana.

São muitos os exemplos de remoções e relocações de moradores de favelas e, mais recentemente de palafitas para conjuntos de apartamentos que não atingem o principal objetivo: resolver o problema de moradia dos envolvidos no projeto. O alto índice de repasse e aluguel dos apartamentos bem como a insatisfação dos moradores com as soluções são algumas das evidências de problemas a serem equacionados. Muitas são as razões para o repasse, como apontam Alcântara & Monteiro (2010):

- i) a insuficiência de renda para poder pagar as contas de água, luz e por vezes de condomínio, que costumavam ser clandestinas, conseqüentemente não tarifadas;
- ii) a localização em bairros ou áreas periféricas onde existem outros conjuntos habitacionais do mesmo padrão, o que aumenta a densidade populacional e faz crescer a demanda por trabalho e serviços, levando à hostilização dos antigos moradores;
- iii) a perda da rede de assistência social (igreja, organizações sociais, etc.) de que dispunham onde moravam;
- iv) a inadequação do tamanho e da tipologia habitacional do apartamento, rejeitada pela população (MONTEIRO, 2008; MONTEIRO, 2000; MARQUES *et al*, 1998; AMORIM, 2009; AMORIM; LOUREIRO, 2001), que, na sua grande maioria, prefere a casa térrea como solução habitacional;
- v) o projeto urbanístico pobre, com ruas ortogonais e grandes corredores, não oferece condições de reunião e de controle e fazem os moradores se sentirem expostos à entrada de estranhos ao conjunto;
- vi) a insuficiência de opções de lazer dentro e fora do conjunto também potencializa conflitos;

- vii) a concentração populacional propicia maior concorrência e disputa pelo tráfico de drogas, o que intensifica a violência e a sensação de insegurança dos moradores.

Esse cenário é conhecido dos moradores do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, um dos casos estudados. Apesar das desvantagens associadas a essa solução habitacional, especificamente a pouca flexibilidade para a alteração dos arranjos espaciais, a extrema densidade, a segregação urbana e a inadequação cultural, a política habitacional continua fomentando projetos socialmente pouco sustentáveis e que agravam os problemas de seus moradores. Essa afirmação faz eco às clássicas palavras de Turner (1972; 1976) que, com sua longa experiência com habitação na América Latina, entendia que as favelas deveriam ser vistas como uma solução, e os conjuntos habitacionais como um grande problema.

Apesar das constatações de Turner e de outros pesquisadores, não é o que vem ocorrendo. Conjuntos habitacionais semelhantes ao Conjunto Habitacional Abençoada por Deus continuam a ser implantados no Brasil e em outros países. A opção verticalizada tem dominado o cenário do Brasil e da América Latina e tendem a concentrar-se no mesmo bairro, o que aumenta a magnitude dos problemas associados. Esse tipo de suburbanização, formada por enclaves de pessoas pobres na periferia ou entre o centro da cidade e a periferia, cria o sentimento de não pertencimento ao lugar e a cultura da violência.

4.1.1.1 AS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL

A temática habitacional ganha centralidade na agenda governamental e no meio técnico e acadêmico.⁴⁴ Nos últimos anos, após a aprovação da Política Nacional de Habitação e do FNHIS, o governo federal tem aportado um montante de recursos não onerosos sem precedentes para habitação na história das políticas públicas habitacionais, que se somam aos recursos onerosos do FGTS e do SBPE, que também atingiram um nível recorde de investimentos (XIII ENANPUR, 2009). O programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida e o Programa Recife sem Palafitas são dois exemplos de políticas públicas que buscam lidar com a questão da habitação.

Do ponto de vista da legislação referente à Política Nacional de Habitação, têm destaque: a Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o SNHIS, cria o FNHIS e institui o

⁴⁴ Na programação do XIII ENANPUR, foram criadas duas sessões livres específicas para discutir as temáticas: “Assistência Técnica à Habitação Social, Formação e Pesquisa no Campo dos Estudos Urbanos e Regionais” e “Planejamento Habitacional no Brasil: dilemas, avanços e perspectivas”.

Conselho Gestor do FNHIS; o Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, que regulamenta a Lei Nº 11.124; e a Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda uma assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

A Lei Nº 11.124 aponta como uma das diretrizes, no Art. 4º, II, d) a sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados, e a Lei Nº 11.888, no Art. 3º, § 2º, define como prioridade para a assistência técnica às iniciativas: I – sob regime de mutirão,⁴⁵ e II – em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social. Esta última busca disponibilizar o trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros no projeto, edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação destinada às famílias de baixa renda. Busca-se a inovação tecnológica, a formulação, a implementação de metodologias participativas e a democratização do conhecimento, papel a ser cumprido pelas instituições de pesquisa e ensino que atuam nessa área (XIII ENANPUR, 2009).

Tornou-se, portanto, obrigatória a elaboração de planos habitacionais por estados e municípios que quiserem acessar os recursos não onerosos do FNHIS, que, devido à quase inexistente tradição de planejamento habitacional no país, irá demandar trabalhos e reflexões para que tais planos tenham efetividade.

Considera-se um avanço a promulgação dessas leis para a melhoria da qualidade das habitações de interesse social. No entanto, a Lei Nº 11.888 só faz menção à assessoria de arquitetura, engenharia e urbanismo. Para construir uma habitação de interesse social digna, deve-se levar em conta toda uma complexa abordagem de habitabilidade que envolve a produção social do *habitat*.

O conceito de habitabilidade, como foi mencionado no capítulo 1, envolve aspectos que afetam a qualidade da moradia e dizem respeito à qualidade da casa, à segurança da posse da terra, a infraestrutura urbana – abastecimento d'água, esgoto, drenagem, sistema viário –, a equipamentos urbanos e serviços públicos – transporte, segurança, lazer e convivência comunitária –, dentre outros aspectos. Além desses aspectos objetivos, devem ser considerados os aspectos subjetivos – cultura, hábitos, necessidades, costumes e vontades de cada morador – para que os anseios das famílias e comunidades sejam atendidos (DE LA MORA, 2007, pp. 8-9).

⁴⁵ Há divergências de opinião se o mutirão deve ser considerado uma solução habitacional prioritária a ser seguida na política habitacional. Ver discussão no capítulo 9 (OLIVEIRA, 2006; JUCÁ, 2010).

Para que a habitabilidade seja alcançada é necessário adotar uma forma diferente de produzir o *habitat* – a produção social do *habitat* – “[...] um processo sustentável de produção do habitat protagonizado pelos interessados, de forma solidária, com a participação articulada de uma rede de organismos governamentais, não governamentais e empresariais.” (*ibidem*)

Para haver uma produção social do *habitat* é necessário que o ser humano seja o princípio e o fim, e que a moradia seja considerada como direito e não mercadoria. Deve-se, então, promover a preservação e a melhoria da qualidade do *habitat* e do meio ambiente; a afirmação dos valores culturais das famílias e comunidades, o fortalecimento da consciência política das pessoas e o empoderamento das comunidades (*ibid.*, p. 20)

Para que os hábitos e costumes dos moradores sejam preservados, é preciso conhecer como vivem, como se relacionam entre si, para que os laços de solidariedade existentes sejam fortalecidos.

4.2 O PORQUÊ DA PESQUISA

A questão central da tese é identificar *Como a solidariedade emerge se concretiza e se estabelece no cotidiano dos moradores de comunidades de baixa renda?* O enfoque adotado buscou respostas para questões específicas:

- i) Quais os condicionantes – motivações, necessidades, possibilidades, fatores inibidores – que influem no (não) surgimento de práticas solidárias?
- ii) Como são inibidas, se manifestam e se reproduzem as práticas solidárias no cotidiano do bairro, no *habitat* de moradia e entre a vizinhança?
- iii) Como se manifestam e se reproduzem as práticas solidárias na construção de casas que se apoiam em dádiva, reciprocidade e ajuda mútua?
- iv) Quais os desdobramentos na relação entre os envolvidos em consequência da dádiva (doação, recepção ou retribuição)?
- v) Como é a relação com o espaço familiar e coletivo: de cuidado ou rejeição?

Muitas dessas questões possuem grande complexidade e sofrem a influência de um vasto número de variáveis. No entanto, a ineficácia das políticas públicas habitacionais destaca-se como um grande inibidor de solidariedade e dádiva. Aprofundar a discussão sobre o assunto pode propiciar a implementação de projetos habitacionais que atendam melhor os interesses

da população, assim como trazer maior efetividade para a implementação de projetos e políticas habitacionais. A Figura 1 apresenta uma síntese do contexto e dos condicionantes para a ocorrência de solidariedade.

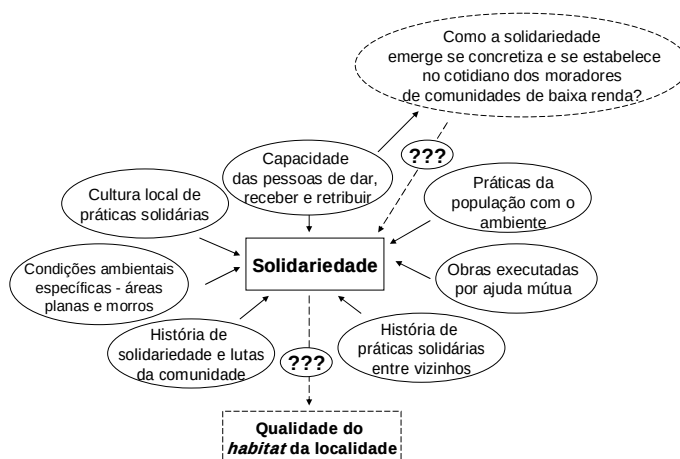


Figura 1 Contexto e condicionantes da solidariedade

Os assentamentos de baixa renda têm sido alvo de diversos trabalhos com distintos enfoques: habitação, participação popular, produção social do *habitat* (DE LA MORA, 2007; MONTEIRO, 1999; LEITE, 2006), habitabilidade (LIMA, 2008; DE LA MORA; VILAÇA, 2004) pertencimento e satisfação com o lugar (MONTEIRO, 1989), morfologia urbana (BOTLER, 1994), para citar alguns. Barbosa (2007) aborda a solidariedade em comunidades de baixa renda, mas tendo a religiosidade como motivadora de práticas solidárias em dois grupos de mulheres que prestam serviços voluntários à comunidade, portanto, com abordagem distinta da desse trabalho. Constata-se, pois, uma lacuna no enfoque sobre a solidariedade nas relações entre os moradores como um recurso para enfrentar os limites das condições de moradia.

Lomnitz (1994) defende que a troca e a reciprocidade entre os moradores das “barriadas”, no México, suprem a falta de segurança econômica e se fundam na confiança, na igualdade de carências e na proximidade física das residências. Boaventura de Souza Santos compara as redes de reconhecimento mútuo e de entajuda existentes nos laços de parentesco na localidades que estudou com a lógica de reciprocidade existente no dom (SANTOS B., 1993 *apud* PORTUGAL 2008).

Ambos os autores sinalizam o potencial de manifestações de solidariedade que pode existir na população pobre, o que, conjuntamente com os estudos anteriores, revela o potencial de investigação a ser explorado no tema. No entanto, nenhum dos estudos se propôs entender os condicionantes em que se desenvolvem as manifestações de solidariedade sob a ótica da teoria da dívida. Boaventura de Souza Santos percebe semelhanças no caso português, o que é um indicativo forte de que esse caminho necessita de uma investigação mais cautelosa. Portanto, a carência de estudos sobre a solidariedade que abordem a dívida como explicação desses fenômenos no cotidiano e na construção de habitações em assentamentos de baixa renda justificam o desenvolvimento dessa pesquisa.

4.3 COMUNIDADES URBANAS DE BAIXA RENDA: SEUS VALORES CULTURAIS E PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS NO ESPAÇO DE MORADIA⁴⁶

O objeto empírico é constituído pelos assentamentos de baixa renda que apresentem sinais e características de uma comunidade – em construção ou consolidada – mesmo em momentos distintos e descontínuos. As pesquisas exploratórias revelaram que esse grupo oferece grande potencial de observação. O nível de carência, de necessidades e pobreza, e as dificuldades geradas pelas precárias condições de moradia – casa e infraestrutura urbana – potencializam a ocorrência de ajuda mútua no dia a dia e, esporadicamente, em casos de acidentes, doenças ou situações excepcionais que demandam a solidariedade entre os moradores. O próprio processo de luta na busca de melhorias para as localidades também pode fortalecer os vínculos e a união entre os moradores. Somada a isso, a própria configuração dos assentamentos, de ruas estreitas, casas térreas e muito próximas, parece facilitar a aproximação entre os moradores.

Na caracterização das comunidades urbanas, o primeiro aspecto importante a observar é a falta de delimitação clara entre os espaços públicos e os privados, principalmente nos assentamentos espontâneos. Devido à forma espontânea de ocupação, com demarcação de ruas e lotes que não seguem padrões e normas urbanísticas de recuos, muitas vezes, torna-se difícil estimar os limites, o que leva ao desenvolvimento de usos e práticas bastante distintas do que ocorre em loteamentos regulares, aprovados por órgãos municipais. Botler (1994), quando analisa a ZEIS Entra Apulso, observa como essa ausência de demarcação pode interferir nos hábitos e práticas dos moradores.

⁴⁶ As reflexões desse tópico foram embasadas no artigo “Valores Culturais e Possibilidades na Produção do Lugar: Entre a Favela e o Conjunto de Apartamentos: O Caso de Abençoada por Deus, Recife”, aprovado para o XIV ENANPUR” a realizar-se em maio de 2011, Rio de Janeiro (ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2011).

Observa-se a apropriação e o uso dos espaços públicos e/ou coletivos, como a cobertura de espaços de passagens, como uma extensão da parte frontal da casa, em Mulheres de Tejucupapo, o que simboliza uma apropriação do espaço público, mas também oferece abrigo do sol e da chuva a quem passa. Igualmente, a cobertura e o fechamento de espaços comuns com grades, para uso privado, e a apropriação para uso privado de boxes, estão presentes em Abençoada por Deus. O fato de práticas de apropriação e adaptação de espaços comuns continuarem ocorrendo, mesmo em um conjunto habitacional de apartamentos, é revelador da cultura de informalidade característica dos grupos de baixa renda.

Por sua vez, a própria configuração espacial dos assentamentos espontâneos, de proximidade das casas, oferece uma permeabilidade de visão, sons e cheiros que contribui para a constituição de uma noção de privacidade bastante diferenciada daquela da classe média. Tal configuração também passa a interferir nos comportamentos no dia a dia. Os hábitos de troca de alimentos, objetos emprestados e de socialização são exemplos de práticas que dificilmente ocorrem em bairros ou condomínios de classe média.

As carências que enfrentam as comunidades de baixa renda também aproximam seus habitantes uns dos outros na busca de solução para uma dificuldade ou problema de ordem material ou imaterial. Essa “cultura de proximidade” desenvolve-se devido às carências e à copresença proporcionada pela configuração urbanística que os aproxima fisicamente uns dos outros, forjando hábitos culturais que são característicos dos moradores de assentamentos de baixa renda.

O conceito de cultura discutido está relacionado com a cultura interacionista. Sapir (1967 *apud* Cuche, 2002, p. 105) foi um dos primeiros autores a considerar a cultura como um sistema de interação individual: “O verdadeiro lugar da cultura são as interações individuais”. Ao perceber a cultura como um conjunto de significações comunicadas pelo indivíduo de um grupo por meio dessas interações, ele se opõe às conceituações substancialistas da cultura.

Outros autores “interacionistas” retomam a visão de Sapir quando aprofundam os sentidos que as interações entre os indivíduos podem produzir. Nos anos 1950, nos Estados Unidos, a “antropologia da comunicação”, com Gregory Bateson e a escola de Palo Alto, entendeu a comunicação não como uma relação entre emissor e receptor, mas como um modelo orquestral, resultante de um conjunto de indivíduos reunidos para tocar juntos em uma interação durável (*ibid.*, pp 105-106). Para eles, “Todos participam solidariamente, mas cada um à sua maneira, da execução de uma partitura invisível. A partitura, isto é a cultura, existe

apenas através da ação interativa dos indivíduos” (*ibid.*, p. 106). E essa interação ocorre nos assentamentos de baixa renda e está também associada à sua configuração espacial (MONTEIRO, 1989; 1997).

O interesse pela cultura como construtora de identidades tanto individuais como coletivas ressurge recentemente com a constatação da inadequação de inúmeras soluções habitacionais à população a que se destina. Programas habitacionais estandardizados, que buscam oferecer soluções para moradores urbanos como se representassem uma só categoria, tratando do mesmo modo populações nos meios rurais ou na floresta amazônica, estão fadados a grandes equívocos socioculturais. Os resultados negativos são aparentes e levam ao questionamento de como políticas centralizadas poderiam considerar os valores culturais para promover soluções mais adequadas à diversidade de vida da população.

Tal apreensão no campo da arquitetura se deve à crescente “imposição” de espaços com desenhos seguindo princípios emanados de culturas que pouco têm a ver com o modo de viver local. Nesse sentido, é necessário revisitar a discussão sobre arquitetura, forma urbana e cultura (RAPOPPORT, 2005, LOW, 2003, CANCLINI, 2001 *apud* ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2011) e trazer à tona antigas indagações. Como a cultura percebe e se apropria do espaço? Como formas espaciais estão relacionadas com valores e ideias de culturas locais? Como se articulam ou se contrapõem aos valores formais ou globalizados?

Procura-se uma noção de cultura vivenciada, compreendendo-a como algo que é, conscientemente ou não, parte integrante da vida das pessoas, que influencia o modo como estruturam suas vidas, como desenvolvem suas atividades diárias e estabelecem interações sociais nos lugares que vivem – que se refletem em como usam e modificam esses lugares, de modo a melhor responder a seus objetivos.

Diferentemente de outras visões que consideram a cultura como um enquadramento rígido, uma superestrutura que determina a vida das pessoas; a cultura vivenciada é percebida como uma estrutura dinâmica e flexível que permite a existência de conflitos e contradições, pois proporciona um referencial prático para suas vidas, sendo ao mesmo tempo, constantemente reformulada pelas experiências vividas.

Essa definição é particularmente importante, porque articula a noção de práticas com um agenciamento individual que sofre a influência de um conjunto de valores e significados culturais ao mesmo tempo em que a transforma.

A cultura ou o ambiente cultural é tido como o arcabouço do qual emanam normas e valores que governam a atitude das pessoas em uma dada sociedade, sendo essa, por sua vez, constantemente transformada no cotidiano, pois as práticas sociais costumam alterar ou manter tais estruturas. Essa noção eminentemente interacionista se aproxima do sentido etimológico da palavra latina, em que cultura se origina de “cultivo”, ou seja, a cultura vivenciada é a maneira como as pessoas cultivam valores e rotinas de atividades humanas e as estruturas simbólicas que lhes confere significado.

A cultura é vista como uma estrutura flexível que incentiva e orienta as práticas sociais, proporcionando um arcabouço regulador de atitudes, ações e regras que guiam cotidianamente o comportamento das pessoas no espaço, as quais, por sua vez ressignificam e transformam esses conteúdos.

Em uma análise sobre os hábitos de moradia em casas de favela, Monteiro (1997) identifica o papel fundamental que o espaço doméstico desempenha na vida das mulheres. O barraco é aberto e os cômodos são definidos de modo a possibilitar à dona da casa o desempenho de suas múltiplas tarefas, além de promover condições de sociabilidade, interação e controle sobre o ambiente imediato a casa. Cozinhar e lavar roupa são atividades feitas onde se tem a visão da rua, onde as crianças brincam, onde se vê os vizinhos que passam e onde notícias e novidades são compartilhadas informalmente.

A tipologia dos apartamentos, com cômodos fechados e sem visão para os espaços de transição e movimento, sem interface pública, implica a impossibilidade de replicar hábitos e atividades da vida anterior, os quais constroem a felicidade em vidas marcadas pelo enfrentamento de tantas dificuldades (*ibidem*).

A moradia em apartamentos requer o desenvolvimento de outros hábitos e práticas, bastante distintos dos associados à proximidade estabelecida nas casas térreas. A vivência em condomínios parece ser um aspecto que tem feito surgir bastante dificuldade para essa população. Os moradores de Abençoada por Deus já vivenciam essa moradia em condomínios de apartamentos. O Conjunto Residencial Dom Helder Câmara é um condomínio horizontal. Portanto, uma investigação mais aprofundada desse campo poderá contribuir para se compreender a relação entre as duas modalidades.

4.3.2 OS ESTUDOS DE CASO ESCOLHIDOS

As localidades foram escolhidas por apresentarem características de comunidade em momentos distintos e por possuírem uma história de luta pela moradia, além dos critérios indicados para a escolha de estudos de caso, detalhado no capítulo 5.

- i) Vila Independência, uma ocupação espontânea de 176 casas, em Nova Descoberta;
- ii) O Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, com 428 apartamentos em blocos tipo caixão, de quatro pavimentos, construídos pela prefeitura para os moradores das palafitas na Torre;
- iii) O Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, cujos moradores se associaram para construir 200 casas em um mutirão autogestionado;
- iv) A iniciativa dos Pedreiros Solidários que, em Várzea Fria, São Lourenço da Mata, constroem/melhoram casas por ajuda mútua, em uma experiência emblemática de autoconstrução.

As três primeiras localidades lutaram pelo chão e pela moradia, sendo esse um dos aspectos que as identifica como estudo caso. No entanto, a tipologia arquitetônica e urbanística de cada uma, bem como o protagonismo na construção do *habitat* de moradia, oferecem uma diversidade de contextos e cenários de análise que enriquecem o estudo comparativo. Quanto à produção do espaço, no primeiro e último caso a população construiu ou colaborou direta e ativamente na construção das casas, mesmo de forma distinta. Em Abençoada por Deus a população não participou nas decisões e ações, mas lutou por moradia por mais de 14 anos. As variáveis apresentadas para cada caso foram obtidas de cadastros ora existentes.

4.3.2.1 A OCUPAÇÃO VILA INDEPENDÊNCIA

Vila Independência é uma ocupação de terreno particular, em Nova Descoberta, que ocorreu em 1998, inicialmente por 14 famílias oriundas de áreas de risco da zona norte. Posteriormente, outras famílias foram-se juntando à ocupação que, na época do cadastro, contava com 176 famílias advindas da mesma localidade. Como foram incluídas famílias que se encontravam com auxílio moradia na época do cadastro, o projeto de Vila Independência destina-se a atender 228 famílias, totalizando 912 pessoas na época do cadastro.

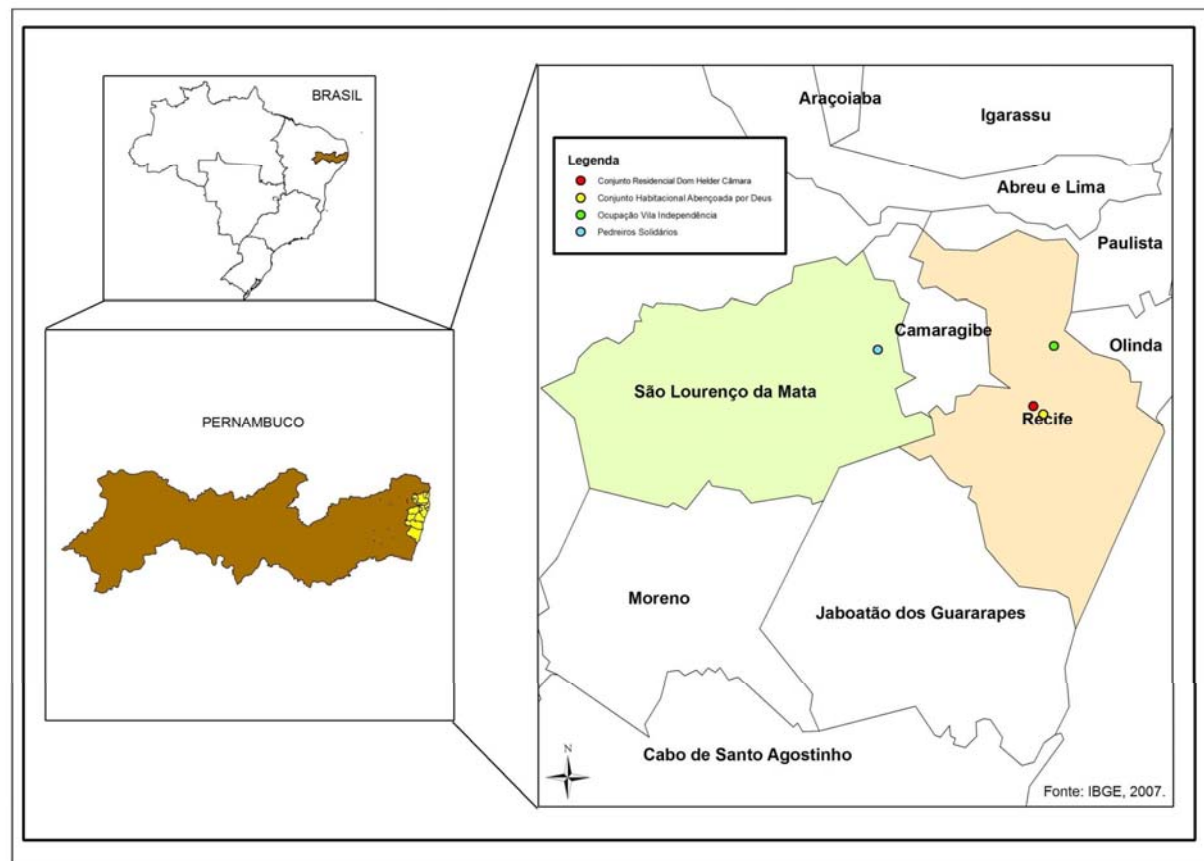


Figura 2 Mapas de localização geral das áreas

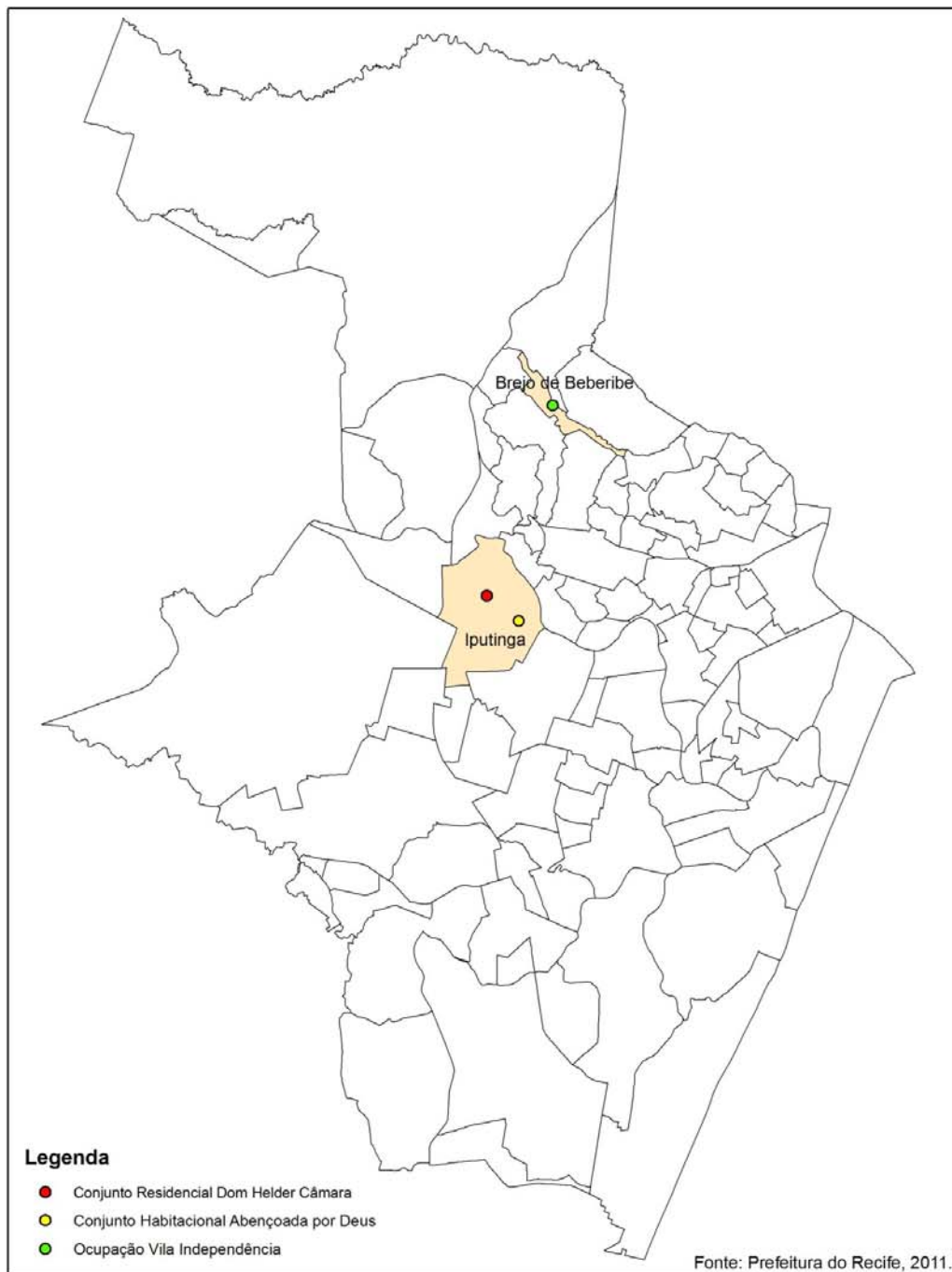


Figura 3 Mapa do Recife com as localidades



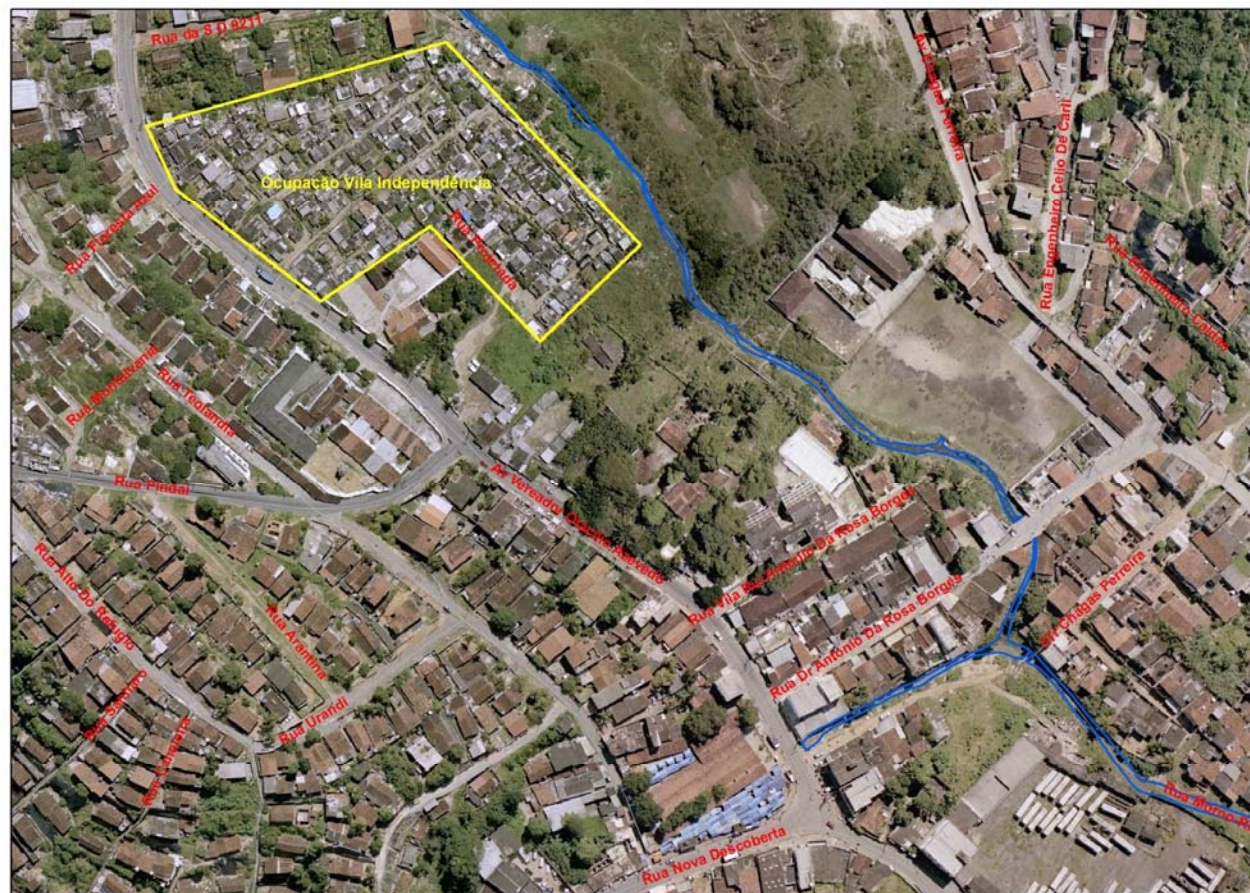
Fonte: Prefeitura do Recife, 2011

Figura 4 Vista aérea: Conjunto Abençoada por Deus e Conjunto Residencial Dom Helder Câmara



Fonte: Prefeitura do Recife, 2011

Figura 5 Vista aérea: Conjunto Abençoada por Deus, Conjunto Residencial Dom Helder Câmara e Ocupação Mulheres de Tejucupapo



Fonte: Prefeitura do Recife, 2011

Figura 6 Vista aérea de Vila Independência

No que se refere à faixa etária de 673 pessoas, o cadastro da Prefeitura do Recife revelou que 38,33% da população era crianças de 0 a 14 anos, 30,03% jovens de 15 a 29 anos, 29,86% adultos de 30 a 60 anos, 1,50% idosos, pessoas acima de 61 anos, e 9,50% de pessoas com deficiência, o que caracterizava uma população jovem: 68,36% com idade de 0 a 29 anos.

Quanto à renda familiar, a situação é de extrema pobreza: 92,54% dos domicílios estão na faixa de renda de até 1 salário-mínimo, e desse percentual grande parte não chega a atingir 1 salário. 52,17% complementam sua renda com benefícios governamentais⁴⁷.

O caminho metodológico do projeto tinha como pressupostos: a participação, o diálogo, a construção coletiva de conhecimentos e a avaliação participativa em todo o processo educativo. Foram previstas capacitação em autogestão condominial, para possibilitar uma convivência harmoniosa no novo contexto de moradia em conjunto habitacional, oficinas, minicursos de geração de renda destinados a atingir 60% dos beneficiários, com prioridade para as mulheres, que são em sua maioria chefes de família.

As casas, na tipologia tipo duplex, com térreo e primeiro andar, estão sendo construídas no próprio local em que moravam. Essa tipologia possui melhor aceitação dessa faixa de renda do que o apartamento, por ser mais adequada à sua cultura e hábitos. Os moradores encontram-se com o auxílio-moradia e desocuparam a área. Isso ocorreu no final de 2010 e início de 2011.

Durante as entrevistas e os grupos focais, no 2º semestre de 2009, a população morava no local onde estão sendo construídas as casas. A descrição, portanto, refere-se ao assentamento espontâneo existente antes das novas casas. Por ter caráter provisório, a maioria das casas ainda possui características de uma ocupação recente e assemelha-se ao que comumente ocorre no início das ocupações espontâneas de baixa renda. A disposição das casas não seguiu um padrão urbanístico definido, e a infraestrutura urbana era praticamente inexistente. As casas foram construídas por autoconstrução ou ajuda mútua entre os moradores. Sua escolha como um caso típico de assentamento espontâneo ocorreu por sugestão de um morador local e líder do MLB, que colaborava com o mutirão do Projeto Dom Helder. A forma da ocupação traz características da maioria dos assentamentos espontâneos de baixa renda, com ruas estreitas e sinuosas, com características de área rural. Moradores criam animais, inclusive cavalos. (Figura 5) A experiência de proximidade entre as casas, assim como o processo de ocupação, tornam a área relevante para um estudo de caso.

⁴⁷ Calculado a partir de 161 famílias, devido à não inclusão desse item em alguns cadastros.



- A – Vista geral
- B – Espaços livres
- C – Tipologia das casas
- D – Arborização existente
- E – Sistema viário
- F – Vegetação que resiste

Fonte: Prefeitura do Recife, 2011

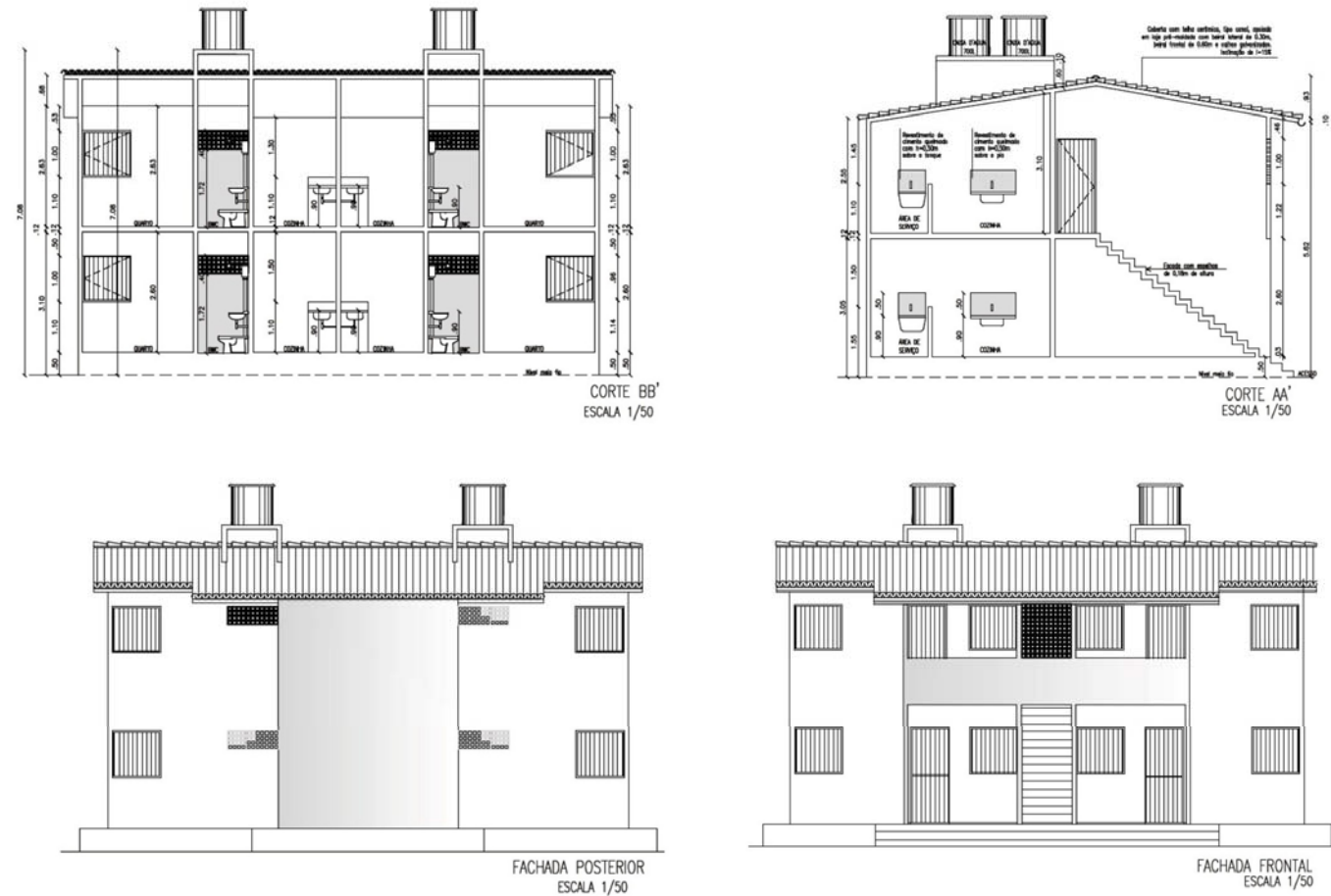
Figura 7 Fotos de Vila Independência



Fonte: Prefeitura do Recife, 2011

Figura 8 Projeto de Duplex em Construção

Figura 9 Tipologia das edificações, Vila Independência



Fonte: Prefeitura Cidade do Recife, 2011.

Figura 10 Corte e fachadas, Vila Independência

4.3.2.2 O CONJUNTO HABITACIONAL ABENÇOADA POR DEUS: UM PROJETO PROMOVIDO PELO PODER PÚBLICO⁴⁸

O Conjunto Habitacional Abençoada por Deus é formado por blocos de quatro pavimentos, do tipo caixão, com um total de 428 apartamentos, construído pela prefeitura, e a população não participou da sua construção. Após uma luta de 14 anos, os moradores da Comunidade Abençoada por Deus receberam os apartamentos da prefeitura, em agosto de 2008, como indenização pela remoção para a ampliação da Av. Beira Rio, à margem do rio Capibaribe.

Depoimentos como “agora temos conforto, mas não temos segurança”, “morar em apartamento é muito difícil”, “a nossa vida agora é um inferno” são reveladores das dificuldades encontradas pelos moradores para se adaptarem à nova moradia. Logo no primeiro mês, o centro comunitário foi depredado por jovens, supostamente sob o efeito de droga. Existe a percepção de crescimento do tráfico de drogas na nova área. As mudanças nos hábitos de moradia estão potencializando muitos conflitos. A tipologia habitacional de apartamento pode estar provocando uma maior distância e isolamento entre os moradores. Todo esse cenário levou a repasses e aluguéis dos apartamentos.

Para compreender melhor a realidade atual, dar-se-á uma volta ao passado para olhar a história da comunidade onde moravam. A originária comunidade Abençoada por Deus, onde a maioria vivia em palafitas, estava situada às margens do rio Capibaribe, incrustada na Vila Santa Luzia, no bairro da Torre. No seu entorno, havia o Supermercado Carrefour, a Praça da Jaqueira, edifícios e casas de classe média. (Figura 11)

Na pesquisa realizada com as 428 famílias, 1349 pessoas, cadastradas até 2004, a população pesquisada era majoritariamente (53,30%) formada por jovens de 0 a 20 anos, e 24,02% de 21 a 30 anos que, somados, totalizavam 77,32% de jovens e adultos de 21 a 30 anos. Os habitantes com mais de 51 anos se restringiam a 3,56% do universo pesquisado. As famílias também eram pequenas, com 3,14 pessoas/família. 45,67% dos chefes de família possuíam cônjuge e mais de 50% moravam sozinhos ou apenas com os filhos. 55,58% da população residia no local, entre 5 e 10 anos, e 43,72% estavam ali há menos de 5 anos.

⁴⁸ As informações e dados contidos nesse item foram retirados do Projeto Integrado de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS). Memorial Descritivo e Justificativo da Comunidade Abençoada por Deus, da Prefeitura do Recife, 2004.



A e B – Vista geral das palafitas
 C – Tipologia de palafita
 D – Construção evolutiva
 E – Material das paredes
 F – Vista do exterior de dentro
 de uma palafita
 G – A relação com o rio

Figura 11 A Comunidade de Abençoada por Deus



Fonte: Prefeitura do Recife, 2011

Figura 12 Projeto urbanístico do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus



Fonte: Prefeitura Cidade do Recife, 2011.

Figura 13 Planta baixa e de coberta, Conjunto Habitacional Abençoada por Deus

Entre as profissões analisadas, o maior número de pessoas – 165, ou 24,26% –, encontrava-se na categoria “do lar”. Quanto à renda, 37,50% das famílias auferiam renda mensal de até um salário-mínimo, e 35,59% das famílias não possuíam renda, o que totalizava 73,09% com renda de 0 a 1 salário-mínimo, quase $\frac{3}{4}$ da população pesquisada numa faixa de renda muito baixa, sendo 16,32% com renda até meio salário-mínimo. Esse aspecto já sinaliza dificuldades para assumirem os custos com água, luz, condomínio que passaram a ter na nova moradia.

No que diz respeito à deposição do lixo, 9,07% dos entrevistados informou que os resíduos eram coletados por caçamba; 7,44% por meio de carroça; 0,47%, despejado no rio; 1,40% não adota uma forma usual de coletar o lixo, e 72,09% optou pela categoria “outros”, o que pode ser enterrar, queimar, ou jogar em terrenos baldios, logradouros, no próprio quintal ou no de outros. Esse aspecto é um sinal de práticas ambientais anteriores que podem inibir a incorporação dos hábitos de morar em um apartamento.

A ocupação da antiga Comunidade Abençoada por Deus ocorreu em novembro de 1994. Inicialmente, 150 famílias permaneceram no local por oito dias, sendo removidas por a polícia. No entanto, na mesma noite da desocupação, elas retornaram e receberam o apoio de líderes locais e de políticos, permanecendo no local até serem removidas para o Conjunto Abençoada por Deus. Os primeiros ocupantes eram famílias que dividiam a casa com algum parente na Vila Santa Luzia, área próxima ao terreno ocupado. A maioria era de desempregados ou sobrevivia da pesca no rio Capibaribe.

As primeiras edificações eram de plástico, papelão, e lata e posteriormente construíam em madeira e alvenaria. Não existia pagamento para o uso da água. Possivelmente aí reside uma das causas da inadimplência atual nas contas de água. Com o processo de privatização da companhia de energia elétrica, os moradores passaram a pagar a luz consumida.

Em três anos de ocupação já residiam 352 famílias no local. A não existência de entidades organizadas foi resolvida com a criação de uma comissão de moradores, que os representava nas reivindicações e na busca de solução para os problemas cotidianos. Em 2000, foi criado um Fórum de articulação que reunia a Vila Santa Luiza, as comunidades do Cardoso, José de Holanda, Beira Rio e Abençoada por Deus para tratar da questão habitacional. Em 2001 foi criado o centro solidário, organização que desenvolve ações com as famílias economicamente mais vulneráveis, em situação de risco pessoal e/ou social, a partir de ações solidárias.

A pesquisa revelou uma predominância de edificações com uso residencial – 96,51%. Os imóveis de uso misto se restringiam a 2,79% do total. No entanto, no atual Conjunto

Abençoada por Deus, o uso misto ocorre em diversos apartamentos térreos, em que um dos quartos funciona para a venda de água mineral, gás e mantimentos. (Figura 15)

Quanto à ocupação do imóvel, 99,07% eram próprios. Apenas 23,5% das casas eram em alvenaria de tijolos, com 64% de construções em madeira e 12% com material misto. Muitas das casas não possuíam banheiro próprio. A maioria dos imóveis (50%) tinha apenas um cômodo; 25,6% dois cômodos, e 14,4% três cômodos. Somente 8,4% do universo pesquisado tinha entre quatro e seis cômodos, o que revela que, ao serem transferidos para o conjunto habitacional, o padrão da casa mudou bastante, e para melhor, para a maioria da população, pois 90,23% possuía casas com até três cômodos. O apartamento possui 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço, totalizando mais de 40 m².

Em relação às benfeitorias realizadas os próprios moradores construíram ou ampliaram os imóveis (88,84%). É relevante para a pesquisa que quase 90% da população pesquisada participou ativamente da construção da casa em que morava. Como uma população que majoritariamente participou da construção da casa em que mora vai assimilar as mudanças inerentes a morar num espaço em que não tiveram qualquer participação na sua produção? Talvez esse cenário ofereça pistas para explicar a rejeição sentida pelo conjunto em que mora.

O trabalho social foi concebido para o fortalecimento da Comissão de Moradores⁴⁹ e dos Fóruns setoriais.⁵⁰ No entanto, o projeto já apontava que o maior desafio era garantir a sustentabilidade das intervenções implantadas. Indicava a necessidade de estimular novas atitudes e entendimentos para a utilização racional dos espaços e equipamentos da nova moradia, realizar atividades para estabelecer regras de convivência, orientação sobre os novos encargos financeiros e desenvolvimento de novos hábitos de saúde e higiene. Vencer esse desafio dependia da participação e da corresponsabilidade dos envolvidos.

O projeto social enfatizava a participação da comunidade como elemento essencial à mudança de hábitos, atitudes, culturas, a fim de criar as condições necessárias para compreender e valorizar a nova trajetória na sociedade para exercer plenamente sua cidadania. A participação direta dos moradores, a capacitação de comissões de multiplicadores, o envolvimento de líderes e grupos comunitários locais e de outras instituições da sociedade civil na implantação

⁴⁹ Composta por representantes de Associação de Moradores, Centros Comunitários, Igrejas, Centros Espíritas, Times de Futebol, Grupos de Mulheres, Grupos de Pagode, etc para acompanhar e avaliar as ações e obras executadas, viabilizar parcerias e fortalecer a organização e a união dos moradores, dentre outros.

⁵⁰ Constituído por representantes da comunidade, demais instituições na área e seu entorno, empresas públicas e privadas envolvidas no projeto, cujo objetivo era ampliar a interlocução entre beneficiários e responsáveis pela sua implementação.

e na manutenção dos sistemas implantados foram indicados. No entanto, depoimentos de moradores não confirmaram essa participação.

O projeto social previa os riscos futuros do empreendimento: i) inadimplência dos moradores no pagamento de taxas e impostos; ii) repasse dos apartamentos para pessoas com renda superior; iii) uso inadequado dos equipamentos, dentre outros.⁵¹ Os riscos sinalizados ocorreram, continuam e, possivelmente, continuarão ocorrendo. As medidas para prevenir os riscos foram insuficientes pois a complexidade da questão envolve aspectos como desigualdade social, desemprego, dentre outros, cuja solução não reside no nível de uma política local, mas no âmbito de macropolíticas econômicas e sociais em nível federal.

Para garantir a sustentabilidade das intervenções implementadas, a proposta ainda contemplava ações de acompanhamento social na pós-urbanização de organização da população, educação para o uso, ocupação, educação sanitária e ambiental e integração interinstitucional. O documento apontava a importância da apropriação do novo espaço pelos moradores e os reatamentos na conservação/manutenção do conjunto, e salientava a preocupação com as mudanças e o impacto social em relação à forma de vida anterior, particularmente quanto à moradia vertical. Apesar das intenções do projeto técnico-social de salientar esse aspecto, pouco ou quase nada foi feito no sentido de promover a apropriação do novo espaço de moradia. Um morador declarou que o que escolheram foi a cor dos blocos.

No local onde moravam havia uma rede de assistência social das igrejas que distribuíam cestas básicas, sopa e outras formas de ajuda assistencial. Ao mudarem para os apartamentos perderam esse suporte. Como uma população extremamente pobre, com 73,09% da qual com renda de 0 a 1 SM vai poder cumprir com as atuais obrigações? Muitos deles voltam ao lugar onde moravam para continuar com o benefício que tinham, mas, como não moram mais naquela localidade, terminam sem nada receber. Têm muito mais ônus agora, não mudou a sua condição socioeconômica e perderam o suporte assistencial que tinham. Os que não conseguem manter o padrão de vida, estão alugando ou vendendo os apartamentos.

O que poderia ser motivo de realização de um sonho traz também associado o medo, a insegurança e a insatisfação com a nova moradia. Os moradores gostam do conforto interno

⁵¹ As medidas mitigadoras apontadas referiam-se a: i) criar mecanismos de incremento de renda para os moradores se adaptarem às mudanças; ii) assegurar a fixação da população com ações de capacitação profissional, qualificação da mão de obra local e oportunidades de trabalho; iii) desenvolvimento de ações educativas em relação ao uso adequado, conservação e manutenção dos equipamentos implantados, para a corresponsabilidade da comunidade e para que a população/comunidade exerça o controle e evite a especulação. Essas medidas podem diminuir os riscos, mas não impedem sua ocorrência.

do apartamento, mas não gostam do conjunto, nem do bairro. A paisagem do entorno da antiga moradia oferecia a oportunidades desfrutar da contemplação da natureza, o mangue, o rio Capibaribe, que agora não possuem mais. (Figura 11) Esta tipologia habitacional está sendo reproduzida no Brasil e América Latina. A verticalização surge como uma alternativa para enfrentar a insuficiência de terrenos. No entanto, outras tipologias parecem ser mais adequadas e preferidas por essa faixa de renda, como casas térreas ou duplex.

4.3.2.3 O MUTIRÃO DOM HELDER CÂMARA: UM PROJETO FACILITADOR DE SOLIDARIEDADE

O Projeto Dom Helder Câmara é um projeto-piloto de construção de 200 casas em regime de mutirão assistido⁵² e autogestionado pela AHPNE, por membros do MLB⁵³ e representantes das famílias. Os recursos são da Caixa, do Fundo de Desenvolvimento Social, do Programa Crédito Solidário. Os parceiros foram: i) a Prefeitura do Recife, que executou o muro do terreno, o esgotamento sanitário e a terraplenagem; ii) os Correios, que viabilizaram a doação do terreno; iii) o Programa Conexões dos Saberes,⁵⁴ que executou o projeto técnico-social, e iv) a CEHAB, que executou o abastecimento d'água público e domiciliar.

O valor financiado para a construção de cada unidade foi de R\$ 15.483,47. A prestação gira em torno de R\$ 100,00 mensais a serem pagas em 20 anos. A renda mínima exigida e comprovada para cada família era de R\$ 390,00, um salário-mínimo, na época. Os mutirantes têm a obrigação de trabalhar 16h/semana na obra. Quem não podia, chamava um parente ou contratava alguém, a quem denominaram representante.

A população tem uma história de luta pela moradia, tendo ocupado inicialmente o local onde está construído o Conjunto Abençoada por Deus. A ocupação do atual terreno ocorreu com mais de 80 famílias, que ali permaneceram por 13 dias. A conquista do terreno e a elaboração do Projeto ocorreu em 2004, e a aprovação do Crédito Solidário em 2005. O início da construção ocorreu em março de 2006, com a construção do muro. A ocupação das casas ocorreu no 2º semestre de 2009, e a inauguração em 23/12/2009.

⁵² Quando há pedreiros e/ou outros profissionais contratados. Foi escolhido por reduzir custos e ampliar participação.

⁵³ A AHPNE foi criada em 2003, principalmente para gerenciar o projeto. O MLB foi fundado em 1999, por iniciativa de líderes comunitários em Pernambuco, mas se expandiu para Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Minas Gerais. Tem participação ativa na luta por reforma urbana e nas ocupações.

⁵⁴ Programa de extensão ligado à reitoria, que se desenvolve no NITS e que envolve estudantes universitários de origem popular em trabalhos de promoção social.



A



B



C



D



E



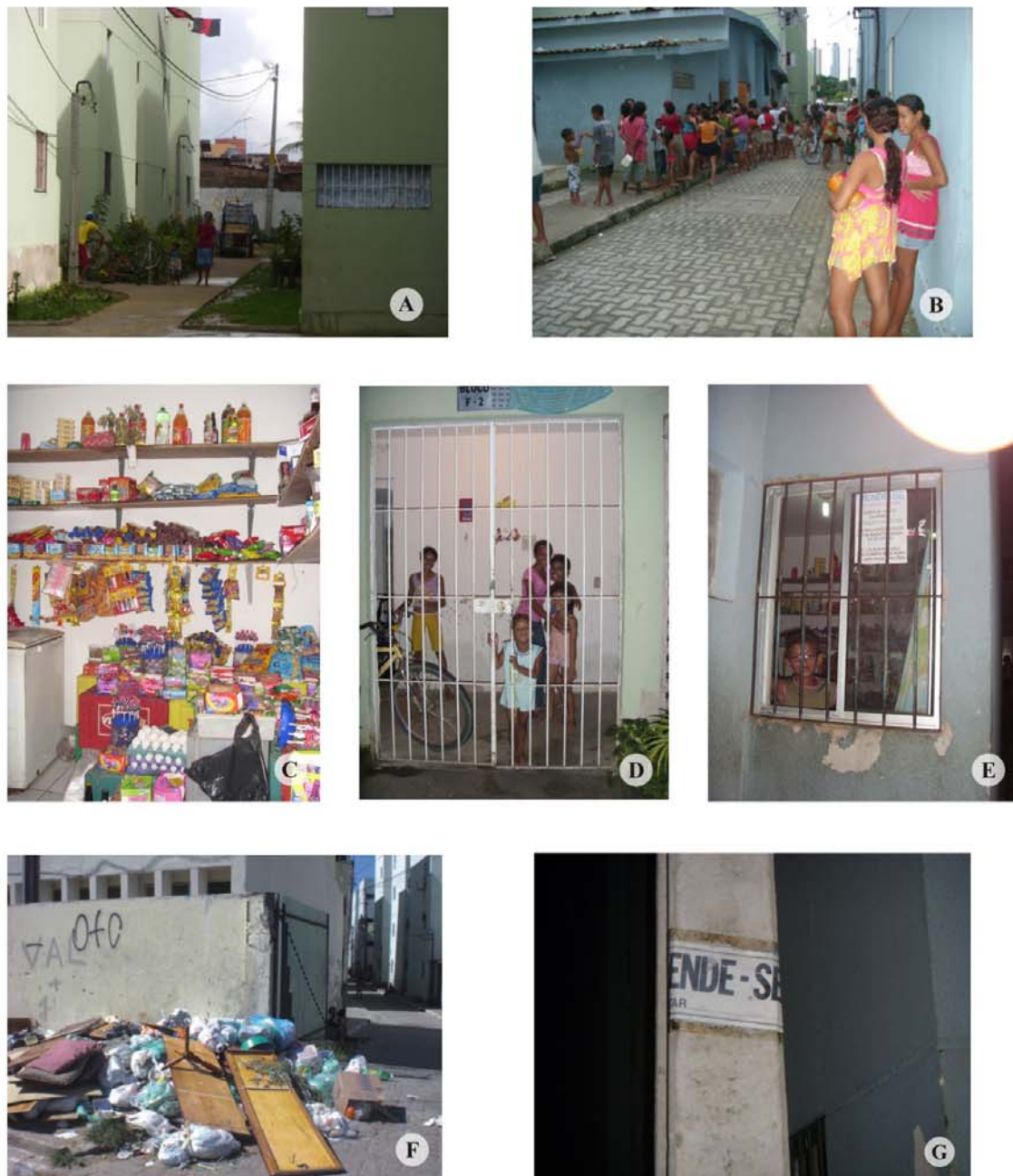
F



G

- A – Vista geral
 B – Ruas secundárias
 C – Ruas de circulação interna: espaços de estar
 D – Lazer nos corredores
 E – Fachada com roupas
 F – Praça depredada
 G – Insuficiência da área de serviço

Figura 14 Fotos do Conjunto Abençoada por Deus



- A – Carroça de catadores de lixo
- B – Distribuição de sopão
- C – Comércio interno
- D – A segurança atrás das grades
- E – Comércio interno atrás das grades
- F - Disposição dos resíduos sólidos na entrada
- G – Apartamento à venda

Figura 15 Atividades socioeconômicas e a relação com o lugar

O Programa Crédito Solidário exige um projeto técnico-constructivo que assegure a qualidade da obra, do espaço produzido e da vida dos futuros moradores. O trabalho social buscou fomentar a solidariedade e as posturas de colaboração na construção das casas para fortalecer as relações de vizinhança e a conservação da qualidade do espaço. Buscou também auxiliar a formação da nova comunidade⁵⁵ e a construção de regras de convivência em grupo, e constou de várias oficinas temáticas que procuraram enfatizar os princípios do mutirão: solidariedade, união e luta. A vinculação da liberação de recursos para a obra física estava condicionada à apresentação de relatórios das atividades do projeto técnico-social, o que revela a importância desse trabalho para a Caixa.

Foi realizada uma pesquisa socioeconômica em uma amostra de 84 famílias, 42% da população beneficiada. 84 % dos chefes de família que responderam eram mulheres. A idade média dos respondentes era de 31,6 anos, com 46% de solteiros. A média de filhos/família é de 2,2, surpreendentemente baixa. A maioria da população é originária do bairro da Iputinga (70,2%). 58% declararam-se desempregados, mas com alguma ocupação, destacando-se 38,1% de domésticas, lavadeiras e diaristas. Mais de 70% ganham de 0 a 1 salário-mínimo (CMP; MLB, 2005). Esses resultados refletem o perfil socioeconômico da população pesquisada em 2005, não sendo o perfil da população-alvo do estudo empírico, pois houve substituições por inadimplência, falta de interesse ou participação. Há casos de titulares que respondem legalmente pelo contrato e pagamento do financiamento, por atenderem às exigências da Caixa, mas que não irão morar lá. Esses casos já se configuram como uma atitude de dádiva e de confiança para com o parente, pois, caso ele não pague, é o responsável legal quem assume a dívida perante a Caixa, e está sujeito a restrições de crédito.

Cerca de 350 famílias foram cadastradas e 100 famílias ficaram na espera. A linha de crédito escolhida acarretou a exclusão de 108 famílias: 90% por motivo de renda insuficiente, 5% por cadastro negativo no SPC e SERASA, e 5% por motivos diversos (*ibidem*). Alguns se inscreveram sem acreditar que teriam os cadastros aprovados, outros não se interessaram, ou não tinham como atender aos critérios e não cumpriram a carga horária. Num primeiro momento, foram excluídas 20 famílias, posteriormente 12 famílias, e mais algumas no final porque não pagaram a taxa e o seguro mensal, não trabalharam na obra, ou não colocaram ninguém para trabalhar por elas. Foram oferecidas várias chances, dilatação de prazos, negociação e parcelamento de débitos, para que as pendências fossem resolvidas, mas, quando o morador não atendia, era excluído e substituído por quem podia concluir a casa.

⁵⁵ O lema do segundo encontro das famílias foi: “Construir comunidade é mais importante que construir casas”.

A gestão do projeto é de responsabilidade da AHPNE, juntamente com representantes das famílias que compõem duas comissões: a CRE e a CAO. A primeira tem a função de gerenciar os recursos e é formada por um representante do agente organizador e dois mutirantes. Essa comissão autoriza a liberação dos recursos. A CAO acompanha as obras e é composta por um representante da AHPNE e três representantes das famílias.

Os grupos políticos são basicamente dois: os que apoiam a Associação e os que são contra e que tentam dificultar o trabalho e disputar o espaço político da AHPNE. Em consequência, prejudicam o Projeto, pois se a Associação não cumprir o contrato para a construção das casas, eles próprios serão prejudicados. Representantes desse grupo faziam parte da CRE e chegaram a comprometer o andamento da obra, o que dificultou a liberação de recursos e estimulou as famílias a não cumprirem com a carga horária determinada, alegando que já pagavam a prestação. Esse grupo foi destituído da CRE. Foram também criadas informalmente outras comissões, mas que não funcionaram adequadamente, pois os mutirantes não compareciam às reuniões marcadas.

Todos os condicionantes referidos, associados ao mutirão autogestionado, ofereciam os condicionantes para o surgimento de práticas solidárias durante a construção das casas, por ser um princípio e condicionante para sua conclusão. O caráter piloto desse projeto e suas características únicas tornam-no relevante como estudo de caso.

4.3.2.4 OS PEDREIROS SOLIDÁRIOS

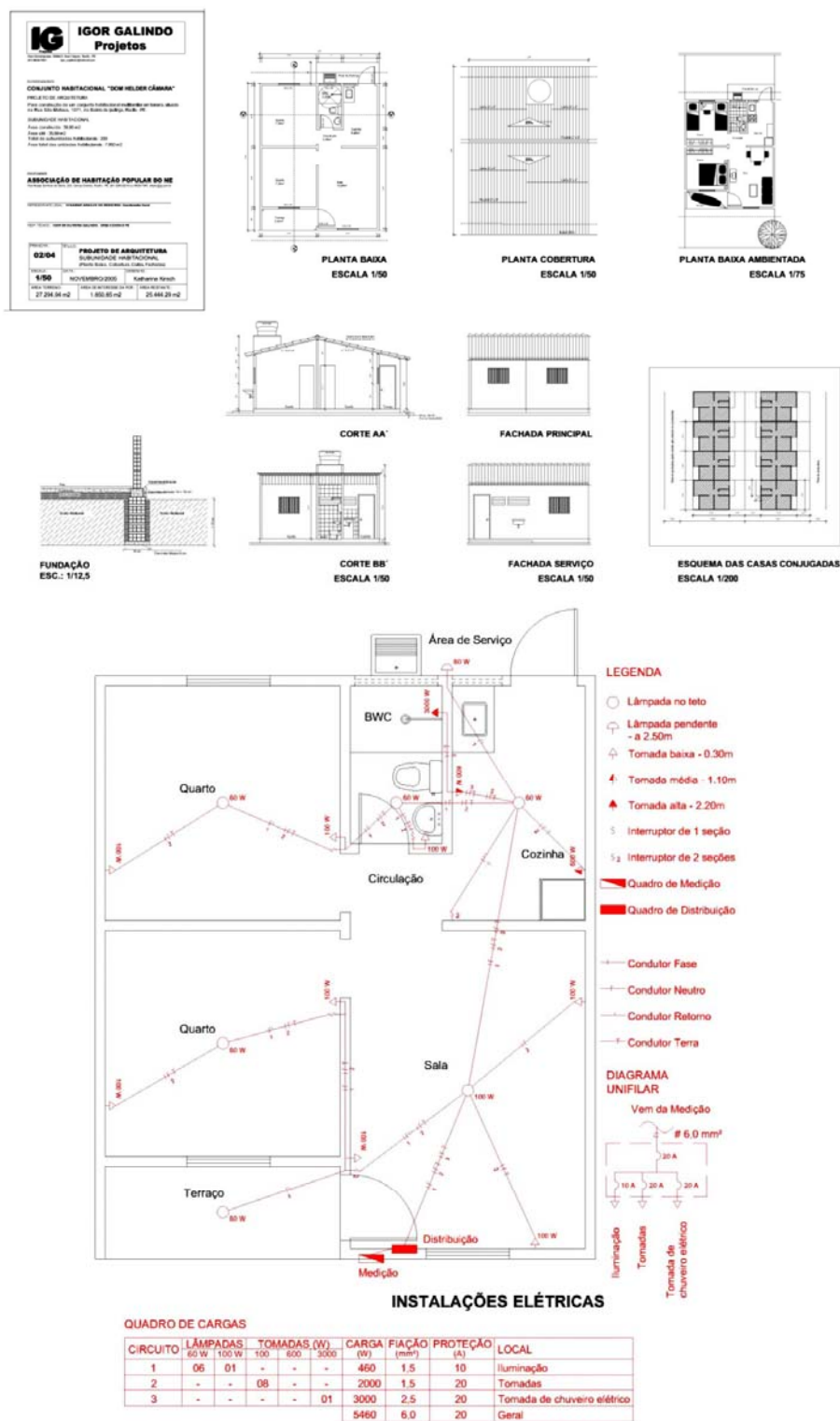
A iniciativa se denomina “Pedreiros Solidários” (VOTORANTIM, 2008) em decorrência de uma matéria realizada pelo Grupo Votorantim, em 2008, e de outra matéria realizada por um jornal local. No entanto, os envolvidos chamam a iniciativa de “o Mutirão”. Optou-se por Pedreiros Solidários, porque “o Mutirão” é um nome pouco preciso e deixa vaga a ideia do trabalho. No entanto, os profissionais da construção envolvidos não são apenas pedreiros, mas mestre de obras, carpinteiros, marceneiros, armadores, eletricitas, encanadores e profissionais de outras áreas, não diretamente ligados à construção civil, que colaboram como serventes.

Essa iniciativa informal e orgânica de construção de casas para pessoas de baixa renda, desde 2002, é emblemática para a pesquisa por buscar resolver de forma continuada a questão da moradia em Várzea Fria, São Lourenço da Mata, PE, sem a interferência do Estado.



Fonte: Programa Conexões de Saberes, UFPE.

Figura 16 Projeto urbanístico e situação, Conjunto Residencial Dom Helder Câmara



Fonte: Programa Conexões de Saberes, UFPE.

Figura 17 Planta baixa, corte e fachada, Conjunto Residencial Dom Helder Câmara



- A – Assinatura do contrato com a Caixa
 B – Discussão do projeto com alunos da UFPE
 C – Oficina para apresentação do projeto
 D - Oficinas de capacitação
 E - Oficina com as crianças sobre a creche
 F - Início da obra

Fonte: Programa Conexões de Saberes, UFPE.

Figura 18 Construindo as bases do Projeto Dom Helder Câmara



- A – Dia das crianças
- B – Jogos lúdicos
- C – Comemoração junina
- D – Corrida de saco
- E – Lanche coletivo
- F – Almoço coletivo

Fonte: Programa Conexões de Saberes, UFPE.

Figura 19 Construindo a comunidade

Com recursos dos envolvidos, ajuda mútua e dádiva, constroem, nos finais de semana, as casas de quem precisa. Pessoas que dispõem do material (comprado ou doado), mas não têm recursos para pagar a mão de obra, contatam os participantes e eles organizam-se para, nos finais de semana, executar os serviços. O morador fornece o material, o almoço e a bebida. Eles se responsabilizam pela mão de obra e ferramentas. Essa experiência está associada a uma grande sociabilidade e ao fortalecimento das relações e vínculos entre as pessoas, porque, depois do trabalho, vem a comemoração do esforço. Não há o requinte dos rituais como entre as tribos em que Mauss observou a dádiva, mas há um ritual de esforço-trabalho-celebração associado à bebida e ao almoço no final de cada dia de trabalho.

Até julho de 2009, 265 casas foram construídas, melhoradas ou receberam reparos, tendo envolvido 41 pessoas. Essa iniciativa é uma evidência de como os moradores podem resolver, eles próprios, com solidariedade mútua, seu problema de moradia, e consolida a hipótese de que a população de baixa-renda constrói suas casas com base no sistema de dádiva, por ajuda mútua.

Foi inicialmente considerado como parte da pesquisa exploratória, mas foi tratado posteriormente como um caso emblemático de produção de casas no sistema de dádiva, devido à organicidade e à continuidade da ação. Conhecer essa iniciativa pode contribuir para as políticas habitacionais.

Neste capítulo, foi apresentado o objeto de estudo. Sua escolha teve como eixo condutor as possibilidades de encontrar um universo favorável para analisar as circunstâncias da ocorrência de dádiva e de solidariedade, bem como para averiguar as hipóteses analisadas. A diversidade dos estudos de caso escolhidos buscou diversificar e cobrir distintos tipos de assentamentos de baixa renda.



- A – A casa do mestre de obras e líder do Projeto
 B – Casa Construída por ajuda mútua
 C- Casa em construção no final de semana
 D - Detalhe construtivo
 E – Casa em construção
 F – A cachaça na hora do almoço no mutirão em Dom Helder Câmara

Figura 20 O trabalho dos Pedreiros Solidários



CAPÍTULO 5
A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Nesse capítulo serão descritos o processo de construção da pesquisa, a abordagem metodológica, as hipóteses norteadoras, os objetivos, o método, os instrumentos de coleta e análise, a pesquisa exploratória realizada e a justificativa do estudo de casos múltiplos como estratégia de pesquisa. Sua construção se pautou na análise qualitativa que buscou associar a reflexão teórica aos resultados empíricos encontrados, em um processo de constantes ajustes.

5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Não há “métodos” para um campo de conhecimento que tenha um verdadeiro conteúdo intelectual. O objetivo é encontrar a verdade. Como chegar até lá, ninguém o sabe. Os métodos experimentais, os matemáticos, as diversas técnicas, não são métodos de trabalho para descobrir a verdade. Jamais alguém tornará criativo um físico ou um biólogo, dizendo-lhe: eis aqui os métodos, experimente-os num novo organismo. Fazem isso os que não sabem o que dar para seus estudantes fazerem. É uma confissão de fracasso.

Espera-se de um cientista que ele descubra novos princípios, novas teorias, novos métodos de verificação... Isso não se aprende com um método (CHOMSKY, ENTREVISTA COM RONAT apud MOSCOVICI, 1994).

As palavras de Chomsky alertam para as dificuldades de buscar métodos e teorias, e principalmente de encontrar em um método o caminho para responder às questões que inquietam. Após dificuldades, reflexões e ajustes metodológicos, foram salientadas as escolhas para a condução da pesquisa. A primeira diz respeito à abordagem que pautou a relação sujeito-objeto: de interação e troca entre pesquisador e ator social. Considerou-se essa relação não como uma fonte de possíveis perigos para a pesquisa, sua legitimidade e validade, nem como fator de distúrbio ou de interferência da qual se necessite reduzir os efeitos, mas como um recurso para enriquecer a análise. (MELUCCI, 1984 apud RANCI, 2005)

A pesquisa empírica foi realizada em duas fases: a primeira, exploratória e a segunda, explicativa. A fase exploratória foi assim considerada por envolver entrevistas exploratórias com líderes comunitários, moradores e técnicos municipais, referentes a iniciativas em três localidades. Os testes, os ajustes e as definições dos instrumentos de coleta aplicados também foram considerados de caráter exploratório, por se tratar de informações preliminares que serviram como subsídios e propiciaram o aprendizado de lições para a pesquisa empírica posterior. Na segunda fase, optou-se pela estratégia de estudos de caso múltiplos, adotando-se os procedimentos e orientações recomendados por Yin (2005).

Foram ouvidas 95 pessoas, sendo 16 em casos exploratórios e 79 nos estudos de caso, distribuídas em entrevistas exploratórias (33), entrevistas focadas (15), quatro grupos focais (33) e relatos de história de vida (05). Uma síntese da estrutura lógica da pesquisa está representada na Figura 21, que mostra de forma esquemática a concepção da pesquisa.

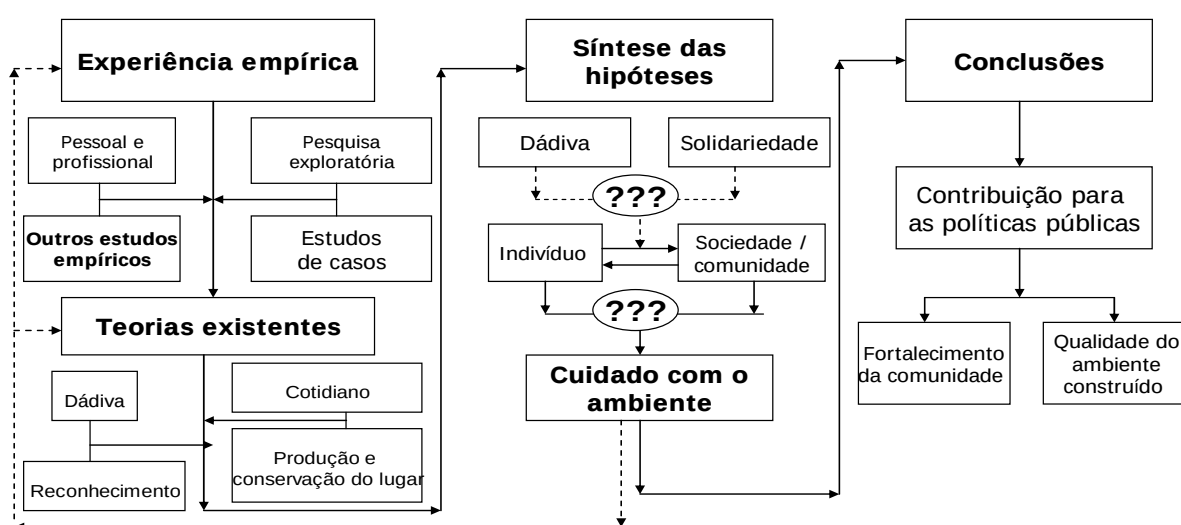


Figura 21 Estrutura lógica da pesquisa

Essa figura representa a ideia inicial da pesquisa; no entanto, o fortalecimento da comunidade e o cuidado com o ambiente foram evidências que ainda necessitam de pesquisa mais detalhada, como se verá nos capítulos empíricos.

O objetivo geral é *verificar como a solidariedade emerge, se concretiza e se estabelece no cotidiano dos moradores de assentamentos de baixa renda*. Os específicos são:

- i) Caracterizar os condicionantes – contexto, motivações, necessidades, possibilidades, fatores (potencialmente) inibidores/facilitadores – que influem no (não) surgimento de práticas solidárias;
- ii) Caracterizar as formas de manifestação e de reprodução de práticas solidárias no cotidiano do bairro, no *habitat* de moradia e com a vizinhança, identificando as modalidades de doação e de recebimento de algum tipo de ajuda, bem como situações e fatores inibidores;

- iii) Caracterizar as formas de manifestação e de reprodução de práticas solidárias na construção de casas, identificando as modalidades de ajuda mútua;
- iv) Caracterizar os desdobramentos nas relações entre os envolvidos em consequência da dádiva (doação, recepção ou retribuição);
- v) Caracterizar a relação com o espaço comum: de cuidado ou rejeição.

As investigações levaram à formulação de quatro hipóteses:⁵⁶ as duas primeiras foram levantadas em todos os casos e as duas últimas nos casos em que se aplicavam:

- a) A motivação para a solidariedade é condicionada por: i) fatores pessoais – valores morais individuais, em retribuição a alguém ou com expectativa de ser retribuído; ii) pela relação e/ou contexto socioeconômico do outro, e iii) pela relação de pertencimento ao lugar;
- b) A solidariedade existente no cotidiano de moradores de comunidades de baixa renda e na ajuda mútua para a construção de casas pode ser explicada pelas possibilidades de se fazerem alianças com apoio na dádiva;
- c) As ações dos agentes externos e internos podem inibir ou facilitar manifestações de solidariedade;
- d) Maior união e solidariedade coletiva, manifestadas no envolvimento, participação e luta por moradia e na construção do lugar em que moram, fortalecem as relações de pertencimento e de cuidado para com esse lugar.

5.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA

Para compreender as manifestações de dádiva e de solidariedade, foram escolhidas situações e localidades favoráveis à sua ocorrência e à identificação dos condicionantes. Buscou-se, por indicação de técnicos das prefeituras de Recife e Olinda, conhecer iniciativas de comunidades com nível de organização comunitária diferenciado, nas quais, supostamente, haveria uma maior profusão de solidariedade:

⁵⁶ Há autores que denominam hipótese de prognóstico ou pressuposto, pois associam a hipótese à necessidade de comprovação/validação, sendo usado o termo hipótese nas análises quantitativas. Nesse trabalho, optou-se por denominar hipótese, mesmo tendo adotado a análise qualitativa.

- 1) O projeto de construção de 176 casas por mutirão assistido, em que a Prefeitura de Olinda disponibilizou assessoria técnica e trabalhadores para a construção das casas em Rio Doce;
- 2) A atuação da Associação de Moradores do Córrego da Josélia, Nova Descoberta, Recife, para lidar com as situações de acidentes por queda de barreiras;
- 3) A Ocupação Mulheres de Tejucupapo, que de início seria um estudo de caso, mas por dificuldade de acesso a líderes se restringiu à pesquisa exploratória.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários, moradores e técnicos/gestores, ouvindo suas opiniões sobre os processos em que estavam engajados, assim como a percepção de ocorrência de dádiva, solidariedade, reconhecimento e experiência do lugar.⁵⁷

A pesquisa exploratória contribuiu para a definição de categorias de análise, de fatores motivadores, e para entender o papel dos líderes comunitários na ocorrência de solidariedade e dádiva. Uma breve descrição de cada uma é apresentada a seguir.

5.2.1 O MUTIRÃO DO CSU DE RIO DOCE

No Mutirão do CSU de Rio Doce foram construídas 176 casas e cada família possuía a obrigação de trabalhar voluntariamente ou disponibilizar um voluntário durante a construção da sua quadra. A história de luta por moradia das famílias teve início em março de 2000, quando foi ocupado um terreno próximo à Vila Nápoles, Rio Doce, e eles foram retirados à força do local. Dando suporte à ocupação, havia o Movimento Independente dos Sem-Teto (MIST). Antes da construção das casas, o local estava associado ao tráfico de drogas e à violência, com diversas mortes. Essa iniciativa foi indicada por ser considerada exitosa em mobilização, envolvimento dos mutirantes na construção e rapidez na conclusão das casas, algumas no ano em que começou sua construção.

Além do trabalho voluntário durante a construção, houve outras expressões de solidariedade: famílias cederam a prioridade para receber as casas em favor de uma mais necessitada; outras continuaram participando da construção mesmo depois da obrigação, que era a conclusão da

⁵⁷ Foram entrevistados: i) os líderes de cada iniciativa (um líder do Córrego da Josélia, uma líder de Rio Doce e três líderes da Ocupação Mulheres de Tejucupapo); ii) três moradores do Córrego da Josélia, uma moradora de Rio Doce e uma moradora de Mulheres de Tejucupapo, e iii) três técnicos/gestores de Rio Doce, dois técnicos/gestores do Córrego da Josélia e dois de Mulheres de Tejucupapo. Foram feitas entrevistas com roteiro no mutirão do CSU de Rio Doce e com o líder do Córrego da Josélia. As demais entrevistas foram gravadas.

quadra da casa. Foi a primeira iniciativa pesquisada que apresentou evidências de que o envolvimento e a dedicação da líder local foram decisivos para o êxito do projeto. Depoimentos atestam que há iniciativas de socialização em eventos coletivos; no entanto, o cuidado com o lugar ainda é individualizado e localizado; uns cuidam, outros não.⁵⁸

5.2.2 A EXPERIÊNCIA DO CÓRREGO DA JOSÉLIA

O Córrego da Josélia possui um nível de mobilização diferenciado. O presidente do Conselho de Moradores, líder atuante e respeitado, desenvolve uma experiência permanente de coleta de materiais recicláveis – plástico, vidro, papelão – com a população. Vende e gera um fundo que retorna para a própria comunidade nas festas: dia dos pais, das mães, das crianças, e ajudas a pessoas e famílias. Também faz cotas de dinheiro e alimento para ajudar famílias desabrigadas pela chuva, que perderam a casa, sofreram um acidente ou estão com dificuldade. Essa experiência foi estimulada por um programa de troca de recicláveis, promovido pela prefeitura, o que evidencia a ação facilitadora do agente externo.

Técnicos da CODECIR atestaram que, de maneira geral, os moradores de áreas de morros frequentemente fazem cotas de dinheiro ou de alimentos para comprar cestas básicas para as famílias que estão passando por dificuldade. Os tipos de ajuda e solidariedade são: identificação de situações críticas e de risco iminente; socorro às vítimas no momento do acidente; acolhimento dos desabrigados por parentes, amigos e vizinhos⁵⁹ e ajuda com dinheiro e alimento à família desabrigada.

5.2.3 OCUPAÇÃO MULHERES DE TEJUCUPAPO

A Ocupação Mulheres de Tejucupapo⁶⁰ foi inicialmente tratada como um estudo de caso, mas os constrangimentos com uma líder comunitária dificultaram a pesquisa e a realização futura de entrevistas e visitas de campo.⁶¹

⁵⁸ Uma pesquisa futura poderia investigar os impactos produzidos nas vidas dos moradores e nas relações entre eles após a construção coletiva das casas e os rebatimentos no cuidado com o lugar.

⁵⁹ Essa é uma prática que merece um estudo mais detalhado em pesquisas futuras, pois revela grande nível de solidariedade.

⁶⁰ Essa ocupação ocorreu em 28 de maio de 2006, em que cerca de 150 famílias ocuparam o terreno do Hospital Barão de Lucena, sob a coordenação do MLB. Atualmente, a estimativa é de mais de 260 famílias, mas em 06/06/06 foram contabilizadas 185 famílias (SECRETARIA DE HABITAÇÃO, 2006). A ocupação deveria durar poucos dias, pois não sabiam da titularidade do terreno. Ao descobrirem que o terreno pertencia ao

Existem três grupos que convivem com conflitos e disputas pelo poder político local que lideram as três organizações que atuam na localidade: o MLB/PCR, a Associação de Moradores Maurício de Nassau e o Clube de Mães Maurício de Nassau. A segunda organização surgiu de uma dissidência da primeira, e a terceira de uma dissidência da segunda. Além das evidentes divergências políticas e ideológicas, houve perda de confiança entre os líderes dos respectivos grupos. Esse cenário acirra a disputa pelo poder político local, o que ocasiona disputas com a prefeitura, órgãos do Estado e instituições para angariar a legitimidade das conquistas para o assentamento. A disputa pelo poder de distribuir cestas básicas foi um fator que deflagrou o afastamento voluntário dos então dirigentes do Clube de Mães, que faziam parte da Associação de Moradores, devido à desconfiança de quem conduzia esta última.

Os três grupos políticos continuam a atuar na localidade, alguns dos líderes têm ligação político-partidária com candidatos, e percebe-se claramente a vinculação das ações de luta para a melhoria da localidade nos projetos políticos de cada grupo, bem como, em alguns casos, no fortalecimento do poder político dos líderes.

A prefeitura projeta construir 224 apartamentos,⁶² com 40,71 m² cada um, de modo semelhante ao modelo de Abençoada por Deus. Esse número não atende à atual demanda, de mais de 260 famílias, e foge ao padrão atual de casa térrea construída com os materiais disponíveis e às possibilidades das famílias.

Foram encontradas evidências de que a atual configuração⁶³ de ruas estreitas e sinuosas, com casas bem pequenas com predominância de papelão, plástico ou madeira, com poucas em tijolo, favorece a proximidade, o conhecimento das dificuldades alheias e possivelmente a dádiva e a solidariedade, principalmente de solidariedade no cotidiano.

Hospital Barão de Lucena, do estado, e que não tinham a intenção de removê-los dali, tiveram de implantar uma infraestrutura para prover a alimentação para as famílias que ocupavam o local, como uma cozinha comunitária.

⁶¹ Em consequência do trabalho desenvolvido em Dom Helder pelo Programa Conexões de Saberes, há uma associação de aliança política desse Programa com o MLB, o que impediu o acesso dos estudantes de arquitetura, da disciplina Estudos Sócioambientais, no dia 29/04/09. Posteriormente, houve constrangimento e ameaça, mesmo com o apoio do MLB. Foram entrevistadas três líderes locais, uma das quais não mora lá.

⁶² O MLB fez articulações em nível federal para a captação de recursos. O projeto inicial contemplava 160 unidades habitacionais na tipologia térreo mais um (duplex); no entanto, o MLB solicitou um projeto que atendesse a mais famílias.

⁶³ Por ser uma ocupação espontânea, não seguiu um padrão urbanístico definido e a infraestrutura urbana praticamente inexistente. Há dois poços onde a comunidade se abastece de água. Os esgotos correm a céu aberto ou vão para alguma fossa negra existente, ou para um córrego próximo.

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS

Após a pesquisa exploratória, a defesa do projeto e sugestões da banca, ficou resolvido:

- i) Excluir o individualismo como polarizador da solidariedade, pois não são antíteses, e concentrar a pesquisa na identificação e compreensão das manifestações de solidariedade e dádiva;
- ii) Pesquisar a dádiva no cotidiano em três estudos de caso com características distintas de ocupação e configuração espacial: uma ocupação espontânea, Vila Independência; um projeto de mutirão autogestionado, Dom Helder Câmara, e um conjunto de apartamentos construídos pela prefeitura do Recife, o Conjunto Habitacional Abençoada por Deus;
- iii) Trabalhar com as manifestações de solidariedade e dádiva na construção/melhoria de casas, para descobrir sua importância na construção de casas por ajuda mútua, nos assentamentos espontâneos;
- iv) Pesquisar a dádiva na construção de casas no Projeto Dom Helder Câmara, na Ocupação Espontânea Vila Independência e a construção e melhoria de casa por ajuda mútua dos Pedreiros Solidários, em São Lourenço da Mata;

Como resultado das pesquisas exploratórias, as reflexões contribuíram para a construção da pesquisa, na medida em que delinearam a escolha das categorias analisadas. As modalidades de solidariedade e dádiva detectadas nas entrevistas exploratórias levou à sua classificação, segundo a natureza, em três modalidades:

1. Nível de urgência, gravidade e carência (socioeconômica e de infraestrutura):
 - a. ajuda material – remédios, situações de fome, doação de comida, cota de dinheiro, emprestar dinheiro para passagem, etc.;
 - b. solidariedade em situações extremas – prestar socorro em casos de doenças ou acidentes, levar ao hospital, ajudar/acolher uma família desabrigada em casa;⁶⁴
 - c. apoio emocional na resolução de conflitos (família, casal, briga entre vizinhos) – escuta e palavras de aconselhamento.

⁶⁴ Essa postura de solidariedade remete a Tocqueville e Dewey, ao tratarem a democracia na sociedade americana a partir da democracia primária baseada na cooperação social cotidiana da comunidade de vizinhança (MEAD, 1977; DEWEY, 1997; TOCQUEVILLE, 1992).

2. A solidariedade compartilhada nas necessidades cotidianas:

- a. tomar conta do filho, olhar a casa, levar o filho à escola, “emprestar” ou dar um pouco de comida, remédio, ou algo que está faltando.

3. A sociabilidade relacionada com a vontade de se aproximar do outro – gentileza e cordialidade com o vizinho para manter uma relação de boa vizinhança, ao oferecer uma comida, dar presente, convidar para tomar café, cachaça, cerveja.

Aspectos subjetivos como gratidão, confiança e reconhecimento, assim como a prática dos líderes comunitários no exercício da liderança local foram fatores mobilizadores da dádiva. Um morador do Córrego da Josélia, que “faz mandado” e “biscates” para as pessoas, declarou que fazia serviços sem cobrar para algumas pessoas de que gostava (e citou alguns nomes), porque essas pessoas tinham consideração e confiança nele. Às pessoas que o reconheceram, ele retribuía prestando serviços “de graça”, como gratidão pelo reconhecimento recebido.

Por outro lado, a ausência de gratidão ou de reconhecimento pode provocar sentimentos negativos e de cansaço, quando não há retribuição, como foi manifestado por dois líderes – Rio Doce e Córrego da Josélia –, que se sentiam cansados porque não obtiveram apoio e reconhecimento. Duvidava-se do interesse político deles e desconfiava-se de que poderiam ter auferido algum lucro ou retorno. O cansaço vem também da dificuldade em alcançar melhorias para a localidade.⁶⁵

A partir dessas observações exploratórias, considerou-se que o reconhecimento e a gratidão, associados à reciprocidade, eram fatores motivadores de dádiva.

5.4 O ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O estudo de caso foi a estratégia escolhida para a pesquisa porque: i) o objeto de estudo é a compreensão de fenômenos sociais complexos contemporâneos inseridos em contextos da vida real; ii) há pouco controle sobre os acontecimentos; iii) algumas das questões se enquadram no tipo “como” e “por quê” e iv) os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2006, pp. 19-20, 32). Foi escolhido o estudo de casos

⁶⁵ Outros políticos terem conseguido viabilizar melhorias urbanas para o local, em detrimento da história de luta deles, contribuía para o descrédito de sua liderança. Claramente percebem-se traços de dádiva agonística entre os líderes para aumentar seu poder e legitimidade.

múltiplos, com quatro casos pesquisados, uma vez que os benefícios analíticos e de generalização de ter dois ou mais casos podem ser substanciais (YIN, 2006, p. 75).

A replicação ou reformulação dos prognósticos foi outra estratégia adotada para proporcionar robustez à pesquisa. A escolha dos casos, portanto, obedeceu à lógica de buscar prever resultados semelhantes, com replicação literal, e buscar resultados contrastantes previsíveis, ocorrendo a replicação teórica, de forma a fornecer uma base convincente para as proposições iniciais, por sua revisão ou confirmação (*ibid.*, p. 69). A lógica da escolha dos casos também derivou da criação de hipóteses em diferentes condições (*ibid.*, p. 74).

Usou-se a lógica empregada nos estudos de caso único para a escolha dos casos múltiplos. O assentamento espontâneo foi escolhido por ser um caso representativo ou típico (*ibid.*, p. 63) de ocupação de forma espontânea de uma favela. O Projeto Dom Helder foi escolhido por ser um caso emblemático (*ibid.*, p. 62) para testar o prognóstico de que há maior probabilidade de ocorrência de manifestações de solidariedade e dádiva em movimentos de luta por políticas públicas em torno de um objetivo comum – a realização do sonho da casa própria. O conjunto Abençoada por Deus foi escolhido por representar uma solução habitacional verticalizada, com grande rejeição, portanto representativo de resultados contrastantes com a solução do Projeto Dom Helder Câmara. Sua escolha justificou-se por permitir entender as causas dessa rejeição e dos contrastes, para que as situações encontradas em Abençoada por Deus possam servir de reflexão e de direcionamentos para outras similares.

Buscou-se a validade do constructo, mediante fontes múltiplas e o encadeamento de evidências; a validade interna, por adequação ao padrão; a construção da explanação e de explanações concorrentes; a validade externa com a lógica da replicação em estudos de casos múltiplos, e a confiabilidade com a elaboração de um protocolo, com o planejamento e roteiro das entrevistas, e de um banco de dados. Este banco de dados foi composto por diagnósticos das localidades, cadastros, documentos propositivos preliminares, projetos sociais, arquitetônicos e urbanísticos, atas de reuniões, relatórios técnicos, planilhas de controle e frequência de famílias cadastradas.

A coleta e análise dos dados foram realizadas com base em proposições teóricas prévias (*ibid.*, p. 33). A partir dos estudos de caso analisados, objetivam-se as generalizações de resultados por indução, as quais poderão ser testadas ou replicadas em outras localidades de baixa renda.

5.5 O CAMINHO DA COLETA

Buscou-se seguir os princípios sugeridos por Yin (2006, p. 109) para a coleta de dados: i) utilizar várias fontes de evidências; ii) criar um banco de dados para os estudos de caso, e iii) manter o encadeamento das evidências para estabelecer a validade do construto e a confiabilidade do estudo de caso. Evidentemente, esses princípios foram seguidos de forma e intensidade diferenciadas para cada caso, em função da existência e disponibilidade das informações e evidências.

Yin (*ibid.*, p. 109) aponta seis fontes distintas onde buscar evidências em um estudo de caso: documentos, registros em arquivo, entrevista, observação direta, observação participante e artefatos físicos.⁶⁶ Das fontes citadas, apenas a observação participante não foi usada na pesquisa. Como a fonte oral⁶⁷ foi a principal utilizada, optou-se por diversificar e ampliar as modalidades adotadas, recorrendo à entrevista individual exploratória e focada, aos relatos de história de vida e aos grupos focais.⁶⁸

Inicialmente, foram realizadas entrevistas individuais abertas e aplicados questionários, em teste, na fase exploratória. No entanto, optou-se pela adoção das entrevistas, por mostrar-se um instrumento de coleta mais rico para a pesquisa. À medida que o questionário era testado, constatou-se que não seriam obtidas respostas significativas às principais perguntas. No entanto, perguntas abertas do questionário foram adaptadas e utilizadas nas entrevistas focadas, nos relatos de história de vida e nos grupos focais.

Thompson (1992, p. 307) argumenta que a entrevista pode revelar a verdade por trás do registro oficial ou a divergência e poderá representar dois relatos perfeitamente válidos de pontos de vista diferentes que, associados, proporcionam pistas para a interpretação verdadeira. Por vezes, uma evidência oral a ser confirmada pode ter valor ilustrativo; outra indica o caminho para uma nova interpretação. A evidência oral da experiência pessoal direta – como o relato de um episódio ou sobre a vida doméstica de uma família – é valiosa, principalmente porque não poderá ser conseguida por outra fonte.

⁶⁶ Foram considerados como artefatos físicos as evidências físicas referentes à conservação do mobiliário urbano e dos equipamentos/espacos coletivos, como bancos, praças, entradas de blocos, dentre outros (*ibid.* p. 124).

⁶⁷ Thompson (*ibid.*, p. 197) defende que “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”.

⁶⁸ Muitas vezes não se pôde observar diretamente um evento, por não residir nas localidades. Buscou-se, portanto, a inferência por trechos de depoimentos de várias entrevistas, ou nos grupos focais.

A opção inicial foram as entrevistas individuais. Os relatos de história de vida serviram como ferramenta adicional para a compreensão das motivações e da relação com uma maior ou menor propensão à solidariedade.

Como as manifestações de solidariedade ocorrem, mesmo na forma mais individualizada, entre duas pessoas ou grupos, a técnica de grupo focal agregou o olhar para o grupo, além de oferecer confirmação e permitir maior confiabilidade e validade às respostas.

Como é recomendado nas análises qualitativas, o número de entrevistas individuais e de grupos focais foi definido pela saturação, o que, segundo Strauss & Corbin, ocorre quando

(1) nenhum dado novo ou relevante parece emergir na análise de uma categoria; (2) o desenvolvimento da categoria é denso, mesmo assim todos os elementos estão contabilizados durante a variação do processo; (3) as relações entre as categorias estão bem estabelecidas e validadas⁶⁹. (STRAUSS & CORBIN, 1990, p. 188 *apud* KRUEGER, 1994, p. 88)

A saturação foi alcançada, pois as respostas começavam a se repetir, tanto nas entrevistas individuais como nos grupos focais, após o quarto grupo focal. O Quadro 1 apresenta uma síntese do número de entrevistados em cada localidade segundo o instrumento de coleta e o Apêndice A mostra os entrevistados com os pseudônimos usados.

Quadro 1 Resumo dos entrevistados por categoria e localidade

Entrevistado	Total	Categoria de entrevistado				Técnica usada				
		técnico/ gestor	líder	morador	parente	entrevista exploratória		entrevistas dos casos		
						entrev.	quest.	entrevista foco	história de vida	grupo focal
Estudo de caso										
Abençoada por Deus	34	1	2	31	0	1	3	4	1	25
Projeto Dom Helder Câmara	27	7	4	13	3	13	6	5	3	0
Vila Independência	12	2	1	9	0	3	0	0	1	8
Pedreiros Solidários	6	0	2	4	0	0	0	6	0	
Total dos estudos de caso	79	10	9	57	3	17	9	15	5	33
Pesquisa exploratória										
Mulheres de Tejucupapo	5	2	2	1	0	5	0		0	
Mutirão CSU Rio Doce	5	3	2	0	0	5	0	0	0	
Córrego da Josélia	6	2	2	2	0	6	0	0	0	0
Total da pesquisa exploratória	16	7	6	3	0	16	0	0	0	0
Total geral da pesquisa	95	17	15	60	3	33	9	15	5	33

⁶⁹ Tradução de Edinéa Alcântara e Tim Beech.

É relevante destacar que as análises realizadas no Projeto Dom Helder foram o resultado de observação direta e de entrevistas durante a fase de construção das casas, enquanto nas outras localidades foi realizada no dia a dia com quem morava no local. Portanto, as manifestações de solidariedade serão distintas devido aos contextos diferenciados.

5.5.1 A OBSERVAÇÃO DIRETA

Além das entrevistas, realizou-se a observação direta em visitas de campo,⁷⁰ participação em reuniões e eventos de celebração coletiva. Estas visitas foram realizadas de forma mais sistemática no Projeto Dom Helder Câmara, durante o período da construção das casas. Nas demais localidades, elas tiveram o caráter esporádico e visaram presenciar e buscar evidências no cotidiano dos moradores. Em Abençoada por Deus, ocorreram com mais frequência nos sábados à tarde, período em que havia bastante movimentação de pessoas nas ruas internas e áreas de lazer do conjunto. Eram realizadas anotações das conversas com as pessoas. O período de observação variou para cada localidade:

- i) Em Dom Helder, de fevereiro/2008 a dezembro de 2009;
- ii) Em Abençoada por Deus, de novembro/2008 a janeiro/2010;
- iii) Em Vila Independência,⁷¹ de agosto de 2009 a janeiro de 2010;
- iv) Com os Pedreiros Solidários ocorreu, de forma tópica, em três momentos, em julho/2008 e julho e agosto/2009.

As variações de prazo ocorreram, pois o Projeto Dom Helder foi o estudo de caso-piloto, e as demais comunidades foram sendo escolhidas para a replicação dos resultados e, conforme sua relevância.

5.5.2 AS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS: EXPLORATÓRIAS E FOCADAS

A entrevista individual exploratória⁷² foi o primeiro instrumento de coleta utilizado, tanto na fase da pesquisa exploratória como nos estudos de caso. Com esse instrumento não se

⁷⁰ Visitas de campo foram realizadas também conjuntamente com alunos da disciplina Estudos Socioambientais, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, no primeiro semestre de 2009 e início do segundo semestre.

⁷¹ Foi o último caso devido à impossibilidade de se continuar com Mulheres de Tejucupapo. Tomou-se conhecimento dessa comunidade em uma visita ao Mutirão de Dom Helder, por um líder do MLB.

investigaram as atitudes solidárias do entrevistado, ou sua história pessoal, mas informações sobre a localidade/projeto.

Também com os pedreiros do Projeto Dom Helder se realizou uma consulta rápida para saber se eles já haviam ajudado a construir a casa de alguém sem receber remuneração. Na maioria das vezes não havia um roteiro predeterminado. Os questionários aplicados pelos alunos do curso de Arquitetura no 1º semestre de 2009 também foram considerados na categoria entrevistas exploratórias. No Apêndice B encontra-se o roteiro da entrevista individual, que foi adaptado do questionário testado na pesquisa exploratória.

Quanto aos rebatimentos da solidariedade no respeito aos espaços públicos/coletivos, foi investigada a participação dos moradores em eventos coletivos de limpeza da rua, plantio, ou outra atividade de cuidado dos espaços públicos/coletivos de limpeza, conservação, para serem mais bem usados por todos; assim como seu julgamento sobre quais os moradores que contribuem para o cuidado desses espaços. O cuidado com a fachada da casa, a calçada, a rua e as áreas coletivas foi constatado por observação direta.⁷³

5.5.3 O RELATO DE HISTÓRIA DE VIDA

A experiência de deixar as pessoas falarem de forma mais livre sobre suas vidas, sendo guiadas apenas por poucas perguntas, levou a pesquisadora a adotar a história de vida como mais um instrumento de coleta, por revelar aspectos que as entrevistas focadas não permitiram, bem como compreender, por meio do relato tópico da trajetória, a visão de mundo, o papel, a postura e as motivações em relação à solidariedade e à dádiva. Pode-se concordar com Thompson (1992, p. 337) que o entrevistado “Ao ajudar a mostrar como suas próprias histórias de vida se ajustam às mudanças do caráter do lugar em que hoje vivem, de seus problemas como trabalhadores [...], pode ajudar as pessoas a ver como estão e aonde devem ir”, revelando sua adequação à temática de estudo.

⁷² Estão sendo denominadas entrevistas exploratórias aquelas que procuram investigar a história da comunidade e/ou do projeto, com líderes, técnicos, gestores, pedreiros, ou moradores antigos.

⁷³ Havia a intenção de adicionar espaço para comentários na parte final da entrevista, a partir da observação direta de demonstrações de cuidado, zelo, uso, limpeza, ordem, existência de plantas e objetos decorativos, que revelam uma preocupação estética, a ocorrência de atividades coletivas de limpeza e plantio, bem como entrevistar as pessoas cujas casas eram mais bem cuidadas, por fora. Existe a suspeita de que cuidam da fachada da casa por zelo, para preservar o patrimônio, para o próprio bem-estar e satisfação e para que outros apreciem. O cuidado motivado por esses dois últimos aspectos pode estar associado ao julgamento do outro e à necessidade de reconhecimento e “distinção” – no sentido de Bourdieu – em relação aos demais. Mas essas suspeitas não foram verificadas – apenas quem mais cuidava do lugar, mas podem ser pesquisadas no futuro.

O roteiro foi elaborado de forma que o entrevistador fosse um facilitador das lembranças para resgatar as marcas do passado na memória e conhecer ao máximo a história em que a memória foi construída. Para isso, as perguntas buscaram ter um caráter descritivo e evitar a indução ou o juízo de valor (MONTENEGRO, 2003, pp. 149-150). Um roteiro das entrevistas dos relatos de história de vida é apresentado no Apêndice C. No entanto, em muitas vezes não foi possível seguir esse roteiro. Buscou-se deixar livre o entrevistado e apenas sutilmente reconduzi-lo para o foco da conversa quando essa dele afastava muito. Procurou-se estimular a narração de casos, as circunstâncias em que praticaram dádiva e solidariedade e as situações em que receberam ajuda de alguém. A escolha do(a)s entrevistado(a)s com relatos de história de vida buscou pessoas com maior envolvimento na luta coletiva, facilidade de expressão e que se revelaram narradores:

A capacidade de narrar uma história, um fato, uma experiência ou mesmo um sentimento está associada a dois fatores: por um lado, à descrição dos detalhes dos elementos que são projetados, de forma tão viva e rica que se assemelham a um quadro que vai sendo redesenhado às nossas vistas; por outro, à capacidade de recuperar o lado imaginário do que era vivenciado individual e coletivamente em relação ao acontecimento narrado (MONTENEGRO, *ibid.*, p. 152).

Esse autor menciona uma outra característica do narrador, mais difícil de ser encontrada, que se aproxima do que Walter Benjamim estabelece em “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, que é a capacidade de transformação de determinado acontecimento ou vivência cotidiana em palco permanente de experiências. Essas pessoas estão sempre em busca de uma maior compreensão das coisas da vida, transcendem os modelos preconcebidos e lhes é possível encontrar a sabedoria (*ibidem*). Foram vários entrevistados que revelaram tais características. Esse foi o principal critério de escolha do entrevistado para o relato de história de vida⁷⁴. Essas entrevistas foram realizadas na casa do entrevistado, ou durante o intervalo do mutirão, para propiciar uma atmosfera de informalidade e segurança.

A investigação participativa foi o método adotado para a coleta dos relatos tópicos de história de vida, por meio de diálogos e trocas comunicativas entre pesquisador e pesquisado. Buscou-se que pesquisador/pesquisado pudessem reconstruir, em um clima de confiança, as facetas que uniram o entrevistado ao grupo social a que ele pertencia e do qual ele foi um dos membros ativos na trajetória seguida e vivida pelo grupo. Ao invés da neutralidade, optou-se por buscar a empatia com o entrevistado, para ser possível vivenciar ativamente os diversos

⁷⁴ A entrevista tinha início com roteiro e, à medida que se percebiam essas qualidades no entrevistado, partia-se para uma entrevista mais livre; ou descobria-se o potencial do entrevistado em um contato inicial e retornava-se para o relato de sua história de vida.

níveis de verbalização e toda a riqueza da experiência humana. Trata-se de uma disposição interna do pesquisador para acompanhar de modo ativo e crítico o que está sendo expresso, respeitando ao máximo o próprio processo de verbalização. Por fim ousar correr riscos ao se aventurar em uma pergunta que possa provocar a riqueza do produto final (MARRE, 1991, pp. 115-116). Outro cuidado foi não separar a história individual da história oral, mas, ao contrário, enfatizar o contexto social e comunitário da história de vida, bem como recriar as condições sociais da experiência relatada (*ibid.*, p. 118).

Por meio das histórias de vida, buscou-se uma leitura descontínua do social, uma vez que não se alcançará a substância da experiência humana vivenciada por um grupo só com relatos singularizados, verbalizados pelas pessoas que os compõem. Fez-se necessário portanto, uma ruptura entre o que foi dito por cada uma das histórias de vida e a totalidade delas, para se obter um significado reconstruído do conteúdo das histórias de vida (*ibid.*, pp. 133-134). Finalmente, o que se tentou não foi apenas coletar as histórias de vida para relatá-las e ilustrar a realidade social de modo realista, ou para salientar a história vivida de determinados indivíduos com citações apropriadas, mas resgatar as práticas sociais dos moradores para enfrentar as dificuldades do cotidiano, juízos de valores, relações de poder, dominação, subordinação e conflitos que compõem a convivência das pessoas.

5.5.4 O GRUPO FOCAL E A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES DO COTIDIANO (MARES)

A técnica de *focus group* foi desenvolvida inicialmente por Robert King Merton, em 1941, mas foi na década de 1980 que se estabeleceu mais amplamente como uma estratégia de pesquisa entre os cientistas sociais. Procura o sentido e a compreensão dos complexos fenômenos sociais, em que o investigador adota a estratégia indutiva de investigação com resultado descritivo (GOMES; GALEGO, 2005/2009, pp. 173, 175).

Morgan (1997 *apud ibid.* p. 175) define o *focus group* como uma técnica qualitativa para controlar a discussão de um grupo de pessoas. Uma de suas principais características é a observação e o registro das experiências e reações dos participantes do grupo, impossíveis de captar por outros métodos, como a observação direta ou as entrevistas individuais.

O grupo focal permite agilidade na coleta de dados, bem como uma multiplicidade de visões e reações emocionais no contexto do grupo. No entanto, é uma técnica considerada como uma ação não natural, que pode vir a inibir a espontaneidade do grupo (GOMES; GALEGO,

2005/2009, p. 175). A escolha do grupo focal aumentou a confiabilidade e a validade da investigação devido à sua contribuição para verificar a veracidade e a autenticidade dos fatos mencionados, pois enriqueceu a pesquisa e acrescentou elementos novos aos dados coletados nas entrevistas individuais, principalmente a possibilidade de resgate do aspecto relacional que o contexto de grupo foi capaz de revelar.

Um condicionante a ser discutido é a utilização do *focus group* entre pessoas conhecidas. Inicialmente, entre os critérios defendidos para a composição do grupo focal, os participantes não deveriam conhecer-se. No entanto, esse critério vem sendo amplamente contestado, principalmente em se tratando de comunidades estabelecidas, como é o contexto da pesquisa. Nesse sentido, Krueger (1994, p. 18) argumenta que

Focus groups have traditionally been composed of people who do not know each other – for years it was considered ideal if participants were complete strangers. More recently, however, researchers are questioning the necessity and practicality of this guideline, especially in community-based studies. In some communities it is virtually impossible to locate strangers. Caution should still be used when considering focus groups with close friends, family members or relatives, or work groups⁷⁵ (KRUEGER, 1994, p. 18).

Ao tratar da sua composição, Krueger (*ibid.*, p. 78) reforça indiretamente a possibilidade de realização de grupos focais entre conhecidos, quando faz uma ressalva à presença de marido e mulher no mesmo grupo focal, alegando que existe a tendência de um dos dois se manter em silêncio ou discordar da opinião do parceiro. Essa ressalva visa favorecer a fala dos participantes sem constrangimento, regra a ser seguida sempre.

Por adotar como referência a MARES (PINHEIRO; MARTINS, 2009), mesmo com ajustes, a restrição de formar os grupos focais com desconhecidos não foi considerada, pois essa foi aplicada em várias comunidades estabelecidas, pressupondo que a maioria das pessoas já se conhecia anteriormente e não houve prejuízo nos resultados encontrados. Na maioria das vezes a escolha dos participantes foi aleatória, seguindo-se os critérios:

- i) Não convidar quem já havia realizado entrevista individual;
- ii) Convidar quem se encontrava nas ruas ou em espaços coletivos;

⁷⁵ Grupos focais têm sido tradicionalmente formados por pessoas que não se conhecem – por anos foi considerado ideal se os participantes fossem completamente estranhos. No entanto, mais recentemente, pesquisadores estão questionando a necessidade e praticidade dessa orientação, principalmente em estudos em comunidades estabelecidas. Dever-se-ia ter cautela quando da realização de grupos focais com amigos próximos, membros da família, parentes ou grupos de trabalho. (Tradução Edinéa Alcântara e Tim Beech).

- iii) Ouvir sugestão dos moradores, semelhante à técnica da “bola de neve”;⁷⁶
- iv) Telefonar minutos antes de iniciar, reforçando o convite;
- v) Convidar verbal e aleatoriamente, para atingir um grupo mínimo de quatro pessoas.

Procedeu-se a uma adaptação da concepção e aplicação da MARES com os usuários e participantes do sistema de saúde pública (PINHEIRO; MARTINS, 2009). Na versão original, Martins (2009, p. 61) busca “[...] sistematizar os fundamentos de uma abordagem fenomenológica e hermenêutica⁷⁷ do cotidiano que nos ajude a desconstruir a superfície da vida comum de maneira a expor os planos de organização de intersubjetividades”. Para tanto, também incorpora os três níveis de organização moral e da identidade do sujeito referenciados por Honneth: a confiança, o respeito e a estima social (HONNETH, 2003). Com uma metodologia qualitativa, busca o resgate da complexidade simbólica das práticas sociais nos sistemas interativos que articulam a afetividade, a moral, o direito, a associação espontânea e a corresponsabilidade (MARTINS, 2009, p. 62; MARTINS, 2009a).

Associa o pensamento de Ricoeur (2006, p. 233 *apud* Martins 2009, p. 62) de que as lutas por reconhecimento podem transformar em estados de reconhecimento mútuo que se abrem para a pacificação, mesmo provisória. Essa passagem pode ser alcançada com o reconhecimento afetivo e de confiança nas redes primárias, de respeito e de direito nas redes secundárias deliberativas, e nas redes secundárias participativas em que se organizam as solidariedades organizativas e associativas.⁷⁸ Mas, como a abordagem de redes não é o foco da pesquisa, e também a tentativa de identificar as redes do cotidiano não obteve o resultado esperado, esse enfoque não será aprofundado. A abordagem confirmada foi a reciprocidade mútua em torno de objetivos mutuamente solidários (MARTINS, 2009, p. 63). A compreensão de redes que incorporem a luta por reconhecimento em sistemas de reciprocidades mútuos não ocorre sem problemas, pois a experiência do dom “é inseparável de sua carga de conflitos potenciais

⁷⁶ Técnica em que o entrevistado sugere uma outra pessoa a ser entrevistada. É usada quando torna-se difícil identificar os potenciais entrevistados (REA; PARKER, 2002).

⁷⁷ A fenomenologia tem como objeto de estudo o fenômeno, as coisas em si mesmas e não o que é dito sobre elas. A investigação fenomenológica busca a consciência do sujeito por meio da expressão das suas experiências internas e a interpretação do mundo pela consciência do sujeito com base em suas experiências. Um objeto é como o sujeito, o percebe, e tudo tem de ser estudado tal como é para o sujeito. A hermenêutica é a ciência filosófica voltada para a interpretação de um objeto, de um texto.

⁷⁸ Martins (2009a) defende a construção de uma reação sociológica e normativa contra o reducionismo e o utilitarismo do *network analysis*, que reduz a análise das práticas a modelos analíticos baseados em indicadores superficiais, como tamanho, densidade, que não consideram a complexidade dos sistemas de trocas e de relacionamento. O autor tece uma crítica contra a abordagem do *network analysis* por entender que se baseia nas teorias da escolha racional e do individualismo metodológico.

ligada à tensão criadora entre generosidade e obrigação.” (RICOEUR, 2006, p. 257 *apud ibidem*).

5.5.4.1 Os GRUPOS FOCAIS APLICADOS: PROPOSTA INICIAL E ADAPTAÇÕES REALIZADAS

A técnica de grupo focal agregou os aspectos relacionais em que os participantes se envolveram. Nos Apêndices D, E, F e G, encontram-se um relatório descritivo com os detalhes logísticos e operacionais, o roteiro planejado, convite e termo de concordância dos grupos focais realizados, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese dos grupos focais realizados

Grupo focal	Localidade	Data	Horário	Participantes
mulheres	V. Independência	19/12/09, sábado	10h 30	9 mulheres com idade entre 18 e 60 anos
mulheres	Abençoada por Deus	20/12/09, domingo	17h 30	4 mulheres adultas
jovens /adolescentes	Abençoada por Deus	29/12/09, terça-feira	17h 30	5 mulheres e 2 homens, com idade entre 13 e 21
crianças	Abençoada por Deus	07/01/10, quinta-feira	16h 30	11 meninas e 3 meninos com idade de 7 a 13 anos

A possibilidade de escutar grupos de interesse⁷⁹ agregou qualidade e olhares diferenciados à pesquisa. No entanto, o tempo e os custos para a aplicação nos três casos eram inviáveis para o porte da pesquisa. Portanto, optou-se por realizar grupos focais com mulheres, jovens e crianças apenas no Conjunto Abençoada por Deus, pois:

- i) É o maior estudo de caso pesquisado, com 428 unidades;
- ii) É uma solução habitacional emblemática – projeto arquitetônico, urbanístico e remoção/relocação das famílias – com alto nível de insatisfação dos moradores devido a violência, drogas, falta de trabalho e renda;
- iii) É a tipologia largamente adotada no Recife e em outras cidades, portanto supõe-se que um maior conhecimento da opinião e interesses dos distintos grupos de usuários, pode oferecer maior contribuição para o êxito da política habitacional;

⁷⁹ A escuta de grupos de interesse (mulheres, jovens, idosos, pedreiros e agentes de saúde) foi realizada durante o mestrado, com entrevistas individuais e questionários, com resultados e diversidade de opiniões que enriqueceram as reflexões.

- iv) A aglomeração de pessoas⁸⁰ que conversam, jogam, brincam, bebem ou fazem alguma atividade social, agrupadas por interesse, faixa etária ou gênero, demonstrava existência de distintos grupos;⁸¹
- v) A disponibilidade da Creche Lua Luar, com boas instalações dentro do conjunto habitacional, oferecia a facilidade logística de um espaço adequado.

Devido às dificuldades encontradas na condução, transcrição e variação do número de participantes, recomenda-se que o mínimo seja de quatro pessoas e o máximo sete.

Nos três primeiros grupos focais, o convite foi realizado no dia anterior, com a assinatura para firmar o compromisso de comparecimento e prestigiar a participação deles na reunião, o que está disponibilizado no Apêndice F. A confirmação dos convidados no dia anterior era baixa, de uma a duas pessoas, mesmo depois de serem convidados novamente, pouco antes de começar.⁸² Portanto, o convite no dia anterior não foi uma estratégia que funcionou. Algumas razões são apontadas, com vista a contribuir para outros grupos focais futuros:

- a. No caso dos grupos de mulheres, o horário não ajudou – final da tarde de domingo e sábado, no final da manhã. Porém, mesmo no sábado pela manhã, inconveniente para as donas de casa, houve uma grande frequência, mesmo não sendo as mesmas pessoas convidadas no dia anterior. No grupo de mulheres de Abençoada por Deus, um dos motivos mencionados foi a bebida no sábado à tarde. A diferença no número de pessoas entre os dois grupos (nove em Vila Independência e quatro em Abençoada por Deus) ocorreu devido à estratégia adotada nesse último: não insistir em convidar novamente todas as pessoas, ou mesmo outras. E, surpreendentemente, o grupo focal menor permitiu um melhor rendimento na discussão.

⁸⁰ Nos outros estudos de caso não havia essa aglomeração nos espaços coletivos, como em Abençoada por Deus. No Condomínio Dom Helder Câmara, eles estão morando há pouco tempo, e em Vila Independência as pessoas se encontram nos pátios, largos, ruas e em frente aos bares locais.

⁸¹ Também se agrupavam sem separação de idade ou gênero, tanto que foram vistos crianças, jovens e adultos juntos em atividades de lazer, particularmente no jogo de bingo, nas ruas internas do conjunto.

⁸² Em Vila Independência, chegou apenas uma convidada. Na volta à localidade foram trazidas as duas mulheres que se apresentaram para convidar outras. Em Abençoada aconteceu algo semelhante, então a pesquisadora passou a chegar um pouco antes e convidar, de forma aleatória, a quem encontrava, procurando contemplar, sempre que possível, moradores de toda a comunidade; mas a prioridade era para quem primeiro aceitasse participar do encontro.

- b. A dificuldade em cumprir compromissos, principalmente, se for “mais uma reunião”.⁸³
- c. O grupo das crianças foi completamente diferente dos demais. Os convites foram realizados momentos antes de o grupo focal começar e, ao contrário dos demais, houve um nível de adesão muito além da expectativa.⁸⁴ As crianças se sentiram valorizadas ao participar de uma reunião, o que dificultou a limitação no número dos participantes.

5.6 O CAMINHO DA ANÁLISE

Optou-se por realizar a análise qualitativa, com base nas fontes de evidências e depoimentos, por ser tal modalidade mais adequada ao estudo empírico (ALVES-MAZZOTI; GEWINDSZNAJDER, 2002).

Os relatos de episódios, opiniões, percepções e exemplos foram a base para as conclusões. Obviamente, buscou-se confirmar de diversas formas – entrevistas individuais de distintas pessoas ou grupos focais – a veracidade das informações. Nem sempre foi possível, mas pode-se generalizar que as conclusões foram constatadas por diversas fontes.

Buscou-se construir a análise com uma coletânea de narrativas, para apreender a riqueza de cada uma delas em particular e também para permitir que as narrativas sejam utilizadas mais facilmente na construção da interpretação mais ampla, agrupando-as, como um todo ou fragmentadas, em torno de temas comuns. Também se adotou a análise cruzada, em que a evidência oral foi tratada como fonte de informação para subsidiar o texto expositivo (THOMPSON, 1992, pp. 303-304).

⁸³ Nesse contexto também se incluem os jovens, cujo grupo focal foi realizado em uma 3ª feira no final da tarde, durante as férias escolares de dezembro. Muitos dos convidados jogavam bingo, conversavam, ou procuraram evitar a pesquisadora. Um dos rapazes convidados mobilizou quem estava com ele – três outras pessoas – e o grupo focal teve início com sete pessoas.

⁸⁴ A partir do momento em que as primeiras crianças começaram a aceitar o convite, rapidamente apareceram diversas outras e ficou difícil limitar a entrada, pois havia grande interesse em participar. Sentiam-se importantes por terem sido escolhidas. Uma das crianças chegou à creche quando já havia 13 outras, e a amiga dela mencionou que o pai disse que iria “apanhar”, caso não ficasse. Outra criança, com 13 anos, havia escutado em silêncio todo o grupo focal de jovens, e falou que agora gostaria de participar. Não houve como vetar estas duas últimas crianças. O lanche no final também pode ter sido um atrativo. Considerou-se na avaliação que foi muito difícil trabalhar com esse número de crianças; elas falavam ao mesmo tempo, muito excitadas. O excessivo número de crianças, a falta de experiência dos mediadores com o trabalho, com crianças, e a própria dificuldade de concentração delas, dificultaram a realização e a compreensão da gravação.

A interpretação dos depoimentos tomou por referência “A Representação do Eu na Vida Cotidiana”, de Erving Goffman. Entre os atores, existe uma tendência a se apresentarem melhores do que realmente são, e a minimizarem suas falhas com atitudes defensivas, representação e simulação de fachadas, e justifica: “Se nunca tentássemos parecer um pouco melhores do que somos, como poderíamos melhorar ou ‘educar-nos de fora para dentro?’” (COOLEY, 1922 apud GOFFMAN, 1985, p. 40). Muitas vezes, o narrador foi o herói, o vencedor, e sentiu-se confortável ao representar “quem gostaria de ser”.

[...] na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos por chegar a viver – esta máscara é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final a concepção que temos do nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas (PARK, 1950, p. 249 apud GOFFMAN, 1985, p. 27).

Mesmo tendo utilizado a metáfora do teatro na vida cotidiana, Goffman está interessado na “estrutura dos encontros sociais – a estrutura daquelas entidades que surgem sempre que as pessoas entram na presença física imediata umas das outras” (GOFFMAN, 1985, *op. cit.*, p. 233). Esse entendimento fez parte da interpretação das falas dos entrevistados.

Alguns entrevistados se situam em diversas categorias e suas falas foram usadas para tipificar a existência daquela categoria, numa amostragem exemplar. No entanto, isso não significa que se tenha configurado alguma tendência daquela categoria de situação encontrada, principalmente nas entrevistas individuais. Nos grupos focais, após certas falas havia uma certa influência na opinião dos participantes, fato já esperado desse instrumento de coleta.

Os depoimentos coletados foram editados e identificados com um título-resumo do depoimento e posteriormente enquadrados na categoria afim. Foram também classificados se seriam aproveitados para subsidiar a narrativa, ou se usados como citação, conforme fossem depoimentos fortes, regulares ou fracos, como critérios para julgar seu aproveitamento.

Os nomes são fictícios e acrescentou-se a letra L se fosse um líder, F para os depoimentos nos grupos focais, FM para o grupo focal de mulheres, FJ para o grupo focal de jovens, AB para os moradores do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, DH para os entrevistados do Projeto Dom Helder Câmara, VI para Vila Independência e OS para os Pedreiros Solidários.

PARTE III
RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 6

DÁDIVA E SOLIDARIEDADE EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA:
CATEGORIAS DE FATORES MOTIVADORES E INIBIDORES ANALISADOS

PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 6 – DÁDIVA E SOLIDARIEDADE EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA: CATEGORIAS DE FATORES MOTIVADORES E INIBIDORES ANALISADOS

Neste capítulo, serão tratados os resultados da pesquisa empírica, de modo a construir o arcabouço de análise das situações por meio de categorias e subcategorias que a pesquisa possibilitou identificar. A construção desse arcabouço buscou responder às principais questões norteadoras: *como a solidariedade emerge, se concretiza e se estabelece no cotidiano dos moradores de comunidades de baixa renda*, e a importância dessas práticas como um recurso potencial para enfrentar as dificuldades de sobrevivência em um cotidiano de escassez. São analisados: i) os condicionantes – contextos, motivações, necessidades, possibilidades, fatores (potencialmente) inibidores/facilitadores – que influem, ou não, no surgimento de práticas solidárias; ii) como se manifestam e se reproduzem as práticas solidárias no cotidiano do bairro, no *habitat* de moradia, e entre a vizinhança; iii) como essas práticas se manifestam e se reproduzem na construção de casas, focalizando as modalidades de ajuda mútua; iv) os desdobramentos na relação entre os envolvidos em consequência da dádiva, quando possível; e v) a relação com o espaço comum, se de cuidado ou de rejeição.

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma primeira consideração constatada nos grupos focais e também em entrevistas individuais é o surgimento dos discursos “prontos” e elaborados, ao serem demandados a falar sobre solidariedade e que expressam valores morais: “Solidariedade pra mim é a união, contribuir com o próximo [...] É amor, é você se ajudar e ajudar o próximo”, “ajudar a quem precisa”, “a gente ter amor, um pelo outro”, “respeitar a opinião dos outros”, “é você viver bem com seus vizinhos, ajudar, ser solidário, ajudar na comunidade”, “[...] é assim, um precisar do outro [...] Uns precisar dos outros, quando pode, um ajuda o outro, troca de amizade também, de conselho, pra mim tudo é solidariedade.” Os jovens definem solidariedade também de forma semelhante: “Ajudar o próximo, [...] A quem precisa.” “[...] Tirar os pobres que vivem na rua. [...] Os mendigos, as mulheres.”

Ao definirem a solidariedade, associam-lhe conceitos positivos, como se ela fosse algo idealizado, um valor moral a ser seguido, não como algo existente no dia a dia. No início dos grupos focais e em algumas entrevistas individuais, demonstram uma reação negativa à

existência de solidariedade. Ela não existe, as pessoas são egoístas, só pensam em si. Tal percepção está associada ao julgamento do outro, o próprio narrador não se vê como tal.⁸⁵ No entanto, à medida que as situações do cotidiano vão sendo expostas ou quando solicitados a descrever um momento da vida em que mais sentiram solidariedade por parte das pessoas, sempre têm algo a dizer por meio de relatos de grandes momentos de solidariedade entre eles: doação de comida, móveis, ajuda na construção da casa, acolhida de moradia, por exemplo. Poucos foram os participantes que não tiveram nada a declarar. Pode-se dizer o mesmo quando solicitados a contar um momento de suas vidas em que deram uma grande ajuda a alguém. Nesse momento, dão-se conta de que a solidariedade existe e existiu em suas vidas e que também são/foram solidários com alguém. A solidariedade não é algo distante de suas vidas, mas algo que esteve presente e foi importante em determinado momento.

Uma outra consideração a ser feita é a classificação da dádiva segundo a hierarquia entre os atores no que se refere a: i) sistema comunitário tradicional de dádivas e ii) dádiva igualitária e recíproca. No primeiro tipo, as modalidades de dádivas são mais hierarquizadas e verticalizadas, marcadas por um doador que aparece com mais força na organização do vínculo: Deus, o pai, o avô, a avó, o político, etc. Essa modalidade existia com muito mais frequência nas sociedades tradicionais. Nas sociedades complexas, ela aparece representada pela figura de Deus, do político, ou até do líder comunitário. Houve depoimentos de crédito a Deus, ao líder comunitário, ao prefeito, pela realização do sonho da casa própria. Na segunda modalidade, os atores se puseram em posição de igualdade um em relação ao outro. É uma modalidade mais comum entre os modernos e se classifica a grande maioria das dádivas identificadas e ancoradas na ajuda mútua.

A terceira consideração é em relação ao aspecto presente na maior parte das categorias, que é o bem-estar afetivo e social. Inicialmente, foi tratado como uma categoria específica associada à relação com o outro; no entanto, é um sentimento, que pode estar relacionado com a própria pessoa, associado à relação entre os atores e aos impactos que a dádiva pode provocar no doador e em quem recebeu a dádiva. O bem-estar afetivo e social pode potencializar a ocorrência de dádivas, como pode ocorrer em consequência dela. Pode ser causa e efeito da circulação de dádivas. Não foi tratado, portanto, como uma categoria específica.

⁸⁵ Mesmo tendo ocorrido demonstrações de egoísmo e de buscar pegar mais para si no lanche, em alguns grupos focais.

6.2 CATEGORIAS DE SITUAÇÕES (POTENCIAIS) DE (NÃO) CIRCULAÇÃO DE DÁDIVAS

As pesquisas, reflexões e análises levaram à classificação das categorias em dois grupos de situações: i) situações sociais, em que a circulação de dádivas não ocorre ou é dificultada, e ii) situações sociais (potenciais) em que a dádiva circula. Por sua vez, a análise das situações em cada um desses dois grupos foi realizada enfocando três contextos em que os fatores (des)motivadores estão associados: o contexto pessoal, o contexto do outro e o contexto espacial. A partir dessas três óticas distintas, foram identificadas situações que contribuem para a ocorrência de solidariedade e dádiva, ou situações em que cada um desses contextos dificulta sua ocorrência. A eleição das categorias de análise que cada situação contempla se baseou na interpretação dos depoimentos dos entrevistados e nas discussões nos grupos focais. As explicações e associações tomaram por base o referencial teórico escolhido e a pesquisa empírica realizada.

Um aspecto bastante relevante, que têm influência na circulação de dádivas, podendo restringi-las ou facilitá-las, está associado à (in)eficácia das políticas públicas. Quando alguma intervenção ou projeto de modificação espacial ou socioeconômica é implantado, podem ocorrer mudanças que causam impacto nos três contextos distintos. O foco da análise estará na política habitacional, procurando identificar os tópicos mais relevantes, segundo a percepção dos moradores, que contribuíram para inibir/facilitar as manifestações de solidariedade, os laços comunitários, a sociabilidade, a relação de (não)pertencimento ao lugar, tudo isso associado à satisfação com a casa e o lugar em que moram.

Essas categorias de situações encontradas estão sintetizadas nas Ilustrações 23 e 24, as quais estruturam a argumentação e a relação entre as categorias de situações encontradas em dois grandes grupos:

1. SITUAÇÕES SOCIAIS EM QUE A CIRCULAÇÃO DE DÁDIVAS NÃO OCORRE OU É DIFICULTADA – Por distintas razões, a dádiva pode ser inibida ou não ocorrer, apontando-se a ineficácia das políticas públicas como um dificultador, com rebatimentos nos três contextos. No contexto pessoal por individualismo egoísta e falta de realização ou bem-estar consigo mesmo. No contexto associado ao outro por dificuldades na relação com o outro e desagregação social. Associadas ao contexto espacial em que o indivíduo está inserido, aquelas relativas à solução técnica e à falta de pertencimento com o lugar.

2. SITUAÇÕES SOCIAIS (POTENCIAIS) EM QUE A DÁDIVA CIRCULA – Nesse grupo de categorias estão as situações em que a dádiva ocorre ou tem grande potencial para ocorrer. A expectativa de retribuição foi um fator motivador, que esteve associado aos três contextos referidos. Nos fatores relacionados com a própria pessoa estão os valores morais individuais e em retribuição a uma dádiva recebida. Nos fatores relacionados com o outro estão a relação com o outro e o seu contexto socioeconômico. Nos fatores associados ao contexto espacial, a solução técnica, que está associada à eficácia da política pública e os fatores associados à relação de pertencimento ao lugar, essas últimas serão tratadas no capítulo 9.

A eleição das categorias foi condicionada por: i) o referencial teórico seguido; ii) os estudos de caso analisados; iii) o contexto e o período de observação; iv) os depoimentos dos entrevistados, e v) o olhar do pesquisador, orientador e pesquisadores consultados. As categorias e os indicadores listados nos Quadros 3, 4, 5 e 6 irão conduzir a análise dos capítulos seguintes e associam as categorias com as variáveis e os indicadores respectivos e foram escolhidos devido à oportunidade de observação direta da ocorrência do evento, por noticiário na mídia ou pelo relato de um episódio em que o entrevistado se envolveu ou presenciou o envolvimento de alguém. Diversos depoimentos enquadram-se simultaneamente em distintas categorias.⁸⁶

Finalmente, a separação nos grupos nem sempre é possível, assim como o enquadramento em apenas uma categoria de situação. Determinadas situações tanto podem fazer parte de um grupo como de outro, havendo relação entre as categorias e não havendo claramente um limite definido, por isso estão representadas por linhas tracejadas. A categorização realizada teve o intuito de buscar melhor compreender os condicionantes facilitadores/dificultadores da ocorrência de dádiva e solidariedade, e não buscar isolar determinada categoria sem compreender a possibilidade das conexões e a complexidade de sua ocorrência no contexto do estudo. O caráter dinâmico e complexo da dádiva pode significar quebra de vínculos entre duas pessoas e gerar associação e solidariedade entre outras. São situações-limite, que inibem a dádiva, mas dialeticamente também potencializam sua ocorrência.⁸⁷ A própria natureza dialética das categorias também favorece essa multiplicidade de olhares e de perspectivas.

⁸⁶ Alguns indicadores foram listados, mas não verificados, a exemplo de levantamentos sobre o nível de criminalidade, o que demandaria enorme trabalho que foge ao foco da tese. No entanto, considerou-se relevante listar o indicador para subsidiar eventuais pesquisas futuras.

⁸⁷ Depoimentos de episódios de violência familiar, drogas e outros que bloquearam a dádiva entre os envolvidos, mas a circunstância mobilizou um terceiro ator para ajudar o agredido, por proximidade ou urgência da situação.

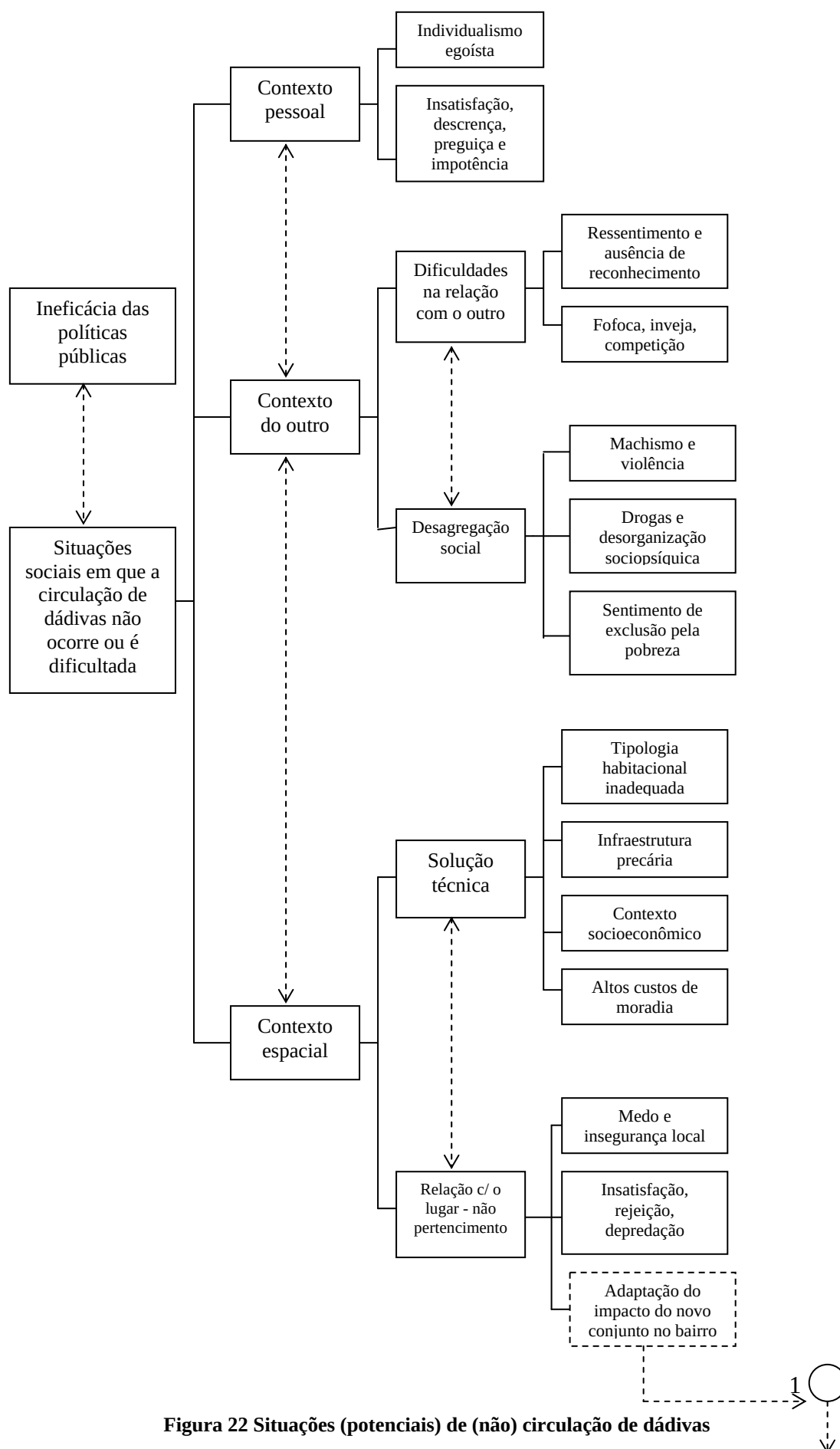


Figura 22 Situações (potenciais) de (não) circulação de dádivas

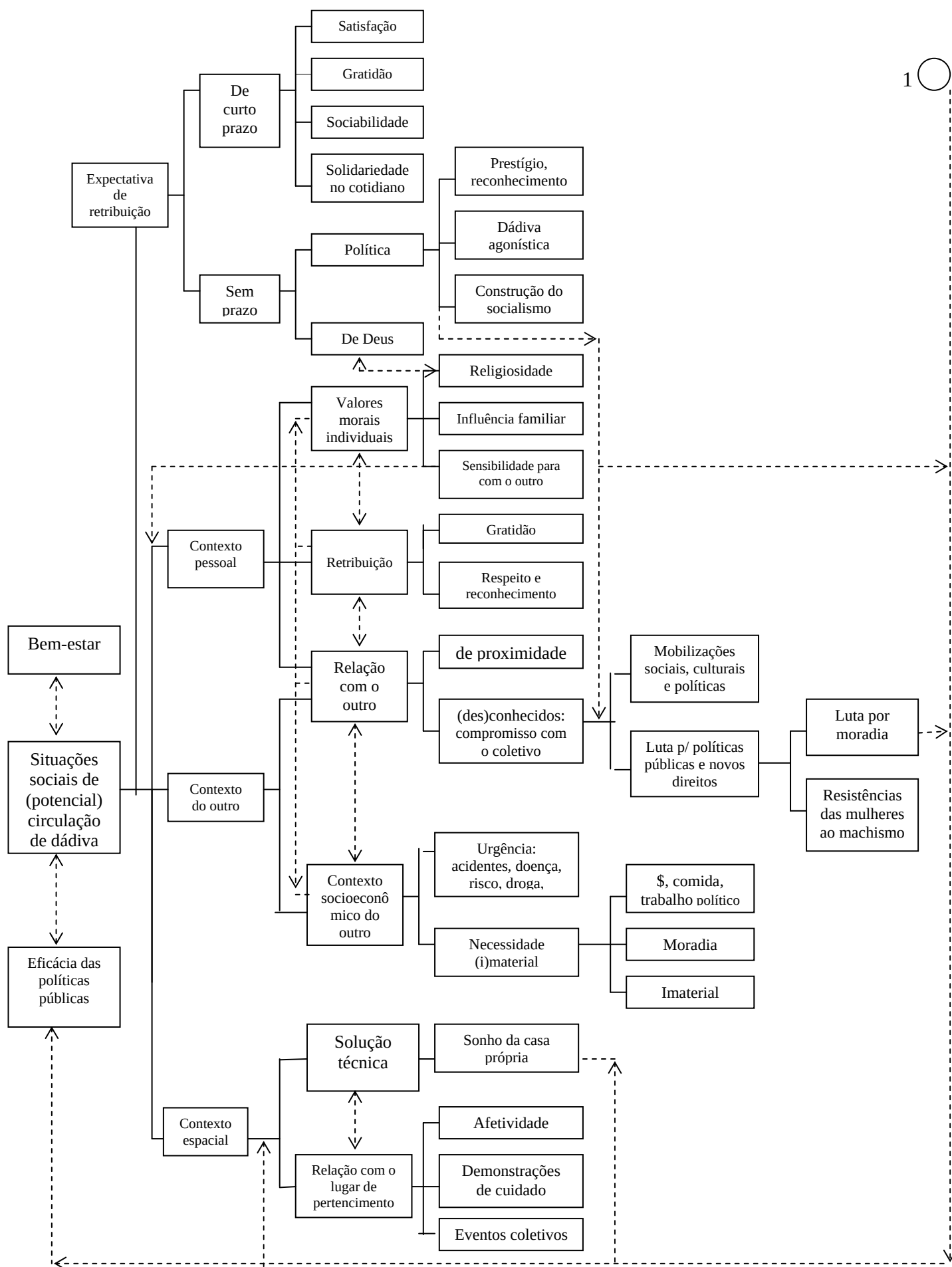


Figura 23 Situações (potenciais) de circulação de dádivas

Quadro 3 Situações sociais em que a dívida deixa de circular

Situações encontradas	Variáveis	Indicadores
Ineficácia das políticas públicas	Nível de falta de cuidado com o lugar, sujeira, depredação e manutenção das casas, entradas de blocos, ruas, calçadas, espaços comuns, coletivos, públicos Uso dos espaços comuns, coletivos, públicos Nível de insatisfação dos moradores com o lugar, a casa/apto onde moram Nível de discriminação sentido no bairro e no conjunto	Estado de sujeira, depredação e manutenção dos equipamentos coletivos e comunitários Estado das casas, entradas de blocos, ruas, calçadas e espaços comuns, coletivos e públicos: depredação, sujeira e manutenção Disposição de resíduos sólidos (lixo) e líquidos (águas servidas e esgoto) na rua ou em espaços coletivos ou públicos Sinais de privatização de espaços públicos e coletivos Depoimentos que revelam insatisfação com o lugar, a casa/apto em que moram Evidências de ineficácia das políticas públicas
Situações associadas ao contexto pessoal		
1. Individualismo egoísta	Nível de individualismo egoísta	Relatos e/ou evidências de episódios de individualismo egoísta
2. Sentimento de insatisfação generalizada, descrença, preguiça e impotência	Nível de insatisfação com a vida, de descrença, de impotência, de reclamação de tudo Nível de desemprego e falta de ocupação, falta de disposição para trabalhar, passividade	Depoimentos que revelam o sentimento de insatisfação generalizada, descrença, impotência, reclamação generalizada, constatação de preguiça Evidência e frequência de aglomeração de pessoas em horário de trabalho Índice de desemprego, renda, ocupação com biscates
Situações associadas ao contexto do outro		
1. Dificuldades na relação com o outro	Episódios que demonstram dificuldades na relação com o outro	Relatos e/ou evidências de episódios que demonstram dificuldades na relação com o outro
1.1 Quebra de vínculos, ressentimentos, ausência de reconhecimento	Nível de ressentimento, ausência de reconhecimento Ocorrência de quebra de vínculos	Relatos de episódios que revelam traições, ressentimentos, ausência de reconhecimento, quebra de vínculos, mágoas
1.2 Fofoca, inveja, competição	Ocorrência de fofoca, inveja, competição e outros comportamentos desagregadores	Relatos de episódios em que ocorreram fofoca, inveja, competição Presença de pessoas sentadas em áreas públicas e de circulação
2. Desagregação social	Episódios que evidenciam desagregação social: brigas, crimes, violência	Relatos e/ou evidências de episódios associados a desagregação social
2.1 Situações de machismo e violência	Episódios de machismo, brigas e violência envolvendo o entrevistado ou que ele presenciou na localidade	Relatos de episódios relativos a machismo, brigas e violência envolvendo o entrevistado, ou que ele presenciou na localidade Evidências de episódios associados a uma desagregação social
2.2 Situações de presenças de drogas e desorganização sociopsíquica	Episódios de consumo e tráfico de drogas e de desorganização sociopsíquica	Relatos e/ou evidências de episódios de consumo e tráfico de drogas e de desorganização sociopsíquica (observação direta, noticiário na mídia)
2.3 Situação de sentimento de exclusão devido à pobreza, crítica aos pobres, a quem vende o apto	Sentimento de exclusão por serem pobres Nível de crítica a outros pobres Nível de crítica de quem vende os aptos ou casas	Depoimentos que condenam os pobres Depoimentos críticos em relação às pessoas que estão vendendo, que não agradecem o que receberam

Situações encontradas	Variáveis	Indicadores
Situações associadas ao contexto espacial		
1. Solução técnica		
1.1 Tipologia habitacional (de apartamento) inadequada	Nível de insatisfação com o apartamento	Declarações de que não gostam do apartamento, que não se sentem bem, desconfortáveis, não conseguem respirar, sentem-se presos
1.2 Infraestrutura precária ou insuficiente	Nível de reclamação da insuficiência de infraestrutura (áreas de lazer, transporte coletivo, escolas, posto de saúde, guarita), disponibilidade, distância	Declarações de insuficiência de infraestrutura (áreas de lazer, transporte coletivo, escolas, posto de saúde, ausência de guarita), disponibilidade, distância Quantidade de equipamentos de infraestrutura, que revelam real insuficiência ou inexistência de infraestrutura (detalhado anteriormente)
1.3 Contexto socioeconômico	Nível de oferta de empregos, prestação de serviços, biscates e oportunidades de trabalho Existência de suporte assistencial (instituições que realizavam doações sistemáticas ou não)	Declarações que revelam a diminuição de oportunidades de trabalho Quantidades de instituições que realizavam suporte assistencial (doações de comidas, objetos) ou declarações que o atestem
1.4 Altos custos de moradia	Nível ou aumento de valor de obrigações financeiras (luz, água, condomínio, etc.)	Declarações que revelam o surgimento ou aumento de valor de obrigações financeiras (luz, água, condomínio, etc.) Existência de suporte assistencial ou declarações que o atestem
2. Relação com o lugar (de não pertencimento)	Nível de relação com o lugar, falta de cuidado, limpeza, aparência estética Uso dos espaços comuns, coletivos, públicos Nível de sujeira, depredação e manutenção das casas, entradas de blocos, ruas, calçadas e espaços coletivos e públicos Disposição dos resíduos líquidos e sólidos Formas de usos dos espaços comuns, coletivos, públicos (privatização) Nível de insatisfação dos moradores com a casa/apto e o lugar onde moram Nível de discriminação no bairro e no conjunto Sentimento de falta de pertencimento ao lugar	Estado de limpeza/sujeira, cuidado com o lugar, depredação e manutenção (casas, entradas de blocos, ruas, calçadas e espaços comuns, coletivos e comunitários) Disposição de resíduos sólidos e líquidos na rua ou em espaços coletivos ou públicos Sinais de privatização e mau uso dos espaços comuns, coletivo, públicos Relatos de como se sentem em relação ao lugar, casa/apto (medo, insegurança, insatisfação, constrangimentos por morar no local, etc.) Declarações que revelam não gostar do local, querer se mudar, morar numa casa, sentimento de apatia para sair de casa, sentimento de viver aprisionado no local, sentimento de rejeição ao local, não se sentir respeitado Declarações e evidências sobre rejeição e depredação de espaços comuns, coletivos, públicos e mobiliário urbano Evidências de ineficácia das políticas públicas
2.1 Medo e insegurança local	Nível de ocorrências/inspeções policiais no local Nível de criminalidade e violência no local	Relatos de presença de policiais, apreensão de drogas, violência, roubos, óbitos Quantidade de ocorrências/inspeções policiais no local, crimes (ou evidências) Número de brigas, furtos, roubos, crimes, “batidas” da polícia/mês Declarações que expressam medo e insegurança por morar no local
2.2 Insatisfação, rejeição, depredação	Nível de insatisfação com o lugar Nível de rejeição e depredação do lugar	Depoimentos que revelam: insatisfação com o lugar, não gostar, querer mudar, morar numa casa, sentimento de apatia para sair de casa, sentimento de viver aprisionado no local, sentimento de rejeição ao local, que não se sentem respeitados Evidências de depredação de mobiliário e espaços comuns/coletivos/públicos Depoimentos que revelam episódios de rejeição e depredação do lugar

Quadro 4 Situações sociais em que a dádiva circula com expectativa de retribuição

Situações encontradas	Variáveis	Indicadores
1. Expectativa de retribuição imediata	Nível de expectativa de retorno imediato da ajuda realizada	Depoimentos que atestam o sentimento de bem-estar em ajudar o outro, ou expectativa de ser recompensado(a), agradecido(a) pela ajuda prestada
1.1 Satisfação pessoal: sensação de prazer e de bem-estar	Nível de prazer individual Nível de prazer proporcionado ao outro	Depoimentos que revelam: prazer e sensação de bem-estar quando ajudam; a felicidade e a alegria que veem no rosto da pessoa que ajudaram
1.2 Expectativa de gratidão	Nível de gratidão e de reconhecimento esperado	Depoimentos ou declarações do tipo: ajudei e nem recebi um agradecimento, ao afirmar que não queria nada em troca, mas, quando recebeu, sentiu-se feliz, por ter sido reconhecido(a)
1.3 De sociabilidade e aproximação com o outro	Cordialidade, gentileza com o vizinho para manter uma relação de boa vizinhança	Depoimentos que relatam episódios em que ofereceu uma comida que fez, deu um presente, convidou para tomar um café, uma cachaça, uma cerveja, ou se prestou a alguma gentileza ou cordialidade
1.4 Solidariedade no cotidiano	Nível de expectativa de receber ajuda nas dificuldades e problemas do cotidiano	Depoimentos que atestam expectativa de ser recompensado(a): quando expressam que nunca sabem do futuro; um dia podem vir a precisar do outro; quando precisar vai poder contar com a pessoa; faz ao outro o que gostaria que fizessem a ele; “colhem o que plantam”; “é dando que se recebe”
2 Expectativa de recompensa sem prazo definido	Nível de expectativa de retorno, mas sem precisar o prazo, nem de quem virar o retorno	Depoimentos que revelam a expectativa de algum dia receber o retorno pela ajuda prestada
2.1 Expectativa de retorno de Deus	Nível de religiosidade e expectativa de que Deus vai recompensar pelo que fizer de bom a outrem O retorno não precisa vir da pessoa a quem ajudou	Depoimentos que atestam a crença de que Deus vai recompensar pelo que fizer de bom a outro. Respostas do tipo: ajudando o outro, Deus vai olhar para ele(a), Deus, que vê tudo, está vendo o que fez e pode recompensá-lo(a)
2.2 Expectativa de retorno político	Nível de respeito e reconhecimento esperados Nível de apoio político aos projetos Nível de apoio ao político com quem trabalham Nível de disputas por poder local	Depoimentos que revelam reconhecimento, respeito, poder e legitimidade como líderes, apoio ao projeto político que defendem; evidenciam vontade de se sentir importante, orgulho, vaidade com o trabalho que realizam; expectativa de apoio ao político com quem trabalham; cansaço pelo não reconhecimento Declaração de apoio ao candidato do líder comunitário Evidências de conflitos e disputas pelo poder local
Prestígio, reconhecimento, apoio político, distinção	Nível de respeito e reconhecimento esperados Nível de apoio político aos projetos Nível de apoio ao político com quem trabalham	Depoimentos que revelam reconhecimento, respeito, poder e legitimidade como líderes, apoio ao projeto político que defendem; evidenciam vontade de se sentir importante, orgulho, vaidade com o trabalho nas localidades; expectativa de apoio ao político com quem trabalham; cansaço pelo não reconhecimento Declaração de apoio ao candidato do líder comunitário
Quando a dádiva agonística culmina na disputa política	Nível de conflitos e disputas de grupos pelo controle político da localidade Nível de boicote ao trabalho do grupo opositor	Depoimentos com críticas ao que o grupo opositor realiza Relatos que apontam falhas, depreciação da ação, da credibilidade do outro grupo Evidências de práticas e condutas divisionistas que estimulam a disputa, o confronto, a desagregação, no intuito de ganhar espaço político e poder local
Compromisso com a construção do socialismo	Nível de compromisso com o socialismo Militância política em partidos socialistas	Depoimentos de compromisso político com a construção do socialismo Evidência de militância política em partidos que lutam pelo socialismo

Quadro 5 Situações sociais em que a dívida circula

Situações encontradas	Variáveis	Indicadores
Situações associadas ao contexto pessoal (motivações pessoais)	Valores morais, sentimento/vontade de retribuição, nível de bem-estar afetivo e social	Relatos que atestam valores morais, sentimento/vontade de retribuição, expectativa de recompensa, bem-estar afetivo e social
1. Valores morais individuais	Episódios em que ajudou para cumprir o dever	Depoimentos que associem a ajuda realizada ao cumprimento de um dever
Situações de presença de forte religiosidade	Nível de misticismo e de religiosidade Intensidade e natureza da fé em Deus Prática da religiosidade	Depoimentos que fazem menção a crenças, valores, o uso da palavra Deus, amar ao próximo, fazer pelo próximo, ao fazer algo para ajudar alguém está fazendo para Deus, ter de ajudar uns aos outros Intensidade/quantidade de vezes em que a crença em Deus é mencionada
Influência familiar positiva na formação de valores pela educação	Nível de generosidade pessoal para com o outro Episódios que justificam a ajuda prestada à educação familiar Valores morais adquiridos devido à educação recebida	Depoimentos que justificam a generosidade nos valores familiares ou educação que se materializam em generosidade com o outro Relatos de episódios em que ajudou alguém, algo que fez de generoso pela primeira vez, uma ajuda recebida de alguém Depoimentos sobre a generosidade de uma terceira pessoa Registro de horas de doação gratuita ou para receber almoço, passagem
Sensibilidade e solidariedade para com o outro	Preocupação com os direitos e sofrimentos do outro Ocorrência de episódios com evidências de sensibilidade, solidariedade para com o outro Visão de mundo e atitudes condizentes	Relato de episódios na sua vida em que demonstrou preocupação com os direitos e o sofrimento do outro (recentes ou passados) Relato de episódios de sensibilidade, solidariedade (do entrevistado ou de outros) Depoimentos de que estão no mundo para ajudar um ao outro
2 Situações de retribuição	Ocorrência de retribuição pela ajuda recebida ou que recebeu retribuição a uma ajuda que prestou	Evidências de ajuda por retribuição; relatos de episódios que recebeu/prestou ajuda em retribuição a uma ajuda prestada/recebida; recebeu muito da vida e das pessoas; depoimentos de crítica a quem não agradece o que recebeu (o apto)
Situação de gratidão por ajuda	Ocorrência de gratidão por ter recebido ou prestado ajuda	Evidências de gratidão e retribuição por gratidão Relatos de episódios em que sentiu gratidão por uma ajuda prestada ou recebida
Respeito e reconhecimento	Ocorrência de ajuda por respeito e reconhecimento que recebeu	Relatos de episódios em que prestou ajuda a alguém que o(a) reconhecia e respeitava
Situações associadas ao contexto do outro (motivação por o outro)	Nível de relação com o outro O contexto socioeconômico do outro	Declarações que revelam que foi o nível de relação com o outro que motivou a ajuda Declarações que revelam que o contexto socioeconômico do outro motivou a ajuda
1 Relação com o outro	Nível de generosidade pessoal com amigos, conhecidos ou estranhos Nível de bem-estar em relação à vida e às pessoas Ocorrência de eventos e atividades coletivas de sociabilidade	Depoimentos que revelam bem-estar afetivo pela proximidade do outro e se materializa em generosidade para com o outro, se recebeu muito da vida das pessoas Ocorrência de eventos coletivos: almoço, churrasco ou outra atividade coletiva de socialização, lazer, celebração, agregação, agradecimento por alguma ajuda recebida Relatos de episódios em que procurou ajudar um conhecido ou estranho
1.1 Relação de parentesco	Nível de generosidade para com parentes Nível de predisposição para ajudar parentes	Depoimentos que revelam bem-estar afetivo e generosidade para com parentes Relatos de episódios na sua vida em que procurou ajudar parentes
1.2 Relação de amizade	Nível de generosidade para com amigos Nível de predisposição para ajudar amigos	Depoimentos que revelam bem-estar afetivo e generosidade para com amigos Relatos de episódios em que procurou ajudar amigos

Situações encontradas	Variáveis	Indicadores
1.3 Relação de vizinhança	Nível de generosidade para com os vizinhos Nível de predisposição para ajudar os vizinhos	Depoimentos que revelam bem-estar afetivo e generosidade para com os vizinhos Relatos de episódios na sua vida em que procurou ajudar um vizinho
1.4 Ajuda a (des)conhecidos	Nível de generosidade associado à necessidade do outro ((des)conhecido)	Depoimentos que revelam bem-estar afetivo e generosidade Relatos de episódios em que procurou ajudar um (des)conhecido
1.5 Compromisso com o coletivo, comprometimento político-ideológico com o coletivo, militância e engajamento político-partidário	Nível de preocupação e envolvimento em causas coletivas: engajamento político em lutas pelo bem comum, por um mundo mais justo; tipo de filiação, militância ou engajamento partidário; compromisso com algum político	Evidências e depoimentos que revelam preocupação e luta por um mundo mais justo para todos, por interesses coletivos, melhoria do bairro, militância em organização comunitária, declaração de filiação político-partidária, militância ou ser dirigente de partido, vinculação partidária, mesmo simpatizante ou apoio a candidatos (nas eleições)
1.5.1 Situações de mobilização social, cultural e política	Ocorrência de mobilizações sociais, culturais e políticas Ocorrência de eventos e atividades coletivas de sociabilidade	Depoimentos sobre episódios de mobilizações sociais, culturais e políticas (passeatas, caminhadas, etc.) Observação direta e depoimentos de eventos coletivos: almoço, churrasco ou outra atividade com fins de mobilização, socialização, lazer, celebração, agregação, agradecimento por algum tipo de ajuda recebida
1.5.2 Situações de luta por políticas públicas e novos direitos	Ocorrência de mobilizações por políticas públicas e novos direitos	Depoimentos de episódios de mobilizações por políticas públicas e novos direitos (infraestrutura, saúde, educação, etc.)
Luta por moradia	Ocorrência de processo, eventos e atividades de luta por moradia Ajuda recebida na construção da casa	Evidências de processo, eventos e atividades de luta por moradia Depoimentos de episódios e atividades de luta por moradia; de participação na construção da casa do outro ou ter recebido ajuda para a construção de sua casa
Situações de resistências das mulheres ao machismo	Ocorrência de mobilizações para empoderamento e resistência das mulheres	Observação direta de eventos de luta por moradia e depoimentos que revelam empoderamento das mulheres e, em consequência, resistência ao machismo
2. Situações relativas ao contexto socioeconômico do outro (dificuldades e necessidades)	Nível de necessidade, dificuldade e urgência do outro devido ao contexto socioeconômico	Depoimentos que revelam que a ajuda ocorreu devido ao grau de necessidade, dificuldade e urgência do outro Relatos de episódios em que ajudou, recebeu ajuda ou presenciou a ajuda de alguém
2.1 Gravidade e urgência: acidentes, doença e risco de vida	Ocorrência de atos de ajuda em acidentes, doença, prestar socorro	Evidências de socorro em situação de doenças, acidente Relatos de episódios de socorro por acidente, doença, que recebeu ou prestou
2.2 Necessidade (i)material	Ocorrência de atos de ajuda material e imaterial	Evidências e depoimentos de quem doou e quem recebeu dinheiro, comida, indicou um trabalho, doou horas Evidências e depoimentos de ajuda prestada/recebida de ajuda imaterial
Necessidade (\$, comida, trabalho)	Ocorrência de ajuda de dinheiro, comida, trabalho	Evidências/depoimentos de quem doou/recebeu ajuda em dinheiro, comida, trabalho
Necessidade de moradia	Ocorrência de episódios de ajuda na construção ou melhoria das casas	Evidências de ajuda na construção ou melhoria da casa Relatos de que recebeu/prestou ajuda na construção da casa, doação de horas
Necessidade imaterial	Ocorrência de atos de ajuda imaterial	Evidências de escuta, conselho e consolo em situações difíceis e conflitos Relatos de episódios de escuta, conselho e consolo em situações difíceis e conflitos de família, amigos e vizinhos (recebido ou prestado)
2.3 Situações de droga, machismo e violência doméstica	Ocorrência de atos de ajuda (recebida ou prestada) em situações de drogas, machismo e violência	Evidências de ajuda em situações de existência de drogas, machismo e violência Relatos de ajuda em situações de drogas, machismo e violência (recebida/prestada)

Quadro 6 Situações sociais em que a dádiva circula na relação com o lugar

Situações encontradas	Variáveis	Indicadores
Situações associadas ao contexto espacial (de eficácia nas políticas públicas)		
1. Solução técnica		
1.1 Satisfação com a casa própria	Nível de satisfação com a casa/apto	Depoimentos de que gostam e o quanto estão felizes com o apto, com a casa
2 Relação de pertencimento ao lugar	Nível de zelo e cuidado com o lugar: limpeza, organização Nível de satisfação em morar no lugar Os amigos que fizeram no lugar Conforto, qualidade de vida e bem-estar	Evidências e depoimentos que demonstram zelo e cuidado com o lugar Depoimentos que revelam gostar, estar satisfeito, feliz com o lugar em que moram; em que mencionam as amizades que fizeram no lugar; preferem morar no local e o justificam com vantagens oferecidas em qualidade de vida e bem-estar Relatos de episódios que revelam satisfação e amor pelo lugar
2.1 Situação de afetividade, identidade com o lugar onde morava e onde mora agora	Nível de zelo e cuidado com a casa, espaços públicos, coletivos, o lugar em que mora Nível de organização, limpeza, estética da casa, rua, calçadas Nível de satisfação com o lugar e a casa em que moram	Evidências (observação direta) e/ou depoimentos sobre zelo pelo espaço público, coletivo e privado, a casa (frente), jardins, terreno, entrada dos blocos, calçadas, ruas, praças, espaços coletivos e privados: limpeza, ordem, plantas e objetos decorativos que revelam preocupação estética; usos dos espaços público/coletivo; disposição e acondicionamento dos resíduos sólidos e líquidos Depoimentos, observação direta ou evidências de atividades individuais/coletivas de cuidado dos espaços públicos/coletivos: mutirões para plantio, limpeza, capinação, regularização, aterro, etc. Relatos de episódios que revelam gostar do local onde moram ou moravam
2.2 Situação de demonstração de cuidado, valorização do lugar - onde morava antes ou onde mora agora	Nível de cuidado com a casa, o lugar e o ambiente Nível de prazer individual em morar no lugar Nível de respeito e reconhecimento Tipo de filiação, militância ou engajamento em lutas em defesa do meio ambiente Participação em lutas coletivas para a melhoria da infraestrutura do bairro	Evidências da limpeza da casa, calçada, rua, espaços públicos/coletivos Depoimentos que falam de episódios de cuidado/zelo com a casa e os espaços públicos/coletivos; revelam gostar e sentir-se bem com limpeza, ordem, morar em um lugar organizado, limpo ou que atestam o incômodo com a sujeira, desarrumação, desorganização; revelam orgulho, prazer, zelo e cuidado com a casa (reconhecimento como uma “boa dona de casa”); demonstram que não devem jogar os dejetos no quintal do outro ou em espaços públicos/coletivos; demonstram preocupação com a natureza e o meio ambiente; fazem parte ativamente de alguma organização comunitária ou participou de luta para a melhoria do bairro onde morou ou mora Atividades coletivas de plantio, limpeza de que participou ou presenciou
2.3 Situações de organização de eventos de mobilização, socialização, celebração	Ocorrência de eventos e atividades coletivas de sociabilidade	Observação direta e depoimentos da existência de eventos coletivos: almoço, churrasco ou outra atividade coletiva com fins de socialização, lazer, celebração, agregação, agradecimento por algum tipo de ajuda que receberam



CAPÍTULO 7

QUANDO A DÁDIVA É INIBIDA: SITUAÇÕES E CONDICIONANTES ANALISADOS

CAPÍTULO 7 – QUANDO A DÁDIVA É INIBIDA: SITUAÇÕES E CONDICIONANTES ANALISADOS

Nesse capítulo, serão buscadas evidências e analisadas as situações em que a dádiva não circula ou encontra dificuldades para circular, numa tentativa de identificar e caracterizar os contextos em que ocorrem para que o conhecimento dessas situações possam servir de subsídio para políticas habitacionais mais eficazes.

7.1 SITUAÇÕES DE INEFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A ineficácia das políticas públicas atinge os sistemas comunitários tradicionais, pois esses possuem muitos limites, com a presença de fortes traços patriarcalistas e autoritários. Mas, em situações de pobreza, a solidariedade familiar passa a ser um recurso importante para a sobrevivência comunitária em termos econômicos, políticos e lúdicos: é o mutirão, é a luta dos sem teto, são as brincadeiras populares. Com o crescimento das práticas utilitaristas na vida cotidiana, amplia-se o isolamento dos atores locais e os laços se fragilizam, o que aumenta as incertezas, a violência e o desamparo.

Nas situações inibidoras de circulação de dádiva, a ineficácia das políticas públicas assume centralidade, pois pode vir a fazer surgir dificuldades na relação com o outro, levar à desagregação social, com rebatimentos socioeconômicos e na relação com o lugar, devido à inadequação da própria solução arquitetônica e urbanística. Essas categorias de situações podem ter relação e/ou contribuir uma com a outra, sendo representadas nas Ilustrações 23 e 24 por linhas tracejadas. Deve-se salientar, no entanto, que a relação de causalidade entre a ineficácia da política pública e as situações de categorias analisadas nem sempre ocorre, mas mantém uma associação como se verá nas situações encontradas.

A política pública que é o foco da análise será a política habitacional. No entanto, observa-se a necessidade de refletir sobre as possibilidades de outras políticas públicas também inibirem a ocorrência de dádivas.⁸⁸

⁸⁸ O depoimento a seguir ilustra como a política pública de educação pode influenciar na formação de valores: “[...] eu sempre estudei em escola de governo [...] era uma escola muito simples, mas os professores tinham amor e educavam. [...] quando a gente tava na escola obedecia e elas tinham voz ativa. Hoje os alunos batem no professor... [...]. Eu sou contra esse Estatuto que dá toda liberdade à criança. Criança deve ter amor, trabalhar no tempo certo, mas [...] tem criança que tem que ter uma educação muito severa, pra mostrar que o mais velho tem mais autoridade, mas não pode ser assim: o filho bater na cara do pai que o pai vai devolver com uma boa porque não pode dar uma tapinha. Tem que ser uma surra! [...] Os direitos humanos são só pra errados, eu duvido um ladrão matar pai de família e assumir os filhos e a viúva. Isso não acontece. [...] Precisa tudo ser consertado, até aqueles que são certos termina entrando no erro porque é o jeito.” (D. Conceição, DH)

No Projeto Dom Helder Câmara, foram poucas as críticas à política pública. No período das entrevistas as casas estavam em construção e o momento representava mais uma conquista do que insatisfações. No entanto, uma crítica relevante se refere ao regime de mutirão e provém do grupo político opositor à Associação, agente executor do projeto, pois era preferível não ter a obrigação de cumprir as 16h semanais. Os que defenderam essa posição tentaram influenciar os mutirantes a não cumprirem as horas. No entanto, a crítica às dificuldades de poder cumprir com tal obrigação por parte de quem trabalha deve ser considerada. A solução de mutirão possui muitos limites quando as pessoas trabalham, e apresenta-se como mais fácil de obter sucesso com desempregados, como ilustra o depoimento a seguir.

Eram 16 horas semanais que a gente tinha compromisso. Hoje acho que foi um dos defeitos, onde acho que erramos. Como é que a gente entra num financiamento que trabalha e como é que a gente vai dizer que vai dar 16 horas por semana se a gente só tem o sábado e o domingo? [...] Era do trabalho pra casa, de casa para o trabalho [...]. As 16 horas todo sábado e domingo tinha que pagar. [...] sobrecarregou, então gerou muito deficit de horas [...] muitas famílias foram sacrificadas [...] porque não tinham condições de arcar, [...] eram 64h/mês. Então não tinha como conciliar [...] aí ficaram devendo e esse débito gerou alguns problemas. (Roberto, DH)

Havia também o limite de 60 anos para a participação no projeto, mas surgiu uma solução para se incluir quem tinha mais idade: um parente assumiu formalmente o financiamento perante a Caixa, como ocorreu com a mãe desse morador, o que ilustra como um critério excludente na política pública pode estimular mecanismos para “driblar” a norma, fazendo de um impedimento uma oportunidade para a ocorrência de dívida.

As pessoas estavam com necessidades, morando de aluguel. [...] pra não ficar pagando dois aluguel, vieram embora. [...] a Caixa Econômica [...] lançou o carnê pra todo mundo pagar sem mesmo a casa estar pronta. [...] Assim, foi uma coisa boa mas, foi tirado o direito nosso de receber a coisa completa, direita, porque isso aqui não é dado, a gente está pagando e não devia receber dessa forma [...] É vinte anos [...] de noventa (reais). [...] Ela paga o mesmo valor porque o financiamento da casa não está no nome dela [...]. A filha dela fez, porque a idade dela não permitia fazer. [...] a Caixa financia até os 60 [...] muitas famílias ficaram de fora. (Roberto, DH)

Em Vila Independência, uma participante do grupo focal manifestou insatisfação com a espera para a solução da moradia e as dificuldades para a população com essa faixa de renda pagar aluguel. Os líderes comunitários também mencionam a morosidade na viabilização dos pleitos, o que gera desgaste e descrédito.

Queria que os homens chegassem pra gente definir isso. [...] porque eu preciso, eu não posso pagar casa. Sabe quanto é o aluguel de uma casa? É cento e cinquenta, com água e luz também, como é que eu posso? Pra passar fome com minha neta e com minha filha, que mora comigo? Aí [...] tem

gente que saíram, foram morar fora, pegaram uns terrenos lá mas eu nunca fiz isso. Estou no meu barraquinho, pequenininho mas estou. Por que? – Porque eu prefiro. Eu não vou sair pra ficar na rua. [...] o meu dinheiro todinho pra pagar aluguel de casa e ficar passando fome, com uma criança? – Não. Estou no meu barraquinho porque eu não tenho onde morar. (F, VI)

No entanto, a ineficácia da política pública foi majoritariamente identificada no Conjunto Habitacional Abençoada por Deus. As mudanças nos hábitos de moradia estão potencializando muitos conflitos. A conta de água é coletiva e o nível de inadimplência por parte de alguns faz com que outros tenham de assumir o pagamento de algo que não consumiram. Havia blocos em que a água estava atrasada três meses. Somado às dificuldades de arcar com os custos da nova moradia, há o maior inconveniente que é a segurança, com o sentimento de uma maior índice de tráfico de drogas do que anteriormente. Logo no primeiro mês, o centro comunitário foi depredado por jovens moradores sob efeito de droga.⁸⁹

Quase todos os entrevistados declararam que o sentimento de comunidade era maior na antiga Abençoada por Deus, e que havia mais proximidade e solidariedade entre os moradores. A tipologia habitacional de apartamento pode estar provocando uma maior distância e isolamento entre os moradores. Todo esse cenário tem levado ao repasse e aluguel dos apartamentos.

Uma outra entrevistada declarou que não estava feliz e que preferia “voltar para os ratos e pras baratas, que não faz mal a ninguém”. Ela tem medo quando a filha desce e se assusta até com fogos, pensando serem tiros.

Todos os entrevistados, mesmo de forma distinta, declararam alguma insatisfação por morar em apartamento. Não foi oferecida outra opção de escolha, como ilustra esse depoimento:

[...] é um lugar muito preso. Você tem que ficar trancado, como numa prisão mesmo. Totalmente diferente de morar numa casa. [...] Eu sabia como era, eu já conheci desde o começo porque eu fazia parte da comissão. Ou você vinha morar aqui, ou ficava sem moradia. Você não tinha escolha: era pegar ou largar. Não tinha indenização, ou você vinha morar, ou ficava na rua. Eu não tenho condições de pagar aluguel de casa, então eu tinha que aceitar. Mas se tivesse outras opções [...] eu aceitaria [...] sem ser aqui. (Vitória, AB)

Quando perguntada sobre o que ganhou ao participar do projeto, menciona o apartamento, mas não acha tão bom quanto a casa que tinha: “Nada, só o apartamento mesmo onde morar. Que não é tão digno como lá.” (Vitória, AB) Outros confirmam: “[...] só é o apartamento que é bom. [...] As vizinhas, não presta! (risos) [...] energia, paga; água, paga...” (FM, AB)

⁸⁹ Coincidentemente, no dia 18 de janeiro de 2010, foi transmitido no programa de TV “Bronca Pesada”, de Cardinot, da TV jornal, que havia sido preso um homem no Conjunto Habitacional Abençoada por Deus com diversas pedras de *crac*. O policial entrevistado declarou que o local era suspeito de tráfico de drogas.

Há quem declara que gosta, mas ficou distante do trabalho e sente vontade de voltar ao lugar onde morava – vender o apartamento e voltar para mais perto da família: “Acho que ficou melhor; agora a minha mãe estava querendo se mudar, porque ficou muito longe (do trabalho do pai). [...] Voltar pra lá, pra vila. [...] a gente queria vender, sair daqui [...] fica perto mais da família da gente. [...] na Madalena [...] Moram num bairro [...] nobre.” E se tivesse a oportunidade de escolher entre morar aqui e morar pra lá, ela afirma “Ficar lá.” (Edna, AB) Gostam da condição de moradia que o apartamento oferece, o conforto de ter luz, água, mas ter de pagar por isso é uma condição que muitos não conseguem cumprir. “Melhorou [...] porque aqui tem energia [...] água encanada, estrutura da casa. [...] só foi isso mesmo. Porque em termos de... mais gasto, [...] aqui tem água, luz pra pagar, lá a gente não tinha essa responsabilidade, e pra quem tá desempregado... [...] não tem goteira, que lá tinha muito.” (Joana, AB)

Por sua vez, o processo de remoção das palafitas também marcou alguns moradores, devido à espera e à maneira como foi feita a mudança das pessoas. Três mulheres atestaram o sofrimento que foi a remoção. Uma entrevistada menciona que perdeu pertences na mudança.

[...] a gente passou um dia e uma noite no escuro, nós com a última pessoa [...] só foi duas família que passou na favela, sem luz, sem água e sem teto. Tiraram as telhas, tiraram a luz porque naquele momento o caminhão da prefeitura fechou, não trabalhou mais e a gente ficou no meio da rua, só com as paredes, mas sem energia. (FM AB)

Houve quem deixou o cachorro, porque não o encontrou, houve quem teve a casa incendiada. Uma outra entrevistada expressa seu sentimento ao deixar a casa e vir para o conjunto: “Foi muita dor, foi muito triste. Eu nem fiquei na hora de derrubar, eu fui embora. Eu fui uma vez lá, me deu uma dor dentro do coração, [...] nem olhei lá pra parte que tá derrubado.” (Vitória, AB) Foram “arrancados” do local onde moravam, sem direito a escolha.

A separação dos antigos vizinhos foi outro aspecto mencionado, o que pode contribuir para não gostarem do lugar. Técnicos da prefeitura declararam que buscaram preservar os antigos vizinhos juntos, mas os moradores atestam que foram separados, pois não moram no mesmo bloco. Para alguns, isso contribuiu de forma negativa; outros, mesmo morando um pouco mais distantes, continuam estabelecendo relações de amizade.

Há um posto de saúde em frente ao conjunto, mas houve quem achasse melhor o posto de saúde da Torre. No grupo focal, as mulheres responderam que falta um vigilante, um guarda municipal, uma guarita, demandas associadas à segurança e citam também iniciativas preventivas, como cursos profissionalizantes para ocupar os jovens e “tirá-los da droga”.

Um sentimento negativo em relação a morar no conjunto e à própria comunidade foi identificado nos vários grupos focais. Quando perguntados sobre o que achavam em relação à comunidade, os jovens respondem: “De bom ou de ruim? (risos) Essa comunidade aqui é péssima. [...] Porque as amizades daqui é pior. (Antes) Era melhor porque aqui é tudo distante... [...] Lá era melhor.” Os laços de amizade diminuíram. Como a maioria dos entrevistados, os jovens também se sentiam mais comunidade na favela.

A integração da antiga comunidade com o entorno da Vila Santa Luzia não ocorre no atual lugar, onde se sentem hostilizados. Algumas crianças revelaram esse sentimento de hostilidade que sentem na escola.

Uma entrevistada declarou que os vizinhos pedem ajuda e também ajudam uns aos outros; no entanto, na antiga Abençoada a ajuda mútua era maior; lá se conhecia mais gente: “Porque lá a maioria das pessoas eu conhecia, aqui não, tem muita gente que eu não conheço. [...] Lá o povo era mais amigo, aqui não, depois que vieram pra cá todo mundo se afastou.” (Edna, AB)

Mesmo que a maioria dos moradores da antiga comunidade Abençoada tenham vindo morar nos apartamentos, ela declara não conhecer muita gente que está morando no conjunto. O importante é que, na percepção dela, a mudança para os apartamentos contribuiu para o afastamento das pessoas, o que se reflete na diminuição da sociabilidade e no potencial de desintegração que essa tipologia pode provocar. Os moradores se reuniam para conversar, beber, mas não é como lá. Esses são alguns indicativos de ineficácia da política pública, os quais serão tratados como categorias associadas à solução técnica, podendo interferir na relação com o lugar, na relação com o outro, e inclusive, contribuir para desagregação social.

7.2 SITUAÇÕES ASSOCIADAS AO CONTEXTO PESSOAL

Motivações de natureza pessoal podem inibir a circulação de dádiva, pois sua (não) ocorrência possui um fator motivador associado aos valores do indivíduo. Há pessoas que possuem uma predisposição diferenciada para ajudar o outro, o que favorece a circulação de dádivas e são importantes para a sua ocorrência. Valores morais individuais como religiosidade, influência familiar e sensibilidade contribuem para que o indivíduo tenha mais ou menos predisposição para ajudar o outro. No entanto, o componente negativo desse fator motivador é muito difícil de ser identificado ou inferido dos depoimentos. As pessoas não declaram suas razões pessoais para não estarem predispostas a ajudar o outro, daí a

dificuldade de inferir a contribuição de tais fatores para a não circulação de dádiva. Por isso, esses fatores não são apontados como dificultadores da circulação de dádiva. Os fatores de ordem pessoal identificados são consequência dos fatores motivadores associados a valores morais individuais, como o individualismo egoísta e a insatisfação individual com sua vida, que pode levar a uma insatisfação generalizada, à descrença e à impotência, passividade e incapacidade para o trabalho, demonstrada na preguiça. O individualismo egoísta analisado refere-se a situações e atitudes de não cumprimento das normas, abuso de direitos e falta de solidariedade com a necessidade do outro.

Uma moradora de Abençoada por Deus conta a dificuldade e o sofrimento para estruturar a vida com a filha, a procura de trabalho, a moradia na casa de parentes e as agressões e maus-tratos sofrido pela filha, quando veio morar no Recife, na volta de São Paulo:

Cheguei aqui (em Recife) não tinha onde morar, a família não queria, minha filha sofreu muito, eu saía pelo meio do mundo de manhã chegava de noite, às vezes com fome; chegava, minha filha tava mordida, que os meninos das minhas sobrinhas mordiam. Teve uma vez que eu cheguei em casa, tava tudo roxo assim, porque o menino tinha chegado e mordido a bochecha da minha filha. Lá vai eu levar a menina pro hospital, tava roxo, roxo. (Vitória, AB)

Em Abençoada por Deus, houve muitos exemplos de problemas cotidianos, gerados por práticas individualistas, que podem inibir a ocorrência de práticas solidárias, podendo ser fonte de conflitos e brigas entre os vizinhos: o som alto, a bebida em excesso, a disposição do lixo em local inadequado.

A falta de solidariedade também foi sentida por uma moradora de Vila Independência, que não obteve ajuda para reerguer o barraco em uma das duas vezes que caiu.

As situações associadas à (in)satisfação estão diretamente relacionadas ao fator motivador positivo de bem-estar. Não sentir bem-estar e satisfação consigo mesmo, com sua vida, pode inibir a ocorrência de solidariedade. Esse sentimento pode estar associado a uma política pública que não promoveu o bem-estar.

Depoimentos evidenciaram sentimentos de insatisfação, desânimo e falta de esperança, que podem levar ao sentimento de impotência. Também se materializaram na reclamação crônica para expressar a insatisfação com as condições de exclusão em que vivem. Essas reclamações generalizadas também denunciam a ausência de reconhecimento por parte de uma sociedade que os exclui, ou lhes destina políticas públicas que funcionam precariamente. A ineficácia das políticas públicas não se refere apenas à política habitacional: falta-lhes trabalho, renda mínima para viver dignamente, acesso a educação, saúde e transportes públicos eficientes.

Obviamente, esse sentimento de exclusão tem causas pessoais, socioeconômicas e psicológicas mais profundas e complexas. O recorte dado buscou identificar a relação que as condições de moradia e a insatisfação com o lugar em que moram podem ter em relação a esse sentimento de ordem pessoal.

Nesse sentido, os grupos focais possibilitaram que as reclamações surgissem com mais força do que nas entrevistas individuais, por se tratar de um espaço coletivo de fala/escuta. Uma opinião negativa ganhava a adesão e a concordância dos outros participantes. O que se percebe é uma forma distinta da luta por reconhecimento da abordada por Honneth. As situações observadas não chegam a se caracterizar como uma expressão de luta, mas a reclamação se expressa e contagia quem se sente identificado. Possivelmente, a oportunidade de mais momentos coletivos, em que essas reclamações pudessem materializar-se, pudessem levar a alguma forma mais organizada de reivindicação e de luta. Daí mais uma vez a importância de projetos habitacionais que propiciem e fortaleçam os encontros, a troca, e mesmo as ‘reclamações’.

O desenho urbano pode contemplar pequenos pátios e locais que facilitam o agrupamento de pessoas para conversarem e aliviarem o stress da luta cotidiana. Na favela, eles tinham esses momentos. A casa térrea também facilita que tais momentos ocorram: “Não, aqui é cada casa com as portas fechadas. Não tem, assim, como desabafar, conversar, sabe? E lá não, lá a gente botava o banquinho na frente, ficava conversando.” (Vitória, AB)

Uma forte descrença é em relação à amizade, à solidariedade, aos vizinhos, no início do grupo focal, como no depoimento de uma moradora de Vila Independência.

Amizade é que ninguém é amigo de ninguém, ninguém faz amizade com ninguém. [...] Deus é a única amizade que tem, quando se acaba [...] onde a gente mora, ninguém é amigo não, é cada um por si, ninguém respeita a vida de ninguém não. Minha vizinha do lado, ‘ah mas fulana é minha amiga’. Minha amiga nada! Minha amiga era minha mãe e Deus levou. Acabou-se. Eu tenho [...] umas conhecida. (Patrícia, F, VI)

Sobre vizinhos há quem tenha uma visão negativa, que está associada a uma visão pessimista das pessoas. Os depoimentos dos jovens ilustram bem.

Sinceramente, é tudo fofoqueiro. (risos) Nenhum presta não [...]. Ninguém respeita ninguém. [...] Tem mulher que é safada. [...] Tem mulher que o marido vai trabalhar ela vai ‘botar gaia’. [...] Tem mulher que não tem o que comer, com um monte de filho aí. E vai ter mais um, vai ter mais outro. Vai ficar tudo na rua. (FJ, AB)

Os jovens caracterizaram-se como um grupo que não se sente reconhecido. A falta de atendimento a seus interesses, necessidades, oportunidades de participação, e as normas de convivência impostas levam os jovens a se sentirem sem poder e discriminados: “Porque se a gente fala, vêm com violência. [...] tem dia que isso está desligado, você quer ligar, ah não pode. [...] Você não pode falar nada.” Em outra fala, a reclamação do que está errado soa como se nada pudesse dar certo no local: “[...] Esse negócio desse lixo aí... [...] Está horrível isso aí e tem uma placa bem grandona na árvore: ‘Não jogue lixo’”. Esse pessimismo tem raízes na falta de reconhecimento de seus direitos, desejos e necessidades, o que exacerba o sentimento de impotência, o que os leva a se acomodarem e a não lutarem para mudar a realidade. E expressam isso.

É, não se pode jogar bola. [...] De que adianta a gente lutar pela melhoria se a gente sabe que a presidente... (do conjunto) [...] Não adianta de nada [...]. A gente faz um abaixo-assinado e não sabe a quem levar, a quem dar... À Prefeitura? Um bando de adolescentes com um papel na mão; na Prefeitura vão olhar pra cara da gente, vão dizer o que? (Eduardo, FJ, AB)

Essa constatação vai de encontro à tese de Axel Honneth, de que a falta de reconhecimento pode vir a propiciar mobilizações sociais. Uma leitura poderia apontar que os jovens não se veem enquanto categoria capaz de promover mudanças sociais, o que está explicitado no depoimento. Também não vislumbram nenhuma forma efetiva de serem escutados nos seus anseios, nem de luta para terem seus direitos garantidos. Uma outra leitura poderia estar associada ao crescimento da violência e das drogas como uma forma, mesmo negativa, de luta social pelo reconhecimento de seus direitos. Ao mencionar a solidariedade recebida da família, os jovens associaram o reconhecimento familiar quando estavam presos:

[...] da família. [...] Da minha mãe, só. [...] Ela me ajudava. [...] Quando eu estava preso. [...] Foi, no COTEL. [...] Aí quando está lá a família da gente fica ‘babando’ a gente, fica fazendo visita, leva coisa, bota a gente lá no céu. Quando a gente tá na rua fica aí dizendo coisa pra gente, tirando onda. [...] É que a família da gente não ajuda a gente. [...] Aqui fora não ajuda. (FJ, AB)

Mas, quando estão presos, sentem que a família os ajudam: “bota a gente lá no céu”. Inconscientemente, isso pode contribuir para que se envolvam com drogas ou atividades violentas e destrutivas como forma de conseguir o reconhecimento dos familiares, que, mesmo temporariamente, tal atividade pode oferecer. Mas, de fato, os jovens de Abençoada por Deus não encontraram uma forma organizada para suas reivindicações. O sentimento de que não há espaço de participação, de que adolescentes e jovens não são ouvidos, não são reconhecidos como categoria, inibe qualquer iniciativa.

Apesar de alguns reconhecerem que algo pode ser feito coletivamente, outros acham que nada adianta: “Era bom fazer um mutirão aqui, limpar... [...] Não adianta não, sabe por que? Amanhã já está tudo pixado de novo. [...] A mesma pessoa que diz que vai falar pra não pixarem, termina pixando.” (JF, AB) Têm consciência de que há maior efetividade em uma atuação coletiva do que individual. “Era melhor coletivamente porque individualmente não vai dar em nada. [...] Sozinha você está fazendo em vão [...] Quando falta água aqui [...] e a COMPESA não vem, toca fogo aí na frente, o povo com as panelas: ‘Queremos água’. Foi, tocaram fogo ali, era muita gente.” (JF, AB)

Uma das candidatas a presidente assumiu a reivindicação deles para a construção de uma quadra, mas perdeu a eleição. Quem ganhou foi a candidata que os jovens não apoiaram. Sentem-se minoria: “[...] são poucos jovens pra muitos adultos.” O sentimento é de falta de confiança na força deles próprios, e percebem o quanto é difícil a mobilização para uma ação coletiva. Mas têm consciência de que precisam de conhecimento e de informação, o que evidencia sua receptividade a projetos educativos que tragam conhecimento.

É que ninguém conhece nada. É que às vezes a gente nem gosta de mexer nessas coisas porque sabe que no final não vai dar em nada. [...] é que a gente tenta, tenta, aí vem ela que tem mais poder que a gente, vai e passa por cima. Aí a gente desiste, acabou-se. [...] No começo todo mundo se juntava, tava tudo direitinho, arrumadinho. [...] Deixaram a turma acabar com tudo. (JF, AB)

Há também uma crítica em relação à preguiça de quem não quer trabalhar, como inibidora da ajuda do outro para indicar trabalho. O depoimento a seguir critica o ócio das donas de casa que se permitem o lazer de contemplação nos espaços coletivos e de circulação, como algo que evidencia a falta de disposição para o trabalho. Quem se comporta dessa forma não tem uma postura ativa diante da vida, não dá valor ao trabalho, então, não pode ser ajudado.

Se eu passo de manhã pra trabalhar [...] aí tem três mulher sentadas; elas estão trabalhando? [...] Cinco horas da manhã, você está na sua casa, ou está dormindo. [...] Hoje eu me acordei eram seis e meia [...]. Eu estava almoçando aquela hora. Não tava na casa do vizinho, tava trabalhando. Aí eu acho que uma pessoa que vive de manhã até a noite sentada numa calçada, a gente não pode dizer assim: essa pessoa tem coragem de lutar. Pra mim não tem. [...] não tem capacidade da pessoa [...] dizer [...]: ‘Fulana, tu queres trabalhar em tal canto?’ (Vera e outras, FM, AB)

Nesse item são apontadas algumas evidências de como uma política pública ineficaz pode contribuir para a motivação pessoal de ajudar o outro e para os laços de solidariedade entre os moradores. A falta de reconhecimento aparece como um dificultador da sensibilidade para com o outro. É como se pensassem “se ninguém ‘liga’ pra gente, por que a gente vai ‘ligar’

pra alguém?”, o que pode gerar um sentimento de insatisfação generalizada, de descrença nas instituições e nas pessoas, levando a um sentimento de impotência, de incapacidade, pode levar até à preguiça. Esta última possui causas socioeconômicas bem mais complexas e pode estar associada à passividade e à apatia. A dificuldade de trabalho e a baixa remuneração, associadas à sensação de incapacidade para lidar com as dificuldades cotidianas, pode imobilizar e contribuir para consolidar a atitude passiva de espera de que ‘façam algo por eles’: o Estado provedor de soluções. Essa postura também inibe a circulação de dádivas.

O individualismo egoísta pode exacerbar-se com a tipologia de apartamento. A formalidade de convenções e regimentos inerente a condomínios exige o estabelecimento de regras e normas de convivência coletiva, impõe hábitos distintos daqueles observados nos assentamentos espontâneos onde costumavam morar. Essa tipologia tende a facilitar o desenvolvimento de atitudes de individualismo egoísta, que podem gerar conflitos associados a altos níveis de poluição sonora,⁹⁰ consumo excessivo de álcool e drogas, destinação inadequada de resíduos sólidos, por exemplo.

Essas situações foram percebidas mais fortemente no Conjunto Abençoada por Deus, pois é o local onde ocorreu um projeto habitacional, e os grupos não foram escutados nas suas necessidades e desejos. Os depoimentos constituem uma evidência de que uma política pública ineficaz, que não discute os interesses de todos os grupos de moradores, pode potencializar atitudes que virão contribuir para a apatia, a passividade, a não participação, e até em sua face pró-ativa negativa, para a depredação dos mobiliários, pichações, etc.

7.3 SITUAÇÕES ASSOCIADAS AO CONTEXTO DO OUTRO

A ineficácia da política pública habitacional não necessariamente tem relação de causalidade na relação com o outro, mas a alta densidade dos conjuntos habitacionais tende a intensificar conflitos entre os vizinhos, o que dificulta a circulação de dádivas. A vivência nesses conjuntos exige muitas vezes decisão coletiva, que envolve o bloco, ou até o conjunto habitacional como um todo, podendo facilitar as possibilidades de conflito. A conta de água coletiva por bloco de apartamentos é um exemplo. Diversos conflitos ocorreram, pois alguns têm que pagar pelo consumo do outro, sob pena de ter cortada a água no seu apartamento.

⁹⁰ Foi constatado um apartamento no 3º andar com música em um nível insuportável, mesmo no térreo.

As situações associadas ao contexto do outro que se mostraram mais relevantes foram subdivididas em duas modalidades: as associadas às dificuldades na relação com o outro no nível das relações interpessoais, e as situações que contribuem para a desagregação social, com impactos e repercussões, portanto, em níveis mais coletivos.

7.3.1 SITUAÇÕES DE DIFICULDADE NA RELAÇÃO COM O OUTRO

Dentre as situações de dificuldade na relação com o outro, é possível salientar: i) a quebra de vínculos, ressentimentos, ausência de reconhecimento, e ii) situações de ‘fofoca’,⁹¹ inveja e competição.

Na primeira subcategoria, encontram-se os depoimentos que expressaram queixas, quebra de vínculos por alguma briga, traição, decepção, falta de reconhecimento e ressentimento. A mágoa declarada por uma moradora de Vila Independência, devido à traição de uma amiga, revela o ressentimento e a descrença que passou a ter para com as pessoas. Esse exemplo é emblemático do caráter dinâmico e da complexidade do sistema da dádiva, o qual pode levar à mudança de uma relação pautada na amizade, na ajuda mútua e na confiança para a desconfiança, o ressentimento e a traição.

[...] uma que era minha amiga, vivia dentro da minha casa, roubou meu marido, nas minhas costas. Depois disso aí, a amizade pra mim... [...] era assim, saía, deixava a filha dela comigo, eu ia buscar a filha dela no colégio. Eu considerava ela minha amiga porque tudo o que acontecia com ela dentro da casa dela ela me contava, por isso eu confiava nela. Depois disso eu confio na minha mãe, que Deus levou. Nem as minhas irmã [...] eu fui traída dentro da minha casa... [...] Ela chegava pra mim e dizia, olha eu digo a você coisas que eu não digo a minha própria mãe, eu acreditava nela porque eu era amiga dela. Mas depois dessa eu não confio mais em ninguém. (F, VI)?

Uma outra menciona a quebra do vínculo com uma amiga: ajudou a amiga quando estava operada, mas, quando precisou da amiga, não pôde contar com ela. Esse é um clássico exemplo de dádiva, em que o vínculo está pautado na ajuda mútua: conta-se com o outro. Foi gerada uma expectativa de retribuição e, quando ela não ocorreu, a relação ficou abalada.

Ajudei já. Muitos anos já. Ela se operou e não tinha ninguém para cuidar dela [...] Aí eu cuidei dela, tudinho, mas a hora que eu mais precisei dela ela não me deu a mão. [...] Porque eu estava desempregada, cheguei pra ela, depois que ela ficou boa, ela trabalhando, falei pra ela, [...] arrumar emprego pra mim, e ela me deu as costas. Ela é muito fria pra mim. [...] Não, fiquei (magoada) não. Hoje eu falo com ela e tudo. (F, VI)

⁹¹ Associa-se aqui a fofoca à preocupação com a vida alheia, à disseminação de comentários maldosos, com ou sem a intenção de provocar discórdia ou desagregação.

Um outro sentimento que pode inibir a ocorrência de dádivas está associado à falta de respeito, à ausência de reconhecimento de direitos e ao abuso de poder por parte das instituições, como está ilustrado no depoimento de uma moradora de Abençoada por Deus em relação ao comportamento da polícia: “Violência, a polícia não respeita, chega, não quer saber quem é certo, quem é errado. Às vezes entra, parece que tá lá na Rocinha, no Rio de Janeiro.” (Joana, AB)

Os jovens e as crianças não se sentem reconhecidos enquanto categoria pelos adultos do conjunto e expressam o sentimento de não haver lugar para eles. À discriminação no bairro soma-se a discriminação interna no conjunto. Para os dois grupos, a falta de equipamentos de lazer, como uma quadra, é um exemplo de que não têm vez. Seus interesses não são respeitados. Esse sentimento de discriminação contribui para a sensação de não pertencimento ao lugar, de não se sentirem acolhidos ao chegarem ao bairro. Sentem-se rejeitados na nova moradia. “Porque não gostavam da gente. É muito perto de comunidades que são contra a Torre, está entendendo? Aí vem meter bala aqui, querem pegar os caras daqui, isso foi no começo, morreu muita gente.” (Eduardo, FJ, AB)

As crianças sentem discriminação na escola⁹² por morarem no Conjunto Abençoada por Deus, conhecido como Cotel, um presídio estadual, possivelmente pela violência e tráfico de drogas. O depoimento a seguir é ilustrativo do sentimento de discriminação:

Vem no ônibus, [...] quando vai descer do ônibus o motorista do ônibus fala pra você: ‘Ei senhora, aí é o Cotel?’ (risos) Aí eu digo a ele: ‘É não, moço, é a casa da sua mãe.’ Aí no outro dia o que é que acontece? Eu fico com medo que é o mesmo motorista do ônibus, porque eu falei da mãe dele e a gente não deve falar da mãe de ninguém. (Vera, FM, AB)

Mesmo essa senhora, que declarou gostar do local e que as pessoas deveriam valorizar o lugar onde moram, tem o sentimento de discriminação por morar lá. O sentimento de gostar do apartamento fica comprometido com a violência, que repercute na imagem do conjunto no bairro. Como não gosta de ouvir o lugar onde mora ser comparado a uma prisão, revida a brincadeira. No entanto, também chama o local de Cotel, pois o compara a uma cadeia.

Aqui é uma cadeia sem dever [...] É que a gente veve preso. [...] Sabe como é o nome daqui? – Cotel. [...] Nós aqui é Cotel. [...] É uma prisão, porque não tem pra onde ir aqui. [...] A gente vai na cidade aí chega aqui de oito horas, vem num táxi. Vai entrar? ‘Não senhora, eu não entro nesse prédio não.’ [...] Tem muitos táxis que não entram aqui não. (FM, AB)

⁹² Foge ao recorte da pesquisa investigar as raízes desse sentimento em relação aos moradores do entorno, no entanto, suspeita-se ser a competição por emprego e infraestrutura de serviços públicos no bairro uma das razões, pois sentimento semelhante foi expressado em relação ao Conjunto Habitacional Clube do Automóvel.

No Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, os exemplos de quebra de vínculos, de desconfiança e de ressentimento estão associados ao processo de construção. Uma líder comunitária explica que houve desconfiança em relação às horas doadas entre os mutirantes, mesmo com um controle rigoroso no apontamento das horas. Outra entrevistada, mãe de uma moradora, sente-se ‘lesada’ na contabilização do número de horas para a filha. No início, a participação nas mobilizações coletivas contava como horas; participou de muitas mobilizações que, na sua opinião, não foram contabilizadas.

Eu levei a vida dando hora (para a filha), mas quando foi agora vieram dizer que as horas não existiam. Participei aqui desde o início, desde as reuniões chamando as pessoas de casa em casa pra ocupar o Cardozo. Eu lutei pelos 200, não só por ela, por todos. Eu tenho casa. Eu ia pra reunião dos Correios [...] eu tava ali, eu tava aqui. E eu posso dizer que tudo o que a gente fazia tinha 8 horas. [...] Quando foi agora eu soube que minha filha não tinha nem metade das horas, isso é injustiça, eu tô hoje doente. (D. Conceição, L, DH)

O depoimento dela traz uma história de luta por moradia, como que a reclamar a legitimidade e o reconhecimento do seu envolvimento e luta. Na fala seguinte, há o sentimento de ter sido enganada e de sua luta não ser reconhecida, o que também é mencionado por outros líderes comunitários. Ela atribui a separação do marido ao seu envolvimento na luta coletiva.

[...] depois de tudo que eu passei... até marido eu perdi por causa do movimento, por causa dessa luta. Então eu me sinto revoltada, eu passava aqui, eu tinha muita vontade de vir antes, mas eu não tinha coragem de entrar, de revolta. [...] Eu tinha um sonho de fazer isso aqui, coisas maravilhosas. Eu me sinto revoltada porque eu fui enganada, e depois de me usar, jogaram fora. E hoje eu tô doente por conta disso, desilusão, decepção, angústia, tristeza, entrei numa depressão, e fui obrigada por ordem médica a me afastar daqui, ou eu morria. (D. Conceição, L, DH)

No depoimento seguinte é explícito o desejo de ser reconhecida. Era militante do MLB, mas rompeu com o grupo que coordenou o projeto. Por trás do ressentimento existe a disputa pelo poder político local e pela participação nas decisões. A mágoa está sendo elaborada com a ajuda da religiosidade, componente presente em muitas falas.

E eles sabem disso. [...] eu tenho uma parcela pra isso tudo que tá acontecendo. Mas fizeram com que muita gente aqui hoje teja contra mim, fui chamada até de ladra; nunca peguei um centavo, ao contrário, eu pagava. Essa é a minha revolta, mas já tá passando, porque eu venho pedindo a Deus, muito dentro de mim, hoje já consegui entrar, tô trabalhando e eu espero que daqui pra frente eu coloque amor que eu tinha antes por tudo isso aqui, por cada uma dessas pessoas que vieram morar aqui, porque eu só aconselhava, só buscava as pessoas e sempre dizia: vamos ser uma grande família, mas eles próprios fizeram [...] ficar um contra o outro... (D. Conceição, L, DH)

Sua história de vida traz outras perdas, como da mãe,⁹³ duas casas que o pai possuía e outra casa. Houve dificuldades burocráticas para financiar uma casa no nome dela, então colocou-a no nome do cunhado, e depois ele ficou com a casa. Mas, mesmo sendo-lhe tirado um direito, conformou-se e não quis lutar. Esse episódio ilustra o nível de resignação presente em pessoas de baixa renda diante da reivindicação de seus direitos.

Com o dinheiro que eu recebi dele eu comprei a casa..., mas fizeram coisa errada comigo [...] Aí ela (a sogra) disse: ‘Ô, minha filha, você bota no nome do seu cunhado, porque quando resolver isso você não tem um emprego, aí você não perde a casa. Aí depois ele compra uma casa no seu nome ou lhe devolve a casa.’ [...] eu acreditei. [...] Botei no nome do cunhado; 230 mil na época. [...] O cunhado tomou, ele já morreu, nem sabia direito da história. Agora tá com a família, com as irmãs. Eu fui morar na casa com tudinho [...] depois que eu saí da casa pra morar nesse quatinho que até o pastor queria tomar uma atitude, aí eu disse: ‘não, deixe pra lá.’ (D. Conceição, L, DH)

Ela morava com os parentes do ex-marido: no entanto, devido a conflitos teve de deixar a sua casa. O sentimento de ser enganada e roubada, inclusive pelo INSS, está presente em sua vida.

Eu saí porque dava problema, eu às vezes saía pra receber dinheiro ... [...] aí ela tinha raiva porque eu saía, mas eu deixava o almoço pronto; fazia tudo de noite [...]. Deixei tudo, levei só uma estantezinha, a televisão, as camas, me deram um fogãozinho, e fui morar no quatinho. Eu recebia o INSS [...] fui roubada pelo INSS, hoje eu tô ganhando o salário, mas antes eu ganhava metade! [...] eu fui muito enganada, fui muito besta. (D. Conceição, L, DH)

Outro aspecto de quebra de vínculos e confiança foi o não cumprimento de acordos entre os mutirantes para a retribuição de horas ou ajuda em serviços.

A mutirante dizer que ‘me ajude a terminar minha base que eu ajudo a terminar a sua base’, aí o beneficiário ia lá, contribuía, terminava a base. [...] Quando chegava no dia daquele beneficiário contribuir para o outro, não estava lá presente. Vinham as reclamações: ‘eu ajudei Fulano, ele não me ajudou, eu vou fazer a minha, sozinho.’ (Paula, DH)

Houve representantes⁹⁴ que se aproveitaram da dificuldade de alguns mutirantes e foram contratados para realizar serviços que seriam feitos em mutirões coletivos pelo MLB.

[...] teve beneficiário que não precisaria cavar a base dele por conta da idade, por ser deficiente. [...] ficou acordado que iríamos fazer um mutirão para cavar a base deles, mas tinha representante que sabia disso e cobrava as pessoas pra cavar a base. [...] as pessoas não sabiam [...] pagou o rapaz pra cavar, o rapaz não cavou a base: [...] ‘a senhora não precisa cavar [...] o MLB vai fazer um mutirão pra cavar a base de vocês.’ (Paula, DH)

⁹³ “Ah, eu tinha uns 2 anos. [...] (a mãe) morreu de parto do meu irmãozinho. Meu pai ficou sozinho [...] na época, tinha duas casas. [...] a gente perdeu as nossas casas. Depois ele encontrou essa mulher [...] Ela tinha 3 filhos, papai [...] tinha 6, aí houve umas discórdias [...] eu era mais nova, aí eu sofri mais.” (D. Conceição, DH)

⁹⁴ Pessoas que recebiam uma remuneração simbólica de cerca de R\$ 10,00/dia para trabalharem as 16 horas para quem não tinha disponibilidade de tempo. Muitas vezes esse representante era alguém da própria família.

Esses comportamentos de não retribuição, de levar vantagem, conduzem à falta de confiança, “ingrediente” essencial para a ocorrência de dádiva e da solidariedade.

Outra modalidade de situações desagregadoras foram fofoca, inveja, preguiça e competição, citados como inibidores de manifestações de dádiva e solidariedade, principalmente nos grupos focais de Abençoada por Deus. O que parece indicar que o adensamento associado à tipologia habitacional verticalizada tende a favorecer a ocorrência dessas manifestações.

O depoimento a seguir, feito no grupo focal de mulheres, aponta a fofoca e a intriga como inibidores da solidariedade. Salienta a importância da sociabilidade, pois a ajuda ao outro pode depender de conhecer o outro. Projetos que promovam a proximidade entre as pessoas podem contribuir para o fortalecimento de vínculos e para potencializar a solidariedade.

Fofoca, que impede a pessoa a fazer o favor para aquela outra. [...] ‘Tu vai fazer isso, fulana? Ele não merece não, rapaz.’ [...] Como é que eu posso confiar nela se eu não conheço ela? Como é que ela pode confiar em mim, se ela não me conhece? [...] Eu vou ver no dia a dia o movimento daquela pessoa. Se eu vejo que o movimento daquela pessoa é um movimento bom eu já vou confiando. (FM, AB)

Os jovens mencionaram a fofoca que os adultos fazem em relação às jovens quando as veem conversando com algum homem casado. A delação também foi apontada como uma postura negativa. Intriga e fofoca foram consideradas práticas que geram brigas e discórdias.

A competitividade demonstrada por ‘quem conta vantagem’ gerou desconforto em uma moradora, principalmente a censura por não haver colocado o marido na justiça. As vizinhas contam vantagem em relação à situação dela, por ter sido trancada pelo marido. Associa os vizinhos a algo ruim ao mencionar que o que recebe dos vizinhos é fofoca.

O depoimento a seguir explicita que a oportunidade para a fofoca está na falta do que fazer, na falta de ocupação, nesse caso associada à preguiça. No entanto, salienta a sociabilidade construtiva, de conversar sobre trabalho, saúde, filhos, mas busca não intrometer-se na vida dos outros, principalmente em brigas. Ela toca em aspectos importantes, como a distância e o respeito à vida do outro, mencionado, em muitos depoimentos, para facilitar a convivência.

Tem muita gente falando de muita gente porque não tem o que fazer. Aí só tem o que fazer se tiver emprego? Não. Na sua casa você tem o que fazer. [...] tem água todos os dias [...] energia. [...] Pode ir agora, lá no meu bloco, vai ver algum morador [...] no hall, no terraço. [...] chega uma, conversa, é poucos minutos e já entra [...]. Quando a gente sai pra falar é trabalho, saúde [...]. Se tem alguém brigando noutro bloco e a gente vê ‘[...] ali está pegando fogo’. Desiste [...] é assim que a gente deve viver num lugar humilde como esse. Se a gente souber viver, a gente vai bem. (Vera, FM, AB)

O que está implícito nesse depoimento é que a possibilidade que agora têm de acesso a serviços básicos, como água e luz, também oferece a oportunidade de poder cuidar melhor da casa. Com água e luz, é possível manter a limpeza e a organização e fazer algo produtivo, ao invés de perder tempo se preocupando com a vida dos outros, o que evidencia como os serviços básicos de água e luz são imprescindíveis para a conservação de hábitos de higiene, limpeza e cuidado com a casa e com o lugar.

As situações que inibem a circulação de dádivas por dificuldade na relação com o outro, no nível interpessoal, foram, principalmente, ressentimento, ausência de reconhecimento, fofoca, inveja, preguiça e competição.

O ressentimento surgiu da quebra de confiança, ausência de retribuição, traição. A dádiva não retribuída levou à quebra da aliança, do vínculo social, à guerra (MAUSS, 2003; GODELIER, 2001). Da relação de confiança, de amizade e troca que havia, recebeu-se traição, não reconhecimento, o que evidencia os potenciais impactos das dádivas não retribuídas.

Nas situações de fofoca, inveja, competição, está implícita a disputa por espaço, poder, recursos, o que no cenário de escassez dos assentamentos de baixa renda oferece grandes possibilidades de multiplicação. A vontade de ter o que o outro tem, de falar sobre a vida do outro, também está associada a um nível pessoal de insatisfação com sua própria vida. No entanto, não é fácil ser generoso para com o outro se lhes foi negado tanto. Possivelmente, melhores condições de vida que levassem a um maior nível de satisfação poderia diminuir a ocorrência dessas situações.

Constatou-se igualmente, que o traçado das ruas e a verticalização são aspectos a serem considerados na definição do projeto urbanístico, os quais podem contribuir para intensificar ou minimizar o controle das pessoas e a prática da fofoca. O formato sinuoso das ruas na favela permite uma maior privacidade em relação ao controle que os apartamentos verticalizados oferecem.

7.3.2 SITUAÇÕES DE DESAGREGAÇÃO SOCIAL

Nas situações inibidoras de dádiva em nível macro, foram identificadas a desagregação e falta de coesão social, próximas à anomia.⁹⁵ Tais situações foram subdivididas quando associadas

⁹⁵ Durkheim (1999) denomina anomia as situações de desordem social, de falta de cumprimento de regras.

a: i) situações de machismo e violência; ii) existência de drogas, alcoolismo e desorganização sociopsíquica, e iii) sentimento de exclusão devido à pobreza. No entanto, foi observado que, mesmo nessas situações que limitam e impedem a ocorrência de dádiva e de solidariedade entre determinados atores, dialeticamente pode ocorrer envolvendo outros atores, por proximidade ou necessidade do outro e urgência da situação. Portanto, haverá situações que se enquadram nos dois grandes grupos: facilitadoras e inibidoras de dádivas, mesmo por fatores motivadores distintos, a exemplo de situações de machismo e violência.⁹⁶

O depoimento dessa moradora de Abençoada por Deus ilustra uma violência contra seus direitos, por estar impedida de sair de casa, já que o pai do filho a prendeu. A fala dela mostra ressentimento, pois os vizinhos parecem sentir prazer com algo ruim que aconteceu com ela.

É porque quer ser melhor do que as pessoas, quer ser certo, nunca errou na vida... [...] onde eu moro [...] Se mete muito na minha vida! [...] Se eu comer hoje, fala, se eu não comer, fala! Só vivo trancada, dentro de casa! O pai do meu menino bota eu trancada! Passei... Ôxe! Passei uma semana sem... em casa, trancada, que ele me trancou no banheiro... [...] os vizinhos, lá gostam! Os vizinhos adora. (Carla, FM, AB)

Outras situações de machismo e violência estiveram associadas a um ato de solidariedade, até porque o narrador contava um episódio em que ajudou alguém. Duas crianças relataram que ajudaram amigas em situações em que o pai ou padrasto espancava a mulher-mãe.

As situações de presença de drogas com desorganização sociopsíquica dificultam a circulação de dádiva e geram desagregação social e emocional, conflitos e violência, mas também, dialeticamente, potencializam a solidariedade com o usuário de drogas.

Em todas as localidades, houve queixas em relação a drogas e álcool. São problemas que atingem a todos, independentemente de classe social; no entanto, o local que esteve mais presente nos depoimentos foi, novamente, Abençoada por Deus. O uso do álcool em excesso está frequentemente associado a brigas, desavenças, comportamentos egoístas, não cumprimento de normas de convivência e respeito ao outro, barulho à noite, até cenas de violência. Os vários depoimentos no grupo focal de mulheres ilustram os efeitos do álcool.

[...] ‘cachaça’, ficam ‘tirando onda’, ficam ‘arengando’ com o pessoal na escada, jogam cerveja nas pessoas. [...] Foi ontem que um que diz que é doido mas de doido ele não tem nada, jogou um banco na janela, quebrou, aí a mulher pegou e chamou ‘os homens’ [...]. Mas na mesma hora ele veio de volta, quebrou janela, quebrou os vidros da cozinha, [...] quebrou tudinho.

⁹⁶ A dádiva deixa de circular entre o casal, em que o marido está ‘batendo na mulher’, mas um(a) vizinho(a) ou parente socorre quem está sendo espancado ou precisando de ajuda. A dádiva não ocorreu entre os envolvidos, mas a gravidade da situação mobilizou um terceiro que se solidarizou com o agredido.

[...] Sim, bêbado! Ele queria até dar no menino de [...] Assim, eles destroem a moradia quando bebem, começam a beber, a fumar, quebrar as janelas dos outros vizinhos, fazem zuada até tarde, incomodam as pessoas que trabalham, não vão dormir, acho que dormem de dia e a noite ficam incomodando aquelas pessoas que precisam trabalhar; [...] que não têm saúde [...] Muita música alta. (várias, FM, AB)

O consumo de drogas nos corredores dos blocos, por vezes até tarde da noite incomoda e perturba o sono dos moradores, o que faz com que se ponha em risco a vida das pessoas que moram no bloco, pois deixam o portão aberto para uma eventual necessidade de fugir de uma busca policial. O depoimento a seguir também expressa a impotência dos moradores diante dessa situação, pois não reagem por medo de revanches dos usuários e traficantes. Essa situação é emblemática da vulnerabilidade e do desamparo que a droga causa.

Onde eu moro até a meia noite as pessoas [...] fumando maconha na escada; tem droga eles ficam lá [...] E deixam o portão aberto [...] na semana passada eles estavam tocando nas portas das pessoas [...] E eu vou fazer o que? [...] as pessoas não reclamam, fica tudo caladinho, mas as pessoas se vê as coisas errada não fala, mas na vida dos outros se metem. Foi ontem, até duas horas da manhã, estavam usando droga. [...] e não é maconha não, é pedra! Fumando *crack* lá em cima! Uma catinga tão grande, uma catinga... [...] A partir de dez horas os portões têm que ser fechados, mas eles nunca deixam fechado [...] aí quando a polícia chega eles fogem [...] muitos que vendem droga aqui. (Carla, FM, AB)

Os nomes apelidados dos conjuntos que fazem referência a presídios do estado são emblemáticos do estigma e da violência devido às drogas. Essa situação envolve os familiares e pode chegar à destruição do imóvel, como revelam os depoimentos a seguir.

[...] o principal aqui da gente é as pessoas serem viciadas em drogas. [...] É a pessoa que mora aqui e está prejudicando aqui mesmo, porque aqui já é Cotel, é Aníbal Bruno [...]. Aqui é APAE. [...] O das mulher... [...] Bom Pastor. [...] é tanta coisa aqui. E tudo é o pessoal daqui mesmo, tudo morador daqui. Tem um aqui, do outro lado, que perdeu a casa por causa de que? – Por causa de pedra. A mãe está na Justiça. Se ela vir praqui, morre. Ela deixou pra lá. Pegou janela, vendeu as janela por causa de droga; quem prejudica a gente aqui é o próprio povo que mora aqui. (várias, FM, AB)

Mas as drogas não são “privilégio” de Abençoada por Deus. Trata-se de uma realidade comum a muitas áreas de baixa renda. Uma entrevistada, cuja filha mora no Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, testemunha o que presenciou de ruim, o envolvimento com drogas e a morte de jovens. Mas tem consciência de que, se houvesse melhores condições para todos, poderia ser diferente. E responsabiliza “o sistema” pelo “descaminho” dos jovens, pela vontade de adquirirem o que não têm condições.

Morte. Nesse tempo eu vi gente conhecida, filho de pessoas que eu tinha amizade, morrer por causa do sistema. O sistema leva, cobra, porque os filhos crescem querendo [...] Às vezes a pessoa é pobre, mas dá uma boa

educação aos seus filhos, mas às vezes eles tombam pelo caminho errado. [...] vai começando a criar vontade de [...] fazer aquilo; aí passa a fazer, começa a vender drogas, aí passa também a usar drogas, e vai acontecendo o pior. [...] se não precisasse, se eles tivessem tudo, seu têniszinho, seu pai tivesse seu emprego, sua mãe ficasse dentro de casa pra educar ou trabalhasse, mas fosse numa escola que desse uma boa educação, talvez não fosse dessa maneira. (D. Conceição, L, DH)

Esse depoimento aponta a complexidade que envolve o uso das drogas, e que possui reflexos na desorganização das relações entre as pessoas e até no ambiente. O álcool e as drogas também podem ter consequências na desorganização sociopsíquica das pessoas. Uma moradora do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara revela como a insegurança devido à droga e aos riscos a ela associados, sentida no lugar onde morava antes, pode refletir na saúde.

Eu estou muito feliz aqui [...] aquela dor de cabeça que eu tinha acabou. Era a catinga de maconha. Eu me acordava às três horas, meu Deus do Céu eu não agüentava [...]. Naquele lugar, minha filha, eu vivia assombrada desde o dia que balearam um na minha porta [...]. Desse dia pra cá, qualquer coisa de noite parecia que era aquele tiro que eu estava ouvindo. (D. Rosa, DH)

Foram esses sentimentos de medo que levaram uma das moradoras a preferir “voltar pros ratos e pras baratas, que não faz mal a ninguém”.

Outra situação encontrada com impacto em nível mais amplo foram as críticas às pessoas que vendem os apartamentos, que não agradecem o que receberam, identificadas em Abençoada por Deus. Tal fato traz implícito um valor moral de caráter mais geral: ‘Se você recebeu uma casa, é pra você morar e não vender’, e uma crítica às pessoas que não fizeram por merecer aquele ‘benefício’ ou ‘privilegio’ de ter a casa própria de graça e a vendem. Existe a percepção de que muitos pais de família que não têm casa têm de trabalhar muito para pagar aluguel. Não há uma predisposição para compreender as razões pelas quais as pessoas se desfazem dos apartamentos. O primeiro impulso é condenar quem os vende ou aluga. E essa crítica é dirigida aos pobres. Por outro lado, a existência da crítica revela a gratidão como um valor moral existente nesse grupo social. A importância de agradecer o que se recebeu da vida pode estar associada ao nível de carência e de escassez em que vivem, pois passam a valorizar quando recebem ou possuem um bem tão importante, para muitos, que é a casa.

Essa moradora, para quem o apartamento foi bom, acha que para outros também deveria ter sido bom, e que “o povo nunca se agrada do que tem.” Muita gente acha que “tem que ficar ali debaixo da ponte pro resto da vida.” (Luzia, AB) Essa declaração traz a visão de que as pessoas em geral reclamam, principalmente se receberam algo gratuitamente, ou que muitos pensam não ter direito a melhorar. É como se houvessem internalizado um estigma. O

depoimento a seguir é revelador do sentimento de estigma e exclusão por ser pobre. Nem a praça é permitida ao pobre, pois deve-se ter dinheiro para comprar lanche para as crianças.

[...] qual é o pobre que pode nesse tempo pegar o seu filho e passear por toda praça? [...] Nós pobre, não pode. Eu não tenho filho pequeno, mas eu penso em quem tem, penso nos meus netos, que eu tenho uma [...]. Qual é a gente que ganha um salário-mínimo e vamos para uma praça curtir? [...] Não é todo domingo, não é todo sábado. [...] Porque uma praça vai ser mais para as pessoas que têm condição. [...] Por que ele não pode levar o filho para a praça? Porque o filho [...] precisa de ir só para uma praça brincar em um brinquedo? Não. [...] Ele vê um sorvete, ele quer tomar. Ele vê uma pipoca, ele quer comer. Ele vê um bombom, ele quer chupar. A gente vê, sente vontade, mas a gente passa. A gente... somos adultos, mas a criança não. Ela quer, ela chora. Então é melhor não levar para a praça. (Vera, FM, AB)

Essa citação evidencia que o sentimento de exclusão possui implicações bem mais amplas. Não é a existência da praça que vai proporcionar lazer para os pobres. Para ela, sem o dinheiro destinado à compra do lanche, não é possível levar as crianças a uma praça. A restrição financeira traz consequências até no direito ao lazer dos pobres.

A opinião sobre a depredação também está associada à condenação dos pobres, ao julgamento de que os pobres, quando têm algo, querem destruí-lo, como as pessoas que vendem objetos e partes da casa para comprar droga.

Por que o pobre quanto mais tem... [...] Tem olho grande. [...] e quer destruir. [...] Porque pode olhar aí, veja quantas casas está para vender e [...] muitas já tiraram janela, já quebraram janela, [...] já venderam janela, já venderam porta, já venderam bacia do banheiro. Para correr para onde? Para fazer barraco de novo! [...] Para vender droga...comprar droga. [...] Aí eu vou ter pena desses pobres? Não. (várias, FM, AB)

Novamente, a ambiguidade em relação ao apartamento, o sentimento de que ganharam uma coisa muito boa e que não a valorizam. Moravam na favela e ganharam um apartamento, que, supostamente, é melhor do que a casa na favela. Então, deveriam agradecer. Uma participante, que não mora no Conjunto Abençoada por Deus, critica quem não agradece. Para ela é um privilégio ter recebido, de graça, um apartamento como aquele.

Tem gente que não gosta do ambiente [...] Morava em uma favela. [...] Eu acho que não é bom. [...] rato, cobra e para ganhar uma benção dessa. [...] Para ganhar uma casa como essa tem que agradecer muito a Deus. Porque o meu foi comprado. Meu marido comprou. [...] como é que uma pessoa ganha [...] de graça [...] Uma coisa dessa linda! Linda! (várias, FM, AB)

Quando comparam com a precariedade da moradia anterior, terem recebido os apartamentos de graça é motivo para muita alegria, pois realizaram o sonho da casa própria, o que deveria ser motivo para valorizarem o que receberam sem pagar. Agora possuem uma casa digna, de alvenaria, com água, luz e livres dos alagamentos que sofriam antes. Supõe-se que essa

satisfação possa estar associada ao sentimento de exclusão que permite com que se sintam no dever de agradecer, pois agora possuem uma casa boa sem terem pago por ela. A participante que mora no Carandiru compara com o seu apartamento e acha “Abençoada” mais bonito e que estão vendendo barato, por não darem valor, já que a estimativa de preço do apartamento era de mais de R\$ 20.000,00 na época.

E é muito mais bonita que o Carandiru... [...] Vai vender por cinco, vai vender por oito... [mil] [...] esse daqui é muito mais bonito. Não que os outros sejam feios, mas esse aqui é muito melhor. [...] 5 mil, 8, 10. [...] Quanto a gente não gastava para fazer isso? [...] é bonito, não é? Mas não dá valor. [...] Aí diz: ‘não, é o lugar’. Às vezes não é o lugar, não. As próprias pessoas... [...] Que não dá valor aqui!” (FM, AB)

Para eles, mesmo quem acha que antes era melhor deveria valorizar o que tem, porque há muita gente que não teve esse privilégio. Novamente a crítica e a censura a quem não dá valor ao que recebeu e o vende para morar em outro local.

E às vezes vem gente de fora pra vender droga [...]. É muito desaforo! ‘Não, porque lá era melhor!’ [...] umas pessoas dizem que era, outras pessoas dizem que não era. [...] estão com um valor que não dá valor ao que têm. [...] Tem tanta gente que precisa de um canto para morar e não tem... [...] Eu tenho pena desses que dormem pela calçada, sem ter nenhum teto para morar, mas esses que moram em favela [...] eu não tenho pena [...] o prefeito não deu a casa? E para que voltou de novo para a favela? (FM, AB)

Sugerem que haja maior controle e fiscalização para que não se dê novamente casa a quem recebeu, vendeu e foi morar na favela; para que as casas realmente sejam destinadas a quem precisa e vai usá-las e não para vender. Açam que não se deve dar casas a quem usa droga.

Pense que ele [o prefeito] deu uma coisa a você, lutou por você. Ele vai dar de novo para você? Não. Ele vai procurar uma pessoa que [...] nunca ganhou [...] São... os que vivem no meio da rua dormindo na calçada, eles precisam. [...] tanto pai de família que trabalham, deixam de comer e pagam o aluguel [...] Porque? Ou paga o aluguel ou fica no meio da rua. (várias, FM, AB)

Os jovens também censuram quem vende o apartamento e vai ocupar outro local: “[...] ganham as casas dentro da maré, barraco de tábuas, e agora têm essas casinhas, e ainda tem mulher que vende. Porque ganha, aí pega, vende, aí vai pra outra favela pra vender de novo. Eu dava nada! Vai morar na rua!” A condenação dos pobres pelos jovens é contundente: “[...] tem gente que não merece viver em apartamento. [...] Vivem na rua comendo lixo, não tem nada e tem dois apartamentos.” (FJ, AB) Por que os pobres são tão críticos ao comportamento de outros semelhantes? Uma suspeita reside no fato de se sentirem uma minoria, cujos direitos não são reconhecidos, e também por não reconhecerem outras minorias. Entender a complexidade desse problema requer uma discussão que extrapola os recortes da pesquisa.

As situações inibidoras de dádiva como machismo e violência, drogas e desorganização sociopsíquica e sentimento de exclusão pela pobreza possuem razões psicosociais e econômicas bem mais amplas, o que envolveria a abordagem de outras teorias para dar conta da complexidade. Não se buscou analisar as causas de tais fenômenos, apenas melhor entender a relação com a circulação de dádivas. Quando essas situações de desagregação social estavam também associadas à gravidade da situação ou à relação de proximidade entre os envolvidos, a dádiva ocorreu, principalmente nas situações de machismo, violência e drogas. Um terceiro ator entrou em cena para definir a situação (GOFFMAN, 1985) e atuar em favor do ‘oprimido’, ou em situação de desvantagem.

É preciso salientar, todavia, que o sentimento de exclusão pela pobreza evidencia uma maior dificuldade de tratamento, pois suas raízes possuem uma complexidade e alcance em nível pessoal e social que limitam a análise e a compreensão do fenômeno. Há uma relação com falta de reconhecimento, nos três níveis analisados por Honneth (2003): autoestima, autorrespeito e estima social. Morar no mesmo bairro, ser vizinho, parece não oferecer a identidade necessária para que esses sentimentos se materializem em uma luta por reconhecimento. Ao contrário, a condenação dos que criticam e rejeitam a melhoria ou o projeto habitacional traz implícita uma conformidade que impõe ter de agradecer por algo recebido gratuitamente. A noção de direitos aparece comprometida, sem força. Mesmo que apontem graves problemas na solução habitacional, condenam quem tenta buscar outra solução mais adequada. O sonho da casa própria parece tão relevante que faz esquecer outros problemas. A condição das casas em que viviam era tão precária que ter um apartamento como o de Abençoada por Deus os faz achar natural agradecer e continuar morando ali.

Por outro lado, o sentimento de condenação da falta de gratidão, de não valorização do lugar em que moram, de passividade e apatia, é um sinal da existência e do potencial de valorização desses sentimentos, a serem contemplados nas políticas públicas.

7.4 AS SITUAÇÕES ASSOCIADAS AO CONTEXTO ESPACIAL

Um outro campo de situações analisadas inibidoras de dádiva diz respeito ao contexto espacial e foram subdivididas nas situações de crítica à solução técnica, e aquelas associadas ao não pertencimento com o lugar, o que será tratado no capítulo 9. Essas categorias, associadas ao contexto espacial, assumem significativa importância nessa pesquisa, devido ao campo temático da tese, podendo oferecer subsídios para a política habitacional.

Nas comunidades de baixa renda, o contexto espacial assume centralidade em suas vidas, pois condiciona e influencia sua forma de viver, uma vez que grande parte de suas atividades se concentra no lugar em que moram. Monteiro (1989) identifica o papel da classe social e da cultura na estruturação das relações sociais no espaço. Ao analisar a experiência do lugar no cotidiano de diferentes classes sociais de moradia no Recife, a autora identificou a importância do lugar na estruturação das relações sociais e no sentido de satisfação dos moradores de áreas pobres. A proximidade espacial presente nas favelas determina a presença de uma maior sociabilidade e de interações sociais, principalmente informais e de reciprocidade entre os moradores. Ao contrário, os moradores de bairros de classe média, apresentam um padrão transespacial em suas interações sociais, definidas preponderantemente pelos tipos de pessoas que se associam e não constrangidas por relações espaciais. A classe média domina o espaço. A população pobre, com menos condições de mobilidade na cidade, estrutura sua sobrevivência por meio das relações facilitadas pelo espaço. Daí sua importância, pois os lugares de moradia permitem fortalecer essas relações.

7.4.1 AS CRÍTICAS QUANTO À SOLUÇÃO TÉCNICA

As categorias de situações em que há críticas à solução técnica foram desdobradas em dois grupos, as associadas aos aspectos físicos da solução: i) tipologia habitacional inadequada e ii) infraestrutura insuficiente, que serão tratadas no capítulo 9, e as categorias associadas ao iii) contexto socioeconômico e iv) de custos de moradia, que serão tratadas nesse capítulo.

A inserção da antiga Abençoada por Deus em um bairro de classe média oferecia várias opções de trabalho, entretenimento, lazer, comércio e ajuda assistencial. Sua localização permitia ganhos de qualidade de vida e conforto.

O sentimento de segurança e de proteção, de estarem em uma comunidade não mais existe no novo local de moradia, mesmo morando em uma casa mais confortável. Aí reside o cerne da ambivalência, que permeia a maioria das falas, entre o gostar e o não gostar do novo lugar. Na moradia anterior, o lado de fora da casa, fora da favela, oferecia muitas oportunidades, era bom; mas dentro da favela e na própria casa havia alagamentos, insalubridade e riscos de doenças. Agora, o conforto interno do apartamento vem acompanhado de custos adicionais de água, luz, e do lado de fora do apartamento as poucas opções trazem risco, medo, insegurança, sensação de prisão e poucas oportunidades de trabalho e de ajuda assistencial.

Questões como essas carecem de atenção na implementação e na avaliação das políticas habitacionais. Prover uma boa casa não deve ser o fim em si mesmo, mas oferecer uma boa moradia, que inclui o entorno da casa. O raciocínio da população de que se deve ‘dar graças a Deus por ter uma casa como esta’ não deveria ser o fio condutor da política pública, mas se deveria perguntar: por que a política habitacional está contemplando apenas a casa? Esse caminho tem-se mostrado insustentável, com grande insatisfação, repasses, aluguéis, novas favelas, como vem ocorrendo sempre que as soluções não consideram todos esses aspectos.

A casa representa o local de descanso, o refúgio para a reposição das energias. Se a casa oferece sensação de conforto, de tranquilidade, identidade, pertencimento, haverá rebatimentos diretos na sensação de bem-estar do morador, o que, possivelmente, terá repercussões nas relações e na sociabilidade entre os moradores, e poderá refletir-se nas possibilidades de ocorrência de solidariedade e de dádiva.

No entanto, no caso de Abençoada por Deus, a solução habitacional trouxe distintos impactos socioeconômicos. Foi quase unanimidade entre os entrevistados que se pronunciaram sobre o assunto, que era mais fácil arranjar trabalho na favela do que na atual moradia. A existência de outros conjuntos habitacionais populares no bairro aumenta a competição por trabalho, o que, associado à diminuição da oferta, agrava a situação: “[...] lá na Torre [...] a gente arrumava qualquer coisa! [...] De se manter ocupado aqui, não! [...] Aqui, para arrumar, é muito difícil, viu?!”[risos] (Carla, FM, AB)

O componente de segregação espacial, provocado pelo zoneamento e uso do solo, com a concentração de conjuntos populares em um só local, é um outro ponto crucial a ser enfrentado pela política habitacional. É o que está implícito nos depoimentos dos entrevistados, quando afirmam que onde moravam era mais fácil ter trabalho.

Países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos repensaram as soluções habitacionais dos conjuntos populares de periferia. Com diretrizes, estratégias e programas diversos, esses países estão enfrentando tal problema, e distribuem os distintos estratos sociais próximos uns aos outros para promover a diversidade, facilitar a integração social e espacial e maximizar a geração de empregos. No entanto, no Brasil, o Programa Minha Casa, Minha Vida tem a proposta de construção de grandes conjuntos habitacionais populares na periferia, em todo o Brasil, semelhantes ao modelo adotado em Abençoada por Deus.

A segregação espacial da pobreza nas franjas da periferia, ao invés de resolver o problema habitacional estimula a desagregação e a destruição do tecido social, a exemplo do que ocorre

em Abençoada por Deus. Essas soluções não atendem aos interesses da população, o que conduz ao repasse, à troca, ao aluguel, fazendo surgir novas favelas em outros locais.

O adensamento populacional gera apreensão também nos moradores do Conjunto Abençoada por Deus em relação a outros conjuntos habitacionais que estão sendo construídos no bairro, a exemplo do Conjunto Habitacional Clube do Automóvel, com 64 unidades, inaugurado no final de 2009. Existe a reprodução da discriminação em relação a esse novo conjunto, semelhante à que sentiram ao chegarem lá pelos então moradores do bairro. Nessa apreensão estão implícitas as consequências que a concentração e a saturação de pessoas pode provocar: violência, competição por trabalho, por infraestrutura e serviços. Antes, as oportunidades de emprego eram maiores, pois não havia tanta competição e havia outras possibilidades, como a atividade de ‘puxar carroça’.⁹⁷ A própria prefeitura disponibilizava um galpão para a separação, o qual era usado pelos catadores.

A perda da rede assistencial anterior de distribuição de alimentos (pão, sopa, cesta básica), roupas e utensílios, por parte de diversas igrejas, associada à incompatibilidade com algumas atividades, como a de puxar carroça, agrava as condições de sobrevivência.

No sábado [...] tinha um pão que dava. Tem sopa todo dia, quando a pessoa não tinha o que comer, ia lá pegar a sopa, todo dia. Eu ia correndo pra pegar. Mas é assim, daqui que eu chegue lá na Torre, não tem mais sopa pra comer. Perdi uma hora. Eu quando ia lá no depósito: ‘por favor me arruma uma carroça aí!’ Eu puxava; não tenho vergonha de dizer não, mas aqui eu tenho vergonha. [...] Eu tenho. Meus filhos tudinho puxavam carroça. Agora, chegaram aqui, ninguém quer puxar mais carroça. [...] Por que? Eles dizem que agora moram num prédio, num apartamento. (Lúcia, FM,AB)

Por morarem em um apartamento, sentem-se constrangidos em puxar carroça. Antes, ao contrário, tinham apoio para essa atividade. O sentimento de ‘distinção’ (BOURDIEU, 2008) por morar em um apartamento é incompatível com a carroça. Agora sentem vergonha por catar lixo, atividade para a favela, então, ficam sem trabalho. Sentem que ‘melhoraram de vida’, ascenderam socialmente ao morar em um apartamento. Essa ascensão social provocada por uma moradia digna também vem acompanhada da restrição ao desenvolvimento de antigas atividades geradoras de renda. Mesmo assim, existem carroças nas laterais do conjunto, de moradores que ainda continuam com essa atividade. (Figura 15)

Você trabalha, você quer crescer [...] temos que pensar grande, não temos que pensar pequeno. Mas é assim [...] tem gente que não trabalha, tem gente que cata lata... [...] Não sei se você sabia, lá tinha um galpão, tinha gente que

⁹⁷ É como eles denominam a atividade de catar lixo para vender para reciclagem ou reuso. Essa atividade envolvia muitos moradores da antiga favela. (Figura 15)

trabalhava com carroça, com reciclagem. Lá tinha [...] o carro pra trabalhar, tinha carroça. Aí vem pra cá, morar num apartamento. Eles mesmos se sentem envergonhados de trazer a carroça pra cá. Eu morando aqui eu estou vendo tudo o que ela está falando [...] tem gente que trabalha em casa de família, mas tem gente que a gente tem que pensar que não trabalha e tem o que? Uma renda de quê? De Bolsa Família. (Vera, FM, AB)

Nesse depoimento, percebe-se o valor de buscar a ascensão social com o trabalho, o que permeou a fala dessa senhora no grupo focal, revelando forte autoestima e dignidade.

Uma política para ocupar os jovens e os adolescentes foi outro aspecto apontado, tanto com quadras e praças, como cursos de capoeira, dança e profissionalizantes (bijouteira, corte e costura, etc.). Acreditam que isso pode minimizar o envolvimento com a droga. Houve, por um tempo, aulas de capoeira e cursos profissionalizantes, porém sem regularidade. Trata-se de um vácuo na política pública que precisa de maior efetividade, com uma demanda reprimida para ONGs e órgãos públicos que atuam com a profissionalização de jovens e adultos.

Os custos adicionais devidos a água e luz, que antes eram clandestinos, no novo conjunto oneram o orçamento familiar, o que, associado ao que foi exposto anteriormente, agrava as dificuldades econômicas de sobrevivência. Mesmo quem prefere o apartamento reclama.

Eu achava melhor! [...] Melhorou a casa, não é?! A casa melhorou, porque a gente morava num barraco, era rato que só, era tomando banho de cuia [...] Lá era melhor porque lá, a gente não pagava energia, não pagava água... Aqui piorou porque a gente paga energia, paga água, fica naquela situação, tem hora que come, tem hora que não trabalha... vive naquela necessidade [...] para pagar água e a luz. E quem não trabalha? (Lúcia, FM, AB)

Esse depoimento revela a dificuldade de assumir os custos na nova moradia. Muitos deles possuem trabalhos temporários e biscates, que não lhes garantem uma renda regular mensal capaz de lhes permitir cumprir os compromissos financeiros associados à moradia em apartamentos, levando-os, muitas vezes, a ter de optar entre comer e pagar a luz ou a água. Como esse problema pode ser resolvido? Os moradores de baixa renda estão condenados a possuir uma moradia informal, em que luz e água são sempre clandestinos? Caso fossem habitações térreas, o problema não seria muito diferente, pois o custo desses serviços também incidiria no custo de moradia. A estrutura de informalidade e clandestinidade existente na favela é a (única) forma sustentável que os pobres encontraram de ter acesso à moradia?

A perda das redes assistenciais, oportunidades de trabalho, suporte para atividades informais, associado às despesas extras de água e luz agravam as condições socioeconômicas de sobrevivência com a nova moradia e geram estresse e aumento da demanda por trabalho, o que favorece a competição e a disputa, tendendo a dificultar a solidariedade e a dádiva.



CAPÍTULO 8

QUANDO A DÁDIVA PODE OCORRER: SITUAÇÕES E CONDICIONANTES
ANALISADOS

CAPÍTULO 8 – QUANDO A DÁDIVA PODE OCORRER: SITUAÇÕES E CONDICIONANTES ANALISADOS

Nesse capítulo serão analisadas as categorias de situações em que a dádiva circula e que podem ter sua ocorrência facilitada. As categorias identificadas também estiveram relacionadas com as motivações associadas ao contexto pessoal, motivações associadas ao contexto do outro e as situações relativas ao contexto espacial, bem como os rebatimentos na relação com o lugar, esse último tratado no capítulo nove.

8.1 SITUAÇÕES DE EXPECTATIVA DE RETRIBUIÇÃO

Antes de abordar as situações nos três contextos analisados, considera-se relevante discutir um aspecto que pode estar presente distintamente nesses três contextos: a expectativa de retribuição. Sob a ótica do doador, pode ocorrer uma expectativa, (in)consciente, (não)declarada de retribuição em relação a uma dádiva recebida, a um ato de solidariedade prestado. De difícil percepção, quando o desejo de retribuição se revela é de forma sutil, pois há desconforto em declarar a existência do interesse ou a expectativa de retribuição. Para uma líder do Projeto Dom Helder Câmara, não se deve esperar retribuição ao fazer um favor: “Ela nunca me paga não. Já tentaram pagar, mas eu não aceito não, porque você fazer favor pra outra pra receber algo em troca você não tá fazendo favor. [...] favor, pra mim, é você não receber nada.” (Olga, L, DH). Mesmo sem ter conhecimento da teoria da dádiva, ela intui que, ao receber, é gerada uma dívida de quem recebeu para com quem doou, e esse pode ‘sentir-se obrigado’ a fazer o que quer a pessoa que o ajudou. Ela condena o interesse do doador que espera receber algo em troca, como uma tentativa de querer “‘comprar o outro’.

Comprar é a pessoa querer que você faça. Por exemplo, eu lhe dou um presente, já com aquela intuição de que você vá me retribuir, isso, no meu ponto de vista, é comprar as pessoas. Eu querer que você faça uma coisa pra mim e chegar e dar um presente primeiro a você, e depois: ‘faça isso pra mim’. Aí como você recebeu aquele presente, você vai ficar obrigado a ir lá e fazer aquilo que a pessoa quer [...]. Quando eu agrado uma pessoa eu não tô com a intenção de que ela vá me retribuir, jamais. (Olga, L, DH)

As expectativas de retribuição demonstraram acontecer em prazos distintos: de imediato ou no curto prazo, ou sem prazo definido. Declarações como: “eu gostaria que alguém fizesse o mesmo por mim”, ou “a gente está aqui pra ajudar uns aos outros” salientam a expectativa de retribuição, de poder contar com o outro no futuro, ou assim que precisar. Nesse caso, há uma expectativa concreta de retribuição mais imediata, em um tempo curto, não determinado,

porém também não indeterminado. Em tal categoria se fundamenta a dádiva de ajuda mútua: “Eu ajudo você agora e você me ajuda quando eu precisar.”

Na segunda modalidade, não há uma expectativa de retorno imediato, o prazo não é definido, nem é relevante; o que importa é que algum dia virá, de alguma forma. A incerteza, nesse caso, é maior. É o retorno que vem de Deus, ou do político, pessoal, ou de uma causa coletiva.

8.1.1 SITUAÇÕES DE EXPECTATIVA DE RETRIBUIÇÃO EM CURTO PRAZO

Nessas situações, existe a expectativa de retribuição para o doador e se refere a: i) satisfação pessoal e bem-estar próprios; ii) sentimento de gratidão que se espera do outro; iii) aproximação do outro por sociabilidade, cordialidade, e iv) solidariedade no cotidiano, de poder contar com o outro quando precisar. As retribuições, portanto, podem ser de caráter material e imaterial. Em ambos os casos, é gerada uma dívida moral, a ‘dívida de um favor’.

Mesmo a líder do mutirão, que havia declarado não pensar na retribuição, em determinado momento declarou que ficava feliz por uma amiga retribuir com ‘uma lembrancinha’, nesse caso demonstrada como um cuidado que fortalece os laços. Ela quer o carinho e a amizade da amiga e vice-versa. É essa a retribuição esperada.

Ela compra um presentinho, porque ela sabe que eu não gosto de receber essas coisas. [...] Essa bolsinha foi ela quem me deu. [...] é o tipo de pessoa que gosta de agradar. Como eu também [...] além de ajudar ela aqui na casa, compro um presentinho quando vou na cidade, vejo um [...] que é a cara dela, eu compro. Eu gosto de agradar as pessoas [...] eu tô dando de bom coração. [...] tem pessoas aqui que quando tem festa na casa dela traz um pratinho pra mim, sempre se lembra, isso é muito gratificante (Olga, L, DH)

Durante o mutirão, ‘representantes’, que haviam sido contratados para trabalhar por mutirantes que não possuíam disponibilidade para cumprir as 16 horas na obra, doaram horas a outros mutirantes com a expectativa de serem contratados. Quando isso não ocorria, não vinham trabalhar mais. No entanto, a solidariedade em relação aos mutirantes com dificuldade de cumprir as horas mobilizou mutirantes e representantes para ajudarem, bem como a sensibilidade quanto à dificuldade do outro em cumprir as horas na obra.

aconteceu no finalzinho da obra. Teve mutirante que recebeu comunicado que ia ser desligado [...] não cumpriu as suas horas [...] mas na assembleia eles falaram da dificuldade, os problemas e sensibilizou [...] tanto mutirante como representante [...] pra dar uma segunda chance pra pessoa, devido aos problemas que ela tava passando. A assembleia concordou e foi dada a segunda chance pra ela recompor as horas dela. Teve representante [...] que propôs [...] vir também ajudar. [...] Eu creio que esse representante que veio,

só trabalharam um dia pra ela, com a esperança de ser contratado pra fazer um pacote pra pagar as horas dela, né? Como isso não ocorreu, se afastou. [...] ‘se a beneficiária não vem trabalhar, porque eu venho?’ (Paula, DH)

Mas é a satisfação e o prazer interior o retorno mais imediato da dádiva. Depoimentos mencionaram que o prazer de dar, o sentimento de bem-estar por ter ajudado alguém, o prazer de ver o outro feliz eram fatores motivadores para impulsioná-los a ajudar. Esse sentimento é a forma de retribuição da dádiva, de cunho subjetivo e simbólico, emocional e espiritual.

A importância para o entrevistado de ter ajudado alguém, foi percebido pela força e emoção do depoimento e tanto maior quanto mais significativa foi a ajuda. Esse depoimento revela a retribuição sentida no prazer de dar; no entanto, está presente a motivação religiosa.

a gente trabalha sem receber, sem remuneração, mas a gente recebe. [...] tem uma palavra na Bíblia que diz ‘que é melhor dar do que receber’, né? Então a gente recebe. Só da gente ver o sorriso da pessoa de ter conseguido, conquistado, isso aí pra gente vale mais do que o dinheiro. [...] É por isso que eu ajudo aqui as pessoas, entendeu? [...] porque eu me sinto gratificada, eu sinto uma gratificação muito grande em ver a pessoa que conseguiu dar as horas, tá terminando sua casa [...] eu me sinto feliz assim. (Olga, L, DH)

Conta a primeira vez que lembra ter feito algo significativo para alguém, foi quando ensinou matemática a uma amiga da escola, inclusive mentiu para poupar a amiga de ser repreendida.

Eu tava na 5ª série [...] a menina não tava entendendo o assunto de matemática e como eu tinha mais facilidade eu ajudei ela. [...] eu tinha 13, 14 anos [...]. Antes [...] ela tirou zero, chorou muito, aí isso me marcou bastante. Aí eu disse pra ela não chorar que a gente ajudava [...] ela dizia que ia apanhar quando chegasse em casa se a mãe dela visse aquela prova. Aí eu peguei minha prova, risquei meu nome, que eu tinha tirado 9,5, aí dei pra ela mostrar pra mãe dela, pra dizer que tinha sido ela. (Olga, L, DH)

Em outro trecho, expressa o sentimento de felicidade por ter contribuído para o sucesso da amiga e revela que busca valorizar o outro.

Aí eu ajudei ela e graças à Deus ela conseguiu passar, aí eu me senti feliz, né? Quando ela tirou 6,5 eu disse ‘Oxe, na próxima você vai melhorar, você vai tirar 10,0’. Sempre dava apoio pra ela, sempre botava ela pra frente. Porque tem pessoas que vê você lá embaixo, aí mete o pau em você mais ainda. [...] eu gosto mesmo de botar as pessoas pra cima [...] quando ela passou pra 6ª série, foi uma alegria muito grande. (Olga, L, DH)

Essa líder tem-se dedicado a uma atuação no nível mais coletivo, ligada a uma instituição religiosa, a um partido político, o PCR, ou à luta pela moradia, no MLB. Busca servir as pessoas e teve grande dedicação na construção das casas, tendo doado horas, sem receber. Deixa claro que é algo inerente à sua pessoa, fazendo-a sentir-se útil ao ajudar alguém. O dinheiro não pode oferecer esse retorno subjetivo: “[...] é porque, sinceramente, eu sou o tipo

de pessoa que gosta de ajudar [...] É o prazer que eu sinto de ajudar as pessoas. Agora não é só aqui não, em casa mesmo, ajudo os vizinhos. Onde minha irmã mora também. Eu gosto de ser útil.” (Olga, L, DH)

Uma participante do grupo focal de Vila Independência expressa o sentimento de alívio quando ajuda, como se sentisse culpa quando não pode ajudar a quem precisa.

Eu me sinto bem, porque a pessoa se sente mais aliviada, quando uma pessoa está precisando de uma coisa é muito ruim a pessoa dizer não. Eu tenho, toma. [...] Aliviada [...] porque está dando um objeto ou alimento que aquela pessoa não tem. Sei lá, eu me sinto tão bem. [...] O motivo é que eu gosto muito de ajudar as pessoas, se eu pudesse, eu ajudava todo mundo. (F, VI)

O depoimento a seguir de outra participante do mesmo grupo focal revela três motivações: a necessidade do outro, proporcionar alegria ao outro e o sentimento de bem-estar. E esclarece sua postura de predisposição a ajudar o outro, independentemente do lugar ou da situação: “O que me incentivou a ajudar foi a necessidade da pessoa também. A pessoa no sufoco, tudinho, a gente se sente bem, eu me senti muito bem de ter ajudado, está entendendo? E assim também a satisfação da pessoa, eu fico feliz ajudando o próximo.” (F, VI)

Nesse outro depoimento, percebe-se a complexidade que envolve o ato de dar: o sentimento de alívio e o desapego em relação ao que foi dado, por saber que não vai fazer falta.

Eu ajudando as pessoas me sinto bem comigo mesma, porque a gente vê a necessidade de cada um, porque tem muita gente que precisa e ajudando um, a pessoa se sente aliviada e aquilo ali não vai fazer falta, porque Deus dá em dobro. Meu dinheiro é por mês, mas como pobre, não falta nada dentro da minha casa. (Rosinha, F, VI)

Este outro depoimento, de uma líder da antiga comunidade Abençoada por Deus, aponta a busca do seu próprio bem-estar como forte motivação para ajudar o outro. É no ato de fazer algo de bom a alguém que se livra da tristeza. Essa já é a retribuição provocada pela dádiva. Se vier outra, tanto melhor. Mas esse retorno de prazer individual é suficiente. “Eu acho bonito, eu me sinto bem, me sinto ótima! É isso que me motiva a ajudar. Eu me sinto bem, me sinto feliz. As vezes eu tô triste. Se eu posso e tenho condições de dar 1 kg de feijão ali, amanhã eu dou. E isso me faz um bem, até em falar.” (Vitória, AB) Não é esse retorno que buscam as pessoas que se envolvem em instituições filantrópicas e de caridade? A síntese da motivação associada a essa categoria está em encontrar o seu bem-estar por ter sido capaz de proporcionar o bem-estar e a alegria ao outro. O prazer pode ter raízes na simpatia (SEN, 2000), mas também no prazer em ver o prazer do outro, o que foge à autorreferência da ação.

Outra retribuição esperada é a gratidão de quem ajudou. Quando a gratidão não ocorre, podem surgir ressentimentos. As pessoas mencionam que o outro nem agradeceu o que fizeram, ou expressam expectativa de gratidão ou reconhecimento, ou afirmam não querer nada em troca, mas, quando recebem, sentem-se felizes. Essa modalidade apresenta grande dificuldade para encontrar um depoimento que a ilustre explicitamente, pois não parece muito ‘louvável’ demonstrar a expectativa de querer que os outros agradeçam.⁹⁸

Uma motivação bastante encontrada é a de sociabilidade e a vontade de aproximação do outro, normalmente demonstradas na cordialidade e na gentileza com o outro para manter uma relação de boa vizinhança. Ocorre ao oferecer uma comida que fez, ao dar um presente, ao convidar para tomar um café. Os jovens salientaram a ajuda mútua de camaradagem entre amigos e conhecidos no dia a dia como empréstimo de algum objeto, CD, dinheiro, o celular.

Algumas pessoas demonstraram aproximação, mas ao mesmo tempo, afastamento, por um desentendimento posterior. Existe a vontade de se aproximar, mas com certo grau de distanciamento, como que para preservar a relação. Essa aproximação também está associada a tensões e até rupturas e “guerras”, como foi constatado por Mauss (2003) e Godelier (2001).

Em Abençoada por Deus, a sociabilidade ocorre nos corredores dos andares e ruas internas, onde se encontram para beber com amigos e antigos vizinhos, por oferecer mais segurança (Figura 14 e 24). Improvisam um bingo nos espaços coletivos e de circulação, nos quais são reunidos crianças, jovens e adultos. Essas iniciativas demonstram a vontade de preservar antigos laços e o espírito de comunidade em momentos coletivos e de lazer, bem como a capacidade de adaptação à moradia em ambientes hostis, mesmo que a tipologia dos conjuntos habitacionais verticais torne essas iniciativas mais restritas (ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2010). Em visita realizada em um domingo em março de 2011, observou-se vários grupos de pessoas reunidos nas ruas internas do conjunto. (Figura 24)

No entanto, é a possibilidade de poder contar com o outro quando precisar – a solidariedade no cotidiano –, que constitui o aspecto central da tese. É nessa categoria que se fundamenta a ajuda mútua existente entre os moradores de áreas de baixa renda e a compreensão dessa forma de ajuda, a qual se fundamenta na dívida gerada em quem recebe, sob a ótica da dádiva.

⁹⁸ A fala da líder do mutirão de Dom Helder quando menciona “Não falo assim de pedir obrigado por nada não, mas só o sorriso no rosto dela, aquela alegria, pra mim já é gratificante o bastante” (Olga, L, DH), pode significar que espera o agradecimento ou a gratidão por algo que fez, pois negou algo que não havia sido afirmado. E imediatamente acrescenta que o que gratifica é ver o sorriso do outro. Ao explicitar que não espera o agradecimento, pode estar subentendido o desejo de gratidão.



A, B e C – Improvisação de áreas de circulação para lazer
 D e G – Apropriação privada de espaços comuns
 E – Uso misto
 F – Disposição de lixo em espaços comuns

Figura 24 Apropriação e uso do espaço, Abençoada por Deus

Os tipos de solidariedade no cotidiano mais citadas estão listadas no Quadro 7. No entanto, salienta-se que no último item, que se refere a ajudar quando alguém pede ajuda, todos os entrevistados na fase de teste do questionário (não usado) declararam que ajudavam sempre e frequentemente, o que revela um grande potencial de predisposição à ajuda mútua.

Quadro 7 Manifestações de dádiva encontradas

O QUE RECEBE DE AJUDA COM MAIS FREQUÊNCIA DE ALGUM VIZINHO OU MORADOR DO BAIRRO	O QUE VOCÊ FAZ MAIS VEZES PARA AJUDAR ALGUM VIZINHO OU MORADOR DO BAIRRO
1) deram uma olhada nas crianças	1) dou uma olhada nas crianças
2) tomaram conta de uma criança	2) tomo conta de alguma criança
3) levaram crianças à escola/creche	3) levo as crianças à escola/creche
4) olharam a casa quando não Estamos	4) olho a casa quando eles não estão
5) deram uma olhada em algum idoso	5) dou uma olhada em algum idoso
6) me oferecem p/ provar uma comida	6) ofereço p/ provar uma comida que faço
7) me convidaram pra comer na casa	7) convido pra comer na minha casa
8) deram algum alimento p/ eu cozinhar	8) dou algum alimento pra eles cozinhareem
9) me indicaram um biscoite/trabalho	9) indico um biscoite/trabalho
10) consertaram alguma coisa na casa	10) conserto alguma coisa na casa
11) ajudaram a construir minha casa	11) ajudei a construir N ^o _____ casas
12) ajudaram na mudança	12) ajudei na mudança
13) prestaram um socorro	13) prestei um socorro
14) fizeram cota ou me deram uma cesta básica	14) fiz cota ou dei uma cesta básica
15) ajudaram em conflitos com um vizinho	15) ajudei a resolver conflitos entre vizinhos
16) ajudaram a resolver conflito na família	16) ajudei a resolver conflitos de família
17) quando peço, recebo ajuda	17) quando me pedem, ajudo

Uma mutirante do Projeto Dom Helder Câmara ilustrou bem como a solidariedade no cotidiano funciona entre os vizinhos em pequenos gestos para quem faz, mas de grande valor para quem recebe a ajuda do outro.

Tem sempre alguém que faz algo pra gente. [...] ‘ô, filha, tu pode quebrar um galho pra mim?’ Seja o que for, uma vez peguei uma chave minha ‘ô, minha filha, vou deixar a chave aí, você tira uma cópia?’ Isso é algo de extrema importância [...] a porta não abre sem a chave. (D.Eloísa, DH)

O relato a seguir evidencia a forma de circulação das dádivas. A retribuição nem sempre vem da pessoa a quem se ajudou, nem se obtém o mesmo retorno que se deu, o que evidencia a inexistência de cálculo contábil na retribuição da dádiva.

É que eu gosto mesmo de ajudar, se alguma pessoa precisar de mim eu estou ali. Só se eu não puder ajudar, se eu puder, eu ajudo. [...] Cuido. Se tiver uma pessoa doente precisando de mim eu estou ali presente. Eu estou pronta para qualquer coisa. [...] **Porque eu não sei o dia de amanhã.** [grifos nossos] Mesmo a pessoa que eu estou ajudando e amanhã eu posso precisar e ela não ajudar, mas eu tenho outra que vem e ajuda. [...] É difícil você receber o mesmo retorno que você me deu, é muito difícil. (Luzia, AB)

Uma participante do grupo focal de Abençoada por Deus que só mencionou ‘coisas ruins’ associadas aos vizinhos, no entanto declara que “Ali não presta nenhum! Só presta só uma,

ali, que é lá de cima, último andar, que é Socorro. [...] Que me dá socorro.” (Carla, FM, AB)
A vizinha que ela julga prestar é quem a ajuda.

O relato a seguir, de outra moradora de Abençoada por Deus, ilustra a disponibilidade existente para a solidariedade diante de necessidades e dificuldades do cotidiano, ao explicitar o potencial para a ajuda mútua entre os moradores das comunidades de baixa renda.

Quando eu tava internada com meu filho, minha vizinha foi lá, me ajudou, ajeitou minha casa, minhas coisas [...] foi limpar lá [...] na antiga Abençoada. [...] Aqui, quando eu preciso [...] a vizinha fica com minha menina, ou às vezes eu deixo a chave de casa, ela vem dá uma olhadinha. Quando eu preciso e ela pode, ela ajuda [...] quando ela precisava, eu também ajudava [...]. (Joana, AB)

Essa vizinha, com quem pode contar, não mora no mesmo bloco, o que torna evidente que o potencial para a solidariedade pode extrapolar a vizinhança mais próxima. A retribuição é poder ajudar quando o outro precisar. “Se eu precisar, posso contar. [...] Agradei, quando ela precisasse, eu ajudava. Agora não, mas lá, às vezes ela precisava levar o menino pra escola. [...] Aqui ela vai de bicicleta. Às vezes, eu empresto a bicicleta.” (Joana, AB) Estabelece-se uma troca de favores que ocorre com mais de uma pessoa, independentemente do bloco em que morem. O que faz o vínculo perdurar e poder contar com a outra é a relação de proximidade e a amizade existente entre elas. Há muitas pessoas com quem pode contar, mas não é sempre. Obviamente, a ajuda vai depender da disponibilidade. Costuma dar conselhos e ajudar as amigas nas dificuldades do cotidiano e relata como isso ocorre: “[...] tomo conta dos meninos. [...] Às vezes a gente chama, fica conversando. [...] Converso, aconselho. Às vezes a pessoa ajuda tanto com a palavra. A pessoa tá tão apenada e uma palavra já ajuda. [...] Quando eu também tô apenada, chega, aconselha.” Com isso, estabelece-se um clima de confiança e de amizade que lhes permite deixar a chave da casa com várias amigas vizinhas.

Uma mulher do grupo focal de Vila Independência fala da retribuição como ajuda mútua, pois passa a contar com a pessoa a quem ajudou: “Eu tenho uma vizinha que mora muito distante e eu sempre recebo a ajuda dela. Geralmente ela está mandando coisas pra mim e eu sou solidária igual a ela, porque eu conto com ela, quando ela precisa de mim.” (Antônia, F, VI)

Há também quem empresta dinheiro e não aceita receber depois, pois prefere poder contar com a pessoa, quando precisar. Esta moradora de Vila Independência relata:

[...] eu pedia dinheiro emprestado e dizia que não precisava pagar, 100 reais no cartão. [...] eu dizia: [...] ‘eu pago a você com o Bolsa-Escola’, aí ela dizia: ‘Não [...] deixe pra lá. Um dia eu posso precisar também, e se a senhora tiver, a senhora tá pra me ajudar.’ Eu pedia dinheiro emprestado a

ela, e ela deixava pra lá. Ela comprou um celular pro meu filho, pra eu pagar a ela todo mês; ela não quis que eu pagasse. [...] quando eles precisam de mim, eu tô ali pra ajudar eles. Essa [...] mesmo, ela tem 4 filhos, um deles é especial. Quando ela sai pra ir no médico ou na igreja (que ela é evangélica), ela precisa de mim, ela liga: ‘Dona Fulana, pode vir ficar?’ Eu faço questão, eu vou. Porque ela me ajudou muito. Agora quando eu não posso ir, tenho alguma coisa pra resolver, eu digo: [...] eu não posso hoje não, dá pra eu ir amanhã? [...] [a vizinha] tinha condições, ela dizia que eu tava sem condições, ao invés de eu pagar ela, eu pagava favores. Ficava com os filhos dela, e ainda hoje ela precisa de mim. (Andrea, VI)

Esse depoimento traz a riqueza contida na relação de vizinhança baseada na dádiva de ajuda mútua e na solidariedade no cotidiano. Para a vizinha, era mais importante poder contar com a outra, quando precisasse, mesmo sem ter certeza, do que receber o dinheiro emprestado. Esse exemplo ilustra que a contabilidade e o cálculo nem sempre conduzem as relações. Com tal postura, os laços entre as duas foram fortalecidos, bem mais do que se tivesse havido o pagamento do valor emprestado. Mais uma vez, mesmo sem conhecer a teoria da dádiva, agiram segundo seus princípios.

Contrariamente aos que defendem a não existência de interesse na dádiva, é possível argumentar que o interesse ou a própria expectativa de retribuição pode contribuir para o bem-estar e a satisfação do doador, fortalecer os laços entre quem recebeu e quem fez a doação, e até mesmo proporcionar uma melhoria da qualidade de vida, a partir do momento em que se passa a contar com o outro em uma relação de solidariedade mútua para lidar com as dificuldades cotidianas.

Quando a retribuição é a satisfação pessoal e o prazer, poder-se-ia associar à dádiva-dom, porque o prazer é um atributo do sujeito que doou, é como se fosse um talento que ele possui, e há um prazer como ao contemplar o belo. Quando há uma expectativa de aproximação ou sociabilidade com o outro ou por gratidão, pode-se associar à dádiva de aproximação. Quando há a expectativa de poder contar com o outro no cotidiano, da solidariedade no cotidiano, pode-se classificar na dádiva de partilha ou de ajuda mútua. Esta retribuição do doador, associada ao sentimento de obrigação e de dívida da parte de quem recebeu o ‘favor’, é o ‘cimento’ das relações de ajuda mútua e um recurso para lidar com as carências do cotidiano. Como é esperado e quase obrigatório poder contar com o outro quando precisar, se a retribuição não acontecer, ocorre “a guerra”, a ruptura, o ressentimento, como demonstrado no capítulo 7. É a dádiva na sua expressão genuína de dar-receber-retribuir (MAUSS, 2003).

Essa solidariedade cotidiana, evidenciada nas diversas manifestações apontadas no Quadro 7, e nas declarações de que “podem contar com quem ajudaram”, que estão sempre dispostos a

ajudar quem os ajudou, é um recurso poderoso que os pobres encontraram para a ineficácia das políticas públicas, ao proporcionar uma melhoria das condições de vida e de moradia em um sistema que os exclui.

O potencial para o surgimento de outras manifestações de solidariedade pode ser representado nas declarações “quando peço, recebo ajuda” e “quando me pedem, ajudo”. Possivelmente, a primeira frase é mais confiável, pois ilustra a disponibilidade do outro em relação ao entrevistado, e não algum episódio contado pelo entrevistado que protagoniza o herói.

O recurso da solidariedade na ajuda mútua cotidiana deve ser reconhecido e potencializado pelas políticas, e não enfraquecido ou destruído com projetos e políticas que não contemplem os interesses dos beneficiários, como foi observado no Conjunto Abençoada por Deus.

8.1.2 COM EXPECTATIVA DE RETRIBUIÇÃO SEM PRAZO DEFINIDO

Nesse grupo foram enquadradas as categorias em que a expectativa de retorno podem ser a médio e longo prazos, ou não ter prazo determinado. Foram classificadas em duas modalidades: a) as situações em que espera-se que a retribuição venha de Deus, e b) o retorno político, essa mais encontrada entre os líderes comunitários.

A primeira modalidade será tratada com maior profundidade na discussão das situações facilitadoras de dádiva associadas ao contexto pessoal, ao tratar a religiosidade como um motivador pessoal. Mostrou-se evidente que a religiosidade pode impulsionar as práticas de solidariedade, com a expectativa de que a retribuição virá, algum dia, de Deus. Embora houveram relatos que apenas faziam por amor ao próximo, o que também está implícita a religiosidade. A crença de que se ajuda alguém, Deus vai ajudar, esteve presente em diversos depoimentos: ‘Deus dará em dobro’ ou retribuirá de alguma forma àqueles que ajudam alguém necessitado.

Alguns revelaram que não poderiam esperar o retorno direto das pessoas a quem ajudaram, até porque não têm muito como retribuir, pelas dificuldades socioeconômicas em que vivem, então a expectativa é de que Deus, ‘que tudo vê’, retribua, de alguma forma. No entanto, não há garantia e a retribuição recebida é percebida como algo associado à vontade de Deus.

Uma entrevistada conta como a filha conseguiu o primeiro emprego na Caixa Econômica Federal e acredita que suas orações contribuíram, e isso foi uma retribuição de Deus por ela ter ajudado outras pessoas: “Fiquei surpresa e não fiquei, porque eu rezei muito, fiz muita

oração. Não fui egoísta, mas Deus sabia que eu precisava [...] se tiver precisando eu faço [oração], Deus que faz o resto. Se aquela pessoa merecer, Deus vai ajudar.” (Vitória, AB)

Há também a crença de que ao fazer o bem, a pessoa receberá o mesmo em troca, o que também está associado a uma visão cosmológica própria, como revela o depoimento de uma líder de Mulheres de Tejucupapo: “A gente faz essas coisas mas a gente sabe que o retorno não vai vir daquela mesma pessoa não [...] Aquele de lá de cima vê tudo. [...] Tudo que a pessoa faz aqui na terra é um retorno pra tu mesmo. [...] Se você faz bondade, você tem retorno de bondade.”⁹⁹ (líder de Tejucupapo)

Já esta participante do grupo focal de Abençoada por Deus também se refere à possibilidade de receber a retribuição de Deus, se não puder ajudar naquele momento, mas depois. “[...] dando um prato de comida a uma pessoa, Deus dá de dobro [...] Mas nem todo dia nem toda hora a gente tem condição. [...] eu não tenho hoje, mas depois eu lhe dou. Tem condições de me dar um pouco de farinha? [...] Isso é o que? Uma ajuda que ela está dando.”

Essa retribuição que vem de Deus é uma expectativa de retorno que se fundamenta na fé. Qualquer coisa pode ser entendida e aceita como a vontade de Deus e como uma retribuição a algo que se fez. Essa modalidade de dádiva pode ser classificada como dádiva religiosa, pois está associada à fé.

8.1.2.1 A RETRIBUIÇÃO POLÍTICA: A DÁDIVA DE LÍDERES COMUNITÁRIOS

A outra modalidade de dádiva em que há uma expectativa de retribuição sem prazo definido é a exercida pelos líderes comunitários, que se dará destaque face à importância que esse ator tem na comunidade, tanto na organização e mobilização comunitária, como na consecução de melhorias para o local, com reflexos diretos, portanto, na qualidade da moradia.

A descoberta dessa modalidade de dádiva surgiu no início das pesquisas exploratórias. A atuação da líder de Rio Doce foi decisiva para o êxito do projeto. A história de pobreza, sem ter uma casa onde morar, motivou-a a envolver-se na luta por moradia. No entanto, a militância política e a religião foram aspectos relevantes no seu compromisso com o coletivo – era militante do PC do B e evangélica. Seu depoimento mostrava grande fé em Deus e compromisso com um mundo mais justo e melhor para todos.

⁹⁹ Eventualmente, dada a relevância, foi mostrada uma citação de algum entrevistado na pesquisa exploratória.

O então presidente do Conselho de Moradores do Córrego da Josélia também é um exemplo de compromisso com a comunidade, atestado por três outros entrevistados, um dos quais declarou que ‘era tão bom que era besta’. Dois técnicos da CODECIR também atestaram sua liderança para mobilizar os moradores na coleta de materiais recicláveis da população, venda dos mesmos e, com o dinheiro arrecadado, promove eventos na comunidade, o que já se reveste da obrigação tripartite de dar-receber-retribuir. Emocionou-se ao mencionar uma ajuda que prestou a alguém e nunca esqueceu: deu o dinheiro da passagem a um morador que ia tentar um emprego e essa pessoa continuava no emprego até o momento da entrevista, anos depois. O seu gesto de doar o dinheiro da passagem foi definidor do atual trabalho de alguém e lhe trouxe empoderamento.

No entanto, ser um líder também requer sacrifícios pessoais. A líder de Rio Doce separou-se do então marido, durante o mutirão, foi ameaçada de morte e não sentiu reconhecimento por parte da comunidade; ao contrário, havia desconfiança quanto à sua real motivação, por não haver recebido nenhuma casa. Candidatou-se a vereadora pelo PC do B, mas declarou não se arrepender, pois, caso não tivesse lutado, não estaria ali contando a história. O líder da Josélia gostaria de fundar uma ONG para continuar o trabalho. Ambos, em tentativas distintas de mudar de vida, buscavam uma outra atividade política que proporcionasse reconhecimento.

Durante as entrevistas exploratórias, três líderes comunitários se emocionaram ao narrar suas histórias. Nas três situações, os relatos estavam vinculados a alguma forma de dádiva, em que eram protagonistas de uma ajuda importante para o outro: o salvamento da vida de um bebê, a doação do dinheiro para viabilizar um emprego e o protagonismo na luta por moradia. A iniciativa e a agilidade na definição de uma situação de importância para o outro gera o sentimento de ‘poder’, ‘capacidade’, ‘utilidade’ em relação à vida do outro, configurando-se como um retorno positivo do exercício da liderança. A confiança que adquirem das pessoas a quem ajudaram os legitima para buscarem apoio político para os seus projetos ou nas eleições.

Os líderes são solicitados para a resolução de problemas e conflitos cotidianos da comunidade, às vezes a qualquer hora da noite. A dádiva que todos demonstraram foi a dedicação ao coletivo que essa atividade exige, o que faz com que mesmo líderes ‘populistas’ dediquem tempo a melhorias para a comunidade e à solução de problemas. Os líderes dos Pedreiros Solidários e do Projeto Dom Helder Câmara são militantes do PCR. O primeiro é líder sindicalista, o que também evidencia suas motivações associadas a ativismo e engajamento político-social. Portanto, pode-se caracterizar as modalidades de liderança em:

- i) Liderança político-ideológica, com militância partidária e/ou sindical;
- ii) Liderança associada a algum político, que se intensifica nos períodos de eleições;
- iii) Liderança independente, que não está associada a um partido ou a um político, mas a uma vontade de desenvolver uma atuação coletiva.

Uma líder de Tejucupapo sintetizou seu sentimento como líder local: “O que é que eu dou? Eu dou minha vida. [...] Eu deixo de viver a minha vida para viver a vida dos outros. [...] Aqui eu me sinto mais completa porque eu me sinto útil pras pessoas aqui de dentro.”

As situações associadas à retribuição política do líder comunitário podem ser classificadas em três modalidades: i) as situações em que busca prestígio e reconhecimento para apoio aos seus projetos; ii) as situações em que a dádiva agonística se manifesta na rivalidade e na disputa política por poder local, e iii) nas situações em que busca a construção do socialismo.

Na primeira modalidade, foram enquadradas as situações em que a retribuição pela atuação política vem sob a forma de prestígio, reconhecimento, distinção, demonstrando o orgulho pelo trabalho que desenvolve na localidade, a vaidade, a vontade de sentir-se importante, o desencanto e o cansaço pelo não reconhecimento de sua liderança. Essa participante do grupo focal de Vila Independência exemplifica a dádiva na ação de líderes comunitários.

Eu quando estava grávida [...] eu não tive solidariedade de ninguém. Aí tenho até hoje, mas não é daqui não, é de fora. Tem uma pessoa que eu morei na casa dela desde pequena [...] ela não mora aqui não; [...] a comunidade lá é louca que ela seja líder comunitária de lá, mas ela não quer. Sempre eu recebo ajuda dela, tanto de dinheiro, quanto de feira, eletrodomésticos [...] o que eu peço deles dois, me ajudam. O líder também [...] não tenho o que dizer dele, assim, da minha parte, se eu peço, ele também me ajuda, inclusive quando meu barraco caiu; ninguém me ajudou, a única pessoa que foi lá e levantou pra mim foi ele. Então assim, eu tenho muita ajuda lá e no mesmo instante eu não tenho. (Antônia, F, VI)

Está presente essa ambiguidade ao reconhecer a solidariedade das pessoas, mas ao mesmo tempo, as pessoas são egoístas e não ajudam.

Os líderes também apoiam as ocupações e facilitam a construção das casas, por meio do controle de quem chega e fixa residência no local. A líder de Abençoada por Deus, por ser da comissão, envolveu-se e dedicou-se durante 14 anos à luta por moradia. Curiosamente, salienta a falta de interesse, mesmo sem que se houvesse evidenciado que ele existia.

Amor, carinho, sempre fazia tudo com muito amor, carinho, reunião, explicava pras pessoas o que foi a reunião, o que saiu, como ia ser feito, [...] que ia ser um condomínio fechado, que não podia fazer ligações, não podia

fazer barulho [...]. 14 anos eu trabalhei com amor e com carinho, sem nenhum interesse. (Vitória, AB)

Um líder que faz oposição à AHPNE, em Dom Helder, expressa orgulho por ter participado do cadastro das pessoas: “[...] a maioria agradece porque [...] em torno de trinta pessoas, eu fiz o cadastro. Então foi uma solidariedade. Hoje eu entro em qualquer setor [...] não tenho vergonha porque teve alguns casos aqui de compra de cadastro. [...] Cadastrei, indiquei, passaram e estão morando hoje.” (Roberto, DH) Esse depoimento já revela uma disputa que se materializa na dádiva agonística, de rivalidade e disputa política pelo poder local, o que tanto pode causar divisão, desagregação, como união dentro dos grupos.

Quando há divisão de grupos pelo controle político local, ocorrem disputas em que buscam maximizar as conquistas para ampliar sua liderança, semelhante à dádiva encontrada por Mauss entre os líderes das tribos estudadas. Em tais situações se enquadraram os depoimentos dos líderes comunitários de grupos políticos antagônicos, que disputam espaços de poder local. Por vezes, essa disputa leva à depreciação e à desvalorização do trabalho do ‘inimigo’ político, a divisões e desagregação da comunidade e até à inviabilização de projetos, apoios e parcerias. Assumem uma postura reativa a iniciativas do grupo opositor. Há também uma competição para capitanear melhorias e projetos para a localidade. Uma líder declarou que havia ‘doador’ uma tonelada de alimentos à localidade em que morava, como uma forma de ganhar poder local, numa clara semelhança à dádiva agonística observada por Mauss (2003).

Por vezes, as iniciativas podem provocar ‘ciúme’ ou ‘inveja’, pois trazem prestígio político e poder ao doador. Em Abençoada por Deus, a compra do gás do vizinho causou incômodo a um líder de outro grupo político. O diálogo explicita a dádiva agonística:

‘Falaram pra mim que tu comprasse um bujão de gás.’ Eu disse, ‘eu não, as pessoas ajudaram. Olhe, o senhor me desculpe, eu não quero ser ignorante, mas mesmo assim eu estou sendo. Pra eu poder ajudar uma pessoa, qualquer pessoa, não vou pedir permissão a ninguém, só a Deus, muita força e condições pra eu poder ajudar. O senhor é o que meu? Nada. [...]’ Eu senti que eu fui meio grosseira, mas depois [...] vou pedir desculpas. (Vitória, AB)

A reação agressiva foi justificada por se sentir ‘controlada’ na sua iniciativa de ajudar alguém. Toda a movimentação e mobilização que fez ao pedir dinheiro para comprar o gás do vizinho fortaleceu sua liderança de forma positiva, como uma pessoa generosa e pronta a ajudar quem precisa. Sentiu-se incomodada com a curiosidade do ‘seu oponente político’ e reagiu, atacando-o para se defender. Essa situação ilustra como a dádiva agonística pode materializar-se na contemporaneidade, e particularmente nas áreas de baixa renda.

A disputa entre os líderes pode ampliar as conquistas para as comunidades, mas também pode contribuir para dificultar o andamento de ações e projetos. A pesquisadora participou de uma reunião comunitária do Projeto Dom Helder Câmara, com muita disputa política e mutirantes desestimulados. Nesse mês (02/2008), havia sido executado 32% da obra e apenas 17,5% das famílias atingiram as 64 horas, sendo o mês de menor presença de famílias na obra e de maior dificuldade do projeto. Essa crise foi acirrada por disputas entre os dois grupos políticos e contribuiu para o atraso da obra. Uma líder refere-se ao grupo que fazia oposição à AHPNE.

Eles até me chamaram pra assinar um documento, pedindo saída da Associação. Porque eles já tinham uma associação praqui pra dentro. Aí como eu não aceitei, eles começaram a me difamar nas assembleias, dizendo que eu estava recebendo pela Associação [...] coisa que eu não tô fazendo. [...] sei que um mutirante não pode trabalhar e receber. Como é que eu sou mutirante e tô pagando pra receber do meu próprio dinheiro? (Olga, L, DH)

Essa reação de difamação provocou ressentimento nela e acirrou a divisão do grupo, mas, como líder, busca ser referência e tratar os outros como gostaria de ser tratada.

Eu fiquei um pouco magoada, chateada [...] mas tem gente que fica com raiva da pessoa e fica difamando a pessoa; [...] eu tenho que dar exemplos, então se eu quero que uma pessoa me respeite, como é que eu vou chegar [...] o que você falar pra mim eu chego pra vender pro outro. [...] esse tipo de coisa foi que fez a divisão das pessoas aqui dentro. (Olga, L, DH)

No caso do Projeto Dom Helder, a disputa e a desconfiança entre os grupos chegou ao ponto de se duvidar da honestidade do outro grupo e de dificultar e atrasar a obra para esvaziar as conquistas do grupo opositor, mas a experiência política permitiu lidar com a situação.

[...] interesse político, porque [...] se eu não faço nada, mas você também não faz, estamos empatados. Agora, eu não posso não fazer nada e você fazer. Na política, embora que você se prejudique, mas você fique igual aos outros está tudo bem, então você desqualifica o outro dizendo que desde o início você já dizia que ele não estava certo. [...] é uma situação muito cômoda, [...] se der certo, 'foi porque a gente falou'. Se der errado, 'a gente já tinha falado antes.' [...] você tem o que ganhar e nada a perder. (João, L, DH)

Os grupos políticos criticaram as ações e o comportamento do grupo opositor e buscaram o controle político da situação, mediante apoio aos aliados nas tomadas de decisão. Tal fato foi observado em todas as localidades, com maior ou menor intensidade. Essas disputas podem ter aspectos positivos, associados à democracia, como também à reorganização de novos grupos. Quando as disputas provocam rompimento, também pode haver rearranjos com nova configuração e outros aliados, mas, habitualmente, gera-se desgaste entre os participantes, o que pode ter rebatimentos na própria luta. Dentre as grandes dificuldades encontradas, a luta interna parece ser um dos grandes desafios, apontado pelo coordenador do projeto.

Uma outra situação encontrada, particularmente entre os líderes e militantes do PCR e MLB, foi a simpatia ou o compromisso com a construção do socialismo, o que os motiva a se envolver em lutas coletivas, muitas vezes com grande sacrifício pessoal, como é observado no depoimento a seguir de um dos líderes do MLB e PCR:

É uma coisa que às vezes as pessoas confundem: nós somos marxistas, materialistas, no sentido de sentir, não no sentido material. Então pra gente a questão material não é muito importante não. [...] Assim, meu sonho é ver a transformação, ver a construção do Socialismo, [...] tenho consciência do que eu tô fazendo é o melhor pra humanidade, nos meus limites. Nosso objetivo final é o Socialismo, se eu vou conseguir ver ou não, eu não sei, mas sei que tô contribuindo pra isso [...] eu não tô do outro lado, do lado de quem destrói. Então é a questão da própria consciência de que lado você está, né, o que você tá fazendo pra modificar essa situação. Cada um faz como pode, vou fazendo dessa maneira com uma visão transformadora, uma visão mais radical [...]. Mas nós sabemos que é possível, agora quando será, depende muito da gente também. (Pedro, L, DH)

Nas categorias de situações em que a dádiva se manifesta com a expectativa de retribuição sem prazo definido, encontram-se duas modalidades de retorno: o político e o religioso, em que está implícita alguma expectativa ou desejo de retribuição. Em ambas, a retribuição é imaterial, incerta e sem previsão de prazo.

A expectativa de retribuição embasada na fé, na religiosidade, no caso da retribuição que vem de Deus, funda-se na crença ou no atendimento efetivo de algum pedido. Essa retribuição tem o caráter simbólico, pois pode ser representada por qualquer coisa com que Deus queira retribuir. Como tal retribuição é incerta, não se sabe quando, nem o quê, não se caracteriza como um condicionante para a ocorrência da dádiva. Não é a possibilidade concreta de essa retribuição ocorrer que motiva a dádiva, mas a crença na possibilidade de retribuição, quando invocam a participação e a ajuda de Deus no dia a dia e atribuem a Deus diversos sucessos e vitórias em suas vidas. A retribuição de Deus – o quê e quando – vai depender da crença. Então, é a própria pessoa quem julga a retribuição de Deus. Como Ele é generoso, normalmente a retribuição de Deus é algo muito bem visto e pode ser creditado a qualquer fato. O que importa é estar em sintonia com os mandamentos de Deus, o que será mais aprofundado ao se analisar a religiosidade como fator motivador. Essa modalidade, a dádiva religiosa, costuma estar associada ao cidadão comum, principalmente às mulheres.

A dádiva política tem maior incidência em quem ocupa uma posição de liderança, na pesquisa representada por líderes comunitários e militantes/líderes político-partidários. A retribuição advinda dessa modalidade ocorre sob a forma de prestígio, reconhecimento e poder. Pode estar associada à militância política, a algum candidato, ou ter um nível de politização cuja

base é a construção de um mundo melhor e mais justo para todos. Essa última motivação foi especificamente encontrada nos líderes do MLB e PCR. Possivelmente essas categorias de situações serão encontradas em militantes e líderes de outros partidos de base comunista, socialista, marxista, ou que tenham como princípios a construção de um mundo mais justo e igualitário. No entanto, quando ocorre a disputa por mais conquistas, por realizar mais, a dádiva política assume o formato de dádiva agonística, também observado em alguns líderes.

Algumas semelhanças surgem nas três modalidades de dádiva política: o prestígio e o poder da posição de líder, e a dedicação e o envolvimento que esse papel exige. Os líderes exercem uma forma de dádiva que pode estar associada ao compromisso com o coletivo, com o outro, ou apenas por eles se sentirem importantes e reconhecidos na localidade em que moram. O nível de envolvimento emocional de alguns entrevistados ficou evidente nos relatos. O reconhecimento é esperado por alguns deles devido à dedicação às lutas em favor da comunidade. Além do prestígio, esperavam reconhecimento. Quando não receberam o reconhecimento, sentiram-se cansados, pois doavam algo de si.

Independentemente da forma de retribuição esperada ou da natureza da motivação do líder, é importante salientar seu papel formador e multiplicador nas comunidades em que atuam. O referencial que exercem como exemplos, condutores e estimuladores de atitudes de solidariedade e dádiva é um aspecto relevante a ser considerado nas políticas públicas.

8.2 FATORES MOTIVADORES RELATIVOS AO CONTEXTO PESSOAL

Um fator motivador, em princípio de natureza pessoal, que pode estar presente em todas as subcategorias, está relacionado com o nível de bem-estar e satisfação que cada um possui consigo mesmo, mas difícil de identificar. No entanto, foi possível inferir que as pessoas que se encontram mais satisfeitas com suas vidas desenvolvem uma maior propensão para a dádiva, é como se sentissem que receberam muito da vida e se predispõem com mais facilidade a dar. Tal predisposição pode estar associada à relação com o outro, com seus próprios valores morais, mas também com o contexto espacial, pois as condições de moradia causam impacto direto na sensação de bem-estar. Essas pessoas desenvolvem uma atitude mais positiva em relação à vida e muitas vezes se colocam disponíveis para ajudar. Usualmente agem de forma mais solidária, o que pode ser constatado pela sua postura de cooperação. Não foram destacadas as situações específicas ligadas a essa categoria por entender ser uma condição ou premissa que pode ser comum à maioria das situações

analisadas. O depoimento de uma moradora de Vila Independência é revelador dessa predisposição para ajudar a quem precisa: “É assim, eu ajudo como eu posso, não é? Eu ajudo minhas irmãs também, quando chegam lá e precisam de alguma coisa, se eu tiver também está na mão. Ajudei ela (rindo) Eu dei um bocado de madeira pra ela fazer a cerca. E eu ajudo como eu posso. Se precisar de mim na hora, eu tendo eu ajudo.” (F, VI)

Entre os fatores motivadores pessoais de dádiva e de solidariedade, é mister destacar: i) os valores morais individuais e o sentimento de dever, e ii) em retribuição a algo recebido.

8.2.1 OS VALORES MORAIS E O SENTIMENTO DE DEVER: A RELIGIOSIDADE COMO MOTIVAÇÃO

Foi identificado que os valores morais têm uma importância fundamental para a ocorrência de dádivas. Ao adotar ‘valor’ como eixo norteador do Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro (RDH) 2009/2010,¹⁰⁰ o PNUD demonstra a importância que a formação e o fortalecimento de valores deveriam ocupar no âmbito das políticas públicas. Foi criado o Índice de Valor Humano, o IVH, que buscou associar uma abordagem qualitativa a alguns parâmetros analisados no IDH.

O entrevistado é motivado a ajudar o outro por suas convicções e valores pessoais. A formação dos valores morais pode estar associada às três fontes simultaneamente. O que diferencia a associação a determinada categoria é o contexto do relato. Uma líder de Abençoada por Deus expressa seu sentimento de dever partilhar o pouco que tem com quem precisa. Essa entrevistada emocionou-se várias vezes durante seu relato de história de vida.

[...] eu nunca tenho uma coisa pra dizer, isso aqui é meu. Só meu. Não, isso aqui é nosso, gente! É nosso! Por que só meu? [...] Eu só tenho um pão, num tá vendo que eu não vou dividir com aquele pessoal que tem ali naquela casa: dez pessoas que tá morrendo de fome. Pode sim! Você fica sem, e pega aquele pão assim ó... parte cinco pedaços e dá. Eu te juro fia, que vai matar a fome daquela pessoa e você que ficou sem, você num fica com fome (Vitória, AB)

Em outro trecho, salienta a importância de dar e receber afeto e de colocar amor no que faz: “Tudo que você for fazer na sua vida, até [...] botar uma folhinha de árvore aqui; se você botar

¹⁰⁰ De forma inédita, o relatório foi elaborado a partir de uma consulta pública que escutou, em 2009, mais de 500 mil pessoas para definir o tema. A resposta para termos uma vida melhor 'de verdade' é que precisamos de mais respeito, responsabilidade, tolerância, etc. Particularmente, precisamos de valores humanos para ter uma educação de qualidade e uma sociedade com menos violência. O PNUD produziu um primeiro caderno com a experiência da consulta. O segundo caderno do RDH explorou o papel dos valores para o desenvolvimento (com ênfase na educação, violência e família) e o terceiro caderno tratou das políticas públicas. Ver detalhes no link: <http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=3537&lay=cid>.

ela com amor e com carinho, ela sempre tá ali bonita, mas se você não botar ela com amor e com carinho, ela vai acabar. [...] Porque isso aqui é uma família. Ninguém manda em ninguém.” (Vitória, AB) Seus referenciais de valores estão fundamentados no trabalho. Foi mãe solteira e sustentou a filha sozinha. Morou em São Paulo durante vários anos e na época da entrevista trabalhava em casa de família. As conquistas foram com dificuldade e muito trabalho, por isso critica quem destrói e é a favor de medidas educativas e punitivas para quem depreda algo coletivo.

Outros só vieram pra badernar, pra destruir¹⁰¹, pra acabar [...] Eu vou lhe fazer uma pergunta, me responda com toda sinceridade: se a gente soubesse quem foi a primeira pessoa que fez isso, chegasse e botasse essa pessoa pra construir duas paredes: ‘esse vai ser o seu castigo’ [...] pra ele sentir e poder dar valor àquilo que ele tá fazendo. [...] Porque é difícil construir, mas destruir é fácil. Tem que ter força pra levantar aquilo ali sozinho [...]. um castigo: ‘você vai deixar isso aqui do mesmo jeito que tava. Não sei quanto tempo vai durar, isso é problema seu. Agora tem que trabalhar, fazer.’ Saiu do meu bolso. [...] Por que eu vou destruir? (Vitória, AB)

Esse depoimento leva a refletir sobre a condição de haverem recebido gratuitamente os apartamentos. Aí pode residir um sentimento de desvalorização do que foi recebido, como foi constatado nos depoimentos, principalmente ao se comparar com o Projeto Dom Helder Câmara, em que as pessoas passaram dois anos trabalhando para construir as casas, e ainda irão pagar durante 20 anos. Possivelmente, algum envolvimento mais ativo, mesmo simbólico, que os fizesse dar ou contribuir com algo, pudesse fortalecer a relação com a casa.

Uma outra moradora, que participou do grupo focal, também dá muito valor ao trabalho e à luta para conseguir melhorar de vida com seu próprio esforço.

[...] o dinheiro que pega vai dividir para a comida e para o aluguel. Então essa pessoa não precisa? Precisa. Porque a senhora é mais do que eu um pouco. [...] a senhora vai ficar menos que eu? Não, a senhora vai crescer. Eu tenho menos, eu vou ficar mais menos ainda? Não! Eu tenho que crescer mais. Como é que eu vou crescer? É pedindo ao prefeito? É pedindo aos vizinhos? Não! Eu vou lutar! Porque se a gente lutar a gente consegue. A gente luta dentro de casa, numa calçada? Não. A gente tem é (que sair) da casa e lutar! (Vera, FM, AB)

Por isso considera tão importante ajudar com uma oportunidade de trabalho e não para atender a uma necessidade imediata. Curiosamente, discorre sobre os princípios da teoria da dádiva sem nunca ter estudado o assunto. Seu saber fundamenta-se em vivências e valores. Para ela, não é pagando em dinheiro que se retribui, é, inclusive, retribuindo a outra pessoa.

¹⁰¹ Refere-se à depredação do centro comunitário cerca de um mês após habitarem no local.

Ajuda eu acho que não é um prato de comida. Uma ajuda é alguém dizer: ‘[...] lá onde tu trabalha tem alguma pessoa que precisa de alguma coisa?’ Aí eu sei que tem e digo pra ela para ela fazer aquela faxina [...] Isso aí ela vai me pagar mais tarde? Não, ela vai fazer o mesmo que eu fiz, com outra pessoa. Ela não vai chegar pra mim, receber o primeiro salário dela: ‘olha, tu fez isso pra mim, toma tanto.’ Não, não é isso. O que eu fiz pra ela hoje ela vai fazer pra outra pessoa mais tarde. (FM, AB)

Em algumas situações esses valores morais traduziram-se em uma autoestima forte, pautada no trabalho honesto, na luta diária para sobreviver e construir as condições de uma vida digna. A maioria das pessoas cujos depoimentos refletiram essas situações possuíam orgulho de suas trajetórias de vida e de luta, e demonstraram uma forte dignidade, construída em cima da luta no enfrentamento das dificuldades. A superação dos desafios também as fortalecia com um sentimento heroico de terem conseguido chegar aonde chegaram, um sentimento de vitória por suas trajetórias de vida. Normalmente, são muito gratas a tudo que obtiveram e declaram estar predispostas a ajudar a quem precisa, o que leva a suspeitar de que esse sentimento de generosidade está associado ao fato de ‘a vida ter sido generosa com elas’, de ‘terem recebido muito da vida’, e se sentem mais inclinadas a ‘retribuir a outros o que receberam’. Muitas vezes, o agradecimento ou retribuição é prestado a Deus, ou a quem necessita. O depoimento a seguir ilustra a dedicação ao trabalho com honestidade, os valores que compõem sua personalidade e guiam sua conduta. “Se eu der uma feira hoje pra ela, de hoje a oito ela não vai ter mais. Mas se eu der um emprego pra ela e ela zelar, ela vai crescer naquele emprego [...] pode ser o emprego que for [...] um colégio, uma creche ou uma casa de família [...]. O que vale é ser honesto, é saber fazer as coisas.” (Vera, FM, AB) A história dessa senhora é um exemplo das dificuldades de emprego que os pobres encontram. No entanto, é grande sua capacidade de lutar e de enfrentar os desafios.

Trabalhava na casa da patroa, mas quando foi com seis meses que eu vim pra Recife minha patroa faleceu. Fiquei na rua, sem teto, sem nada. [...] Então foi no momento que eu recebi trezentos reais pra escolher: ou ir embora ou tentar a vida aqui. Aí eu disse: ‘Vou tentar a vida aqui, com trezentos reais’. Há vinte anos atrás. Aí eu peguei esses trezentos reais, aluguei um quarto lá na vila, por sessenta reais e fiquei procurando emprego. [...] Eu passei um mês e quinze dias sem trabalho, mas eu fazia faxina. (Vera, FM, AB)

Dentre os valores morais que passa para a filha, está o trabalho como referencial de dignidade e uma sutil crítica à influência das companhias e amizades.

[...] tem dezoito anos, eu ajudo ela mas eu digo: se você procurou sua vida, você vai trabalhar. Arrumei um emprego em casa de família pra ela, do mesmo jeito que eu trabalho. ‘Eu não queria isso pra você, mas você procurou. Vá estudar, bote seu filho numa creche e vá estudar e trabalhar.’ Eu não quero deixar ela de mão, ela com amiguinho ou com amiguinha o que é que ela vai arrumar mais tarde? (Vera, FM, AB)

Uma líder comunitária do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara expressa sua motivação para ajudar na luta por um mundo melhor. Sua história de vida também está associada ao compromisso com o coletivo, quer seja por meio de vinculações a igrejas, partido político, como militante do PCR, ou à luta por moradia, como militante do MLB. Ela entende que a força da sua liderança está no exemplo que transmite aos outros e tenta contribuir para mostrar outros valores, e não apenas o dinheiro. Essa compreensão, ela tem desde criança.

Eu gosto de ajudar porque eu quero um mundo melhor, porque você olha assim e vê muito egoísmo das pessoas, falta de caráter, esse tipo de coisa que [...] eu não gosto. Você ser uma pessoa solidária com a outra é dar exemplos, pra que aquela pessoa não venha a ser o que o mundo quer que ela seja [...]. Hoje em dia tudo gira em torno do dinheiro, tudo que a pessoa faz tem que ter dinheiro, eu acho isso errado. [...] A pessoa tem que ser solidário, tem que dar exemplos, tem que ser uma pessoa compreensiva. [...] Eu acho sim que tô contribuindo pela minha forma de agir, de mostrar pras pessoas que não é só o dinheiro que conta; que você ajudando seu amigo, ou mesmo não sendo seu amigo, você tá sendo solidário, não só com ele, mas também com o mundo, com a humanidade. Eu sei que do meu jeito eu estou ajudando as pessoas enxergarem que é melhor se unir do que brigar. (Olga, L, DH)

Exemplifica várias formas de cooperação e solidariedade. Busca ajudar quem precisa e critica a ajuda por interesse, numa clara intenção de criar uma imagem positiva ao salientar as qualidades, o que foi percebido em vários relatos. As modalidades de ajuda ou favor buscam suprir carências e necessidades do cotidiano, solucionar o problema ou dificuldade, e fortalece o sentimento de poder contar com o outro em alguma circunstância penosa. Isso pode refletir-se na sensação de fazer parte do lugar, de uma comunidade e, conseqüentemente, pode trazer uma sensação de bem-estar e de vida melhor.

[...] pra ajudar na casa, ou quando eles não têm tempo de ir na farmácia [...] aí eu vou lá, compro o remédio, faço uma coisa, faço outra [...]. Isso não é lá essas coisas. Mas tem gente que não gosta de fazer favor pro seu vizinho. Quando faz é com interesse em receber algo em troca. Tem uma menina lá na rua [...] disse que ia bater no meu sobrinho [...] a gente ficou um tempo brigada, mas sempre que ela vinha me pedir ajuda, eu não negava ajuda a ela [...]. Mesmo depois de brigada. [...] as pessoas vêm e me pedem ajuda, aí eu ajudo. [...] Quando é pra se mudar [...]. Aí as meninas não têm condição de pagar o aluguel de um caminhão, de um carro pra levar os móveis, aí a gente sempre se ajuda. Uma leva uma caixa, uma sacola de roupa, quando é pra mais perto. Quando é pra mais longe a gente pede [...] dinheiro mesmo, pra ajudar a pagar o aluguel do carro. Mas não é só daqui ou de onde eu moro, isso é de mim mesma em qualquer lugar. Até mesmo as amigas das minhas sobrinhas, se elas precisarem, eu sempre tô lá. Olho os meninos delas [...] as vezes as meninas precisam viajar aí pede pra eu ficar na casa dela, olhar a casa dela, aí eu vou durmo lá, passo uma semana. (Olga, L, DH)

A essa categoria foram associados os depoimentos que expressavam principalmente valores morais, que encontram sua origem: i) na religiosidade; ii) na educação e exemplos familiares,

e iii) na sensibilidade para com o outro. Esta última liga-se ao contexto do outro, mas possui origem pessoal.

Um outro fator motivador pessoal de dádiva e de solidariedade, que se mostrou importante, foi a forte religiosidade identificada nas declarações das pessoas: citam Deus e são gratos a Ele por tudo o que têm e expressam fé em um ser superior, que comanda suas vidas. Os indicadores foram a postura de vida, a história religiosa (mística, fé, formação e a prática religiosa), palavras e frases associadas à religião: Deus, amar ao próximo, amor, recompensa depois da vida. Para a maioria dos entrevistados, Deus ocupa um papel definidor dos rumos da vida e do cotidiano de cada um. As coisas são como são porque Deus quer assim, e há que se agradecer a Ele pelo que se tem na vida. Uma líder de Abençoada por Deus revela a relação de proximidade com Deus e como acredita que Ele é responsável por tudo que lhe acontece.

[...] sempre que eu chegava em casa, rezava, fazia minhas orações e pedia [...] ‘Deus, me dê um cantinho pra morar, nem que seja um barraquinho na favela.’ Todos os dias... porque eu pagava aluguel de casa, né. [...] Por que Deus me deu? Será que foi porque eu mereci? Ou será que porque eu rezava e pedia muito a Ele? Eu acho que foi pelos dois. [...] Sempre pedia a Deus: ‘Poxa, Deus, eu agradeço meu trabalho, minha casa, minha filha, meu pão de cada dia, minha roupa, eu agradeço. Mas eu recebo, pago aluguel, pago luz, pago isso, pago aquilo, e fico sem nada. Se Deus um dia me desse uma casinha [...] de madeira mesmo, na favela, isso pra mim seria tudo de bom.’ E ele me deu. ‘Deus, [...] eu quero só um barraquinho, na favela, pra morar com minha filha.’ Com a ajuda de Deus, com meu esforço, com minha fé, ele me deu condições de ter uma mansão. (Vitória, AB)

Esse depoimento ilustra a dádiva divina associada à figura de Deus. Essa religiosidade caracteriza-se principalmente pela inclusão de Deus na vida diária, um ente presente no cotidiano, que decide sobre as pequenas coisas da vida. Esse nível de relação direta com Deus pode fortalecer a crença e a fé de que é pelo merecimento e pela oração que se conseguem as coisas. Para ser merecedora, a pessoa deve fazer o certo e ajudar o próximo, como Deus quer.

Uma senhora de idade, moradora de Vila Independência, descreve que ajuda as pessoas, tendo como base os ensinamentos de Deus. Essa religiosidade também proporciona bem-estar, por estar fazendo o bem ao outro, como Deus determina.

Eu me senti tão bem, tão bem, ou pedindo compaixão de Jesus. Oh! Glória Jesus, é uma benção! Deus ainda vai me dar ainda mais. [...] Eu me sinto tão alegre quando eu dou uma coisa a uma pessoa. [...] ‘bota aí uma coisa pra dar a essa menina aqui’, a minha filha, ela vai e bota, se for uma carinha, se for um café, se for um tempero, se for um colorau. [...] ‘Obrigado vó, obrigado.’ [...] O motivo? Deus disse: ajuda que eu te ajudarei! Ajuda a quem está com fome, foi a palavra que Deus deixou. [...] Ele não quer esse negocinho não, da pessoa ser de mal com uma pessoa [...]. (D. Graça, F, VI)

Uma líder do mutirão de Dom Helder também traz uma história de vida de constante busca por um envolvimento espiritual maior e em lutas coletivas. Sua religiosidade tem referência familiar. O trabalho de evangelização e de educação com os jovens que desenvolveu na igreja é um exemplo de solidariedade coletiva e de compromisso com o coletivo.

A primeira igreja evangélica que eu fui foi a Assembleia, gostei [...], mas não muito, porque ela obriga as pessoas a usarem só saia e eu não gosto [...] Depois da Assembleia, comecei a ir pra Universal, lá me sentia bem, as meninas tinham um grupo jovem [...], os obreros que trabalham com jovens, tirar eles das drogas [...] gostei do trabalho lá e comecei a ficar com as meninas, [...] a trabalhar com elas. Dia de sábado e domingo a gente fazia o grupo de jovens na Igreja, passeava com os jovens, mostrava que as drogas não são o caminho certo. O caminho certo é você fazer um esporte, a gente jogava futebol, vôlei, vários tipos de jogos, também tinha leitura da Bíblia, [...] do jornal que a gente fazia com os jovens, discutia com eles, pergunta o motivo deles terem ido pro caminho errado, das drogas [...]. Na época que a gente tava, a gente conseguiu tirar muitos jovens, em torno de uns 20 a 25, das drogas. [...] Eu gostei muito do trabalho lá. Hoje em dia eu tô um pouco afastada da igreja, tô voltando aos pouquinhos, porque eu parei de ir pra igreja quando começou a obra aqui, de verdade. (Olga, L, DH)

Quando a dádiva religiosa está associada a alguma entidade e é realizada de forma mais coletiva, pode ter a intenção de evangelização, como no exemplo de uma entrevistada do mutirão. “Ah, continuei aqui pela Igreja mesmo, na Batista, dando enxoval, tudo pela Igreja. Evangelizando dentro da favela.” (D. Conceição, L, DH) E o envolvimento dela com a igreja também é iniciado a partir da dádiva, numa clara motivação de evangelização.

[...] eu vivia sozinha, aí então apareceu esse [casal], por isso hoje eu sou evangélica [...] ela [...] foi na minha casa, foi fazer uma visita. [...] convidou pra fazer uma visita na igreja, me evangelizou. Porque eu sempre fui temerosa a Deus, eu só não tinha uma religião fixa. Porque quando eu era pequena eu era católica, mas era uma católica que todo mundo diz: sou católico, mas não é praticante. [...] quando eu era criança eu ia pra igreja, comungava, esse tipo de coisa, mas depois que eu cresci, os afazeres, o trabalho, tudo, eu deixei. [...] quando viu que eu tava em situação difícil ela me deu a mão, alugaram um quarto pra mim, porque eu tava sofrendo na casa da sogra, ela arrumou um emprego pra mim. [...] fiquei viúva jovem e as duas filhas era tudo o que eu tinha, eu morria de cuidado. [...] era o medo de perder essas duas meninas. (D. Conceição, L, DH)

Muitas vezes, igrejas evangélicas oferecem a oportunidade de fazer parte de uma comunidade, ao fiéis que se sentem acolhidos pela igreja e obtêm apoio para lidar com os problemas e por meio da fé que encontram forças para superar os sofrimentos e ser feliz¹⁰². Essa sintonia cotidiana com Deus passa a consolidar uma fé em que Deus passa a ser a referência e a justificativa para muitas coisas, tanto o que ocorre de ruim como o que ocorre de bom com a

¹⁰² ELIAS (2006) analisa a sagração do dinheiro no neopentecostalismo como dádiva, inclusive a complexidade envolvida no acolhimento e no comprometimento dos fiéis uns com os outros e com a igreja.

pessoa. Para os que têm e praticam a fé, os ensinamentos de Deus devem ser seguidos. E um dos mais fortes ensinamentos de Deus é ‘o amor ao próximo’, e mais ainda, ‘o amor ao próximo como a si mesmo’. Está aí o nascedouro da motivação religiosa para a dádiva: “Como eu posso deixar de ajudar alguém que precisa de mim, se Deus ‘mandou que amasse o próximo como a mim mesmo’?” É nesse amor ao próximo, previsto no mandamento maior da Lei de Deus, que se fundamenta a motivação religiosa para a dádiva. Mesmo que não seja uma dádiva de caridade, a dádiva com base na religiosidade traz uma forma de enxergar o outro colocando-se no lugar dele. “Tenho que amar ao outro como a mim mesmo.” Essa forma, Sen (2000) poderia chamá-la de simpatia, tendo a religião como um motivador a mais.

A religiosidade, por sua vez, também pode estar na base da sensibilidade em relação ao outro e nos valores morais transmitidos pela educação. A sensibilidade para com o outro, de origem pessoal, pode ser demonstrada como o entrevistado enxerga o outro – alguém que tem os mesmos direitos que ele –, na solidariedade, no respeito, no reconhecimento e na gratidão para com o outro. Mesmo sendo vista como uma motivação pessoal, produz resultados concretos em relação ao outro.

O depoimento a seguir, de uma participante do grupo focal de Vila Independência, ilustra a dádiva nos políticos, mas principalmente revela a sua atitude de abdicar de ser contemplada com uma cesta básica em favor de quem necessita.: “Às vezes quando tem eleição, aparece um vereador e o vereador quer ajudar a comunidade com cestas básicas e outras coisas, então eu não me ‘anomeio’ porque eu vejo que eu não tenho necessidade disso.” (F, VI)

No exemplo de compra de gás para o vizinho a senhora conta com riqueza os detalhes e o esforço que fez para arrecadar um pouco de cada pessoa que encontrava. O envolvimento emocional com que contou a história é uma evidência da satisfação e do prazer que sentiu em ajudá-lo. Ela agradece às pessoas mencionando que Deus é quem poderá retribuir a ajuda que prestaram. “Eu disse: ‘Graças a Deus, meu Deus do céu’. Cheguei aqui: ‘Gente, eu tô precisando de dinheiro pra ajudar a comprar o gás pra uma pessoa, me ajudaí [sic]. [...] Eu não posso dar nada nem fazer nada por vocês, mas [...] Deus pode fazer muita coisa por vocês.’” (Vitória, AB) É muito difícil alguém não colaborar com uma senhora trabalhadora e respeitada que pede ‘um trocado’ para comprar o gás de um vizinho. É a consciência da sua força para pedir, que a fez envolver-se nessa causa. Além do mais, não pedia para ela, pedia para o outro, o que agrega um valor moral ao seu pedido. No final, consegue o dinheiro necessário para comprar o gás. O que chama a atenção nesse depoimento é sua determinação e envolvimento, o seu espírito de solidariedade, que existe, mesmo em um conjunto

habitacional como Abençoada por Deus. Sua motivação tem raízes pessoais, mas também foi construída na antiga favela, onde a precariedade das condições de moradia, de infraestrutura e a proximidade das casas também tornavam as pessoas mais próximas.

Fui na casa dele [...] mandei o homem do gás botar no fogão. Eu acendi e deixei pegando. A mulher e ele tavam em casa. [...] as lágrimas dele, chega desceram. ‘Ô, vizinha, muito obrigado!’ A outra vizinha da frente emprestou o bujão, porque o dele era pequenininho. ‘Eu empresto o meu bujão aqui. Não quero nem saber, empresto o meu bujão aqui vazio.’ ‘Obrigada, minha fia, Deus lhe abençõe.’ (Vitória, AB)

A condição de trabalho instável do vizinho, pois vive de ‘biscates’, é igualmente um fator motivador. A necessidade dele é concreta, devido às dificuldades financeiras e os cinco filhos. Fala de outras vezes em que o ajudou:

Comprava um real de pão, dava pros meninos lá. Às vezes comprava 1 kg de açúcar. Precisa, mas precisa mesmo. Nem trabalha ele, nem trabalha ela. Ela cata papelão pra ganhar um trocadinho pra comprar o pão quando chegar em casa. Ele conserta besteirinha de rádio, bicicleta em casa, aí ganha dois, três reais. Isso é dinheiro pra pessoa que tem cinco filhos? E o pior é que eles não atrasam não. Podem passar fome, passa fome, [...] mas não atrasa. Você tá vendo que a pessoa quando quer, consegue e faz? (Vitória, AB)

Um aspecto importante a salientar é a admiração do comportamento do vizinho em ‘honrar os compromissos’ financeiros, nesse caso, a conta de água. O reconhecimento da dignidade do outro, mesmo com tamanha pobreza, possivelmente é um estímulo para ajudá-lo. Fato semelhante foi observado durante as construções das casas no mutirão. Havia uma maior motivação para a solidariedade com os mutirantes mais comprometidos em cumprir as horas.

Essa condição de poder ajudar o outro passa a ser desejada como condição permanente: “Eu não quero ficar rica, eu quero ter um pouco a mais pra poder ajudar, só isso. Quero fazer agora lá pro dia 20 de dezembro, quero ver se eu consigo uma cesta básica. Negócio de rico não, mas uma cesta básica pra dar pro vizinho, se Deus quiser.” (Vitória, AB)

O depoimento a seguir também revela sensibilidade em relação a alguém que precisava cumprir horas no mutirão. Mesmo precisando, entendia que a necessidade do outro era maior e jamais iria cobrar. Ajudou com a doação de horas para essa pessoa a quem se referiu. “precisar todo mundo precisa. Mas você já tem um bocado de coisa pra pagar, no caso de [...] ela entrou no mês de agosto, e pra outubro ela ia ter que dar 900 horas pra poder entrar no sorteio [...] E assim, ela já tava pagando [...] ainda pagar a mim? Aí não!” (Olga, L, DH)

Os referenciais familiares positivos adquiridos com a educação, o exemplo visto em casa, assumem grande importância na predisposição das pessoas a ajudarem os outros. A mãe,

como era esperado, ocupa um papel central na transmissão desses valores. Esta moradora de Abençoada por Deus explica seus valores baseados na educação e na religião:

[...] em todo lugar, sempre tem uma pessoa com mais condições do que as outras. Por que ele não divide? [...] Você acha que isso aqui seria assim? Você acha que o Brasil seria assim? Não, era não. E a minha mãe sempre me dizia isso: ‘Minha filha, nunca faça o que os outros fazem, nunca diga o que os outros dizem, vá por você. Pense, pra poder falar, porque as palavras machucam’ [...] Ninguém em canto nenhum pode ser maior do que Deus, e as pessoas têm mania disso. Ninguém é melhor do que ninguém: sempre nasce do mesmo jeito, veio ao mundo do mesmo jeito, só porque se veste melhorzinho, porque come diferente, é melhor? Não. A terra vai comer do mesmo jeito. (Vitória, AB)

Quando perguntada sobre o que facilita a ocorrência de práticas solidárias, uma participante do grupo focal de Abençoada por Deus, salienta o papel da educação na formação dos valores morais transmitidos aos filhos. “[...] cada uma de nós, mulheres, botar nossos filhos pra dentro de casa, ensinar a eles o que é melhor. Dizer a ele: ‘isso que você está fazendo não está certo’. Se ele não quer obedecer a gente [...] conversa. [...] vê uma vizinha passando um problema, [...] tenta ir lá ajudar”. (Vera, FM, AB).

Há também quem consiga transformar uma influência negativa em algo positivo, como um pedreiro, do Córrego da Josélia, ao declarar que resolveu trabalhar para tirar os jovens das drogas porque o pai não conversava com ele. A capacidade de transformar um referencial negativo em algo positivo, ao não querer dar ao outro o que não gostou de ter recebido, tem referência bíblica: ‘Não fazer aos outros aquilo que não se quer para si’.

O depoimento a seguir aponta os valores de uma boa educação na formação das pessoas e a crença no poder de Deus sobre seu caráter, numa evidência de como a religiosidade influencia na educação e na formação dos valores morais, inclusive na educação do filho-neto.

A patroa dele mandou me chamar. [...] pra perguntar quem foi que ensinou eu a educar meu filho. Eu e Jesus que é quem faz a pessoa. É Deus que faz com que a pessoa seja daquele jeito. [...] sempre a gente botando no bom caminho e [...] vai ser uma ótima pessoa. Eu perdi minha mãe com três dias de nascida. [...] foi Deus quem me criou. Sou vó e mãe dele, tomei conta dele com cinco dias de nascido. (D. Rosa, DH)

Esse depoimento é revelador de como a religiosidade, a influência familiar e a sensibilidade para com o outro estão interligadas. Entre os moradores de baixa renda, a religiosidade ocupa uma centralidade em suas vidas. A própria carência e as dificuldades em que vivem os levam a buscar em Deus e na religiosidade a esperança e a força para continuar lutando para enfrentar os problemas cotidianos e a precariedade das condições que vivem. Não é à toa a proliferação de igrejas evangélicas em comunidades de baixa renda. A existência desses

valores morais e do sentimento de dever poderia ser melhor aproveitada e fortalecida, bem como ocupar uma centralidade na agenda das políticas públicas.

8.2.2 A VONTADE DE RETRIBUIR POR ALGO RECEBIDO: O SENTIMENTO DE DÍVIDA COM O OUTRO

A vontade ou o sentimento de obrigação de retribuir uma dádiva recebida gera o sentimento de dívida da parte de quem recebeu em relação ao doador. Nessa categoria encontram-se as situações associadas a um dos pilares em que se estrutura a dádiva: a retribuição, motivada ou não pelo sentimento de dívida em relação a uma dádiva recebida anteriormente. Tal categoria pode estar associada a várias outras, pois o sentimento de se sentir em dívida ou com vontade de retribuir pode vir a estabelecer uma relação de poder contar com o outro quando precisar. A retribuição estrutura o estabelecimento do vínculo na solidariedade do cotidiano, na dádiva de ajuda mútua e pode manifestar-se com ajudas de natureza material e imaterial.

A ocorrência de dádiva motivada por retribuição é um dos aspectos centrais desta tese. Nessa categoria de situações encontra-se a essência genuína da própria dádiva. Mauss escreveu o Ensaio com esse objetivo: entender o que leva as pessoas a se sentirem obrigadas a retribuir.

Quem recebeu algo de alguém sente gratidão pelo doador. Às vezes, é gerada uma dívida moral e a pessoa se coloca sempre à disposição, quando puder, para ajudar o outro, ou menciona que gosta quando as pessoas agradecem. A gratidão é entendida como uma forma de retribuição, mesmo que não se concretize em um ato de retribuição. O depoimento a seguir, de participantes do grupo focal de Abençoada por Deus, menciona a gratidão que ocorreu após uma ajuda prestada; no entanto, aponta quem não agradece: “A pessoa que eu ajudei até hoje me agradece. [...] O pessoal da rua agradece. [...] É, agradeceram muito a mim. [...] Mas tem gente que não pensa assim como vocês. [...] Ainda ajuda a morrer, a matar. [...] tem que ter alguém, pelo menos uma pessoa pra fazer o bem.” (várias, FM, AB)

Uma moradora de Vila Independência menciona que, “quando (o marido) recebeu dinheiro, quem me ajudou eu dei uma lembrancinha a cada vizinho. Um eu dei um jogo de prato, outro eu dei um jogo de copo, outro eu dei dinheiro.” (Andrea, VI) Ela agradeceu com um presente, mas conta com essas pessoas e essas pessoas contam com ela sempre que puder.

Ocorre uma outra forma de retribuição, motivada pela gratidão, respeito, consideração e reconhecimento do outro. Nessa modalidade, estabelece-se uma hierarquia entre os atores. Um morador do Córrego da Josélia, na pesquisa exploratória, declarou que faz serviços sem

cobrar das pessoas de quem gosta e que têm consideração e confiança nele. Para as pessoas que o respeitam ele trabalha “de graça”, como gratidão por ter sido respeitado. Tal relato reforça as posições de Cohn (1998) e Simmel (1983).

A relação entre patroas e empregadas domésticas também está pautada na retribuição por gratidão. Vários depoimentos mencionaram a ajuda que as patroas prestam a suas empregadas na construção das casas ou em alguma outra necessidade. Essas dádivas recebidas e retribuídas mudam a relação entre elas para uma relação de cumplicidade, muito além da relação entre patroa e empregada e passam a considerar as patroas como alguém da família.

Sim, a minha patroa de São Paulo. Porque eu fui daqui com a cara e a coragem [...] e fui pra uma casa de família [...] não tinha dito que tinha deixado uma menina pequeninha aqui [...]. Depois de um mês eu não tava agüentando, tava chorando direto, amanhecia com os olhos inchados, aí ela me pegou chorando. Ela disse: ‘[...] eu preciso conversar sério com você. O que é que tá acontecendo?’ [...] ‘Por que você manda seu dinheiro todinho pra Recife?’ ‘Porque minha irmã precisa’, mas não era minha irmã, era pra ela [a filha]. [...] eu tava muito desesperada, eu chorava muito [...] aí eu não agüentei e falei: é que eu tenho uma filhinha de um ano e poucos meses. Ela disse ‘amanhã você vai buscar sua filha.’ Isso eu não vou esquecer nunca na minha vida. Comprou minha passagem de ida e volta, pegou autorização lá no juizado de menor [...] quando eu cheguei aqui, peguei a menina, troquei a roupa e vim mimbora [sic]. (Vitória, AB)

Esta fala evidencia a sensibilidade da patroa sobre a importância da relação mãe-filha, ao viabilizar que a filha viesse morar com a mãe. Além da ajuda financeira, cuidou da burocracia para poder trazer a filha. Ela nunca vai esquecer a ajuda que recebeu da patroa e procura ajudá-la quando essa precisa. Tais atitudes fazem com que contem com as patroas, e vice-versa, estabelecendo-se uma relação de solidariedade e de vínculos que supera as relações formais de trabalho.

Continua narrando outras ajudas recebidas da patroa, as quais estruturaram e mudaram sua vida. A patroa a ajudou a encontrar trabalho em uma firma, a alugar e mobiliar a casa dela, e a filha dela estudou na mesma escola dos filhos dos patrões. Como ela retribuiu toda essa ajuda? Ia alguns dias da semana ajudar a patroa, que considera como mãe. A relação de dádiva e contradádiva consolidou-se entre as duas.

Passei dois anos lá, aí ela disse que ia arrumar um trabalho pra mim [...] arrumou um serviço pra mim, numa firma de costura, como ajudante. Eu sou costureira. Alugou dois cômodos pra mim e minha filha. Quando cheguei lá, minha filha já tava [matriculada] na escola junto com os filhinhos dela [...]. Me deram fogão, me deram botijão, me deram guarda-roupa, lençol, colcha, panela, talheres, copo, tudo! ‘Agora tem uma coisa: vou alugar, você fica aqui comigo, pode vir fim de semana pra me ajudar?’, ‘Com certeza, por que não? Posso sim.’ Eu trabalhava a semana todinha, acordava, o ônibus já tava

esperando pra pegar minha filha pra levar pra escola. Às vezes quando eu saía da firma, deixavam a menina lá, aí eu pegava ela lá; chegava lá, fazia o jantar, deixava tudo pronto, fazia o almoço, deixava o almoço pronto, aí já levava minha filha dormindo pro meu quartinho onde eu morava, com banheirinho. Morei com minha filha dois anos e pouco nesse quartinho. Ajudava lá sempre, era como se fosse uma mãe. Quando eu voltava do trabalho tinha que ir lá pra pegar minha filhinha, aí ficava lá, jantava lá, tomava café lá; às vezes trazia lanche, pra lanche em casa. (Vitória, AB)

As empregadas domésticas sentem-se em dívida em relação a suas patroas pela ajuda recebida. No entanto, é clara a relação hierárquica entre elas. A dívida e os vínculos foram estabelecidos. A patroa passa a contar com ela. A entrevistada reconhece que a ajuda da patroa contribuiu para sua independência e para a educação de sua filha, que, para seu orgulho, faz o curso de Serviço Social na UFPE. O reconhecimento e o respeito para com a patroa-mãe fortalecem o vínculo entre ambas, cuja base é um sentimento de forte gratidão.

Mas tanto ele quanto ela eram duas pessoas maravilhosas; final de semana, dia de domingo, eu levava as três crianças pro parquinho, era minha filha e os dois filhos dela. Deixava os dois [os patrões] em casa sossegados lá. Quando voltava, dava banho nos três, lá na casa dela mesmo, fazia café, botava os meninos pra dormir, pegava minha filha e ia pro meu quartinho. Me ajudou bastante, muito, muito, muito, muito. (Vitória, AB)

Um fato marcante foi o reconhecimento de uma mulher, que limpa o conjunto, tanto pelas mulheres e, mais enfaticamente, pelos jovens e crianças. A compaixão e a preocupação com ela, com seu sofrimento, sua luta, sua dedicação ao trabalho, a indignação em relação à falta de respeito para com ela, a lealdade que percebem nela, quando afirmam que ela não denuncia as drogas. Todo o sentimento expressado em relação a ela é um sinal de que existe um grande potencial de valores morais a ser aproveitado. Nessa situação, o respeito e o reconhecimento demonstrado por ela são uma retribuição por ela cuidar da limpeza do conjunto. Projetos e campanhas educativas que estimulem e fortaleçam esses valores entre os jovens poderão ter êxito, pois os valores existem, mas precisam ser estimulados para que se manifestem.¹⁰³

Eu já vi ela de quatro horas da manhã, na chuva, varrendo. [...] E ela não faz o mal pra ninguém, roubar, nada. [...] Ela é bem legal. [...] De noite a gente vai dormir quando é de manhã tá tudo limpinho, tudo arrumadinho. [Ela não recebe nada?] Nada. [...] Ela não mexe com ninguém. [...] Quando ela está bêbada ela gosta de esculhambar. (risos) [...] Ela conhece o povo daqui, mas ela não diz de jeito nenhum, ela apanha, mas não diz. Tem um pessoal que vem aqui, quer se amostrar e quer dar nela. Ela bate boca. [...] Ela esculhamba, ela não tem medo não. Era pra dar, alugar, pagar alguma coisa a ela. [...] foi duas vezes a Associação tirar ela de lá. Ela não estava fazendo

¹⁰³ O sentimento em relação a Flora foi demonstrado também quando perguntados sobre o que poderiam fazer para fortalecer, melhorar e aumentar as atitudes de cuidado e diminuir as atitudes que não demonstram cuidado, um dos jovens mencionou que deveria “dar dinheiro a Flora, porque é ela que varre aqui.”

nada, ela dormia lá; tiraram ela de lá. A Associação devia dar ou deixava ela morar lá. Tem gente que diz, ‘tu faz porque quer, porque ninguém te obriga a fazer não’. Um safado um dia desses deu nela, quase que mata ela aí. Aí eu disse, pode deixar que eu... (FJ, AB)

As diversas falas revelam valores positivos: compaixão, justiça para com os oprimidos, valorização de quem trabalha, de quem não age por interesse, mas precisa ser recompensado, reconhecido, ser contra o abuso de poder pela violência, inclusive de se colocar em posição de defender quem sofre alguma violência. Mesmo que as falas não levem à ação, sempre demonstram o potencial de valores positivos entre esses jovens, que, inclusive, já passaram por prisões, o que evidencia o potencial de recuperação e ressocialização de ex-detentos.

As categorias em que ocorrem manifestações de dádiva e/ou solidariedade e cujas motivações estão associadas ao contexto pessoal foram encontradas em situações em que os valores morais individuais foram definidores ou foram motivados pela vontade de retribuir uma dádiva recebida anteriormente. A essa segunda categoria também está associado um valor moral. A origem desse valor moral está na religiosidade e na educação familiar, o que leva a desenvolver um sentimento de sensibilidade diante da dificuldade pela qual o outro está passando. Por sua vez, esse sentimento tem raízes individuais, mas está igualmente associado ao contexto do outro, o que será abordado no tópico seguinte.

Quando os valores morais são apontados como mobilizadores de solidariedade e dádiva, salienta-se que em muitas situações esses valores tiveram um papel preponderante. A predisposição do indivíduo em ajudar pode ser definidora de uma manifestação de dádiva ou de solidariedade. E essa predisposição é encontrada em inúmeras situações, o que se pode associar à dádiva-dom ou dádiva talento, por ser um atributo de quem está realizando a ação. Quando a motivação tem origem na religiosidade, pode-se caracterizar como uma dádiva religiosa, pois ela acontece, tendo por base princípios religiosos.

Todavia, esse potencial precisa ser estimulado. É nesse contexto que as políticas públicas podem fortalecer esse potencial para a dádiva e a solidariedade existente, ou enfraquecer e dismantelar o que a comunidade construiu a duras penas para lidar com as dificuldades.

8.3 FATORES MOTIVADORES ASSOCIADOS À CONDIÇÃO DO OUTRO

A condição de necessidade e de urgência do outro é um dos grandes motivadores da ocorrência de dádiva e de solidariedade. Muitas vezes é essa condição que de fato potencializa a aproximação e a ajuda ao outro. As situações motivadas pela condição do outro foram

subdivididas em: i) as situações associadas a uma relação com o outro, e ii) as situações relativas ao contexto socioeconômico de dificuldades e necessidades do outro.

São as situações de dádiva ou de solidariedade na socialidade primária, entre amigos, parentes e vizinhos; no entanto, também ocorreu entre (des)conhecidos. As categorias associadas à relação como o outro para a ocorrência de dádiva e da solidariedade foram subdivididas em: i) relação de proximidade, em que foram enquadrados parentes, amigos, vizinhos, e ii) a relação com (des)conhecidos, com ou sem comprometimento com o coletivo.

8.3.1 A RELAÇÃO COM O OUTRO DE PROXIMIDADE

São as situações em que a natureza da relação com o outro é um dos fatores que motivam a solidariedade e a dádiva. O nível de afetividade entre os envolvidos muitas vezes pode ser o principal responsável para deflagrar a solidariedade e a dádiva. Uma líder do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara reconhece que a existência de muitos parentes e amigos pode ajudar na manutenção do conjunto.

Às vezes as pessoas dizem ‘ah, isso aqui vai virar uma favela’, vai virar uma favela se a pessoa quiser, né? [...] a quantidade de família que tem e vê que essas famílias não têm envolvimento com drogas [...] então isso aqui não vai virar uma favela. [...] [cita quatro parentes] Isso aqui é mais um condomínio familiar [...] Apesar de você não conhecer todos, mas aqui tem mais família do que [...] muitos condomínios [...] aí fora. (Olga, L, DH)

Os relatos confirmaram que as relações inter-pessoais, ligadas à socialidade primária entre parentes, amigos, vizinhos (CAILLÉ, 2002) possuem vínculos fortes entre os envolvidos, o que favorece a ocorrência da ajuda mútua com maior profusão do que em outras relações.

O depoimento a seguir ilustra o nível de prioridade na decisão de ajudar alguém devido à relação de parentesco, uma vez que os recursos disponíveis não são muitos. Então, se se deve escolher, opta-se por ajudar os parentes: “ [...] quando aparece uma pessoa na minha rua que precisa eu não sou de negar, eu ajudo, mas o que eu ajudo mais mesmo é [...] meus filhos, [...] minha mãe e minhas irmãs. [...] Eu também ajudo é meu irmão.” (Patrícia, FVI) Ou, como nesse outro depoimento, ambos do grupo focal de Vila Independência:

[...] se eu pudesse, a cada um daquele povo ali eu ajudava, mas como eu não posso [...]. Então se eu estou vendo que a minha irmã está necessitada eu acho que é meu dever ajudar minha irmã. [...] uma roupa que faltar... ‘vamos ali, escolha a que você quiser e não é pra você pagar não, é pra mim pagar.’ Amo minhas irmãs [...] amo minhas filhas, ajudo minhas filhas no que elas precisar, o que elas quiser que estiver ao meu alcance, eu ajudo. (Ana, F, VI)

Muitos foram os depoimentos de ajuda recebidos e prestados a familiares – tio(a)s, cunhado(a)s, (ex)mulher, (ex)marido –: empréstimo, doação de dinheiro, comida, utensílios, ou até dividir a casa em que moram, enquanto o outro não tem uma casa. O depoimento da moradora de Vila Independência ilustra bem essa rede de cooperação e ajuda mútua:

A minha cunhada [...] eu dei uma feirinha também, ela tava precisando na época, tinha duas crianças pequenas e ela tava sem marido, não tava trabalhando, aí eu dei. Ajudei ela várias vezes. [...] agora não, que graças a Deus eu não tô precisando, mas quando eu tava precisando, chegasse lá, ela ajudava. [...] **Se eu preciso dela, ela me ajuda, se ela também precisa de mim, eu também ajudo ela.** [grifos nossos](Andrea, VI)

É a dádiva de ajuda mútua, em que cada um pode contar com o outro. Dar e retribuir já possuem o mesmo significado, retribui-se porque se recebeu, e dá-se também porque se recebeu. O sentimento já não é mais de dívida por algo que se recebeu, é um sentimento de dívida sem prazo. É um vínculo em que se passa a contar com o outro a qualquer momento.

Outra moradora de Vila Independência conta que a patroa a convidou para morar com ela, mas o irmão e a cunhada já a haviam chamado para morar com eles e poderiam ficar chateados. Morou dois anos com o irmão. A prioridade na aceitação da dádiva dirigiu-se para os parentes. Foi com eles que ela quis fortalecer os vínculos. Caso recusasse, isso poderia ser entendido como uma desfeita. O depoimento a seguir revela como certas dádivas são difíceis de ser recusadas, o que pode gerar constrangimentos ou ressentimentos caso não sejam aceitas: “Como fiz pra resolver? ‘Não, eu não quero não, eu já estou na casa da minha cunhada, eu não quero fazer isso, senão ela fica com raiva.’ Ela disse: ‘É, depois você pode estar se arrependendo, eu estou lhe dando casa pra morar e você não quis.’” (D. Graça, F, VI) No trecho final, há ressentimento, rejeição, constrangimento porque a empregada recusou a ajuda, possivelmente pensava em poder contar com ela depois.

A ajuda mútua entre os parentes pode ocorrer motivada pelo parentesco, associado à necessidade do outro, como doação de comida: “tem a minha tia que mora em frente a mim, se eu disser a ela que estou com fome ela me ajuda bastante, se ela precisar de mim eu também ajudo ela.” (Antônia, F, VI)

A dádiva em família é, muitas vezes, protagonizada por mulheres, que se doam muito na criação dos filhos. O depoimento a seguir revela a dedicação mútua que gera um sentimento forte de união e de solidariedade entre mãe e filha. A retribuição à sua dedicação à criação da filha consiste no orgulho que sente por a filha ser universitária.

[...] criei ela sozinha, graças a Deus, eu tenho tanto orgulho da minha filha, ela é tudo pra mim, é minha vida, meu céu, minha estrela, minha inspiração, minha filha é tudo, é tudo! Se eu não tivesse ela eu acho que eu não vivia mais não, vivia nada. [...] Era R\$ 60,00 lembro como se fosse hoje. Era o primeiro salário dela, quando ela recebeu [...] tanto chorava ela como chorava eu, ‘olhe, mainha, tome’, eu digo ‘não, guarde, é seu’, ‘não, mainha, tome’, era uma felicidade, os olhinhos dela chega brilhavam. Ela ia com tanto amor, tanto prazer, tanto carinho, as pessoas sempre gostavam dela. Fizeram de tudo pra quando ela completasse 18 anos ela continuasse. [...] eu sustentava ela com salário-mínimo, juro por Deus. (Vitória, AB)

A dívida na família pode contribuir para a autoestima e a formação dos valores morais, devido ao reconhecimento baseado na confiança. A retribuição e o reconhecimento mútuo fortalecem a relação entre elas: “Ela sempre me ajudava, sempre me ajudou. Ela sempre me ajuda, quando tá trabalhando; aí a vida é mais aliviada”. (Vitória, AB) Sua vida é emblemática da história de tantos nordestinos que vão para o Sul à procura de melhores condições de vida. Tudo com muito sofrimento e luta, mas orgulho por ter conseguido vencer, e, como de costume, com muita fé e gratidão a Deus por tudo.

Fui embora com a cara e a coragem com ela pra São Paulo, morei 8 anos. Eu já passei muita coisa, se eu for te contar vai chorar eu, vai chorar tu. Eu já dormi na rua, já passei fome, [...] já venci tanta coisa também. E vou ficar reclamando da vida? Eu agradeço a Deus! Se Deus me deu uma filha e chegou esse caso de criar ela sozinha e passar o que eu passei e criei até hoje e ela tem 24 anos, e eu venci tudo, o que é que eu tenho pra reclamar? Uma filha linda, maravilhosa, que eu tenho, um pouco mal criada. [risos, porque a filha está presente] (Vitória, AB)

No grupo focal de mulheres em Abençoada por Deus, ao serem indagadas com quem podem contar, o primeiro nome que vem à cabeça é a mãe. No entanto, houve quem tivesse mencionado que sempre há quem ajuda e que pode contar com os vizinhos, o que revela um potencial para a solidariedade, o qual deve ser fortalecido nos projetos locais.

Eu só tinha a minha mãe, eu só contava com ela pra tudo. Agora ela morreu, tenho dois filhos [...] Eu tenho uma vizinha que não é do meu bloco, é do bloco de lado, quando eu preciso eu conto com ela e toda hora ela está lá. Se eu quero ir numa loja comprar uma coisa e não posso ir, ela vai pra mim. Ela foi vizinha perto onde eu morava, agora é minha vizinha de bloco. [...] Eu sempre tenho quem me ajude, graças a Deus. (FM, AB)

Ela sempre tem quem a ajude. Antes era a mãe, agora conta com uma vizinha. Esse depoimento ilustra o potencial para a dívida e para a solidariedade.

Uma outra moradora relata que ajuda a irmã drogada e se sente bem depois. O laço de parentesco, o afeto que tem pela irmã e o risco em que a irmã vive a impulsionam a ajudá-la.

[...] eu ajudo [...] é a minha irmã. Ela está no mundo das drogas. [...] a única pessoa que ela pode contar com alimento é comigo e todo mundo dá as

costas pra ela pelo que está acontecendo com ela agora. [...] no momento que ela mais precisa o que eu posso fazer por ela eu faço, e fico satisfeita. [...] Fico. Dá pena, ver como ela está agora [...] sendo ameaçada de morte [...] mas é minha irmã e eu gosto dela. (Antônia, F, VI)

A gravidade da situação a mobilizou para ajudar, mas a relação de parentesco parece ter sido o fator motivador mais importante. Não se sabe se ajudaria alguém em situação de dependência de drogas, caso não fosse um parente.

No grupo focal de jovens, um dos participantes manifestou o compromisso de retribuir aos pais o que recebeu: “A gente tem uma solidariedade da nossa mãe... [...] Um abraço, um beijinho, um dinheiro. [...] Eu dependo do meu pai e dela [a mãe]. [...] Quando a gente tiver de maior [...] a gente também vai ter que ajudar eles, algum dia, não é?” Outra cita uma ajuda recebida de um parente, mesmo que tenha sido apenas para conversar, mas foi um conforto que não esqueceu: “Quando eu estava passando necessidade na minha casa, minha prima foi lá conversar comigo” (FJ, AB)

Já outros jovens apontaram a família como uma instituição com a qual se pode contar, mas também o contrário: “Pessoas que favorecem? [...] Família. [...] Família às vezes favorece e às vezes piora a situação. Amigos. [...] Vizinhos antigos.” (FJ, AB)

As relações de amizade entre as pessoas também permite a ocorrência de dádiva e solidariedade. O afeto e o grau de amizade entre os envolvidos são facilitadores. Nos diversos grupos e comunidades estudadas, observou-se essa tendência. Porém, entre os jovens e as crianças, houve uma maior preponderância de dádiva associada à amizade, à camaradagem, ao apoio em conflitos, à escuta e ao aconselhamento. Entre as mulheres isso se manifestou ao tomarem conta do filho, olharem a casa, levarem o filho à escola, doarem comida até doação/empréstimo de dinheiro. Uma participante do grupo focal de Vila Independência relata alguns exemplos de atitudes de solidariedade de que se beneficiou:

O que eu recebi de solidariedade e que agradeço muito foi de um senhor chamado seu João [...]. Ele me ajudava muito, muito. Quando eu precisava, chegava lá na barraca dele, ele me dava, me ajudou muito em dinheiro mesmo, só que Deus levou ele no começo do mês agora. Também tive outro amigo que me ajudou muito, foi Toinho. [...] quando o barraco caiu, ele ajudou. Teve também uma vez que meu barraco não prestava precisava fazer outro barraco [...] tive a ajuda de [dois líderes comunitários]. (F, VI)

Uma líder do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara conta a ajuda que recebeu da amiga na escola, em uma solidariedade recíproca, mesmo estando em turmas separadas.

[...] eu recebi (ajuda) no primeiro ano [...] uma amiga minha. [...] éramos um grupo de 3 [...]. Aí nas horas vagas a gente sempre ia pra biblioteca estudar.

Eu ensinava matemática, [...] ensinava português [...] já era mais pra história e química. Aí eu tive mais ajuda em química [...]. Repeti 3 anos por causa de química, mas graças a Deus, as meninas, mesmo depois de eu ter repetido, continuaram me ensinando. Então foi muito gratificante, né? Porque se fosse outras pessoas, não taria nem aí. Iria se preocupar, na série dela, no 2º ano? Ela sempre foi solidária comigo e eu com ela. (Olga, L, DH)

Essa camaradagem na escola é outro universo que pode ser rico em manifestações de dádiva, como exemplificado no mutirão solidário de aulas de reforço entre eles.

Na escola a gente sempre se ajudava, umas às outras. Quando eu tive dificuldade em geografia e história, [...] as meninas também me ajudaram. [...] Nas horas vagas [...] a gente ia pro quadro; [...] ensinava [...]. Dos 30 alunos da sala, só dois ficaram em recuperação e repetiram de ano, o resto todinho passou. Pra mim foi uma alegria ter passado a maioria, fiquei triste também porque dois tinham sido reprovados. [...] faltavam muita aula, [...] prova eles também faltavam. Não foi por falta de ajuda, porque se eles quisessem, eles teriam passado. (Olga, L, DH)

Os laços de amizade e camaradagem foram tão fortes que perduraram, e a amiga continuou ensinando mesmo depois de ter deixado a escola.

[...] só faltava uma prova [...] desistiu porque ela tava grávida, mas [...] ela nunca deixou de ir lá em casa, ou ligava pra mim pra eu ir na casa dela, pra ensinar, de noite. [...] final de semana ela me ensinava [...] Sempre me dava um apoio. [...] A professora de geografia também me ajudou bastante [...]. No 3º ano foi quando eu tive mais dificuldade, tava trabalhando e estudando ao mesmo tempo [...] quase que eu desistia no meio do ano. Tava com notas muito baixas, mas a professora e as meninas me incentivaram a terminar. [...] Graças a Deus terminei o 2º grau. (Olga, L, DH)

É relevante salientar como foi importante para ela o apoio que recebeu das amigas e professoras para poder concluir o 2º grau. Atitudes como essa podem ser estimuladas em programas educacionais, pois, além de fortalecerem os vínculos de amizade, contribuem para um melhor rendimento escolar.

Os jovens salientam que podem contar com os amigos. Cada um conta com alguém, do próprio grupo focal ou não, o que está baseado na camaradagem, em fazer as coisas juntos. Uma das meninas relata como conheceu a amiga com quem pode contar: “A gente se conheceu eu passando mal na escola. [...] Foi incrível! Eu tava com uma dor aqui e aí, quando eu cheguei na secretaria ela tava lá sentada. Aí a gente começou a conversar e depois daquele dia a gente começou a andar junto até agora.” (Alessandra, FJ, AB)

As relações de vizinhança também facilitam as manifestações de dádiva e de solidariedade. A partilha da vida do outro ocorre de tal forma que se desenvolve uma relação de amizade entre os vizinhos, o que parece comum em áreas de baixa renda. No entanto, a palavra vizinho também esteve associada a coisas ruins, reclamação, fonte de problemas e conflitos. A

instabilidade nas relações de vizinhança, caracterizadas por aproximação, mas ao mesmo tempo por afastamento devido a desentendimento, levou a alguns expressarem que há vizinhos bons e ruins, verbalizado principalmente nas entrevistas individuais, de que se deve manter certa distância para preservar uma relação amistosa e de respeito. O que se percebe é que há duas modalidades de vizinhos: os amigos, com os quais se pode contar, e aqueles com os quais se mantém uma relação amistosa, mas com certa distância.

Ao mesmo tempo em que ocorrem tensões, rupturas e conflitos,¹⁰⁴ ocorrem também diversas formas de prestação de ajuda mútua, desde a mediação na resolução de conflitos, conselhos, ou em atividades cotidianas associadas à necessidade. Há situações em que agem como uma família e podem contar uns com os outros. Monteiro (1989) constata que 80% das pessoas que moravam em favela tinham nas relações com os vizinhos a fonte de satisfação em relação ao lugar. Uma moradora de Vila Independência conta a ajuda que recebeu dos vizinhos, o sofrimento, e como mudou sua vida depois de estar morando em um ‘pedaço de chão seu’.

[...] onde eu morava pagava aluguel, [o marido] ficou desempregado; eu tinha um menino pequeno, que hoje tem 11 anos [...] e na época morava as [...] 3 filhas do 1º casamento. Foi muito sofrimento porque a gente não tinha uma alimentação boa pra dar aos filhos, ele saía pra batalhar, eu me virava de um lado; quando eu vim morar aqui também foi muito sofrimento, a gente só comia quando os vizinhos davam. [uma vizinha] mesmo, ajudou muito. [...] Como o marido dela trabalhava e ela também, ela dava arroz, feijão, carne. [emocionada] [...] sou muito chorona. Hoje eu tô rica... (Andrea, VI)

Essa entrevistada se emocionou ao falar desse momento da sua vida em que recebeu a ajuda dos vizinhos. Mesmo, por força de expressão, mas declarou que só comia quando os vizinhos lhe davam, pois o marido passou cinco anos desempregado. Esse depoimento também mostra a insuficiência de creches públicas para acolher as crianças e as mães trabalharem.

Ele desempregado, meu menino [...] na época tinha 4 anos, tomava mingau, queria comer, almoçar, eu não tinha. Eu pedia, [...] como eu nunca morei em invasão eu achava tão ruim... [...] cozinha na lenha, no sol quente; feijão e arroz, carne não tinha. [...] a família ajudava, eu também não trabalhava. Eu trabalhei logo no começo, quando eu não tinha filho. (Andrea, VI)

Outra forma de ajuda é por meio do empréstimo do cartão de crédito para quem não tem crédito no mercado, por ter o nome no SPC. Outra moradora de Vila Independência declara que a vizinha “compra as coisas pra mim pra eu pagar na loja porque eu sou suja no SPC, então ela compra máquina de lavar.” (Antônia, F, VI)

¹⁰⁴ Como uma moradora de Mulheres de Tejucupapo, que se afastou de uma vizinha, com quem tinha uma relação de ajuda-mutua, pois devolveu um objeto emprestado e a vizinha “cobrou” novamente.

Uma das participantes do grupo focal de Vila Independência declara que não recebe solidariedade de ninguém. Tem de pagar para ter as coisas, mas procura manter uma boa relação com os vizinhos e ajuda quando precisam. “Eu não tenho ajuda de ninguém [...]. Encrenca com vizinho eu não tenho, [...] precisando de mim, eu sirvo. Se chega, ‘ô vó, a senhora tem café pra me dar aí?’ – ‘Tem, minha filha, venha buscar.’” (D. Graça, F, VI)

As ajudas se referem até à doação de móveis. Assim que chegam ao local, muitos moradores não possuem móveis ou utensílios para uma moradia digna. Então, alguns doam o que está sobrando em casa, como no caso da patroa dessa moradora de Vila Abençoada:

Eu senti solidariedade, porque no momento [...] da invasão, eu não tinha nada, sabe o que é nada? Nada. [...] E até as panelas foi um vizinho que me deu. [risos] Nem colchão pra dormir eu tinha, só tinha uma cama e um ventilador e a roupa. [...] Depois de muito tempo minha patroa fez uma solidariedade de doar pra mim um colchão. [...] depois ela comprou novos móveis pra ela e deu tudo o que ela tinha pra mim. (Patrícia, FVI)

A dívida entre patroas e empregadas foi constatada em outros depoimentos e de distintas formas, mas com hierarquia, diferentemente do que ocorre entre os vizinhos.

Um vizinho me deu um colchão. [...] eu não comprei esse barraco, eu invadi; [...] hoje em dia, graças a Deus, a minha casa tem de tudo. [...] minha casa é um luxo! [...] É um palácio! [...] foi sacrifício, eu e meu esposo, lutando, mas antes a minha casa era isso: era dois garfos, dois pratos, duas facas e duas colher. Nem corredor eu tinha. (risos) Quando eu cheguei aqui a minha irmã já morava aí e eu vim morar junto com a minha irmã. (F, VI)

Uma moradora de Abençoada por Deus continua cultivando o hábito de se desfazer do que não está usando, doando-o a quem dele precisa.

[...] um apartamento muito bom, muito chique, mas eu não tenho uma mesa, porque não tenho condição de comprar a mesa e eu espero que esse ano eu consiga. Hoje mesmo já comecei a olhar umas coisas pra ela [a vizinha] para não passar o Natal em branco. Não vou dizer quem é, mas hoje mesmo eu já comecei a enfeitar a casa dela. Estava fazendo uma faxina... [...] eu chamei ela: tu quer isso? – quero; tu quer isso? – quero. (Vera, FM, AB)

A solidariedade também pode expressar-se no acolhimento em casa, mesmo temporariamente. “[...] eu morava lá em cima e eu coloquei ela pra morar comigo. O que eu comia ela comia, o que eu vestia ela vestia. [...] Ela morou um bom tempo na minha casa. [...] mas é assim, é tipo menina de rua, e também tinha confusão aí eu fui e mandei ela embora.” (F, VI)

A ajuda com doação de comida, tomar conta dos filhos, é uma alternativa que encontraram diante da omissão do Estado e das políticas de assistência social: “[...] quando está faltando umas coisa na casa dela, ela pede e eu dou. Quando ela pede pra olhar os meninos dela e dar de comer eu também dou.” (Patrícia, FVI) Esta outra declara como é especial sua relação com

uma vizinha: “A minha vizinha [...] é uma pessoa assim que eu amo, que eu gosto mesmo de verdade e eu tenho certeza que o que eu precisar [...] eu alcanço.” (F, VI)

Foi em Vila Independência onde os depoimentos evidenciaram uma relação mais estreita de cumplicidade e de ajuda mútua. Muitos depoimentos revelaram o vizinho-amigo, com quem podem contar. Em Abençoada por Deus, a relação de vizinhança foi bastante variada. Há quem tenha vizinhos que considera como família, e há quem se refira a vizinhos associando-os a algo negativo, como no grupo focal de mulheres. Quando surgiu a palavra vizinhos, elas riem: “Bora falar logo dos meus vizinhos, umas benças. [...] porque dizer nome é pior. [...] Já botei os nomes, tudo, na igreja, [...] Porque perturba, e muito.” (Carla, FM, AB)¹⁰⁵ Já outra participante do mesmo grupo focal considera os vizinhos como se fossem sua família.

Sobre meus vizinhos, é o contrário dela. Meus vizinhos é minha família. São uns vizinhos bons [...] Eu não tenho o que dizer deles. Tenho certeza que eles não têm o que dizer de mim. [...] Tanto o último, como o primeiro, de lado, de frente, é minha família. [...] Que às vezes eu fico até dizendo assim: ‘Meu Deus, eu não tenho mãe, pai nem irmão aqui, e tenho: meus vizinhos são meus irmãos, são meus pais, meus irmãos. (Vera, FM, AB)

E esclarece como foi construída essa relação, pois eles demonstram cuidado com ela.

Se preocupa comigo quando não me vê... se passo dois, três dias, uma semana sem eles me verem, eles se preocupam, ligam para o meu celular: ‘Onde é que tu está?’ ‘Estou em casa.’ ‘Tu está em casa? Estás bem?’ ‘Estou!’. Tenho de ir abrir a porta, para eles me verem, que eu estou bem. [...] Deus me deu uma família nesse lugar que eu vivo. (Vera, FM, AB)

Uma entrevistada de Abençoada por Deus declarou que recebe pedidos de ajuda de vizinhos e que os vizinhos ajudam uns aos outros, mas na antiga comunidade Abençoada por Deus a ajuda mútua era maior: “Porque lá a maioria das pessoas eu conhecia, aqui não, tem muita gente que eu não conheço. [...] Lá o povo era mais amigo, aqui não, depois que vieram pra cá todo mundo se afastou.” (Edna, AB) O final do depoimento é revelador de como a nova moradia contribuiu para afastar as pessoas, o que evidencia a ineficácia da política pública, que deveria fortalecer a rede de ajuda mútua entre os moradores e não enfraquecê-los.

Ocorre também ajuda com o transporte dos móveis e o acolhimento quando chegam ao local. A moradora de Abençoada por Deus, que considera os vizinhos uma família, relata

[...] quando a gente chegou a gente foi muito bem recebido pelos vizinhos da gente, até hoje [...] somos bem recebidos. [...] se eles vão comer e pedem uma pizza fora, e nossa porta estando fechada, eles batem na nossa porta e dizem: ‘Meus vizinhos não vai deixar de lanchar não.’ Eu digo: ‘Acabei de jantar.’ ‘Mas vai lanchar’. Mesmo assim somos a gente. (Vera, FM, AB)

¹⁰⁵ Os evangélicos se referem a ‘uma bênção’, ou ‘abençoada(o)’, para evitar dizer algo negativo.

As trocas de generosidades fortalecem a relação entre eles. No entanto, a relação dos vizinhos desse bloco é bem diferenciada daquela da maioria dos demais blocos. Possivelmente, porque foram mantidas as relações de vizinhança anterior, como declarou a participante.

Uma líder do Projeto Dom Helder Câmara entende que as relações com os vizinhos depende da forma como ela os respeita. Seu depoimento aponta a cordialidade na dádiva, por meio do tratamento respeitoso com o outro. “É, respeitar. Porque [...] seu vizinho vai ser ruim à medida que você vai fazendo ser ruim. [...] não há vizinho ruim, é você quem faz ele ser ruim, porque se você respeitar ele, e também se impor respeito, lógico que você vai ter um ótimo vizinho, uma vizinhança também.” (Olga, L, DH) Essa perspectiva comunga com a de outra moradora de Abençoada por Deus, a qual possui uma visão positiva dos vizinhos, acha que “as pessoas fazem o ambiente”, e que são as pessoas que determinam como querem viver com seus vizinhos, se de forma amistosa ou não.

O depoimento de uma senhora do Projeto Dom Helder Câmara evidencia a relação de parentesco que criou com alguns vizinhos, chegando a chamá-los de netos. “Ah! Eu gosto de fazer muita amizade. [...] Eu já tenho neta, já arrumei um bocado de neto aqui minha filha. Eu estava me sentindo só mas estou me acostumando, já fez dois mês que eu estou aqui. [...] eu sou assim mesmo, extrovertida com todo mundo.” (D. Rosa, DH)

A dádiva nas relações interpessoais de proximidade tende a ser esperada. Mesmo as pessoas que não são muito propensas a atos de solidariedade o fazem quando se trata de parente ou amigo, no entanto, entre vizinhos não é tão comum. No caso de comunidades de baixa renda, o vizinho pode ser considerado amigo, parente, ou é mesmo parente. Portanto, a forma como se relacionam adquire particularidades que dificilmente poderia ser encontrada em outras classes sociais. Nas classes média e alta, por exemplo, as relações de amizade não estão associadas à proximidade física, como constatou Monteiro (1989).

A riqueza e a importância que as relações de vizinhança representam para uma comunidade de baixa renda deve ser enxergado como um grande recurso de que dispõem e que pode contribuir, e muito, para a criação de laços de solidariedade, sentimento de pertencimento ao lugar e, em consequência, com uma melhor qualidade de vida. Muitas vezes esse recurso substitui a ineficácia e a insuficiência das políticas públicas na promoção de serviços e da assistência social de que necessitam. Boaventura de Souza Santos observou fatos semelhantes na semiperiferia de Portugal, ocupando o papel do Estado de Bem-Estar Social (SANTOS B., 1993).

8.3.2 A DÁDIVA A (DES)CONHECIDOS E O COMPROMETIMENTO COM O COLETIVO: AS SITUAÇÕES DE LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVOS DIREITOS NA LUTA POR MORADIA

Situações de dádiva a desconhecidos foram identificadas quando as pessoas se dispunham a ajudar quem estivesse precisando, independentemente de ser conhecido, amigo ou parente. O que motivava a dádiva era a necessidade do outro e a disponibilidade pessoal de ajudar. Nessas situações, incluem-se a dádiva de caridade, ou a ajuda por necessidade, como declarou esta participante do grupo focal de Vila Independência sobre outra participante: “[...] se você chegar com fome, assim, no modo de dizer, se você chegar sem calcinha ela tira a calcinha e lhe dá. [risos] Tanto ela como a filha dela.” (Antônia, F, VI)

Também se enquadram nessa modalidade a solidariedade assistencial e externa à comunidade, de instituições filantrópicas ou de grupos de pessoas. Muitas vezes são doações que ocorrem na época de Natal, como cestas básicas, brinquedos, ou doações assistenciais esporádicas, o que pode gerar tumultos, disputa, confusão. Em um dos dias de visita a Vila Independência, havia um grupo de pessoas distribuindo brinquedos às crianças. “[...] chega ajuda com cesta básica [...] Sempre umas pessoas aí de outro lugar, chegou, agradou as crianças, deu de Natal um brinquedo, tem muita gente que ajuda. [...] tem muito vizinho ali que é solidário, ajuda, um ajuda o outro, o amigo, pode contar com o vizinho, e não é poucos.” (F, VI) Em Abençoada por Deus, a pesquisadora presenciou a distribuição de um ‘sopão’ nos sábados à tarde, oferecido pela Igreja Quadrangular. (Figura 15)

Uma outra modalidade de dádiva a desconhecidos foi identificada nas situações de militância política por alguma causa, político-partidária, social ou por conquista de direitos. Em tais situações, um fator motivador é o comprometimento com o coletivo. Um dos líderes do MLB opta pelo envolvimento nas ocupações na luta pela moradia a uma atuação política local. Não participa de associação de moradores, numa demonstração clara de compromisso com uma transformação maior da sociedade: “Eu passei [...] um mês em Cuba, em 92. Teve uma Brigada de Solidariedade a Cuba, foram uns 70. Eu fiquei uma semana em Havana e 20 dias [...] a gente trabalhou na lavoura lá, no período de colheita [...] Hoje eu faço parte do Conselho das Cidades, sou representante da CMP” (Pedro, L, DH)

Essas situações foram identificadas pelo envolvimento em causas coletivas. Ocorrem com o cidadão comum e também com o líder comunitário e o militante. Quanto a estes últimos, esteve associada ao ativismo, ao engajamento político-social, à luta nos movimentos sociais, à filiação partidária.

No grupo focal de Vila Independência, houve depoimentos sobre o compromisso do líder: “O líder comunitário também, porque tem muita gente que fala [...], mas não vê o que ele faz, porque ele conseguiu várias coisas.” Os exemplos foram de ajudas individualizadas, que geram dívidas em quem as recebeu: uma feira, plástico, madeira, entre outros.

Uma participante do grupo focal menciona as diversas formas como os líderes de Vila Independência procuram ajudar os moradores. Cita o nome de três líderes de quem recebe ajuda, quando dela precisa. No entanto, justifica-se ao mencionar que não tem o que falar do líder, pois recebeu ajuda dele, porque há pessoas que “falam mal do líder”. O papel de líder os coloca em uma posição de exposição e alvo de crítica. Como o reconhecimento do trabalho e das virtudes dos líderes comunitários pode estar associado a ganhos políticos e a um maior poder local, ocorrem as disputas políticas entre os grupos.

Às vezes é a própria família quem influencia a se envolver na luta, como uma líder do projeto Dom Helder Câmara. Outras começam desde jovem, como essa outra líder do mesmo projeto. “[...] isso de trabalhar na rua assim? É desde novinha. Eu trabalhava pra dar leite a essas vizinhanças que tinham nessa cidade, dar roupa às crianças, bebê e velho. Eu tenho 59 anos. Mas eu comecei a fazer isso quando eu comecei a ser gente.” (D. Conceição, L, DH) A religiosidade também fundamenta o envolvimento na luta coletiva, assim como a militância no MLB. “[...] sou evangélica. Eu era da Batista, mas agora tô freqüentando a mesma que ela. [...] vou na quarta e na sexta-feira [...]. Quando isso aqui terminar, eu vou todos os dias [...]. No MLB eu vivia na rua. [...] ‘MLB, a luta é pra valer!’” (D. Conceição, L, DH)

Para quem tem compromisso com o coletivo e com as lutas sociais, a retribuição é contribuir para propiciar moradia a quem não possui uma casa: “Muita gente que não tinha onde morar ficou tendo [...] Isso é motivo de alegria pra mim, porque cada um, até quem mora de 2 ou 3 famílias, vai ter um cadastro, cada um vai ter uma casa. [...] eu ver que minha luta, minha vontade de viver isso, vai acontecer. Isso me deixa muito feliz!” (D. Conceição, L, DH)

Um líder do MLB conta como foi sua trajetória de militância política quando era jovem. Nessa trajetória, vê-se a doação da própria vida a uma causa política, comprometida com um ideário com que ele se identifica e comunga. Nessas situações não se estabelece uma relação de vínculo com alguém específico, mas a dádiva destina-se a qualquer cidadão, conhecido ou não. A dádiva é uma causa que, se alcançada, supostamente irá melhorar a vida das pessoas. Nessas situações, a retribuição é a consecução dos objetivos e as pequenas conquistas da luta.

Eu já tenho 20 anos [de militância], eu tenho 38 anos. Comecei com o movimento estudantil de escola, em 1988 [...] eu tava na 7ª série. Eu ia pra um congresso em Minas Gerais [...] Quando eu voltei, teve uma grande marcha, que foi a marcha contra aumento das mensalidades das escolas pagas [...] 10 mil estudantes, foi minha primeira mobilização, depois continuei; aí, fui presidente da associação [...] dos estudantes [...] fui presidente do grêmio [...] da União de Estudantes de Pernambuco, UESPE, nessa época também fui diretor da UBES, União Brasileira de Estudantes. [...] Depois eu atuei no movimento sindical, em algumas campanhas sindicais, Sindicato da Construção Civil, da oposição. (Pedro, L, DH)

A condição desse militante, em particular, é bastante diferenciada da dos demais líderes comunitários entrevistados. Ele ocupa uma posição de liderança e de grande representatividade no MLB, no PCR e no movimento de luta pela moradia, assim como o coordenador do Mutirão Dom Helder Câmara. O treinamento e formação política que obtiveram e o nível de politização transmitido na fala dos dois não é representativo da maioria dos líderes comunitários. No entanto, eles se enquadram no perfil de situações em que a dívida e a solidariedade ocorrem motivadas pelo comprometimento com o coletivo na luta por um mundo mais justo, representado pelo Socialismo.

Muitas vezes, as decisões da organização política de que fazem parte determinam que os dirigentes residam em locais estratégicos, tendo de afastar-se da família. “Depois eu passei 7 meses em Belo Horizonte em 2003, ajudei a organizar lá [...] a gente chama de distribuição de quadro, porque era importante o movimento se fortalecer no Sul.” (Pedro, L, DH)

A militância política também traz conflitos familiares, por vezes de difícil resolução, e outras vezes requer o sacrifício da família. Duas líderes mulheres declararam que escolheram o movimento e perderam os maridos. O depoimento a seguir ilustra as escolhas e as situações de cobrança de atenção por parte dos filhos, que os militantes sofrem. O envolvimento na luta é tão grande que pode gerar sentimentos de disputa de atenção em relação ao ‘movimento’.

[...] a minha filha [...] sente necessidade da presença [...] ‘Você gosta mais de mim ou dos Sem-Teto?’, ‘Se eu tivesse numa situação de risco, você salvaria primeiro eu ou os Sem-Teto?’ [...] ela é muito [...] apegada a mim. Eu digo a ela que não vou nem responder, porque é lógico que é ela [...]. Agora também é questão de princípios; pra nós, evidentemente tem o lado familiar, mas nós fazemos parte de uma grande família, né. (Pedro, L, DH)

Os excluídos passam a ser a sua família e a luta para diminuir essa desigualdade passa a ser o foco da sua vida. A experiência com o mutirão gerou um aprendizado a ser multiplicado em outros locais. Essa foi uma retribuição da dívida ao coletivo.

A solidariedade e a dívida por compromisso com o coletivo se concretizam nas mobilizações sociais, culturais e políticas e nas lutas por novos direitos, o que destaca-se a luta por moradia.

As pessoas se associam e se unem por necessidade, por militância política, por camaradagem, para enfrentar algum problema comum, ou pela conquista de algum direito, que pode ser coletivo e/ou comum. As especificidades no enfrentamento de um adversário ou na luta por um objetivo comum favorecem a associação, pela identidade com o outro que se encontra em condições semelhantes e que luta por objetivos comuns (TOURAINÉ, 1964).

No Projeto Dom Helder, os líderes comunitários fazem parte de movimentos sociais, o MLB e de um partido clandestino, o PCR, o que traz para a condução do projeto uma base de politização muito forte, a ser analisada no capítulo 9. No entanto, os quatro líderes comunitários entrevistados nesse projeto têm um nível de dedicação e compromisso, também encontrado em outros líderes. Os dois homens têm a motivação política de construção do socialismo e de luta em movimentos sociais, como o MST. Das duas mulheres, uma faz parte do MLB e do PCR, a outra já fez parte deles, mas ambas têm uma forte história de religiosidade. Acrescentem-se ainda dois trabalhadores, a almoxarife e o mestre de obras, que também são militantes políticos do MLB, do PCR ou da luta sindical. O que os mobiliza é o sofrimento e a necessidade do outro e se empenham por fazer o quanto podem.

Mudaria nada não. Faria a mesma coisa, na verdade eu penso em fazer mais, assim, às vezes, eu penso que a gente ainda tá muito devagar, pela necessidade que nós temos, também já vivemos situações que a gente vê que são desumanas, que a gente sabe que tem que gerar o processo da mudança e não consegue esperar. (Pedro, L, DH)

Há uma motivação interior que leva a ser proativo e contribuir para as mudanças sociais: “Na verdade eu queria fazer uma coisa mais ativa, mais intensa, então naquele momento o MST tava muito intenso, né, e depois eu comecei a entender a importância da área urbana, a questão da terra, da moradia, da divisão do espaço...” (Pedro, L, DH)

A origem pobre também pode contribuir como motivação para a militância, além do compromisso com o direito à cidadania para todos: “[...] a própria necessidade minha, da minha família, do meu ambiente e a consciência da transformação, né. A gente chama o direito de cidadania plena.” (Pedro, L, DH) O processo de luta por transformações contribui para o fortalecimento da consciência política. “[...] quando a gente entra, entra na questão reivindicatória, você toma consciência política, aí quando você toma consciência política, você percebe que tem uma luta maior, tem um horizonte, então o processo da luta, da transformação, o próprio meio vai aumentando a sua consciência política.” (Pedro, L, DH)

No entanto, essa postura de engajamento político para a construção de um mundo melhor para todos não é comum nem entre os líderes comunitários e menos ainda entre os moradores em

geral. Em Abençoada por Deus, os jovens têm consciência de que há maior efetividade em uma atuação coletiva, mas o engajamento em mobilizações foi pouco identificado, e em ações localizadas.

Era melhor coletivamente porque individualmente não vai dar em nada. [...] Sozinha você está fazendo em vão, você está fazendo ali, o povo está vendo... [...] Quando falta água aqui que a gente liga pra COMPESA e a COMPESA não vem, toca fogo aí na frente, o povo com as panels: 'Queremos água'. (FJ, AB)

A luta por políticas públicas e novos direitos inclui a luta pela moradia e as lutas por melhoria da infraestrutura urbana e serviços. As carências vivenciadas no dia a dia podem motivar o engajamento, a consciência para a luta coletiva e até a luta pelo socialismo.

[...] a primeira questão é a consciência da reivindicação mais imediata. [...] você vai sentindo um grau de discussão política, de responsabilidade, de direito, de deveres, então você teve vários cursos de formação política, urbana. Nosso movimento defende o socialismo [...] quem faz parte do movimento tem uma concepção marxista da história e da luta que se desenvolve na sociedade. Quando a gente entra, a primeira necessidade é essa, a mais imediata: a falta do professor, do bebedouro, a falta da casa, a necessidade social também, os direitos sonogados que você tem que se organizar pra conquistar. (Pedro, L, DH)

Mesmo com a formação política e o treinamento que receberam, enfrentam dificuldades para dar continuidade à luta. Buscam promover a conscientização política no processo de organização das ocupações, fazendo junto, em um processo de escuta e respeito ao outro.

Tem as dificuldades, as decepções, as angústias, mas as necessidades, os prazeres, a luta, porque teve um período muito tenso aqui, hoje não; tem pessoas que nem falavam com a gente [...] eu sou uma pessoa que escuto muito, [...] gosto de dar importância ao que elas falam, porque ninguém é dono da verdade; a gente tá pra aprender um com o outro mesmo. [...] o próprio respeito que tem [...]. A gente não diz: 'Vá fazer', a gente faz, faz a ocupação, vem no período de ocupação, faz a construção. Passo 15 a 20 dias direto na ocupação, até se estabelecer. (Pedro, L, DH)

A necessidade de enfrentar as dificuldades comuns e de superar os problemas aproxima as pessoas e cria laços que facilitam a união e a solidariedade entre os envolvidos. A militância exige um nível de envolvimento pessoal e de doação que caracteriza a dádiva ao coletivo.

A luta por moradia abrange desde a luta por habitação, a participação em ocupações, reuniões, passeatas. Estabelece-se de distintas formas, desde a luta mais individualizada para resolver seu problema pessoal de moradia, quando ocupa um terreno, à luta mais coletiva, envolvendo-se em diversas ocupações que não necessariamente estão associadas à solução do seu problema particular de não ter onde morar. O depoimento dessa moradora de Vila Independência é ilustrativo da condição de moradia nos assentamentos espontâneos:

Eu morava em casa alugada, no Olho D'água, meu marido trabalhava, pagava o aluguel direitinho, depois deu tudo errado, a firma foi à falência, aí não tinha dinheiro pra pagar aluguel, ele passou por aqui, viu essa invasão, falou pra mim, eu aceitei. Foi em 2000, já tinha gente, pouca gente [...] meu barraco era bem pequenininho, [...] continua baixinho né [...] foi aumentando aos poucos, fui vivendo assim, me acostumei, gostei daqui. Eu tinha medo, porque eu nunca morei numa invasão, tinha medo de chegar a polícia, tirar a gente daqui, mas graças a Deus não fizeram isso.” (Andrea, VI)

Conta como eram as condições do seu ‘barraco’ no início, bem representativo da moradia nos assentamentos espontâneos.

Porque faz 9 anos que eu tô aqui. Era chuva, sol, ficava tudo alagado de água, a gente dormia na água, porque eu não tenho quase nada de móvel, tinha tudo em cima do outro, pingueira aqui, ali, acolá. Agora não chove mais porque [o marido] ajeitou. [...] quando eu vim morar aqui eu não tinha o Bolsa-Família, depois de uns anos, a gente teve o cadastramento do Bolsa-Família, meu filho mais novo recebe o Bolsa-Escola, que é 140, e [o marido] arrumou um biscoite [sic] pra fazer [...]. Eu não trabalho, mas sempre arrumo uma ôinha. Aí ajudo dentro de casa, faxina. (Andrea, VI)

A condição de trabalho também é informal e temporária, são os biscates. As soluções individuais também dependem de sorte e da ajuda de outros moradores. Uma participante do grupo focal de Vila Independência descreve como conseguiu a casa: chegou lá e ocupou um barraco. “Estava morando com minha mãe [...]. Eu vim uma vez, fui me embora de novo, quando eu voltei, o barraco estava abandonado. Aí eu lavei o barraco tudinho, ajeitei, não tinha porta. Aí pronto eu e meu marido invadimos o barraco e começamos logo de baixo”. (F, VI) Outros têm de pagar alguma coisa para adquirir a primeira casa, ou contar com a ajuda de parentes, de conhecidos, como esta senhora, também de Vila Independência.

E minha cunhada disse: ‘[...] vai que pode ser que seja uma coisa boa.’ Foi mesmo! Quando eu cheguei lá, já tinha minha filha sem ter onde morar, na casa dela, ficou com ela lá. [...] ela foi meu anjo da guarda, [...] sou tia dela, ela me respeita, eu respeito ela. [...] ela disse: ‘olhe tia, tem um barraco de um senhor [...] ele quer vender.’ [...] eu vendo porque sua filha está por aqui, não tem onde morar.’ [...] ele vendeu por cem [reais]. (F, VI)

Durante as ocupações, as pessoas demarcam o espaço onde irão morar ou o reservam para um parente ou amigo. O relato seguinte ilustra a ocupação da antiga favela Abençoada por Deus. “[...] aí minha irmã pegou esse pedacinho da invasão pra mim, no outro dia tava ela lá na casa da minha sobrinha de manhã cedo ‘vamo, [...] invadi pra tu’, ‘graças a Deus, meu Deus, eu rezei tanto e pedi a Deus.’” (Vitória, AB)

Há quem já tenha participado de várias ocupações na luta pela moradia. “Ela não gosta de ocupação, mas eu gosto. Já participei de 4: Airton Senna, Santa Marta, Vila União e Dom Helder. [...] Antes eu entrava de peito aberto, sem ser filiada, eu vim filiar nessa agora. [...],

mas agora não sou mais não [filiada ao MLB]. ” E justifica-se na necessidade do outro. “[...] deixar seus pais, avós terem uma vida mais tranqüila e é por isso que eu ainda participo de ocupação, porque eu ainda tenho [...] amor. Simplesmente amor, não quero nada, não peço nada, ajudo. Vou pelas portas pedir roupa, calçado, comida, tudo.” (D. Conceição, L, DH)

Um líder e militante da luta por moradia conta como organiza uma ocupação. Há toda uma estratégia montada e muito sigilo para que a operação tenha êxito.

A gente faz, geralmente, na madrugada. [...] quando a gente chega num lugar pra preparar a ocupação pras famílias, nem a coordenação do local sabe. Só quem sabe mesmo é a direção do MLB. A gente trabalha com o pessoal que a gente pode confiar. Geralmente a gente faz a ocupação com as pessoas daquela localidade de onde tá o terreno, pra não ter que deslocar de um lugar pra outro [...] a gente não dá informação de jeito nenhum de onde é o terreno, o que elas sabem apenas é o horário pra sair e o local de saída. Pra onde elas vão, elas não sabem. (Pedro, L, DH)

O depoimento a seguir ilustra com riqueza a experiência de quem participa de ocupação – os riscos e o perigo envolvidos, mas também o potencial de circulação de dádiva que a natureza do evento favorece. O gestual das mãos que ela fez, como se pisasse bem devagar para não despertar a atenção de ninguém e para demonstrar o cuidado na chegada, assemelhava-se a uma operação de guerra ou a um ataque silencioso a um acampamento inimigo.

A história que marcou foi a minha. Fiquei no buraco, cheio de bicho. [...] a gente fazia reunião pra informar as pessoas como era a ocupação, como devia se comportar, o que era pra levar, [...] quem podia dava alguma ajuda, as lonas pra fazer os barracos, né. Quando foi nesse dia, uma e pouca da manhã, entramos devagarzinho, tudo com medo, num terreno baldio, tinha umas 40 pessoas, porque o resto tiveram medo, aí desistiram... tudo alagado, sem enxergar nada. Quando eu já estava no cantinho, aí disse: ‘pronto, aqui vai ser meu barraco.’ Eu ouvi uma criança gritando, aí saí, eu só vi a roupa da menina [...] aí eu disse: ‘cala a boca, que mamãe tá ali, vou te levar pra tua mãe’ pra ela não fazer barulho, porque tava arrodado de vizinho e sabe que vizinho acorda, liga, a polícia chega. [...] quando eu peguei a menina, que puxei, aí fiz assim com o pé, desequilibrei, o buraco era profundo. Ela era levezinha, ficou logo no início, mas quando eu botei o pé, aí fui de vez. Eu tava com a mão cheia de sacola de comida [...]: pão, margarina... mas não entrou nada de lama porque eu não deixei; a criança eu consegui tirar. Tava passando uma pessoa aí eu disse ‘leva essa menina pra mãe dela e manda alguém pra vir me desatolar que eu não tô conseguindo sair.’ Aquela lama que parece que gruda. Eu fazia assim com o pé, o outro entrava mais, por causa da força. Veio uma senhora aí disse ‘eu vou mandar meu filho’, foi um menino da faculdade que me tirou [...] Sofri muito, quase que descola meu braço. Um teve que segurar no mato [...] o outro ficou fazendo força com o pé, sentado, pra me puxar [...]. E hoje eu ainda tenho problema nisso aqui que de vez em quando dói. (D. Conceição, L, DH)

Sente-se feliz ao ver as pessoas felizes por terem suas casas. Continua na luta, mas fora do MLB. As divergências políticas, os desentendimentos e a falta de reconhecimento do seu

trabalho fizeram-na se desencantar-se do engajamento partidário e da luta pela moradia, mas ainda se sente estimulada a uma participação de forma mais individualizada.

O bom que eu vejo é ver no rosto das pessoas, muita gente feliz que construiu a sua casa. É a coisa boa que eu vejo. Mas o que eu sonhava de trabalhar, as crianças, uma creche [...] eu já não tenho mais esse sonho [...]. Porque eu ali tava trabalhando como se fosse uma grande família, mas infelizmente essa família é muito complicada. [...] continuo de luta. [...] agora só, sem organização. [...] e não vou parar não, enquanto Deus me der força. (D. Conceição, L, DH)

Conta que a primeira vez em que participou de uma ocupação foi para marcar um lugar para a irmã. Após essa experiência, passou a gostar desse tipo de militância. No processo de luta pela moradia, estabelece-se uma solidariedade com o outro, entre familiares, amigos, conhecidos e até desconhecidos, que se juntam para resolver a moradia deles e de outros. Quem se envolve na luta critica quem vende ou troca a casa: “[...] eu acho que deveria haver um sistema de quem tiver sua casa ser proibido vender ou trocar, porque ali houve troca de terreno até por televisão, som.” (D. Conceição, L, DH)

O militante de um partido como o PCR encara a luta como uma profissão: “[...] um quadro político, né. O nosso papel político na sociedade é fazer essa luta na moradia, que pode ser amanhã, pode ser hoje.” (Pedro, L, DH) Esse nível de engajamento político também traz a emoção com as conquistas. Essa é a retribuição de quem se doa a qualquer luta política, em uma solidariedade com o coletivo, ao desconhecido, com o objetivo maior de construção de um mundo mais justo para todos.

[...] a gente chegou a chorar mesmo na porta da ocupação [...]; as casas tavam erguidas no dia da integração de posse, e as casas também sendo derrubadas. Teve vários momentos [...] um ato lá de entrega do terreno [...] foi muito forte, a gente chegou a se emocionar ao entrar no terreno, parei, sentei, chorei pra caramba, acho que esse foi o momento mais forte, emocionalmente. (Pedro, L, DH)

O sacrifício envolve processos na justiça, ameaças sofridas, mas esses riscos não intimidam o líder-militante que, quando decide participar de uma luta por direitos, está disposto e preparado para enfrentar as adversidades pela ‘causa’.

[...] tiveram uns 12 companheiros feridos, vários presos, a gente tem 10 companheiros que ainda tão em processo e nós também processamos o comandante do shopping. Eu tenho [...] um processo na época do movimento estudantil, a gente fez uma ocupação no MEC, [...] o outro foi no Ceará, a gente ocupou o prédio do INSS, há 4 anos; veio a polícia federal, prendeu e colocaram na delegacia [...] a gente disse ‘porque vocês não prendem os bandidos que tão no Congresso Nacional [...]’? Aí disseram que era falta de respeito, né. A condição pra soltarem a gente, pra não ter o processo era a gente pedir desculpa, mas a gente não pediu. Primeiro que não houve, da

nossa parte, nenhuma ofensa; [...] segundo que quem foram agredidos fomos nós, agredidos, algemaram, levaram gravata [...] e não estamos cometendo nenhum crime. (Pedro, L, DH)

O processo de ocupação é um instrumento de conscientização para a população e uma forma de corresponsabilidade é contribuir para as despesas da ocupação.

[...] a gente leva de 3 a 4 meses [...] faz o cadastramento depois começa a fazer as reuniões, a gente só faz a ocupação quando [...] sente que as pessoas estão bem convencidas, porque pode dar certo ou não; e vem ‘por que não deu certo? [...] o movimento foi o culpado.’ [...] elas têm que sentir que elas são as responsáveis; [...] têm que criar as próprias condições: no MLB cada família dá R\$ 20,00, [...] pra viabilizar a [...] lona, o caminhão, o advogado, [...] cozinha coletiva, 15 a 20 dias, as três refeições. (Pedro, L, DH)

A corresponsabilização e a divisão de tarefas também ocorre durante a ocupação, com o compromisso, o envolvimento e a conscientização das pessoas fazerem parte do trabalho.

[...] a gente consegue também outros apoios, né. Tem aluguel de caminhão, de ônibus, material que tem que comprar, [...] fogos pra servir de alerta, [...] secar a área. [...] quando a pessoa é muito humilde [...] a gente acha que eles vão ter que levantar, porque eles vão se sentir mais responsáveis. [...] o movimento, a ocupação tem que ser auto-sustentável. [...] Nesse processo você tem: a formação das comissões, [...] segurança, formação de creche, formação de cozinha, infraestrutura, [...] vai botando na reunião o espírito da [...] necessidade de você estar lutando, tá organizado, os direitos que você tem, porque você tem que lutar, [...] então a gente busca levantar a autoestima. [...] já teve caso de pessoas que usavam drogas, bebidas, que ao entrarem no movimento elas se transformaram. (Pedro, L, DH)

A conscientização da luta por direitos é o objetivo maior, sendo a luta por moradia o caminho, como atesta o coordenador do Projeto:

A ocupação é um fato que ocorre, mas [...] depois disso tem [...] a questão da moradia digna; e a gente estava querendo ir por esse lado: fazer ocupações; mas que isso não fosse só uma melhoria de vida das famílias, mas também que pudesse permitir um nível de consciência, a formação política dessas pessoas. Porque não adianta a gente estar fazendo ocupação [...] para as pessoas depois ficarem vendendo as casas. [...] devia ter um trabalho político, por isso que a gente criou a Associação [...] para qualificar as ações do MLB. [...] a gente formou esse grupinho mais técnico, que eu também fazia parte. [...] eu tinha mais conhecimento com bancos, quase seis anos [...] elaborando projetos para o Banco do Nordeste, no MST. (João, L, DH)

A necessidade de recursos é uma das dificuldades de uma ocupação. Para subsidiar as atividades do movimento, é requerido dos participantes que contribuam, mesmo simbolicamente.

Nós temos situações que não tem nem passagem pra se movimentar. [...] Quem é filiado tem contribuição de R\$ 3,00 mensalmente. [...] tem muitos, mais de mil. É uma contribuição que você não é forçado; [...] Jaboatão é o lugar que mais entra; entra mensalmente R\$ 600,00, os outros locais é R\$

100,00, R\$ 150,00, mas a gente sempre estimula o pessoal a contribuir; [...] [chega a] menos de R\$ 1.000,00; se tivesse todo mundo pagando, chegaria a uns R\$ 6.000,00; isso é pra passagem, alimentação. (Pedro, L, DH)

Como optaram pela independência e não se vincularam a nenhum parlamentar, pagam o preço de ter os recursos da forma mais difícil e com a cooperação dos filiados que contribuem. Buscam ampliar os aliados e os simpatizantes da causa, fazendo com que mais pessoas participem da luta e de ocupações em outras localidades. O militante “veste a camisa”, os simpatizantes vêm pela felicidade e solidariedade à causa.

A luta pela moradia favorece a dádiva e a solidariedade para o coletivo, para desconhecidos, em prol de uma luta, de uma causa.

As situações de resistência das mulheres ao machismo também foi outra categoria encontrada, o que pode desencadear a união para a defesa de direitos e pode facilitar a circulação de dádivas. Foram entrevistadas algumas mulheres do MLB, em um ‘mutirão vermelho’, que participavam da luta pela moradia e que indiretamente também fortaleciam a luta pela emancipação das mulheres. Foram categóricas em mencionar o respeito que conseguiram dos maridos com a sua participação na luta. Passaram a não ser apenas reconhecidas pelas habilidades de donas de casa, mas como líderes e militantes.

Observou-se também um feminismo construído na luta para criar os filhos. Ele materializa-se no orgulho de ser mulher com força para vencer as dificuldades. “Porque criar uma filha, trabalhar fora de casa, não é fácil. Você tem que ser muito mulher, tem que ter muita força [...] e ser mais você. Ter sua moral de mulher, porque se você não tiver, ninguém lá fora vai lhe dar não, minha amiguinha.” (Vitória, AB) A trajetória dessa senhora traz forte senso de dignidade, amor ao trabalho, distinção, fazer-se respeitar com uma força interior rara.

Uma outra senhora relata sua opção de continuar participando do movimento de luta pela moradia contra a vontade do marido. A militância lhe deu coragem para deixá-lo, pois sentia-se fortalecida por contribuir ativamente com a solução da moradia para quem dela precisa.

É, porque ele [o marido] disse: ou o movimento ou eu. Aí eu fiquei com o movimento [...]. Isso faz 2 anos [...] Eu me sinto bem, porque ele já me aperreava muito com bebida, [...] quando eu ia pra reunião ele ficava dizendo coisa, quando eu chegava, ele dizia coisa, monte de coisa que foi me tirando do sério, aí hoje eu tô sozinha, mas tô bem melhor. [...] Antes de me deixar ele já tinha mil e uma [mulheres]. (D. Conceição, L, DH)

O valor da força de trabalho e o compromisso com a construção da casa por parte das mulheres foram percebidos durante o mutirão: “Trabalham, sem nenhum problema, são as que

mais trabalham, são as mulheres, porque elas são em maior quantidade. [...] Porque eu acho que elas têm mais interesse de construir a casa.” (João, L, DH)

O fortalecimento da condição feminina, seja no envolvimento em lutas coletivas, seja na afirmação da sua autonomia como indivíduo, desenvolve sua autoestima e favorece sua predisposição à solidariedade e à dádiva coletivas.

As situações facilitadoras de dádiva e a solidariedade devido ao comprometimento coletivo costumam estar associadas a alguma atuação política, por isso denominamos de dádiva política. Os protagonistas costumam exercer algum papel de liderança local ou em lutas e movimentos mais abrangentes. Podem agir de forma independente de partido ou movimento, estar vinculados politicamente a algum candidato ou exercer uma militância partidária de base ideológica. Nas três modalidades de dádiva a (des)conhecido, o fato de protagonizarem uma atuação mais coletiva também exige dedicação e luta comunitária, que nem todas as vezes obtém o reconhecimento que esperavam levando-os a se sentirem desestimulados e cansados. Como o comum é a relação não ser personalizada, a retribuição ocorre quando são atingidos os objetivos da luta, ou quando se adquire reconhecimento e prestígio.

Em uma modalidade particular, encontram-se os líderes de partidos ideológicos, que lutam pelo socialismo. Eles também dedicam suas vidas à luta política e a sua retribuição é a própria luta, por estarem contribuindo e protagonizando a construção de um mundo mais justo para todos. Tal modalidade é rara e poucos líderes preencheram esses atributos.

Nas situações de ocorrência de dádiva associadas à relação de proximidade com o outro estão aquelas associadas à socialidade primária de parentesco, amizade ou vizinhança. No caso das comunidades de baixa renda o vizinho muitas vezes é um amigo, ou no mínimo alguém com quem se pode contar em situações de dificuldade ou para resolver algum problema. Ele é ‘o mais próximo’. Por isso, torna-se tão importante preservar os laços de vizinhança. Essa possibilidade de poder contar com o outro, com alguém na vizinhança, é poderosa. Pode ser definidora tanto de situações de vida como de morte, assim como contribuir informalmente para o bem-estar social que o Estado não foi capaz de assegurar.

Em ambas as modalidades, na relação de proximidade e em ações coletivas de luta por direitos, a dádiva e a solidariedade tornam-se recursos poderosos na promoção do bem-estar, individual ou coletivo e no fortalecimento de vínculos das relações interpessoais, ou na promoção da coesão social em lutas por direitos. Mas essas lutas também trazem a dádiva

agonística, representada pela disputa entre os líderes para assumirem o controle das decisões e capitalizarem os créditos das conquistas alcançadas.

8.3.3 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: DIFICULDADES E NECESSIDADES DO OUTRO

Situações relativas ao contexto socioeconômico do outro também podem motivar a solidariedade e a dádiva de quem está próximo. É a condição de necessidade, carência, escassez, dificuldade do outro que mobiliza e deflagra uma manifestação de dádiva ou uma atitude de solidariedade. Elas foram subdivididas em dois grupos: i) gravidade e urgência, como acidentes, doença, risco de vida, ocorrência de drogas, machismo e violência, e ii) necessidade material e imaterial.

O depoimento a seguir ilustra a motivação para ajudar devido à necessidade do outro e o sentimento de proteção por parte de Deus, para que nada de ruim lhe aconteça.

Qualquer pessoa, desconhecido [...] tá precisando [...] Uma vez eu fiz lá na favela onde eu morava; um senhor me pediu, eu tava com as portas fechadas: ‘moça, me arrume qualquer coisa aí, qualquer trocadinho’. Aí eu disse ‘olhe, meu querido, dinheiro eu não tenho, mas se o senhor quiser um prato de comida que eu acabei de fazer, eu lhe dou agora.’ [...] Ele olhou pra mim e disse ‘eu lhe agradeço muito’ ... peguei meu prato, botei feijão, aquele feijão gostoso, sabe? Botei feijão, arroz, macarrão, botei galinha, verdura, acho que foi ignorância, botei muito, porque a gente fica botando de pouquinho [...] Eu não sei fazer prato de comida pra ninguém, porque eu sou exagerada. [...] Dei o prato ao homem, neguinha, e mandei ele entrar e sentar no meu quintal. O pessoal ficou olhando pra minha cara, como é que eu podia fazer isso com uma pessoa que eu não conhecia. Eu disse ‘Ele não vai fazer nada, sabe por quê? Porque Deus tava aqui dentro da minha casa e mesmo se ele quisesse fazer alguma coisa, ele não tinha força pra fazer, nem ele nem ninguém tem força.’ Jesus existe, oh, lá em cima! (Vitória, AB)

A ocorrência de dádiva ou solidariedade não se dá unicamente devido à condição do outro, mas também está associada a alguma das categorias tratadas na motivação pessoal. Esse momento de dádiva de caridade ocorreu devido à necessidade do outro, que estava com fome, mas os valores pessoais possibilitaram-lhe ajudar a quem necessitou naquele momento. A esta categoria de situações associa-se a dádiva de necessidade.

8.3.3.1 GRAVIDADE E URGÊNCIA DA SITUAÇÃO: ACIDENTES, DOENÇA, RISCO DE VIDA, DROGAS, MACHISMO E VIOLÊNCIA

A gravidade e a urgência da situação foram categorias motivadoras bastante encontradas. Dificilmente alguém não presta um socorro a quem esteja necessitado, devido a uma doença ou um acidente, ou em situação de risco, principalmente se for parente, amigo, vizinho ou morar na mesma localidade. Em tais situações, a dádiva pode chegar a salvar a vida, o que gera também um forte sentimento de gratidão e de dívida em quem a recebeu. O depoimento de uma participante do grupo focal de mulheres de Abençoada por Deus ilustra a percepção da solidariedade associada ao socorro que prestou a alguém; no entanto, também revela os valores morais por se tratar de um outro ser humano, o que por si só justifica a solidariedade.

Não se pode ajudar só em comida [...] uma vez mesmo eu ia chegando tinha um homem passando mal, estava com um problema de hérnia, aqui. [...] O homem morrendo e todo mundo rindo. [...] Ele era bêbado, mas dessa vez a hérnia estava se estrangulando. Aí me disseram, vieram e na mesma hora foi operado. [...] Cheguei lá, liguei rapidamente para o SAMU [...]. Quer dizer, só não morreu por pouco. [...] O outro também estava lá passando mal, eu socorri ele. [...] Se eu fiz isso eu vou querer receber? [...] ‘eu fiz por ele, porque eu vi que era uma vida ali, um ser humano’. (Taís, FM, AB)

Outra participante menciona como uma ajuda importante que prestou ao ir morar na casa de uma velhinha para quem trabalhava depois que a situação de saúde dela piorou.

Minha ajuda mais importante que eu dei foi uma velhinha que eu estava tomando conta dela, morava só ela e o cachorro. Aí eu deixei minha casa, deixei tudo, meu filho mais velho e fui totalmente morar com ela, ela tava doente, sem poder tomar banho; e eu só trabalhava lá dois dias, mas como ela adoeceu e não podia tomar banho eu deixei tudo e fui cuidar dela, mas só que foi a hora dela e Deus levou. (Carla, FM, AB)

Os jovens também prestam socorro a alguém, como uma das jovens que socorreu um amigo durante um ataque de epilepsia: “Eu já ajudei duas vezes o meu amigo quando ele estava com um ataque epilético. [...] Foi na escola. Foi de repente. [...] Ele começou a se bater. [...] Só que foi muito rápido, e ele só reanimou mais no hospital.” E conta como se sentiu e que ajudou o amigo devido à amizade que existia entre eles: “A amizade. [...] Eu brincava muito com ele e ele estava do meu lado assim e foi muito rápido. [...] Acho que era por isso, porque eu era muito apegada a ele, sabe? [...] Eu me senti aliviada porque eu pensei que ele ia morrer [...]”. (FJ, VI) A urgência deflagrou a ajuda, mas a amizade entre eles contribuiu.

Um dos rapazes fala de uma situação de acidente em que ajudou o amigo. “Eu fui lanchar e [...] numa Shineray caíram ele e a prima dele. [...] uma mobilete. [...] Aí eu segurando nela e o cara segurando nele, tinha um buraco, [...] aí eu levei ele pro hospital. Ele doidinho, ‘tá

doendo, tá doendo’. Nem sabia onde é que tava.” Ao ser perguntado sobre o que o motivou a ajudar, ele responde: “Porque eu vi ele doido. Eu pensava que ele ia morrer.” E quando inquirido sobre como se sentiu, responde: “Aliviado, depois que eu vi ele bom, andando, conversando, nem se lembrava de nada mais.” (Eduardo, FJ, AB)

Uma das garotas do grupo focal descreve uma ajuda de socorro que prestou a alguém. O episódio ilustra que situações de conflito, violência e briga também podem potencializar demonstrações de solidariedade entre amigos, principalmente pela gravidade do risco e urgência da própria situação, mobilizando para a ação quem estiver próximo.

uma menina se jogou do primeiro andar, [...] estava tendo uma confusão aí ela pegou e se jogou, desesperada. Aí só eu vi, ela caiu desmaiada. Aí depois outra vizinha viu, aí correu pra ver como é que ela estava, aí eu voltei com o irmão dela. Aí ligaram para o SAMU e o SAMU socorreu ela. [...] Estavam jogando garrafa umas nas outras. [...] Foi briga no primeiro andar. [...] muito bêbado... [...] Pulou pra sair da confusão. (Sandra, FJ, VI)

Uma das participantes que estava grávida, mas ainda não havia falado nada, é estimulada a falar por um dos rapazes que começa a relatar um ato de ajuda que ela prestou a alguém, algo de bom que ela fez ao outro. “Ela cuida da filha da mulher. Aí a menina chama o namorado dela de pai e ela de tia. [...] Ela ficou doidinha. Ela achou que ele ia morrer.” Foi então, que com uma voz bem forte a futura mãe começou a falar:

[...] a mãe dela [o bebê]¹⁰⁶ era drogada. Aí a mãe dela não queria devolver ao pai e a mãe perguntou se eu queria ficar e eu fiquei cuidando dela até dois anos. [...] o que veio agora tem problema de coração. Aí ela queria me dar, mas como eu vou ter o meu, eu não posso. Ela [a bebê] morava comigo. [...] Eu fiquei com ele já molinho no meu braço, lá no hospital, no Barão. [...] ela socorreu [...] já tava ficando roxo, aí [...] ficou todo entubado aí a médica mandou consultar ele aí quando eu fui levar ele, que eu tirei ele do aparelho ele estava ficando roxo de novo. [...] Eu tinha catorze anos. Aí eu namorei com quinze anos, aí ele chama o meu namorado de pai. (Karina, FJ, VI)

O mundo de violência em que vivem esses jovens proporciona-lhes logo um contacto com a morte, ali onde moram ou na própria vida. Mesmo nessas situações ocorre a solidariedade.

Quando eu estava preso um colega meu levou um monte de ‘xuxada’, um cara pegou ele... [...] Quando eu tava indo lá pra frente já ouvi ele me chamando, quando cheguei lá ele tava todo furado. Eu fiquei só do lado dele, lá, limpando o sangue. [...] Ele morava na mesma cela comigo. [...] levantei ele, tentei ajudar ele mas não tinha como. Depois ele morreu. (Tiago, FJ, VI)

Os episódios com gravidade e urgência possuem fortes condicionantes para potencializar as práticas de solidariedade, o que em algumas situações pode envolver a vida do outro.

¹⁰⁶ O bebê era uma menina, mas quando ela se refere à palavra bebê, diz como se fosse um menino.

As situações de drogas, machismo e violência doméstica, também devido à gravidade da situação, potencializam a circulação de dídivas, e nos casos de violência as atitudes têm de ser rápidas para evitar maiores danos. Crianças declararam ter ajudado outras crianças quando pai ou padrasto espancava a mãe. Uma das jovens conta um caso em que a violência familiar na casa de uma amiga a levou a ajudar duas amigas em situação semelhante: “Uma amiga minha, o padrasto dela estava espancando a mãe dela dentro de casa e queria bater nela também, nela e na irmã dela. Aí ela pediu pra ela ir pra minha casa pra dormir lá. [...] Um era pai e o outro era padrasto.” A condição de risco das amigas foi o principal motivador para a dídiva, mas ela espera também poder contar com a amiga no dia em que precisar dela “Porque ela precisava e eu quis ajudar ela, gostava dela, é amiga. E eu sabia que eu ajudando ela, um dia, eu precisando, ela ia me ajudar.” No final, o sentimento de tristeza devido à situação das amigas, mas feliz por ter sido capaz de ajudá-las: “Fiquei triste pela situação delas, mas feliz por ter ajudado.” (FJ, AB)

Por vezes, os líderes comunitários atuam como mediadores de conflitos, de violência familiar e machismo. O depoimento de uma moradora de Vila Independência menciona a ajuda que o líder prestou ao acolhê-la na sua casa, dando-lhe alimentação e indicando-lhe um trabalho.

[...] o meu ex-marido, ele batia muito em mim, só que [...] eu decidi [...] deixar ele. [...] eu não tenho família nenhuma por aqui, sou do interior; [...] eu disse pra ele que não queria mais ele, pra ele ir embora. Aí ele ficou me ameaçando. Aí ele [o líder] botou eu na casa dele, fiquei na casa dele uns dias. Eu não sabia de nada, eu não era assim como eu sou hoje, desenrolada; aí ele começou a arrumar coisa pra mim fazer, falou com os amigos dele pra mim fazer lavagem de roupa, pra eu arrumar uma casa, fazer uma faxina. Eu tinha uma filha, [...] tinha dois anos e pouco, o que ele comprava pra filha dele, ele comprava pra minha. Ele mandava leite pra minha filha, ele mandava miojo, ele mandava almoço pra mim, então eu não tenho nada pra dizer dele, se eu hoje sou desenrolada, aprendi com ele, porque eu não sabia fazer nada. Graças a ele! Meu ex-marido foi bater no barraco dele, ele se mexeu, me levou pra casa da mãe dele, lá em Igarassu; fiquei lá uns dias porque meu marido foi me ameaçar na porta dele, que ia me bater [...]. foi ele que me ajudou, até que eu comecei a fazer meus bicos. (F, VI)

Por tudo o que o líder fez por ela, não lhe cabia dizer que não tem nada a dizer contra ele; no entanto, ela menciona isso, pois outras pessoas o criticam. No entanto, o depoimento que veio de quem recebeu a solidariedade e o apoio assegura a veracidade. Ela continua relatando outras dídivas recebidas do líder. O apoio que recebeu dele a ajudou a se separar do marido e a se livrar da relação de opressão e de violência que sofria.

Não sei se foi para os outros, pelo menos pra mim ele foi muito bom [...]; minha filha tinha sopro no coração, qualquer coisa ela desmaiava, ele me dava passagem. Uma vez ela [...] estourou, estourou mesmo, ele mandou

buscar remédio não sei aonde, ele sempre me ajudou muito, agora não que ele não mora mais aí [...] mas quando ele morava aí, ele me ajudava muito. [...] graças a ele pude largar meu marido, hoje eu moro com outro. O que é que eu ia fazer no meu barraco com uma menina de dois anos e ele [o marido] dizendo que ia me matar? Ele podia não se meter, porque era briga de casal, [...] mas ele se meteu. Ele me ajudou muito. (F, VI)

O depoimento de uma líder de Mulheres de Tejucupapo mostra o sentimento de ‘definir uma situação’, a que alude Goffman (1985). Contou emocionada que sua agilidade ao providenciar um transporte, jogando-se à frente de um carro para fazê-lo parar e levar ao hospital uma criança inconsciente, definiu a situação e salvou a vida da criança. Ela tornou-se comadre da mãe da criança, solidificando um vínculo a partir da dádiva:

Quando a médica virou pra mim e falou: ‘quem foi que botou essa nenem dentro do carro?’ Fui eu. ‘Você sabia que esta menina só tinha 5 min de vida?’ Vige eu chorei tanto no hospital, mulé. Porque eu salvei a vida daquela nenem. Então isso me deixa gratificada de morar aqui dentro. Porque se não tivesse eu [...] essa bebê tinha morrido. [...] quando eu passava, a mãe botava tapete vermelho. Eu virei madrinha da menina. (líder de Tejucupapo)

Essas situações motivadoras de dádiva e de solidariedade foram bastante encontradas. Quando as pessoas eram perguntadas quanto a uma ajuda prestada a alguém, era natural lembrar algo importante que tivesse definido uma situação; o que estava normalmente associado à gravidade e à urgência da situação. Nesses casos, a ajuda devia ser rápida, caso contrário seria tarde demais, como no depoimento anterior. Nessas situações em que algo tem de ser feito, a dádiva é gratuita. É difícil imaginar que alguém vá agir esperando ser retribuído. É uma dádiva de urgência. A ação ocorre no tempo e pelo impulso que a situação exige. É uma forma de dádiva que normalmente dá prazer, alívio, sentimento de importância em quem protagonizou o ato de solidariedade para com o outro e definiu a situação, bem como um grande sentimento de gratidão da parte de quem recebeu a ajuda. Poder-se-ia especular que, inconscientemente, quem protagonizou a ajuda o fez pensando que gostaria que alguém fizesse o mesmo por ele. No entanto, o contexto de gravidade e urgência das situações não permite que haja tempo para alguma reflexão que possa motivar a ação.

8.3.3.2 NECESSIDADE (I)MATERIAL

As necessidades material e imaterial do outro são uma outra categoria que potencializa ações solidárias e manifestações de dádiva. O cotidiano de ajuda material entre os vizinhos, e imaterial, na mediação de conflitos e brigas familiares, pode ser exemplificado no relato de uma participante do grupo focal de Vila Independência.

Eu, ajudo ainda até hoje, eu não trabalho, eu vivo do Bolsa Família [...] Meu marido está parado, mas a pessoa mesmo que eu ajudo ali, e se eu pudesse, ajudaria muito mais, é a minha vizinha, [...] porque ela mora sozinha, ela tem uma filha rebelde, a filha dela ameaçou bater nela, eu já me meti, fiz um mês, ela passou mal, eu [...] grávida, socorri ela. Ela mora sozinha [...] coitada sai, pega uma faxina. [...] eu não tenho muito [...] mas todo dia de manhã eu compro pão, ela vem tomar café com a filha dela. Às vezes eu pergunto: irmã a senhora tem alguma coisa pra almoçar? Ela diz que não, que só tem cuscuz com manteiga, eu dou um feijãozinho, um pedacinho de carne. Às vezes de tarde eu faço vitamina, pra minha filha, aí faço um liquidificador cheinho, aí eu dou pra ela lanchar. [...] no que eu posso ajudar eu ajudo ela. Eu dividi com ela uma cesta básica [...] porque ela é uma pessoa lutadora, é uma sofredora [...]. Ajudo assim, porque eu sou pobre, mas se eu pudesse eu ajudaria muito mais. (F, VI)

Esse depoimento evidencia o potencial multiplicador da dádiva. Devido à proximidade existente nos assentamentos espontâneos, é fácil conhecer os problemas do outro e estar próximo para poder prestar ajuda. No entanto, os limites da condição financeira são um impeditivo. Também está muito associada ao vizinho, que é a pessoa mais próxima que pode prestar-lhe alguma ajuda no menor tempo.

Foram muitos depoimentos de manifestações de dádiva e de solidariedade devido à necessidade material de dinheiro, de comida, de trabalho. Em tais situações a dádiva possui forte carga emocional. É expressada pela ajuda material em situações de fome, ausência das condições mínimas para alimentação, doação de alguma comida específica, cota para comprar gás, emprestar dinheiro para a passagem, arranjar algum trabalho ou biscate, dentre outros. Usualmente, os envolvidos – quem doou ou recebeu a ajuda – não esquecem o episódio. Há também um forte sentimento de gratidão da parte de quem recebe e de bem-estar em quem doa algo. Por vezes isso está associado à caridade e a ajuda a qualquer pessoa que dela necessita. Em outras situações, há uma relação entre os envolvidos. Pode também ser motivada pela simpatia ou pelo desconforto de ver o outro em uma situação que o deixa infeliz, como argumentou Sen (2000).

Muitos começam a ajudar ainda na infância, pegando a comida que havia dentro de casa para doá-la a um vizinho. Por pegar a comida sem o consentimento da mãe, acha que fez algo errado e pede perdão a Deus, como ilustra o depoimento de uma moradora de Abençoada por Deus. “Acho que desde os 7 anos de idade, fia. Eu tirava os feijão lá de casa e dava pros vizinhos que precisava. Macaxeira, [...] farinha, quantas vezes eu tirei farinha da minha mãe pra dar pras pessoas comer. Eu tirava e dizia: ‘Deus que me perdoe’. Antes eu peço a Deus conforto.” (Vitória, AB)

Há quem encontre motivação para ajudar no fato de não ter recebido muito da vida e justifica sua motivação por não ter recebido carinho de mãe. Buscou dar algo que não recebeu.

[...] uma senhora [...] ela teve duas gêmeas, o marido desempregado, morando na casa da mãe, com família, e eu via as crianças passando necessidade. Daí comecei a ajudar essa família, eu tinha mais ou menos 17 anos; mas de levar menino pra casa, cuidar, [...] dar banho, é desde novinha, desde criança. Porque eu fui criada sem mãe e eu tenho uma falta do amor e do carinho. Fui criada com meu pai, e por conta da esposa – que era um homem maravilhoso – entregou-se à bebida e era ele quem cuidava da gente. Mas graças a Deus eu estou aqui. (D. Conceição, L, DH)

E relata também como pegava comida em casa, escondido, para doá-la à vizinha.

[...] comprando roupinha, dando comida, tirando as coisas dentro de casa escondida pra levar... Não vou mentir, eu fazia mesmo. Mas porque naquela época meu pai trabalhava e a gente tinha em casa. E aquilo que tava de pouquinho, meio kg de feijão ou meio quilo que tava lá eu levava correndo, um pouquinho de arroz, aí eu dizia pra minha madrastra: ‘ô mãe, as menininhas não têm o que comer’, fazia aquele jeitinho. Quando comprava uma palma de banana eu pegava duas e levava. (D. Conceição, L, DH)

O depoimento a seguir ilustra outra ajuda com doação de comida, por parte da dona da casa em que moravam, por sensibilidade diante de uma situação de resguardo do parto.

Ajuda foi quando eu tava de resguardo, [...] a dona da casa fez uma feira e me deu. Isso lá no Olho D'água. Eu saí de lá, a gente ficou devendo a ela, até hoje. E ela [...] trata como se a gente não devesse a ela. [...] ela trabalhava, tinha o emprego dela, aí ela viu que [o marido] tava desempregado, eu tava com um menino novo, e tava com meu mais velho também, tomava leite. Eu só sei que quando eu cheguei da maternidade ela me chamou e deu uma feira. E continua até hoje, a gente parece ser vizinho. [...] Ainda hoje ela diz, se a gente ganhar aqui o auxílio-moradia, ela queria que a gente fosse morar lá, porque ela diz que a gente foi um bom inquilino. (Andrea, VI)

Uma participante do grupo focal de Vila Independência relata que sempre dá comida a quem precisa. O fato de ganhar pouco não a impede de ajudar a quem pede na sua porta.

O que é que eu faço? Precisando, chegando na minha porta, precisando de alguma coisa, eu não tenho como negar, eu tenho que dar. [...] Que nem muitos já têm feito: ‘Vó, a senhora tem farinha? A senhora pode me dar um pouquinho?’ Dou, minha filha. Eu compro farinha à vontade, compro no interior, farinha dentro de casa, arroz, macarrão, não falta não. Aí eu só digo: ‘Pois não, agora!’ E dou um bocado. [...] Eu podendo dar qualquer coisa, eu dou [...] eu não passo fome. (D. Graça, F, VI)

Mesmo que receba pouco, mas o pouco que ela tem ela reparte. O depoimento a seguir ilustra o reconhecimento da solidariedade dessa senhora por outra participante, mas sinaliza a esperança de que Deus multiplique o que a doadora poderá vir a receber.

Solidariedade é como [...] Dona Graça falou aí que ninguém é solidário com ela, mas ela é solidária com outras pessoas, porque a partir do momento que

a pessoa abre sua casa, abre sua porta pra dar um prato de comida a uma pessoa já está tendo solidariedade. Os outros não podem ver, mas Deus vê, então Deus multiplica o que a senhora tem. (Patrícia, FVI)

A convivência do cotidiano propicia conhecer as necessidades do outro. E a doação de um pouco de comida entre vizinhos ocorre mesmo no Conjunto Abençoada por Deus.

Ele tem cinco filho pequenininho! [...] Que nem uns indinho assim, [...] Aí teve uma vez que ele disse: ‘Ô minha vizinha, desculpe eu incomodar, a senhora tem um pouquinho de açúcar, pra me arrumar?’ Eu disse: ‘olhe eu num garanto, porque aqui em casa é muito difícil eu comprar açúcar [...], mas se tiver, eu trago pro senhor.’ ‘É porque eu quero tomar um golinho do...’ ‘olhe, café eu tenho.’ Aí eu cheguei aqui ainda tinha um restinho de açúcar [...] que dava pra tomar um ou dois café. Eu fui e levei pra ele o café e o pouquinho de açúcar [...]. Ele ficou todo feliz. (Vitória, AB)

Ao saber que o vizinho cozinhava com lenha, duas moradoras fizeram uma quota para comprar o gás do vizinho, o que já foi mencionado anteriormente. Mas o que salienta-se nesse relato é a circulação da informação e a articulação entre as duas vizinhas para a compra do gás, a partir da percepção da necessidade do outro.

Quando foi a semana passada [...] minha outra vizinha [...] descobriu que fazia quatro meses que ele tava sem gás. Aí eu cheguei terça-feira, que ontem fez oito dias. [...] Aquele cheiro de queimado. Aí eu: ‘gente, (subindo aqui na escada, né) gente, a panela tá queimando, gente pelo amor de Deus, gente, não deixa o jantar queimar [...]’ Aí quando foi na terça-feira de manhã, minha vizinha, me disse: ‘menina tu num sabe o que aconteceu comigo! Aquela vizinha lá de baixo, a mãe dos indiozinho, ela cozinha com lenha.’ Eu disse, ‘é não neguinha.’ Ela disse ‘é, que eu vi o fumaceiro saindo da cozinha dela.’ Aí eu disse [a amiga] ‘vizinha, a senhora tem alguma coisa queimando no fogo’, aí ela disse ‘é não é porque eu cozinho com lenha.’ ‘Eu fiquei morta de vergonha [...] pedi desculpa a ela’. (Vitória, AB)

Há também as doações que ocorrem no final de ano, e a moradora que fez a cota para o gás planeja como vai fazer para doar uma cesta básica ao senhor que possui muitos filhos e cozinhava a lenha. E relata com orgulho o que vai fazer para ajudá-lo.

Esse final de semana a gente vai fazer a reunião nós duas. Eu conheço esse menino do mercadinho, conheço ele e a mulher dele, que são do meu interior, de Feira Nova. Eu vou pedir a ajuda pra dar uma cesta básica no final do ano. Sem ninguém saber, só eu e [a vizinha]. Eu ajudo, mesmo e pronto, ninguém me impata. Só Deus! (Vitória, AB)

Uma das participantes do grupo focal de Abençoada por Deus menciona um momento importante de sua vida, quando recebeu uma grande ajuda de uma pessoa que nem conhecia:

A maior ajuda que eu recebi aqui foi quando eu estava desempregada aí eu me sentei no mesmo condomínio em que eu trabalho hoje. [...] Eu estava sentada num banco, tinha umas crianças brincando, chegou uma senhora e perguntou pra mim: ‘você quer lavar algumas roupas minhas?’ Eu disse: ‘agora!’ Ela disse: ‘venha segunda.’ Eu disse: ‘eu quero agora.’ Nesse

momento eu estava com fome, estava com uma filha com quatro anos, com fome, na casa de uma amiga minha que também não tinha o que comer; essa mulher mandou eu lavar as roupas. Eu comecei de oito horas da manhã e fui até oito da noite; sem ela saber, que eu não contei minha vida a ela. Alguma pessoa veio, não sei quem até hoje, e contou; e ela chegou com duas cestas básicas, com leite, com tudo, pra mim e minha filha. Isso foi uma ajuda que eu nunca esqueci e [...] até hoje, eu estou nessa casa, graças a Deus. [...] ela foi e me ofereceu o trabalho. Eu terminei a roupa, ela me chamou no outro dia pra fazer uma faxina, que faxina foi essa eu tô até hoje lá, é onze anos. (Vera, FM, AB)

Esse depoimento também evidencia a ajuda que prestam uns aos outros ao tomarem conta do filho de um amigo ou do vizinho, mesmo sem as condições de prover alimentação para a criança. Se a amiga não tivesse ficado com o filho dela, ela não poderia ter ido a esse condomínio, onde trabalha até hoje. Agradece a Deus por esse trabalho, que mudou sua vida. Talvez por isso ela haja mencionado outras vezes a importância de ajudar alguém com trabalho.

Tinha uma menina [...] que falou: ‘Ela está desempregada, na casa dela não tem nada e ela está atrás de arrumar um emprego’ e nessa hora que ela chegou eu estava chorando. Eu falei pra ela: Eu estou com dor de cabeça. Podia até estar naquele momento, mas é que eu tinha uma filha com quatro anos, numa cidade dessas que é grande [...] sem parente nenhum, chega uma pessoa e diz: ‘Você vai lavar minha roupa.’ E depois me dar um emprego até hoje! [...] Pra mim foi um alívio! Foi Deus e ela que me ajudou, foi aí que eu consegui comprar meu barraco, foi aí que eu consegui mudar minha vida. Eu agradeço primeiro a Deus e segundo a ela. Eu sempre digo a ela: Na minha vida, tudo o que eu tenho foi você que me ajudou. (Vera, FM, AB)

Mas ela também parece ser muito generosa, e conta quando doou todos os móveis à vizinha que morava no interior, numa atitude de grande desprendimento.

A ajuda que eu dei foi a vez que eu vim embora do meu interior pra cá, os meus móveis todos. Eu tinha geladeira, cama, fogão, tudo e a minha vizinha não tinha nada, só tinha as panelas de barro e os quatro filhos. Então eu peguei meus móveis tudo, forro de cama completo e disse a ela, isso é da minha casa antiga e isso tudo é seu. Então quando ela foi entrando [...]. Ela desmaiou. Aí eu peguei um carro, levei ela pro médico [risos]. Quando ela voltou do médico tudo o que era da minha casa tava na dela. Eu mesma carreguei tudo com outro vizinho. [...] quando eu chego no meu interior, toda vez que eu vou, tem uma galinha bem gorda pra mim. [...] Ela zela com tanto amor que até hoje ela tem, faz vinte anos que eu estou aqui e ela ainda tem. (Vera, FM, AB)

E justifica: “Eu dei, ela não tinha, eu estava indo embora, eu dei. Podia vender, podia dar a minhas irmãs, mas eu sabia que minhas irmãs tinham mais que ela. Eu dei pra ela porque eu vi que ela não ia conseguir como as minhas irmãs podiam conseguir.” Após esse gesto, a amizade ficou fortalecida: “Quando eu chego lá, com uma lembrancinha, que hoje eu sou comadre dela; o segundo filho, quando ela teve, ela me deu pra eu ser madrinha; quando eu

levo alguma coisa eu já digo, olhe não desmaie que é bem simples. Ela bota pra rir.” (Vera, FM, AB) Evidentemente, gestos como esse não são frequentes, mas exemplos de generosidade e de desprendimento em doar algo seu, em ajudar o outro, foram encontrados na maioria dos entrevistados. Em três casos passaram a ser compadre ou comadres.

Muitos atos de ajuda material e imaterial provêm dos vizinhos, que devido à proximidade e por compartilharem o cotidiano, conhecem as necessidades e os problemas uns dos outros.

Houve também relatos de ajuda imaterial mediante conselhos, apoio moral, resolução de conflitos familiares ou escuta. Os jovens e as crianças relataram muitos episódios associados a essa categoria, e a amizade se apresentou como um fator que facilita a troca, o aconselhamento. As situações semelhantes por que passam fortalece a identidade entre eles.

[...] ela estava namorando com um menino escondido. Aí a mãe dela não queria e ela estava passando por cima da mãe dela pra ficar com esse menino. Aí eu fiquei aconselhando ela a não ficar com ele porque não valia a pena não. Aí ela apanhou por causa dele e continuava com ele. Agora sou eu, que estou fazendo isso, eu aconselhei tanto e estou fazendo isso. (Alessandra, FJ, AB)

Quando questionados sobre a amizade, os jovens associaram-na a algo lúdico, de brincadeira, de ter confiança para contar um segredo: “São pessoas que gostam de brincar... [...] Que confia. [...] Que a gente pode contar segredos pra ela não dizer a ninguém. [...] Isso é que é uma amiga de verdade, não contar o segredo da outra.” Esse apoio emocional de escuta molda a relação de camaradagem entre eles.

Uma moradora do Conjunto Abençoada por Deus explica como aconselha amigos e amigas. Nesses conselhos estão presentes seus valores morais referentes à amizade, à família, à mulher, ao álcool. Sente-se confortável no papel de aconselhar, de dar exemplo, de ensinar.

Eu acho que todo homem tem o direito de trabalhar a semana todinha, chegar no final de semana tomar sua cerveja, entre os amigos, [...] mas, assim, tem um limite. A consciência... em casa ele tem uma mulher. Tomou uma cerveja? Tomou. Chegou em casa, toma seu banho, almoça com sua esposa e vai dormir. Não é chegar em casa bêbado querendo ser dono de tudo, pra quebrar tudo, pra acabar, pra destruir, porque não vai adiantar nada. Porque depois, você que vai repor aquilo ali tudinho [...] Aí eu digo ‘Não faça isso... [...] compre sua cervejinha, compre seu vinho, tome em casa. Quando você ver que tá bêbado, que a cabeça já tá... vá pra casa. [...] Tente se controlar ao máximo’ [...]. As meninas também, minhas amigas, ligam pra mim [...] eu digo ‘minha filha, não é assim. Não se resolvem as coisas assim, se resolve na calma, sentando, conversando e se entendendo.’ (Vitória, AB)

Em outra passagem, conta que os amigos a procuram para contar os problemas e ela os aconselha, sentindo-se importante e reconhecida pela estima social (HONNETH, 2003).

[...] eu tenho muito conhecido homem. [...] Tem muitos que ligam pra mim e dizem '[...] tô com um problema sério', eu digo: 'Em casa, tu tá brigando com a mulher, criatura!'; aí 'eu queria tanto conversar contigo', a gente vai, marca um cantinho pra gente sentar, aí eu chego lá... [...] dou conselho, converso, explico [...] Que não pode, que não deve ser assim. (Vitória, AB)

A mesma senhora declara que gostaria muito de poder prestar esse tipo de ajuda, principalmente na visita a doentes em hospitais, mas prefere prestar uma ajuda mais individualizada a se envolver em lutas coletivas.

Eu não gosto de complicação pra mim, mas eu gosto de ajudar. Se eu tivesse condições sabe pra onde era que eu ia? Lá pro Hospital do Câncer, passar o domingo lá. Eu não sei fazendo o quê, não sei se fazendo chorar ou se fazendo rir, mas eu ia. Se eu tivesse condições, porque ir sem ter condições não adianta. Mas quem sabe um dia eu não faço isso. (Vitória, AB)

O desejo e o potencial para ajudar, confortar o outro, existem, mas a percepção de que precisa de uma condição, possivelmente material, que não possui, inibiu a sua ação. Possivelmente, ela imagina que deve levar algo para os pacientes, o que ela não tem condições de fazer.

Nesse capítulo foram listados e apresentados relatos de situações em que ocorreram a solidariedade e a dádiva, ou com potencial de ocorrer. Situações em que havia uma expectativa de retribuição no curto prazo, ou sem prazo definido, situações em que a motivação estava associada ao contexto pessoal (valores morais ou em retribuição) e ao contexto do outro (por relação, ou ao contexto socioeconômico).

A tentativa de isolar cada categoria não negou, em hipótese alguma, a possibilidade de a motivação para a dádiva se encontrar em duas ou três categorias distintas ao mesmo tempo. Ao contrário, foram muitas as evidências de situações cuja motivação possuía raízes pessoais e no contexto do outro, bem como também podia haver expectativa de retribuição.

O que surpreendeu foi a profusão de modalidades de manifestações de dádiva e de solidariedade entre os moradores de baixa renda, caracterizando-se quase como uma alternativa informal ao Estado de Bem-estar Social, ineficaz para dar conta das necessidades e serviços assistenciais que garantam qualidade de vida aos cidadãos.

Particularmente, nos assentamentos de baixa renda, a relação de vizinhança ocupa um papel central na sedimentação da dádiva de ajuda mútua. É com o vizinho, muitas vezes amigo, que se conta para tomar conta do filho, quando se precisa de comida, ou para emprestar dinheiro. Daí a importância de que as políticas públicas fortaleçam e não desmantelem esses laços.

A religiosidade e a política ocupam uma centralidade na motivação pessoal. A primeira, na motivação do cidadão comum; a segunda, na motivação dos líderes comunitários, que, por sua vez, têm relevante papel de mediação e de multiplicação de dádiva e de solidariedade nas relações de poder, prestígio ou ideológica.

A religiosidade impulsiona a seguir o mandamento de Deus: amar ao próximo como a si mesmo. Espera-se retribuição, mas sem saber o quê, como ou quando Deus vai retribuir. Então, é mais o ato de se parecer com Deus, que amou a todos que motiva as pessoas religiosas a ajudarem os outros. A religiosidade e os valores morais comandam as dádivas nas relações interpessoais; a política comanda as ações e as lutas de caráter mais coletivo.

O retorno pessoal, por meio do prazer e do bem-estar, ocorre nas duas modalidades e estão associadas à religião ou à política. Os laços entre o doador e o recebedor também foram fortalecidos em diversas situações. As lutas para a conquista de direitos também foram outro tipo de situação em que o fortalecimento dos vínculos se consolidou de forma mais coletiva.

As situações facilitadoras levaram à ocorrência de diversas modalidades de dádiva. Quando a motivação é pessoal, pode-se ter dádiva talento, já que são os atributos do doador que motivam a dádiva, ou a dádiva religiosa, quando é motivada por princípios religiosos. Quando a dádiva é motivada pela retribuição, ou por querer aproximar-se do outro, poder-se-ia associá-la à dádiva de aproximação. Quando há uma relação de proximidade com o outro, é a dádiva de amizade, parentesco, ou até a dádiva de aproximação. Quando se espera a retribuição do outro, ou se pode contar com o outro solidariamente, ocorre a dádiva de ajuda mútua ou dádiva partilha. A dádiva política e a dádiva agonística se manifestam nas situações que envolvem dedicação ao coletivo, lutas coletivas, própria dos líderes. Essa também pode ser enquadrada na modalidade de dádiva ao desconhecido.

A presença de agentes externos, como a Caixa e a assessoria técnica da UFPE, no caso do Projeto Dom Helder Câmara, foram indutores e facilitadores de solidariedades. O papel da primeira foi assegurar o aporte de recursos para a execução das obras, porém houve momentos em que o atraso nessa liberação provocou o acirramento da desconfiança e conflitos entre os grupos. O mesmo pode-se dizer da prefeitura, em Abençoada por Deus, pois a ação da prefeitura tanto facilitou a agregação como acirrou a desconfiança e o descrédito.

As situações facilitadoras foram em maior número e mais diversificadas do que as situações inibidoras de dádiva e de solidariedade. Essa profusão de modalidades é uma evidência de que a dádiva está nos poros da vida social dos moradores de baixa renda.



CAPÍTULO 9

DÁDIVA E SOLIDARIEDADE NA RELAÇÃO COM O LUGAR

CAPÍTULO 9 – DÁDIVA E SOLIDARIEDADE NA RELAÇÃO COM O LUGAR

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado. (SANTOS, 2004, p. 91)

Esta citação de Milton Santos conclama para que sejam construídos espaços e lugares integradores, acolhedores, dos quais o ser humano se sinta parte e estabeleça uma relação de pertencimento. O lugar interfere sobre as trocas, pois reproduz memórias, desejos, frustrações. O lugar revela também o conjunto de práticas atuais e passadas incorporadas, sejam elas práticas de cuidado e conservação, ou de descuido e depredação. Portanto, nesse capítulo serão discutidos os rebatimentos da dádiva e da solidariedade no espaço e, mais particularmente, no lugar. É apresentada uma revisão teórica com autores que tratam da construção do lugar, como Milton Santos e Ana Fani Carlos, e do conhecimento local, como Arturo Escobar, conceitos esquecidos diante do discurso da globalização. Será objeto de análise: i) como se manifestam e se reproduzem as práticas solidárias na construção de casas que se apoiam em dádiva, reciprocidade e ajuda mútua e ii) como se manifesta o cuidado com o espaço familiar e coletivo.

9.1 UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR

A necessidade de aprofundar a discussão sobre o lugar tornou-se necessária para buscar entender a rejeição de determinadas soluções habitacionais e o sentimento de pertencimento ao lugar, o que faz alguém preferir a moradia nas palafitas a um apartamento de dois quartos.

Estudar o lugar configura-se um desafio à análise do mundo moderno. É possível, no entanto, pensar o homem como produtor e criador do lugar? É possível entender o lugar como reprodução dos desejos e necessidades, como reprodução da vida humana? Essas inquietações permearam reflexões durante o mestrado há cerca de dez anos atrás, e agora voltam ao centro das reflexões atuais, porém revisitadas com o foco do atual objeto de estudo. Dessa feita, a discussão nesse item tem por base as reflexões teóricas realizadas no Capítulo 3 da dissertação “As Intervenções nos Morros da Região Metropolitana do Recife: entre necessidade e qualidade”, defendida do Mestrado em Gestão e Política Ambiental, da UFPE.

Escobar (2005, p.137) argumenta que o domínio do espaço sobre o lugar levou à secundarização de formas locais e regionais de pensar e configurar o mundo e salienta o apagamento de que a experiência e o conhecimento local foram vítimas com o discurso da globalização. Defende que o conjunto de práticas embasadas no conhecimento compartilhado é o que pode ser denominado de “visão do conhecimento local orientada para a prática”¹⁰⁷ que tem sua origem numa variedade de perspectivas teóricas (de Bourdieu a Giddens).” (*ibid.*, p.143) Os seres humanos estão arraigados na natureza, imersos em atos práticos e localizados.

Escobar comenta Richards (1993 *apud ibidem*) quando fala de capacidades para executar tarefas em contextos sociais que se encontram configuradas por lógicas culturais específicas. Os modelos locais são “experiências de vida” e “desenvolvem-se através do uso” imbricado nas práticas locais (GUDEMAN E RIVERA, 1990, p. 14 *apud ibid.*, p.144). Destaca a importância de “renovar nossa consciência dos vínculos entre lugar, experiência e a produção do conhecimento” (ESCOBAR, *op. cit.*, p. 147).

Escobar (*ibid.*, p. 152), no entanto, reconhece que para “Construir o lugar como um projeto, transformar o imaginário baseado no lugar numa crítica radical do poder, e alinhar a teoria social com uma crítica do poder pelo lugar, exige aventurar-se por outros terrenos”. Não se pretende que a discussão sobre o lugar e o conhecimento local assumam uma proporção de solução para os problemas do mundo, nem que esse esteja livre de dominação e de formas de opressão, mas que o conhecimento local esteja associado à política e à epistemologia, e que sejam consideradas questões mais amplas na investigação do lugar como lugar e as relações sociais (*ibid.*, p.152-153), foco da abordagem desta tese.

A visão da relação entre a (re)produção do espaço e as condições socioeconômicas é compartilhada com autores, dentre eles Milton Santos e Ana Fani Carlos. Carlos (1996, p. 14-15) salienta a importância do lugar como ponto de articulação com o espaço urbano, uma vez que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana, estando aí, cada vez mais, a articulação entre o local e o mundial. Mais adiante (*ibid.*, p. 51), afirma que o entendimento do mundo moderno só é possível a partir da análise do lugar como um processo mais amplo, tomando como referência a sociedade urbana em constituição, mesmo que nele se manifestem os desequilíbrios, os conflitos e as tendências dessa sociedade. Para ela “[...] o lugar, enquanto construção social, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (*ibid.*, p. 28-29). E

¹⁰⁷ Muitas obras em áreas de morros foram construídas sem considerarem o conhecimento local dos moradores, sub-dimensionadas e provocaram acidentes e mortes em vez de segurança e conforto (ALCÂNTARA, 2001).

salienta a importância do lugar para a vivência do cotidiano: “[...] o lugar permite ao mundo realizar-se, a oportunidade de uma história que ao se realizar muda, transforma, determina a ação, é onde os homens estão juntos vivendo, sentindo, pulsando, e que tem a força da presença do homem” (CARLOS, 1996, p. 38).

Foi o que ocorreu com os moradores da antiga Comunidade Abençoada por Deus que, ao se mudarem para o conjunto, perderam essa história construída.

Milton Santos também reforça a importância do lugar no cotidiano das pessoas, como um palco das paixões humanas, da comunicação e troca de espontaneidade e criatividade:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organizações e espontaneidade. O lugar é o quadro de referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1999, p. 258).

Carlos (*ibid.*, p. 26) focaliza a análise mais próxima do indivíduo, chegando à rua, salientando a importância da relação com esse espaço, e entre os indivíduos, mediante o vivido e o reconhecido, e se deve “[...] buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares.” Mais adiante, reitera que é o lugar que “[...] permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno.” Afirma também que “[...] a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem-lugar” (*ibid.*, p. 30). Tudo isso terá de ser reconstruído no Conjunto Abençoada por Deus. O lugar da moradia inclui o apartamento ou casa, a rua, a feira, o mercado, áreas de lazer, e até pode incluir o trabalho.

Santos (*ibid.*, p. 255) refere-se à proximidade, sem se limitar a uma associação com distância, mas à contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, que vivem com intensidade suas inter-relações. Salienta que a totalidade das relações “devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança”. E, ao citar Guigou (1995, p. 56), afirma que é dessa forma que a proximidade “[...] pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade.” Observe-se que, em Vila Independência, a proximidade entre as casas facilita a comunicação, a sociabilidade, a solidariedade e as trocas.

Santos (1999, p. 255-6) ainda reforça o papel da vizinhança na produção da consciência. Ao referir-se a Duvignaud (1977, p. 20), identifica na “densidade social”, resultante das pessoas em um espaço fechado, uma “acumulação que provoca uma mudança surpreendente” movida pela afetividade e pela paixão, e levando a uma percepção global, “holista”, do mundo e dos homens.” O que pode constituir “[...] a condição desses acontecimentos infinitos, dessas solicitações sem-número, dessas relações que se acumulam, matrizes de trocas simbólicas que se multiplicam, diversificam e se renovam.” A convivência de proximidade entre os moradores dos assentamentos espontâneos de baixa renda facilita a profusão de comunicação entre si, as relações sociais e as próprias manifestações de dádiva e solidariedade.

Carlos (1994, p. 187) salienta que “[...] o contato cotidiano com o outro implica a descoberta de modos de vida, problemas e perspectivas comuns. Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana.” A riqueza das relações de vizinhança e o potencial transformador que provocam podem levar a uma tomada de consciência do seu papel de agente transformador e de sujeito da sua própria história. Isso só é propiciado quando tais relações de proximidade existem, as quais, por sua vez, têm um potencial de ocorrência e de realização no âmbito do lugar.

Carlos (*ibid.*, p. 188) salienta igualmente o potencial de questionar a ordem estabelecida a partir do cotidiano: “[...] o indivíduo questiona a “ordem estabelecida” a partir da idéia de que o povo tem direitos que estavam sendo negados, criando uma identidade com o outro a partir do cotidiano, das experiências individuais e da solidariedade; redefinindo as formas sociais e o poder de barganha dos segmentos da sociedade.”

Começa a se desenvolver um sentimento e uma consciência de coletivo, fazendo surgir “[...] a idéia da liberdade (como superação da alienação), baseada na união e fundamentada na necessidade de emancipação do homem real, adquirindo os direitos de cidadania.” Mais adiante, Carlos (1996, p. 260-261) argumenta que a ideia de liberdade surge na consciência do processo com base na união com o outro, na superação das relações sociais individualizadas, buscando o direito de participação numa sociedade de excluídos, fundamentada nas relações de dominação, em que o direito se vincula à propriedade privada. Essas possibilidades de tomada de consciência a partir das relações do cotidiano permitem dar um salto em termos de cidadania e, conseqüentemente, na qualidade de vida e na perspectiva de futuro. É pela união com o outro e da solidariedade que as relações de vizinhança se fortalecem e podem contribuir para a superação das dificuldades em um cotidiano de exclusão.

Santos (1999, p. 261) refere-se à expressão zonas urbanas ‘opacas’ como “[...] os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão.” Os espaços onde vivem os pobres são abertos. Já “[...] os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores.” Por serem abertos, é nesses espaços que o desenvolvimento da criatividade pode acontecer. Os regulares, pela sua própria conformação, são rígidos, portanto mais difícil a sua transformação, e mais ainda o exercício da criatividade por parte dos pobres. “[...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (*ibid.*, p. 263). Tal alienação leva a um distanciamento das pessoas e dos lugares, faz do indivíduo um estrangeiro no seu bairro, pois, por ter encontrado tudo pronto, não se sente identificado com ele. É o que se observa em Abençoada por Deus. O traçado urbano é ortogonal, regular, rígido. Tudo foi construído sem a participação dos moradores.

Carlos (1994, p. 63) destaca que, nos espaços alienados, “[...] o sujeito não se reconhece como produtor, e tampouco é reconhecido como tal.” O espaço se produz com objetivos estranhos e distantes das necessidades, aspirações e utopias dos indivíduos; ocorre uma falta de identidade entre o sujeito e a obra, a qual tende a aumentar cada vez mais.

Por sua vez, Santos (*ibid.*, p. 264) defende que, “[...] quanto mais instável e surpreendente for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta.” Na opinião do autor, “[...] a consciência **pelo lugar** se superpõe à consciência **no lugar**.” Com essa visão, Santos transforma a conotação negativa de espaço desconhecido na conotação positiva associada à “produção da nova história.” Tal dimensão local da história emerge no cotidiano, no modo como as pessoas vivem, na forma de se relacionarem uns com os outros e no uso do lugar. A forma de (re)produção do espaço interfere diretamente na forma de comunicação e de relacionamento entre eles.

Como estabelecer a relação entre dádiva e ambiente, entre dádiva e lugar? A reciprocidade com a natureza, o ambiente, o lugar são sinais de dádiva? Os índios estabelecem uma relação com a natureza, com o lugar em que moram, de respeito, de cuidado e de admiração. Como é a relação com o lugar dos moradores dos assentamentos de baixa renda?

A análise será conduzida em dois eixos:

- i. As manifestações de zelo e cuidado com o ambiente natural e construído – os espaços públicos, comuns e coletivos, a rua, as praças, os equipamentos comunitários, o lixo, a arborização, o esgoto, as águas servidas.

- ii. As iniciativas de ajuda mútua na construção de casas com participação dos moradores, mais particularmente o Projeto Dom Helder Câmara e os Pedreiros Solidários.

9.2 A INFRAESTRUTURA E A TIPOLOGIA DA CASA COMO CONDICIONANTES DA RELAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO LUGAR

A relação com o lugar também está pautada pelas condições existentes de infraestrutura urbana, que pode gerar limitações no cuidado e conservação. O que fazer com os dejetos de esgoto quando não se tem banheiro? Ou com o lixo quando o ponto de coleta é distante? Questões dessa natureza podem gerar conflitos entre moradores, como declarado por uma moradora de Vila Abençoada. A inexistência de banheiros nas residências pode levar ao surgimento de focos de vetores e também potencializar conflitos entre moradores. “Na minha casa eu tenho banheiro mas o meu vizinho da direita não tem. Se eu for falar, aí pra me alterar? Eu não vou. Aí é rato, é barata [...]. Se [...] deixa aberto, é muita mosca. [...] a bacia e o buraco [...] Não tem diálogo nem conversa; é cada um por si e Deus por todos.” (F, VI)

A precariedade ou inexistência de infraestrutura urbana nos assentamentos espontâneos pode potencializar conflitos ao invés de potencializar ajuda mútua. Uma moradora de Abençoada por Deus aponta os problemas em relação à favela onde morava: “[...] problemas de saneamento, as pessoas sofriam muito com isso [...] porque muitas vezes a gente não podia sair por causa da lama, da maré que enchia o rio.” Mesmo com todo esse sofrimento que enfrentavam, gostava mais de lá: “Eu gosto mais de lá. [...] Porque lá eu tinha mais amigos, aqui eu não tenho não. [...] Não é os que estão aqui, é os amigos que eu tinha para o lado de lá, fora da comunidade.” (Edna, AB)

A inexistência de equipamentos de lazer é outra demanda bastante sentida nos moradores de Abençoada por Deus, principalmente os jovens e as crianças. Essa demanda também deve ocorrer com os moradores de outros conjuntos habitacionais.

9.2.1 AS CRÍTICAS QUANTO À SOLUÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

A configuração espacial das ocupações espontâneas, com as ruas tortuosas, lotes e becos sem padronização, oferece uma organicidade ao traçado urbanístico que se adequa à cultura e às necessidades da população. Tal forma possibilita uma proximidade entre os moradores pelo contato porta a porta, mas também permite uma individualização da casa. A forma tortuosa

com curvas também oferece mais segurança, pois dificulta o acesso de estranhos ao local, mais que a opção urbanística de corredores paralelos, como em Abençoada por Deus.

Projetos urbanísticos e arquitetônicos inadequados geram uma relação de insatisfação, de inadequação ao lugar. O desenho urbanístico pode interferir no comportamento das pessoas. A proximidade dos apartamentos leva à falta de privacidade e facilita os moradores “bisbilhotarem” a vida de outros. O depoimento dos jovens ilustra esse aspecto: “Agora está tudo perto [...] as mulher que não tem o que fazer, em vez de estar em casa, arrumando a casa vai cuidar da vida dos outros. Três horas da manhã está as mulher na janela olhando a vida dos outros.” (Eduardo, FJ, AB) Esse depoimento ilustra a perda de privacidade provocada pelos blocos de apartamentos. Suspeita-se que na antiga favela isso não ocorria.

É o que revela uma moradora quando perguntada por que gostava de morar lá: “[...] Em termos de infraestrutura, se pode dizer que é uma casa. E o que eu não gosto é que é muito agitado, muita violência”, e, como a maioria entrevistada, afirma que o sentimento de comunidade era maior antes: “[...] Lá a gente era mais [comunidade]. Quando chegou aqui ficou aquele ovo, né? Apertado, mais próximo, outro mais afastado. Lá era mais unido, até pra ficar lá na frente, se reunia. Bebia, quem não bebia, bebia guaraná. Ficava lá, brincando, ficava, às vezes, até amanhecer. Aqui não.” (Joana, AB)

A proximidade que as casas na favela propiciavam pode ser um dos fatores com que se sentiam mais comunidade lá. A tipologia de casas térreas favorecia o aproximar-se do outro, a troca, a sociabilidade. O isolamento dos apartamentos inibe o compartilhamento da comida com os vizinhos. Essa entrevistada sentia-se mais comunidade lá, onde compartilhava a comida que fazia com os vizinhos: “Eu trabalho de segunda a sexta, sábado e domingo eu tô em casa. Aí eu gosto de fazer feijão, gosto de fazer bolo [...]. Todo mundo lá gostava do meu bolo, eu dava a todo mundo [...] do meu feijão, do meu macarrão.” (Vitória, AB) Isso evidencia que o formato da ocupação da favela facilita a proximidade entre as pessoas, como explicitado no depoimento a seguir.¹⁰⁸

Aqui já é diferente [...] Porque lá era porta com porta, aqui já não é. Naquele beco estreitinho, se você botava a cabeça na porta já tinha um vizinho já, de frente. [...] Pela uma parte era bom, por outra não. Porque morar em favela é muito complicado. Você tem que saber morar em favela. Porque favela é muito pesado. Convivência, violência, em tudo. É diferente, **aqui cada qual tem sua vida; lá era pegado um com o outro.**[grifos nossos] (Luzia, AB)

¹⁰⁸ Um morador que morava sob a Ponte Limoeiro declarou que, quando um deles levava uma topada, o outro sentia a dor, referindo-se à proximidade física facilitar a proximidade das dores e das necessidades.

A tipologia de apartamento dificulta o compartilhar da vida com o outro, causada pelo isolamento e pela segregação que o ato de viver com as portas fechadas propicia: “cada qual tem sua vida”, enquanto “lá era pegado um com o outro”. Essa proximidade do outro gera afetividade e identidade com o lugar, bem como aproximação do outro, o que potencializa a circulação de dádivas.

Uma das críticas em relação à solução técnica foi à tipologia habitacional. Sinal de ineficácia da política pública, ocorre quando os desejos e os interesses dos moradores não foram atendidos, a tipologia da solução não traz conforto, bem-estar, quando a casa não é percebida como lar. Em *Abençoada por Deus*, muitas foram as queixas quanto à tipologia habitacional de apartamento. A falta de privacidade, o barulho, os limites para as festas são algumas das razões mencionadas. Os jovens queixam-se dos limites impostos pela moradia em prédios: “Eu queria uma casa na favela e não queria um apartamento aqui. [...] Uma casa, com um quintal bem grandão. [...] Tem tanto barulho que lá embaixo escuta. [...] Um aniversário, você tem que fazer com hora pra começar e com hora pra acabar, porque se não acabar nessa hora, chama a polícia.” (FJ, AB)

O que gostam é o fato de serem donos da casa, mas o confinamento que o apartamento oferece contrasta o bem-estar e possibilidade de ‘inspiração’ que a casa proporcionava.

[...] Aqui é melhor... pra ser sincera? Acho que nada. É bom porque é a minha casa, que Deus me deu. Mas pra dizer com a felicidade do fundo do meu coração, é melhor do que [...] aquele lá? É não. [...] Lá tinha tudo; aqui eu não tenho espaço, aqui não tenho inspiração, aqui não tenho uma vida. Um lugar pra você ficar à vontade, aqui não tem. Lá eu tinha. Eu tinha meu quintal, meu espaço à vontade, não incomodava ninguém e ninguém me incomodava. Aqui você tem que chegar, fechar a porta e ficar fechado. [...] se eu tivesse como trocar... [...] Eu amava muito ali, a minha mansão. [...] Tudo era maior lá. Lá eu tinha minha cozinha, área de serviço e o quintal com a janela pra trás. Aqui é área de serviço, cozinha, estender roupa, tudo aqui. Eu não tenho onde sentar pra ficar à vontade, respirar, descansar um pouco. (Vitória, AB)

O sentimento de desconforto é muito grande para a maioria dos entrevistados. No caso dessa entrevistada, as suas raízes rurais fazem com que prefira uma casa. Sente-se presa, não consegue ‘respirar’ Como receberam uma concessão do direito real de uso (CDRU), não podem vender. Podem trocar, mas quando tentam trocar para morar em outro conjunto, não conseguem encontrar quem queira permutar e ir morar lá.¹⁰⁹ Se pudessem, venderiam o apartamento para comprar uma casa em outro local. (Figuras 14 e 15)

¹⁰⁹ Essa informação foi obtida de um técnico da prefeitura.

Venderia, eu não pensava nem um segundo, pra comprar uma casa em outro local [...] pra me inspirar, porque a vida que eu vivi, no campo, solto, livre, desimpedido, eu sempre vivi assim. Mesmo vivendo em São Paulo, mas eu sentava na calçada, conversava, fazia festa. E aqui é meio preso, meio preso não: é preso! (Vitória, AB)

Fato relevante foi a constatação da origem rural de vários entrevistados e o saudosismo em relação ao local em que moravam antes, no interior. Possivelmente aí resida uma das razões para preferirem a casa e a restrição aos apartamentos. O final do relato demonstra com força como se sentem presos, presos por morar em um apartamento, presos devido ao medo de descer por causa da violência, das drogas. Uma evidência são os nomes de presídios com que denominam os conjuntos habitacionais populares.

A declaração a seguir explicita as diferenças entre morar em casa ou em apartamento. Na casa, as portas ficavam abertas, havia o contato com a rua, com o exterior, o quintal, o terraço. Havia segurança.

[...] Ficava. Tudo. Tinha grade, tudo à vontade. [...] Não me sinto bem. Não me sinto segura. Não me sinto confortável. E lá eu me sentia. [...] Muita coisa [mudou]. [...] Eu acho, assim, que é o conforto. [...] Você não pode ficar à vontade, você não fica à vontade. E lá a gente ficava. [...] Lá eu tinha um portão com cadeado, eu botava o cadeado. Aqui era meu terraço, tinha uma grade [...]. No meu terraço eu abria as duas portas. Eu dormia, ficava aberto até a uma hora da manhã com minha janela aberta, com os vidros abertos; fechado, no cadeado, mas no ventinho, à vontade, sabe? No meu quintal eu ficava até duas, três horas da manhã [...]. E aqui eu não tenho, fia, onde ficar, eu não tenho nem onde ficar. (Vitória, AB)

Recebia os parentes na casa, mas após mais de três meses na nova moradia, ainda não havia recebido a família, o que costumava fazer na antiga casa. Imagina que não ficará à vontade. Com isso, a sociabilidade com a família foi reduzida. Fala com muita saudade da casa.

Recebia, os meus parentes. Minha família não veio ainda aqui, só algumas. Mas eu já penso, quando eles vim, né [...] eu vou fazer uma fava ou uma feijoada, não vão ficar à vontade aqui. E lá tinha, tinha um terraço, era livre. Botava as mesinhas, ficavam à vontade. Tinha a área de serviço atrás. Aqui não tem. Nem assim, você fica à vontade; com a porta aberta, passa gente. [...] que eu gostava de fava, uma fava com charque, com tudo dentro. Eu gosto de fazer, assim um almoço [...] É bom? É bem feito? É. Mas não é, assim, confortável [...] Não é. Eu gostava de lá, eu gostava muito, muito. Eu amava minha mansão lá, aqui é meu apê. [...] 'tu gosta mais de lá ou de cá?' eu digo 'gostava mais da minha mansão'. É meu apê, né? Eu agradeço a Deus que é meu, mas a minha mansão... (Vitória, AB)

Algo associado a lar, a conforto, foi deixado para trás e ainda não conseguiu recuperá-lo na nova casa. A dificuldade para estender as roupas é evidenciada pela existência de varais que ornamentam as fachadas. Um aspecto relevante a ser considerado é que muitas donas de casa

lavam roupa para aumentar o orçamento familiar. Com a dificuldade para secarem as roupas, tais atividades podem ter diminuído, o que reduz mais ainda o orçamento doméstico. “Nesse apartamento era pra ter feito uma área para estender roupa, porque na favela todo mundo tinha, e aqui a pessoa não tem um lugar pra botar. E aqui também é pequeno, não cabe as coisas, não tem lugar. Tinha casa na favela que era grande, aqui não cabe as coisas, a cozinha é pequena.” (FM, AB) (Figura 14)

A moradora que declarou que “preferia voltar pros ratos e pras baratas que não faz mal a ninguém”, sentia-se presa no apartamento, e salientou que só havia uma porta. Nas casas eles têm a porta da frente e a porta de trás.

No Conjunto Dom Helder, os moradores escolheram a tipologia de habitações térreas. No entanto, houve crítica em relação ao projeto de arquitetura, devido à área exígua da cozinha para acomodar os móveis e os eletrodomésticos. A ocorrência de várias reformas é uma evidência da inadequação do projeto às necessidades dos moradores. Mesmo que as casas sejam conjugadas, possuem duas paredes justapostas, para facilitar possíveis ampliações.

Em Vila Independência, a tipologia será de duas casas geminadas, uma no térreo e outra no primeiro andar. Essa tipologia é bem mais aceita do que os apartamentos.¹¹⁰

A outra categoria de situações em que repousaram as críticas foi em relação à infraestrutura, por ser insuficiente ou inadequada e ocorreram preponderantemente em Abençoada por Deus. A inexistência de um local adequado para a disposição final do lixo leva moradores a colocarem o lixo na frente do conjunto.¹¹¹ (Figuras 15 e 24) A inexistência de telefone público próximo é outro aspecto mencionado. Também ficou mais caro, porque se paga água e luz.

A única participante do grupo focal de mulheres que declara gostar de morar no local e que acha melhor do que antes reclama do transporte público e tem medo de assalto.

[...] aqui dentro, eu acho ótimo! A morada eu acho boa demais. [...] em umas partes, é muito melhor. A casa é uma casa muito boa! [...] O que eu acho ruim é a ida para fora e a vinda. Que a gente que trabalha, que não tem

¹¹⁰ Em uma pesquisa realizada no Bueirão, havia essa tipologia de casas térreas e de primeiro andar. Os moradores gostavam, e o índice de repasse era pequeno quando comparado com os apartamentos. A maioria estava satisfeita com a casa. Os moradores construíram suas casas e receberam um treinamento. Os vínculos com a casa e o lugar foram bem maiores (ALCÂNTARA; FURTADO, 2007). Recentemente a pesquisadora encontrou com uma das moradoras que declarou que a casa seria para os filhos e netos, em uma alusão de que nunca venderia. Ela também declarou que o lugar era tranquilo e que a maioria das pessoas continua morando lá.

¹¹¹ Informação dos moradores. No entanto, há boxes na outra extremidade do conjunto, os quais poderiam servir para o acondicionamento temporário, com o inconveniente de dificultar a coleta pelos caminhões de lixo.

horário para chegar [...] chega um horário que entra, aqui, com medo. É só o que eu acho ruim, é isso. [...] os ônibus... ou a gente pega esse ‘Barbalho’ e ‘Detran’, ou vem de pé, ou pega o ‘Torre’, para ser assaltado, para ser apanhada... [...] depois que desce do ônibus. Porque, se descer do ‘Torre’, ali, lá na frente [...] você é...ou é assaltada ou é apanhada (Vera, FM, AB)

No atual local, a existência de várias comunidades que competem entre si contrapõe-se ao sentimento na favela, quando “Lá era uma comunidade só. Não é isso? [...] E aqui tem quantas comunidades? [...] Tem Caiara, Detran, tem Abençoada... [...] Lá só era Torre.” Alguém pondera que a existência de outras comunidades no entorno não os deixa isolados: “[...] Mas ele iria pegar a gente e colocar num deserto?” O debate e as opiniões divergentes, no grupo focal de mulheres, sobre o melhor local para a implantação do conjunto são evidências da complexidade envolvida entre localizar um conjunto habitacional próximo a outros ou na periferia. A opção de moradia no centro da cidade foi uma possibilidade sugerida como um possível local para a implantação de projetos habitacionais.¹¹²

Devido à violência e à falta de segurança foi sugerido que no local onde existe a Creche Lua Luar fosse construído um posto policial, porque os próprios funcionários da creche não se sentem seguros. O depoimento de várias mulheres ilustra isso:

Acho que não era pra ter uma creche aqui, era pra ter sido um posto policial. [...] A maioria das mães que colocam os filhos aqui na creche, não trabalham. [...] No lugar de uma creche era pra ter segurança, que seria pra todos. [...] Qual é o condomínio que tem creche? [...] Na semana passada um menino pegou, caiu, o outro empurrou o menino, lascou a cabeça do menino assim [...] Qual é a segurança que os filhos de nós, mães, têm aqui dentro? Professores, as funcionárias que trabalham aqui vão morrer. Os vigias, coitados, são os primeiros a morrer, que estão na frente. (várias, FM, AB)

Possivelmente, não devem ter sido consultados sobre os equipamentos comunitários construídos no local. Esse debate também mostra o medo de violência, a ponto de acharem que os funcionários da creche irão morrer.

Quando questionados sobre coisas que poderiam melhorar, os jovens continuam a falar sobre coisas ruins: os boxes atrás estão sendo usados como lixeira por catadores (Figura 24, foto F); abriram o muro externo para entrar um carro de fora. Sentem como se não houvessem regras, as pessoas fazem o que querem. No entanto, mencionam uma mulher que limpa o local.

Devido a lixeira, é boi lá dentro, é gato, é cachorro, é cavalo... [...] Tem até menino. [...] Tem menino que fica catando dentro, é tudo espalhado no chão.

¹¹² Próximo ao conjunto existe um terreno baldio, onde ocorre a “feira do troca”, onde são vendidos objetos usados e, na maioria das vezes, roubados. No grupo focal de mulheres, alguém sugere que nesse terreno seja construída uma praça, outra sugere construir mais casas. Esse debate evidencia que a população tem propostas para a melhoria das suas condições de vida, mesmo com divergências.

[...] Tinha grade antes, tiraram... [...] Sabe pra que? Pra entrar aqueles gari aqui dentro... [...] Se não fosse uma mulher... [...] Ela pega e deixa tudo limpinho, se não fosse por ela. [Flora] (FJ, AB)

As reivindicações são muitas, mas uma que parece ser comum à maioria dos conjuntos habitacionais é a falta de espaço de estar, de contemplação, de lazer. Algumas sugestões são:

[...] aquele negócio do estacionamento ali era melhor uma quadra, muito melhor uma quadra. [...] Que nem o outro que fizeram do outro lado ali, uma quadra, tem praça... [...] Na Várzea. [...] Tem salão de festas. [...] Aqui tem que ter uma quadra, uma pracinha com balanço... [...] Disseram que ia ser um parque aqui. [...] Não tem nada, destruíram... [...] Tinha aula de dança, capoeira. [...] Uma aula de dança, **aula de alguma coisa**... [grifos nossos] [...] De pintura, de bijuteria, era pra ter. (FJ, AB)

A expressão ‘aula de alguma coisa’ revela a vontade de estudar, qualquer coisa que traga motivação, esperança, possibilidade de aprender uma profissão, esporte, ou mesmo lazer. Os jovens apoiaram a candidata que fazia oposição à então presidente, mas perdeu a eleição. É presente o sentimento de impotência por ser minoria: “são poucos jovens pra muitos adultos”.

A inexistência de espaços e de equipamentos de lazer os vulnerabiliza diante de outros moradores. Têm de jogar bola em lugares inadequados que os expõem a confrontos com os adultos. Novamente a discriminação e a falta de reconhecimento. “Ontem a gente jogando bola ali e a bola sem querer caiu na casa do homem. Aí a gente foi pegar a bola: ‘Não vou dar não, porque quebrou minha gaiola.’ [...] ele disse que só ia devolver a bola quando todo mundo juntasse e desse cinquenta reais a ele.” (FJ, AB)

Na favela onde moravam, havia possibilidade de lazer em maior quantidade e diversificado. O depoimento a seguir mostra as distintas opções de lazer, mas também explicita o sentimento de revolta. O lazer agora está associado a algo ilícito, escondido, condenável, como a ‘feira do troca’, de venda de objetos roubados, e o ‘caça-rato’ que, como explicaram, é uma forma de ter sexo rápido e barato. É bem significativo associarem o que existe lá com destruição.

Quando a gente morava lá tinha uns campinhos, um parque. Na minha rua mesmo tinha um campinho. [...] A gente levava as menina pra namorar. [...] Tinha a pracinha... [...] Tinha três praças [...] Tinha festas . [...] Tinha o ‘Bueirão’¹¹³. [...] Tem feirinha lá também. [...] ainda tinha o Carrefour, [...] o Plaza. [...] Se você quiser ir pra uma festa tem que ir daqui pra lá [...]. Não tem mais uma diversão aqui pra ninguém, não tem nada, de lazer aqui é o areial e aquela ‘porra’ do troca... [...] Tem mais destruição só. Ali é [...] feito de motel, os ‘caça-rato’. [...] É o motel mais rápido que puder. (FJ, AB)

Esse sentimento negativo em relação ao lugar onde moram reforça o não pertencimento ao lugar, a exclusão. Seus desejos e necessidades não foram contemplados nem reconhecidos.

¹¹³ Um espaço livre, usado para jogar futebol ou outra forma de lazer, próximo à chaminé da Fábrica da Torre.

Diversos entrevistados mencionaram a necessidade de políticas públicas para os jovens e os adolescentes, como uma maneira de ocupá-los. Seja na provisão de equipamentos para lazer e entretenimento – quadras, praças –, como curso para práticas de esporte – capoeira, dança –, seja cursos profissionalizantes – bijouteria, corte e costura. Na opinião deles, a falta de opções para ocupar os jovens facilita o envolvimento em crimes e violência: “Aqui é ladrão, traficante [...] Aqui só fazem coisa errada porque não tem nada pros menino fazer. [...] É porque lá era mais perto de tudo. [...] Tinha parque, tinha praça. [...] tinha a feirinha; aqui é o COTEL mesmo. [...] É, aqui a gente não pode sair pra canto nenhum.” (FJ, AB)

No entanto, buscam, com criatividade, alternativas para a escassez de possibilidades de lazer: improvisam um bingo que envolve jovens e adultos. “É, à noite, muito adolescente não tem nada pra fazer. [...] Desde o começo que a gente queria uma quadra ali. [...] Se a gente começa a jogar, a primeira coisa: ‘Se cair na minha casa eu furo.’ [...] O que anima aqui de tarde é aquele bingo ali. E de noite também tem um bingo.” (FJ, AB) No entanto, em visitas nos sábados à tarde e nas férias, muitas pessoas usavam os espaços coletivos – vias de circulação interna e pracinhas-, diferentemente do que ocorre em outros conjuntos habitacionais. (Figuras 14 e 24) Suspeita-se que isso se deva aos hábitos anteriores e próprios de comunidades de baixa renda, de contato com a rua, os quais muitas vezes criam escadarias de apartamentos para o acesso à rua (AMORIM; LOUREIRO, 2001; MONTEIRO, 2000).

O que ocorre em Abençoada por Deus possivelmente se repete em vários outros conjuntos habitacionais populares. A justificativa que técnicos e gestores da prefeitura oferecem é de que o Recife não dispõe de terrenos centrais. Então, é preciso verticalizar ou construir casas na periferia. No entanto, a opção de ocupar os prédios vazios existentes no centro, públicos ou privados, como foi sugerido no grupo focal de mulheres, parece não estar sendo considerada prioritariamente. Seria possível tanto recuperar os prédios abandonados como introduzir a moradia no centro da cidade, que hoje continua basicamente com uso comercial.

A inadequação da tipologia de apartamento para a população de baixa renda é evidente e por demais conhecida de técnicos e gestores. Gera insatisfação, sentimento de inadequação, de prisão, falta de identidade e rejeição ao local. A inadequação se refere tanto à tipologia da unidade habitacional como ao projeto urbanístico, que não buscou preservar a forma que moravam, nem contemplou equipamentos de lazer adequados às necessidades dos diversos grupos. Esse aspecto, particularmente, não requer muita ciência da parte dos arquitetos e urbanistas. Mais equipamentos de lazer para jovens, adultos, crianças e idosos, proporciona ganhos de qualidade de vida para esses grupos e pode diminuir o nível de criminalidade local.

Por que esta tipologia continua sendo reproduzida em grande escala em várias cidades de todo o país? A resposta da inexistência de terrenos centrais não parece ser suficiente para continuar a reproduzir uma solução largamente rejeitada pelos usuários, como essa. Tampouco os arquitetos e engenheiros estão preocupados em produzir casas em que os moradores se sintam satisfeitos, haja vista a falta de escuta e a inexistência de uma avaliação da satisfação dos usuários nos conjuntos já construídos. Reproduz-se o que se vem fazendo há anos, pois dá trabalho fazer diferente. Para gestores e técnicos, a explicação da inexistência de terrenos mais centrais oferece um aval para continuarem com a solução verticalizada, e os técnicos também aquiescem a esse fato. Se não há terreno, a solução é verticalizar. Mas o povo está dizendo que não quer, que não gosta, que se pudesse trocaria. Outras soluções que proporcionem adensamento e ampliação são possíveis. Pode-se propor algo um pouco diferente do traçado monótono e reticulado das ruas e do prédio-caixão, algo mais parecido com a morfologia de onde moravam. Há que se pensar, criar, ‘engenhariar’. Ouvir quem mora pode ser o primeiro passo: o que incomoda nessa solução, como gostariam de morar. Alguma solução melhor, e viável economicamente, do que a que está sendo repetida seria encontrada.

Ademais, quando se sabe o quanto é importante para eles a relação com o lugar, do quanto dependem da ajuda dos vizinhos para lidar com as dificuldades da vida. Ao se produzirem espaços que os alienam, essas pessoas estão sendo condenadas a viver em prisões, a reduzir a sociabilidade, pois se sentem menos comunidade, como tantas vezes foi expressado. Isso tem rebatimento direto nas manifestações de solidariedade e dádiva. Não é à toa que foi em Abençoada por Deus que se encontrou a maior diversidade de situações inibidoras dessas manifestações. Para essas populações, a relação com o lugar está intrinsecamente ligada à relação com o outro, com o vizinho, com as oportunidades de trocar e de estabelecer relações de ajuda mútua. Eles moram, trabalham, divertem-se, possuem amigos, vivem de fato no lugar em que moram. O seu bem-estar está estreitamente ligado ao lugar e às relações que nele conseguem estabelecer e que, conseqüentemente, podem propiciar ganhos na qualidade de vida. Como bem atestou Monteiro (1989), a classe média tem uma relação transpacial com o espaço. Os moradores de baixa renda não. Eles precisam sentir-se bem e pertencendo ao lugar para construir sua felicidade. O bem-estar pessoal é importante para propiciar o bem-estar do outro. O sentimento de revolta e de rejeição em relação ao lugar em que mora termina por se associar ao sentimento de rejeição ao outro, como demonstrado pelos sentimentos negativos para com os vizinhos em Abençoada por Deus. No entanto, com todos esses condicionantes espaciais, conseguiu-se encontrar demonstrações de dádiva e de solidariedade.

9.3 A RELAÇÃO DE (FALTA DE) PERTENCIMENTO COMO CONDICIONANTE DA (NÃO) CONSERVAÇÃO DO LUGAR

A relação de pertencimento está diretamente associada ao sentimento de identidade que o habitante sente em relação ao lugar. Carlos (1996, p. 20) aborda o lugar como a base da reprodução da vida por meio da *...tríade habitante-identidade-lugar*. Lá se produz a existência social dos seres humanos. Investigar o lugar aparece como um desafio à compreensão do mundo moderno, pois exige grande esforço analítico para abordá-lo em sua multiplicidade de formas, conteúdos e dinâmica histórica. Dessa forma, torna-se imprescindível discutir a importância da participação na (re)produção dos indivíduos que vivem nesse espaço.

DaMatta analisa o comportamento da sociedade brasileira nos espaços privados, a casa, e nos espaços públicos, a rua.

Em casa somos todos [...] “supercidadãos”. Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas “autoridades” e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente “subcidadãos” e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um “problema do governo”. [...] Não somos capazes de projetar a casa na rua de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar (DAMATTA, 1997, p. 20).

Concordando com DaMatta, atesta-se que se faz necessário que haja identidade com o espaço público, pois o que é a casa e a família, senão parte da identidade da pessoa? Para que esses espaços se tornem familiares, é preciso haver uma identificação com eles, deve-se recriá-los, estabelecer com eles uma relação de pertencimento.

Ao analisar o comportamento de moradores de condomínios de classe média, Lopes (2007) destaca que a ocorrência dos conflitos se deve a três fatores principais: a proximidade física, a heterogeneidade dos habitantes e o desrespeito às leis e normas que regem o condomínio. Avalia também que, ao tratar o espaço coletivo como público, há um encolhimento de responsabilidades, sendo comum cada morador zelar apenas pela unidade de seu apartamento. Por sua vez, quando trata do espaço coletivo como privado, ocorre uma expansão de direitos, e o morador se sente proprietário desses espaços coletivos, fazendo o que acha que deve. Tal ambivalência propicia comportamentos transgressores (LOPES, 2007). Apesar das diferenças socioeconômicas e espaciais entre os condomínios de classe média e os assentamentos de

baixa renda, há semelhanças de comportamento entre os dois universos, haja vista a (in)definição dos espaços públicos nas áreas de baixa renda.

Quando os indivíduos participam da transformação do lugar e essa ocorre aproveitando a criatividade e experiência adquirida, (re)produzem-se espaços de melhor qualidade, mais adequados às especificidades do lugar, à necessidade, ao conforto, de mais identidade para os moradores e cidadãos mais conscientes de suas capacidades como sujeitos da própria história.

Carlos (1996, p. 20) refere-se à “natureza social da identidade” e ao “sentimento de pertencer ao lugar” como associado “[...] aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo”. É o vivido naquele lugar que fortalece os vínculos de identidade e de pertencimento. Se o que se vive no lugar é bom, dá prazer, conforto, segurança, a relação de identidade e pertencimento é positiva; caso contrário, não se sente identidade, nem parte daquele lugar. A pessoa quer ir embora, mudar, pois àquele lugar associa coisas ruins. É o ocorreu com os moradores de Abençoada por Deus.

A capacidade de apropriação do espaço mediante atividades práticas que exercem e o transformam constantemente, marca e dá novos nomes aos lugares, acrescentando-lhes novos valores, traços, características que, por sua vez, guardam características dos caminhos construídos e percorridos (CARLOS, 1996, p. 74). Daí ser imprescindível a participação ativa do indivíduo na produção/transformação do lugar onde habita, sob pena de rejeição e depredação das obras que não contemplarem sua *efetiva* participação.¹¹⁴ Santos (1999, p. 263) argumenta que a produção de espaços que o homem não ajudou a criar, com os quais não tem identidade, pode levar à alienação e, em consequência, à falta de cuidado, rejeições, destruição dos espaços, diminuição da vida útil, como a depredação do centro comunitário de Abençoada por Deus, depois de um mês de moradia.

Percebe-se nesses exemplos que a comunidade não se apropriou o suficiente dos espaços comunitários e de lazer, de forma a construir uma relação de identidade que permitisse a sua manutenção; daí a rejeição e a destruição. O envolvimento e a consulta à população nas fases de planejamento, projeto, execução e fiscalização da obra, podem ser uma solução para que se evitem as depredações e, ao contrário, os usuários contribuam para sua manutenção e

¹¹⁴ No Morro da Conceição, aconteceu a destruição de uma praça por falta de manutenção da prefeitura e também por rejeição da população (ALCÂNTARA, 2001).

conservação. Em Abençoada por Deus, a não continuidade do trabalho social após a ocupação pode ter contribuído para o não cuidado por parte dos moradores quanto ao equipamento público.¹¹⁵ As depredações, além de serem uma representação de falta de pertencimento ao lugar, são manifestações claras de situações em que é difícil a circulação de dádiva, pois, ao invés de cuidados de amor com o lugar, ocorre a destruição, sinal de rejeição.

9.3.1 SITUAÇÕES DE FALTA DE PERTENCIMENTO AO LUGAR

Quando o morador não se sente inserido, confortável por estar no lugar, ocorre a falta de pertencimento ao lugar. Os aspectos analisados associados ao sentimento de não pertencimento ao lugar foram: i) medo e insegurança; e ii) insatisfação, rejeição e depredação.

Algumas evidências da falta de pertencimento ao lugar podem ser percebidas pela relação com o espaço público/coletivo ou no limite público/privado, manifestada pela depredação, apropriação, privatização, situação em que se encontram as ruas, becos, calçadas, os espaços públicos coletivos e comuns, o limite casa-espaço público ou coletivo (fachada, calçada, quintal), e o próprio conjunto habitacional.

Algumas declarações também são evidências de não gostar do lugar. Mais uma vez essas manifestações foram encontradas com mais frequência em Abençoada por Deus. Mesmo quem declarou gostar do lugar complementou: “Já que eu estou aqui tenho que gostar.” (Luzia, AB) Ou: “Eu passo o dia todo fora, né, só chego à noite.” (Núbia, L, AB) Outra entrevistada associa à palavra lugar, calma, tranquilidade, afirma que Abençoada é o oposto disso e que não gosta do lugar: “É. Porque aqui, meu Deus do Céu, nada é calmo aqui. [...] É uma bagunça total aqui, não gosto daqui, não.” (Edna, AB)

Outro ponto evidenciado é ficar distante dos locais a que precisa ter acesso diário, como trabalho, escola, creche, ou até estar perto dos familiares. São vínculos de proximidade que influenciam na escolha do local de moradia.

Essa entrevistada menciona as oportunidades de trabalho e as facilidades existentes na moradia anterior. A filha estudava com bolsa em uma escola de bom padrão educacional.

Lá tinha praça, [...] tinha o Parque Santana lá. Aqui não tem nada, lá, pra mim, era melhor porque a maioria das minhas coisas são pro lado de lá. A escola da menina [...] lá é boa, é conveniada com o Damas, [...] quem paga é

¹¹⁵ Informação de uma líder: houve cerca de 20 oficinas socioeducativas quando moravam na Torre e apenas duas oficinas depois que se mudaram para os apartamentos.

o Damas, já que eu não tenho condições de pagar uma particular [...] lá aparecia uma faxina ou outra, porque lá a gente tinha mais conhecimento, aqui não, tudo fechado. (Joana, AB)

No local anterior, conhecia pessoas, possuía “contatos”. Na nova moradia terá que reconstruir tudo. Terá de começar a abrir o que está ‘fechado’.

No entanto, por vezes, a falta de pertencimento ao lugar pode estar associada a preferências, hábitos e escolhas individuais. Uma moradora de Abençoada por Deus, resolveu voltar a morar no Recife, depois de passar anos em São Paulo, em busca do apoio familiar, por medo de continuar morando lá com a filha: “eu não podia deixar minha filha ir sozinha pro colégio, atravessar as avenidas, aquelas ruas perigosas, aqueles sinais [...]. Aí teve um corte nesse ano, eu trabalhei 6 anos nessa firma, aí eu pedi ao meu patrão pra vir, por causa dela, porque aqui era diferente, eu tinha parente, família”. (Vitória, AB)

Voltou sem trabalho, passou a ganhar menos, não conseguiu o apoio que esperava da família, mas sentia mais tranquilidade para criar a filha, no Recife. Uma outra moradora do Conjunto Dom Helder menciona sua origem rural e a vontade de voltar para seu lugar. “Eu morava aí na ocupação de Airton Sena [...] mas eu tinha vontade de voltar pra Vitória, que é a minha terra.” Lá morava em casa alugada, então prefere morar no Recife porque a casa é sua, mas é visível a saudade que sente do interior, na zona rural. “Eu era muito feliz na minha casa, em Vitória; [...] era o lugar que eu nasci e me criei. [...] Me identificava lá. Aí eu vim mimbora, [sic] morava aí [...] mas aí eu nunca gostei. [...] está muito violento. Aí apareceu esse projeto [...] e estou muito bem satisfeita, graças a Deus!” Essa senhora gostaria de voltar para o interior, mas como não possuía casa, aguentou morar na favela. “Hoje tá bom, mas foi triste, logo quando a gente chegou. [...] eu não via hora de sair daquele lugar. Eu queria voltar pra Vitória. [...] Eu morava em casa alugada. [...] não dava pra comprar uma lá. Se eu fosse pra lá a gente ia pagar aluguel. Assim eu aguntei catorze anos naquele lugar.” (D. Rosa, DH)

Muitos moradores de favelas vieram do campo, ou possuem raízes rurais ou de moradia em cidades menores. Mesmo vivendo em cidades, há uma herança de cultura rural constatada por quem não nasceu na cidade, mas migrou do campo na busca de uma “vida melhor, com mais oportunidades”, o que evidencia a necessidade de as políticas públicas para as áreas urbanas também estarem em sintonia com as políticas públicas para a zona rural. Caso contrário, não terão efetividade em proporcionar ganhos de qualidade de vida.

9.3.1.1 MEDO E INSEGURANÇA LOCAL

A predominância dessa categoria ocorreu em Abençoada. O medo e a insegurança foram os sentimentos mais declarados e percebidos.¹¹⁶ O medo é real, pois ocorreram mortes, a polícia entrou diversas vezes no conjunto. Possivelmente, o medo é também aumentado com a “fobópole” generalizada. No grupo focal de mulheres, muitas disseram que sentiam muito medo, mesmo que nenhuma delas tivesse sido “assaltada”. O medo instala-se ao terem notícia de algum roubo, assalto ou ato de violência no local, inclusive nas buscas policiais.

Principalmente por medo, a moradora declarou que “preferia voltar para os ratos e pras baratas, que não faz mal a ninguém”. Essa senhora se assustava quando ouvia sons de fogos, pois a filha brincava nas ruas internas do conjunto. Ela pensava que poderiam ser tiros. Ela mostrou-se deprimida e mencionou que não sentia vontade de sair, só para trabalhar. Nem o posto de saúde, em frente, ela frequentava. Quando chegava do trabalho, só sentia vontade de ficar em casa. É muito difícil uma mãe sentir tranquilidade e segurança morando em um local onde, ao ouvir o barulho de fogos, pensa que pode ser “uma bala”. Ela tem toda razão de pensar que os ratos e as baratas são mais inofensivos. O medo dela está justificado pelos fatos que ocorreram no local. Por outro lado, alguns meses depois, ela é vista sentada nas ruas internas, jogando bingo com outras pessoas. Isso leva a refletir que o momento inicial de moradia em um local pode estar associado a maiores índices de violência e medo. Um outro fator também pode ser a adaptação à nova moradia, acostumar-se com a nova realidade, mesmo que com maiores índices de violência e que a “insegurança seja real”. Uma outra moradora mostra evidências que justificam o sentimento de insegurança:

Se você descer ali, é arriscado vir uma bala e lhe matar. Aqui na frente, o crack. Aqui o tráfico tá sério e é uma disputa danada. Chega a polícia com tudo, aí imagina: polícia e bandido junto, troca bala. Já teve muita bala, muuita! (Vitória, AB)

A violência, o desconforto da violência. Esperteza demais... a gente não tem segurança, a gente se sente inseguro. Até chegar em casa, você fica insegura. Outro dia quase que eu caio dura aqui, quando eu ia chegando do trabalho tinha mais de 30 (policiais), aqui. [...] ‘meu senhor Jesus Cristo, me deixe chegar em casa na santa paz de Deus’, entrei, tomei um copo com água e fiquei pensando... Depois me disseram que foi uma troca de tiro com polícia, que roubaram carro, iam entrar aqui dentro. (Vitória, AB)

¹¹⁶ Em uma das visitas, com alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, um morador puxou uma faca. São significativos os nomes pelos quais são conhecidos os conjuntos habitacionais, sempre associados a presídios: Cotel, Bangu, Carandiru. Será que associam ao fato de se sentirem presos? Ou ao fato de uma grande incidência de criminalidade? A questão sugere pesquisas futuras que busquem identificar as raízes dessa associação, e assim contribuir para a política de habitações multifamiliares.

Entre as mulheres, há o medo de estupro. Alguém diz que já passou por isso, foi estuprada ou assaltada do lado de fora do conjunto. “[...] porque eu já fui, já passei por isso.” “Estou dizendo uma coisa que eu já passei. Depois que moro aqui.” (FM, AB)

Há uma banalização da morte: “Melhorou, melhorou um pouco. Eu sei que morreu um bocado, muita gente levou bala aqui dentro. [...] Lá no Bangu [...] ou no Carandiru o pessoal daqui não pode ir, alguns pessoal daqui não pode ir pra Detran porque se for pra lá é bala. [...] O apartamento aqui é bom mas ...” (FJ, AB) Existe a violência das pessoas que moram lá, mas também das pessoas que não moram no conjunto, por conta da competição do narcotráfico. “Vêm de fora pra zoar aqui dentro. São as pessoas que moram aqui também. Lá tinha também, mas não era desse jeito. **Porque não entrava gente de fora** [grifos nossos]. Isso aqui é grande, e aqui é uma área e quem manda é os daqui. Lá era deles também, eles não mexiam.” (Vitória, AB) Antes “não entrava gente de fora”.

No grupo focal de mulheres de Abençoada por Deus, surgiu uma discordância em relação ao perigo. Uma delas diz que o local não é perigoso: “[...] aqui não é tão perigoso, porque os menino te conhecem. Olha, eu já entrei aqui duas horas da manhã.” Outra retruca: “Se você não pode trabalhar até tarde da noite é porque é perigoso.” (FM, AB) Ao alegar que não é perigoso, a justificativa é conhecer “os meninos”, o que oferece a sensação de segurança, mesmo havendo um perigo potencial.

A forma da antiga favela, com ruas e becos tortuosos, protegia os moradores do acesso de estranhos ao local. Mesmo sem conhecimento de urbanismo, construíram o lugar em que moram de forma a prover a segurança que as políticas públicas não oferecem. Possíveis delinquentes ou traficantes locais parecem não ameaçar nem causar medo aos moradores, pois o fato de os conhecerem gera o sentimento de que não vão fazer-lhes nada de ruim. E podem até proteger o traficante a fim de manter uma relação amistosa com ele¹¹⁷, pois mencionam que havia tráfico de drogas antes, mas não oferecia tanto perigo. Atualmente, a disputa pelo controle do narcotráfico é maior, com mais violência e mais risco para os moradores.

Apesar do lugar, mas a gente se sentia mais segura em termos de violência, porque tem tanta coisa que é diferente aqui. Porque lá [...] era de tábua, era uma favela, aqui tá mais estruturado, mas lá às vezes a menina botava barraquinha de lanche e a gente ficava lá na esquina até amanhecer, aqui não. Aqui, os meninos pode muito mal brincar na rua. (Joana, AB)

¹¹⁷ Em uma visita a Mulheres de Tejucupapo, com alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, uma moradora avisou sobre droga em uma das casas e que a turma não se demorasse. Ela não estava com medo, estava protegendo os visitantes e o traficante.

Mesmo que o morador não tenha sido assaltado, conhecer algum vizinho que foi é suficiente para que o medo se instale. Esse medo de crimes e de violência está presente nos moradores de áreas urbanas, como foi discutido no capítulo 1, e nos moradores de favelas.

Quando questionadas sobre o que lhes falta respondem: um vigilante, um guarda municipal, uma guarita, demandas associadas à segurança e à diminuição da violência, inclusive ações preventivas, como oportunidades de ocupação para os jovens para afastá-los das drogas.

No entanto, apesar do medo e da violência, também afirmam que com o passar do tempo, as coisas melhoraram. O sentimento subjetivo de diminuição da violência existe. As primeiras entrevistas foram realizadas após uma ocupação de três meses. Os grupos focais foram realizados um ano após as entrevistas. Desconfia-se de que esse fenômeno pode ser comum em outros conjuntos habitacionais. O nível de violência pode variar com o tempo, sendo, em alguns casos, maior no início, e, com o passar do tempo, tende a diminuir ou a continuar.¹¹⁸

Alguns entrevistados mencionaram o “toque de recolher”, pois depois de certa hora da noite era perigoso permanecer nas vias de circulação interna e nos espaços coletivos; no entanto, isso foi negado por outros moradores. Quem declarou que não havia toque esclarece que melhorou, pois antes os moradores não desciam em uma certa hora, com medo.

A segurança é um aspecto relevante para a construção da afetividade e de identidade com o lugar. Ninguém gosta de morar em um bairro violento. Uma participante do grupo focal de Vila Independência gosta da comunidade em que mora e salienta a segurança de poder entrar e sair do local sem ser importunada por ninguém.

Eu gosto na comunidade assim, porque tem muita comunidade por aí que é muito quente [...] ela não é tão quente [...], barra pesada [...] Das comunidades [...] por aí ela é uma das comunidades melhor [...]. Tem muitas brigas [...] desentendimento dos moradores, mas é menos. Aí você entra e ninguém mexe com você, não tem ninguém que lhe espere pra pegar você a traição [...]. eu acho essa comunidade que eu moro [...] é boa. [...] tem muitas coisas boas e também tem muitas coisas ruins. (Patrícia, F, VI)

Nas outras localidades o medo não foi uma situação de categoria encontrada, como ilustra o depoimento. No Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, ao contrário, foi mencionado o sentimento de segurança.¹¹⁹

¹¹⁸ Um indicador a ser monitorado poderia ser as ocorrências policiais ao longo dos primeiros cinco anos para ver como se comportou a criminalidade no local e buscar associar ao sentimento de (in)segurança dos moradores para perceber que relações se estabelecem.

¹¹⁹ Não é possível conhecer as razões para a segurança sentida no local, por fugir ao foco da tese. Possivelmente está relacionado com a familiaridade entre os moradores.

9.3.1.2 INSATISFAÇÃO, REJEIÇÃO E DEPREDACÃO

Essa categoria de situações também foi encontrada em Abençoada por Deus, demonstrada na grande maioria dos depoimentos. No grupo focal de mulheres, apenas uma das participantes declarou gostar de lá, mas foi questionada pelas demais.

Ninguém gostou de vir pra cá. Ninguém! [...] Se tiver quem gostou daqui está mentindo! [...] Se você gosta daqui, é porque você trabalha. Isso é conversa! [...] A primeira pessoa que diz que gosta é ela. Que ninguém gosta daqui, ninguém gosta daqui. Está tudo com placa para vender. Tudo placa para vender. Por que aqui é o último lugar que o Diabo... levou a bota. Que ninguém gosta daqui! (Carla, FM, AB)

A repetição de “ninguém gosta daqui” reforça o sentimento de não gostar do local. Nesse momento, a discussão se enriqueceu, porque a argumentação para gostar de lá estava associada ao valor que se deve dar ao lugar em que se mora, mas, sobretudo, à postura em relação à vida: deve-se agradecer a Deus as dádivas recebidas. Quem disse gostar, afirma:

A gente mora aqui dentro! A gente tem que dá valor aonde a gente mora. [...] Nós morava na vila, dentro da favela... [...] Lá, o povo da vila, quando a gente saiu, deu graça à Deus. [...] Entendeu? Deu graças a Deus! Aí a gente vai chorar por aquele leite derramado? Não, a gente tem que dá valor onde a gente está. Porque, eu gostei que ele botou a gente aqui... Eu gosto do meu prédio! ...por uma parte, gostei! Sabe por quê? Porque era melhor ele ter colocado a gente aqui, onde tem... tem longe, mas tem ônibus. Tem mercado? Tem. Tem hospital? O Barão? Tem. (Vera, FM, AB)

Esse depoimento mostra que a moradora se julga bem localizado em relação a mercado e hospital, mas o transporte público é julgado como de difícil acesso, longe. No final, é essa moradora quem declara que lá se vive em uma cadeia. O sentimento ambivalente de rejeitar – mais forte e mais presente –, e de gostar – do conforto do apartamento – é revelador de que estar satisfeito com o lugar em que mora não pode restringir-se a casa, tem de estar associado ao conforto sentido em relação ao lugar. Há condições objetivas e subjetivas necessárias para que a moradia seja considerada de qualidade.

Ao conceito de rejeição associa-se uma ação concreta, que pode manifestar-se nos mobiliários e equipamentos urbanos por meio da depredação, embora se entenda que a rejeição pode ocorrer, pelo próprio fato de não se gostar no lugar. Essa categoria também foi evidenciada em Abençoada por Deus. A depredação do centro comunitário foi uma dessas evidências. Em uma das praças, havia bancos e mesas que foram quebrados e arrancados. Sujeira e pixação foram mencionadas como algo que existe e incomoda. (Fotos F das Figuras 15 e 24)

A falta de cuidado também pode ser uma demonstração de rejeição. No bloco de uma das participantes do grupo focal de mulheres, apenas a líder comunitária cuida do bloco.

[...] lá no bloco da gente ninguém cuida de nada. [...] Às vezes quem cuida é Preta [líder e presidente]. Às vezes bota árvore de Natal, final de ano assim, mas cuidar das coisas de lá, ninguém cuida não. Cuidam das casas dela [...] mas se não fosse Preta, ali ninguém cuida não. Só tem gente que não presta ali onde a gente mora. [...] Lá mesmo jogam cigarro, papel, copo descartável, cospem, ficam tirando onda. É tantas coisas lá. (Carla, FM, AB)

Essa postura passiva de deixar para o líder comunitário a solução dos problemas é muito comum. Em Abençoada por Deus essa passividade ficou evidente, apesar do histórico de 14 anos de luta por moradia. Em Vila Independência há uma dependência assistencial do líder. O líder se envolve pessoalmente para resolver os problemas individuais dos moradores.

9.3.2 SITUAÇÕES DE PERTENCIMENTO: IDENTIDADE, CUIDADO E VALORIZAÇÃO DO LUGAR

Nessas situações, estão enquadradas as evidências de pertencimento ao lugar demonstradas por: identidade, cuidado, valorização do lugar, promoção de eventos coletivos de socialização, o que pode estar associado a eficácia das políticas públicas. Em todos os estudos de caso foram percebidos sinais de pertencimento ao lugar, inclusive em Abençoada por Deus.

As evidências de afetividade e identidade com o lugar onde moravam antes, ou onde moram agora, foram inferidas dos depoimentos. Ocorreram com maior profusão no Conjunto Dom Helder Câmara, possivelmente devido ao tempo despendido na construção, o que fortaleceu os vínculos com a casa e o pertencimento ao lugar. Os mutirantes também escolheram e gostam do projeto da casa. Podem ampliá-la.

Na construção dessa identidade, as relações de vizinhança assumem um papel fundamental, por possibilitarem que ocorram práticas de solidariedade e de ajuda mútua fortalecendo as relações entre as pessoas e de pertencimento ao lugar (MONTEIRO, 1989). A identidade, a afetividade e o vínculo com o lugar para moradores de baixa renda estão associados principalmente às relações que estabelecem com os vizinhos, a sociabilidade, o lazer juntos, como declarou uma outra moradora de Vila Independência: “A gente tá bebendo, eles chegam, conversa e bebe junto. Cada um bebe em casa ou na rua, final de semana, à tarde ou à noite. Domingo mesmo era uma patotinha de mulher, até eu tava no meio.” (Andrea, VI)

Um fato curioso é que mesmo os moradores que declararam não gostar do lugar, quando perguntados se gostariam de morar em outro local, nenhum optou por mudar de lugar,

inclusive as entrevistadas de Mulheres de Tejucupapo e de Abençoada por Deus,¹²⁰ as quais preferiram continuar onde moravam, apesar de a infraestrutura urbana praticamente inexistir, no primeiro caso, e das críticas e insatisfações, no segundo. Já estabeleceram vínculos com os vizinhos e com o lugar onde moram e não desejariam mudar, mesmo para melhores condições de habitabilidade. Querem a melhoria da habitabilidade do lugar onde moram. O sentimento de afetividade ao lugar também cresce à medida que sentem que são donos do chão, da casa: “Aqui, porque aqui é meu, né. Falta pouco pra ser meu [...] Eu gosto de tudo daqui, do meu cantinho. Eu saio tudo, mas as coisas são tudo perto.” (Andrea, VI)

No grupo focal de mulheres de Abençoada por Deus, foi feito um resumo das coisas boas do lugar onde moravam, até a sulanca de lá era melhor do que a atual, pois o medo de violência, assaltos, crimes, faz com que as pessoas prefiram ir à feira durante o dia.

[...] Tinha o guarda noturno, tinha o líder comunitário [...] Era melhor, a gente tava protegido, aqui a gente não tá protegido de nada. [...] Lá na Torre não. [...] Nunca fui assaltada; às vezes chegava a uma hora da manhã, do trabalho. Aqui eu chego sete e meia, morrendo de medo. Eu trago minha bolsa dentro de outra bolsa. [...] Lazer [...] lá era muito melhor do que aqui. [...] A gente fazia tanta coisa lá. [...] Lá a gente podia ir pra Praça da Torre, que era a igreja, uma coisa muito linda, a gente podia ir pro Carrefour, [...] podia ir no Shopping [...] Que é perto. [...] O Plaza. [...] Parque da Jaqueira. [...] A sulanca [...] lá era bem melhor do que aqui. [...] **A gente não tem direito mais de ir numa sulanca!** [...] A gente podia ir no Hiper, à noite. Aqui a gente não pode. Porque se quiser uma coisa, a gente sai de dia ou não sai. [...] lá é tudo perto, mas aqui não. (várias, FM, AB) [grifos nossos]

A sulanca é uma feira de roupas, calçados, ao ar livre, e comercializa produtos mais baratos, com preços populares. Quando ela diz: “A gente não tem direito mais de ir numa sulanca!”, pode-se interpretar que nem o direito de ir ao mercado dos pobres elas têm mais, uma vez que antes frequentava os estabelecimentos comerciais de classe média, como os *shopping centers*. O sentimento de insegurança faz com que as mulheres procurem não sair de casa à noite.

Uma moradora relata sua relação de pertencimento ao lugar: “[...] eu me sentia à vontade, me sentia segura, me sentia bem.” E se refere à sua casa como a uma “mansão”, que foi construída durante cerca de seis anos. Lá havia plantas, jardim, quintal e animais. Lá ela podia respirar. Essa entrevistada se emocionou muito ao falar do amor que tinha por sua “mansão”. Ela perdeu todo esse vínculo e o sentimento de pertencimento construído ao longo dos 14 anos em que morou naquele lugar. Foi ela uma das entrevistadas que mais revelou amor e zelo pelo lugar: “Tudo que você for fazer na sua vida, até você fazer o que... deixa eu ver... botar

¹²⁰ Essa pergunta foi feita no início, quando a Ocupação Mulheres de Tejucupapo era um estudo de caso. Posteriormente, foi eliminada, pois as respostas, na grande maioria, afirmavam querer continuar onde moravam.

uma folhinha de árvore aqui; se você botar ela com amor e com carinho, ela sempre tá ali, bonita, mas se você não botar ela com amor e com carinho, ela vai acabar.” (Vitória, AB)

O desejo e o hábito de contato direto com a rua, observados por Monteiro (2000), Amorim & Loureiro (2001), também foram mencionados em relação à favela. O contato direto com o exterior que as casas permitem e a possibilidade de ter jardim e quintal propicia uma relação afetiva e de cuidado com as plantas, como mostra o depoimento a seguir:

Olha, no meu quintal, na frente, era a coisa mais linda do mundo! De manhã ‘Bom dia, meus amores!’ Beijinho em cada uma, pé de rosa, pé de imbé, eu tinha um pé de imbé [...] acabaram com ele lá embaixo. [...] Ele era a coisa mais linda do mundo! Pra poder entrar, tinha que entrar de banda. ‘Cuidado pra não tocar no meu pé de imbé. Não toque, cuidado.’ (Vitória, AB)

Descreve o amor que sentia por cada planta, a relação de troca, como em um namoro, ao contemplar a beleza das plantas, a conversa que estabelecia com elas e como se moviam, como se respondessem. Esse momento de interação e troca com a natureza e de lazer contemplativo proporcionava comoção, relaxamento e renovação.

Tinha um bando de gato! [...] Minha vida dá um livro! Oa, se tu vê, meus pé de café roxo, cada um mais bonito do que o outro, lindo! Assim, tudo na frente. Quando eu chegava de tarde, passava, beijava tudinho, entrava, tirava minha roupa, tomava um banho, tomava um gole de café e vinha [...]. Aí ficava tudinho me dando ‘tchau’, vê que coisa linda! Né lindo não? A coisa mais linda! Aí toma aquela inspiração, aí que alívio, vê que coisa linda! E eu tinha no cantinho lá um pé de rosa que eu comprei, um filhotinho assim [...] Maior ciúme com esse pé de rosa, se tu visse quando ele começava a botar rosa. Era daquela rosa grande. [...] Assim, tinha vez que tardezinha, de noitinha, eu me sentava, pegava um banquinho [...] me sentava pertinho dela assim e ficava olhando pra ela e ficava ‘Meu Deus, é muito linda!’. Eu sozinha ... [...] Eu ficava namorando com minhas plantinhas, aí eu olhava, as lágrimas desciam [...] é uma vida igual a gente, fia. (Vitória, AB)

A relação que possuía com a natureza, representada nas plantas, na sua casa era uma relação de dádiva. Ela cuidava das plantas, colocava água, conversava, abraçava, beijava, e isso lhe propiciava relaxamento, inspiração e alívio do estresse cotidiano. É como se a natureza lhe retribuísse. A contemplação da beleza da natureza em si é uma dádiva, dádiva dom, dádiva talento, associada ao belo. Não é um talento que ela recebeu da vida, mas é a emoção que a contemplação do belo proporciona, simbolizada nas plantas. Seu amor pelas plantas se evidencia em seu entusiasmo, na contemplação da beleza. Como foi mencionado, no capítulo 3, nessa modalidade não precisa ocorrer uma ação de dádiva. O próprio entorno da favela oferecia uma paisagem de grande valor contemplativo e de beleza natural, pela presença do rio Capibaribe e do mangue (Figura 11), que fazia parte do lugar em que morava. Tudo mudou. Não tem mais o pé de rosa, nem a natureza, em casa ou no entorno.

Acabou tudo! Me roubaram esse pé de planta, fia. Me roubaram esse pé de rosa. [...] Aqui! Aqui! Essa pessoa que roubou esse pé de rosa viu que ele tava plantado dentro de um vaso [...]. Tinha dono. [...] me doeu tanto, eu não dormi de noite, fui trabalhar na segunda-feira à pulso. [...] eu não dormi só pensando nesse pé de rosa. Me doeu tanto no meu coração, mas me doeu tanto, porque arrancou, tirou de dentro de onde ele tava [...] no chão. Quando eu cheguei, pensei, pensei, pensei. (Vitória, AB)

O pé de rosa foi roubado na nova moradia. Coisas de grande valor simbólico e afetivo ela perdeu ou lhe roubaram. Descreve como descobriu o pé de rosa morto, revelando o amor e o cuidado que teve com o pé de rosa, em respeito à natureza e à vida.¹²¹

Cheguei lá, eu olhei assim [...] tava todo seco, fia, seco. [...] ‘Traz aqueles pezinhos de rosa que tão plantadinho pra mim, do jeito mesmo que eles tão, traga pra mim.’ Ele trouxe, ele tirou tudinho de lá [...]. Um tá aqui, eu tô tentando... Não era pra fazer isso com meu pé de rosa, meu pé de rosa era muito lindo! A pessoa que fez isso não sabia nem que rosa era aquela, nem que cor era. Isso é uma vida! Não sabia nem o amor e o carinho que a pessoa quando pegou ele de pequenininho, e cuidou [...]. Eu já comprei aqueles ali, peguei ali, já dei uma ajeitadinha ali [...] Mas eu espero que ele crie uma vida pra eu poder comprar um jarro pra botar ela. (Vitória, AB)

O depoimento dessa senhora é de uma beleza e riqueza simbólicas que retratam o que é a relação de dádiva com a natureza, com a sua casa, com o lugar em que mora. Ela diz que quem o roubou não sabia o amor dela pelo pé de rosa. Essas pequenas relações de afeto com as plantas, com os objetos, vão consolidando o sentimento de pertencimento ao lugar, construído ao longo dos anos que levou para concluir sua casa, que lhe permitia contato com a natureza. Tudo isso criou e fortaleceu seus laços de amor com o lugar. Dificilmente poderá sentir o mesmo em um apartamento, onde não poderá ter essa relação com a natureza.

Como minimizar as perdas e as limitações proporcionadas pelos apartamentos? Praças, jardins e outras opções podem ser paliativos para resgatar esse contato com a natureza, mesmo que artificial e construída, assim como propiciar espaços de estar e de lazer.

Um outro grupo de categorias de situações de pertencimento ao lugar, que é a própria representação da dádiva é o cuidado com o lugar, que pode ser identificado pela valorização do lugar onde se mora. As evidências estão na relação com o espaço comum, público, coletivo, no limite da casa com esses espaços – fachada, calçada, quintal –, manifestada sob a forma de cuidado e zelo, a condição das ruas, becos, calçadas, o conjunto habitacional e depoimentos sobre pessoas que demonstram cuidado com o lugar, inclusive de onde moravam.

¹²¹ Ela acredita que o estímulo para o embelezamento dos jardins nas oficinas de educação ambiental pode ter contribuído para que roubassem seu pé de rosa, pois foi prometido um prêmio ao jardim mais bonito. A intervenção dos atores externos pode ter provocado a competição para ter um jardim mais bonito.

Apesar do que foi exposto sobre o Conjunto Abençoada por Deus, foram observadas várias entradas dos blocos revestidas com rejuntos cerâmicos, por iniciativa dos próprios moradores, o que evidencia o cuidado com espaços coletivos ou comuns. (Figura 24) Alguns procuram cuidar da entrada do bloco onde moram: “Às vezes a gente se acorda de manhã e vê que tá sujo aí varre, algumas pessoas descem e começam a varrer aqui. Só aqui, mas os de lá é uma bagunça [...] muita gente não ajuda.” Havia plantas nas entradas dos blocos: “Foi ideia das meninas, colocar plantas [...] pra dar um ar mais bonito ao prédio.” (Edna, AB) Essa entrevistada gosta da fachada do prédio. Durante a época junina, as entradas dos blocos e das vias internas de circulação estavam decoradas com adornos típicos.

Em Vila Independência, as ruas possuíam muitos jardins e cercas vivas, o que mostra uma preocupação com a estética, com o embelezamento das entradas de suas casas. Mesmo com esgoto a céu aberto, é agradável caminhar nas ruas e becos desse assentamento. (Figura 7)

Em Mulheres de Tejucupapo, foi visto o mesmo fenômeno: diversas ruas com jarros de plantas em frente às casas, aproveitamento de rejuntos como elementos decorativos, o que demonstra cuidado com o lugar. A casa de uma moradora apresentava ordem e limpeza, apesar de ser de papelão, madeira e rejuntos, com plantas na calçada em frente à sua casa, de forma harmoniosa e cuidadosa. Alguns móveis dentro da casa foram restaurados a partir da coleta de lixo. O dono da casa coleta materiais para reciclar e possui uma pequena oficina de reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos para fazer artesanato. Ele transformou um espaço de passagem na sua oficina, cobriu-o e colocou plantas, incenso e música, o qual se destaca do restante da localidade, em termos de harmonia e cuidado. Às vezes, as pessoas se reúnem nesse local. A moradora declarou que podem deixar materiais e ferramentas do lado de fora e ninguém os leva, numa demonstração de aceitação desse espaço pelos moradores.

O Conjunto Residencial Dom Helder Câmara apresenta sinais claros de identidade e cuidado com o lugar. Moradores cuidam dos jardins, das fachadas e da pintura de suas casas. O tratamento dados às fachadas reflete os gostos e desejos de cada um. As primeiras reformas já começam a surgir. A atenção aos detalhes mostra o zelo e o amor que estão sentindo pela casa. Um morador cuida com muito zelo da sua casa, e declarou que ali vai construir sua família, pois casou há pouco tempo. (Figuras 28, 29 e 30) No entanto, a colocação de muros altos e a expansão das casas até o limite máximo do terreno é indicativo de isolamento da casa do contato da rua, numa imitação ao estilo da classe média.

Uma participante do grupo focal de Vila Independência tem consciência de que é ela quem tem de cuidar da sua casa, pois, se não cuidar, o próprio ‘barraco’ pode cair. “Nós vamos esperar por alguém? Não, é eu e o meu marido, porque o líder comunitário é pra ele resolver os negócios da comunidade.” (F, VI) Eles demonstram ter consciência de que deveriam cuidar do lugar, mas nem todos os fazem. Uma participante conta que o marido e ela realizam algumas ações localizadas de abertura de valas naturais, queimam o lixo amontoado para evitar ratos e baratas.

O sonho da casa própria é muito importante. Ele releva as insatisfações que porventura se venha a ter. Mesmo a senhora que sente tanta saudade da sua mansão, agradece a Deus, pois tem algo que outros não têm: a casa. Não se sente no direito de reclamar; espera acostumar-se. Esse não deveria ser o resultado esperado de uma política pública.

Moraria aqui mesmo, até Deus iluminar outra coisa. Quem sabe com o tempo eu não me acostumo? [...] tudo vai com o tempo. Apesar que, lá eu gostava desde o começo. Mesmo sendo coisinha de plástico, barraquinha de plástico, aquela casinha de cachorro que a gente vivia, que a gente fez pra morar, mas eu amava, eu era tão feliz! Eu morei 8 anos em São Paulo, pagando aluguel; cheguei de São Paulo fui morar na casa da minha irmã; meu cunhado não queria; minha irmã pegou esse cantinho pra mim, com minha filha, eu fiquei tão feliz. [...] Eu tenho, agradeço à Deus. [...] tem muitos que não têm. Não estou reclamando, eu gosto, é meu. (Vitória, AB)

No entanto, é relevante ela gostar da antiga moradia desde o início. Mesmo quando a casa era precária, sentia-se muito feliz. O amor que tinha pela casa anterior e a felicidade eram tão grandes, que era como se ela tivesse conquistado o mundo: “[...] eu acho que meu amor foi tão grande que chegava nesse sofá, ficava olhando assim, paredinha por paredinha, telhinha por telhinha, chega meu peito abria assim, parecia o mundo. É tudo meu, porque Deus me deu.” (Vitória, AB) Há êxtase, há felicidade em sua fala, ao contemplar sua bela casa. O afeto que demonstra pelas plantas, pela casa e pelo lugar em que morava é um claro sinal de dádiva dom, em que o amor pelo que conquistou, sua casa, é semelhante a quem admira o belo. Interage e conversa com a planta como se fosse a mãe, e a planta, seu bebê. No entanto, o fato de se entusiasmar para colocar plantas na sala já pode ser um sinal de que “está se acostumando” e talvez começando a construir alguma identidade com o lugar em que mora. Mesmo não se sentindo confortável, como declarou, ela encontra uma forma de procurar gostar do lugar. É a dádiva que surge nos interstícios do imponderável. Há uma característica pessoal nessa entrevistada de procurar olhar tudo com amor, até o lugar de que não gosta. Esse sentimento de prontidão para o amor, para o belo, foi encontrado em algumas entrevistadas:

E eu vou botar minhas plantas ali, visse? [...] Ciúme danado! Isso é a coisa mais linda do mundo, visse? Ela bota os cachinhos, a coisa mais linda! Essa aqui é um bebezinho. Oh! Coisa linda de mamãe! Um galhinho que tá nascendo. Um bebezinho lindo de mamãe! Esse aqui já tem filhotinho, leva sol, leva água, já tá saindo daqui. Eu não posso tirar ele daqui, porque se eu botar lá embaixo, já foi. Essa aqui quase morreu. (Vitória, AB)

Nos grupos focais e nas entrevistas individuais de Abençoada por Deus, foi mencionada uma mulher chamada Flora, citada como exemplo de alguém que cuida do lugar e limpa os espaços coletivos e de circulação. Todos falaram positivamente e demonstraram respeito, admiração e simpatia por ela: “Flora! Mas ela não tem apartamento aqui não. Ela sempre varre. Às vezes ela mora de favor, ela já morou em pensão, já morou em tanto canto.” (Joana, AB). Outra entrevistada declara “Se não fosse ela aqui, isso aqui vivia podre...[...] Falta de consciência, é. Você vê lá na frente como é que está [...] Mas não tem jeito. O pessoal continua botando lixo lá, até rato já está dando aqui...” (Luzia, AB) E quando se perguntou se a mulher ganhava algo: “faz de graça, ela pede um real, cinquenta centavos, um dá, outro não dá, e assim vai. Acho que ela faz por amor mesmo a isso aqui.” [...] “quem dá ela vai lá e anota, ela tem um caderninho”. (Luzia, AB) Os jovens e as crianças também mencionam o nome dela¹²² e descrevem o cuidado com seu barraco, passando a ser referência de limpeza.

O apartamento (é) para a irmã dela, ela dorme na rua [...] lá no Areial, tem um negócio de tomar banho... [...] Vestiário, ela arrombou, botou uma porta e mora lá, sozinha. [...] Ela luta tanto pra conseguir as coisas dela, o pessoal vem e rouba. [...] Ela é assim, ela é meia doida mas precisa ver o barraco dela... [...] Era organizado, ela limpava, aí o pessoal foi e acabou o negócio da casinha dela. (FJ, AB)

Ela limpa esperando receber “algum trocado”, mas não há compromisso, nem garantia de retribuição ou de pagamento, não há cálculo, nem é prestação de serviço, o que pode ser considerado como um exemplo de dádiva para o coletivo, que se manifesta no cuidado com o lugar, mesmo que haja a expectativa dela de retorno ou de retribuição. As mulheres atestam:

[...] a pobre luta pra ter a área limpa mas esse pessoal daqui [...]. A pobre limpa, deixa tudo limpinho. Chega é magra de tanta fome e as pessoas não têm coragem de dar um dinheiro a ela. [...] Nem cinquenta centavos, nem nada. [...] Ela cuida de tudo aqui dentro. Ela tira as folhas da planta [...] Ela não ganha nada. [...] ela tinha barraco lá na favela [...] Aí vendeu. Por causa de quê? – De droga. Aí pronto, terminou ficando sem nada. [...] Ela vendeu mas não tem nada [...] O que ela pega é pra quê? – É pra beber cachaça. Você pode ver, venha mais tarde aí pra ver [...] ela bebe todo tipo de cachaça. [...] Tem hora que ela fala: ‘está podre, aqui tá tudo sujo’. Mas ela tem razão de dizer assim. [...] Uma hora da manhã, duas hora da manhã ela já tava varrendo. [...] Ela não dorme não. (várias, FM, AB)

¹²² Foi surpreendente e revelador que, quando inquiridos sobre quem cuida do lugar, várias crianças responderam, ao mesmo tempo e forte: ‘Flora!’; os jovens também, o que confirma as declarações sobre ela.



- A – Tratamento na entrada dos blocos
- B – Ausência de cuidado em espaço comum
- C – Tratamento dado ao espaço comum de um pavimento
- D – Jardim nas vias internas
- E – Tratamento dado ao espaço comum de um pavimento
- F – Lavagem da entrada do bloco
- G - Varrição da entrada do bloco

Figura 25 A relação com o lugar, Conjunto Habitacional Abençoada por Deus

Os jovens falam dela com respeito, reconhecimento, compaixão, porque ela é pobre, cuida do espaço coletivo, é limpa e não “entrega” ninguém para a polícia. Essa senhora é mais um exemplo do que a droga e o álcool podem causar. No entanto, mesmo usando droga e álcool, ela é uma referência positiva para os jovens. “Tem que pagar um salário a ela. [...] Ela corta capim. [...] Ela está por aqui varrendo. [...] Ela usa droga... Mas ela não rouba de ninguém não. [...] Tem dias que ela não limpa, uch, fica uma nojeira, cheio de lixo.” (FJ, AB)

Flora é apresentada pelos jovens e crianças como uma “heroína”. As mulheres também reconhecem o trabalho dela. E por que Flora é percebida, principalmente pelos jovens e crianças, com tanto valor, com tanto respeito? Porque ela faz “algo de graça” para todos. Porque ela cuida do lugar mesmo sem morar lá. E mesmo que os moradores lhe deem “algum trocado”, todos sabem que isso não é líquido e certo. Ela não recebe um salário para fazer o que faz. Flora torna-se um exemplo emblemático do potencial que a dádiva pode alavancar em termos de possibilidades de multiplicação de valores morais em projetos educativos. Se a atitude de Flora de cuidar do lugar é tão apreciada por todos, se ela é tão valorizada, significa que esses valores estão lá, dentro da pessoa. Os valores de cuidar do lugar, de limpeza, de ordem, de valorizar quem se doa ao coletivo, quem se doa sem ter certeza de que receberá algo em retribuição. Isso sugere que as políticas educativas poderiam explorar e fortalecer a realidade local, as pessoas, os valores e símbolos locais. Essa senhora e tantos outros têm potencial de liderar um trabalho educativo com jovens e crianças, o qual pode ter muito mais efetividade do que o de qualquer “agente externo”.

Novamente a comparação com a antiga favela demonstra que lá as ruas eram mais limpas, as pessoas eram mais educadas, havia mais respeito:

[...] olha o estado da rua, suja, demais. Lá aonde a gente morava as pessoas eram mais educadas. Aqui não. [...] em vez de chegar aqui e mudar, não. Mudou, pra pior. [...] Ninguém tem educação aqui. [...] De falar direito com as pessoas, falar bom dia e essas coisas? [...] Lá, tinha, com algumas pessoas também, mas aqui não tem mais nada disso. Ninguém respeita mais ninguém. (Edna, AB)

A maior parte dos moradores do atual conjunto foi transferida das palafitas. Esse depoimento induz a pensar que a tipologia de blocos de apartamentos pode levar a um afastamento em relação ao outro, o que se reflete na mudança de comportamento, da cordialidade, das boas maneiras, o que pode se refletir na retração da sociabilidade. A proximidade física das casas os aproximava mais uns dos outros.

Quando se referem à favela antiga, mencionam Júlio, uma espécie de guarda-noturno comunitário por quem se sentiam protegidos. Júlio simbolizava a segurança, a presença dele sugeria proteção. Hoje não têm com quem contar, ninguém que os defenda.

Nós éramos protegido... [...] por uma pessoa que... policial [...] que tomava conta da favela, lá. [...] era Júlio. Ele protegia todos nós...[...] Ele era uma pessoa assim gente boa [...] E assim o que precisasse dele, em termos de tudo. [...] A gente era feliz ali, mas agora... [...] se você estivesse precisando de algo... pronto, alguém morreu, morreu um parente seu [...] Ele lhe ajudava. Tinha como lhe ajudar. Se acontecesse assim de você ser roubada...[...] Ele corria atrás e trazia tuas coisas [...] como acontecia de um menino [...] levava um tiro, essas coisas, que às vezes acontecia lá na favela. [...] As mulheres grávidas [...] Ele vinha e prestava socorro e deixava no começo da casa... seja lá o que for. [...] **E tiraram ele da gente.** [grifos nossos]Tinha Júlio e tiraram. (várias, FM, AB)

Novamente um ator local é valorizado e reconhecido pelo que proporcionava à comunidade, pelo que doava. Júlio assume o papel de guardião, pois oferecia segurança, era quem os ajudava quando precisavam. Mas Júlio também ‘foi tirado deles’. Esse depoimento é significativo de como passam a se sentir desamparados, o que reflete na relação com o lugar.

Quando questionados sobre o que havia de bom na antiga Abençoada, respondem que “Lá, ruim só tinha a moradia. A casa é que era ruim. [...] Era um barraco. Mas de bom tinha tudo, perto de tudo. Tinha Deus em primeiro lugar e Ele tava protegendo tanto a gente quanto as nossas crianças.” (Vera, FM, AB) Ao serem provocadas: “mas Deus está aqui também”, respondem: “Deus tá. Ele faz pela gente, mas não tem uma pessoa pela gente aqui. [...] Aqui a gente é assaltado, assaltado a gente fica. Se for apanhar, apanhada a gente fica.” Alguém declara: “gente lá do meu bloco já foi quase estuprada na beira do canal. Duas moças ali já...naquele canal [...] estuprada na praça e jogada no...” E sugerem medidas para minimizar o perigo “[...] Ali eles podiam fazer uma praça, uma moradia para as pessoas que precisam...como a gente precisa ter. E acabar com aquele mato, entendeu? [...] havia um carro policial, mas somente quando havia um tarado circulando nas redondezas.” (FM, AB)

Os momentos dos grupos focais foram ilustrativos de que a população tem soluções viáveis para resolver seus problemas e pode ser envolvida ativamente na sua resolução, o que pode trazer um grande diferencial em termos de identidade, apropriação, pertencimento, valorização e cuidado com o lugar.

Há divergências de opinião quanto aos cuidados com a limpeza e depende do bloco em que moram. As iniciativas mais frequentes de limpeza são de quem mora no térreo. “Tem muito zelo não. Alguns limpam, né, outros parece que têm o prazer de sujar. Parece que querem

fazer os que moram no térreo de besta. [...] quem mora no térreo é quem limpa. Às vezes eu vejo alguns de cima que têm consciência, aí vai e limpa.” (Joana, AB) No entanto, quando há boa relação entre eles, todos se envolvem na limpeza e dividem as tarefas.

[...] a gente combina, cada dia uma varre a escada [...] outro dia a outra vai e lava [...] Uma ajuda a outra. [...] se está doente, uma vai levar a outra para o médico, [...] tome um remédio. [...] Se você que é do meu bloco, você chega com um copo [...] você joga lá, a gente não vai discutir com você não. A gente pega aquele copo e joga no lixo. [...] eu estou na escada [...] eu terminei de limpar, eu vi você jogar aquele copo, eu digo, ei fulana pegue esse copo? Não. Caladinha eu vou lá, pego o copo, coloco no lixo. Isso não é só eu não, é todos os moradores do meu bloco. (Vera, FM, AB)

Esse depoimento também é uma evidência da associação da solidariedade e da dádiva para com o outro com o cuidado com o lugar, inclusive sob uma forma anônima de cuidado com o espaço comum. No entanto, as atitudes de cuidar “da sua parte” continuam. Possivelmente por terem morado em casa, seja difícil adaptar-se aos condicionantes da moradia multifamiliar.

Cuida das plantas, cuida do quintal, cuida do térreo, eles se preocupa muito de se organizar, o bloco. Cada qual que quiser pintar seu andar, pinta. Eu mesma pintei o meu. [...] Não, pinta da cor que quiser. É porque não se unem. De pintar tudo de uma cor só. [...] É, um andar de azul, outro de verde, outro de amarelo... [...] Não, não, cada um compra sua tinta... [...] Mas não se unem não. (Lúcia, FM, AB)

Em um prédio de apartamentos, as iniciativas individuais devem ter uma visão do conjunto, caso contrário, cada andar ou cada parede dos espaços coletivos poderá ter uma cor. A necessidade de discussão para atingir o consenso ainda é uma prática que precisa da tomada de consciência de sua necessidade pelos moradores, sob pena de consequências sérias para uma habitação multifamiliar. Nesse momento, a individualização da pintura não traz maiores problemas, porém quando começarem as alterações nas fachadas com ‘puxadas’ e ampliações, próprias da cultura de uma casa térrea, pode haver o comprometimento, inclusive da estabilidade das edificações. Já em outros blocos, a afetividade equilibrada entre os vizinhos facilita as atitudes coletivas de cuidado com o lugar, inclusive com cotas para melhorias.

Meu bloco eu já disse, a gente limpa. A gente faz uma vaquinha, compra cimento [...] a gente, tudo morador, aí os homens descem tudinho e vai trabalhar, lá. A gente que é mulher, a gente faz um suco, a outra desce com o gelo, a outra desse com uma carinha assada. [...] no ano que vem [...] a gente vai fechar a nossa área [...] e vai colocar um portão, porque uns têm bicicleta, tem um que tem um carro, outro tem vontade de comprar uma moto ou uma bicicleta [...]. Esse ano não, porque um quer viajar, outro quer fazer a festa de Natal, porque acha que é importante; mas no ano que vem a gente vai fazer isso, vai murar, vai cimentar. E a gente quer acabar com o problema do lixo, da nossa parte, não é? Não do condomínio todo, que não tem condição. (Vera, FM, AB)

Esse depoimento é da moradora que mantém uma boa relação com os vizinhos, que os considera sua família. Nesse bloco, o espírito de união dos moradores facilita a ocorrência de solidariedade coletiva e de eventos de agregação, como a festa de Natal. Após suas declarações, outras relataram iniciativas de cuidar, reformar, melhorar, ajudar uns aos outros, o que torna boa e agradável a convivência entre os vizinhos. Além de se ajudarem uns aos outros, cuidam do bloco em que moram. Essa predisposição dos moradores desse bloco de agirem de forma mais coletiva ocorreu possivelmente devido à manutenção da vizinhança existente na favela, os quais já possuíam boa relação de convivência, sociabilidade e afetividade. Trata-se de um bloco bastante diferenciado dos demais. A relação de proximidade explica a predisposição para colaboração entre eles e de cuidado com o lugar.

Também ocorre diferenciação de tratamento nas entradas dos blocos, na decoração da rua e dos espaços comuns e coletivos entre os dois principais corredores de ruas internas. Em um deles há bem mais demonstrações de cuidado do que no corredor da entrada principal. (Figura 24) A explicação sugerida por um entrevistado reside na diferença de renda dos moradores.

O depoimento a seguir salienta que, mesmo sendo pobre, é possível reservar algum dinheiro, organizar-se, dividir tarefas e despesas. A falta de dinheiro não impede de cuidar do local.

Esses prédios daqui era pra ser como um prédio da Torre, como um prédio de Boa Viagem [...] a gente não está podendo zelar aquilo que é da gente. Como é que a gente zela? Só se a gente tiver dinheiro? [...] E como é que esse povo vive? [...] Se a pessoa não comer durante o dia até a noite ele morre. Ele pega um real? – Pega. Então se a gente divide uma coisa, vamos comprar uma coisa pra amanhã limpar nossa morada. Será que nenhum morador aqui não pode comprar uma vassoura? (Vera, FM, AB)

Esse relato ilustra que, mesmo com pouco dinheiro, se pode manter o local limpo. No entanto, a referência são os prédios localizados em bairros de classe média: Torre e Boa Viagem. Nessa comparação, há um significado simbólico implícito de forte autoestima, como se dissessem: “não é porque nós somos pobres que temos que ser sujos. Podemos com o pouco que temos conservar limpo o lugar em que moramos”.

Quando solicitadas a falar sobre o que pode ser feito para fortalecer as atitudes de cuidado para com o lugar, respondem: “Se reunir em grupo. [...] A gente limpa, [...] mas os morador de lá é os primeiros a sujar. É cigarro, é mijo, é lixo, qualquer coisa.” Mesmo no momento de apontar uma solução para melhorar o cuidado com o lugar, continuam lembrando as atitudes de quem suja. A participante que mora no ‘Carandiru’ conta como é feito lá para fortalecer as atitudes de cuidado. Eles estabeleceram regras de convivência em grupo: “Lá onde eu moro é

assim. Tem reunião e a gente botou um papel dizendo [para] não fazer barulho depois das dez horas da noite, a não ser Natal, Ano Novo; [...] festa pode comemorar, mas durante a semana não pode estar com o som alto. Até oito horas o portão fica aberto, se deixar aberto, paga multa.”(Taís, AB) Esse depoimento salienta a importância de regras para limitar as atitudes individualistas que prejudicam o coletivo, como defendeu Durkheim.

[...] lá não tem esse negócio do lixo ser jogado. A gente temos que limpar nossa área e manter sempre limpo [...] Futuramente a gente vai colocar [...] uma guarita dentro do prédio pra saber quem entra e deixar bem organizadozinho. Lá onde eu moro os blocos paga condomínio, dez reais, eu acho que aqui poderia também fazer. (Taís, F, VI)

O fato de pagarem um valor para as despesas do condomínio também contribui para fortalecer o compromisso com o cuidado do lugar. Ao contar os aspectos positivos da experiência vivenciada no Carandiru, estabelece-se uma troca entre as participantes, com a possibilidade de replicação da experiência. Em Abençoada por Deus, o responsável pelo bloco toma a iniciativa, ou os moradores se revezam: “Olha ela [a líder] botou grade, do primeiro até o último, [...] botou cerâmica. [...] É porque ela é responsável pelo bloco. [...] Já o meu, um mês um paga água, no outro mês já não quer mais, o outro vai e paga. É assim.” (FM, AB)

As iniciativas que ocorrem em alguns blocos, mesmo que localizadas, revelam o potencial de um trabalho educativo com a população sobre as diferenças de comportamento e de estabelecimento de regras e normas que a moradia em apartamento exige.

No Condomínio Dom Helder, o fato de os vizinhos se conhecerem antes de morar juntos e escolher a vizinhança, possivelmente vai criar maiores vínculos com o lugar. Atualmente, já existe grande vínculo com a casa por terem dedicado dois anos à sua construção. Uma senhora declara: “É, fiquei tranquila num canto, aqui tem paz, aqui não tem certas coisas, aqui é muito calmo. [...] Aqui é muito bom.” E seu filho complementa: “[...] é uma tranquilidade aqui porque a maioria se conhece das reuniões; não são vizinhos que vão chegar aqui [...] se conhecem, há três anos [...] Já teve a adaptação antes de chegar [...] Na minha rua todos os vizinhos, a gente está praticamente escolhendo morar junto.” (Roberto, DH) A possibilidade de escolher junto de quem vai morar é um grande privilégio, que poucos têm, o que pode gerar resultados surpreendentes nas relações de vizinhança. Já começam os movimentos de cuidado com o lugar, como a coleta de lixo, que eles colocam no portão.

A promoção de atividades coletivas também pode levar a um maior cuidado com o lugar. O depoimento a seguir evidencia que a relação de proximidade com os vizinhos propicia uma maior sociabilidade entre eles e cuidado com o espaço comum.

Então eu digo que meus vizinhos são bons por isso. Desde o dia que nós chegamos. [...] Ontem mesmo teve um aniversário, no térreo, chamaram todos [...]. Mesmo se a gente está cansado, mas é obrigação de ir. A dona da festa sentiu uma dor de cabeça e foi socorrida pro hospital. Eu e outros meninos que moram lá começamos apanhar o lixo, copos, pratos, descemos e botamos no lixo. Um marido pegou no saco e pôs lá embaixo. É isso que eu acho que é bonito, é assim que se vive. (Vera, FM, AB)

Em Abençoada por Deus, ainda persistem alguns dos antigos hábitos que os moradores possuíam onde moravam. Nos sábados e domingos à tarde, as vias internas e as praças estão repletas de moradores e de visitantes que conversam e estão em atividades de sociabilidade. Hábitos diferentes dos observados em condomínios de classe média, em que o senso de privacidade mais definido os moradores a permanecerem mais tempo no interior dos apartamentos ou casas. (Figura 24)

No Condomínio Dom Helder, a sociabilidade também pôde ser constatada nos eventos mais coletivos, como as celebrações e festas que ocorreram durante todo o processo de construção das casas. Ocorreram em seminários de integração promovidos pelo Programa Conexão dos Saberes, da UFPE, que tinham como objetivo construir a comunidade. Em tais eventos realizavam-se brincadeiras, como futebol, corrida de saco, quebra-panela, o que envolvia crianças e adultos, além do almoço coletivo. (Figura 19) Esses eventos contribuíram para fortalecer os vínculos entre os moradores. Durante a construção das casas, pequenos grupos se reuniam em mutirões de finais de semana, outro grupo trazia um lanche para comer coletivamente, iniciativas de sociabilidade, de aproximação e de fortalecimento de vínculos. Os mutirões vermelhos, que ocorreram nos domingos, foi outra iniciativa de integração. Todas essas iniciativas ajudaram a construir o espírito de comunidade, e possivelmente contribuirão para o nível de satisfação com a moradia e o lugar.

Acontece mais nos finais de semana, acho que ainda acontece. Um grupo se familiarizou mais aqui dentro, se juntaram e começaram a fazer o trabalho do mutirão coletivo e [...] eles faziam questão de que tivesse o lanche no final. Tinha um bolo, compravam refrigerante. [...] Ainda hoje tem esse trabalho coletivo [...] da pintura. Esse mesmo grupo [7 pessoas]. (Paula, DH)

Nas outras localidades, também ocorrem encontros coletivos em datas específicas: Natal, São João, Dia das Crianças, Dia das Mães, Dia dos Pais. Em Abençoada por Deus, havia um bloco de carnaval que reunia os moradores. Zoll (2007, p. 108) argumenta o potencial que os rituais sociais possuem para fomentar a solidariedade social. Mauss também constatou semelhante fato ao analisar as sociedades tradicionais.

As situações de existência de dádiva na relação com o ambiente estiveram diretamente associadas ao sentimento de pertencimento ao lugar. Para que a dádiva ocorresse, foi necessário haver o sentimento de identidade com o lugar, de se sentir parte dele. Foram identificadas duas modalidades de relação de dádiva com o lugar, uma passiva e outra ativa, mas ambas sustentadas pela relação de gostar do lugar, de amor ao lugar.

Na forma passiva, a dádiva dom não é necessário ocorrer nenhuma ação, pois está associada aos atributos e qualidades do sujeito, aos talentos recebidos. Está associada ao belo, e é aí que se aplica na relação com o lugar: nos momentos de contemplação do belo, da natureza, de uma paisagem bonita, ou de um bem, como a própria casa. Nesse caso, a realização do sonho da casa própria traz o sentimento de êxtase e de gratidão em relação ao que se recebe da vida.

À outra modalidade está necessariamente associada a uma ação, e manifesta-se no cuidado, na conservação. Ela pode ser constatada pela aparência, pelo zelo demonstrado na casa e no bairro. Pode estar associada à limpeza, à conservação, ou até chegar à preocupação estética, como o uso de plantas e o cuidado com os jardins, tantas vezes demonstrado. A retribuição é o prazer sentido ao contemplar a beleza do lugar em que se mora, contemplar a sua casa, achar bonita, limpa, e saber que contribuiu para a construção do lugar em que mora.

9.4 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR: DÁDIVA E SOLIDARIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POR AJUDA MÚTUA

A construção do lugar que será analisada está associada à produção habitacional por ajuda mútua por meio dos estudos de caso em que a população participou de forma ativa: Vila Independência, os Pedreiros Solidários e o Mutirão de Dom Helder Câmara.

A ajuda mútua na construção de casas é uma modalidade de dádiva motivada pela necessidade de moradia por parte do outro, então ocorre a ajuda mútua na construção e/ou melhoria da casa. Foram identificadas três situações distintas: i) a mobilização e a participação em ocupações ligadas ao movimento de luta pela moradia; ii) a ajuda mútua entre parentes, amigos e até desconhecidos, nos finais de semana, cuja iniciativa emblemática é os Pedreiros Solidários de Várzea Fria; e iii) a doação de horas e a prestação de serviços no mutirão do Projeto Dom Helder Câmara. A primeira situação foi tratada no capítulo 8.

No grupo focal de Vila Independência, surgem muitas declarações de ajuda recebida. Uma senhora conta como colaborou na construção da cerca que limitava as duas casas.

Aí a cerca de lá caiu tudinho, na divisa do barraco dela com o meu. O que eu fiz? [...] eu não vou esperar que ela faça, vou pagar, paguei um senhor lá pra fazer [...] ela não teve o dinheiro pra pagar junto comigo, ela chegou, me deu as madeira, uns pau que tinha lá. Ela me chama de vó, ‘vó, tira esses pau daí e faz a cerca.’ [...] tá lá a cerca feitinha que eu paguei. (D. Graça, F, VI)

Outros ajudam oferecendo sua casa para o morador nela ficar, como esta moradora, de Vila Independência, que recebeu a ajuda da líder, mas deixou a casa para quem precisava mais.

Eu também recebi ajuda de [...] a líder comunitária. Meu barraco quando estava no chão [...] ela chegou e ofereceu um dela pra dividir com outra pessoa [...] Só que eu não achei certo assim pegar aquela parte tendo mais duas pessoas precisando do material. E eu tendo o material. Aí eu falei pra ela; ‘divide entre as duas que eu vou levantar o meu no meu terreno.’ Não era preciso, seria olho grande até demais, da minha parte, ficar. (F, VI)

É relevante a generosidade de deixar para outras pessoas mais necessitadas a ajuda oferecida pela líder local. Essa situação ilustra a fluidez da circulação de dádivas associadas à moradia: alguém oferece uma solução de moradia a quem necessita, mas a pessoa rejeita em favor de outro mais necessitado, pois tem condições de tudo resolver com seus próprios recursos.

Há uma ambivalência nesse receber ajuda dos vizinhos. Há quem ajude, mas há também quem acredite que outros não se importam e até acham bom quando ocorre algo ruim. “Quando meu barraco caiu mesmo, teve muita gente ali que ajudou. Muita gente que disse que ia ajudar e não ajudou; teve muita gente que adorou ele ter caído.” Foram os amigos que o reergueram. “[...] Foi ajeitado, por amizade. [...] Umas quatro pessoas. Na hora de derrubar tem um bocado, mas na hora de levantar é que é o problema.” (Renata, F, VI)

Outra declara a solidariedade que recebeu de amigos e vizinhos com materiais de construção:

Na minha vida em geral tem solidariedade, assim, quando eu vim pra morar ali eu não tinha nada não, eu pagava aluguel no Alto do Refúgio e quando eu invadi ali ela pediu muito que eu saísse dali, mas eu disse que não ia sair não, porque eu precisava. Aí ela me ajudou com compensado, prego, cimento. [...] eu acho que existe solidariedade. (F, VI)

Ocorre também a ajuda mútua entre familiares para construir os barracos uns dos outros, com material e/ou mão de obra.

Ali foi meu marido, o primo dele, o cunhado do primo [...] um fazia o barraco do outro. Quem terminasse primeiro ajudava o outro, então era assim, tipo parceria. [...] é um terreno com quatro barraquinhos. Aí ali um ajudava o outro com tábuas, com prego, meu marido trazia as madeiras e descarregava. [...] Quem começou primeiro foi meu esposo [...]. E já incentivou o primo vir. Aí o primo incentivou o cunhado vir [...] um ajudava o outro. [...] Quando tinham uma folguinha, iam pro barraco do primo [...] quando [o primo] aumentava o barraco dele, iam pra o [...] cunhado do primo [...] Então ali foi uma união muito bonita, graças a Deus. (F, VI)

A dádiva é evidenciada pelo fato de saber que podiam contar um com o outro. A ajuda mútua familiar também aconteceu para prover água e luz que continuam compartilhando.

Água mesmo, a gente tinha água nos canos fora, juntou-se com o cunhado e o primo pra puxar a água, que era uma dificuldade muito grande, porque ali nem todo vizinho queria dar água, porque a água era fraca, então a gente puxou água pra gente. Energia mesmo, gambiarra pra quatro, meu marido comprou os fios e dividimos a luz pra quatro, tinha uma queda de energia tão grande, até a gente saber onde é que estava o erro. E graças a Deus está tudo bem. A água continua ali pra quatro e energia também. (F, VI)

Devido aos altos custos envolvidos na produção da casa, o depoimento a seguir ilustra como a população de baixa renda vai fazendo sua casa com a doação de material, muitas vezes das patroas das domésticas que trabalham para a classe média.

Era casa grande, enorme [...] fui fazendo aos poucos. Eu comecei com a casinha de cachorro de plástico, eu e ela, ela não ia dormir na casa da tia de jeito nenhum. [...] Meu patrão me ajudou, me deu plástico, depois me deu madeira, telha. Depois eu disse ‘Quer saber de uma coisa? Vou fazer minha mansão de alvenaria’, aí comecei a juntar. (Vitória, AB)

A construção ocorre em etapas, à medida que as economias no orçamento familiar permitem e em função das ajudas recebidas. Nesse caso, ela pagou ao sobrinho, que era pedreiro.

Eu construí metade e metade. Construí terraço, sala e quarto, na frente. [...] Fui juntando, comprando 200 em 200 tijolos, [...] meu patrão [...] me deu o resto; aí eu comprei o resto dos tijolos, aí fiz a cozinha, o banheiro e a área de serviço. No final do ano, peguei meu 13º, dei R\$ 100 a minha filha, e disse: o resto vai ser pra minha casa! [...] Aí reboquei ela todinha, ficou toda bonita, coloquei cerâmica na frente da minha casa branquinha, era linda, linda, linda!!! Foi a coisa mais errada que eu fiz na minha vida, foi não ter tirado foto dela na frente. [...] Eu fazia a massa, carregava os tijolos, às vezes minha filha ajudava: ‘meu amorzinho, bote uns tijolos ali, que você tá mais nova que mainha’. Trabalhávamos no final de semana, às vezes ia até de noite. De noite eu tava [...] eu não tava nem aí, eu tava vendo tudo ficando tão bonito, tão maravilhoso, toda em tijolo, rebocada, eu ficava tão feliz!!! Fechava o portão da frente, botava cadeado na grade do terraço, e deixava as portas tudo abertas, aquele vento gostoso. Eu gostava tanto, eu amava cantinho por cantinho da minha mansão. Eu acho que me apeguei demais àquela felicidade que Deus me deu. (Vitória, AB)

Todo o sacrifício para construir a casa – as economias, o trabalho extra –, mas também poder decidir sobre como seria a casa, solidifica os vínculos de apego à moradia. O envolvimento emocional e afetivo é enorme, e de tristeza quando declara: “[...] e hoje não tenho minha mansão. Minha mansão era lá, lá pra mim era tudo, minha vida.”

O processo de construção da casa da mãe de uma moradora do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara é emblemático de como ocorre a construção das habitações em áreas de baixa renda. Pedreiros amigos construíram e ela oferecia bebida e comida no final do trabalho.

A minha filha [ajudou], até eu construí minha casa, de noite. Logo no início vieram uns pedreiros amigos, dava uma bebidinha e eles iam fazendo. Tinha engenheiro, tudo isso. Era pra fazer um quarto, tinha a estrutura da casa tudo direitinho, a gente recebia o dinheiro da mão de obra. Como a gente queria fazer a casa maior porque tinha terreno, aí não contratou pedreiro, com o dinheiro do pedreiro a gente aumentou a casa. Hoje a casa tem 3 quartos, eram 2, aí fizeram um puxadinho pra essa menina agora que vem pra cá, puxou pra frente, diminuiu o terraço. [...] como pobre, eu sou feliz. (D. Conceição, L, DH)

Não pagou a mão de obra. A casa foi construída com a ajuda dos amigos, no sistema em que o dono da casa oferece bebida e comida e os amigos-convidados oferecem a mão de obra, o que ilustra uma modalidade de provisão de moradia baseada na solidariedade, na ajuda mútua e na camaradagem. Quando perguntada sobre quem a ajudou, responde:

Foi tanta gente. Amigos do meu marido outro, pessoas que já gostavam de mim, amigo de copo. Por isso que não pagou nada de mão de obra, foi tudo na amizade, eu fazia o ponche, eles vinham. [...] Eu fazia uma dobradinha, uma feijoadinha, [...] e ele comprava bebida. (D. Conceição, L, DH)

Hoje paga. “[...] Sim, pra fazer alguma coisa eu pago. Não paguei na época da construção mesmo [...] de noite quando ele chegava do trabalho, eu com uma vela, e ele botando os tijolos.” Esta luta pra construir a casa com sacrifício fortalece os vínculos com a moradia.

Tem um senhor que desde o início ele [...] fazia alguma coisa na dele, quando terminava a dele, ele ia na parte da tarde lá pra casa, junto com os colega. Tudo na base da ajuda mesmo, [...] no fim, pra botar umas ceramicazinhas, foi um primo meu quem colocou. Vizinho, amigos nosso. É por isso que eu digo: eu amo a minha casa, porque ali foi muita luta, [...] carreguei um monte de coisa: telha, quando eu fui carregar brita, me deu um problema aqui [...] um senhor lá perto [...] ‘deixe, Dona [...] que eu carregue o resto’, porque ele viu que eu não podia andar. (D. Conceição, L, DH)

Foram várias as demonstrações de dádiva constatadas em conversas mais informais com profissionais da construção civil. Um pedreiro no Córrego da Josélia também faz o mesmo. Alguns pagam quando ou como podem, outros não pagam porque não podem. Essas prestações normalmente ocorrem entre amigos e quando recebem, possui um valor simbólico. O modo como ocorre – em que um ajuda a construir ou melhorar a casa do outro e quem recebeu ajuda para construir a sua casa se sente em débito e na obrigação de ajudar aquele amigo que o ajudou – apresenta características das formas de prestação do sistema de dádiva: em um momento um doa sua força de trabalho para fazer a casa do outro, que o retribui em outro momento, sem prazo e sem ter fixado algum valor. Essa forma de ajuda mútua na construção e na melhoria de casas ocorre nos assentamentos espontâneos em geral, mas de forma assistemática. Por isso, resolveu-se analisar a iniciativa de profissionais da construção, que desde 2002 constroem casas por ajuda mútua.

9.4.2 A INICIATIVA DOS PEDREIROS SOLIDÁRIOS

A iniciativa de construção de casas por ajuda mútua dos Pedreiros Solidários de Várzea Fria já existia quando o mestre de obras do Projeto Dom Helder Câmara chegou lá. Conhecidos e desconhecidos ajudaram-no a construir sua casa: “Em 2002 eu me mudei pra São Lourenço e comecei a construir a minha casa lá. [...] no período da construção vários camaradas chegavam pra me ajudar [...] amigos meus, pessoas que eu nem conhecia ainda [...]. Conhecia dois ou três, a maioria eu não conhecia. Foram [...] de 10 a 15 pessoas... 10 pessoas.”

Mas essa prática deve início bem antes, quando, em 1990, o próprio mestre ajudou a construir a casa de um amigo de infância e seus companheiros de trabalho; no mesmo ano, ajudaram-no a construir sua primeira casa, concluída em quatro anos, ambas em Timbaúba, PE. Em 2001, junto com 15 pessoas, participou da construção da casa de um colega de trabalho, durante dois meses, quase todos os finais de semana, e da construção da casa de um conhecido, ambas em Prazeres, Jaboatão dos Guararapes. Por sua vez, ao chegar a Várzea Fria, as pessoas que o ajudaram na construção da sua casa, já desenvolviam essa prática de se reunirem para ajudar na melhoria, nos reparos e até na construção de casas de amigos e conhecidos. A partir da sua chegada, “o Mutirão”, como o denominam, intensificou-se. Atualmente, ele assumiu a liderança da iniciativa:

Em solidariedade com aquelas pessoas que tinham me ajudado, a gente começou a formar um grupo. [...] o camarada tinha um muro pra fazer, a ampliação de uma casa, ou um revestimento, e eu como sou um profissional da área, fui levando companheiros que eu já conhecia do meu campo de trabalho [...] ‘olha você compra o material e a gente dá uma força’. A gente trabalhava sábado e domingo, pegava de oito, até meio dia, uma hora, [...] depois largava, tomava aquela cerveja, o dono da casa sempre servia o almoço. E isso aí virou filosofia lá da comunidade. (Francisco, L, PS)

Quem dispõe de material contata um deles para organizarem a melhoria ou a construção da casa de quem não pode pagar a mão de obra. O dono da casa retribui ao oferecer a comida e a bebida. Os vínculos sociais estabelecidos na iniciativa são grandes. Associa-se trabalho, solidariedade e lazer para resolver o problema de moradia de alguém.

Entre os participantes, os laços de amizade também são bem fortes. “Isso aí é uma amizade pra nunca mais se acabar”, declarou Zezinho, um operador de máquina, um dos pioneiros da iniciativa. Quando ele não pode participar do Mutirão, empresta suas ferramentas. O primeiro encontro dos dois ainda continua na memória de ambos. Francisco estava construindo sua casa e Zezinho falou “[...] essa ferramenta não está adequada pra esse trabalho. Vamos lá em

casa que eu te empresto outra”. A partir daí, ajudou a construir a casa do mestre e a relação entre os dois passou a ser de compadres.

A iniciativa ocorre com mais frequência em Várzea Fria, mas já construíram casas em outros bairros e municípios, podendo ocorrer até três “mutirões” concomitantemente. Os dados a seguir são o resultado de levantamento e de entrevistas, entre 07/2008 e 07/2009, com 11 pessoas:¹²³ profissionais, beneficiários e esposas dos participantes. Estas últimas preparam a comida quando o mutirão é em suas casas, ou o dono da casa não tem condições financeiras ou instalações, como fez, várias vezes a mulher do líder. Os números alcançados estão sintetizados a seguir:

- 41 profissionais se envolveram na construção ou na melhoria da casa de alguém;
- 30 desses profissionais continuam a participar de construções/melhorias de casas;¹²⁴
- 32 dos profissionais envolvidos tiveram suas casas construídas ou melhoradas no processo de mutirão, sendo mais de 20 com a construção de toda a casa;
- 33 deles começaram a participar primeiro do Mutirão; posteriormente, suas casas foram construídas/melhoradas, enquanto oito receberam primeiro ajuda na construção/melhoria da casa e depois participaram do Mutirão, o que revela que a atitude da maioria foi de primeiramente prestar um serviço a alguém;
- 30 pessoas que não fazem parte do Mutirão foram beneficiadas com a prestação de pequenos serviços, ampliação, reforma ou construção das suas casas: 4 construções, 19 reformas/melhorias e 7 não foram identificadas;
- 200 casas do Projeto Dom Helder foram beneficiadas com a participação, nos finais de semana, de cerca de 17 profissionais de Várzea Fria, por mais de dois anos;¹²⁵
- o total de casas construídas/melhoradas até 07/2009 foi de 265 unidades.¹²⁶

¹²³ O resgate desses números foi realizado por esforço de memória dos participantes, ao procurarem associar o nome do beneficiário, os envolvidos, o tipo de benfeitoria (melhoria ou construção), o ano, o período de duração da obra, a relação do beneficiário com algum participante do Mutirão e o tipo de retribuição recebida.

¹²⁴ “[...] o último mutirão teve lá em casa, no domingo passado... todo domingo tem, todo final de semana tem. [...] hoje estão envolvidas cerca de 30 pessoas [...] tem profissionais da área da construção civil: pedreiro, carpinteiro, marceneiro, encanador, eletricitas, vigilante, professor, operador de máquina” (entrevista em 07/2008).

¹²⁵ Dos 41 participantes, 30 estão na ativa, sendo que mais da metade trabalhou no mutirão de Dom Helder, de 2007 a 2009, o que gerou uma demanda reprimida de concertos e construções em Várzea Fria. Em visita ao Projeto Dom Helder Câmara, em 08/2009, três deles colocavam cerâmica em uma das casas. (Figura 20)

Trata-se de números bastante significativos para uma iniciativa comunitária de provisão de moradia para pessoas de baixa renda, sem estrutura e sem apoio de qualquer instituição pública ou privada. Para o líder “[...] todo trabalhador, de qualquer categoria, de qualquer área, tem que reservar um tempo pra ajudar outras pessoas.” Atribui o sucesso da iniciativa à origem rural dos participantes, o que, para ele, facilita a solidariedade.¹²⁷ No entanto, foi constatada uma militância política e sindical do próprio líder e de outros participantes. É militante do clandestino PCR e concorreu à direção da chapa do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil. Ao ser perguntado como era a retribuição das pessoas beneficiadas pelo trabalho deles, declarou:

A maior retribuição assim, é o fato de a gente ter o consolo de que a pessoa tem uma casa digna pra morar. Porque [...] o camarada trabalha a vida toda construindo mansões, na construção civil; [...] se aposenta, chega o final da vida e não tem uma casa digna pra morar. E com essa ação assim – uma pessoa ajudando a outra – [...] fica mais fácil. A maior retribuição que a gente tem [...] é isso aí. Saber que quando as pessoas se unem...

Ele tem consciência do poder da união das pessoas na questão da moradia. A militância política em um partido comunista o impulsiona a doar seu tempo, que poderia dedicar ao lazer, e seu saber profissional, para ajudar alguém a ter uma casa melhor: “Tem que ter muito espírito de solidariedade. [...] Mas quando você se acostuma, torna-se até prazeroso, porque uma coisa é você trabalhar com aquela obrigação de cumprir horário, receber salário, outra coisa é você ser solidário.” Mas nem todos têm casa. “Tem um companheiro... ali, aquele de verde, ele é um dos que encabeçam, mas ele não tem casa. Nem todo mundo tem casa. [...] tá querendo comprar um terreno pra gente se unir e construir a casa dele.”

Quem não tinha condição de oferecer a comida, eles se cotizavam e a mulher de algum deles cozinhava. “Tem casa que com menos de um ano a gente conseguiu concluir. Porque a gente só tem o que... os finais de semana. Tem companheiro lá, oi, que não tinha nem o dinheiro pra servir o almoço. A gente se juntava, comprava o almoço, umas bebidas...”

Essa iniciativa também beneficia pessoas que não trabalham na construção civil. Um ex-professor de história do líder foi beneficiado. Ele também lidera uma iniciativa de aulas de reforço nos finais de semana, no regime que chamou de “0800”, porque eram gratuitas.

¹²⁶ Foram incluídas as quatro casas construídas pelo mestre de obras antes de morar em Várzea Fria e as 200 casas do Projeto Dom Helder Câmara.

¹²⁷ Na zona rural os vínculos entre as pessoas possuem outra natureza, são embasados em outros valores, distintos da cidade grande. Honrar “a palavra”, a imagem de “cidadão de bem”, “honesto”, “respeitado” são valores importantes e se aplica também entre as pessoas pobres. Esses valores morais, a proximidade e o conhecimento do outro e sua família pode facilitar a ocorrência de manifestações de solidariedade.

Essa iniciativa é a própria essência do dom, pois as prestações de serviços criaram e recriaram vínculos entre os envolvidos e vêm fortalecendo os laços que os uniram de formas distintas. Os princípios da teoria da dádiva de dar-receber-retribuir materializaram-se na melhoria da qualidade do lugar em que moram e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

9.4.3 O MUTIRÃO DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA¹²⁸

Aí quando ele [um amigo dela] entrou, ele teve a ideia também da solidariedade. O pai dele tava desempregado, aí ele falou com o pai pra ele trabalhar pra mim e pra ele pra pagar nossas horas (R\$ 100,00) [...] assim foi que a coisa funcionou [...] eu vinha nos domingos, mas minhas horas ele pagava. Foi aí que eu passei a ajudar outras pessoas. Quer dizer, **é toda uma engrenagem: sendo ajudado e ajudando. Não há outro caminho, eu acredito nisso e é assim que eu tenho vencido. E o resultado tá aqui, eu acordo às vezes e fico olhando "minha casa!"** [grifos nossos] (D. Eloísa, DH)

O depoimento dessa moradora é uma evidência de que, para ela, o sonho da casa própria esteve associado à ajuda mútua e ela acredita nesse princípio. Suas palavras se assemelham às palavras de Mauss (2003) no final do Ensaio. Essa moradora não leu Mauss, mas para ela também não há outro caminho: é sendo ajudado e ajudando. Ela vivia durante a semana trabalhando em uma casa de família e os finais de semana se revezando em casa de cinco amigos. Trabalha desde os 7 anos de idade e não tinha uma casa. Então, para ela ter uma casa é realmente a realização de um grande sonho, por isso está tão feliz.

Não é objetivo da tese analisar o mutirão enquanto solução para a política habitacional. O Projeto Dom Helder Câmara foi escolhido como estudo de caso por trazer uma forma de produção de casas não muito comum e cuja natureza é coletiva, distinta da autoconstrução. As especificidades desse processo de construção coletiva prescindem de uma organização que exige planejamento, distribuição de tarefas, cumprimento de horários, regras, normas e outros pré-requisitos que o qualificaram como estudo de caso. No entanto, mesmo com o foco da análise no mutirão como instrumento facilitador ou dificultador de manifestações de solidariedade e dádiva, possivelmente as reflexões podem subsidiar a política habitacional.

¹²⁸ As reflexões desse item são desdobramentos dos artigos “Solidariedade e Dádiva na Construção de Casas: uma análise das relações e práticas diárias entre participantes do Projeto Mutirão Habitacional Dom Helder Câmara, Recife-PE, Brasil”, em coautoria com Dr. Luis de la Mora, publicado nos anais do XIV Encuentro de la Red ULACAV, Buenos Aires, 1 a 4/10/08 e “Dádiva e Solidariedade na Construção de Casas: o Projeto Dom Helder Câmara”, apresentado e publicado nos anais do Colóquio Internacional Ano da França no Brasil – Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil/França, Recife, 14 a 18/09/09.

9.4.3.1 A GESTÃO DO PROJETO: PARCERIAS, APOIOS, DIFICULDADES E LIÇÕES APRENDIDAS¹²⁹

Um primeiro aspecto a ser mencionado que fez do Projeto Dom Helder Câmara uma experiência exitosa foi o apoio das instituições e técnicos, parceiros do projeto. Alunos da UFPE que faziam militância estudantil e eram bolsistas do Programa Conexões de Saberes formalizaram o apoio do Programa Conexões ao projeto. Uma arquiteta austríaca, militante do MLB, elaborou o projeto de arquitetura e urbanístico. Os Correios doaram o terreno, por pressão dos militantes. O projeto conquistou muitos técnicos dos vários órgãos envolvidos: prefeitura, secretarias diversas, Correios, da Caixa e Governo do Estado. Além disso, o MLB buscava sempre uma mobilização mais coletiva, ao envolver interessados e simpatizantes para pressionar nas reuniões com os órgãos para a agilização e a aprovação do projeto.

[...] CPRH que era o mais complicado a gente levava cinco, seis pessoas. Caixa Econômica também, a gente levava dez pessoas, quinze [...]. [um decisor da Caixa] [...] ‘vestiu a camisa’ [...] o que podia ajudar ele fazia e a gente via que ele torcia pra o negócio dar certo. [...] ela [a Caixa] funciona mais com a pressão. [...] quando tinha uma relação mais tensa a gente botou quase vinte pessoas dentro da sala. (João, L, DH)

Mesmo pessoas que inicialmente ofereciam alguma resistência apoiaram depois. O coordenador afirma que o fundamental é que “nada a gente tinha conseguido se não tivesse o povo organizado”. Essa organização foi construída desde o início, quando se uniram para as primeiras ocupações, em outros terrenos, inclusive o local do Conjunto Abençoada por Deus.

A gente foi despejado depois ocupou esse terreno e nessa ocupação a gente passou mais de um ano. [...] Eram barracos... [...] foram oitenta famílias que entraram. [...] Aí depois dessa ocupação aqui [...] foram três dias, aí a gente fez a negociação com os Correios. [...] A Prefeitura [...] não queria nos receber mas foi forçada por causa da pressão [...] os Correios também topou desde que a Prefeitura mostrasse na prática que teria essa parceria. [...] a Prefeitura construiu esse muro. (João, L, DH)

Um aspecto importante salientado é que as instituições, para apoiarem um projeto, se sentem mais pressionadas politicamente, caso já ocorra o apoio de outras instituições, como foi demonstrado na fala anterior.

A luta pela moradia favoreceu a união em torno de um objetivo comum. No entanto, houve momentos de muita pressão e de dúvida se o projeto seria, ou não, implementado. Houve dificuldades financeiras no início, mas foi importante o envolvimento e a corresponsabilidade das famílias, que assumiram os custos para a aprovação do projeto.

¹²⁹ Foram aprofundados os aspectos relativos à gestão do projeto um pouco mais do necessário para a tese, no intuito de compartilhar as lições aprendidas e subsidiar outras iniciativas. As reflexões referentes a esse tópico se referem ao período de construção, e todos os depoimentos e falas citados são do coordenador do projeto.

Para atender à demanda por casas, fizeram uma divisão, uma “cota de casas” entre as várias instituições dos movimentos sociais envolvidos na luta pela moradia.

Tinha várias instituições. A gente é do MLB, mas a gente conseguiu isso aqui porque a gente é filiado à CMP que é a Central de Movimentos Populares; muitas dessas articulações [...] foram possíveis via CMP [...] no início, quando ele [o Programa Crédito Solidário] surgiu, em 2004, [...] só podiam acessar ele entidades ligadas a movimentos nacionais, que era a CMP, a CONAN, a UNIÃO e o MTST. [...] E a gente era filiado à CMP; por isso que a gente conseguiu; foram vinte mil [...] Isso era uma reivindicação antiga dos movimentos sociais. [...] Cinco mil pra cada Movimento Nacional. [...] a gente pegou duzentos. (João, L, DH)

A articulação em nível federal facilitou o andamento e a aprovação do projeto, inclusive a participação de uma líder do movimento, conselheira no Conselho das Cidades.

[...] na época, Olívio Dutra [...] facilitou a doação desse terreno. [...] a primeira parceria no Brasil onde foi doado um terreno da União para construção de unidades habitacionais pelo Projeto de Crédito Solidário foi esse aqui. [...] essa articulação em Brasília sempre teve. Sem a CMP a gente não teria conseguido [a líder] era da executiva nacional e [...] do Conselho das Cidades. Ela era suplente e chegou à efetividade. (João, L, DH)

No entanto, a gestão do projeto enfrentou dificuldades. A primeira foi referente aos recursos. As disputas entre os dois grupos repercutiu no andamento da obra.

Tem uma comissão de representantes, que é responsável [...] pelo repasse. O financiamento é individual, cada família tem o seu contrato e tem a sua dívida. Então essa comissão reúne todas as famílias e vai para uma conta registrada por essa comissão. [...] a gente diz o que vai comprar e ela repassa pra gente poder pagar. [...] a Associação não tem acesso a recursos se não for autorizado por essa comissão. [...] tivemos que destituir [...] membros da comissão porque eles não estavam querendo tocar a obra. [...] a Associação não tem nenhum centavo... [...] é amarrado, é institucional. (João, L, DH)

A dificuldade de orçar um processo de construção tão diferente do convencional também foi outro aprendizado, tanto em relação ao processo construtivo, previsão de alimentação, como as despesas administrativas que deveriam estar incluídas nos custos do projeto. Como não se previu, o projeto foi executado sem taxa administrativa. As dificuldades de gerenciar um mutirão também foram grandes. Mas conseguiram, inclusive, rebocar as casas por fora, o que não estava previsto. Forneceram o cimento para as famílias rebocarem.

Inicialmente, a obra foi administrada por uma construtora, mas houve atrasos, devidos à dificuldade de administrar o mutirão, lidar com os trabalhadores e cumprir o cronograma. “[...] a gente não tinha experiência, mas a gente via que a obra estava atrasada [...] Mandavam demitir o cara sem nenhuma discussão; com isso não pegavam a simpatia nem dos funcionários, muito menos do mutirão. [...] E a obra não andava.” (João, L, DH)

Houve dificuldades no relacionamento dos profissionais e ajudantes e os mutirantes. As diferenças socioeconômicas de uma construção convencional fez com que as relações entre eles tivessem que ser distintas daquelas da construção civil. Por sua vez, as dificuldades de renda de mutirantes levou-os a buscar fazer biscates na obra, como representantes.

a gente não tem dinheiro pra pagar adiantamento [...] tem que ter a compreensão deles, tem que explicar que isso é um mutirão; muitos deles vivem melhor que os próprios ajudantes porque a maioria deles têm casa. Eles estão acostumados a trabalhar [...] com construtoras [...]. Muitos beneficiários [...] vieram ‘fazer bico’ [...] porque estão desempregados [...] como representantes [...] recebendo dez reais. (João, L, DH)

A especificidade de um mutirão requer habilidade para lidar com trabalhadores e mutirantes, para que se sintam estimulados pelo trabalho, atributo pouco encontrado nas construtoras.

O processo de discussão e aprovação do regimento também demandou esforços para mobilizar e envolver as pessoas, mas elas passaram a cumprir o regimento. “[...] tem que ser disciplinado, não fazer corpo mole e o pessoal fica indignado quando fica sabendo; porque é uma situação injusta, [...] quase todo mundo aqui trabalha até em fins de semana e algumas pessoas que não vêm trabalhar quererem ter direito.” A existência de normas a serem cumpridas ajudou a disciplinar e a estabelecer regras de convívio e de respeito com o outro: “Por exemplo, teve gente que estava bebendo; não pode beber [...] aqui dentro. Tem que ter uma posição. Teve gente que desrespeita as pessoas. Então tudo isso está previsto.”

Uma iniciativa que se tentou implantar para estimular a participação foi contabilizar como horas trabalhadas qualquer participação em atividades de mobilização, reuniões, oficinas e outras atividades do projeto. No entanto, não se conseguiu realizar esse intento.

A avaliação do trabalho social é positiva. No entanto, o tempo de duração da obra, mais de dois anos, desestimulou a participação. Em um mutirão, o trabalho social tem de criar uma dinâmica que continue a estimular a participação. Tarefa difícil, daí os desgastes no final.

No início, a participação nas reuniões era bem maior, por vezes envolvendo mais da metade dos participantes. “São oitenta lugares dentro e não coube os oitenta. [...] não tinha nem começado a obra ainda. [...] Naquela época tinha gente, fazia reunião com cem pessoas, cento e vinte. Mas a gente nunca conseguiu os duzentos. Nem pra assinar o contrato a gente conseguiu os duzentos.”

Todo o aprendizado de autogestão de um projeto desse porte credencia a AHPNE a coordenar outros projetos habitacionais, a exemplo de Mulheres de Tejucupapo.



- A – Construindo a fundação
- B – Construindo o radier
- C – Trabalho coletivo das mulheres
- D – Preparo da massa
- E – Transporte de material
- F – Contraste de tipologias
- G – Cobertura

Fonte: Programa Conexões de Saberes, UFPE.

Figura 26 Construindo as casas em mutirão



Fonte das fotos A, B, C e G: Programa Conexões de Saberes, UFPE

Figura 27 Sorteio e mutirões para conclusão das casas

9.4.3.2 DÁDIVA E SOLIDARIEDADE DURANTE A CONSTRUÇÃO DAS CASAS: A CIRCULAÇÃO DE HORAS NO MUTIRÃO COMO MANIFESTAÇÃO DE DÁDIVA

A obrigação de trabalharem 16 horas por semana juntos facilitou a aproximação entre os moradores e o surgimento de novos amigos¹³⁰ e contribuiu para que atitudes solidárias emergissem durante a obra. A forma mais encontrada foi a doação de horas, a maioria entre amigos e conhecidos, mas também entre desconhecidos. Alguns receberam apenas a passagem ou o almoço pelas horas doadas; outros, mais comprometidos com o projeto, doaram horas de graça e se sentiam confortáveis sem nada receber, pois quem ajudava não tinha condições de pagar: “[...] as pessoas que eu trabalhei eu vi que elas tinham dificuldade também, porque não foi só pra [cita seis nomes], [...] Aí por aí você vê, que todas essas pessoas que eu trabalhei [...] tavam com dificuldade de pagar uma pessoa.” (Olga, L, DH)) E mesmo reconhecendo, ao afirmar “precisar todo mundo precisa”, assume que sua necessidade é menor do que a do outro. Supõe-se que ela jamais iria cobrar, porque não o fez em nenhum momento. Seus valores morais e ideológicos e sua postura de colaboração e envolvimento em causas coletivas tem raízes políticas, religiosas e de compromisso com o coletivo. Faz parte do PCR e do MLB e trabalhava toda semana para o mutirão. Demonstra preocupação com o outro em nível distinto dos demais. Ao final da sua fala, confessa que doou horas para alguém, mas não registrou seu nome, portanto, não formalizou a doação. Buscou o anonimato ao dar, devido às suspeitas sobre as pessoas que estavam doando horas, como se estivessem contabilizando duas vezes. Duas outras pessoas também doaram horas, mas nem sequer registraram seu nome como doadores.

A almoxarife relata um episódio em que envolveu os mutirantes para coordenarem o trabalho dos representantes e o rendimento foi muito melhor.

[...] tinha um grupo de representantes desleixados, fazendo corpo mole. Foi num dia de semana. Dona Eloísa estava presente [...] foi quando eu comecei a me aproximar mais dela, conhecer mais a história dela. [...] Sabia que de manhã eles não deram rendimento, trabalharam sem direção, um grupo de 4 pessoas pra cada casa pra fazer aterro, de manhã eles só aterraram uma sala. [...] ‘Cada casa dessa eu vou colocar um mutirante’ [...].O representante tá trabalhando, mas sabe que o mutirante tá ali observando [...]. (Paula, DH)

A mutirante, com muita habilidade, fez com que os representantes melhorassem a produtividade na obra. Essa senhora foi entrevistada e mostrou muita humanidade e amor pelas pessoas. Foi ela quem tomou a iniciativa para a doação de horas uns aos outros.

¹³⁰ Houve quem declarou ter feito mais de 20 amigos durante a construção das casas, o que demonstra que as práticas de colaboração e solidariedade propiciaram o estabelecimento de vínculos sociais entre os envolvidos.

‘Olhe, eu não tô aqui pra fiscalizar o trabalho de ninguém. A gente tá aqui pra fazer o nosso trabalho e concluí-lo.’ Começou a conversar [...] a se entrosar com eles e quando foi no final do expediente ela disse: ‘[...] a gente terminou a casa!’ Eu fiquei muito emocionada porque eu vi o avanço que teve. A importância que tem o entrosamento com as pessoas. Ela teve esse papel de mostrar a importância desse trabalho, a valorização. Foi muito importante ela estar naquele momento, cumprindo aquela missão. Eu vejo [...] a importância do próprio mutirante dentro da obra [...] vai zelar pelo que é seu. [...] sabe que tem que terminar porque aquilo é dele. Os representantes não têm essa concepção, ele tá ali pra trabalhar, se demorar, pra ele, é bem melhor porque quanto mais demora a obra, mais ele vai estar trabalhando. E o mutirante não, [...] mais demorar, mais eles vão ser prejudicados [...] tão pagando aluguel, querendo terminar pra vir pagar o que é seu. (Paula, DH)

No início, a construção do muro foi um momento de união coletiva, mencionado por vários entrevistados, em que muitas pessoas participaram ativamente e de forma solidária na busca da realização de um projeto comum e coletivo: “[...] no começo da obra, era todo mundo unido, todos pensando num objetivo só, era um ajudando o outro sem pensar em receber [...] Fulaninho ajudando Sicrano, mesmo sem conhecer, sem saber a origem da pessoa. Depois foi que começou esse desentendimento.” (Olga, L, DH). Outra diz que “[...] eu dava palavra de ordem do movimento, era todo mundo unido.” (D. Conceição, L, DH) (Figura 26)

A almoxarife relata episódios em que presenciou a predisposição de algumas pessoas para a solidariedade, para ajudar o outro, inclusive parando de fazer o trabalho na sua casa. Durante a escavação da base, “um ajudava, outro vinha: ‘você ajudou a minha casa, vou ajudar a sua’”, em uma clara demonstração de retribuição à ajuda que recebeu do outro.

É, tavam cavando as primeiras bases. [...] E era aquela interação, o pessoal trabalhando com muito ânimo e aquela vontade de ver as casas se erguerem. Uns conseguiram com ajuda do outro; [...] [cita um nome] trabalhava no dia de folga dele, mas ele era mutirante, sempre foi uma pessoa prestativa, se você chegasse: ‘[...] me ajuda com a minha base’, ‘tá bom, vou te ajudar’; deixava de fazer o dele e ia ajudar a pessoa. (Paula, DH)

Mas a circulação de dádivas no mutirão não ocorreu apenas em horas, houve também doação de material para a obra, como ela atesta.

[...] Material? Teve, a gente precisava de zinco [...] no começo, umas madeiras. Logo no começo a gente tava sem recurso e precisava. Um mutirante, [...] tinha umas madeiras: ‘vou levar’; ele fez muitas doações, trouxe umas telhas pra fazer um galpão [...]. Teve mutirante que participou mais, né, na vida coletiva dos mutirantes. E ele não é ligado ao MLB.

Esse senhor doou telhas para a coberta do almoxarifado, logo no início, e foi importante para o andamento da obra, pois ainda não havia sido liberado o dinheiro. Outros mutirantes declararam que ele era uma pessoa muito solidária, que ajudou muita gente. Na conversa, ele declarou que ajudou apenas duas ou três pessoas. Ao ser lembrado do que seus colegas

havam dito, confirmou. No entanto, havia recato da parte dele ao declarar como contribuiu para o mutirão. A opinião dos amigos sobre o quanto ele ajudou é mais do que ele mesmo atesta. Situações como essa ocorreram outras vezes, mas sem registro. Também é significativo o fato de ele não fazer parte do MLB. Para os militantes do MLB, é importante colaborar para que o projeto tenha êxito. Há um compromisso político-ideológico de contribuir, quase uma obrigação. Para os que não participam, quando colaboram é pelo compromisso de verem as casas prontas ou por motivação pessoal.

Uma líder conta um caso de ajuda mútua entre mutirantes e representantes, o que mostra que na forma de doação/retribuição havia dádiva:

O outro caso era o de [...] ela tava grávida, não podia trabalhar e [...] trabalhava pra ela, mas ela não pagava a ele porque ela não tinha condições. Não sei como foi o acordo deles, ela passou a trazer o almoço deles [...]. Pra ele não ter que ir em casa. [...] ele tava ajudando ela, então nada mais justo do que ela também ajudar ele. (Olga, L, DH)

Esse senhor foi um dos primeiros entrevistados e foram suas declarações que suscitaram as suspeitas da existência de ajuda mútua na construção de casas, pois declarou que no bairro em que morava costumava ajudar as pessoas na melhoria de suas casas e recebia também muitos presentes em retribuição, inclusive móveis.

Outros exemplos de solidariedade aconteceram na execução de algum serviço: “Quando estava cavando as valas. [...] as pessoas se juntavam, viam que elas tinham dificuldade, juntavam os homens e [...] iam auxiliar. Era mais nessa questão de fazer um serviço. Tinha um serviço pra fazer, a gente se junta e vai”, como declarou o coordenador do projeto:

Fazem, se juntam e fazem. [...] não dá pra fazer solidariedade se [...] a pessoa só tem o objetivo de trabalhar na casa dele, [...] Estas pessoas que têm mais horas elas vão, trabalham, além de na dela, na dos outros também, para concluir. Eles vinham pra acabar a casa de outra pessoa. Foram várias pessoas que se destacaram nisso (cita dois nomes), porque era uma questão voluntária, não era obrigado a trabalhar. Então aí você pode dizer que o cara fez por livre consciência dele. [...] as horas eram obrigatórias. [...] Teve uma companheira que trouxe vinte e sete pessoas. (João, L, DH)

Outra forma de solidariedade foi a cooperação durante a construção: entregar um material ou uma ferramenta para o mutirante não ter que se deslocar ou descer da cobertura, mudar uma escada de lugar, pequenos atos de solidariedade, quase que anônimos, impossíveis de ser contabilizados. Dona Eloísa doou horas para um mutirante, pagou para outro mutirante, além de pagar alguém para trabalhar as suas horas. Foi confirmado que ao menos cinco pessoas, quando doaram horas para outros, não receberam nenhuma remuneração.

O titular da casa que não tinha disponibilidade de tempo para estar presente na obra, por trabalho, idade ou doença, contratou alguém a quem chamava “representante”. Essa pessoa – conhecido, desconhecido, amigo, ou parente – recebia valores entre R\$ 8,00 a R\$17,00/dia, sendo a média R\$ 10,00/dia. Nos meses próximos ao sorteio das casas, o valor aumentou para R\$ 15,00, pois muitos que não podiam estar presentes, ou haviam entrado no projeto recentemente, necessitavam cumprir as horas em pouco tempo, sob pena de não participar no sorteio. Nesse momento, os biscates se intensificaram e a geração de renda ampliou-se, pois surgiram outras pessoas à procura trabalho. Houve críticas à participação dos representantes; no entanto, eles eram pessoas pobres, que necessitavam de trabalho. Pode-se fazer duas abordagens para a compreensão da figura do representante e da sua remuneração:

- i. Em uma leitura marxista, o que ocorreu foi uma exploração do trabalhador, uma vez que recebia menos da metade do salário-mínimo caso trabalhasse todo o mês, 8h/dia. Portanto, para incluir o mutirão como solução de política habitacional, como determina a Lei Nº 11.888, no Art. 3º, § 2º, que prioriza a assistência técnica às iniciativas em mutirão, deve-se ter medidas que evitem ou minimizem essas situações;
- ii. Em uma leitura segundo a teoria da dádiva, o que ocorreu foi um sistema informal de trocas, em que houve formas distintas de retribuição para quem se dispôs a prestar as 16h/semana a quem precisava, inclusive “pagando um trocado”, ou o que podiam.

Sem discordar da leitura marxista, busca-se refletir sobre o fato como parte de uma política habitacional mais ampla, no intuito de contribuir com uma ótica diferente na análise das microrelações sociais entre os pobres. O depoimento de D. Eloísa acena com uma outra leitura, quando ela diz: “[...] ele teve a ideia também da solidariedade”, o que, nesse caso, era o pai do amigo trabalhar para ela e receber R\$ 100,00/mês. Ela vê isso como uma solução para a sua impossibilidade de dar as horas. E complementa “[...] Foi aí que eu passei a ajudar outras pessoas. Quer dizer, é toda uma engrenagem: sendo ajudado e ajudando. Não há outro caminho, eu acredito nisso [...]” Foi dessa forma que conseguiu ajudar outros e construir sua casa. A análise da circulação de horas sob a ótica da dádiva respalda-se nos seguintes pontos:

- a. Em diversas situações, a relação entre ‘representante’ e mutirante era de parentesco – inclusive em primeiro grau – ¹³¹, amizade, ou camaradagem;

¹³¹ Pai, mãe, tio, irmão, irmã recebiam do parente algum dinheiro. Essa remuneração representava uma ajuda: “Ela [a filha] me ajuda” ou “ela me dá um trocado”. O parente estava desempregado/aposentado e tinha disponibilidade para trabalhar; os beneficiários pagavam/retribuía como podiam.

- b. Nesse sistema informal de trocas, o retorno não se deu apenas em dinheiro, pois houve pessoas que trabalharam para receber a passagem,¹³² outros que receberam o almoço, e outros que doaram gratuitamente;
- c. Houve a inserção de diversas pessoas que estavam excluídas do mercado formal de trabalho, por não atenderem às condições de competitividade – idosos, mulheres e desempregados;
- d. O pequeno valor pago, regulado e definido pelas condições financeiras do mutirante, era um valor simbólico, pois caso se descontasse o valor do almoço e da passagem, era ainda menos de R\$ 10,00/dia.
- e. Não se tratava de uma relação entre capital e trabalho, em que alguém auferia lucros ao explorar a mais-valia do trabalhador, pois não havia patrão nem empregado. Eram futuros vizinhos, parentes, amigos, que se ajudavam uns aos outros. Havia o ganho de todos, caso as casas ficassem prontas mais cedo.

Alguém dispunha de tempo, mas não podia dar de graça (alguns puderam), então recebia o que era possível: remuneração, passagem, almoço ou até horas trabalhadas em outro momento. Os que não precisaram ser remunerados o fizeram; outros realmente necessitavam receber algo para sobreviver, e quem pôde pagou. Esse foi o sistema informal que desenvolveram para regular as prestações de horas de serviços que recebiam uns dos outros, uma vez que muitos se encontravam desempregados. Esse fato se assemelha ao que Mauss observou nas tribos polinésias, melanésias e americanas, em que as pessoas remuneravam de alguma forma quem as ajudava na colheita, na caça, na construção de canoas, etc.

Outro aspecto a ser considerado é que os critérios e o nível de exigência requeridos pela Caixa¹³³ concorrem para a seleção de famílias com uma inserção no mercado de trabalho, o que os impossibilita disponibilizar dois dias de trabalho não remunerado para o mutirão. Torna-se economicamente mais viável remunerar quem está desempregado, ou ajudar um parente, pagando valores inferiores ao que percebem, mesmo em empregos informais.¹³⁴

¹³² Uma mutirante que morava no Ibura contou que de uns recebia a passagem, de outros recebia o almoço, e de outros que podiam um pouco mais ela recebia os R\$ 10,00/dia, mas o que era importante para ela era estar ali. Ela se sentia muito feliz em sair de casa e ir para lá colaborar na construção das casas.

¹³³ A exigência de não terem os nomes incluídos no SPC/SERASA eliminou 108 famílias, logo no início.

¹³⁴ Na época, 1º semestre de 2008, a diária de uma faxineira ou pedreiro era mais de R\$ 30,00. Até um servente da construção civil chegava a ganhar mais de R\$ 20,00/dia em biscates. Só quem realmente estava em alto nível de exclusão no mercado é que percebeu valores diários como R\$ 8,00 ou R\$10,00.

Mesmo nesse patamar de pagamento, houve muita procura, inclusive de mulheres, de idosos, porque não havia exigências de qualificação e desempenho requeridos pela construção civil. Esse mercado informal de trabalho movimentou e sustentou muitas famílias durante a obra. Pessoas que moravam no interior do estado vieram procurar trabalho; aceitaram a função de ‘representante’ e depois foram contratados como pedreiro, encanador ou eletricista. Um depoimento emocionado da almoxarife revela o sentimento dela ao ter escutado tantas histórias de sofrimento e de privação das pessoas que passaram pela obra. Percebia-se nela o sentimento de fazer parte dessa experiência e da vida das pessoas após quase dois anos de convivência diária, e a sensação de saudade por a experiência estar chegando ao fim.

Por outro lado, havia a informação de que o ‘representante’ era maioria durante a semana e, por não ser o dono a casa, seu nível de compromisso era menor do que o do próprio membro da família. Muitos deles não participaram de nenhuma oficina socioeducativa, o que gerou problemas durante as obras. No entanto, a pesquisa realizada pelo Programa Conexões de Saberes, de setembro a novembro de 2008, revela que apenas 21% dos pesquisados sempre enviavam um ‘representante’, pois não podiam estar presentes.

Ao mesmo tempo em que estavam sendo cumpridos os acordos, as famílias criaram mecanismos – em decorrência das condições socioeconômicas e de exclusão – para ‘driblar’ a regra (DECERTEAU, 1994) do mutuário ou de alguém da família cumprir as 16h/semana. Ocorreu também a reprodução informal dos mecanismos de (inter)mediação de mão de obra próprios do capitalismo:¹³⁵ representantes que agenciavam a contratação de pessoas para as famílias e recebiam R\$ 2,00/dia por cada representante subcontratado.

No Quadro 8 é apresentado um resumo de toda a movimentação de horas ao longo dos meses: de 26 de março de 2007 a 15 de novembro de 2008. Os primeiros meses realmente tiveram uma maior participação e presença no canteiro de obras, o que merece uma análise cuidadosa do Quadro 8, salientando-se alguns pontos:

1. Os meses com maior total de horas foram abril/2007,¹³⁶ no início das obras, e outubro/2008, às vésperas do primeiro sorteio, esse com maior valor absoluto de horas. (Anexos A e F)

¹³⁵ Essas são questões complexas e polêmicas que merecem um nível mais aprofundado de atenção, o que foge ao escopo da tese. No entanto, as diversas expressões de circulação de bens, serviços e dinheiro sob diversas formas – venda de lanches, roupas, contratação de serviços para a finalização das casas, como a colocação de grade, eletricidade – foi positiva e movimentou a economia informal local.

¹³⁶ O total das horas refere-se ao período de 26/03 e 06/05, adotado pela AHPNE, um pouco maior do que o mês.

Quadro 8 Movimentação geral de horas no mutirão de 26/03/07 a 15/11/08

Mês	Horas		Famílias que não compareceram		Famílias que fizeram 64 horas ou mais	
	quant.	% planilha AHPNE	quant.	%	quant.	%
2007						
26/03 a 06/05	16.961,75	8,54%	11		170	85,00%
07/05 a 17/06	13.390,30	6,74%				
18/06 a 31/07	13.800,15	6,95%				
01 a 31/08	8.447,50	4,25%				
01 a 30/09	8.684,00	4,37%				
01 a 31/10	9.097,50	4,58%				
01 a 30/11	8.385,50	4,22%				
01 a 31/12	8.798,00	4,43%				
2008						
01 a 31/01	10.284,54	5,18%				
01 a 29/02	6.498,50	3,27%	43	21,50%	35	17,50%
01 a 31/03	6.061,00	3,05%	40	20,00%	39	19,50%
01 a 30/04	8.422,50	4,24%			62	31,00%
01 a 31/05	9.693,50	4,88%			79	39,50%
01 a 30/06	8.057,00	4,06%			57	28,50%
01 a 31/07	11.180,00	5,63%			81	40,50%
01 a 31/08	14.604,50	7,35%			108	54,00%
01 a 30/09	13.744,00	6,92%			96	48,00%
01 a 18/10 – mínimo de 32 horas	10.714,50	5,39%			49	24,50%
19 a 31/10 – mínimo de 32 horas	7.045,00	3,55%			45	22,50%
01 a 30/10	17.759,50	8,94%			80	40,00%
01 a 15/11 - 08 a 15/11	4.029,50	2,03%				
Total - 26/03/07 a 31/08/07 - planilha AHPNE	52.599,70	26,48%				
Totalização para a tese - somatório mês a mês	197.899,24					
Total - 26/03/07 a 15/11/08 - planilha AHPNE	198.671,74					

Fonte: Compilação de planilhas de controle mensal de horas, AHPNE, 2008.

2. O mês de maior presença de mutirantes na obra foi realmente o primeiro mês: 85% prestaram as 64 horas. Apenas 30 mutirantes não atingiram esse valor e, desses, 11 não compareceram, pouco mais de 5% do total de 200 famílias. Dos presentes na obra, menos de 10% é que não cumpriu as 64 horas, o que revela uma grande adesão dos beneficiários, confirmado pelos relatos de saudosismo do início.
3. Em maio, junho e julho, contabilizados como dois meses, há uma pequena queda, mas os percentuais se mantêm em níveis superiores aos dos meses seguintes. O surpreendente é que, por ser o período chuvoso, poderia ocorrer queda em relação a abril. No entanto, se se comparam os meses seguintes, de ausência de chuvas, o número de horas continuou caindo. Portanto, as chuvas não foram decisivas para a presença no canteiro de obras, mas fatores de outra natureza. Esse fato tem significativa importância, pois construir no inverno é mais difícil, penoso e lento, o que mostra que dificuldades práticas não foram impedimento para a participação.

4. O percentual de participação continua a diminuir, mas a queda mais acentuada começa a partir de agosto/07 e atinge valores mais baixos em fevereiro e março de 2008. Nesses dois meses, o cumprimento das 64 horas só foi atingido por menos de 20% das famílias, com o agravante de que mais de 20% estavam com zero horas, percentual maior do que quem cumpriu a quota. Esse foi o momento de maior crise do projeto, com atraso na liberação de recursos e acirramento da disputa entre os dois grupos.
5. A AHPNE defendeu a realização do sorteio das casas para estimular a participação. A aprovação do sorteio só ocorreu em 2ª assembléia. Em julho, os percentuais de participação voltam a subir; no entanto, é em agosto de 2008, depois da decisão do sorteio, que se atinge o segundo mês em que um maior número de famílias consegue cumprir as 64 horas.
6. Outubro de 2008 (Anexo F) foi o mês com maior número de horas em valor absoluto, mas com grande concentração em poucas pessoas (27 mutirantes com mais de 200h).
7. Depois do primeiro sorteio, 134 pessoas não registraram horas, possivelmente porque atingiram a cota, foram sorteadas, ou trabalharam para ajudar outros mutirantes.

A AHPNE fez um levantamento para monitorar o número de horas de cada família (Anexos B, D e E) até outubro de 2008, e, para a classificação para o sorteio (Anexo C).

O Programa Conexões dos Saberes realizou uma pesquisa entre setembro e novembro de 2008, com aproximadamente 140 pessoas, mas os dados tabulados referem-se ao universo de 70 pessoas. O Apêndice H apresenta a síntese das questões relevantes para esse estudo.

Uma síntese da participação na construção das casas é apresentada no Quadro 9. Verifica-se que 36% da população pesquisada vai sempre à obra prestar suas horas, enquanto 43% vão às vezes, o que significa que, quando alguém não vai, outra pessoa vai por ele, ou passa ele a dever horas. 79% dos respondentes participaram da construção ativamente, apenas um total de 21% é que sempre envia representante, percentual inferior ao estimado. Quanto à frequência na obra, 29 respondentes, 41% dos entrevistados, vão durante a semana, a metade dos vai no final de semana. A princípio, pode haver alguma incoerência, pois 15 pessoas (21%) declararam que sempre enviavam representantes, ou seja, não estavam na obra. No entanto, o total de respondentes que vão nos finais de semana e durante a semana é de 91%, e não de 79%, como se devia esperar.¹³⁷ O total de 29 pessoas (41%) não vai nenhuma vez no final de

¹³⁷ Os respondentes com cadastro 87 e 97 sempre enviam representantes, mas também vão uma vez no final de semana e durante a semana, respectivamente. Alguns respondentes vão ao mesmo tempo durante a semana (22,

semana, ou sempre contratou um “representante”. Durante a semana havia uma prevalência maior de pessoas remuneradas do que de mutirantes ou de parentes.

Quadro 9 Resumo da caracterização da participação na construção das casas

Aspecto observado	Entrevistados em valor absoluto	% do total dos entrevistados	% entre os que vão durante a semana
Quanto à participação na construção das casas			
Vai sempre	25	0,36	
Vai às vezes	30	0,43	
Sempre envia representante	15	0,21	
Frequência da presença na obra			
Durante a semana			
1 vez	6	0,09	0,21
2 vezes	10	0,14	0,34
3 vezes	6	0,09	0,21
5 vezes	7	0,10	0,24
subtotal	29	0,41	
Fim de semana			
0 vezes	29		
1 vez	15	0,21	0,43
duas vezes	18	0,26	0,51
não respondeu	2	0,03	0,06
subtotal	35	0,50	
Recebeu advertência			
Sim	9	0,13	
Não	58	0,83	
Quantas			
0	28	0,40	
1	7	0,10	
2	1	0,01	
não respondeu	34	0,49	
Deve horas			
Sim	33	0,47	
Não	35	0,50	
não sabe	1	0,01	
Tem horas a mais			
0	1	0,01	
Sim	19	0,27	
Não	48	0,69	
não sabe	1	0,01	

Fonte: Sistematização de pesquisa realizada e tabulada pelo Programa Conexões de Saberes de 09 a 11/2008.

O Quadro 10 apresenta a caracterização da participação dos mutirantes na obra, segundo a pesquisa realizada pelo Programa Conexões de Saberes.

Para facilitar o cumprimento das horas e participar do sorteio, foi criado o sistema de ‘metas’: era atribuído um determinado número de horas para os serviços de escavação da fundação, preparação da ferragem da fundação, madeiramento da coberta, cobertura da casa. Quem atingisse a ‘meta’ contabilizava maior número de horas do que sob a forma de “diária”. Houve grande mobilização nos finais de semana para cumprir as horas com as “metas”. Muitos mutirantes trouxeram amigos e parentes para trabalhar para eles.

30 e 74). O mutirante de cadastro 19 às vezes trabalha, mas não se encaixou em nenhuma situação. E, finalmente, os que não declararam nada, como o 101 e o 105, o que explica uma aparente contradição (Apêndice H).

Quadro 10 Caracterização da participação dos mutirantes na obra

Quant	Sempre	Às vezes	Sempre envia representante	Durante A semana				Fim de Semana			
	Trabalha	trabalha		1 vez	2 vezes	3 vezes	5 vezes	nenhuma vez	1 vez	2 vezes	??
1	5	2	8	5	3	36	10	4	2	13	101
2	10	3	35	22	4	41	13	5	3	22	105
3	11	4	38	30	12	65	25	8	7	25	
4	13	7	39	74	16	68	31	17	10	27	
5	22	12	42	97	17	84	43	19	11	28	
6	25	16	50	123	45	114	56	26	16	30	
7	27	17	58		46		113	31	45	32	
8	28	19	68		67			35	74	33	
9	31	21	80		104			36	85	37	
10	32	26	87		116			38	87	40	
11	33	30	90					39	104	43	
12	36	37	93					41	109	44	
13	41	40	95					42	114	84	
14	43	45	97					46	123	107	
15	44	46	99					50	127	110	
16	57	56						56		112	
17	65	62						58		113	
18	71	67						62		115	
19	75	72						65			
20	105	74						67			
21	109	78						68			
22	113	84						71			
23	115	85						80			
24	116	101						90			
25	123	104						93			
26		107						95			
27		110						97			
28		112						99			
29		114						116			
30		127									

Fonte: Adaptação da autora da Pesquisa realizada pelo Programa Conexões dos Saberes, UFPE, 2009.

Muitos doaram horas trabalhando até às 22h nas ‘metas’ para uma beneficiária, que descobriu ter um câncer depois de começado o mutirão.¹³⁸ Esse é um caso em que a gravidade da situação e a necessidade do outro deflagrou a solidariedade com maior intensidade do que na maioria das situações, que se classifica como dádiva de necessidade. Ela não havia atingido 900 horas para o sorteio, mas todos concordaram que participaria, assim como um deficiente visual, uma solidariedade do grupo para com eles, os primeiros sorteados.

Amigos e conhecidos nos finais de semana trabalharam gratuitamente na construção das casas e no acabamento – pintura, piso, grade, etc. Como retribuição, a dona da casa preparava um almoço coletivo para comemorar e agradecer a ajuda recebida.

¹³⁸ Quando estava internada em hospital próximo ao local das casas, olhava e dizia às pessoas: “a minha casa está sendo construída ali”. A realização do sonho da casa própria lhe dava forças para lutar contra a doença.

Voluntários e militantes vinculados ao MLB também se mobilizaram para trabalhar nos finais de semana, nos “Mutirões Vermelhos”, sem destinação específica das horas para determinada família, mas para o mutirão como um todo. (Figura 27)

A estratégia de sortear as casas antes de estarem concluídas foi em função da crise do projeto, de 01 a 03/2008, com menor presença na obra e menor total de horas. A Associação decidiu realizar o sorteio das casas para estimular a participação e para fazer justiça a quem atingiu 900 horas, o que mudou a frequência dos mutirantes, principalmente de quem devia horas.

Foi feito o levantamento das famílias que haviam atingido as 64 horas em cada mês e pago as TRs e o seguro. Com base nesses critérios, foi estabelecida uma pontuação, que, a princípio, excluía quem não estivesse nesses dois critérios. No Anexo C, encontra-se a classificação por ordem decrescente segundo o número de horas de cada beneficiário para o primeiro sorteio. Os critérios, definidos em assembleia, para a participação no sorteio foram: i) estar em dia com o pagamento das TRs mensais e o seguro, ii) ter cumprido as 64 horas mensais todos os meses, e iii) maior número de horas trabalhadas, sendo o mínimo de 900 horas. Esses critérios provocaram uma “corrida” para cumprir as horas de (agosto a outubro, Anexo E). O primeiro sorteio, em 19/10/08, classificou os seguintes grupos:¹³⁹

- 1) Desempenho excelente – 20 mutirantes com maior número de horas contabilizadas;
- 2) Desempenho bom – mutirantes com mais de 1.100 horas;
- 3) Desempenho regular – mutirantes que possuíam entre 900 e 1.100 horas;
- 4) Desempenho ruim/fraco – os mutirantes com menos de 900h, que participaram de um segundo sorteio em 01/11/08.
- 5) Participantes não sorteados – foram-lhes dadas outras chances para completarem as 900h e participarem de outros sorteios.

O segundo sorteio objetivou a contabilização de 900 horas. Foram realizados outros sorteios até ser finalizada a entrega de todas as casas. Alguns mutirantes, mesmo tendo sido sorteados, não compareceram para concluir suas casas e tiveram de ser chamados, sob pena de desligamento do projeto e perda da casa. Pediram um prazo e resolveram a situação.

De maneira geral, os entrevistados constataram uma mudança no comportamento de muitos mutirantes, que no início ofereciam resistência para cooperar; no entanto, no decorrer da obra,

¹³⁹ Um deficiente visual, uma portadora de câncer e idosos com mais de 65 anos entraram no sorteio.

participaram dela e mostraram-se solidários. Quando terminavam um serviço, buscavam ajudar quem não havia terminado. Apesar da solidariedade no processo de construção coletiva, foi essencial a estratégia do sorteio para acelerar o cumprimento das horas.

Foram percebidos quatro diferenciais expressivos na condução do mutirão e nas relações entre as pessoas que contribuíram para as conquistas alcançadas:

1. A presença das instituições ligadas a movimentos sociais, como o MLB e a CMP,¹⁴⁰ bem como a formação e a militância política dos líderes contribuíram para a preocupação com o coletivo e para enfrentar disputas políticas e conflitos, o que propiciou uma forte base política e organizacional ao projeto;
2. A história de luta por moradia da comunidade e a presença do MLB e da CMP deflagraram mobilizações que envolveram de 20 a 60 pessoas em reuniões com instituições públicas;
3. A estrutura necessária a um mutirão – regras, compromissos, contrato e mobilização em torno de um objetivo comum – potencializa a ocorrência de dádiva e solidariedade;
4. O trabalho social realizado pelo Programa Conexões de Saberes¹⁴¹ consolidou os princípios de convivência, respeito ao outro e solidariedade, importantes para o êxito do projeto.

Os condicionantes desse projeto-piloto foram diferenciais significativos nas conquistas alcançadas: a conclusão das casas, o fortalecimento das relações entre as pessoas e as expressões de dádiva e solidariedade.

Um dos princípios defendidos por Durkheim, de que o todo é maior do que a soma das partes, foi essencial para o êxito do projeto, porque o espírito coletivo superou os interesses individuais. Mesmo com expressões localizadas de individualismo egoísta, os pactos coletivos prevaleceram. As famílias seguiram as regras – o regimento, o pagamento mensal da TR e do seguro e a carga horária determinada. Quem não cumpriu seus compromissos foi excluído.

Dois aspectos presentes no pensamento de Durkheim – a prevalência do coletivo em relação ao individual e os aspectos normativos que regem a conduta dos grupos, como os compromissos, pactos e acordos coletivos em detrimento dos interesses individuais – foram a base para o sucesso do projeto. Caso houvesse prevalecido o pensamento individualizado e

¹⁴⁰ Não é o foco da tese discutir os movimentos sociais e as instituições envolvidas na luta pela moradia, mas estas duas instituições têm grande representatividade política nessa luta.

¹⁴¹ Foram realizadas diversas oficinas na fase de cadastramento, elaboração da convenção do condomínio, regulamento interno, regulamento do mutirão, com temas como: organização do trabalho coletivo, direito à moradia e à cidade, vida em comunidade, além de oficinas de capacitação.

não houvesse o cumprimento das normas, provavelmente as casas não teriam sido concluídas com tamanho êxito. Os princípios defendidos por Durkheim são de fundamental importância na implementação de projetos de caráter coletivo, que exigem compromissos, pactos e acordos com o grupo, em detrimento do indivíduo.

Em relação à dádiva, muitas foram as situações de circulação de dádiva e de solidariedade durante o processo de construção das casas. Dádiva de ajuda mútua, dádiva de aproximação, dádiva de necessidade, dádiva de amizade ou parentesco, e até dádiva de contemplação da casa e do lugar em que mora, a satisfação de ter construído a casa, de ter uma casa.

A participação na construção fortalece o sentimento de pertencimento ao lugar e a ocorrência de manifestações de dádiva e de solidariedade, desde os moradores de assentamentos espontâneos, que constroem as casas uns dos outros por ajuda mútua, até a solidariedade dos Pedreiros Solidários e dos mutirantes do Projeto Dom Helder. Tudo isso é evidência de que a autoconstrução e a ajuda mútua, ou até o próprio mutirão, são possibilidades de construção de casas e de produção do lugar que agregam as pessoas, que fortalecem os vínculos entre elas, porque as incluem de forma ativa na produção da casa e do espaço em que moram. Essas formas levam a um maior vínculo com a casa e com o lugar que ajudaram a construir, o que vai aumentar as possibilidades de cuidado e de sua conservação.

Mais uma vez, as duas modalidades de dádiva em relação ao ambiente construído ocorreram. A dádiva talento que se materializa no prazer da contemplação pelos atributos que o bem casa pode proporcionar: conforto, satisfação, bem-estar, abrigo, ter um lugar seu, para repousar e a dádiva de cuidado do lugar. Essa última ainda encontra-se mais restrita ao cuidado da casa. Todavia, constata-se distintas manifestações de cuidado com a casa. Há quem busque uma maior integração com a rua e com os vizinhos e há quem busque um maior isolamento com o exterior, semelhante aos padrões dos altos muros que as casas da classe média costumam ter. No entanto, mesmo com movimentos e gostos distintos, observa-se uma dinâmica clara de personalização e de criar uma identidade própria para cada casa. (Figuras 28, 29 e 30)

Todo esse processo de reforma e tratamento das casas merece estudo futuro, pois pode trazer maiores pistas sobre a relação que a construção das casas em mutirão pode ter com o lugar.



A, B e C – Fase de acabamento
 D e E – Tratamento da fachada
 F e G – Detalhes de tratamento estético do jardim
 H – O sonho da casa própria

Figura 28 Fase de acabamento e cuidado com a casa



- A – A finalização da construção
- B – A mudança
- C – Tratamento estético de fachadas
- D – Grade e cuidados estéticos
- E – Pertencimento ao lugar
- F – Decoração individualizada

Figura 29 Sinais de laços com o lugar



- A – Vista geral após a ocupação
 B – Muros que se integram com os vizinhos
 C – Muro que se integram à rua
 D, E e F – Ampliações que maximizam a ocupação do terreno da casa
 G e H – Tratamento estético do jardim integrado à rua

Figura 30 Apropriação do lugar pós-ocupação

9.5 A EFICÁCIA DA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL

Foi visto como a (in)eficácia de uma política pública pode estar associada a situações inibidoras ou facilitadoras de solidariedade e de dádiva, sob a ótica dos beneficiários.

Para analisar a eficácia de uma política pública de modo mais abrangente, há que se analisar, se o problema a ser resolvido foi mesmo resolvido, se os usuários estão satisfeitos, como foi a relação custo-benefício e o seu potencial multiplicador. Não houve interesse em fazer uma análise dessa natureza. Foi analisada a aceitação dos moradores, os rebatimentos da política, ou, mais especificamente, do projeto habitacional, como facilitador ou inibidor de manifestações de solidariedade e dádiva.

São três tipologias habitacionais distintas: a casa térrea, no Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, o apartamento, em um bloco tipo caixão de quatro pavimentos, no Conjunto Abençoada por Deus, e a tipologia de uma casa térrea com outra no primeiro andar, em Vila Independência. Esta última foi estudada como uma ocupação, pois assim o era no momento das entrevistas e do grupo focal. No entanto, há evidências de que essa tipologia é mais aceita.

Em uma análise superficial de custos, o financiamento que os moradores do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara assumiram com a Caixa foi de pouco mais de R\$15.000,00, na época, agosto de 2008, sem os custos do terreno e da infraestrutura, que foram assumidos por outros órgãos. A casa vai ser paga em 20 anos, com prestações no valor de R\$100,00, valor inferior ao que se pagaria pelo aluguel de um imóvel. Um apartamento no Conjunto Abençoada por Deus era estimado em aproximadamente R\$25.000,00, na mesma época da casa do mutirão de Dom Helder. A unidade habitacional de Vila Independência está orçada em R\$30.000,00 sem infraestrutura, e em R\$34.000,00 com os custos de infraestrutura e têm como fonte a Tabela da EMLURB, cujos preços são também de 2008.

Não se entrou no mérito de fazer uma comparação dos custos das três unidades habitacionais, porque seria preciso consultar as bases e preços unitários em que os orçamentos foram feitos, para que a comparação fosse realizada segundo os mesmos parâmetros. O que se quer salientar é que a casa do Condomínio Dom Helder, sem sombra de dúvida, é a que possui uma relação custo-benefício mais vantajosa, além de ser a tipologia habitacional que todos preferem, e poderá oferecer ganhos no longo prazo, com as possibilidades de ampliação. Em uma casa poderão morar duas famílias, com a construção de mais um pavimento.

Em termos de administração da construção, Abençoada por Deus e Vila Independência são construções realizadas por uma construtora. O Conjunto Residencial Dom Helder Câmara foi construído por autogestão, com a administração direta da AHPNE, em um processo de mutirão, contando com cerca de 64 horas de trabalho/mês de cada família. É aí onde reside o grande diferencial em termos de custos da unidade final. Além de terem conseguido parcerias, como a doação do terreno e a não incidência dos custos de infraestrutura (abastecimento d'água, esgotamento sanitário, o muro, etc.), não incidiu o lucro, ou BDI, previsto em qualquer processo de licitação. Então parece que, em termos de relação custo-benefício, o modelo de Dom Helder é o mais vantajoso. Além do aspecto relevante de grande satisfação por parte dos moradores com a unidade habitacional térrea, deve-se salientar o ganho proporcionado por ter-se adotado o mutirão como estratégia de construção.

Não será avaliado o processo de produção de casas por construtoras, por já ser demais conhecido e consolidado e, na maioria, não envolve os beneficiários no processo. Será discutido o mutirão como solução habitacional. Até porque na sua forma mais orgânica de ajuda mútua por autoconstrução, ou em um formato mais organizado como o mutirão de Dom Helder, oferece produtos melhores e mais baratos quando se trata do bem casa.

Portanto, diante do texto "O Vício da Virtude",¹⁴² de Francisco de Oliveira, dada a contundência e a força de suas reflexões em relação à autoconstrução e ao mutirão como formas de produção habitacional, alguns pontos merecem maior discussão. Oliveira (2006) critica a universalização do mutirão como solução habitacional, pois essa solução parte do pressuposto de "que a maior parte da força de trabalho esteja desempregada e possa, portanto, utilizar as horas de folga para construir a própria habitação" (*ibid.* p. 72). Defende a inclusão do item habitação na composição do custo de vida para o trabalhador, uma vez que hoje esse item pouco conta na composição, pois dessa forma o "capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário." Sob essa ótica, argumenta ele que a autoconstrução se torna "um mecanismo de acumulação primitiva de capital, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital" (*ibid.* p. 68). Para o autor, ao transformar o mutirão em política oficial o nível da contradição é rebaixado. "Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores" (*ibid.* p. 72).

¹⁴² Este texto foi apresentado à pesquisadora por Antônio Jucá Filho, o qual foi de grande valia na discussão neste item, bem como as reflexões do próprio texto desse autor (JUCÁ, 2010).

Argumenta também que, como a casa autoconstruída não tem valor de troca, não existe um mercado de casas nas classes populares: “Mercado Imobiliário no Brasil só existe da classe média para cima. Nas classes populares, não existe. [...] porque você está de posse exatamente daquilo que não é mercadoria. A casa não pode ser trocada, não tem valor de troca, tem apenas valor de uso, a finalidade de habitar” (OLIVEIRA, 2006, p. 72). Esses são os principais itens a respeito dos quais buscar-se-á contribuir com um visão distinta.

O primeiro aspecto a salientar é que não se considera que a teoria do valor de Marx possa ser aplicada “*stricto sensu*” à habitação, na medida em que existem outros valores associados, como o reconhecimento do ator e sua família, gerado pela construção de uma casa, espelho de um desejo coletivo e que, portanto, não pode estar reduzido à lógica do capital-trabalho. Em termos de dádiva, pode-se pensar no valor da pessoa que surge do resultado de um bem que circula para valorizar o grupo de pertencimento, mas que não é quantificável.

Portanto, não se compreende a habitação apenas como um bem, cujo maior valor seja o de troca. Nessa pesquisa, a casa é entendida como o lar, e possui, assim, uma forte carga de subjetividade, valor afetivo, emocional e simbólico, o que é demonstrado nos inúmeros depoimentos. É também abrigo e está associada a segurança, bem-estar. Para ser percebida como lar, seu entorno tem de oferecer as condições de pertencimento ao lugar. Para tanto, é primordial que quem more neste lugar tenha participado de sua produção, de sua construção. Assim, a autoconstrução aparece como uma solução que a população encontrou para resolver seu problema de moradia, na ausência de uma política pública habitacional eficaz.

A argumentação construída no início desse capítulo e todo o referencial teórico para a discussão do lugar, com Milton Santos e Ana Fani Carlos, esteve fundamentada na compreensão de que a não participação do morador na construção de sua casa pode produzir espaços alienados, com os quais não se identifica.

Os sentimentos de identidade, familiaridade, conforto, bem-estar, pertencimento ao lugar também agregam valores intangíveis que nenhum mecanismo de cálculo jamais poderá contabilizar. Portanto, a compreensão de casa vai muito além de um bem de consumo, que vale pelo seu valor de troca. Na percepção da pesquisadora, para uma política pública habitacional ter êxito não é esse fator que deve ter preponderância, mas todos os aspectos subjetivos associados à identidade e ao pertencimento ao lugar, os quais caracterizam o valor de uso que deve estar associado ao bem casa. Exemplo disso são os apartamentos construídos pelo poder público – a exemplo do Conjunto Abençoada por Deus –, que possuem qualidade

técnica e supostamente alto valor de troca, mas são vendidos por um terço do preço avaliado, pois os moradores o receberam de graça e não se sentem satisfeitos com a moradia. Pequeno é o valor de uso que lhes atribuem. Por isso, o item habitação deve ser incluído na estimativa do custo de vida do trabalhador. No entanto, é necessário prever formas de subsídio público, não somente de juros zero, pois a capacidade de pagamento dessa população é quase zero – no caso, 70% ganham até um salário-mínimo. Em Vila Independência, esse percentual cresce para cerca de 90%, então o pagamento da prestação deve ter o caráter de valor simbólico.

John Turner também argumenta sobre a qualidade da autoconstrução quando comparada aos programas governamentais e salienta que os aspectos vitais associados à moradia não são quantificáveis de maneira alguma, e que o mais importante resultado a ser buscado em qualquer atividade humana é a satisfação ou frustração no atendimento das necessidades: “[...] *the vital aspects of housing are not quantifiable at all. The most important “product” of any human activity is, of course, the satisfaction or frustration of needs*” (TURNER, 1972, pp. 151-152).¹⁴³

Daí seu grande valor de uso, que pode trazer ganhos indiretos, associados à saúde física e psicológica, como bem-estar, tranquilidade, repouso para se renovar do estresse cotidiano. No entanto, é natural que um bem que pode ter em si um alto valor de uso deve possuir também valor de troca. A complexidade que circunda o mercado informal de lotes e de habitações nos assentamentos espontâneos é tratada nos estudos de Abramo (2007; 2009) e Lacerda & Morim (2009), os quais demonstram a importância do mercado imobiliário informal de habitação – aluguéis e comercialização – em áreas pobres. Particularmente esse último aponta dados relativos à Região Metropolitana do Recife, numa clara evidência de que existe um mercado imobiliário informal de habitações em áreas de baixa renda. No entanto, não foi aprofundada essa discussão por fugir ao objetivo desta tese.

Jucá (2010) também salienta que não é a transformação da habitação popular de valor de uso em valor de troca que pode conduzir a transformações estruturais. A capacitação de mão de obra, a organização local e a urbanização são estratégias que devem ser consideradas. Aponta ainda outros pontos que ele contrapõe à argumentação de Oliveira (2006), como: i) o mutirão não necessariamente pode estar associado à urbanização de favelas, mas também contribuir para a reconstrução de bairros populares; ii) o que é tecnicamente aceito pode não ser socialmente aceito (FIORI; RAMIREZ, 1992); iii) padrões técnicos mínimos podem não ser

¹⁴³ Os aspectos vitais da habitação não são de modo algum quantificáveis. O mais importante produto de alguma atividade humana é, certamente, a satisfação ou frustração das necessidades.

socialmente adequados (JUCÁ, 2006 *apud* JUCÁ 2010); a estética é um atributo cultural e ideológico de classe; e, finalmente, as especificidades da construção habitacional tornam incompatíveis e incomparáveis os índices de produtividade no trabalho nesse setor da construção com os índices de produtividade obtidos na indústria automobilística, como sugere Oliveira (2006).

Quanto ao argumento de que o mutirão seleciona pela exclusão, ou seja, para funcionar os beneficiários devem estar desempregados, no caso específico do Projeto Dom Helder Câmara, tal fato não foi constatado. O depoimento da moradora que abre o item sobre o mutirão de Dom Helder Câmara ilustra bem como encontrou uma solução para essa dificuldade. Mesmo quem estava trabalhando no período de construção encontrou uma maneira informal de resolver a sua impossibilidade de estar presente no canteiro de obras. Terceirizaram esse serviço pagando parentes, amigos, (des)conhecidos para trabalharem em suas casas, e foi criada a figura do “representante”. Esse mecanismo incluiu muitas pessoas que se encontravam desempregadas e com dificuldade para serem absorvidas pelo mercado, mesmo com uma remuneração simbólica.

No entanto, parece haver certo consenso de que o mutirão gera um sobretrabalho para o futuro morador que, além de trabalhar durante a semana, tem de dedicar horas à construção de sua casa, horas que poderiam ser dedicadas ao lazer ou à família. Todavia, essa forma de construção também pode promover a união entre os moradores e fortalecer os vínculos com a moradia e com o lugar, como ocorreu no Projeto Dom Helder Câmara. O fato de ter sido executado por autogestão – recursos e obras –, em que foram de fato protagonistas em todo o processo, fortaleceu a capacidade e a autonomia dos líderes, das famílias e do movimento de luta pela moradia e se capacitaram para reproduzir a iniciativa em outros locais.

Todavia, também se considera temerária a universalização do mutirão como solução habitacional. No entanto, o mutirão do Projeto Dom Helder pode ser visto como exitoso, principalmente no que diz respeito à qualidade da casa, custo, satisfação dos moradores e fortalecimento dos laços sociais entre os grupos de pessoas. Os sinais de pertencimento ao lugar também já são visíveis, havendo a necessidade de uma investigação mais aprofundada pós-ocupação.

Quanto à avaliação da eficácia do projeto para os moradores, os depoimentos que atestaram a eficácia da política pública foram majoritariamente do Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, pois, em Vila Independência, no momento das entrevistas, estavam morando no

assentamento espontâneo, e em Abençoada por Deus, quando há a aprovação do projeto, sempre está associado ao fato de terem a casa própria.

No Projeto Dom Helder Câmara, a união no início da obra é mencionada em vários depoimentos. No entanto, as dificuldades de realização da obra e a rivalidade entre os grupos políticos acirraram os desentendimentos.

Um morador, mesmo opositor ao grupo do MLB/PCR, fala com orgulho do projeto: “Aqui foi tudo planejado. A gente trouxe a Universidade Federal pra trabalhar também, ao redor do condomínio tem áreas verdes, [...] já pensando nas crianças, tudo foi bem elaborado. Eu acho que é um projeto que tem futuro.” (Roberto, DH) Ele aprendeu a construir durante a obra, o que proporciona aos participantes geração de renda, além da casa e sua manutenção.

Doavam [horas], mas não era todo mundo que doava. [...] Eu aprendi aqui. Hoje eu não preciso de ninguém pra levantar o muro da minha casa. Aprendi a sentar tijolo, fazer base, aqui, com o engenheiro, com os meninos. Muita coisa a gente aprendeu aqui, na prática mesmo. As famílias aprenderam. Muitas casas eu acho que as famílias levantaram. (Roberto, DH)

A comparação que ele faz em relação ao Conjunto Abençoada por Deus revela o êxito enquanto exemplo de um projeto habitacional eficaz:

[...] esse Programa Projeto Solidário é um dos maiores programas que o governo fez até hoje, é um programa voltado para o pobre, para a baixa renda e que dá caráter, dá honestidade às pessoas, levanta sua autoestima, não é uma casa doada. Então você vê esse conjunto aqui e vê o Abençoada por Deus; lá é uma favela [...] aqui não, aqui é um condomínio [...]. Aqui nós tivemos acompanhamento da universidade, então a gente sabe o que é... [...] Dar valor. (Roberto, DH)

A construção das casas também possibilitou o surgimento de um mercado informal de construção, com o serviço de lanches, de água. O coordenador do projeto avalia:

[...] se você levar em consideração que você vai pagar em vinte anos, sem juros, ela não é tão cara. E se eu fosse pagar aluguel? Eu vou pagar aqui cem, mas vou pagar do que é meu. [...] Você não vai pagar juros [...] só a correção monetária; vai aumentar um real por ano, depois começa a baixar [...] não considero caro. [...] ninguém consegue uma casa dessas por cem reais, com toda a infraestrutura, saneamento. (João, L, DH)

O sentimento de orgulho e de satisfação em diversos moradores é evidente. No dia do sorteio, todos estavam muito contentes, até quem fazia oposição estava com o sentimento de ter realizado algo: o sonho da casa própria. Eles estão apenas começando a pagar, mas esse sentimento já se instala a partir do momento em que passam a morar na casa.

Para essa moradora, quando se é solidário se recebe a solidariedade de alguém. Ela está muito feliz na sua casa e agradece por quem lutou para que isso acontecesse:

A solidariedade quando você se dispõe, ela vem a você também. É assim que eu cheguei a essa mansão, mas também uma cabaninha construída com as minhas mãos. Com as minhas mãos e as de Deus. Sou grata a esse povo. Eu peço todo dia a Deus que aqueles que lutaram para que hoje eu fosse merecedora, que eles também encontrem alguém que lute por eles e batalhem por eles também. Porque todos são filhos de Deus [...] e todos têm direito a uma casa. (D. Eloísa, DH)

Durante a obra, ela conheceu uma outra moradora e a “adotou” como filha. A filha ‘de consideração’ não tinha mãe e ela não tem filha biológica, mas tem outras ‘de consideração’, inclusive netos de uma outra filha. Ela conta com grande beleza como, durante a construção da casa, aproximou-se e ‘assumiu’ a maternidade dessa nova filha.

Aí quando eu cheguei nessa área aqui que comecei a despertar pra outras coisas, aí a gente começou a conversar religião, vida, trabalho, construindo as casas, carregando concreto, montando o esqueleto. Eu notava ela muito triste, como se fosse uma pessoa muito só. Depois disso a gente começou a conversar, foi fortalecendo a amizade, nossa história é muito parecida: foi criada já na casa dos outros também. Interessante que ela me disse que já tinha pedido pra 2 senhoras adotarem ela [...] era no coração, companhia, carinho. [...] Quando ela disse aquilo, parece que foi uma flechada no meu coração, ‘se for por falta de mãe, pois já tem uma!’ Aí nasceu essa amizade, graças a Deus, e eu tenho um carinho muito grande por ela. (D. Eloísa, DH)

Ela ‘antes’ não tinha casa. Fazia um rodízio entre cinco casas. “Eu morava na casa dos meus amigos e no meu trabalho durante a semana, até o sábado. Eu morava na casa desse casal nos finais de semanas. [...] Depois fiquei de casa em casa, final de semana num, final de semana noutro.” (D. Eloísa, DH) A casa parece ser um marco na vida dela.

Eu faço assim, como se eu pudesse me dividir: me vejo ‘antes’, ‘durante’ e ‘depois’ [da casa]. ‘Antes’ eu era apegada ao espírito de luta, mas muito insegura. Foi de um aprendizado, um amadurecimento espetacular! ‘Hoje’ [o depois] eu me sinto dona de mim. Claro que ninguém muda do dia pra noite, mas você vai sentindo sua própria base com mais firmeza. ‘Antes’ eu era tão insegura que não confiava em mim, só no que o outro dissesse [...] eu já fui no Hiper Bompreço fazer minha feira sozinha. [...] Eu cheguei aqui orgulhosa de mim! Esse aprendizado que não cessa nunca e vai perdurar sempre, sempre. Porque tolo é aquele que acha que sabe de tudo. Somos todos aprendizes. (D. Eloísa, DH)

Antes ela sentia-se como “Uma planta aquática, porque uma planta terrestre ela desenvolve as raízes. Era muito angustiante, mas tudo tem uma razão de ser, né. Eu vejo como um estágio de aprendizado pra mim e graças a Deus hoje eu posso dizer que estou colhendo o fruto desse estágio.” (D. Eloísa, DH) Mas reconhece as dificuldades enfrentadas e que para a obra ter sido concluída alguns tiveram que trabalhar por outros. Conseguiram finalizar e já demonstram o sentimento de pertencimento ao lugar. Ela explica como foi ‘o durante’ a construção da casa:

‘Durante’ foi justamente o espírito de luta ali. A obra teve muitas dificuldades, muitos impecilhos [...] mas eu não compreendia como é que alguém queria chegar e barrar uma obra se a conclusão da casa só podia chegar ao término se a gente continuasse trabalhando, cumprindo as horas? Ver como está hoje, e ainda tem coisa pra melhorar. O professor é o tempo. [...] Pra mim teve um desgaste. Porque na realidade, muitos dos que estão morando aqui não trabalharam, mas a obra foi concluída. Eu não vou ser modesta: tenho todo orgulho, Deus me dê licença, trabalhei, batalhei e tô muito satisfeita.

O sinais de satisfação e de pertencimento ao lugar já são visíveis em diversas casas. O cuidado que muitos estão dispensando às suas casas já pode ser notado, nos jardins, plantas e nos objetos decorativos e de valor afetivo dispostos na frente das casas. (Figuras 29 e 30)

9.5.1 CONJUNTO HABITACIONAL ABENÇOADA POR DEUS: A NEGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR E DA MORADIA¹⁴⁴

São muitos os exemplos de remoções e relocações de moradores de favelas para conjuntos de apartamentos que não atingem o principal objetivo: resolver o problema de moradia dos envolvidos no projeto. O alto índice de repasse e de aluguel dos apartamentos, bem como a insatisfação dos moradores com as soluções, são algumas das evidências de problemas a serem equacionados.

Buscou-se compreender os moradores do Conjunto Abençoada por Deus segundo seus conceitos e forma de ver o mundo, as transformações sofridas em suas vidas ao se mudarem para o conjunto habitacional. Uma mudança não somente de lugar, mas de estrutura de espaço doméstico, de relações espaciais com vizinhos, de formas de controle social, de vida econômica, com rebatimentos em como se veem no mundo e nele constroem sua felicidade.

Estar morando nos apartamentos dá a condição de ter uma casa. Nessa situação não foi a política pública considerada eficaz, mas simplesmente ter conseguido realizar o sonho da casa própria. Tal foi a avaliação de vários moradores que rejeitam o conjunto habitacional, mas consideraram positivo ter recebido o apartamento. Diz uma participante do grupo focal: “A coisa mais importante da minha vida foi esse apartamento, que eu nunca tive na minha vida, aí pra mim é emoção mesmo. Eu saí beijando do térreo até o segundo andar. [...] Beijando o chão [...] foi a coisa mais importante que Deus me deu.” (Lúcia, FM, AB) Esse depoimento

¹⁴⁴ As reflexões desse tópico também foram advindas do artigo “Valores Culturais e Possibilidades na Produção do Lugar: Entre a Favela e o Conjunto de Apartamentos: O Caso de Abençoada por Deus, Recife”, (ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2011), a ser apresentado no XIV ENANPUR, Rio de Janeiro, maio de 2011.

mostra o quanto foi importante para ela receber o apartamento e, mesmo que não goste do conjunto habitacional, receber sua casa foi motivo de muita alegria. Uma outra moradora gosta do apartamento e declara que sua vida mudou para melhor, mas a aprovação da política está associada à casa própria, à rejeição da moradia na favela, e por ter sido de graça. Portanto, cabe uma avaliação desse projeto, a qual possa vir a subsidiar outros projetos habitacionais e até a própria política habitacional.

[...] eu acho bom porque é meu [...] eu não posso dizer que é meu porque, documento eu não tenho. [...] Foi um sonho porque eu morei já em outras favelas lutando por uma casa e não consegui. [...] Muita gente reclama; outras acham melhor favela. Eu não. Deus me livre morar mais em favela [...] pra mim foi um sonho, eu acordava de manhã, aí meu Deus, será que é meu mesmo? Eu estou aqui mesmo? Sou eu mesmo? Era. [...] Mudou muito a vida. Pra melhor. (Luzia, AB)

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à produção do lugar. Aí reside uma grande diferença. Na antiga Comunidade Abençoada por Deus, eles construíram suas próprias casas, da forma que queriam, de acordo com suas necessidades e nos limites de suas possibilidades.

Na nova moradia, não participaram da construção do lugar. Na favela, quase 90% dos moradores realizaram benfeitorias nas suas casas, participando ativamente da construção, o que fortalece o vínculo e o amor ao lugar. A casa foi construída por partes, com economias do orçamento familiar, com a doação de material, por vezes das patroas das domésticas.

O segundo aspecto, a definição do arruamento e o parcelamento dos lotes na favela não seguiu o modelo tradicional e reticulado dos projetos urbanísticos da “cidade formal”. As ruas eram estreitas e sinuosas, com alta densidade de ocupação do solo.

Em uma análise sobre os hábitos de moradia em casas de favela, Monteiro (1997) identifica o papel fundamental que o espaço doméstico desempenha para as mulheres. O barraco é aberto e os cômodos são definidos para possibilitar à dona de casa desempenhar suas múltiplas tarefas e promover condições de sociabilidade e controle sobre o entorno da casa. Cozinhar e lavar roupa são atividades feitas onde se tem a visão da rua, onde as crianças brincam, onde se vê os vizinhos que passam e onde notícias e novidades são compartilhadas informalmente.

Os dois aspectos físicos de produção do lugar, referentes à unidade habitacional e à morfologia do conjunto, têm consequências de diversas naturezas e expressam valores culturais, possibilidades, oportunidades e visão estratégica que se refletem em ganhos materiais e imateriais associados:

- A casa térrea é preferida ao apartamento como solução habitacional por possibilitar ter jardim, quintal e contato direto com o exterior, com a rua, além de se poder criar animais e ter um maior contato com a natureza. No entanto, a privacidade é preservada por muros; o apartamento gera uma sensação de confinamento, de estar preso;
- O sentimento de segurança era maior, devido ao traçado de ruas tortuosas, o que promove grande controle. A organicidade oferecia segurança contra a entrada de estranhos no local, além de haver um vigia comunitário que os protegia;
- No caso das mulheres, a estrutura da moradia, aberta ao entorno, permitia o desenvolvimento de múltiplas tarefas, além de promover condições de sociabilidade e controle sobre o ambiente imediato à casa;
- O sentimento de comunidade era maior e as práticas de sociabilidade e solidariedade mais intensas, devido a uma maior proximidade dos vizinhos.

Por outro lado, a situação da antiga favela, inserida em um bairro de classe média, oferecia outras facilidades:

- O entorno garantia diversas oportunidades de trabalho – biscates e prestação de serviços – permanente e temporário, com ganhos para a renda familiar, no próprio bairro;
- Maior oportunidade de comércio e lazer, com a proximidade do *Shopping Plaza*, o *Carrefour*, o Hipercenter Bompreço, o Parque da Jaqueira, o Parque Santana e um campo de futebol.

A natureza “informal” e a precariedade da favela também permitiam a existência de mecanismos também informais que oferecem ganhos indiretos em termos de renda:

- A informalidade das instalações de água e de luz permite que muitas vezes não se pague essas contas ou se pague a taxa mínima;
- A assistência social de igrejas e de instituições filantrópicas, com a distribuição de cestas básicas, alimentos, roupas, outros objetos, por vezes de forma sistemática.

As características físicas da favela refletem os valores culturais e as possibilidades dos moradores na produção do lugar e estão repletas de estratégias criativas de sobrevivência para se adequar aos limites e às condições de que dispõem. Mesmo com a precariedade peculiar a uma favela – casas de madeira ou rejeitos e sem infraestrutura – eles conseguiram “construir

um lugar” que os faz sentir-se “comunidade”, tanto é que a grande maioria se sentia “mais comunidade” antes, a maioria gostava mais de onde morava, a maioria preferia morar em uma casa. Todos esses fatores contribuem para um maior sentimento de pertencimento ao lugar.

A tipologia de apartamentos, com cômodos fechados e sem visão para os espaços de transição e movimento, sem interface pública, implica a impossibilidade de replicar hábitos e atividades da vida anterior que constroem a felicidade em vidas marcadas pelo enfrentamento de tantas dificuldades (MONTEIRO, 1997).

Moradores declararam que não opinaram em nada, nem no desenho urbanístico, nem no projeto de arquitetura, apenas na escolha da cor do bloco, mais um aspecto que pode contribuir para a rejeição da solução habitacional.

Em lugar de antiga moradia, o que lhes foi oferecido como solução habitacional? Um apartamento de 42 m², com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço, que receberam de graça da Prefeitura do Recife. Em princípio, parece ser uma boa opção de moradia. No entanto, é significativo que a maioria das situações em que a circulação de dívidas foi dificultada, ou não circulou, ocorreu em Abençoada por Deus. A rejeição e a insatisfação dos moradores é grande, como foi demonstrado no capítulo 7. Gostam do apartamento, porque moravam em um barraco, mas rejeitam a tipologia de apartamento como opção de moradia. Os hábitos culturais de pessoas de baixa renda não são compatíveis com essa tipologia, que os confina, os isola e os separa uns dos outros.

O Conjunto Residencial Dom Helder Câmara mostra-se como a solução de melhor custo-benefício, de que os beneficiários mais gostam, por ser casa, e que no médio e no longo prazo oferece possibilidades de expansão para atender às necessidades futuras da família, como costuma acontecer com essa faixa de renda. Mas esses ganhos não foram contabilizados. O processo de construção das casas, mesmo estressante, promoveu a integração dos futuros vizinhos e consolidou grandes amizades, oferecendo uma rara oportunidade de investigação pós-ocupação dos impactos que escolher a vizinhança pode proporcionar nas relações entre os moradores e no cuidado e conservação do lugar.

Por sua vez a conservação e a manutenção do lugar depende de uma relação de identidade com esse lugar. É bem mais fácil manter e conservar aquilo de que se gosta. Assim também é com o lugar e com a casa em que se mora. Quando há identidade, é muito mais fácil ocorrer a dívida na relação com o lugar. Seja como dívida de contemplação seja como práticas de cuidado e de conservação. Quando se participa da construção do lugar, da casa ou das

melhorias no bairro, também a identidade com o local fica fortalecida e há uma maior probabilidade de se contribuir de forma mais ativa para sua conservação. Por sua vez, a construção da casa ocorre muitas vezes na base da dádiva de ajuda mútua.

Na relação com o lugar ocorre a dádiva dom, de contemplação do lugar ou da casa, pelo bem-estar e prazer que eles proporcionam. Ocorre também uma dádiva com impacto no lugar, que é a dádiva do cuidado, da conservação e, como resultado da dádiva de ajuda mútua entre os moradores, pode ocorrer também a conservação e a manutenção do lugar ou da casa.

Um aspecto fundamental, porém, é que a vida dos moradores de baixa renda tem forte relação com o lugar em que moram, pois seu vínculo com o lugar está associado às relações que estabelecem nesse lugar (MONTEIRO 1989).

No entanto, essas premissas não são consideradas pelas políticas públicas habitacionais. A alternativa para resolver a questão da moradia é o conjunto habitacional verticalizado, com vários blocos de apartamentos, semelhante ao Conjunto Abençoada por Deus, com a qual se propõe resolver o *deficit* de moradia, mas não são contemplados os aspectos culturais da população beneficiada, tampouco sua satisfação e bem-estar.

A forma que o poder público impõe é a aceitação e tenta conter o índice de repasse, por meio do instrumento do CDRU. Eles ‘não podem vender’, a não ser repassar entre pessoas da família. Mas vendem e alugam, a preços bem inferiores ao valor do bem. Até se entende a estratégia da prefeitura para diminuir o repasse, mas a questão essencial é: por que os moradores querem se desfazer de uma casa que receberam de graça e muito mais confortável do que a que tinham? Não é só ‘para fazer dinheiro’. Se assim fosse, os índices de repasses de casas térreas também seriam altos. Até porque procuram assegurar que a CDRU será no nome da mulher. Mas essa questão essencial não é enfrentada pelos órgãos públicos. Sob a justificativa de não haver terreno, disfarçam sua cegueira em perceber que o modelo de solução habitacional é inadequado para a população de baixa renda. Como o sonho da casa própria é tão importante para essa faixa de renda, eles tentam “se acostumar”, como declarou uma moradora do Conjunto Abençoada por Deus. Até quando...



CONCLUSÕES

Marcel Mauss, no início do século passado, identificou que as práticas de várias sociedades tradicionais estavam estruturadas na obrigação tripartite de dar-receber-retribuir. Como essas práticas envolviam praticamente todo o clã e estavam presentes no direito, na economia e na religião, denominou-as sistema de prestações totais ou fatos sociais totais. (MAUSS, 2003)

A força das descobertas de Mauss inaugura uma nova ótica de perceber que os vínculos sociais se estabelecem a partir da dádiva, pois o sentimento de dívida-obrigação moral de retribuir a quem lhe prestou alguma ajuda aproxima as pessoas umas das outras.

Essa forma de explicar a ação social funda-se em bases distintas das teorias que sustentam a lógica capitalista, as quais defendem que o ser humano é egoísta e busca maximizar seus ganhos e interesses nas relações profissionais e pessoais, materiais e imateriais.

Paradoxalmente, as descobertas de Mauss revelaram que quanto mais se doa, mais se tem poder, prestígio e respeito, e mais se estreitam os vínculos com o outro. Essas dádivas tanto podem servir para perpetuar a dominação, quanto para proporcionar solução para problemas, bem-estar e alívio no sofrimento.

No entanto, como nas sociedades complexas não é prática generalizada agir coletivamente, não se pode, portanto, falar de fato social total. As manifestações de dádiva assumem outro formato, o de ajuda mais individualizada ou em pequenos grupos. Todavia, os resultados encontrados nesta pesquisa evidenciaram uma grande profusão de modalidades, que já se caracteriza como um fato social cuja magnitude e amplitude merecem maior atenção. As comunidades de baixa renda encontram na solidariedade um recurso poderoso, real e potencial, para enfrentar as dificuldades do cotidiano, bem como melhorar suas condições de vida e especificamente de moradia, foco desta pesquisa.

Ao ajudar o outro, estabelece-se uma expectativa de retribuição, ou uma relação de dívida, cuja reciprocidade potencial, onde poderá ocorrer a possibilidade de passar a contar com o outro quando precisar, embora possa também não ocorrer. Tal retribuição poderá vir da mesma pessoa que recebeu a ajuda, ou de outrem. Muitas vezes quem recebe é que assume a dívida moral e se coloca disponível para ajudar aquele que o ajudou sempre que ele precisar. Tal postura estreita e consolida laços de amizade, de companheirismo, de compadrio. Essa dinâmica de ajuda mútua pode ter impactos significativos para as pessoas como saciar a fome, prestar socorro, salvar a vida, propiciar um trabalho, construir a casa, prestar assistência e

cuidado na saúde, ou na solidariedade com as dificuldades domésticas de cuidar dos filhos e da casa.

Devido ao nível de carência que vivem, a maioria dessas expressões são geradas por necessidade, muitas vezes materiais. Possivelmente se os níveis de carência e as necessidades básicas forem atendidos essas modalidades terão outra natureza. Mas no contexto socioeconômico que essas comunidades vivem, essas expressões ainda estão predominantemente associadas à necessidade material. A população de baixa renda cria formas próprias e criativas para fazer face à insuficiência e ineficácia das políticas públicas para prover as condições de bem-estar a esse grupo social. No entanto, a dádiva também está presente nas necessidades imateriais, nos conselhos, palavras de conforto e gestos de camaradagem que vão moldando as relações de amizade entre os moradores de baixa renda.

Semelhante à dádiva estudada por Mauss, a ajuda não retribuída também pode se transformar em guerra, em disputa, em conflito. Laços podem ser quebrados com perda de confiança, mágoas e ressentimentos que surgem com a dádiva não correspondida. Esses rompimentos, por vezes estão associados a falta de reconhecimento. Axel Honneth estruturou sua teoria do reconhecimento em três dimensões: i) a autoconfiança, buscada na esfera do amor e da emoção e que leva à autorrealização pessoal; ii) o autorrespeito, encontrado na esfera político-jurídica, como cidadão de direitos autônomo, e iii) a estima social, acessada no reconhecimento solidário. Essas formas de reconhecimento contribuem para a autorrealização prática ou o “sentimento do próprio valor”. (HONNETH, 2003) Portanto, associou-se a teoria do reconhecimento de Honneth para entender algumas expectativas de retribuição à solidariedade primária – no nível afetivo entre parentes, amigos, vizinhos – e no reconhecimento advindo do prestígio ou da expectativa de retribuição às lutas coletivas pelos líderes comunitários. O empoderamento das mulheres que participam da luta por moradia, leva também a uma luta de resistência ao machismo, o que resulta, mesmo indiretamente, no seu reconhecimento, enquanto cidadãs, militantes e líderes.

Todavia, uma demonstração distinta do reconhecimento apontado por Honneth foram as reclamações crônicas para expressar a insatisfação com as condições de exclusão em que vivem. A identidade com a reclamação do outro ganhou adesão e concordância de participantes dos grupos focais. Essas situações não chegam a se caracterizar como uma expressão de luta, mas demonstram uma insatisfação mais amena, mas contagiante. Possivelmente, a oportunidade de momentos coletivos, e de espaços de sociabilidade para essas reclamações, poderia propiciar formas mais organizadas de reivindicação e de luta.

No entanto, morar no mesmo bairro, ser vizinho, parece não oferecer a identidade necessária para que ocorra uma luta por reconhecimento. Mesmo os jovens que não se sentem reconhecidos, não se veem enquanto categoria capaz de promover mudanças sociais. Também não vislumbram nenhuma forma efetiva de serem escutados nos seus anseios, nem de luta para terem seus direitos garantidos. No entanto, o crescimento da violência pode ser apontado como uma forma, mesmo negativa, de luta social por reconhecimento. Daí a importância de contemplar o reconhecimento como uma abordagem a ser incluída nas políticas públicas para minimizar o sentimento de exclusão pela pobreza.

O bem-estar, que indiretamente está associado ao reconhecimento nos três níveis, mostrou-se relevante para a circulação de dádiva. Esse fator motivador reúne atributos inerentes ao contexto pessoal, ao contexto do outro e ao contexto espacial, pois está diretamente associado às condições e à qualidade de vida. Portanto o bem-estar associa-se diretamente à política pública e aos projetos locais, que deveriam buscar entender como as práticas de solidariedade se manifestam para fortalecê-las, e principalmente para ampliar as possibilidades de êxito. O sentimento de insatisfação, oposto ao do bem-estar pode, portanto, estar associado à ineficácia das políticas públicas.

Em diversas situações, havia uma inibição ou dificuldade de ocorrência de solidariedade e dádiva entre determinados envolvidos, mas essa mesma situação mobilizou a solidariedade de outros. Portanto, a categorização realizada buscou melhor compreender os condicionantes facilitadores e dificultadores da ocorrência de dádiva e solidariedade, e não isolar determinada situação sem compreender a possibilidade das conexões e a complexidade da sua ocorrência no contexto do estudo. A própria natureza dialética das categorias favorece essa multiplicidade de olhares e de perspectivas.

As situações em que a circulação de dádiva é inibida e estão associadas ao contexto pessoal ocorrem devido ao individualismo egoísta e ao ressentimento e ausência de reconhecimento.

As situações associadas ao contexto do outro acontecem por dificuldades na relação devido a insatisfação generalizada, descrença, impotência, fofoca, inveja, preguiça e competição, e pela desagregação social manifestada na proliferação do uso e tráfico de drogas, desorganização sociopsíquica, machismo, violência e sentimento de exclusão pela pobreza.

As situações em que a dádiva é inibida devido ao contexto espacial podem advir da solução técnica, condicionada pela tipologia habitacional inadequada, infraestrutura precária, contexto socioeconômico adverso e altos custos de moradia, e quando a relação com o lugar se

evidencia por falta de identidade e não pertencimento ao lugar, e se materializa no medo, na insegurança, na insatisfação, culminando com a rejeição e depredação.

O contexto espacial assumiu importância preponderante sobre os outros dois contextos – pessoal e relativo ao outro – como dificultador de manifestações de dádiva e de solidariedade, e até contribuindo com a inibição de dádiva e de solidariedade nos outros dois contextos. Uma evidência disso é que as situações inibidoras de dádiva e de solidariedade foram preponderantemente encontradas no Conjunto Abençoada por Deus.

A morfologia do lugar, a tipologia habitacional, influenciam diretamente na relação de pertencimento, o que se rebate no bem-estar e que está diretamente associada à propensão à dádiva e à solidariedade. No caso de comunidades de baixa renda esse fato assume fundamental importância. Monteiro (1989) identificou a importância do lugar na estruturação das relações sociais e no sentido de satisfação dos moradores de áreas pobres. A população pobre, com menos condições de mobilidade na cidade, estrutura sua sobrevivência por meio das relações facilitadas pelo espaço. O trabalho, o lazer, as amizades estão circunscritos ao lugar de moradia, daí sua importância, pois esses lugares permitem fortalecer essas relações.

A evidência de prejuízos e de danos na qualidade de vida das pessoas e do espaço onde moram por parte de políticas públicas ineficazes, particularmente as habitacionais, deveria fazer refletir sobre a urgente necessidade de se repensarem as bases em que vêm sendo implementadas, principalmente para a população mais pobre, em que a relação com o lugar assume uma importância vital. Espaços mais acolhedores, que facilitam a proximidade, a sociabilidade, tendem a facilitar a ocorrência de dádiva e solidariedade, fortalecendo os laços e contribuindo para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nesse contexto, as relações de vizinhança assumem uma imensa importância por estarem carregadas de solidariedade e de ajuda mútua, que ajudam a lidar com a escassez e as dificuldades.

Essa é uma das contribuições inovadoras desta tese: trazer o espaço como uma categoria importante para a reprodução de dádiva e de solidariedade. A relação entre dádiva e lugar traz um olhar novo, que não foi discutido por outros autores. Espaços inadequados, com morfologia excludente, que isolam e que geram constrangimento, opressão, medo e insegurança também contribuem para que a sociabilidade, a solidariedade e a dádiva sejam inibidas. Projetos que promovem uma interface social saudável proporcionam a proximidade entre as pessoas e podem contribuir para o fortalecimento de vínculos e para potencializar a solidariedade. Esse aspecto evidencia a importância de soluções habitacionais que respeitem a

cultura e os hábitos da população beneficiada, para que se sintam felizes onde moram e que sejam espaços de esperança e superação.

As manifestações de solidariedade ocorreram de forma mais individualizada na prestação de ajuda para atender a uma necessidade ou pedido do outro, ou sob a forma de uma prestação mais coletiva. A forma mais individualizada evidencia-se na socialidade primária (parentes, amigos e vizinhos) (CAILLÉ, 2002), e ocorre com maior incidência nos grupos estudados. A forma mais coletiva materializa-se nas mobilizações sociais, culturais e políticas e na luta por políticas públicas e novos direitos, a exemplo de lutas por moradia e melhorias na infraestrutura para o bairro, ora analisadas. Para a modalidade coletiva ocorrer é necessário envolvimento e engajamento político, bem como predisposição para uma atuação no nível coletivo, em que a retribuição é mais difusa e, por vezes, está associada ao reconhecimento. Esta última costuma estar associada a desconhecidos, pois essa motivação destina-se à construção de um mundo mais justo para todos, indistintamente. Trata-se da ação solidária promovida por líderes comunitários.

Nas situações em que manifestações de dádiva e solidariedade são observadas, a retribuição pode ocorrer ou não. Quando há retribuição ou a expectativa de recebê-la, essa pode ser:

- a. Imediata ou a curto prazo, pois se manifesta na satisfação sentida pelo prazer gerado em si e no outro, na gratidão recebida, na sociabilidade de aproximação do outro e da boa vizinhança (oferecer comida, dar presente, convidar para tomar café, cerveja) e na solidariedade no cotidiano (tomar conta do filho, olhar a casa, “empréstimo” e doação de comida). Em tal modalidade pode ocorrer a dádiva talento devido aos atributos do sujeito, a dádiva de ajuda mútua ou dádiva partilha e a dádiva de aproximação;
- b. Quando o prazo não é definido. Não se sabe quando, nem o quê, nem como. Tais retribuições podem ocorrer ou não, e estão associadas à fé, à crença de que o retorno “virá de Deus”, sob alguma forma, ou haverá um retorno político, que pode materializar-se no prestígio e no reconhecimento, em apoios políticos futuros, na rivalidade da dádiva agonística, ou na luta pelo sonho de construção do socialismo, de um mundo melhor para todos. A dádiva religiosa está mais associada ao cidadão comum, à maioria mulheres, e a dádiva política mais associada aos líderes comunitários.

A expectativa de retribuição foi categorizada, mas ela não chega a definir a circulação de dádiva, o que pode acontecer ou não. Muitas vezes, a obrigação de retribuir é um sentimento de gratidão, presente como um valor moral da parte de quem recebeu a ajuda, pois as dádivas observadas estiveram mais associadas ao compartilhamento de dificuldades, e de poder contar com outro quando precisar. É importante salientar que foram caracterizados como formas de retribuição o próprio sentimento de prazer do doador, assim como ver o prazer do outro. A retribuição, portanto, não está associada apenas à troca de algum favor, mas a valores e sentimentos morais associados ao compartilhamento de algo com o outro.

Dentre as motivações pessoais analisadas apontam-se: i) os valores morais individuais adquiridos por influência da religiosidade, da educação familiar, os quais se materializam na sensibilidade diante do sofrimento do outro; e ii) a retribuição, que pode estar associada à gratidão, ao respeito e ao reconhecimento, ou ao próprio sentimento de dever retribuir. A essa modalidade se associam a dádiva talento, já que ela ocorre devido aos atributos do sujeito, incluindo-se também a dádiva religiosa no primeiro caso, e a dádiva de ajuda mútua ou dádiva partilha no segundo caso.

A motivação pelo outro está associada à relação com o outro ou com o seu contexto socioeconômico. A motivação devido à relação com o outro ocorre tanto por uma motivação pessoal, como pelo outro mesmo, e, por isso, pode fazer parte do grupo anterior:

- i. pela relação com o outro de proximidade – parentesco, amizade e vizinhança, a (des)conhecidos e por o compromisso com o coletivo. Essas duas últimas categorias podem impulsionar as mobilizações sociais, culturais e políticas, bem como a luta por políticas públicas e por novos direitos, como a luta por moradia, por melhorias no bairro (infraestrutura e serviços públicos), por reforma urbana (os movimentos sociais, MLB, PCR); ou a resistência das mulheres ao machismo. Nesse grupo ocorre a dádiva de parentesco ou de amizade, mas também pode ocorrer a dádiva de ajuda mútua, assim como a dádiva a desconhecidos, a qual pode ser política, se houver o envolvimento com a luta por novos direitos ou outra modalidade de luta coletiva.
- ii. pelo contexto socioeconômico do outro pode estar associado a urgência devido a acidentes, doença ou risco de vida, drogas, alcoolismo, machismo e violência e necessidade (i)material. A ajuda material pode ser dinheiro, comida, trabalho, ou na moradia, como a ajuda mútua na construção ou melhoria das casas ou em

mutirões de finais de semana. A ajuda imaterial pode ocorrer por meio de conselhos, escuta, conforto em horas difíceis, apoio emocional em conflitos, etc. Nesse grupo, a dádiva que ocorre é a dádiva de necessidade, a dádiva de caridade ou a dádiva de ajuda mútua.

O contexto espacial pode ser inibidor, como já mencionado, bem como facilitador de manifestações de dádiva e solidariedade. Situações em que a dádiva circula podem estar associadas à relação de pertencimento ao lugar e se materializam na identidade e na afetividade para com o lugar e em demonstrações de cuidado físico. A esse aspecto encontra-se diretamente associada a forma de produção e de construção do lugar e a efetividade da política pública habitacional. Para que a dádiva se materialize na relação com o lugar e mais amplamente com o ambiente, é necessário que haja uma relação de identidade do morador com o lugar em que mora, nesse caso, a dádiva talento, por estar associada aos atributos do objeto. Ao contemplar uma paisagem, um jardim, plantas ou a própria casa, pode-se ter um grande prazer, associado a essa contemplação. Trata-se da modalidade passiva de dádiva, semelhante à contemplação do belo. A outra modalidade de dádiva associada à relação com o lugar e com o ambiente assume um formato mais ativo, que se materializa pela demonstração ativa de afeto, pelo cuidado e conservação do lugar. Nas duas modalidades é essencial o sentimento de identidade e de pertencimento ao lugar. Esse sentimento tem muito mais chances de ocorrer com políticas habitacionais eficazes.

Outra categoria de grande relevância para a produção do espaço e a construção do lugar foi a construção de casas nos assentamentos populares mediante a ajuda mútua, que em distintas situações também ocorre estruturada no sistema de dádivas. Alguém ajuda a construir a casa de um morador que o retribui posteriormente, na construção da casa daquele que o ajudou, ou na construção da casa de outrem. Esse fenômeno pode ocorrer de forma mais individualizada ou de forma mais coletiva por meio dos mutirões. Quando os moradores constroem suas casas em um processo mais coletivo, formam-se novas amizades e os laços sociais são fortalecidos. Ao participarem da construção da sua casa, estabelecem-se sólidos vínculos simbólicos com a casa e com o lugar em que moram. Sinais são evidentes no Conjunto Residencial Dom Helder Câmara.

Essa profusão de modalidades que variam de natureza, intensidade e frequência é uma evidência de que nos assentamentos de baixa renda a solidariedade e a dádiva se configuram como um recurso poderoso para substituir ou minimizar a ausência do Estado e de políticas

públicas eficazes na promoção de condições de habitabilidade e de qualidade de vida. É se ajudando mutuamente que a população enfrenta as dificuldades do cotidiano.

A solidariedade real e potencial, além de contribuir para a solução imediata dos problemas cotidianos, pode desencadear outros fenômenos. Em consequência da solidariedade individualizada pode ocorrer: i) o fortalecimento dos laços afetivos entre os sujeitos; ii) o fortalecimento de redes sociais no cotidiano; iii) o fortalecimento de uma economia de reciprocidade, e iv) a melhoria das condições de moradia. Em consequência da solidariedade coletiva pode ocorrer: i) o reconhecimento de direitos; ii) o fortalecimento e a coesão da comunidade; iii) o reconhecimento dos líderes comunitários; iv) o prestígio individual de políticos; v) o apoio político no período de eleição com o voto, e iv) a melhoria das condições de habitabilidade e uma melhor qualidade de vida no bairro.

A maioria dos entrevistados neste estudo foram mulheres, líderes comunitárias, moradoras que, eventualmente, assumiram ou não alguma posição de liderança. Quanto aos entrevistados homens, eles se enquadraram como líderes comunitários, profissionais ligados à construção civil, jovens e, eventualmente, algum morador fora dessa categorização. Os homens que não são líderes comunitários, nem jovens, deram demonstrações mais associadas à ajuda mútua na construção de casas, tanto entre os Pedreiros Solidários, como no Conjunto Residencial Dom Helder Câmara. Os líderes tiveram sua dádiva associada à política, ao movimento de luta por direitos, por moradia ou por lutas locais, assim como as mulheres líderes. Portanto, a maior parte das categorias de situações ligadas ao cotidiano foram declaradas pelas mulheres.¹⁴⁵ No entanto, não se considera que tal lacuna possa trazer alguma perda para os resultados encontrados, dada a importância do papel da mulher na estruturação das condições de moradia, nos problemas cotidianos e como multiplicadora de dádivas.

Nas três localidades houve manifestações de solidariedade e dádiva, porém, nos assentamentos horizontais, a interação e a ocorrência dessas manifestações tende a ser maior do que nos conjuntos habitacionais verticais. A configuração do assentamento é um fator que pode facilitar ou inibir as expressões de solidariedade e de sociabilidade. A proximidade espacial presente nas favelas determina a presença de uma maior sociabilidade e de interações sociais e de reciprocidade entre os moradores, o que facilita a dádiva e a solidariedade. Não foi à toa que foi em Vila Independência onde os depoimentos evidenciaram uma relação mais

¹⁴⁵ De certa forma, foi uma decisão consciente da pesquisadora, devido à dificuldade de acesso aos homens, tanto individualmente como nos grupos focais. Possivelmente, uma pesquisa mais específica sobre a dádiva no universo masculino do morador de baixa renda poderá apresentar situações distintas das observadas.

estreita de cumplicidade e de ajuda mútua com o vizinho-amigo, com quem podem contar. Em Abençoada por Deus, a relação de vizinhança foi bastante variada. Há quem tenha vizinhos que considera como família, e há quem se refira a vizinhos associando-os a algo negativo. Porém mesmo quando existe uma relação de proximidade, ela pode ter sido construída na antiga favela, à beira do rio.

Em Vila Independência, por ser uma ocupação espontânea em que os moradores construíram com suas próprias mãos o espaço onde moram, foi possível identificar em algumas ruas e becos um cuidado demonstrado na vegetação disposta nas calçadas, em frente as casas. Em algumas casas esse aspecto tem maior expressão, o que pode revelar um maior cuidado com o lugar, com a aparência da rua como um todo, ou apenas com a própria casa.

No Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, encontra-se tanto exemplos de cuidado com o lugar, como o contrário. Foram identificados jardins bem cuidados, assim como o revestimento com rejolos de cerâmica nas entradas de vários blocos, o que oferece certa “distinção” dos demais, por iniciativa dos moradores. Pode ser que esse cuidado esteja associado à manutenção do patrimônio, mas também que o sonho da casa própria esteja desencadeando um sentimento de pertencimento e apego ao lugar, o qual começa a materializar-se no cuidado com os espaços comuns. Por outro lado, ocorrem privatizações de espaços públicos, pixação e depredação de equipamentos coletivos, como o centro comunitário, e bancos e mesas quebrados em uma pracinha interna.

No caso de Dom Helder, o período pós-ocupação fugiu à temporalidade desta pesquisa, no entanto em visita no início de 2011 para documentação com fotos, constatou-se muitas mudanças no tratamento das casas, materializado no cuidado personalizado e individualizado com a casa. A inexistência de áreas comuns e de equipamentos coletivos pode explicar essa atenção momentânea e concentrada nas casas.

Em uma caracterização geral das dídivas de cada localidade, afirma-se que:

- i. Em Vila Independência a dídiva de necessidade, de ajuda-mútua no cotidiano, demonstrada pela relação com o vizinho-amigo foi bastante evidenciada. Por sua vez, ocorreram em maior profusão as situações de dependência do líder comunitário, o que faz supor que nos assentamentos espontâneos a precariedade das condições de moradia e de vida da população as tornam mais necessitadas e vulneráveis, mais dependentes da solidariedade e da dídiva dos líderes comunitários locais, assim como da ajuda mútua dos vizinhos.

- ii. No Conjunto Abençoada por Deus ocorreram a maioria das situações inibidoras, devido à inadequação da solução habitacional e à insatisfação e à rejeição dos moradores ao lugar. A falta de reconhecimento de grupos sociais como jovens ou crianças foi relevante. O contexto espacial impôs grande restrição à ocorrência de dádiva e de solidariedade. Essas manifestações estiveram preponderantemente associadas à gravidade da situação, à necessidade do outro, ou à relação de proximidade com o outro. Dentre os fatores motivadores pessoais, os valores morais individuais e a religiosidade têm destaque e aparecem associados à necessidade do outro como impulsionadores de dádiva e solidariedade.
- iii. No Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, a dádiva mais encontrada foi a de ajuda mútua na construção das casas. Estar juntos durante dois anos construindo suas casas criou diversos condicionantes para estabelecimento de laços e vínculos na construção de um sonho comum: a casa própria. A dádiva política e ao coletivo, o envolvimento na luta pela moradia e o comprometimento com a construção de um mundo melhor caracterizou a prática dos líderes. A religiosidade também esteve presente na fala das mulheres, líderes ou não.
- iv. Entre os Pedreiros Solidários a dádiva de ajuda mútua e a dádiva de necessidade de casa foi o aspecto preponderante do grupo. Todavia, a base política e de militância sindical é relevante no envolvimento dos participantes, o que implicitamente está associada à participação em lutas coletivas para consecução de direitos.

Há que se destacar o reconhecimento e o respeito pelas pessoas que se doam sem ter a certeza de retribuição e que também se dedicam a cuidar do lugar. Mesmo no Conjunto Abençoada por Deus, uma senhora goza da admiração, reconhecimento e respeito dos moradores, porque se dedica a limpar e cuidar do conjunto sem receber um salário para tal, só o que as pessoas eventualmente lhe dão. Essa pessoa torna-se um exemplo emblemático do potencial que a dádiva pode alavancar em termos de multiplicação de valores morais, de projetos educativos. A valorização dos moradores da capacidade de cuidar do lugar e de fazer algo sem ter garantia de que vai receber são sinais de que políticas, programas e projetos educativos poderiam explorar e fortalecer esses valores tendo como foco a realidade local e envolvendo os atores locais para liderar projetos educativos e inclusivos com jovens e crianças.

O reconhecimento precisa ser colocado na centralidade da agenda das políticas públicas e ser estimulado nos projetos governamentais, buscando sua internalização por decisores, gestores, educadores e pela família, o que poderá contribuir como um viés estruturador na formação e no desenvolvimento de valores morais. Com isso, poder-se-á potencializar a ocorrência de solidariedade e dádiva com maior profusão e em escala e contextos ampliados, porque serão indivíduos que têm confiança em si mesmos, têm autorrespeito e autoestima elevada. Consequentemente, enxergam o outro como um ser passível de confiança, respeito e estima. Práticas de solidariedade e de dádiva também poderão deflagrar o reconhecimento, contribuir para fortalecer os laços sociais entre os envolvidos e, possivelmente, para formas mais sustentáveis de convivência e de enfrentamento dos problemas do dia a dia, contribuindo para uma maior qualidade de vida e de bem-estar.

A partir desse estudo, supõe-se que resultados semelhantes podem ser encontrados em outras localidades de baixa renda no Brasil e no mundo, pois são seres humanos que têm de encontrar alternativas para melhorar suas condições de sobrevivência. Santos B. (1993) em Portugal, e Lomnitz (1994) no México, encontraram resultados similares. O conhecimento com maior profundidade da realidade local pode contribuir para que os empreendimentos locais procurem fortalecer as práticas solidárias existentes.

A originalidade das descobertas aqui reveladas está na aplicabilidade da teoria da dádiva para o contexto contemporâneo de comunidades de baixa renda e na demonstração da profusão de modalidades de soluções criativas que a população encontra para lidar com as dificuldades para sobreviver num cotidiano de escassez. Ao demonstrar que os excluídos estão encontrando na união solidária um recurso para conquistar seu espaço na cidade, vem o ensinamento de que, mesmo vivendo em condições de pobreza e escassez, é possível criar soluções para enfrentar essa realidade, e isso é uma lição para se lidar com outros tipos de escassez e de problemas, de naturezas e em lugares distintos.

Finalmente, as evidências de manifestações de dádiva e de solidariedade demonstram que a dádiva está nos poros da vida social dos moradores de comunidades de baixa renda. No entanto, é necessário aprofundar o debate entre dádiva e políticas públicas, pois essas podem contribuir sobremaneira para inibir a ocorrência dessas manifestações nessas comunidades.

REBATIMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA HABITACIONAL

Os resultados encontrados indicam as profundas implicações da forma construída sobre a vida das pessoas, não só no aparente padrão de socialização e no estabelecimento de redes sociais mas em aspectos essenciais intangíveis como se sentir-se bem, ser capaz de ajudar, de dar e receber.

O que recomendar para políticas habitacionais para que se viabilize soluções habitacionais que fujam ao padrão atual – de prédio caixão, com quatro pavimentos, perfilados em espaços mínimos – tão rejeitado pelos moradores?¹⁴⁶

Não se pretende responder a essa pergunta, nem estabelecer um modelo de solução habitacional ou de padrão construtivo, apenas sugerir alguns pontos para reflexão.

A primeira sugestão diz respeito à morfologia dos conjuntos habitacionais. O partido urbanístico deveria facilitar a presença de hábitos e costumes locais, proporcionar a existência de espaços de proximidade em escalas de vivência – o privado, o coletivo e o público – e permitir diversas qualidades espaciais tais como permeabilidade, identidade, territorialidade, alternativas e que abrem possibilidades de criação de novas experiências. Como o espaço poderia proporcionar campos visuais que permitem o controle visual das casas sobre os espaços públicos, gerando condições para contatos e controles, sociabilidade, identidade e segurança? A opção por aberturas e não de pequenas janelas melhoraria as condições de conforto ambiental, ventilação e visualidade não deve ser desprezada tanto no desenho da casa como no do conjunto.

Conjuntos habitacionais consolidados geralmente apresentam transformações efetuadas por moradores visando adaptar, transformar, e muitas vezes construir novos espaços na busca de condições que permitam replicar as qualidades desejadas da vida nos assentamentos informais (MONTEIRO, 1996; MONTEIRO, 2000; MARQUES *et al*, 1998; AMORIM, 2009; AMORIM; LOUREIRO, 2001). Será que o estudo dessas transformações e reformas não fornece pistas em direção a uma morfologia mais adequada aos padrões culturais? A opção pelo desenho adequado e de qualidade certamente demandará mais trabalho na concepção de redes de infraestrutura urbana, como água, esgoto, iluminação pública, arruamento, além do que é usual e mais barato. Uma morfologia mais compatível com os estilos de vida e o

¹⁴⁶ As reflexões e recomendações aqui expostas tomaram por base o artigo “Valores Culturais e Possibilidades na Produção do Lugar: Entre a Favela e o Conjunto de Apartamentos: O Caso de Abençoada por Deus, Recife”, a ser apresentado no o XIV ENANPUR” a realizar-se em maio de 2011, Rio de Janeiro (ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2011).

reconhecimento de hábitos que gerem satisfação e sustentabilidade na vida cotidiana poderá oferecer subsídios para novas soluções técnicas de infraestruturas.

Muitas vezes essa padronização pode estar associada à reprodução de um traçado reticular, que busca uma maior racionalidade nas redes dos diversos sistemas de infraestrutura, não se considerando que os efeitos sociais de tal simplificação são mais profundos e socialmente custam muito mais pelos efeitos negativos sofridos no longo prazo. A ordem mínima e a simplicidade no traçado dos projetos habitacionais parece não refletir as contribuições de arquitetos, urbanistas, engenheiros que vêm propondo soluções mais criativas para melhor atender aos estilos de vida dos usuários.

Nesta perspectiva de incorporação de valores culturais da vida das pessoas e, principalmente, das pessoas pobres, cuja sobrevivência depende preponderantemente do espaço onde vivem, dever-se-ia mudar o foco de apenas procurar a satisfação de necessidades, consideradas como atributos individuais e universais, e começar a conceber espaços para abrigar práticas sociais, considerando o quê, quando e onde as pessoas realizam atividades privadas e sociais que dão substância à vida e ao sentido de felicidade.

A história dos moradores de Abençoada por Deus reforça vários aspectos que devem ser considerados na produção de moradias, para que haja uma maior efetividade nas políticas públicas habitacionais:

- i. É necessário rever o conceito de participação com responsabilidade mútua. O simples processo de enquete não garante uma reflexão aprofundada dos moradores sobre as decisões relevantes quanto aos projetos, assim como os efeitos de uma nova localização, do traçado urbanístico, da tipologia habitacional, do projeto de arquitetura em suas vidas;
- ii. É essencial a possibilidade de participação na construção ou na melhoria, de alguma forma, para que se sintam protagonistas da construção do lugar em que irão morar;
- iii. A incorporação dos hábitos e da cultura local dos moradores, por serem os aspectos fundamentais da experiência de moradia, os quais devem ser preservados, assim como as condições para a emergência de novas possibilidades sociais;
- iv. É essencial compreender a casa como um espaço doméstico em evolução, a qual passa por transformações no decorrer da vida, com o aumento e a diminuição do número de filhos, necessidade de trabalhar em casa, etc. Para isso, é importante

desenvolver projetos que incorporem a casa evolutiva como uma possibilidade concreta;

- v. É fundamental perceber a noção de que a vida doméstica se associa e se reforça na vida social do seu entorno imediato. Relação entre número, forma de agregação e individualidade das unidades habitacionais no conjunto habitacional pode oferecer melhores condições de relação entre os moradores. Menor número de unidades por conjunto habitacional também parece ser mais adequado para evitar os problemas de adensamento populacional que os conjuntos habitacionais trazem;
- vi. A opção de remoção deve ser sempre evitada, mas, quando absolutamente necessária, deve ser realizada da forma mais inclusiva possível buscando a integração no novo local, o que pode necessariamente requerer o desenvolvimento prévio de interfaces urbanas entre os grupos existentes e os novos moradores;
- vii. A falta de infraestrutura de equipamentos de lazer, como praças, quadras, bem como de oportunidades de esportes, dança, cursos, treinamentos e outras atividades para jovens, crianças e adultos, foi uma lacuna apontada. Essa infraestrutura poderá contribuir para a diminuição do envolvimento em drogas, bem como proporcionar reconhecimento, principalmente para os jovens e crianças, uma vez que em muitos desses conjuntos seus interesses não são contemplados;
- viii. A configuração do assentamento também facilita ou inibe expressões de solidariedade e de sociabilidade. Os assentamentos espontâneos e horizontais facilitam a interação e a ocorrência dessas manifestações, devido à forma do assentamento, com casas bem próximas, mais do que os conjuntos habitacionais verticais, em que os moradores se sentem fechados e segregados dentro dos apartamentos.

Para que as soluções habitacionais sejam exitosas, não é suficiente construir uma edificação internamente confortável. É necessário construir um “lar” e um “lugar” de que os moradores se sintam parte. Sem isso, continuar-se-á a produzir prisões que, individualmente, podem até ser a causa de doenças e morte entre os moradores, e socialmente uma sentença de criminalização das jovens gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. Características estruturais dos mercados informais de solo na América Latina: formas de funcionamento. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007. Belém. **Anais...**, Belém, 2007. CD-ROM.

_____. A cidade informal COM-FUSA – mercado informal em favelas e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. In: ABRAMO, Pedro (org). **Mercado imobiliário informal, a porta de entrada nas favelas brasileiras**. Porto Alegre: Antac, 2009.

ALCÂNTARA, Edinéa. **As Intervenções nos Morros da Região Metropolitana do Recife: entre necessidade e qualidade**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ALCÂNTARA, Edinéa; DE LA MORA, Luis. Solidariedade e Dádiva na Construção de Casas: uma análise das relações e práticas diárias entre participantes do Projeto Mutirão Habitacional Dom Helder Câmara, Recife-PE, Brasil. In: ENCUESTRO DE LA RED ULACAV – RED UNIVERSITARIA LATINOAMERICANA DE CÁTEDRAS DE VIVIENDA, 4., 2008. Buenos Aires. **Anais...**, Buenos Aires, 2008. CD-ROM..

ALCÂNTARA, Edinéa. Dádiva e Solidariedade na Construção de Casas: o Projeto Dom Helder Câmara. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ANO DA FRANÇA NO BRASIL NOVOS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO URBANA NA PRODUÇÃO DO HABITAT: OLHARES CRUZADOS BRASIL - FRANÇA. Recife, 2009. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. CD-ROM.

ALCÂNTARA, Edinéa; FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro. Autonomous or Dependent? The involvement of NGOs in large-scale public development projects: an analysis of the Work on Housing Programme (WHP), Recife, Brazil In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON CITIES, SCIENCE AND SUSTAINABILITY, Trieste, 2007. (no prelo)

ALCÂNTARA, Edinéa; MONTEIRO, Circe. Em que a vida na favela é melhor do que em um conjunto de apartamentos? O Caso de Abençoada por Deus, Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC. 2010. CD-ROM.

_____. Valores Culturais e Possibilidades na Produção do Lugar: o caso de Abençoada por Deus, Recife. In: ENANPUR, 15., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. CD-ROM

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2. ed. (3ª reimpressão da 2ª ed. 1999) São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

AMORIM, L.; LOUREIRO, C. Uma figueira pode dar rosas? Um estudo sobre as transformações em conjuntos populares. **Arquitextos** (São Paulo), São Paulo, v. 09, n. Fevereiro, 2001.

_____. Can Fig Trees Bud Roses? In: Fernando Lara. (Org.). **Global apartments: studies in housing homogeneity**. 1 ed. Ann Arbor: Studio Toró-University of Michigan/Lulu.com, 2009, v., p. 42-60.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBOSA, Rubenilda. **A Dádiva e a Vivência Religiosa: implicações da religiosidade no desenvolvimento de práticas solidárias na comunidade**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofias e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Doutorado em Antropologia. Recife: 2007.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOTLER, Milton. **O universo além das muralhas: morfologia urbana e padrões de regulação urbanística em assentamentos espontâneos: um estudo comparativo entre os assentamentos do Enta Apulso e Brasília Teimosa** (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional – UFPE, Recife. 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern, Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008

CAILLÉ, Alain. O Dom entre interesse e desinteressamento. In: MARTINS, Paulo H.; CAMPOS, Roberta. Bivar. C. **Polifonia do Dom** (orgs.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. Reconhecimento e Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 66, 2008. p. 151/163.

_____. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 38, 1998.

_____. O Pensamento Anti-Utilitarista, as Ciências Sociais e a Crítica do Utilitarismo: Um Balanço, por Alain Caillé. Jornal do M.AU.S.S. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/index.php?central=conteudo&idMenu=59&id=2&perfil=1&idEdicao=13>. Acesso em 18/07/08. 2008.

_____. Reconhecimento e Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 66, 2008a. p. 151/163.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS, Roberta. Utopia e Sociabilidade: imagens de sofrimento e caridade no Juazeiro do Norte. **Revista de Antropologia**, vol. 46, n. 1. São Paulo, 2003.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Rio de Janeiro, Vozes, 2005.

CHANIAL, Philippe. A Cultura Primária da Democracia: comunidades locais, públicos democráticos e associações. Conferência do autor em visita ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPE, 2004. Disponível em http://www.jornaldomauss.org/extra/2008_05_30_08_39_16_chanial_democracia.pdf.

CARNEIRO, Patrícia Allouchie Gomes. Arquitetura pelos e com os Excluídos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). UFPE, 2003.

CMP; MLB. Projeto de Trabalho Técnico Social. Ocupação Dom Helder Câmara, Iputinga, Recife – PE. Programa Crédito Solidário, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Conexões dos Saberes, UFPE. 2005.

COHN, Gabriel. As diferenças finais: de Simmel a Luhman. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n.38, v.13.1998.

CRUZ, Débora de O. M. da. Estudo sobre as Redes Sociais como Responsáveis pelo Dinamismo do Mercado Imobiliário de Aluguéis em Brasília Teimosa, Recife. Projeto de Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. UFPE. 2009.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2002. Trad. de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

DAMO, Arlei Sander. Dom, Amor e Dinheiro no Futebol de Espetáculo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, vol. 23 n. 66, 2008.

DECERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes. 1994.

DECRETO-LEI Nº 5.796, de 06 de junho de 2006

DE LA MORA, Luis. **Produção Social do Habitat** Habitat para a Humanidade, Recife, 2007.

DE LA MORA, Luis; VILAÇA, A. P. **Habitabilidade e Lutas Pela Moradia**. In: claCS'04 - Construção sustentável, 2004, São Paulo. **Anais...** Construção sustentável, 2004

DEMO, Pedro. **Solidariedade como Efeito de Poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. Coleção Prospectiva; v. 6.

DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco. 1985.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

_____. **O Suicídio: estudo de sociologia**. Tradução de Luz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves. Lisboa: Editorial Presença. Martins Fontes, 1973.

ELIAS, Drance. **A Sagração do Dinheiro no Neopentecostalismo: religião e interesse à luz do sistema da dívida**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPE, 2006

ELSTER, Jon. **Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences**. Cambridge University Press, 2007.

ESCOBAR, Arturo. (2005) O lugar da natureza ou a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In E. Lander (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, pp.133-168

FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda; SOUZA, Maria Ângela Almeida. **O direito de morar. Ciência Hoje**, [S. l.], v. 3, n. 18, p. 74-80, maio/jun. 1985.

FRANTZ, Walter. Apresentação. In: ZOLL, Rainer. **O Que é Solidariedade Hoje?** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GODBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain. **O Espírito da Dívida**. Tradutor Patrice Charles F. X. Guillaume – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GODBOUT, Jacques. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique. **A Dívida entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. pp. 63-98.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Europeia, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu no Cotidiano**. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOMES, Alberto Albuquerque; GALEGO, Carla. Emancipação, ruptura e inovação: o *focus group* como instrumento de investigação. In: Revista Lusófona de Educação, 5, 173-184. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a10.pdf>. Acesso em 14. dez. 2009.

GUARESCHI, Pedrinho Alcides. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

_____. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 34.ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1994.

HAFELD, F & ROSSI, A. **Sustentabilidade aplicada a projetos de moradias Por meio do conceito de habitabilidade**. NUTAU (Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo), 2002

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KRUEGER, Richard A. **Focus groups: a practical guide for applied research**. 2. ed. California: Sage Publications, Inc., 1994

INTERNATIONAL ENVIRONMENT FORUM. (2001). Knowledge, Values and Education for Sustainable Development. Input to the World Summit on Sustainable Development Preparatory Process from the 5th Conference of the International Environment Forum. Disponível em: <http://www.bcca.org/ief/wssdpc2.htm>. Acesso em: 29 mar.2009

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um Fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFPBA, 2008 (Trabalho e Contemporaneidade)

JUCÁ, Antônio. História da Degradação Urbana Brasileira em Perspectiva. Disponível em: <http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/campanhas/historia-da-degradacao-urbana-brasileira-em-perspectiva>. Acesso em: jan. 2011. Recife, 2010

LACERDA, Norma; MORIM, J. Mercado imobiliário informal de informal de habitação na Região Metropolitana do Recife. In: ABRAMO, Pedro (org). **Mercado imobiliário informal, a porta de entrada nas favelas brasileiras**. Porto Alegre: Antac, p. 112-139, 2009.
LEI FEDERAL Nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

LEI FEDERAL Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. **Participação Popular e Acesso à Moradia: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPE, 2006

LEVINE, Andrew; SABER, Elliot e WRIGHT, Erik. Marxismo e Individualismo Metodológico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1998, N. 11, vol.4, outubro de 1989.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. Introdução In: MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Edições 70. Lisboa. 1950.

LIMA, Livia Melo de. **A Influência da Configuração Físico-espacial nas Condições de Habitabilidade: um estudo das vilas do Loteamento Simol, Maceió-AL**. Recife: UFPE/MDU, 2008 (Dissertação de Mestrado).

LOMNITZ, L. A. **Redes Sociales, cultura e poder: ensayos de antropologia latinoamericana**. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa. 1994.

LOPES, Andiará; MONTEIRO, Circe Maria G. M. Condomínios Residenciais no Brasil – Morfologias de Transgressão Social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007. Belém. **Anais...**, Belém, 2007. CD-ROM.

LOW, S and LAWRENCE-ZUÑIGA, D. **The anthropology of Space and Place**. Oxford: Blackwell Publishing. 2003

MARQUES, S.; LOUREIRO, C.; MONTEIRO, C. M. G. Conjuntos Habitacionais: Sucessos e Falhas da Ambição Social do Movimento Moderno. In: NUTAU 98, 1998, São Paulo. **Anais....** São Paulo, 1998.

MARRE, Jacques Leon. História de Vida e Método Biográfico. In. **Cadernos de Sociologia**, v.3, nº3, p. 89-141, jan./jul. Porto Alegre, 1991.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. (Movimento AntiUtilitarista nas Ciências Sociais): Itinerários do Dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, vol. 23, n. 66, 2008.

_____. MARES (Metodologia de Análise de Redes do Cotidiano): aspectos conceituais e operacionais. In: PINHEIRO, Roseni; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multi-cêntrica**. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS-UERJ; Recife: Editora Universitária UFPE; São Paulo: ABRASCO, 2009.

_____. Redes Sociales: un nuevo paradigma en el horizonte sociológico. In: OSÓRIO, Francisco. **Manual de Epistemología de Latinoamérica**. Universidad del Chile. 2009a.

MARTINS, Paulo Henrique; BEZERRA Raphael; NASCIMENTO, Wagner. 2009. A Cidadania como solidariedade cívica na esfera pública: a luta pela estima. In: PINHEIRO, Roseni; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multi-cêntrica**. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS-UERJ; Recife: Editora Universitária UFPE; São Paulo: ABRASCO, 2009.

MARTINS, Paulo Henrique. As Redes Sociais, o Sistema da Dádiva e o Paradoxo Sociológico. In: Martins, Paulo Henrique; Fontes, Breno. **Redes Sociais e Saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2004.

_____. (org) **A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom** (orgs.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MAUSS, Marcel. Estai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives. Artigo originalmente publicado no l'Année Sociologique, seconde série, 1923-1924.

Disponível em:

http://classiques.ugac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/2_Etai_sur_le_don/Estai_sur_le_don.html. Acesso em 24.jan.2011.

_____. **Ensaio sobre a Dádiva**. Introdução de Claude Lévi-Strauss. Edições 70. Lisboa. 1950.

_____. **Sociologia e Antropologia. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

MELO, Marcus André B. C. de. A cidade dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920/1960). **Espaço e Debates**, [São Paulo], n. 14, p. 45-66, 1985.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Habitação. Governo Federal. 2002. Disponível em: <http://www.antac.org.br/pdf/relatos/3.pdf>. Acesso em: 25. abril 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 brasileira : ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília, 2004.

Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>. Acesso em 08. fev. 2011.

_____. Carta da Terra. Disponível em:

www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc. 1992. Acesso em: 18. abril. 2011.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. **The Experience of Place: a comparative study of a favela, a public housing Estate and a middle class neighbourhood in Recife – Brazil**. Ph.D. Thesis. Oxford: University of Oxford. 1989.

_____. The Morphology Of Domestic Experience: A Comparative Analysis Of The Spatial Patterns Of Domestic Activity in Brazilian Dwellings. In: **Space Syntax First International Symposium**, 1997. Proceedings. London. v. II. p. 20.1-20.15.

_____. Enclaves, Condominiums, and Favelas: Where Are they in Brazil? **City and Community**, v. 7, p. 378-383, 2008.

_____. Virando pelo Avesso: Transformações no espaço de conjuntos habitacionais. In: SEMINÁRIO DE HISTORIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4. 2000. Anais..., Natal, 2000.

MONTEIRO, Teresinha. **A autoconstrução de moradias pelo Grupo de Mulheres Pedreiras**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, 1999

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
_____. **Formalismo Sociológico e Teoria do Conflito**. Simmel. São Paulo: Ática, 1983, p.07-44.

MOSCOVICI, Serge. In: **Textos em Representações Sociais**. Prefácio: MOSCOVICI, Sérgio. Entrevista de Chomsky com Ronat, 2004. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 1995
OLIVEIRA, Francisco de. O Vício da Virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, **Novos Estudos CEBRAP**, Nº 74, março 2006, pp. 67-85.

PINHEIRO, Roseni; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multi-cêntrica**. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS-UERJ; Recife: Editora Universitária UFPE; São Paulo: ABRASCO, 2009.

POPPER, Karl S. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 2ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 1975. Primeira parte, cap. 1 e 32, segunda parte, cap. 3, 4, 5 e 6.

PORTUGAL, Sílvia. As mãos que embalam o berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade. **Estudos de sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 10, n.12, p.185-210, jun.2008.

PORTUGAL, Sílvia; MARTINS, Paulo Henrique. **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2011.

PREFEITURA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio ambiente. Empresa de Urbanização do Recife – URB. Projeto Integrado de Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS. Memorial Descritivo e Justificativo da Comunidade Abençoada por Deus – Recife/PE. Projeto de Participação Comunitária, volume III, 2004.

PREFEITURA CIDADE DO RECIFE. Desenvolvimento Humano no Recife: Atlas Municipal, 2005. PNUD, Ministério das Cidades: Recife, 2005.

RANCI, Constanzo. Relações Difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In: **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. MELUCCI, Alberto. Tradução de Maria do Carmo Alvez do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

RAPOPORT, A. **Culture, Architecture and Design**. Chicago: Locke Science Publishing Company, Inc., 2005.

REA, L.; PARKER, R. **Metodologia de Pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 66, 2008.

SANTOS, B. Boaventura de Souza. O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português. In: _____ (Org.). **Portugal: um retrato singular. Porto: Afrontamento**, 1993.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. Coleção Estudos Urbanos. São Paulo, Recife: Editora Hucitec; Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco; Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHWARTZ, Shalom H. Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In: ROS, Maria; GOUVEIA, Valdiney V. (orgs.) **Psicologia Social dos Valores Humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. Tradução Olga Cafalcchio. São Paulo: Editora Senac, 2006.

SCOTT, J. (2000) Understanding Contemporary Society: Theories of The Present, edited by G. Browning, A. Halcli, and F. Webster. Sage Publications. Disponível em: <http://privatewww.essex.ac.uk/~scottj/socscot7.htm>. Acesso em: 20.mar .2009.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO; DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO SOCIAL. Relatório Comunidade Mulheres de Tejucupapo, 1 p. 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota.. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNET, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Tradução Rytá Nivagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHUTZ Alfred. **Fenomenologia e relações sociais** (org. e introd. De Helmut R. Wagner). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Drance Elias. **A Sagração do Dinheiro no Neopentecostalismo: religião e interesse à luz do sistema da dívida**. (Tese de doutorado). Pós-graduação em Sociologia. UFPE, 2004.

SIMMEL, Jorge. **The Sociology of Georg Simmel**. Translated, Edited and with an introduction by Kurt H. Wolff. The Free Press of Glencoe Collier-MacMillan Limited London, 1950.

_____. **Conflict**. Translated by Kurt H. Wolff. The Web of Group-Affiliations. Translated by Reinhard Bendix. The Free Press New York. Collier-Macmillan Limited London., 1955.

_____. **Sociologia: estudos sobre las formas de socialización**. Traducción del alemán por J. Pérez Bances. Espasa-Calpe Argetneina S.A. 1939.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Sociedad**. Traducción directa del alemán Gemeinschaft und Gesellschaft por José Rovira Armegol. Biblioteca Sociológica. Editorial Losada, S. A. Buenos Aires. 1947.

TOURAINE, Alain. **Sociologia de la accion**. Barcelona: Ariel, 1969.

TURNER, John. *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*, New York: Macmillan, 1972.

_____. **Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments, Ideas in progress**. London: Marion Boyars, 1976.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 4. ed. 1987.

VOTORANTIM CIMENTOS. Jornal do Pedreiro. Mutirão: a lição de solidariedade dos pedreiros. Ano 3, nº 3, 2008.

XIII ENANPUR. Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas. Florianópolis, maio 2009 Disponível em: <http://www.xiiienanpur.ufsc.br>. Acesso em: dezembro de 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

ZOLL, Rainer. **O Que é Solidariedade Hoje?** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SÍNTESE DAS TÉCNICAS APLICADAS POR CATEGORIA DE ENTREVISTADO

Entrevistado	Total	Categoria de entrevistado				Técnica usada				
						pesquisa exploratória		pesquisa com os estudos de casos		
		Técnico/ gestor	Líder	Morador	Parente	entrevista	questionário	entrevista foco	história de vida	grupo focal
Conjunto Habitacional Abençoada por Deus										
Núbia			1					1		
Vitória			1						1	
Técnica social da prefeitura		1				1				
Entrevistados alunos arquitetura				3			3			
Joana				1				1		
Luzia				1				1		
Edna				1				1		
Grupo focal de mulheres: Vera, Carla Lucia e Taís				4					4	
Grupo focal de jovens: Eduardo, Tiago, Karina, Alessandra e Sandra				7					7	
Grupo focal de crianças				14					14	
Total de Abençoada por Deus	34	1	2	31	0	1	3	4	1	25
Mutirão Dom Helder Câmara										
Pedro			1						1	
Técnico social - UFPE		1				1				
João			1					1		
Paula, almoxarife		1						1		
Olga			1						1	
Francisco, mestre de obras		1						1		
Representante					1	1				
Mutirante mulher				1		1				
Rodrigo				1			1			
Amigo de Rodrigo				1			1			
D. Eloísa				1					1	
D. Conceição			1					1		
D. Maria Leonardo					1	1				
D. Rosa				1				1		
Roberto				1				1		
Mulher c/ pedreiro cobrindo a casa				1		1				
D. Biu				1		1				
Francimar				1		1				
Entrevistados alunos arquitetura				4			4			

Entrevistado	Total	Categoria de entrevistado				Técnica usada					
							pesquisa exploratória		pesquisa com os estudos de casos		
		Técnico/ gestor	Líder	Morador	Parente	entrevista	questionário	entrevista foco	história de vida	grupo focal	
Pedreiros											
Gildo José		1				1					
Aldo		1				1					
Elias		1				1					
Reginaldo		1				1					
Pedreiro que cobria uma casa					1	1					
Total do Projeto Dom Helder Câmara	27	7	4	13	3	13	6	6	3	0	
Vila Independência											
Adriano			1						1		
Técnica social da prefeitura		1				1					
Andréa				1				1			
Gerente de habitação		1				1					
Grupo focal de mulheres: D.Graça, Patrícia, Rosinha, Antônia, Ana, Renata				8						8	
Total de Vila Independência	12	2	1	9	0	2	0	1	1	8	
Pedreiros Solidários											
Francisco			1						1		
Professor de história				1				1			
Zezinho			1					1			
Biu				1				1			
Sr. Sebastião				1				1			
Bia, mulher do líder				1				1			
Total dos Pedreiros Solidários	6	0	2	4	0	0	0	5	1		
Total geral nos estudos de caso	79	10	9	57	3	15	9	16	6	33	

Entrevistado	Total	Categoria de entrevistado				Técnica usada					
							pesquisa exploratória		pesquisa com os estudos de casos		
		Técnico/ gestor	Líder	Morador	Parente	entrevista	questionário	entrevista foco	história de vida	grupo focal	
Pesquisa exploratória											
Mulheres de Tejucupapo											
Líder que morava fora do local			1			1					
Moradora que tinha uma casa bem organizada				1		1					
Presidente do Clube Mães			1			1					
Arquiteta do projeto		1				1					
Ricardo Barros - gerente de mobilização		1				1					
Total	5	2	2	1	0	5	0		0		
Mutirão CSU Rio Doce											
Líder mulher			1			1					
Irmã da líder			1			1					
Técnica social da Prefeitura de Olinda		1				1					
Técnica social		1				1					
Coordenador da CODECIR		1				1					
Total	5	3	2	0	0	5	0	0	0		
Córrego da Josélia											
Coordenadora da CODECIR		1				1					
Técnica do Morro da Conceição		1				1					
Líder			1			1					
Morador				1		1					
Mestre/pedreiro			1			1					
Mulher				1		1					
Total	6	2	2	2	0	6	0		0	0	
Total geral na pesquisa exploratória	16	7	6	3	0	16	0		0	0	
Total geral da pesquisa	95	17	15	60	3	31	9	16	6	33	

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL
SOLIDARIEDADE EM POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

APRESENTAÇÃO – O porquê da entrevista: a tese como estudo individual, o objetivo do trabalho. Salientar que a ajuda e a opinião do entrevistado é muito importante para o trabalho e para entender as formas de solidariedade e de ajuda que eles praticam na comunidade.

0,97) não sabe

0,98) NR – não respondeu

0,99) NSA – não se aplica

SEÇÃO A – INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Nome: _____
2. Endereço: Rua _____ No _____, apto _____
3. Localidade: 1) Dom Helder 2) Um Assentamento Espontâneo 3) Abençoada por Deus
4. Cadastro _____ (Dom Helder) 0,99) não se aplica – NSA
5. Idade _____ 6. Gênero 1) Homem 2) Mulher
7. Escolaridade – série que está/até que série estudou _____ 8. Renda familiar mensal? R\$ _____ 0,97) não sabe 0,98) NR
9. Qual sua religião? 1) creio em Deus 2) católica 2) evangélica _____
3) espírita 4) candomblé/umbanda _____ 5) não creio em Deus 6) outro _____
0,98) NR 0,99) NSA
10. Quantas vezes você frequenta a igreja, templo ou terreiro? N° _____ vezes/ 1) semana 2) mês 3) ano)
11. Com que frequência? 1) sempre 2) frequentemente 3) às vezes 4) raramente 5) nunca 0,98) NR 0,99) NSA
12. Como você considera a sua fé e crença em Deus? 1) tenho muita fé e procuro seguir seus ensinamentos
2) tenho muita fé 3) tenho fé, mas às vezes ela fraqueja 4) tenho pouca fé 5) não acredito em Deus
13. Você participa de alguma organização comunitária? 1) sim 2) não 0,98) NR
14. Qual(is)? 1) conselho de moradores 3) clube de mães 4) liga de dominó 5) time de futebol local 6) outro _____ 0,98) NR 0,99) NSA
15. Como você participa? _____
16. Com que frequência? 1) sempre 2) frequentemente 3) às vezes 4) raramente 5) nunca 0,98) NR 0,99) NSA
17. Você faz algum tipo de militância política? 1) sim 2) não 0,98) NR 18. Qual? 1) participo como posso 2) milito, mas não sou filiado 3) sou filiado a um partido 4) sou dirigente 5) trabalho p/ político 6) outro _____ 0,98) NR 0,99) NSA
19. Se sim, c/ que frequência? 1) sempre 2) frequentemente 3) às vezes 4) raramente 5) nunca 0,98) NR 0,99) NSA
20. Qual(is) o(s) partido(s) ou político(s)? _____

SEÇÃO B – FAZENDO ASSOCIAÇÕES A CONCEITOS Diga/escreva 3 palavras que você mais lembra quando eu falo a palavra:

21. CASA 1) _____ 2) _____ 3) _____
22. VIZINHOS 1) _____ 2) _____ 3) _____
23. AMIZADE 1) _____ 2) _____ 3) _____
24. COMUNIDADE 1) _____ 2) _____ 3) _____
25. SOLIDARIEDADE 1) _____ 2) _____ 3) _____
26. MUTIRÃO 1) _____ 2) _____ 3) _____
27. OCUPAÇÃO 1) _____ 2) _____ 3) _____
28. LUGAR 1) _____ 2) _____ 3) _____
29. ONDE MORAVA ANTES 1) _____ 2) _____ 3) _____
30. MORAR NESSE LOCAL 1) _____ 2) _____ 3) _____

SEÇÃO C – PROCESSO DE LUTA PELA MORADIA E CONSTRUÇÃO DAS CASAS

31. Como você se envolveu no Processo de Luta pela Moradia aqui?
32. Quais/quantos amigos você fez nesse local depois de morar aqui, incluindo o processo de construção das casas?
33. Conte como foi que você foi fazendo esses amigos.
34. Quem ajudou você a construir seu barraco? **ASSENTAMENTO ESPONTÂNEO**
35. Conte como foi o processo de remoção das pessoas para o conjunto? **ABENÇOADA POR DEUS**
36. Quantos dos antigos vizinhos moram no mesmo bloco? **ABENÇOADA POR DEUS** (pode falar os nomes p/ facilitar)

SÓ PARA DOM HELDER

37. Pra que pessoas você doou horas (de graça) durante a construção? Conte com foi.
38. De que pessoas você recebeu doação de horas (de graça) durante a construção? Conte com foi.
39. Você trabalhou pra alguém recebendo? Como foi a experiência?
40. Pagou alguém para trabalhar na sua casa?
41. Por que não conseguiu trabalhar na sua casa?
42. Quais parentes têm outra casa aqui? (No cadastro ou casa)
43. Olhando o resultado do conjunto das casas, se soubesse como era, teria participado do projeto? Por que?

SEÇÃO D – COMPARAÇÃO COM ANTES E COM DEPOIS

44. O que mudou na Sua Vida, em relação a onde morava antes e agora que mora aqui?
45. O que você ganhou depois de Estar aqui?
46. O que você perdeu quando veio para cá?

SEÇÃO E – INVESTIGANDO A DÁDIVA**E1 – SOBRE RECEBER E RETRIBUIR**

47. Conte sobre alguma ajuda que você **NUNCA ESQUECEU**, POIS FOI MUITO IMPORTANTE P/ VOCÊ, de um vizinho/morador da comunidade?
48. Conte como era a relação antes e como ficou a relação depois dessa ajuda.
49. Como foi que você retribuiu?
50. O que você recebe de ajuda **COM MAIS FREQUÊNCIA** de algum vizinho ou morador do bairro?
51. Com quais e quantas pessoas daqui você mantém uma relação que você pode contar com ela, sempre que ela puder? (Dizer os nomes)

E2 – SOBRE DAR E SER RETRIBUÍDO

52. Você já deu alguma ajuda que a pessoa **NUNCA ESQUECEU**, POIS FOI MUITO IMPORTANTE a algum vizinho ou morador do conjunto? Descreva a experiência.
53. Conte como era a relação antes e como ficou a relação depois dessa ajuda.
54. O que lhe motivou a ajudar?
55. Como foi que a pessoa lhe retribuiu?
56. O que você **FAZ MAIS VEZES** para ajudar algum vizinho ou morador do bairro?
57. Com quais/quantas pessoas daqui você mantém uma relação em que ela conta com você sempre que você puder (Dizer os nomes)

SEÇÃO F – SOBRE O CUIDADO E A RELAÇÃO COM O LUGAR

58. O que **GOSTA** de morar aqui
59. O que **NÃO GOSTA** de morar aqui
60. Você se sente mais comunidade aqui (**NOS APARTAMENTOS**, P/ **ABENÇOADA**) ou onde morava antes? Por quê?
61. De que forma os moradores (vizinhos/amigos) se reúnem p/ conversar/beber juntos?
62. Como os moradores cuidam do lugar?
63. Quem são as pessoas que mais se envolvem pra cuidar do bairro?
64. Descreva alguma atividade coletiva pra limpar ou cuidar do bairro: limpeza, plantio, etc. Como foi, o que foi, as pessoas que se envolveram.
65. Se soubesse como era, faria de novo? Porque?

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA
SOLIDARIEDADE EM POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

APRESENTAÇÃO – o porque da entrevista: a tese como trabalho acadêmico, o objetivo do trabalho. Salientar que a história de vida do entrevistado é muito importante para o trabalho e para entender as formas de solidariedade e de ajuda que eles praticam na comunidade. Esclarecer para que e para quem ele está registrando suas memórias.

☐ A) N° da casa _____

N° cadastro (no caso de Dom Helder)

1. Nome do entrevistado: _____

2. Endereço: _____ Fone: _____

PEDIR P/ CONTAR FATOS QUE MARCARAM:

1) a infância	2) a vida na escola	3) a vida em família
4) a vida no trabalho	5) o(s) casamento(s)	6) a vida religiosa
7) a vida comunitária	8) a vida política	9) quando alguém o ajudou em um momento difícil
	10) quando ajudou alguém em um momento difícil	

SEÇÃO A – IDENTIFICANDO A DÁDIVA NA MEMÓRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3. Fale sobre a sua infância.
4. Você pode contar o fato que mais marcou sua infância?
5. E o fato que mais marcou sua adolescência?
6. Qual o fato que mais lhe marcou quando você ajudou alguém? Você pode contar como foi?
7. Você lembra de alguma vez alguém ter lhe ajudado quando você precisava muito?

SEÇÃO B – IDENTIFICANDO A DÁDIVA NA MEMÓRIA DA VIDA ADULTA

8. É casado?
9. Qual o fato positivo/bom que mais marcou seus anos de casado?
10. Qual o fato negativo/ruim que mais marcou seus anos de casados?
11. Como é o seu relacionamento com as pessoas no seu trabalho?
12. Pode contar algum fato que vc considere positivo que marcou o seu relacionamento com os colegas de trabalho?
13. Qual o fato que mais lhe marcou quando você ajudou alguém? Você pode contar como foi?
14. Você lembra de alguma vez alguém ter lhe ajudado quando você precisava muito?
15. Exerce alguma atividade comunitária no bairro, ou participa de alguma associação de moradores?
16. Como é a experiência?
17. O que mais marcou você dessa experiência?

SEÇÃO C – INICIATIVAS ASSOCIADAS A DÁDIVA DURANTE A CONSTRUÇÃO DAS CASAS

18. Vc lembra de algum fato que lhe marcou ao ter recebido ajuda de alguém durante a construção das casas?
19. E quando você ajudou alguém? Teve algum fato que marcou mais do que os outros?
20. Se você pudesse contar uma história que mais lhe marcou durante a construção das casas, qual seria?
21. Quais os seus planos para o futuro?

APÊNDICE D – RELATÓRIO DESCRITIVO SOBRE OS GRUPOS FOCAIS REALIZADOS

O grupo focal de Vila Independência foi o primeiro e constou apenas de mulheres. Por ter sido o primeiro, teve o caráter de um piloto, mas terminou sendo utilizado na pesquisa, pois ofereceu as condições esperadas e resultados satisfatórios. Foi realizado na Escola Estadual Comandante Luis Gomes, em Nova Descoberta, por articulações do líder comunitário.

Os grupos focais do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus foram realizados na Creche Municipal Lua Luar, localizada na entrada do conjunto, cedida pela Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife. As instalações são boas e a localização conveniente.

A mediação dos grupos focais foi realizada pela pesquisadora, tendo como mediador assistente Raphael Bezerra, sociólogo que participou da Pesquisa "Saúde, Redes e Determinantes Sociais", tendo aplicado a MARES em cinco grupos focais.

Todos os grupos focais foram gravados. Ao final, foi servido um lanche com salgadinhos, sanduíches e, para as crianças, brigadeiro. A disputa mais acirrada por comida foi entre as crianças, possivelmente devido ao grande número de participantes, ao nível de carência e à falta de maturidade e experiência para se controlarem em situações como essa.

Foram distribuídas plantinhas em um jarro que tiveram muito boa aceitação. Com as crianças novamente houve “uma corrida” para pegar as plantas e como só havíamos levado dez jarros, quatro crianças ficaram sem plantas e tivemos que levar em outra vez, pois os que não receberam, vieram pedir para levarmos em outra oportunidade.

No primeiro grupo focal, as informações com os dados pessoais foi deixado para ser preenchido no final, o que ficou impossível, dado o adiantado da hora. Então resolveu-se ir preenchendo, à medida que os participantes chegavam. No caso das crianças, isso gerou um certo “stress”, pois foram 14 questionários a serem preenchidos, mas sabia-se que se não fosse feito antes, teria que ser em outro dia, o que geraria um trabalho adicional, ou não ocorreria.

APÊNDICE E – PLANEJAMENTO DO GRUPO FOCAL
ADAPTAÇÃO DA MARES – METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES DO COTIDIANO
SOLIDARIEDADE EM POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

1º MOMENTO – FALA INTRODUTÓRIA PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO – 10 MIN

- i) Objetivos da tese
 - I) Salientar que a ajuda e a opinião do entrevistado é muito importante para o trabalho e para entender as formas de solidariedade e de ajuda que eles praticam na comunidade
 - II) Conhecer as práticas solidárias dos demais pode ajudar a fortalecer a solidariedade local
 - III) Como o grupo pode aproveitar esse trabalho como recurso para empoderamento
- ii) Explicar sobre a técnica do grupo focal
 - I) O que é um grupo focal
 - II) O grupo focal permite o trabalho com identidade
 - III) O grupo focal permite refletir sobre os problemas do cotidiano, alianças e mediadores de soluções e conflitos
 - IV) Um recurso estratégico para tomada de consciência pelos moradores sobre o cotidiano
- iii) Assinatura do termo de consentimento

2º MOMENTO – FAZENDO ASSOCIAÇÕES A CONCEITOS (20 MIN) – Colocar as cartelas com as palavras e pedir para eles falarem sucintamente o que vem à cabeça com a palavra:

CASA 1) _____	2) _____
RUA 1) _____	2) _____
VIZINHOS 1) _____	2) _____
COMUNIDADE 1) _____	2) _____
AMIZADE 1) _____	2) _____
MUTIRÃO 1) _____	2) _____

3º MOMENTO – INVESTIGANDO A SOLIDARIEDADE (25 MIN)

1. O que é Solidariedade pra vocês?
2. Descreva dois momentos da sua vida em que vocês mais sentiram solidariedade por parte das pessoas.
3. Descreva dois momentos da sua vida em que vocês deram uma grande ajuda a alguém (vizinho ou morador da comunidade)
4. O que lhe motivou a ajudar?
5. Como vocês se sentiram nesses dois momentos?

4º MOMENTO – CONFECCIONANDO O MAPA DE FACILITADORES E INIBID.ORES DE SOLIDARIEDADE (60 MIN)

O MAPA – Um círculo central, onde se coloca a palavra solidariedade. Em torno do círculo central desenha-se mais 3 círculos. Divide-se em dois hemisférios – norte e sul. No norte seriam colocados os facilitadores e no sul os inibid.ores. Quanto mais próximo do centro, mais forte é a relação tanto para dificultar (inibidor), quanto facilitar (facilitador). fácil de ocorrer representariam o que delimitam as distâncias e proximidades entre

6. Diga dois exemplos de ajuda que seus vizinhos fazem com mais frequência para vocês.
7. Diga dois exemplos de problema provocado pelo outro (vizinho, conhecido) por atitudes egoístas.
8. O que dificulta (impede) a ocorrência de práticas solidárias? Cada uma categoria com uma cor diferente (colocar na parte da baixo do círculo)
 - a) Situações/problemas
 - b) Pessoas
 - c) Objetos/crenças/instituições
9. O que facilita (favorece) a ocorrência de práticas solidárias?
 - a) Situações que facilitam
 - b) Pessoas
 - c) Objetos/crenças/instituições
10. Com quais pessoas daqui vc mantém uma relação que pode contar c/ ela, sempre que ela puder? Falar sobre isso. Vai ser a pessoa que ficou mais perto do centro e na parte de cima.
11. Quais as atitudes que vocês presenciaram de alguém demonstrando cuidado com o lugar (limpeza, plantio, conserto de alguma coisa, etc). Como foi, o que foi, as pessoas que se envolveram? colocar na parte de cima do mapa
12. Quais as atitudes que vocês presenciaram de alguém com falta de cuidado com o lugar (depredação, sujeira, etc). Como foi, o que foi, colocar na parte de baixo do mapa
13. O que vocês podem fazer para fortalecer as atitudes de cuidado e diminuir as atitudes que não demonstram cuidado? (Agindo individualmente e agindo coletivamente)

Responder Estas perguntas no final/início individualmente e em separado

SEÇÃO A – INFORMAÇÕES PESSOAIS

6. Nome: _____
7. Endereço: Rua _____ No _____, apto _____
8. Localidade: 1) Dom Helder 2) Vila Independência 3) Abençoada por Deus
9. Cadastro _____ (Dom Helder) 0,99) não se aplica – NSA
10. Idade _____ 6. Gênero 1) Homem 2) Mulher
8. Escolaridade – série que está/até que série estudou _____ 8. Renda familiar mensal? R\$ _____ 0,97) não sabe 0,98) NR
15. Qual sua religião? 1) creio em Deus 2) católica 2) evangélica _____ 3) espírita
4) candomblé/umbanda _____ 5) não creio em Deus 6) outro _____ 0,98) NR 0,99) NSA
16. Quantas vezes você frequenta a igreja, templo ou terreiro? N° _____ vezes/ 1) semana 2) mês 3) ano)
17. Com que frequência? 1) sempre 2) frequentemente 3) às vezes 4) raramente 5) nunca 0,98) NR 0,99) NSA
18. Como você considera a sua fé e crença em Deus? 1) tenho muita fé e procuro seguir seus ensinamentos
2) tenho muita fé 3) tenho fé, mas às vezes ela fraqueja 4) tenho pouca fé 5) não acredito em Deus
19. Você participa de alguma organização comunitária? 1) sim 2) não 0,98) NR 14. Qual(is)? 1) conselho de moradores
3) clube de mães 4) liga de dominó 5) time de futebol local 6) outro _____ 0,98) NR 0,99) NSA
18. Como você participa? _____
19. Com que frequência? 1) sempre 2) frequentemente 3) às vezes 4) raramente 5) nunca 0,98) NR 0,99) NSA
20. Você faz algum tipo de militância política? 1) sim 2) não 0,98) NR 18. Qual? 1) participo como posso 2) milito,
mas não sou filiado 3) sou filiado a um partido 4) sou dirigente 5) trabalho p/ político 6) outro _____ 0,98) NR 0,99) NSA
66. Se sim, c/ que frequência? 1) sempre 2) frequentemente 3) às vezes 4) raramente 5) nunca 0,98) NR 0,99) NSA
67. Qual(is) o(s) partido(s) ou político(s)? _____

APÊNDICE F– CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DE UM GRUPO FOCAL (ENCONTRO DE GRUPO)
SOLIDARIEDADE EM POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Sr(a). _____, você está convidado para participar de um encontro para discutir a solidariedade existente em _____ (nome da comunidade) para lidar com as dificuldades de moradia e do dia a dia. Sabemos que são muitos os problemas enfrentados pelos moradores e gostaríamos de saber na história da comunidade as alternativas encontradas para lidar com as carências e necessidades uns dos outros. Esta pesquisa é parte da tese de doutorado de Edinéa Alcântara “Solidariedade em Comunidades de Baixa Renda: uma análise dessas manifestações nas práticas cotidianas à partir da dádiva”, desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco, na Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Um dos objetivos do trabalho é conhecer as práticas de solidariedade das comunidades pesquisadas e contribuir para que essas práticas sejam reconhecidas e consideradas nos projetos habitacionais e que esses possam atender melhor os interesses da população beneficiada. Para isso, estamos convidando um pequeno grupo de pessoas para discutir o assunto. O nosso encontro será na

_____, dia ____/____/____, _____, às _____hs.

Você gostaria de participar?

☐ sim, (nome, endereço, fone)_____

☐ não

(Se sim)

Eu liguei para você para você pouco antes para confirmar o encontro. Muito obrigada e até logo.

APÊNDICE G – TERMO DE CONCORDÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO FOCAL

Eu, _____, concordo em participar de uma reunião de grupo focal com moradores da Vila Independência, realizada na _____ Escola Comandante Luis Gomes (Visitação), ou Creche Lua Luar no dia ____/____/____. Tenho conhecimento de que quaisquer declarações, opiniões e palavras que forem proferidas durante esse encontro, quando citadas, será assegurado o anonimato de quem as proferiu. Concordo também que sejam usados meus depoimentos na tese de doutorado de Edinéa Alcântara de Barros e Silva, em andamento na Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, bem como em outros trabalhos de pesquisa, acadêmicos, artigos, apresentação em encontros e publicações de caráter acadêmico ou científico, desde que seja preservado o anonimato das minhas declarações. Concordo também que podem ser usadas as fotos do encontro nos documentos e eventos anteriormente referidos que tenham caráter acadêmico, científico ou de pesquisa.

Recife, ____ de _____ de 2009

C.P.F. _____

TERMO DE CONCORDÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO FOCAL (A SER ASSINADO POR O RESPONSÁVEL, SE FOR DE MENOR)

Eu, _____, concordo que meu/minha filho(a) _____ participe de uma reunião de grupo focal com moradores da Vila Independência, realizada na Creche lua Luar, no Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, no dia 07/01/10. Tenho conhecimento de que quaisquer declarações, opiniões e palavras que forem proferidas durante esse encontro, quando citadas, será assegurado o anonimato de quem as proferiu. Concordo também que sejam usados os depoimentos dele(a) na tese de doutorado de Edinéa Alcântara de Barros e Silva, em andamento na Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, bem como em outros trabalhos de pesquisa, acadêmicos, artigos, apresentação em encontros e publicações de caráter acadêmico ou científico, desde que seja preservado o anonimato das declarações. Concordo também que podem ser usadas as fotos do encontro nos documentos e eventos anteriormente referidos que tenham caráter acadêmico, científico ou de pesquisa.

Recife, 07 de janeiro de 2010

C.P.F. _____

APÊNDICE H – SÍNTESE DA PESQUISA REALIZADA PELO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES

Quant	Sempre trabalha	Às vezes trabalha	Sempre envia represent.	Durante a semana				Fim de semana				18 Recebeu advertência		18A.Quantas			Deve horas			Horas a mais			
				1 vez	2 vezes	3 vezes	5 vezes	0 vez	1 vez	2 vezes	?	Sim	Não	0	1	2	1 sim	2 não	3 não sabe 1p	0	1 sim	2 não	3 não sabe
total	25	30	15	6	10	6	7	29	15	18	2	9	58	28	7	1	33	35	1	1	19	48	1
1	5	2	8	5	3	36	10	4	2	13	101	10	2	2	10	22	4	2	3	105	5	2	3
2	10	3	35	22	4	41	13	5	3	22	105	22	3	3	33		7	5			10	4	
3	11	4	38	30	12	65	25	8	7	25		33	4	4	43		11	8			17	7	
4	13	7	39	74	16	68	31	17	10	27		43	5	5	84		12	10			25	8	
5	22	12	42	97	17	84	43	19	11	28		84	7	7	87		26	13			27	11	
6	25	16	50	123	45	114	56	26	16	30		87	8	8	90		30	16			31	12	
7	27	17	58		46		113	31	45	32		90	11	11	116		33	17			32	13	
8	28	19	68		67			35	74	33		113	12	12			35	19			43	16	
9	31	21	80		104			36	85	37		116	13	13			36	21			45	21	
10	32	26	87		116			38	87	40			16	16			37	25			46	22	
11	33	30	90					39	104	43			19	19			40	27			57	26	
12	36	37	93					41	109	44			21	21			44	28			67	28	
13	41	40	95					42	114	84			25	25			56	31			71	30	
14	43	45	97					46	123	107			26	26			58	32			74	33	
15	44	46	99					50	127	110			27	27			62	38			97	35	
16	57	56						56		112			28	28			65	39			107	36	
17	65	62						58		113			30	30			68	41			109	37	
18	71	67						62		115			31	31			72	42			115	38	
19	75	72						65					32	32			75	43			123	39	
20	105	74						67					35	35			78	45				40	
21	109	78						68					36	36			80	46				41	
22	113	84						71					37	37			84	50				42	
23	115	85						80					38	38			85	57				44	
24	116	101						90					39	39			87	67				50	
25	123	104						93					40	40			93	71				56	
26		107						95					41	41			95	74				58	
27		110						97					42	42			99	90				62	
28		112						99					44	113			101	97				65	
29		114						116					45				104	105				68	
30		127											46				110	107				72	
31													50				113	109				75	
32													56				114	112				78	
33													57				127	115				80	

Quant	Sempre trabalha	Às vezes trabalha	Sempre envia represent.	Durante a semana				Fim de semana				18 Recebeu advertência		18A.Quantas			Deve horas			Horas a mais			
				1 vez	2 vezes	3 vezes	5 vezes	0 vez	1 vez	2 vezes	?	Sim	Não	0	1	2	1 sim	2 não	3 não sabe 1p	0	1 sim	2 não	3 não sabe
total	25	30	15	6	10	6	7	29	15	18	2	9	58	28	7	1	33	35	1	1	19	48	1
34													58					116				84	
35													62					123				85	
36													65									87	
37													67									90	
38													71									93	
39													72									95	
40													74									99	
41													75									101	
42													80									104	
43													85									110	
44													93									112	
45													95									113	
46													97									114	
47													99									116	
48													101									127	
49													104										
50													105										
51													107										
52													109										
53													110										
54													112										
55													114										
56													115										
57													123										
58													127										

Fonte: Síntese dos dados fornecidos pelo Programa Conexões dos Saberes

ANEXOS

ANEXO A – TOTAL DE HORAS TRABALHADAS POR FAMÍLIA EM ABRIL DE 2007 (26/03 A 06/05)

Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas
1	9,75	26	96	51	0	76	76	101	96	126	131,5	151	80	176	96
2	0	27	96	52	136	77	64	102	93	127	80	152	0	177	96
3	0	28	136	53	96	78	120	103	84	128	64	153	0	178	91,25
4	83,5	29	96	54	96	79	64	104	84	129	91,25	154	96	179	96
5	88	30	90,5	55	92	80	76	105	94	130	92	155	68	180	84
6	92	31	96	56	96	81	96	106	80	131	48	156	76	181	60
7	95	32	90	57	96	82	92	107	136	132	325,5	157	0	182	116
8	96	33	124	58	76	83	68	108	96	133	96	158	72	183	106
9	136	34	96	59	123,75	84	96	109	76	134	57,5	159	96	184	76
10	88	35	48	60	83,5	85	128	110	96	135	90,25	160	91,75	185	91
11	88	36	87,5	61	96	86	96	111	80	136	124	161	0	186	88
12	88	37	80	62	72	87	64	112	96	137	77,5	162	96	187	95
13	96	38	80	63	92	88	48	113	64	138	94,5	163	80	188	88,5
14	96	39	96	64	80	89	64	114	56	139	96	164	88	189	96
15	64	40	120	65	170	90	104	115	96	140	96	165	84	190	76
16	88	41	144	66	72	91	63	116	70,5	141	48	166	96	191	88
17	96	42	0	67	88	92	96	117	95,5	142	132	167	55,5	192	135
18	96	43	96	68	92	93	80	118	80	143	91,25	168	84	193	136
19	73,5	44	96	69	96	94	56	119	16	144	88	169	96	194	88
20	0	45	48	70	125	95	92	120	84	145	96	170	96	195	48
21	96	46	136	71	84	96	80	121	80	146	83,75	171	96	196	51
22	48	47	80	72	96	97	0	122	127	147	52	172	130	197	95,25
23	120	48	78,5	73	91	98	84	123	64	148	88	173	48	198	64
24	136	49	86	74	89	99	130	124	56	149	80	174	80	199	0
25	96	50	48	75	96	100	96	125	76	150	68	175	80	200	63

Total de pessoas que deram mais de 64 horas – 168 pessoas ou 30 pessoas com menos de 64 horas. Fonte: Planilha excel fornecida pela AHPNE, 2008.

ANEXO B – TOTAL DE HORAS MENSAL DE CADA FAMÍLIA – MÓDULO I

Nº	NOMES DO MODULO I	abr	mai	junejul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	Mar	Abri	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
1	Aldenisio Nascimento da Silva	10	42,3	8	0	36	27,5	0	0	0	0	0	0	280	52	0	0	135	48,5	639
2	Cledineide Barbosa da Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	260	93,5	48	401
3	Jaqueline Gomes dos Santos	0	27	0	20	20	0	0	0	12	4	0	0	0	0	0	112	216	63	474
4	Ana Francisca de Souza	84	31,5	57	44	24	56	24	15	4	8,5	58	48	26	9	0	40	4	43	576
5	Ana Lúcia Freitas da Silva	88	92	112	64	72	76	80	69,5	81,5	67,5	71	72	64,5	72	75	76	57	34,5	1325
6	Anacleide Silva dos Santos	92	95,8	96	72	68	72	71	92	68	64	54	78	88	42	58	67	57	20	1255
7	Andresa Santana da Silva	95	46,9	2,5	0	47	24	44	38	45	20,5	30	17,5	11,5	35	31	153	30	261	931
8	Antonio Henrique H. Silva	96	88	76	60	76	67,5	30	70,5	26	35	12,5	0	0	0	0	69,5	64	0	771
9	Antonio Ribeiro de Santana	136	96	100	27	60	66	19,5	24	52	23	43,5	66	70	53,5	61,5	30	49,5	4	982
10	Auriceia Maria da Silva	88	91,5	104	72	64	83	64	69	68,5	42,5	66	55,5	55	52,5	99	64,5	50,5	10	1200
11	Cicera Antonia Pereira	88	88	103,5	68	69	80	64	50,5	0	0	12	9	0	29,5	32	0	0	210	904
13	Delange Maria de Souza	96	92	86	70	18,5	32	66	72,5	70	35	56,5	46,5	69,5	53	66,5	96	49	0	1075
14	Denilson Francisco da Silva	96	93	110,25	61,5	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	425
15	Diuney Soares do Nascimento	64	101	75	47	24	68	19,5	24	4	0	6	46,5	17	0	39,5	79	78	258	950
16	Djavane Santana Pessoa	88	33,8	21	107	29	0	0	0	0	0	8	285	188	0	0	62	233	49	1103
17	Ederaldo Silvano Autran	96	96	104	68	56	78	64	37	84	20	71,5	64	31,5	0	0	4,5	98	58	1031
18	Edson Bezerra dos Santos	96	87	99,5	75	69	76	62,5	64	71	64,5	54	76	64,5	71	64	64	60	12	1230
19	Edvaldo Jose de Oliveira Silva	74	19,5	49,75	47,5	32	162	100	77	24,5	13	24,5	9	86	76	67,5	91	50,5	11,5	1015
20	Roberto Alves Feitosa	0	0	0	12	56	72	64	50	52	20	53	30	46	49	60	36	0	48	648
21	Emerson Ferreira da Silva	96	96	84	56	12	16	0	0	46	16	5	10	10,5	40	57	110	125	42	821
22	Enildo Lopes da Silva	48	16	37	8	8	0	0	16	74	22	0	0	147	38	0	113	0	147	673
23	Erica Flávia Lemos Silva	80	102	123	64	41,5	4	48	20	36	0	3	49	8	4	24	0	54,5	200	861
24	Fabiana Guedes P. de Araújo	136	84	16	31	46	0	0	12,5	68	0	3	0	21	23	11,5	0	39	12	503
25	Fábio Renato Lins de Lira	96	96	108	72	56	76	72	64	95,5	73	67,5	72	71,5	76,5	82	95	21	0	1294
26	Francilene Oliveira de Moura	96	96	18,75	43	61	79	67	48	72	24	13	169	7	53,5	16,5	137	84,5	8	1092
27	Francimar Alves Caboclo	96	96	112	76	80	80	64	140	64	40	74	48	66	89	74	153	72,5	89,5	1514
28	Gilmar Marques de Oliveira	136	57	52	32	47,5	50	28	106	18	42	6,5	0	0	0	3	134	22,5	212	946
29	Givanildo Norberto da Silva	96	75,5	12	4	8	63,5	11	0	44	10	0	8	68	32,5	18,5	25	20	8	504
30	Givanildo Silva do Nascimento	91	87,5	64	64	64	19	36	60	78	3,5	0	60	67	0	12	13	22,5	209	950
31	Heleno Aprigio de Santana	96	96	100	72	48	87,5	64	76	90	46,5	46,5	36,5	32	59,5	119	86	68	16	1240
32	Hinamar Araújo de Medeiros	90	59,5	124,5	34	63	68,5	42	119	101	74	129	63	67,5	73	89	62,5	28	14	1301
33	Iaponam Marques Teixeira	84	43,5	52	28	8	0	16	34,5	40	24	4	25	59	45,5	76,5	164	53,5	22	780
34	Isabel Rodrigues da Silva	96	86,5	111	52	32	74	56	64	106	71	53	75	37	47,5	70	64	73	4	1172
35	Isaias Ramos Barbosa	48	43	15	36	19	0	0	0	36	0	12	8	16,5	70	64	65	71	0	504
36	Isleide Alves de Santana	88	104	67,5	8	0	0	60,5	104	120	38,5	29	0	0	0	23,5	28,5	97,5	15	784
37	Ivandercio Pereira da Silva	80	100	56	40	60	36	38,5	51	21	63	4	8	80,5	5	0	23	142	140	948
38	Ivanise de Lima Cardoso	80	80	72	0	0	16	16	0	64	64	32	64,5	64	70	75	65,5	80	64	907
39	Izaak Jose Silva Espindola	96	88	88	44	44	64	73	67	104	57,5	65,5	70	73,5	69,5	110	73	78,5	73,5	1339
40	Janaína Rodrigues C Bispo	120	22,4	25,75	16	50	32	12	4	0	7	0	0	0	92,5	0	0	84,5	100	566
41	Janeide Porcina de Lima	144	77,5	97,75	48	83	70	0	120	65,5	55,5	72	77,5	55	72	42,5	91	0	0	1171

Nº	NOMES DO MODULO I	abr	mai	junejul	ago	set	out	nov	Dez	jan	fev	Mar	Abri	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
42	Levi José dos Santos	0	0	0	0	85,5	81	45	48	64	64	63,5	64	54,5	25,5	77,5	70,5	46	115	904
43	Josefa Soares e Silva	96	100	132	64	53	81	64	68,5	72	48	62	33	68	35,5	32	113	18,5	0	1140
44	Josias Bezerra Sales	96	87	96	36	67	27,5	28	66	16	38	35	31,5	30	70,5	58	104	106	27,5	1020
45	Gleiciane Vieira da Silva	48	20	12	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	269	119	146	622
46	Josimeire Rocha da Costa	96	79,5	87,5	62	55	59	29	30,5	28	4	4,5	4	25	48	62,5	44	32	134	884
47	Karina Rafaela do Nascimento	80	47,5	35	0	0	0	0	0	55	8	0	14	125	10	0	0	32	514	920
48	Kleber Luiz dos Santos	79	5,5	0	0	17	22	0	0	134	46	23,5	0	51,5	143	46,5	33	47,5	63	710
49	Leida Rodrigues da Silva	86	78,5	77,75	26	58	46	68	55	74	53,5	16	58	37,5	32,5	36	301	38,5	8,5	1151
50	Levi de Santana Dias Souza	48	136	64	76	61	16	24	29	58,5	0	27,5	35,5	0	43,5	49	40	23	17	748
51	Cleberson S. Pimentel	0	0	0	16	64,5	44	49	21	48,5	64,5	34,5	31	39	26	55,5	70,5	78	56,5	699
52	Lucia Leite da Silva	96	52	64	64	34	70	33	64	128	0	67,5	64	54	69,5	52	49,5	78,5	64	1104
53	Luciano Galdino da Silva	96	97	100	68	92	59	91,5	67,5	72	66	63,5	41	45,5	48	62	67,5	8	7,5	1152
54	Luzimar Rodrigues da Silva	96	96	96	68	53	49,5	73	43	95	54,5	73	68	66	43	45	98,5	32,5	16,5	1167
55	Manoel Herculano Ferreira	92	84	88	32	49	59	65	78	92,5	66	75,5	64	96	75	97	75,5	66	55	1310
56	Marclínio Costa Soares	96	66,5	81	64	32	24	16	30	8,5	0	8	0	0	0	0	0	64	17	507
57	Marcos da Silva Santos	96	97	96	64	88	80	58	70,5	61,5	66	66,5	64,5	64	64,5	61	78	54	20	1250
58	Maria da Conceição Andrade	76	96,5	48	24	20	28	56	64	80	64	64	57	65,5	67,5	61	70	65	56	1063
59	Maria da Conceição da Silva	84	92	92	48	40	72	64	52	68	67	51,5	40	8	24	67,5	0	24	0	894
60	Maria da Paz Clemente da Silva	84	84	68	24	75	28	57	54	36	68,5	62,5	25	127	45,5	78	51,5	67	0	1034
61	Maria do Carmo Lopes da Silva	96	96	116	68	65	44	56	81	74	28,5	86	86,5	71	85	73	103	82	49,5	1361
62	Maria do Socorro da Silva	72	24	60	18	15	25,5	0	3,5	72	8	0	48	5	0	39	123	60	49,5	623
63	Maria do Socorro da Silva	92	57,3	28,5	27	19	16	0	111	88	0	48	67	66	74	69	64	109	64,5	999
64	Maria Domingas da Silva Santos	80	102	100	40	56	72,5	69	48	82	86,5	57,5	64	75	39	85,5	85	28	0	1170
65	Maria Jose da Silva	96	88	84	44	56	49,5	57	0	28	16	33,5	39	17,5	0	57	96	42	26	830
66	Maria José da Silva	72	16	94,5	48	32	4	23	67	66	58	8	37	46	112	139	125	88,5	0	1035
67	Maria José Ferr. do Nascimento	88	94	92	80	56	68,5	75	64	51	78,5	81,5	81	63,5	55,5	83,5	65,5	47,5	0	1225
68	Maria José Soares	92	100	104	64	56	72	70	28	82	59,5	67,5	32	20	32	104	32	52	0	1067
69	Maria Josefa de Vasconcelos	96	87	112	56	88	56	52	72	111	47	76	74,5	62	80,5	72	83,5	50	11	1286
70	Maria Ofelia da Silva	125	79	55	62	97	39	72	91	45	40	68,5	85,5	79,5	67	49	71,5	64,5	13	1204
71	Maria Rosilda de Oliveira	84	95,5	71,5	52	40	71,5	55,5	58	145	57	93,5	66	49,5	58,5	77	38,5	56	15	1184
72	Maria Rosineide da Hora	96	87	82	40	36	71	16	36	42	35	29,5	48	87	87,5	112	117	62	0	1084
73	Maria Soares da Silva	91	88	98	80	67	62	72	76	67	64,5	56,5	57,5	64,5	51	60	0	49	0	1104
74	Midiam Adelina de Santana	89	103	64	32	60	81	77	114	124	69,5	69,5	40	66	43	78,5	56	42	8	1217
75	Monica Teixeira da Costa	96	88	92	60	63	44	35	96	49	31,5	33	28	51,5	24	25,5	155	19,5	12,5	1003
76	Nadir Passos Ferreira	76	66	86,25	24	36	16	0	8	0	0	0	16	0	0	0	0	110	203	641
77	Neilda Mend. de Albuquerque	64	55	42	30	0	6	0	8	29,5	16	8	35	49,5	37,5	36	56	108	32,5	613
78	Paulo de Tassio M. Teixeira	80	40	4	64	20	8	0	0	54	0	0	0	25	0	31	119	141	0	586
79	Paulo Fernando Silva	64	58	48	20	24	24	32	16	20	32	24	24	16	4	0	0	0	0	406
80	Priscila Silva dos Santos Alves	76	20	61,25	52	6	91	62,5	34	16	0	23	9	61	91	82	84,5	43	35	847
81	Raquel da Silva	96	92	88	56	0	0	0	0	11	10	0	36	38,5	3	3	12,5	31,5	0	478
82	Reginaldo José da Costa	92	87,5	87	52	28	0	42	54	32	38	58,5	72	62,5	63	65,5	65	82	8	989

Nº	NOMES DO MODULO I	abr	mai	junejul	agos	set.	out.	nov.	Dez	jan	fev	Mar	Abri	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
83	Ricardo Bezerra dos Santos	68	61	54,5	52	28	28	24	35,5	24	15,5	16	27,5	19,5	64	36	49,5	67,5	75,5	746
84	Josiclaudio Sebastião Ferreira	96	79,5	28	8	0	0	8	24,5	0	0	0	0	0	0	0	88,5	195	79	606
85	(Roberto, DH) de Santana	128	43,3	63,25	32	51	36	36	165	53	34	13,5	3	47,5	48,5	47,5	140	43,5	130	1115
86	Roger de Lucena Arruda	96	91,5	72	47	92	28	108	74	60	5	3	16	56	40	92	26,5	103	0	1010
87	Rosalia da Silva Albuquerque	64	0	192	48	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	168	16	504
88	Rosely Pereira da Silva	48	32,3	8	40	32	0	0	0	7	33	0	0	0	0	45,5	0	55,5	72	373
89	Samuel Timoteo da Silva	64	30,5	32	16	16	16	72	63,5	68	0	4	0	0	8	168	81	323	283	1245
90	Sidnei Jose da Costa	64	113	88	80	49	60,5	71,5	63	64	45,5	32,5	0	0	0	0	0	150	17	898
91	Silvana de Santana Dias Souza	63	95,5	92	84	64	73	64	46	53	24,5	36	64	64,5	60,5	68	45,5	68	37,5	1103
92	Suely Pereira do Nascimento	96	64	12	0	4	0	0	0	120	43	44	68	80	67	69	67,5	52	48,5	835
93	Tania Maria do Nascimento	80	56	36	40	32	40	32,5	31,5	16	4,5	0	0	0	0	0	0	53	40	462
94	Tiago Aguiar	56	104	100	72	67	71	33	70	72	58,5	64,5	62	77	74,5	45,5	39	116	54	1236
95	Vando José da Costa	92	79	88	68	56	72,5	56	58	39	46	37,5	0	0	0	0	0	116	40	848
96	Vanusa Maria da Silva	80	12	36	0	28	118	56	79	96,5	88	32	49	77	63	64	56	68	0	1003
97	Rejane	0	0	0	0	24	56	47,5	16	70	55,5	35	36	32	10,5	71	107	138	417	1115
98	Viviane Alves de Sena	84	36	81,5	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	210
99	Viviane Denice da Silva	90	72	89,9	60	47	52	28	7	4	69	0	64	64	68	69	67	40	0	891
100	Wagner Alexandre de S. Ferreira	96	64	52	24	41	48	32	25,5	45	38	64	89	32	107	169	213	53	44	1235

Fonte: Planilha excel fornecida pela AHPNE, 2008.

ANEXO B – TOTAL DE HORAS MENSAL DE CADA FAMÍLIA – MÓDULO II

Nº	NOMES DO MODULO II	abr	mai	junejul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	Mar	Abri	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
101.	Aldenísio Nascimento da Silva	96	95,3	121	50	56	47,5	39	48,5	56	37	50,5	71	53,5	111	32	58	19,5	8,5	1050
102.		93	95,5	104	72	60	70,5	80	68	64	64	80	67,5	83,5	48,5	82,5	66,5	66,5	0	1266
103.		84	80	126	92	72	75,5	32	0	23	45	13	63,5	15	98,5	67,5	104	75	73,5	1140
104.	Ana Francisca de Souza	84	48,5	60	20	32	16	31,5	10	24	0	4	4	80	39	48,5	123	77	36	737
105.	Ana Lúcia Freitas da Silva	84	90,3	63	14	7	29	18,5	139	94	13	30	43,5	120	84	67,5	122	72,5	16,5	1118
106.	Anacleide Silva dos Santos	80	24	0	4	28	69	88	76	120	58,5	85,5	93	67,5	69	55,5	93	100	40	1151
107.	Andresa Santana da Silva	136	90,4	68	28	72	69	78,5	24	64	20	43,5	69	48,5	44,5	164	123	94,5	72	1308
108.	Antonio Henrique Hortêncio Silva	96	96	122,5	72	64	82	68	66	64	65,5	65,5	60,5	65	50	65	43,5	56	8	1210
109.	Antonio Ribeiro de Santana	76	96	96	60	88	64	64	72	70	44	20	48	36,5	32	80	89,5	88,5	20	1145
110.	Auriceia Maria da Silva	96	85,8	88	31	44	24	64	42	20	9	16	53	65	57,5	81	136	8	77,5	998
111.	Cicera Antonia Pereira	80	64	63	16	0	24	122	137	95	160	64	51,5	10	0	164	70	0	0	1121
112.	Cicera Maria Silva	96	92,3	104	64	56	68	73	64	68,5	56,5	60,5	64	71,5	56	87	60	58	9	1208
113.	Delange Maria de Souza	64	39,5	4	0	51	3	0	0	0	63	44,5	38,5	7	0	0	0	0	70	385
114.	Denilson Francisco da Silva	56	48	19	0	3,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	158	270	257	811
115.	Diuney Soares do Nascimento	96	87	108	64	55	91,5	80	32	70	67	76,5	65	75,5	92	119	170	72	44	1464
116.	Djavane Santana Pessoa	71	55,5	36	8	4	0	61	4	36	0	19	42,5	45	25	6	287	42,5	175	917
117.	Ederaldo Silvano Autran	96	96	88	76	65	56	68	75	71	50	63	93	81,5	75,5	87	72,5	64	0	1277
118.	Edson Bezerra dos Santos	80	53	64	47	56	52	68	42,5	109	32	35	65	65	35,5	96,5	68,5	69	0	1038
119.	Edvaldo Jose de Oliveira Silva	16	75,3	19	0	16	0	0	0	0	0	0	24	258	32	35,5	0	34	413	923
120.	Roberto Alves Feitosa	84	87,5	121	96	48	78	60	61	64	64	53,5	58	74	37	63,5	28,5	64,5	0	1143
121.	Emerson Ferreira da Silva	80	103	80	80	64	73	64	68,5	55,5	51,5	70,5	80	68	35	0	0	0	0	973
122.	Enildo Lopes da Silva	127	32	96	16	115	68	61	114	72	32	62	72,5	65	66,5	71	64	68	14	1216
123.	Erica Flávia Lemos Silva	64	68	96	72	64	72	98	75,5	72	56	80	64	63,5	48	24	28	56,5	32	1134
124.	Fabiana Guedes Pereira de Araújo	56	68	136	32	32	48	44	47,5	48	0	25	42	48	59,5	0	0	0	0	686
125.	Fábio Renato Lins de Lira	76	67,5	43	6	48,5	20	0	0	18	8	9	42,5	77	101	206	324	172	0	1218
126.	Francilene Oliveira de Moura	132	78	52	39	44	25,5	15	3,5	147	0	16	16	43,5	42	236	15,5	67,5	0	972
127.	Francimar Alves Caboclo	80	59,5	107	24	36	24	31	74	88	57,5	39	26	32	31	7,5	32	15	19,5	783
128.	Gilmar Marques de Oliveira	64	21,5	119	44	42	57	35	5	9	16	16	16,5	21,5	12	8	52	70	16	625
129.	Givanildo Norberto da Silva	91	82,3	102,5	72	46,5	17	20	8	8	4	7,5	31,5	52,5	0	3,5	234	64	64	908
130.	Givanildo Silva do Nascimento	92	88	106	72	20	48	12	0	65	19,5	32	16	60	0	224	0	79	8,5	942
131.	Heleno Aprigio de Santana	48	4	15	12	0	44	88,5	0	0	9	0	0	86,5	74,5	3	0	116	0	500
132.	(João, L, DH) Araújo de Medeiros	72	47,5	44	27	4	56	80	96	8	0	67,5	21	21	65	65,5	71	36	16	797
133.	Iaponam Marques Teixeira	96	96	96	56	55,5	64	48	64	63	12	95	49,5	64	78	78	10	72	9	1106
134.	Isabel Rodrigues da Silva	58	16	0	20	64	80	64	56	71	64,5	61	76,5	73	27	72,5	64	83,5	40,5	991
135.	Isaias Ramos Barbosa	90	91,5	64	20	16	0	0	0	64	37	0	0	21,5	0	0	136	0	0	540
136.	Isleide Alves de Santana	124	71,5	51,5	36	74	32	39,5	32	37	15,5	12,5	24	25,5	27	43,5	48,5	20	0	714
137.	Ivandercio Pereira da Silva	78	21,3	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	86	365	7	565
138.	Ivanise de Lima Cardoso	95	57,3	70,5	4	0	40	16	23	24	0	13,5	8	0	1,5	16	33,5	0	0	402
139.	Izaac Jose Silva Espindola	96	90,5	80	40	44	64	36	41	40	32	41	57,5	75	29,5	99,5	106	179	56	1206
140.	Janaína Rodrigues C Bispo	96	95,3	96	75	69	73,5	55	21,5	52	9	38	160	0	0	66	72	0	0	978

Nº	NOMES DO MODULO II	abr	mai	junejul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
141.	Janeide Porcina de Lima	48	0	8	8	64	76	48	44	102	0	19	64	124	27,5	54,5	107	14	217	1025
142.	Levi José dos Santos	92	64	80	72	47,5	28	0	75	0	8	0	8	67,5	74,5	13,5	22	54	335	1041
143.	Josefa Soares e Silva	91	80	76	56	40	48	56,5	8	44	23,5	46,5	42,5	31,5	0	7,5	0	179	114	943
144.	Josias Bezerra Sales	88	96	88	60	32	52	80	62	77	35	52,5	68	82,5	54	60	84	43	18	1132
145.	Gleiciane Vieira da Silva	96	68,3	89	36	62	52,5	80	97	64	54,5	54	36	47,5	64	65,5	101	70,5	25,5	1163
146.	Josimeire Rocha da Costa	84	75	80	56	50	26	20	48	54,5	40	28	0	55,5	11,5	250	225	205	55	1362
147.	Karina Rafaela do Nascimento	52	19,4	32	0	4	0	0	12	16	4	33	72	123	125	178	140	69,5	21,5	900
148.	Kleber Luiz dos Santos	88	92	107,25	64	76	63,5	56	86	38	79	79,5	57,5	66	66,5	68	115	64,5	9	1276
149.	Leida Rodrigues da Silva	80	15,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	165	233	13,5	506
150.	Levi de Santana Dias Souza	68	79,3	80	72	48	24	40	62	156	55,5	16,5	42,5	67,5	89	22,5	60	40	26	1049
151.	Cleberon S. Pimentel	80	95,5	86	60	66,5	58	24	5	37	36	0	0	107	64,5	130	65	129	66,5	1109
152.	Lucia Leite da Silva	0	0	0	15	71	71	54	77,5	14	16	28	11	39,5	26,5	3	30	85,5	27	569
153.	Luciano Galdino da Silva	0	0	0	12	63,5	79,5	71,5	52,5	52	0	8	58	42,5	11,5	99	43,5	18	0	612
154.	Luzimar Rodrigues da Silva	96	92	140	74	71,5	68	76	64	67,5	64,5	61,5	67,5	66	62	64,5	58,5	40,5	11,5	1246
155.	Manoel Herculano Ferreira	68	0	60	40	32	32	32	24	32	33	32,5	32	67	65	64,5	68,5	92,5	225	1000
156.	Marclínio Costa Soares	76	44	100	24	28	20	16	48	20	40	16	20	28	67	499	39	6	6,5	1098
157.	Marcos da Silva Santos	0	0	0	0	80	72	60	64	64	72	49	72	52	60	24	156	44	76	945
158.	Maria da Conceição Andrade	72	116	108	92	64	76	106	59	144	18	69	84	90	11	31,5	46,5	46,5	52	1286
159.	Maria da Conceição da Silva	96	63,5	124	44	68	52	72	74	125	38	65,5	48	71,5	16	108	74	12	16	1168
160.	Maria da Paz Clemente da Silva	92	88	60	44	60,5	72	32	18,5	32	65	66	65	74	64	64	65,5	64	36,5	1063
161.	Maria do Carmo Lopes da Silva	0	72	92	52	28	32	38	12,5	12	0	32	38,5	28,5	66,5	90	210	119	22	944
162.	Maria do Socorro da Silva	96	96	96	52	40	36	5	0	0	0	0	0	0	0	64	75	52,5	349	962
163.	Maria do Socorro da Silva	80	96	101	52	52	64	68	56	36	39	8	37	54	54,5	52	104	60	24	1038
164.	Maria Domingas da Silva Santos	88	60	68	60	44	56	40	32	62	4	0	16	17	44	136	64	106	36	933
165.	Maria Jose da Silva	84	96	91,25	71,5	51	51	38	52	51,5	17	32	43	46,5	32	31	42,5	46	29	905
166.	Maria José da Silva	96	88,5	68	44	43	100	98	84	66	0	66,5	65,5	87	59,5	115	45	28,5	0	1155
167.	Maria José Ferreira do Nascimento	56	0	4	84	0	0	0	11,5	0	0	0	0	0	0	0	267	120	16	558
168.	Maria José Soares	84	74,3	108	24	59	0	0	8	62	52	0	16	40	0	0	0	108	111	746
169.	Maria Josefa de Vasconcelos	96	92	96	68	64	84	65	72	73	41	30	62	69,5	52	36,5	59	40	72	1172
170.	Maria Ofelia da Silva	96	95	88	71	80	75	83	66,5	64	64	57	65	87,5	64,5	64	64,5	51,5	13,5	1250
171.	Maria Rosilda de Oliveira	96	96	88	64	68	69	85	83,5	24,5	62,5	21,5	95,5	81,5	10,5	81,5	44	83,5	83	1238
172.	Maria Rosineide da Hora	130	88	88	60	33	65	56	54	64	65	64	32	32	32	32,5	33	35,5	0	964
173.	Maria Soares da Silva	48	0	0	8	0	52	192	149	224	51,5	35,5	100	64,5	67	71	66,5	66	38	1232
174.	Midiam Adelina de Santana	80	45	80	36	0	35	42,5	35	8	38	25	31	10	15	56	0	35	51,5	623
175.	Monica Teixeira da Costa	80	80	56	71	61	49	32	42,5	77	83,5	79,5	68	22	4	23,5	66	48	36	979
176.	Nadir Passos Ferreira	96	96	96	80	60	80	64	65	24	24	31,5	62	32	64	82,5	107	70,5	71	1205
177.	Neilda Mendonça de Albuquerque	96	83	48	24	39,5	59	28	93	40	23,5	18,5	0	0	0	0	0	0	0	553
178.	Paulo de Tassio Marques Teixeira	91	76	112	72	60	23,5	65	48,5	47	35	49	31	57	39	68	24	109	0	1007
179.	Paulo Fernando Silva	96	96	112	72	60	83	76	67	28	48	16,5	8,5	0	0	0	0	220	45,5	1028
180.	Priscila Silva dos Santos Alves	84	83,3	36	0	24	17	20	0	0	34,5	0	0	4	0	0	0	0	35	338
181.	Raquel da Silva	60	11,5	0	8	31,5	35,5	11,5	0	106	0	0	0	0	0	79	360	26,5	176	905

Nº	NOMES DO MODULO II	abr	mai	junejul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
182.	Reginaldo José da Costa	116	59,5	72	60	70	73	48	125	64	52,5	4	2,5	0	0	0	0	0	0	747
183.	Ricardo Bezerra dos Santos	106	82	106	58	55,5	30	0	0	34	51	44	79,5	79	81	101	165	135	0	1207
184.	Josiclaudio Sebastião Ferreira	76	42,3	63,5	52	20	24	24	39	36	36	28	205	23	44	33,5	32,5	18	16	813
185.	Roberval de Santana	91	93	84	60	40	54,5	43	12	52	36	27	32	32	48	47	0	40	8	800
186.	Roger de Lucena Arruda	88	88	72	60	60	72	44	62	58,5	37,5	106	86	66	47	34	133	33,5	0	1147
187.	Rosalia da Silva Albuquerque	95	96	92	40	48	24	39	8	38	0	32	41,5	11,5	13,5	50	28	189	68,5	914
188.	Rosely Pereira da Silva	89	80,3	76	23	18	0	0	0	0	0	0	0	44	16	0	0	48	0	394
189.	Samuel Timoteo da Silva	96	80	89	88	72	65	82	41,5	49	64	50,5	67	94	81,5	62	81	44	0	1207
190.	Sidnei Jose da Costa	76	95,5	189	20	65	70	65	13	47,5	13	0	0	8	0	0	18	52,5	343	1075
191.	Silvana de Santana Dias Souza	88	90	95	64	63	69	45	74	75	39	83	47	30	63,5	55,5	67	49	15	1112
192.	Suely Pereira do Nascimento	135	64	43,5	44	8	55,5	52	93,5	87,5	22,5	95,5	163	80,5	76	141	56	55	0	1273
193.	Tania Maria do Nascimento	136	96	80	40	62	106,5	28	0	20	55,5	73,5	64	68	70,5	89,5	32	72	33	1127
194.	Tiago Aguiar	88	24	0	8	64	47	43,5	28,5	56,5	64	34,5	68	23	35,5	64	67	64	8,5	788
195.	Vando José da Costa	48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48
196.	Vanusa Maria da Silva	51	3	0	0	20	8	0	0	0	0	0	0	73,5	73,5	0	23	92	73	417
197.	Rejane	95	95	96	87	64	69	40	24,5	52,5	64	36,5	0	0	0	0	0	145	137	1005
198.	Viviane Alves de Sena	64	37,5	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	194	92,5	27	423
199.	Viviane Denice da Silva	0	0	0	16	60	68	49	43,5	38	39,5	41,5	64	29,5	22	64	56,5	65	47	704
200.	Wagner Alexandre de S. Ferreira	63	44,5	57,5	9	0	10,5	2	0	9	13	0	9	109	45,5	32	31	139	16	590

Fonte: Planilha excel fornecida pela AHPNE, 2008.

ANEXO C – CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA O PRIMEIRO SORTEIO EM OUTUBRO DE 2008

Clas.	Nº	NOMES DO MODULO I	Pontuação	Clas.	Nº	NOMES DO MODULO I	Pontuação
1	5	Ana Lúcia Freitas da Silva	0,993924	51	59	JUNIOR ALEXANDRE DA SILVA	0,820747
2	27	Francimar Alves Caboclo	0,965278	52	34	Euridice Moreira da Costa	0,817274
3	15	ANTONIO RICARDO SANTANA DE MELO	0,964410	53	93	SEVERINO JOSÉ DA COSTA	0,817274
4	57	Marcos da Silva Santos	0,960503	54	6	ALCILENE BARBOSA DA SILVA	0,814236
5	39	Izaac Jose Silva Espindola	0,959635	55	39	EURIDICE FERNANDA PEREIRA CAVALCANTI	0,813368
6	55	Manoel Herculano Ferreira	0,954861	56	63	LINDOMAR CHARLES DA SILVA	0,809462
7	18	Edson Bezerra dos Santos	0,951823	57	13	Delange Maria de Souza	0,807726
8	70	MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO NEVES	0,950955	58	66	MANOEL DIAS DA SILVA FILHO	0,807292
9	61	Maria do Carmo Lopes da Silva	0,944878	59	18	CASSIA PRISCILA ARCELINO DA PAZ	0,806424
10	6	Anacleide Silva dos Santos	0,940104	60	43	Josefa Soares e Silva	0,800347
11	54	JOHNNY MANNIX ALMEIDA	0,935330	61	75	MARIA PINHEIRO DE SOUZA	0,793403
12	12	ANDREA HONORIO MENEZES	0,927951	62	92	SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	0,792101
13	2	Andréia Gonçalves da Silva	0,927517	63	50	IVONETE HONORIO MENEZES	0,790799
14	17	CARLOS ANDRÉ RODRIGUES	0,924479	64	41	Janeide Porcina de Lima	0,785590
15	48	IVANEIDE RODRIGUES DO NASCIMENTO	0,924479	65	100	Wagner Alexandre de Souza Ferreira	0,783420
16	94	Tiago Aguiar	0,921875	66	60	Maria da Paz Clemente da Silva	0,777344
17	8	ALEXANDRE VILAS BÔAS DA SILVA	0,918403	67	3	ADRIANO SANTOS BONFIM	0,777344
18	69	Maria Josefa de Vasconcelos	0,910590	68	82	Reginaldo José da Costa	0,776042
19	10	Auriceia Maria da Silva	0,906250	69	68	Maria José Soares	0,770399
20	23	DANIEL ALVES CAMELO	0,906250	70	1	ADEMIR DE MELO SILVA	0,767795
21	67	Maria José Ferreira do Nascimento	0,904080	71	44	Josias Bezerra Sales	0,752604
22	25	Fábio Renato Lins de Lira	0,900174	72	78	MIQUEIAS ANTÔNIO DOS SANTOS	0,748264
23	45	HENRIQUE BARROS MORAES	0,897135	73	51	JEFFERSON BERNARDO DA SILVA	0,746528
24	91	Silvana de Santana Dias Souza	0,896267	74	49	Leida Rodrigues da Silva	0,744792
25	69	MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA	0,889323	75	72	Maria Rosineide da Hora	0,743490
26	32	Hinamar Araújo de Medeiros	0,885417	76	17	Ederaldo Silvano Autran	0,740451
27	70	Maria Ofelia da Silva	0,885417	77	83	RAIMUNDO MARQUES DA SILVA	0,736545
28	60	KLEBER DALTON BONFIM	0,881076	78	72	MARIA DOS PRAZERES NASCIMENTO DA SILVA	0,736111
29	89	ROSA CLEIDE DA HORA	0,881076	79	65	LUCILENE SEVERINA DOS SANTOS	0,735677
30	71	Maria Rosilda de Oliveira	0,874132	80	21	CLEYTON EDSON MONTEIRO DOS SANTOS	0,734375
31	31	Heleno Aprigio de Santana	0,872396	81	96	Vanusa Maria da Silva	0,732639
32	76	MARIA SIMONE GOMES DA ROCHA	0,869358	82	46	IRAN JOSÉ DA SILVA	0,727031
33	22	CROMACIO JOSÉ FIGUEIREDO NETO	0,867188	83	63	Maria do Socorro da Silva	0,725477
34	44	HELIO JOSÉ DE SOUZA	0,866753	84	9	Antonio Ribeiro de Santana	0,725260
35	58	Maria da Conceição Andrade	0,866319	85	73	MARIA INES DA CONCEIÇÃO	0,724826
36	91	SANDRA ANDREIA MARCELINO DA SILVA	0,866319	86	38	Ivanise de Lima Cardoso	0,722222

Clas.	Nº	NOMES DO MODULO I	Pontuação	Clas.	Nº	NOMES DO MODULO I	Pontuação
37	71	MARIA DO SOCORRO ROSA DE MACEDO	0,863715	87	5	ALBERTO PINTO LOPES JÚNIOR	0,717882
38	54	Luzimar Rodrigues da Silva	0,862413	88	64	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA	0,710938
39	74	Midiam Adelina de Santana	0,861979	89	10	ANDRE LUIZ DE SOUZA SILVA	0,708767
40	34	Isabel Rodrigues da Silva	0,858941	90	99	Viviane Denice da Silva	0,706597
41	20	CIRLENE XAVIER DE OLIVEIRA	0,858073	91	26	Francilene Oliveira de Moura	0,705512
42	58	JOSEFA FERREIRA BARBOSA	0,856337	92	75	Monica Teixeira da Costa	0,702257
43	9	ANA MARIA ALMEIDA DOS SANTOS	0,854601	93	85	(Roberto, DH) de Santana	0,701389
44	53	Luciano Galdino da Silva	0,852431	94	19	Edvaldo Jose de Oliveira Silva	0,699002
45	52	Lucia Leite da Silva	0,849392	95	57	André Luiz Ramos	0,695313
46	7	ALEXANDRE FRANCISCO BARBOSA	0,847656	96	59	Maria da Conceição da Silva	0,694010
47	73	Maria Soares da Silva	0,847222	97	55	JOICILÂNDIA LINS BARBOSA DE MELO	0,692274
48	64	Maria Domingas da Silva Santos	0,844184	98	42	Levi José dos Santos	0,689670
49	33	ELIZABETE RAMOS DE ARAÚJO	0,826389	99	86	Roger de Lucena Arruda	0,688802
50	86	RISONETE IZABEL DOS SANTOS	0,823351	100	66	Maria José da Silva	0,680556
101	80	Priscila Silva dos Santos Alves	0,669922	151	77	Neilda Mendonça de Albuquerque	0,521267
102	94	Maicon Douglas do N. Amorim	0,664497	152	47	ITAMAR BERLAMINO RICARDO FER. DA COSTA	0,520313
103	40	FABIANA GOMES DOS SANTOS	0,652344	153	68	Marcos ANTONIO ALBUQUERQUE DE BARROS	0,504340
104	65	Maria Jose da Silva	0,648872	154	28	EDUARDO BATISTA DE SOUZA CASTRO	0,503038
105	32	ELISÂNGELA GOMES SILVA	0,646267	155	4	Ana Francisca de Souza	0,500868
106	46	Josimeire Rocha da Costa	0,645399	156	16	CARLOS ANDRÉ CABRAL DA SILVA	0,500434
107	95	Vando José da Costa	0,642795	157	62	LEIDIANE GOMES DA ROCHA	0,494358
108	11	ANDRÉ SILVA DE SOUZA	0,642795	158	62	Maria do Socorro da Silva	0,487847
109	30	Givanildo Silva do Nascimento	0,640625	159	53	Cassia S. S. Pimentel	0,480469
110	79	MONICA SANTA ROSA ROSENDO DA SILVA	0,639757	160	48	Kleber Luiz dos Santos	0,476128
111	90	Sidnei Jose da Costa	0,635851	161	52	José Roberto de S. dos Santos	0,474826
112	85	RICARDO FRANCISCO DA SILVA	0,634983	162	16	Djavane Santana Pessoa	0,466797
113	92	Suely Pereira do Nascimento	0,634549	163	100	ZENILDO JERÔNIMO DOS SANTOS	0,428750
114	97	VILMA LÚCIA DA SILVA CABRALA	0,633247	164	35	Isaias Ramos Barbosa	0,424913
115	83	Ricardo Bezerra dos Santos	0,631076	165	56	Marclínio Costa Soares	0,410156
116	43	GILDETE FRANCISCO DO NASCIMENTO	0,631076	166	77	MICHEL JOSÉ DOS SANTOS	0,410156
117	37	Ivandercio Pereira da Silva	0,629774	167	93	Tania Maria do Nascimento	0,407552
118	41	Rustemberg da Silva Gomes	0,624132	168	29	Givanildo Norberto da Silva	0,403212
119	99	Adilza Alves dos Ramos	0,621094	169	22	Enildo Lopes da Silva	0,389757
120	27	EDSON CARLOS MENDES DA SILVA	0,615885	170	81	PATRÍCIA REGINA DE ALBUQUERQUE SILVA	0,382378
121	61	KLEBSON (EDUARDO, FJ, AB) DOS SANTOS	0,608941	171	78	Paulo de Tassio Marques Teixeira	0,380208
122	87	(ROBERTO, DH) DOMINGOS DE SOUZA	0,601997	172	40	Janaína Rodrigues C Bispo	0,369054
123	42	GENILSON SOUZA BONFIM	0,601563	173	76	Nadir Passos Ferreira	0,364583
124	51	Cleberson S. Pimentel	0,594184	174	24	Fabiana Guedes Pereira de Araújo	0,363715
125	50	Levi de Santana Dias Souza	0,591146	175	35	EMERSON BARBOSA DA SILVA	0,359809

Clas.	Nº	NOMES DO MODULO I	Pontuação	Clas.	Nº	NOMES DO MODULO I	Pontuação
126	30	EDVANDERSON MOREIRA DE OLIVEIRA	0,588976	176	79	Paulo Fernando Silva	0,352431
127	84	REGINALDO MORAES SANTANA	0,586589	177	47	Karina Rafaela do Nascimento	0,341580
128	8	Antonio Henrique Hortencio Silva	0,586372	178	81	Raquel da Silva	0,341580
129	15	Diuney Soares do Nascimento	0,586372	179	31	ELIANA MARTINIANO DA SILVA	0,339410
130	33	Iaponam Marques Teixeira	0,580729	180	84	Josiclaudio Sebastião Ferreira	0,337240
131	4	ADVAN CAETANO DOS SANTOS	0,570747	181	96	Rosemary Maria da Silva	0,328993
132	20	Roberto Alves Feitosa	0,569444	182	13	ANDREA PATRICIA DA SILVA	0,328559
133	21	Emerson Ferreira da Silva	0,566406	183	19	CHIRLEIDE BÁRBARA AVELINO DA SILVA	0,319878
134	29	EDUARDO MARIANO DA SILVA	0,561198	184	38	EULINA HERCULANO FERREIRA	0,319227
135	11	Cicera Antonia Pereira	0,559896	185	1	Aldenisio Nascimento da Silva	0,319010
136	25	EDGLEI MARQUES DA SILVA	0,558160	186	88	Rosely Pereira da Silva	0,317057
137	36	EMERSON DE ANDRADE BATISTA	0,552517	187	88	ROBSON FRANCISCO DA SILVA	0,296007
138	12	Cicera Maria Silva	0,552300	188	14	Edvan de Santana Pessoa	0,276476
139	89	Samuel Timoteo da Silva	0,550347	189	14	Denilson Francisco da Silva	0,275608
140	97	Rejane	0,549045	190	67	José Carlos da Silva	0,256076
141	26	EDINALDO DO ESPIRITO SANTO DA SILVA	0,548611	191	98	Douglas Felipe da Silva	0,253038
142	90	ROSANGELA DA SILVA ALBUQ. DOS SANTOS	0,538194	192	87	Rosalia da Silva Albuquerque	0,250000
143	56	JOSÉ MARCELO LEONARDO DA SILVA	0,536458	193	80	NIEDJA FREITAS DE ARAUJO	0,244288
144	7	Andresa Santana da Silva	0,533724	194	45	Gleiciane Vieira da Silva	0,243056
145	28	Gilmar Marques de Oliveira	0,533420	195	3	Jaqueline Gomes dos Santos	0,238715
146	82	PLINIO FABRICIO DA SILVA DE SOUZA	0,532552	196	37	Elias José da Silva	0,204210
147	23	Erica Flávia Lemos Silva	0,531250	197	49	Elisabete Maria dos Santos	0,203342
148	24	DÁRIO FRANCISCO DE ALBUQUERQUE	0,529514	198	2	Cledineide Barbosa da Silva	0,166667
149	74	MARIA JOSE DE FARIAS FEITOSA	0,523872	199	98	Viviane Alves de Sena	0,149306
150	36	Isleide Alves de Santana	0,522569	200	95	TACIANA SILVA DE SOUZA	0,041667

Fonte: Planilha excel fornecida pela AHPNE, 2008.

ANEXO D – TOTAL DE HORAS TRABALHADAS POR CADA FAMÍLIA DE 26/03/07 ATÉ 31/08/07

Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas
1	60	26	253,8	51	16	76	252,25	101	362,25	126	300,5	151	321,5	176	368
2	0	27	380	52	316	77	191	102	364,5	127	270,5	152	15	177	251
3	47	28	277	53	361	78	228	103	382	128	248,5	153	12	178	351,25
4	216	29	187,5	54	356	79	190	104	212,5	129	348	154	402	179	376
5	356	30	306	55	296	80	209,25	105	261,25	130	358	155	168	180	203,25
6	356	31	364	56	307,5	81	332	106	108	131	79	156	244	181	79,5
7	144	32	308	57	353	82	318,5	107	358,4	132	444	157	0	182	307,5
8	320	33	247,5	58	244,5	83	235,5	108	386,5	133	344	158	388	183	352
9	359	34	345,5	59	355,75	84	211,5	109	328	134	93,5	159	327,5	184	233,75
10	356	35	142	60	259,5	85	266,5	110	300,75	135	265,75	160	283,75	185	328
11	348	36	267	61	376	86	306,5	111	223	136	283	161	216	186	308
12	245	37	276	62	174	87	304	112	356,25	137	98,75	162	340	187	323
13	344	38	232	63	204,75	88	128,25	113	107,5	138	226,25	163	329	188	267,75
14	361	39	316	64	322	89	142,5	114	123	139	306,5	164	276	189	353
15	287	40	184,2	65	386	90	385	115	355	140	362,25	165	342,75	190	380,5
16	250	41	367,3	66	230,5	91	334,5	116	170	141	64	166	296,5	191	337
17	364	42	0	67	354	92	172	117	355,5	142	348	167	143,5	192	286,5
18	358	43	392	68	360	93	212	118	244	143	303,25	168	290,25	193	352
19	190	44	315	69	351	94	332	119	110,25	144	332	169	352	194	120
20	12	45	88	70	321	95	327	120	388,5	145	289,25	170	350	195	48
21	332	46	365	71	303	96	128	121	343,25	146	294,75	171	344	196	54
22	109	47	162,5	72	305	97	0	122	271	147	103,4	172	366	197	373,25
23	409	48	84	73	357	98	209,5	123	300	148	351,25	173	56	198	109,5
24	267	49	268,3	74	288	99	351,9	124	292	149	95,25	174	241	199	16
25	372	50	324,3	75	336	100	236	125	192,5	150	299,25	175	287	200	174

OBS: o previsto é para se ter 352 horas

OBS: o previsto é para se ter 352 horas

Fonte: Planilha excel fornecida pela AHPNE, 2008.

ANEXO E – TOTAL DE HORAS TRABALHADAS POR FAMÍLIA DE 26/03/07 ATÉ 15/11/08

Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas
1	645	26	1.092	51	760	76	782	101	1.050	126	972	151	1.109	176	1.205
2	912	27	1.514	52	1.144	77	900	102	1.266	127	917	152	938	177	553
3	947	28	946	53	1.152	78	900	103	1.143	128	900	153	754	178	1.007
4	844	29	600	54	1.167	79	406	104	806	129	908	154	1.246	179	1.028
5	1.325	30	950	55	1.310	80	901	105	1.127	130	948	155	1.014	180	903
6	1.255	31	1.240	56	580	81	478	106	1.160	131	614	156	1.098	181	918
7	931	32	1.301	57	1.250	82	989	107	1.344	132	1.051	157	948	182	750
8	905	33	904	58	1.063	83	915	108	1.210	133	1.106	158	1.292	183	1.213
9	982	34	1.172	59	934	84	1.039	109	1.145	134	994	159	1.168	184	900
10	1.200	35	918	60	1.034	85	1.115	110	998	135	566	160	1.094	185	901
11	913	36	809	61	1.361	86	1.010	111	1.121	136	741	161	949	186	1.153
12	934	37	948	62	959	87	1.095	112	1.208	137	905	162	962	187	914
13	1.082	38	907	63	999	88	499	113	901	138	405	163	1.038	188	394
14	425	39	1.339	64	1.170	89	1.245	114	1.038	139	1.106	164	933	189	1.207
15	950	40	901	65	904	90	938	115	1.479	140	978	165	926	190	1.075
16	1.103	41	1.171	66	1.035	91	1.117	116	917	141	1.025	166	1.161	191	1.115
17	1.031	42	904	67	1.225	92	914	117	1.277	142	1.081	167	952	192	1.273
18	1.230	43	1.140	68	1.067	93	501	118	1.038	143	946	168	909	193	1.127
19	1.015	44	1.020	69	1.286	94	1.236	119	923	144	1.132	169	1.204	194	905
20	680	45	922	70	1.204	95	900	120	1.146	145	1.173	170	1.250	195	48
21	918	46	937	71	1.184	96	1.003	121	980	146	1.368	171	1.238	196	502
22	901	47	920	72	1.084	97	1.115	122	1.216	147	918	172	964	197	1.005
23	901	48	901	73	1.104	98	210	123	1.134	148	1.276	173	1.244	198	492
24	538	49	1.151	74	1.217	99	931	124	686	149	906	174	647	199	902
25	1.294	50	957	75	1.003	100	1.235	125	1.223	150	1.049	175	979	200	686

OBS: O mínimo é 900 horas

Fonte: Planilha excel fornecida pela AHPNE, 2008.

ANEXO F – TOTAL DE HORAS DE CADA FAMÍLIA EM OUTUBRO DE 2008 DE 01/10 A 31/10

Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas	Nº	Horas
1	52,5	26	8	51	56,5	76	278,5	101	8,5	126	0	151	66,5	176	71
2	365,5	27	89,5	52	64	77	104,5	102	0	127	153,5	152	395,5	177	0
3	148,5	28	211,5	53	7,5	78	72	103	73,5	128	123,5	153	112,5	178	0
4	170,5	29	8	54	16,5	79	0	104	61	129	64	154	11,5	179	45,5
5	34,5	30	209	55	55	80	88,5	105	25,5	130	8,5	155	238,5	180	151
6	20	31	16	56	65	81	0	106	40	131	95,5	156	6,5	181	182,5
7	261	32	14	57	20	82	8	107	72	132	16	157	76	182	0
8	133,5	33	106,5	58	56	83	244	108	8	133	9	158	52	183	0
9	4	34	4	59	0	84	511,5	109	20	134	40,5	159	16	184	103,5
10	10	35	91,5	60	0	85	130	110	77,5	135	0	160	64,5	185	109,5
11	219	36	28	61	49,5	86	0	111	0	136	4	161	26,5	186	0
12	56,5	37	140	62	386	87	607	112	9	137	165	162	349	187	68,5
13	7	38	64	63	64,5	88	157,5	113	128,5	138	0	163	24	188	0
14	0	39	73,5	64	0	89	282,5	114	468	139	56	164	36	189	0
15	257,5	40	434,5	65	26	90	17	115	44	140	0	165	50	190	342,5
16	49	41	0	66	0	91	51,5	116	174,5	141	217	166	0	191	15
17	58	42	115	67	0	92	127,5	117	0	142	335	167	395	192	0
18	12	43	0	68	0	93	49	118	0	143	113,5	168	186	193	33
19	11,5	44	27,5	69	11	94	54	119	413	144	18	169	104	194	125,5
20	64	45	446	70	13	95	64	120	0	145	32,5	170	13,5	195	0
21	139	46	146	71	15	96	0	121	7	146	55	171	83	196	124
22	374	47	513,5	72	0	97	417	122	14	147	21,5	172	0	197	136,5
23	200	48	149	73	0	98	0	123	32	148	9	173	50	198	91
24	46,5	49	8,5	74	8	99	0	124	0	149	57,5	174	75,5	199	245,5
25	0	50	226	75	12,5	100	44	125	0	150	26	175	36	200	93

OBS: o previsto é 64 horas

OBS: o previsto é 64 horas